

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS
DOUTORADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

FRANCIELI DO ROCIO DE CAMPOS

REVISÃO INTEGRATIVA DE ESTUDOS SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE
COMBATE À FOME DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE

Porto Alegre
2023

Francieli do Rocio de Campos

REVISÃO INTEGRATIVA DE ESTUDOS SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE
COMBATE À FOME DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE

Tese de Doutorado em Políticas Públicas,
apresentada como requisito parcial para a
obtenção do título de Doutor pelo Programa de
Pós-Graduação em Políticas Públicas da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof^ª. Ph.D. Marília Patta Ramos

Porto Alegre
2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

REITOR

Carlos André Bulhões Mendes

VICE-REITORA

Patricia Pranke

DIRETOR DO INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Hélio Ricardo do Couto Alves

VICE-DIRETOR DO INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Alex Niche Teixeira

Campos, Francieli do Rocio de
Revisão integrativa de estudos sobre Políticas
Públicas de combate à fome da América Latina e do
Caribe / Francieli do Rocio de Campos. -- 2023.
322 f.
Orientadora: Marília Patta Ramos.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Políticas
Públicas, Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. Políticas Públicas. 2. Combate à Fome. 3.
Revisão Integrativa. I. Ramos, Marília Patta, orient.
II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Francieli do Rocio de Campos

REVISÃO INTEGRATIVA DE ESTUDOS SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE
COMBATE À FOME DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE

Tese de Doutorado em Políticas Públicas,
apresentada como requisito parcial para a
obtenção do título de Doutor pelo Programa de
Pós-Graduação em Políticas Públicas da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Porto Alegre, 13 de setembro de 2023.

Resultado: Aprovada.

BANCA EXAMINADORA

Leticia Maria Schabbach
Departamento de Sociologia
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Ligia Mori Madeira
Departamento de Políticas Públicas
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Clério Plein
Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

Dedico esse trabalho a Minha Filha Samanta.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus;

Agradeço a minha filha Samanta e ao meu companheiro João Paulo pelo apoio, paciência pelos muitos momentos de ausência nessa caminhada do doutorado;

Agradeço a minha orientadora a professora Doutora Marília Patta Ramos, pela condução do trabalho, pelo suporte e atenção nas orientações;

Agradeço aos meus pais Maria e Luiz Carlos e a minha irmã Suelen pelos momentos de apoio e incentivo da vida acadêmica; aos meus familiares tias e tios, meu avô (in memoriam) que mesmo distantes me incentivaram na caminhada acadêmica;

Agradeço aos professores da Banca professoras Lígia e Leticia e ao professor Clério pelas contribuições do trabalho;

Agradeço aos mestres do Curso de Pós-Graduação de Políticas Públicas da UFRGS, por seus ensinamentos e compartilhar suas experiências na área;

Aos colegas e docentes da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) Campus de Francisco Beltrão – PR pelo incentivo e apoio prestados durante meu afastamento para o doutorado;

Agradeço a todas e todos que direta ou indiretamente estiveram envolvidos neste trabalho.

Se houvesse só certezas, não precisaríamos pesquisar. Pesquisamos porque não sabemos ou, melhor, por termos consciência de que há algo de fundamental importância que não sabemos. [...] terminou com novas dúvidas. Dúvidas que teve a coragem de assumir e justificar nas suas conclusões. Pois uma pesquisa pode nos levar a resultados mais ou menos claros e seguros, mas também poder-nos-ia levar a novos problemas, novas dúvidas e, naturalmente, a novas incertezas. Novas incertezas que motivarão novas pesquisas, nesse nosso destino de sempre estar descobrindo incertezas nas certezas alheias e tumulto onde outros só veem tranquilidade (Palácios, 2008, p. 112).

RESUMO

O objetivo dessa tese foi analisar os desfechos das intervenções implementadas pelos governos dos países da América Latina e do Caribe no combate à fome, tendo como base a insegurança alimentar, o consumo alimentar, a renda, a emaciação, a desnutrição, a mortalidade infantil e o nanismo, por meio de evidências científicas oriundas de trabalhos científicos publicados durante o período de 2010 a 2020. A técnica de pesquisa utilizada foi a revisão integrativa, realizada por meio de análise no total de 18.813 artigos científicos sobre políticas públicas de combate à fome com delineamento experimental e quase-experimental, disponíveis em bases de dados *online*, dos quais 87 estudos preencheram os critérios de inclusão estabelecidos para a revisão, que propiciaram evidências sobre 36 tipos de intervenções distribuídas entre os países das regiões. A pesquisa resultou numa síntese de evidências com base num número muito pequeno de estudos sobre cada intervenção, essa dinâmica, categorizou-se o conjunto de informações incluídas entre programas de caráter permanente e multiagências. O segmento de resultados demonstrou que os princípios de combate à fome mostraram-se promissores na prática das pesquisas acadêmicas e das instituições universitárias; as intervenções de combate à fome que estiveram em vigência já trazem consigo muitos contornos de ações e estratégias já desenvolvidas ao longo período. Os países como Brasil, México e Colômbia destacaram-se por possuir uma maior quantidade de intervenções e uma maior diversidade delas implementadas durante o período analisado neste estudo. As intervenções foram analisadas como comprovadas, promissoras, limitas e não foram avaliadas para cada desfecho. Dessa forma, foi possível encontrar a contribuição de estudos de cunho científico na construção do arcabouço teórico sobre políticas públicas desenvolvidas na América Latina e no Caribe. A revisão procurou sintetizar resultados com um maior número possível de pesquisas, que apresentaram efeitos referentes à atuação ou tenham medido o impacto das intervenções de combate à fome. Os elementos incluídos na tese não tiveram a pretensão de apresentar uma solução simples para um problema complexo. Os resultados da revisão integrativa não desconsideraram o caminho percorrido graças ao esforço de cientistas e pesquisadores do assunto, atores da sociedade civil e gestores públicos.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Combate à Fome. Revisão Integrativa.

ABSTRACT

The objective of this thesis was to analyze the outcomes of interventions implemented by the governments of Latin American and Caribbean countries to combat hunger, based on food insecurity, food consumption, income, wasting, malnutrition, infant mortality and dwarfism, through scientific evidence from scientific works published during the period from 2010 to 2020. The research technique used was the integrative review, carried out through analysis of a total of 18,813 scientific articles on public policies to combat hunger with experimental and quasi-experimental design, available in online databases, of which 87 studies met the inclusion criteria established for the review, which provided evidence on 36 types of interventions distributed among the countries of the regions. The research resulted in a synthesis of evidence based on a very small number of studies on each intervention, this dynamic, the set of information included was categorized between permanent and multi-agency programs. The results segment demonstrated that the principles of combating hunger were promising in the practice of academic research and university institutions; The interventions to combat hunger that have been in force already bring with them many contours of actions and strategies already developed over a long period. Countries such as Brazil, Mexico and Colombia stood out for having a greater number of interventions and a greater diversity of them implemented during the period analyzed in this study. Interventions were analyzed as proven, promising, limited and were not evaluated for each outcome. In this way, it was possible to find the contribution of scientific studies in the construction of the theoretical framework on public policies developed in Latin America and the Caribbean. The review sought to synthesize results from as many studies as possible, which presented effects relating to action or measured the impact of interventions to combat hunger. The elements included in the thesis were not intended to present a simple solution to a complex problem. The results of the integrative review did not disregard the path taken thanks to the efforts of scientists and researchers on the subject, civil society actors and public managers.

Keywords: Public policy. Hunger Combat. Integrative Review.

RESUMEN

El objetivo de esta tesis fue analizar los resultados de las intervenciones implementadas por los gobiernos de los países de América Latina y el Caribe para combatir el hambre, basadas en la inseguridad alimentaria, el consumo de alimentos, los ingresos, la emaciación, la desnutrición, la mortalidad infantil y el enanismo, a través de evidencia científica de trabajos publicados durante el periodo de 2010 a 2020. La técnica de investigación utilizada fue la revisión integradora, realizada a través del análisis de un total de 18.813 artículos científicos sobre políticas públicas para combatir el hambre con diseño experimental y cuasiexperimental, disponibles en bases de datos en línea, de los cuales 87 estudios cumplieron con los criterios de inclusión establecidos para la revisión, la cual aportó evidencia sobre 36 tipos de intervenciones distribuidas entre los países de las regiones. La investigación resultó en una síntesis de evidencia basada en un número muy pequeño de estudios sobre cada intervención, en esta dinámica el conjunto de información incluida se categorizó entre programas permanentes y multiagenciales. El segmento de resultados demostró que los principios de la lucha contra el hambre eran prometedores en la práctica de la investigación académica y las instituciones universitarias; Las intervenciones para combatir el hambre que han estado en vigor ya traen consigo muchos contornos de acciones y estrategias ya desarrolladas durante un largo período. Países como Brasil, México y Colombia se destacaron por tener un mayor número de intervenciones y una mayor diversidad de las mismas implementadas durante el período analizado en este estudio. Las intervenciones se analizaron como probadas, prometedoras y limitadas y no se evaluaron para cada resultado. De esta manera, fue posible encontrar el aporte de los estudios científicos en la construcción del marco teórico sobre las políticas públicas desarrolladas en América Latina y el Caribe. La revisión buscó sintetizar los resultados de tantos estudios como fuera posible, que presentaran efectos relacionados con la acción o midieran el impacto de las intervenciones para combatir el hambre. Los elementos incluidos en la tesis no pretendían presentar una solución simple a un problema complejo. Los resultados de la revisión integradora no desconocen el camino recorrido gracias al esfuerzo de científicos e investigadores en el tema, actores de la sociedad civil y gestores públicos.

Palabras-clave: Políticas Públicas. Combate al Hambre. Revisión integradora.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Diagnóstico da fome.	29
Figura 2 - Identificação dos efeitos da intervenção.	93
Figura 3 - Tipos de Revisão da Literatura.	112
Figura 4 - Esquema diferenciando Revisão Integrativa e Revisão Sistemática	113
Figura 5 - Seis passos da revisão integrativa da literatura.	115
Figura 6 - A distribuição das pontuações do Global Hunger Index	122
Figura 7 - Fluxograma com Identificação das etapas da inclusão e exclusão dos estudos para revisão integrativa	139

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Idioma das publicações incluídas na revisão integrativa	141
Gráfico 2 - Ano de publicação dos artigos incluídos na Revisão	144
Gráfico 3 - Áreas científicas das publicações incluídas nesta Revisão	145
Gráfico 4 - Distribuição da população em área urbana e rural, conforme os resultados dos artigos da Revisão.	148
Gráfico 5 - Distribuição de trabalhos por tipo de intervenção incluídos na Revisão	154

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Características dos estudos incluídos na Revisão Integrativa	143
Tabela 2 - Cenários e unidades de análise encontrados nos artigos da revisão integrativa	147
Tabela 3 - Quantidade de intervenções (Políticas Públicas) por país na América Latina e Caribe encontradas na Revisão Integrativa	149
Tabela 4 - Os âmbitos da intervenção encontrados na revisão integrativa	151
Tabela 5 - Número de trabalhos por intervenção dos países da América Latina e do Caribe	152
Tabela 6 - Características das intervenções incluídas no estudo	157
Tabela 7 - Interação agência e resultado da intervenção	158
Tabela 8 - Interação sobre a perenidade e resultados das intervenções analisadas na revisão integrativa	159
Tabela 9 - Interação entre o tipo de política e o resultado da intervenção	159
Tabela 10 - Síntese de evidências dos estudos incluídos na Revisão	163
Tabela 11 - Estudos encontrados sobre ajuda alimentar da América Latina e do Caribe incluídos na revisão integrativa	179
Tabela 12 - Estudos desenvolvidos na América Latina e no Caribe sobre intervenções de alimentação escolar incluídas na revisão integrativa	200
Tabela 13 - Estudos desenvolvidos na América Latina e no Caribe sobre intervenções de acesso alimentar incluídas na revisão integrativa	209
Tabela 14 - Estudos desenvolvidos na América Latina e no Caribe sobre intervenções de distribuição de alimentos ou complementos alimentares incluídos na revisão integrativa	215
Tabela 15 - Estudos desenvolvidos na América Latina e no Caribe que abordaram sobre intervenções voltadas à assistência social incluídas na revisão integrativa	225
Tabela 16 - Estudos desenvolvidos na América Latina e no Caribe que abordaram sobre intervenções voltadas ao desenvolvimento rural incluídas na revisão integrativa	262

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Exemplos de ações para combater a fome e a desnutrição em todos os setores	45
Quadro 2 - Etapas realizadas para a elaboração da Revisão Integrativa dessa pesquisa	118
Quadro 3 - Estrutura da questão norteadora da Revisão Integrativa da Tese	119
Quadro 4 - Estratégias de busca nas bases digitais utilizadas nessa revisão integrativa	128
Quadro 5 - Matriz de síntese da Revisão Integrativa dessa pesquisa	133
Quadro 6 - Planilha de informações extraídas dos estudos incluídos na Revisão	133
Quadro 7 - Classificação das forças de evidência para a avaliação de pesquisa	137
Quadro 8 - Descrição dos níveis de evidência utilizados por Engelhard e Hake (2020)	138
Quadro 9 - Classificação das forças de evidência para a avaliação de pesquisa.	142
Quadro 10 - Síntese de evidências por categoria de intervenção/efeito do desfecho	165
Quadro 11 - Resumo das evidências por categoria de intervenção/efeito/autor e ano da publicação	168
Quadro 12 – Sistematização dos estudos incluídos na Revisão Integrativa sobre a América e do Caribe no período de 2010 a 2020	171

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
2 POLÍTICAS PÚBLICAS E POLÍTICAS DE COMBATE À FOME	27
2.1 O QUE SE PRECISA SABER SOBRE A FOME	27
2.2 AS EXPLICAÇÕES CAUSAIS APRESENTADAS PARA A FOME	32
2.3 POLÍTICAS DE COMBATE À FOME.....	39
2.3.1 As políticas de combate à fome e o paradigma das evidências.....	41
2.3.2 As políticas de combate à fome na América Latina e no Caribe.....	47
2.4 POLÍTICA BASEADA EM EVIDÊNCIAS NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE	56
3 CONCEITOS E DEBATES SOBRE A ABORDAGEM BASEADA EM EVIDÊNCIAS.....	61
3.1 O ESTADO DA ARTE SOBRE O CONTEXTO DAS EVIDÊNCIAS CIENTÍFICAS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS	61
3.2 A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA ABORDAGEM DE EVIDÊNCIAS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS	68
3.2.1 O Modelo de Gestão baseado em evidências (centros de evidência, portais de evidência).....	74
3.2.1.1 Centros de evidências	79
3.2.1.2 Portais de evidências	80
3.3 POLÍTICAS PÚBLICAS BASEADAS EM EVIDÊNCIAS NO BRASIL	83
4 O CRESCIMENTO DAS AVALIAÇÕES DE IMPACTO E AS REVISÕES SISTEMÁTICAS.....	89
4.1 A AVALIAÇÃO DE IMPACTO EM POLÍTICAS PÚBLICAS	89
4.2 A CIÊNCIA DA SISTEMATIZAÇÃO.....	96
4.3 O PARADIGMA METODOLÓGICO CAUSAL.....	100
4.3.1 Experimentos	104
4.3.2 Quase-Experimentos	108
5 METODOLOGIA DA TESE.....	111
5.1 PESQUISA DE REVISÃO DA LITERATURA.....	111
5.2 PERCURSO METODOLÓGICO DA TESE.....	117
5.2.1 Primeira e segunda etapas: formulação de uma pergunta de pesquisa/definição dos descritores e dos critérios de inclusão e exclusão dos artigos	119
5.2.1.1 Critérios de inclusão dos trabalhos científicos	120
5.2.1.2 Critérios de Exclusão de artigos para a revisão integrativa.....	126
5.2.2 Terceira etapa: Definição da estratégia de busca dos trabalhos científicos. 127	
5.2.2.1 Definição das bases digitais para realizar a busca dos trabalhos científicos....	127

5.2.2.2	Construção das estratégias de busca para cada base digital	127
5.2.2.3	Uso das bases de dados nas buscas por trabalhos científicos	128
5.2.2.4	Processo de Busca de publicações científicas pela equipe com base nos critérios de inclusão e exclusão	129
5.2.2.5	Unificação das publicações encontradas pelos três pesquisadores na ação 8 e exclusão dos estudos duplicados	129
5.2.3	Quarta etapa: Categorização dos estudos selecionados para desenvolver a pesquisa	130
5.2.3.1	Extração dos dados para revisão integrativa da pesquisa	133
5.2.4	Quinta etapa: Análise e interpretação dos resultados encontrados na pesquisa	136
6	RESULTADOS E DISCUSSÕES	139
6.1	DESCRIÇÃO DOS ESTUDOS ENCONTRADOS	140
6.2	QUALIDADE E ABRANGÊNCIA DOS ESTUDOS	152
6.3	TIPOS DE DESFECHO PRESENTES NOS ESTUDOS ENCONTRADOS	160
6.4	ANÁLISE DAS INTERVENÇÕES INCLUÍDAS NA REVISÃO INTEGRATIVA	178
6.4.1	Ajuda alimentar	178
6.4.1.1	Impacto das intervenções de ajuda alimentar sobre a desnutrição	185
6.4.1.2	Impacto das intervenções de ajuda alimentar sobre a insegurança alimentar	186
6.4.1.3	Impacto das intervenções de ajuda alimentar sobre a emaciação	193
6.4.1.4	Impacto das intervenções de ajuda alimentar sobre o consumo alimentar	194
6.4.1.5	Impacto das intervenções de ajuda alimentar sobre a renda	198
6.4.2	Alimentação escolar	199
6.4.2.1	Impacto das intervenções de alimentação escolar sobre a insegurança alimentar	202
6.4.2.2	Impacto das intervenções de alimentação escolar sobre a desnutrição	203
6.4.2.3	Impacto das intervenções de alimentação escolar sobre a emaciação	205
6.4.2.4	Impacto das intervenções de alimentação escolar sobre o consumo alimentar	205
6.4.3	Acesso à alimentação	207
6.4.3.1	Impacto das intervenções de acesso à alimentação sobre a desnutrição	211
6.4.3.2	Impacto das intervenções de acesso à alimentação sobre a insegurança alimentar	212
6.4.3.3	Impacto das intervenções de acesso à alimentação sobre o nanismo	214
6.4.4	Distribuição de alimentos ou complementos alimentares	214
6.4.4.1	Impacto das intervenções de distribuição de alimentos ou complementos alimentares sobre a desnutrição	218

6.4.4.2	Impacto das intervenções de distribuição de alimentos ou complementos alimentares sobre a insegurança alimentar	219
6.4.4.3	Impacto da intervenção de distribuição de alimentos ou complementos alimentares sobre a emaciação	222
6.4.4.4	Impacto da intervenção de distribuição de alimentos ou complementos alimentares sobre a mortalidade	223
6.4.5	Assistência Social	223
6.4.5.1	Impacto das intervenções de assistência social sobre a desnutrição	235
6.4.5.2	Impacto das intervenções de assistência social sobre a insegurança alimentar	237
6.4.5.3	Impacto das intervenções de assistência social sobre o nanismo	247
6.4.5.4	Impacto das intervenções de assistência social sobre o consumo alimentar	251
6.4.5.5	Impacto das intervenções de assistência social sobre a renda	256
6.4.6	Desenvolvimento Rural	261
6.4.6.1	Impacto das intervenções de desenvolvimento rural sobre a insegurança alimentar	265
6.4.6.2	Impacto das intervenções de desenvolvimento rural sobre o consumo alimentar	267
6.4.6.3	Impacto das intervenções de desenvolvimento rural sobre a renda.....	267
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	270
	REFERÊNCIAS	287
	ANEXO 1	316

1 INTRODUÇÃO

Ao longo da década de 1930, vários fenômenos contraditórios no contexto alimentar foram surgindo mundialmente. Nos países industrializados, notava-se um excedente de produtos agrícolas de difícil colocação no mercado, enquanto o conhecimento científico avançava no estudo sobre a desnutrição humana. Ao mesmo tempo, várias pesquisas progrediram para a compreensão da desnutrição e da fome nos países subdesenvolvidos. Nesse período, “[...] os especialistas em nutrição humana alertavam sobre a necessidade de aumentar as disponibilidades alimentares simultaneamente ao fato de que os economistas recomendavam reduzir a produção agrícola para resolver o problema dos excedentes invendáveis” (Chonchol, 2005, p.33).

Nessa ambiguidade, a combinação de políticas apropriadas para erradicar com a fome esteve incorporada na chamada abordagem de mão dupla ou paralela. Por um lado, era necessário criar condições aos famintos para aumentar permanentemente a sua capacidade de obter comida suficiente. No outro lado, precisava atender à necessidade urgente e imediata por alimentos suficientes e nutritivos para todos os que não tinham acesso ao mínimo necessário e passavam fome. A população vivenciava o problema da fome mais grave, porque não tinha acesso a uma quantidade mínima e adequada, ou a sua renda era insuficiente para comprar os alimentos, e não podiam produzi-los por conta própria, ou, ainda, porque não recebiam doações e transferências suficientes de terceiros para atender às suas necessidades básicas de alimentação (Millán Smitmans, 2014).

O combate à fome tornou-se um tópico político que foi construído de modo recorrente em vários países, provocando amplo debate no âmbito público e governamental acerca dos objetivos e critérios para o planejamento, a construção e a implementação das políticas públicas em cada território. Por isso, esta tese propõe-se a desenvolver o tema voltado ao conjunto de intervenções dos governos relacionadas ao combate à fome, tendo como base a abordagem baseada em evidências, que aponta o efeito dessas políticas públicas nos países da América Latina e do Caribe¹. O autor Chonchol (1987) afirma que a fome sempre existiu nos variados países, como um

¹ A Região da América Latina é composta pelos países que contemplam a América do Sul, América Central e o México. Entre as definições dos países, essa é a que mais se direciona aos critérios estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU).

problema que foi sendo amenizado ao longo da história, em condições de maior ou menor densidade, juntamente com a pobreza e a desigualdade social.

Em relação à evolução da fome em diferentes países, os aumentos registrados em 2013-2015 e 2017-2019 concentraram-se em oito países da região. Dentre eles, destaca-se a situação da população na Venezuela, onde a prevalência da fome aumentou significativamente para 22,8%, afetando 31,4% da população. O México também está lutando para atingir a primeira meta do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS2), apresentando, todavia, um aumento de 2,5% na prevalência da fome no mesmo período. Também vale mencionar o Haiti, onde quase metade da população esteve enfrentando a fome, tendo o país estagnado na última década. Juntos, esses três países respondem por 50% da população subnutrida da região (FAO, 2021).

Os países da América Latina e do Caribe diferem-se na questão demográfica, geográfica, econômica, social e política, assim como em termos de características intrínsecas ao desenvolvimento. Na perspectiva do trabalho de combate à fome, existem razões importantes para sugerir que essa questão decorra de uma história comum e de evoluções que tiveram origem no Atlântico, condicionando, estruturalmente, a situação da fome na região latina e caribenha. Essas diferenças refletiram-se na extensão da insegurança alimentar e nutricional, no progresso, no desenvolvimento e na implementação de políticas públicas e nos respectivos marcos legais, institucionais e orçamentários para promover a alimentação e garantir o direito à alimentação (Sarmiento, 2008; Pinto, 2011).

A região coexistiu com a fome, o que se mostrou evidente no início da década de 1990, em que cerca de 68,5 milhões de pessoas padeciam de fome (15,3% da população da América Latina e do Caribe), apesar de seu papel crescente no cenário global como exportador de alimentos (FAO, 2014a). No início dos anos 2000, a América Latina e o Caribe começaram a criar um ambiente político que deixaria uma marca indelével em termos de ações de combate à fome para a década seguinte. O debate sobre a fome mudou de um plano tradicional de incentivar a produzir mais alimentos (nos anos 1970 e 1980) para um problema centrado no acesso aos alimentos (no final dos anos 1990). Isso, por sua vez, levou a novos conceitos de vulnerabilidade à insegurança alimentar (Graziano da Silva; Ortega; Faiguenbaum, 2008).

Com base nos números de 1990, foi realizada a Conferência Internacional sobre Nutrição, em 1992, na sede da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), em Roma, seguida, quatro anos depois, pela Cúpula Mundial da

Alimentação, em 1996. Ambos os eventos ajudaram a aumentar a conscientização global sobre o problema da fome e, principalmente, na Cúpula Mundial da Alimentação reafirmou-se que todos os indivíduos têm direito a usufruir de uma alimentação segura e nutritiva (FAO, 1996).

Como um processo de reflexão atento sobre o comportamento das pessoas face às incertezas, os fatores irreversíveis e as restrições do processo eleitoral tornaram-se pauta na Cúpula do Milênio (2000) e na Cúpula Mundial da Alimentação (2002). A Cúpula Mundial deu credibilidade à necessidade de uma coalizão unindo todos os setores governamentais, porque precisavam melhorar o investimento nas políticas públicas (Sanches *et al.*, 2019). Tal resultado foi o compromisso dos Estados-membros em reduzir pela metade o número de pessoas em situação de fome no mundo até 2015 (FAO, 1996).

Posteriormente, esse compromisso foi refletido nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio de 2000, em que se estabeleceu, no Objetivo 1, a meta de reduzir o número de pessoas pobres e famintas até 2015. Em 2005, ao lançar a Iniciativa América Latina e Caribe Sem Fome, os países da América Latina e Caribe deram um passo decisivo em seus esforços para erradicar a fome. O acordo foi inédito no cenário regional e mundial para esses países, que posicionaram a fome no centro da agenda política, comprometendo-se a erradicá-la definitivamente da região até 2025 (Sanches *et al.*, 2019).

A partir desse evento, a terminologia e os conceitos usados para analisar o contexto que envolve a fome se desenvolveram ativamente nas últimas décadas. Durante grande parte do século XX, o alcance e as perspectivas da fome foram discutidos tanto na imprensa quanto na literatura de desenvolvimento ou publicações acadêmicas. O assunto passou a ser visto como um problema causado, principalmente, por fenômenos naturais, especialmente em relação à situação de emergência, por exemplo, em situações de enchentes e secas, e em assuntos relacionados com países e populações afetadas por doenças crônicas, pobreza e/ou conflitos violentos e outras situações semelhantes. A fome assumiu um foco de atenção em relação a desafios, como os altos preços dos alimentos nos mercados internacionais, os níveis de desperdício de alimentos ou a quantidade extra de alimentos que terão de ser produzidos no futuro para eliminar a fome existente e manter as populações livres desse problema. O assunto também está presente, com frequência, nas discussões sobre os prováveis impactos das mudanças climáticas na agricultura e na alimentação (Stedile; Carvalho, 2010; Maleta, 2014).

A América Latina, liderada pelo Brasil, foi pioneira em ações de enfrentamento da fome, por isso, tornou-se a região que mais avançou nessa agenda desde o início do século XXI. Depois de uma década e meia dos anos 1990, o percentual da população ameaçada pela fome caiu para 5%, o que significa que 34 milhões de pessoas deixaram de passar fome, considerando que, no mesmo período, houve um crescimento populacional de 130 milhões de pessoas na região. Entretanto, deve-se notar que a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável não produziu resultados positivos previstos para o período. Em 2016, a fome aumentou pela primeira vez após uma década de declínio, atingindo 820 milhões de pessoas em 2018. Por trás dessa mudança de tendência, esteve a combinação de conflitos, crises econômicas e desastres climáticos (Graziano da Silva, 2019).

Uma vez que o problema da fome avançou no ano de 2020, isso significa que expirou um terço do prazo para atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Na verdade, tornou-se cabível o crescente compromisso com a visão da Fome Zero em toda a região. A Organização das Nações Unidas (ONU) e seus parceiros de desenvolvimento não pouparam esforços para promover mecanismos, criar ferramentas de monitoramento, promover o diálogo político e a troca de experiências entre os Estados-membros e seus parceiros, criando, dessa forma, a Agenda 2030² (Graziano da Silva, 2019).

Segundo Sadeque (2020), a América Latina teve um *Global Hunger Index* - GHI mais baixo de 8,4 pontos percentuais em 2020, um pouco acima dos 8,3 pontos de 2012. A região foi particularmente atingida pela pandemia da Covid-19, cujos efeitos ainda não foram calculados e refletem no indicador do *Global Hunger Index*, mas que podem representar um forte aumento da fome. No contexto de pandemia, para FAO (2021), o isolamento levou à redução da atividade econômica, diminuição da demanda e do emprego, o que impactou a capacidade de geração de renda das famílias. Na região, prevê-se que a taxa de desemprego caia mais de 9%, podendo a taxa de desemprego na região ultrapassar os 13,5%, com um aumento de 18 milhões de desempregados. Além disso, um em cada dois empregos na região era considerado informal, com muitas pessoas incapazes de gerar renda devido a restrições de mobilidade e queda no consumo. Estima-se que mais 45,5 milhões de pessoas viverão na pobreza na região, com mais da metade

² Desenvolvida a partir da herança dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), a Agenda 2030 representa um compromisso firmado por líderes mundiais na abordagem de problemáticas em prol de um desenvolvimento sustentável. Muitas destas problemáticas, incluindo a fome, são consideradas fatores limitantes ao desenvolvimento em países de baixa renda (Djonú *et al.*, 2018).

(28,5 milhões) vivendo em extrema pobreza, o que seria a taxa mais alta (15,5%) nos últimos 19 anos. Essa situação põe em risco de fome as famílias, especialmente as mais pobres e vulneráveis, uma vez que afeta a qualidade da sua alimentação e, em casos mais extremos, reduz o acesso a quantidade de alimentos.

Embora ainda não haja estimativas representativas em nível de país para especificar a extensão do impacto da Covid-19 na América Latina e no Caribe, a magnitude do efeito na fome representou o valor de -9,4% ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e 9,1% registrado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Em tal informação, fica evidente que os países como El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, Nicarágua e Venezuela já apresentavam altos níveis de insegurança alimentar e pobreza antes da pandemia e podem estar em maior risco de piorar nos próximos meses. A gravidade da fome nessas áreas (que incluem migrantes venezuelanos na Colômbia, Equador e Peru) pode afetar 16 milhões de pessoas ou triplicar o número de pessoas afetadas antes da pandemia. Além disso, a maioria dos países da região não está imune às consequências desta. Estima-se que a pobreza tenha aumentado significativamente na maioria deles. O impacto da pobreza em decorrência da fome nas famílias dependerá do que os governos podem continuar a fazer em resposta à crise (FAO, 2021).

Para compreender o que representam as dimensões nas questões políticas e, dessa forma, construir relações sobre a fome, é preciso reportar a autores que têm desenvolvido trabalhos nessa área. No caso de Tubino (2003), ele referiu-se à fome crônica como um obstáculo ao alívio da pobreza, porque ela pode levar a ciclos de doenças, inadequado desenvolvimento físico e mental, o que pode repercutir em um baixo desempenho escolar, em ineficiência no trabalho e pobreza dos indivíduos. O autor também cita as consequências nocivas da alimentação insuficiente, principalmente para gestantes e crianças menores de seis anos.

Sobre essa lógica, Graziano da Silva (2003) aponta que a situação mais grave é na primeira infância, quando uma criança não recebe nutrição adequada até os seis anos de idade, essa criança com fome pode até ir à escola, mas a sua capacidade de aprender ficará prejudicada pelo resto de sua vida. Além disso, as mães com vulnerabilidade alimentar não conseguem amamentar seus filhos. O mesmo autor analisa a fome como o aspecto mais cruel da desigualdade e da pobreza. As suas pesquisas permitem mostrar que a dificuldade de obtenção de alimentos está ligada à renda insuficiente, que está atrelada ao elevado nível de desemprego, o que chama atenção para a relação que a fome possui e

reflete-se na dificuldade de obtenção de alimentos devido à insuficiência de renda. Isso também acontece com os funcionários que se deparam com essa situação e ficam impossibilitados de trabalhar.

Com isso, Magalhães (2014) interliga o conceito da fome com a segurança alimentar, baseado não apenas na disponibilidade, mas na obtenção de alimentos suficientes para manutenção da vida. Diante do fato de que grande parte da população mundial vive na pobreza sob ameaças do crescimento agroindustrial, com o risco de poluição pelo uso indiscriminado de agrotóxicos e o êxodo de pequenos produtores rurais, a dimensão nutricional é trazida para o conceito de fome. Além disso, pode-se incluir nesta discussão o princípio da soberania popular, isto é, decidir o que e como produzir, o que, por sua vez, faz parte do direito humano à alimentação adequada que respeite a diversidade cultural. Esse emaranhado de termos tornou-se indissociável do contexto contemporâneo alocado nas intervenções de combate à fome.

No caso desta pesquisa, assemelha-se ao estudo desenvolvido por Torracco (2016), ao tratar de uma revisão integrativa, cujo tema “políticas públicas de combate à fome” refere-se a um assunto considerado “maduro”, por existir um enorme embasamento teórico. Além de seguir o rol das revisões integrativas, que se concentram nos resultados e análise dos métodos de pesquisa, teorias, bem como práticas, programas ou intervenções encontradas na literatura científica.

Através dos procedimentos da revisão integrativa se objetiva coletar e sintetizar os resultados da pesquisa de temas ou problemas definidos de forma sistemática e ordenada. Assim, ajuda a aprofundar o conhecimento sobre o assunto ou tópico sob investigação de modo integrado, ao mesmo tempo que se torna competente em originar abordagens e perspectivas sobre o assunto pesquisado (Roman; Friedlander, 1998; Soares *et al.*, 2014).

Para esse trabalho, torna-se de suma importância conhecer os acontecimentos e as ações que marcaram e rodeiam a trajetória, direcionar a compreensão e explicitar os propósitos, dada a relevância das políticas públicas já existentes no campo do combate à fome e, também, proporcionar um panorama que permite entendê-las, questioná-las e avaliá-las no cerne do desenvolvimento de medidas que conduzam elementos científicos nas políticas existentes e formulação de novas políticas com objetivo de combater a fome. A experiência sobre a análise de políticas, programas, planos e estratégias na América Latina e Caribe não é extensa, e ainda menos significativa e sistemática em relação às intervenções de combate à fome.

Nesse sentido, é preciso reconhecer que o desenvolvimento de políticas de combate à fome torna-se um processo complexo, dinâmico, influenciado por outras diferentes políticas que atuam em diversas áreas. Dessa maneira, o efeito e o impacto dessas iniciativas seriam reduzidos sem o engajamento público voltado ao combate à fome, também considerado como um dos maiores desafios políticos e sociais de nosso tempo. Ao mesmo tempo, Magalhães (2014) enfatiza que, sem analisar a experiência em cada situação de intervenção, é difícil compreender a natureza e a complexidade das questões alimentares e nutricionais e avançar no desenho de novas estratégias políticas.

A relação entre prática e necessidades atendidas pelas políticas públicas de combate à fome pode ser compreendida a partir de duas perspectivas. A primeira envolve encontrar seu significado econômico, político e ideológico e a especificidade dessas relações em sociedades concretas. A segunda diz respeito à capacidade de as práticas modificarem condições específicas, ou seja, refere-se a discussões sobre suas características e efeitos de combate à fome, ao atender ou não às necessidades de populações específicas. Deste último ponto de vista, o tema da avaliação ganha relevância, por um lado, associado à possibilidade e à necessidade de intervenções capazes de modificar determinadas condições e, por outro lado, dado que a verificação das dificuldades enfrentadas em muitos outros contextos aborda a mudança dos desfechos que envolvem a política pública. Sob o rótulo de avaliação, é possível reunir diversas atividades, cujo aspecto varia desde um julgamento subjetivo do desenvolvimento de determinada prática, com indagações do tipo “foi bem?”, “deu resultados?”, “está satisfeito?”, até a chamada pesquisa avaliativa, que busca responder a perguntas semelhantes, recorrendo a métodos e a técnicas possuidoras de maior objetividade (em termos quantitativos) (Suchman, 1967; Weiss, 1972).

Numa condição de ponderar as ações do Estado, torna-se possível apresentar meios encontrados em estudos científicos, por meio de evidências, para auxiliar os representantes governamentais sobre a sua atuação correlacionada com as políticas públicas. Para Head (2008), esse é um compromisso moderno de melhoria de políticas baseada em evidências, embora as tentativas de vincular a ciência social e a política pública tenham uma linhagem muito mais antiga na história dos movimentos progressistas de reforma. Os conhecimentos científico e técnico têm sido muito valorizados na evolução do Estado moderno, inicialmente no que diz respeito ao crescimento econômico e à defesa nacional e, posteriormente, como resposta às aspirações de ascensão social dos cidadãos. As ciências sociais têm sido valorizadas por

suas contribuições para compreender e influenciar o desenvolvimento e a qualidade de vida dos indivíduos.

A disseminação da pesquisa sobre política a partir da ação do Estado tornou-se uma corrente das ciências sociais. A partir disso, podem ser citadas algumas experiências de governos implementando políticas e programas voltados para a erradicação da fome na população em diferentes esferas municipais, regionais, estaduais e federais. Os episódios, historicamente recorrentes, de fome e desnutrição mostraram-se como problemas crônicos de insegurança alimentar, que estão intimamente ligados à pobreza e às desigualdades estruturais nas sociedades. Além disso, o desenvolvimento tecnológico permanece integrado na estrutura de produção e consumo de alimentos, adicionando, a cada dia, novos riscos e incertezas às "antigas" questões, como preocupações com a higiene e a qualidade nutricional dos alimentos e questões relacionadas à preservação e ao controle de recursos naturais.

O combate à fome, por quase setenta anos, segue com o surgimento de ideias, movimentos e regulamentações. A concepção de um estado de segurança alimentar e bem-estar nutricional passou a configurar como um grande desafio no pensamento da sociedade civil e na agenda do poder público (Valente, 2003). A atenção à teoria e aos mecanismos de ação dos programas de combate à fome permitiu compreender os processos pelos quais os serviços e bens são fornecidos, elucidar como os efeitos são alcançados, quais são as consequências imprevistas das intervenções e como elas ocorrem por meio de modelos causais empregados, bem como entender a ligação contínua entre processo e resultado. Dessa forma, é possível analisar o efeito que vincula processos e resultados em diferentes programas e iniciativas públicas (Magalhães, 2014).

É nesse contexto que se constitui a inquietação do pesquisador, a partir da seguinte problemática: qual é o efeito das intervenções implementadas pelos governos nos países da América Latina e do Caribe no combate à fome durante o período de 2010 a 2020, com base nas evidências apontadas pelas pesquisas sobre a temática.?

Com base nesse questionamento, este trabalho busca subsídios dentro do contexto da abordagem baseada em evidências, especificamente nas políticas públicas. Pretende observar se o efeito entre intervenções de combate à fome tem ocorrido de modo favorável a minimizar a insegurança alimentar, a desnutrição, a mortalidade, a emaciação e o nanismo, de modo a melhorar no consumo alimentar e na renda da população, numa busca contínua de erradicar a fome nos países da América Latina e do Caribe.

Este estudo trata-se de uma pesquisa bibliográfica descritiva, a partir de uma revisão integrativa que compilou estudos baseados em evidências, os quais analisaram os efeitos das intervenções implementadas pelos governos dos países da América Latina e do Caribe no combate à fome. Como objeto, destacam-se a insegurança alimentar, o consumo alimentar, a renda, a emaciação, a desnutrição, a mortalidade infantil e o nanismo, durante o período de 2010 a 2020.

Os objetivos específicos buscaram:

- Revisar como o termo fome é compreendido enquanto um conceito na produção científica da área de ciências sociais, especificamente em trabalhos científicos que se dedicaram em diferentes cenários dos países;
- Elucidar os programas e as ações constantes no combate à fome executados pelos países, a partir dos trabalhos publicados durante os anos de 2010 a 2020;
- Identificar os efeitos das intervenções de combate à fome elencadas nas políticas públicas, seguindo os parâmetros do índice global de fome e índice de insegurança alimentar para os países;
- Apontar evidências que indicam o efeito (positivo, negativo ou sem impacto) das intervenções com relação ao trabalho de combate à fome nas Regiões da América Latina e no Caribe.

Esta tese está dividida em sete seções, sendo neste apresenta-se a temática e esboça-se as questões norteadoras da pesquisa. A fundamentação teórica, tópicos utilizados na elaboração do modelo proposto, inicia-se no Capítulo 2 com as políticas públicas e políticas de combate a fome, conceitos e abordagens sobre a fome e política baseada em evidências na América Latina e Caribe. No Capítulo 3 apresenta-se um breve histórico sobre a abordagem baseada em evidências, suas características principais, a interface com a gestão pública e direcionado a as políticas públicas baseadas em evidências numa perspectiva brasileira.

Na sequência, o Capítulo 4 aborda sobre a temática da avaliação de impacto nas políticas públicas, a sistematização das informações, ao configurar o paradigma causal através de estudos experimentais e quase-experimentais. A revisão de literatura sobre a metodologia e o percurso metodológico da tese, e estes são abordadas no capítulo 5. O Capítulo 6 é dedicado aos resultados e discussões da pesquisa. Por fim, segue as considerações finais e apontamentos para trabalhos futuros.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS E POLÍTICAS DE COMBATE À FOME

A temática fome ingressou na agenda no bojo de várias políticas públicas da América Latina e do Caribe, ao buscar contribuir para a erradicação da insegurança alimentar, mortalidade, desnutrição, emaciação e inanição, e melhorar as condições de renda e consumo alimentar da população. Neste capítulo, se procura explorar a inserção e evolução da temática fome, seu combate por parte das instituições através da implementação das intervenções na América Latina e no Caribe. Ao abordar as explicações causais apresentadas na literatura sobre as ações de combate à fome, bem como, buscar o conceito da fome nas diversas áreas de conhecimento, para enfim adentrar no terreno das políticas de combate à fome, perpassando pelas evidências, apresentar as políticas dos países da América Latina e do Caribe e suas evidências disponíveis na literatura científica.

2.1 O QUE SE PRECISA SABER SOBRE A FOME

A maioria dos indivíduos conhecem intuitivamente as sensações corporais produzidas pela fome, e especialistas no assunto direcionaram uma série de conceitos ou termos técnicos para descrever e nomear com mais precisão os aspectos desse problema. Mesmo assim, não houve um acordo sobre a significância e as relações semânticas que ligam todos os termos. Por isso, existem maneiras diferentes de entender a fome, que nos levaram muitas vezes, ou não, numa direção muito específica ou delimitada de análise (WFP, 2009). Ao começar pela:

A sensação de fome de um é distinta da de um outro também faminto, mesmo que haja “algo” comum entre eles, porque as coisas do mundo não se impõem ao homem de uma forma linear, causal e impositiva. O que é percebido, num momento, pode ser alterado e percebido de outra maneira, num momento seguinte. Sendo assim, os significados da fome perpassam a imagem corpórea da carência de comida, indo ao encontro de outras concepções sustentadas por um sistema de símbolos gerados pela insegurança concreta de alimentar-se (Freitas, 2003, p. 38).

A fome pode significar "vontade e necessidade de comer; escassez de alimentos básicos, que provoca carestia e miséria generalizada; apetite ou desejo ardente por algo" (Caparrós, 2016, p. 21). Tal referência complementa-se com o termo ligado a uma sensação de desconforto ou dor causada pelo desejo e necessidade de alimentar-se. Embora esse conceito leve-nos a entender a fome apenas como falta de alimento, chama a atenção para a necessidade de utilizá-lo para explicar a ausência de um dos 40 ou mais

nutrientes considerados elementos necessários para o indivíduo manter-se saudável (Castro, 2003; WFP, 2009).

A fome reconhecida por Castro não foi senão a manifestação mais trágica do desenvolvimento dos países mais ricos sustentado pela exploração dos países mais pobres, submetendo-os não só à fome quantitativa, severa ou aparente, mas também à fome qualitativa ou implícita, que prejudicam a saúde, a educação e a produtividade a longo prazo e é um fenômeno geracional que passa de mãe para filho (Behrman; Alderman; Hoddinott, 2004; Victora *et al.*, 2008; WFP, 2009).

Segundo Winnie (2011), a fome fez parte da condição histórica associada à alimentação, devido à falta de alimentos para saciar as necessidades, ou, como passou a ser entendido de modo mais recente, pela falta de nutrientes necessários ao indivíduo. Os primeiros estudos sobre a fome foram relacionados à química, na época da descoberta das vitaminas e macronutrientes, quando as pesquisas buscaram quantificar a energia que deveria ser utilizada para manter o funcionamento do organismo humano. Nesse sentido, não houve diferenciação entre humanos e animais quanto às necessidades nutricionais do balanço energético (quando a ingestão calórica se torna menor que o gasto energético), responsável por levar à subnutrição e à fome em ambos.

A ingestão de alimentos não foi a primeira questão; houve outros pontos que precisaram ser reconhecidos antes e depois de ingerir alimentos. As pessoas devem ser capazes de obter alimentos, o que significa que eles precisam ser produzidos antes que possam ser adquiridos, de modo que a produção, distribuição e a capacidade de obtê-los se tornam fatores importantes para entender a fome.

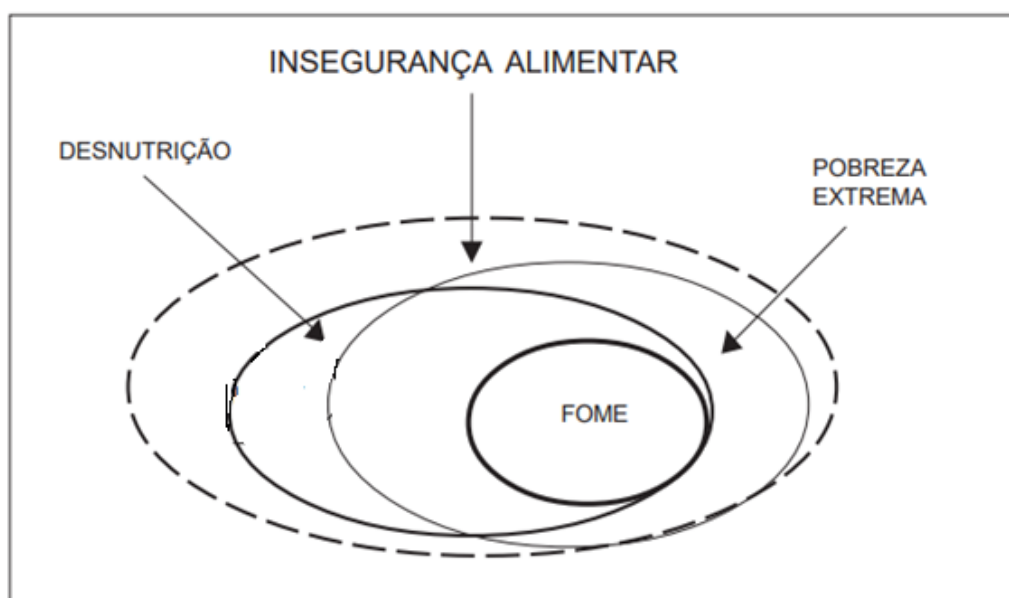
Um reducionismo baseado em conceitos clínicos, e muito comum de ser encontrado em estudos epidemiológicos clássicos de populações de baixa renda, consiste em tratar a fome e doenças como desnutrição (especialmente em crianças) pela condição biofísica. O problema da fome não se limita a ingerir os alimentos, pois, após sua ingestão, ele deve ser bioprocessado e utilizado no organismo para absorver seus nutrientes. Dessa forma, a fome também se torna resultado da ingestão insuficiente de nutrientes ou da incapacidade do corpo de absorver os nutrientes de que necessita (fome oculta) (Freitas, 2003; Maletta, 2014).

A partir de pressupostos puramente biológicos, a fome pode ser definida como o não cumprimento das necessidades nutricionais mínimas contidas em uma dieta alimentar regular, necessária para o indivíduo desenvolver as atividades físicas, laborais e intelectuais típicas da pessoa comum. A falta de recursos, a pobreza ou o isolamento

podem dificultar a produção ou o acesso aos alimentos, bem como a ausência de saúde e higiene podem dificultar a bioutilização de alimentos pelo corpo. Portanto, a fome tem muitas facetas e requer conceitos e subconceitos mais precisos, assim como definições correspondentes às medidas operacionais. Por isso, ela pode ser entendida como desejo de atender às necessidades fisiológicas alimentares até uma situação de desnutrição do corpo humano, que pode levar à exclusão social do indivíduo (Crespo; Gurovitz, 2002; Valente, 2003; WFP, 2009; Maletta, 2014).

Essa fome determinada pela incapacidade da dieta diária de fornecer o total de calorias correspondente à energia gasta pelo trabalho do corpo mostra-se mais perversa, porque se torna sorrateira, e o indivíduo não se dá conta de seus malefícios. Ela caracteriza-se por altos níveis ou ausência de certas substâncias alimentares, como sais minerais, vitaminas, proteínas e gorduras. Como provém da má alimentação decorrente da monotonia ou desequilíbrio alimentar, reside no aspecto qualitativo do problema. O acesso à quantidade suficiente de macronutrientes (energia e proteína) e micronutrientes (vitaminas e minerais) demonstra-se essencial para um estilo de vida produtivo, ativo e saudável dos indivíduos (Nascimento, 2009; WFP, 2009). Com essa consciência, pode-se alcançar uma compreensão abrangente da fome e, embora pouco se descreva, o problema da fome foi pioneiro na utilização do teor de nutrientes como indicador da qualidade e nutrição dos alimentos.

Figura 1 - Diagnóstico da fome.



Fonte: Graziano da Silva e Takagi (2004, p. 45).

A FAO (2011) apresentou três termos relacionados a fome, conforme a Figura 6. Um deles refere-se à desnutrição ou fome crônica, que, durante ao menos um ano, costuma afetar pessoas que consomem alimentos regularmente abaixo do requisito mínimo de calorias totais (isso varia de acordo com sexo, idade, tamanho, condição física, nível de atividade etc.). O outro termo também se aplica à desnutrição (mas em um sentido mais amplo), ao mencionar o resultado da má absorção ou mau uso biológico de nutrientes consumidos como resultado de doenças infecciosas. Essa categoria inclui pessoas que estão abaixo do peso, ou altas para a idade, ou ainda perigosamente magras. Por fim, o termo subnutrição relaciona-se à situação da insegurança alimentar no mundo e é definido como um desequilíbrio nutricional causado por uma alimentação inadequada. No que diz respeito à diferença entre subnutrição e desnutrição, enquanto o primeiro vocábulo alude à ingestão insuficiente ou absorção de nutrientes essenciais saudáveis, o segundo acena ao consumo insuficiente, desequilibrado ou excessivo de macro ou micronutrientes pelos indivíduos.

Os efeitos da fome no comportamento humano devem considerar a possibilidade de fome aguda em tempos de desastre e a probabilidade de fome crônica, latente ou específica. A fome aguda e total ocorre devido à restrição alimentar de curto prazo, como um fenômeno transitório que corresponde à vontade de comer ou satisfação pela ingestão de alimentos, tal fome tende ser o pior problema por causa do permanente impacto social e econômico sobre indivíduos (Monteiro, 1995; WFP, 2009).

Como a fome denominada aguda, que também ficou reconhecida por fome quantitativa e tornou-se a menos comum ou mais fácil de se observar na sociedade. Ela refere-se à verdadeira inanição, também conhecida por *starvation*, limitada a áreas de extrema pobreza e acometidas por emergências especiais. Outro tipo de inanição crônica conhecida como inanição parcial, inanição qualitativa ou inanição latente, a qual se refere a um fenômeno mais frequente e grave como parte permanente dos hábitos alimentares de pessoas subdesenvolvidas. Mesmo que a inanição atinja uma pequena fração da população pertencente a regiões desenvolvidas, pode causar a morte lenta de várias populações humanas na Terra, apesar de estas comerem todos os dias (Nascimento, 2009).

A fome reconhecida como crônica ou oculta constitui-se quando todo o grupo morre lentamente de fome apesar de comer todos os dias, devido à constante falta de determinados nutrientes na dieta diária. Por isso, ela corresponde à desnutrição ou insuficiência de quantidade (energia) ou qualidade de nutrientes da alimentação, provocando doenças que levam à mortalidade em decorrência do insuficiente consumo

diário e até mesmo ao mau uso biológico dos alimentos. Como um problema crônico e persistente, nesse caso, a fome detém-se na restrição contínua de alimentos, com consequências que variam de muito leves a extremamente graves, que silenciosamente atingem a população. As principais manifestações da fome enfrentadas pelos indivíduos ficam claras nas condições desumanas, custos sociais e econômicos altíssimos, pois o problema afeta desde a capacidade de aprendizagem das crianças até a produtividade dos adultos (Castro, 1966b).

Nenhuma catástrofe pode desintegrar um ser humano em um sentido tão pernicioso como a fome. As pessoas famintas ou movidas pelo apetite exibem os comportamentos psicológicos muito perturbadores, que mudam como qualquer outro animal torturado pela fome (Valente, 2003). Ao começar pela descrição feita por Valente (2003),

Ver os filhos passarem fome é [igualmente] passar fome. Comer lixo é passar fome. Comer o resto do prato dos outros é passar fome. Comer [apenas] uma vez por dia é passar fome. Ter que humilhar-se para receber uma cesta básica é passar fome. Trocar dignidade por comida é passar fome. Ter medo de passar fome é estar prisioneiro da fome (p. 57).

O dano representado pela fome pode ser físico, neurológico, irreversível, além de caracterizar-se prejuízos nos domínios cognitivo e emocional das pessoas. O quadro de desnutrição que atinge o ser humano de modo físico e o deixa mentalmente debilitado torna-o vulnerável, e suas funções orgânicas e capacidades ficam comprometidas para realizar trabalhos normais. Nessa complexidade funcional e fisiológica, é concebível que a “dor da fome” seja presenciada, mas não sentida, ou considerada incompreensível para quem não a sofre. As manifestações psicológicas desse problema existem quando a incerteza de um fluxo constante de alimentos afeta um indivíduo ou família, porque eles temem ficar sem comida se os alimentos não estiverem disponíveis ou inacessíveis (Burity *et al.*, 2010; Ziegler, 2012).

O debate sobre a fome ampliou-se e tornou-se mais complexo, passando a ser entendido por múltiplas causas. Isso começou a ser feito por Castro (1984) e aprimorado por Vasconcelos (2005) ao aprofundar a sistematização do debate e das discussões temáticas. A fome tornou-se um fenômeno que pode ser expresso numa condicionante individual ou coletiva, ou identificado de diferentes formas: endêmica ou epidêmica, parcial ou total, ou, como define o termo em inglês “*starvation*”, um fenômeno confinado à pobreza extrema e emergências especiais, além de fomes mais frequentes e severas com

suas consequências numéricas. A fome endêmica pode ser definida como uma manifestação coletiva e de longo prazo, ao mostrar seus efeitos de forma perene nas populações humanas, enquanto a fome epidêmica seria de curta duração e intermitente. Por outro lado, a fome total está relacionada ao modo coletivo que atinge grupos em áreas de extrema pobreza, que se encontram em fome quase absoluta.

As influências que repercutiram na literatura sobre a fome sustentaram-se em duas linhas gerais, uma condicionada pela ótica das clínicas que a entende como doença, e outra que a percebe como uma privação humana criada por processos sociais históricos. A fome nem sempre foi estudada como um fenômeno social até ser analisada pelo contingente da distribuição desigual de renda entre populações de diferentes países. Além disso, sua produção social não se limitou à quantidade nutrientes e ingestão calórica diária (Narayan *et al.*, 2000; Freitas, 2003; Pinheiro, 2009; Winnie, 2017).

Além das diversas definições oficiais sobre o tema, é relevante ressaltar que o problema pode ser percebido em diferentes graus, a partir de manifestações físicas que ameaçam a saúde e a vida do indivíduo. De forma mais concreta, a fome pode ser considerada relativa quando a qualidade da alimentação torna-se comprometida, mesmo que não haja limite de quantidade de alimentos, e a fome absoluta acontece quando a pessoa passa por um período de limitação de acesso ao alimento, que pode piorar e agravar a fome do indivíduo; este último termo costuma ser utilizado pela FAO para referir-se à fome crônica ou desnutrição (Burity *et al.*, 2010).

Castro (2003) afirma que a fome e as suas consequências não são um fenômeno natural, mas social. Assim, o direito humano universal à alimentação só pode ser concretizado com ações sociais e coletivas por meio da implementação progressiva de políticas.

2.2 AS EXPLICAÇÕES CAUSAIS APRESENTADAS PARA A FOME

A fome é fenômeno político, derivado não apenas da parcimônia e da inatividade do Estado, mas também, muitas vezes, do efeito causal das práticas políticas. Conseqüentemente, as vítimas foram caracterizadas não tanto pela pobreza, mas pela falta de poder simplório para exigir o respeito de seus direitos e exercer pressão política sobre o Estado. Além disso a fome deve-se à falta ou ao fracasso de um contrato político entre os governantes e a população, que impõe aos primeiros obrigações de respeitar direitos humanos para satisfazer necessidades e direitos básicos dos cidadãos, em particular o

Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) (Sen, 1981; Castro, 1966a; De Waal, 1997). Nesse sentido, Sen (2001) já indicava com muito bons critérios que, em países onde existisse democracia, nunca deveria haver fome.

Ao longo da história, as explicações causais para a fome passaram por vários períodos. Dentre eles, surgiram os conceitos e mitos que resumem a fome coletiva no movimento histórico. Além disso, centraram-se em grande parte no pensamento das camadas hegemônicas da sociedade e, por muito tempo, criaram diversas possibilidades de entendimento, uma delas considera essa privação como um flagelo intransponível, tal qual a praga da Idade Média. Uma explicação natural para a fome foi dada com base no antigo conceito de Thomas Malthus, em decorrência da escassez de recursos e crescimento populacional exponencial. A ideia de Malthus fazia referência à fome que deveria limitar o número de pessoas no mundo, porque a superlotação poderia ter sérias consequências econômicas para os suprimentos voltado aos alimentos (Castro, 1966a; Freitas, 2003; Ziegler, 2012).

O maior foco na fome e em suas consequências veio após a Primeira Guerra Mundial, época na qual o país que dominava a oferta de alimentos passou a controlar outros povos, porque precisavam manter seus exércitos bem alimentados e aptos para a guerra. Após o fim da Segunda Guerra Mundial, os países começaram a preocupar-se com a fome, razão por que surgiram instituições como a agência líder mundial em gestão da produção de alimentos e desenvolvimento rural, a *Food and Agriculture Organization* (FAO), a qual foi criada justamente pela necessidade urgente de enfrentar esse problema nos países desenvolvidos e em desenvolvimento (Vieira; D'ornellas, 2012; Rabelo; Ruckert, 2014).

Diante disso, Avila (1990) refere-se aos registros historiográficos e às percepções do campo científico, para demonstrar que os países, ao serem desvinculados das condições de penúria impostas à população, iam em direção à política de crescimento da riqueza. Essa questão mostrou-se presente na necessidade de um exército industrial de reserva, para garantir a reprodução do capital no período de desenvolvimento das sociedades pré-industriais, as quais demonstraram não apenas ignorar a fome, mas também mascarar o reconhecimento da desnutrição como uma entidade doente.

As visões sobre a determinação social surgiram na literatura no final da década de 1970, quando os autores identificaram uma das principais condições, para o aparecimento da desnutrição infantil com a condição de renda e a forma como a família estava envolvida no processo produtivo. Nesse mesmo período, a segurança alimentar ainda era

desconsiderada como um fator da questão produtiva, mas tal situação mudou quando as reservas globais de alimentos se tornaram insuficientes, devido às quebras de safra causadas pela seca. A identificação dos fatores essenciais para a existência de segurança alimentar possibilitou o surgimento de um novo e mais amplo entendimento sobre o conceito de fome. Contudo, o autor Amartya Sen advertiu que a fome e a desnutrição estavam relacionados ao acesso das pessoas aos alimentos e não a sua escassez (WFP, 2009; Burity *et al.*, 2010).

Em resposta ao agravamento do novo surto de fome, as Nações Unidas promoveram a primeira Conferência Mundial sobre Segurança Alimentar em 1974, que passou a apoiar a indústria química no contexto de escassez de alimentos, ao defender a Revolução Verde iniciada desde o final da Segunda Guerra Mundial. Como resultado do encontro, foram desenvolvidas diversas medidas de combate à fome, como a ampliação do uso de matérias-primas modernas, pesquisas agronômicas, ações de extensão e capacitação de agricultores, programas voltados à melhoria da nutrição, pesquisas sobre o uso possível da terra e água, armazenamento, ampliação do papel da mulher, redução do custo da guerra, prestação de ajuda aos países africanos, melhoria das condições do comércio internacional de alimentos e estabelecimento de um sistema mundial de informação e alerta sobre alimentos e agricultura. Dessa forma, a compreensão da segurança alimentar só pode ser mantida pelo prisma da produção, pois foi resolvido o problema da escassez de alimentos, mas manteve-se o flagelo da fome. Em consequência, a produção deixou de ser considerada a única área em que se incluía o problema da disponibilidade de alimentos (Maluf, 2007; Ortega, 2008; Burity *et al.*, 2010).

A falta de alimentos disponíveis não é uma condição suficiente ou necessária para a permanência da fome ou da inanição. O autor Sen observou que não atenuou significativamente a disponibilidade de alimentos durante os períodos de fome que atingiram Bengala em 1943, Etiópia no ano de 1973 e Bangladesh no período de 1974. Nesses países, observou situações como salários em colapso, aumento dos preços dos alimentos, desemprego e queda dos preços da carne, que intensificaram a situação da fome, sendo todas questões atreladas à área de acesso a alimentos ou de mercados (WFP, 2009).

Segundo Chonchol (2005), no início da década de 1980 emergiram algumas novas questões com maior atenção por parte dos Estados. Sobretudo o ponto que diz respeito à ligação entre a produção agrícola alimentar, o desenvolvimento rural e da agricultura. Um momento em que a fome não era única consequência do resultado da produção

insuficiente de alimentos, mas deteve-se na marginalização econômica de certos grupos populacionais, ao mesmo tempo em que o mundo produzia muito mais alimentos do que o necessário para alimentar uma população inteira.

Mais tarde entre as décadas de 1980 e 1990, o Estado usava a justificativa econômica para a permanência da fome, que esteve ligada de modo direto a falha de mercado e da pobreza ao reduzir a capacidade de obter alimentos. Assim, em 1989, na décima segunda Conferência Mundial da FAO, a organização ampliou a abrangência da segurança alimentar ao incluir no conceito termos ligados à produção suficiente, estabilidade de capacidade e de acesso para todos que precisavam de alimentos. Desde meados da década de 1990, tentou-se demonstrar que a explicação para a fome no terceiro milênio mostrou-se quase sempre ligada a razões políticas (falta de vontade ou de ação política relevante), e teve a ver com a conformidade aos direitos humanos pelo Estado como garantia destes e no desempenho de seu papel protetor (Sen, 2001; Burity *et al.*, 2010).

Após a Conferência Internacional sobre Nutrição que ocorreu em Roma em 1992 e a Cúpula Mundial da Alimentação realizada em Roma no ano de 1996, aumentou a atenção global sobre a segurança alimentar e a fome. A Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) concentrou-se na contribuição para a segurança alimentar na cúpula, que reuniu mais de 180 países para comprometê-los de modo formal a reduzir pela metade o número de pessoas com fome a nível mundial até 2015 (Vivero; Porras, 2008; Millán Smitmans, 2014).

Na Cúpula Mundial da Alimentação, em 1996, primeiro, foi necessário identificar as condições da população para entender a fome e suas causas, definição que inclui quatro aspectos importantes como: disponibilidade, acesso, uso e estabilidade de alimentos. Por isso, a fome passou a ser considerada uma consequência da insegurança alimentar, que, por sua vez, estava enraizada na pobreza (WFP, 2009).

Dentre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), lançados pela ONU em 2000, foi incluído no ODM 11, cujo compromisso deteve-se em reduzir pela metade a proporção de problemas sociais. Depois de passados cinco anos, em 2002, quando os dados mostravam um progresso insuficiente na luta contra a fome, a FAO convocou uma segunda Cúpula Mundial da Alimentação, na qual os participantes trabalharam juntos para analisar as razões da falta de progresso significativo no combate à fome. Na conclusão desse evento, os representantes vislumbraram um cenário em que se apresentou

a falta de vontade política e de recursos necessários, razão por que se mostrou impossível avançar na erradicação da fome (Vivero; Porras, 2008).

Para alcançar os objetivos propostos, buscou-se um compromisso efetivo não apenas dos governos, mas também de todos os atores sociais (públicos, privados, instituições financeiras e organizações internacionais), que resultou na formação da aliança internacional contra a fome para acender vontade e medidas práticas através das coalizões políticas. A aliança internacional sobreviveu do progresso das alianças nacionais, que serviu ao mesmo propósito, mas no nível de cada nação individual. Com isso, chamou-se a atenção para a necessidade de esforços conjuntos e coordenados para aumentar os resultados em todos os níveis governamentais. A partir desse debate, a redução drástica do número de famintos teve estado na agenda política de todos os governos (Vivero; Porras, 2008).

A partir do ponto de vista histórico, diferentes estratégias políticas estiveram relacionadas ao combate à fome, as quais foram tradicionalmente direcionadas a grupos de baixa renda. A fome pode ser considerada uma mazela, um fruto de classe, gênero, raça/etnia, um produto da exploração capitalista, das relações sociais de dominação econômica e política. Ao mesmo tempo, em cada país, com a existência de uma divisão hierárquica de poder geopolítico, a fome encontra-se entre os fatores de domínio do comércio, troca e distribuição por meio de relações internacionais entre os países (Vivero; Almeida Filho, 2010; Rosaneli *et al.*, 2015).

A fome causada por condições sociais, econômicas e políticas determinadas por padrões estruturais e/ou correspondentes à produção de alimentos, ao poder de compra e ao impacto das crises econômicas sobre a pobreza. Em outras palavras, a fome torna-se uma manifestação de uma sociedade com extrema desigualdade, cuja eliminação exige mudança social. Essas abordagens incluem o corpo da sociedade (a dificuldade de obtenção de alimentos e as formas pelas quais os indivíduos se integram à sociedade no processo de produção) e são sempre interpretadas como contextuais e questionáveis na constante falta de políticas públicas efetivas para mudar essa condição social (Freitas, 2003, p.38).

Os dados das Nações Unidas encontraram na pobreza, na falta de grandes investimentos na agricultura (infraestrutura, armazenamento, distribuição), nas mudanças climáticas, nos desastres naturais, na guerra, na instabilidade do mercado, na migração e no desperdício de alimentos as principais causas da fome (FAO, 2019). Castro (1984) ilustrou diferentes determinantes da fome causadas por fatores naturais, sociais, culturais e históricos ao se aproximar de referências clínicas e epidemiológicas, além disso incluiu

os desastres naturais e as desigualdades sociais como também responsáveis pela quantidade e qualidade insuficientes de alimentos nas dietas.

Tudo isso impacta negativamente no acesso ao mercado e nos custos de transação. A falta de acesso a bens, tecnologia, infraestrutura, serviços, saneamento básico e escolas, as mulheres excluídas da terra, educação, cargos gerenciais e a possibilidade de livre circulação, que é protegida em muitos lugares por lei ou cultura, ou ainda normas não escritas, podem ser consideradas elementos que têm como consequência a fome. As comunidades remotas e com poucos recursos nas áreas rurais tendem a ter uma maior concentração dessas consequências. Essas informações mostram que fatores visíveis e invisíveis que impedem o acesso a bens produtivos, ou “pobreza patrimonial”, contribuem em grande medida para níveis muito altos do problema da fome (Webb, 1998; Carter; Barrett, 2006; Ahmed *et al.*, 2007; WFP, 2009).

Essas causas foram motivadas por formas denominadas fome estrutural ou conjuntural, que ajudam entender melhor os danos causados pela má distribuição de alimentos. A fome estrutural, talvez por ser menos reconhecida e ideologicamente reproduzível, torna-se permanente. Ela destrói a dignidade do ser humano por causar devastação mental e física e pode ser considerada a principal responsável por ocasionar uma dor que só desaparece com a morte do corpo do indivíduo, bem como é resultado das relações sociais de produção, consumo, distribuição, circulação e troca de produtos. Por outro lado, a fome conjuntural ocorre de modo esporádico e depende de situações causadas por desastres naturais, como terremotos e inundações, ou situações de guerra, sendo mais visíveis e espetaculares por dificultar a produção de alimentos, destruir economias, desintegrar sociedades e enfraquecer instituições que afetam o desenvolvimento econômico de qualquer país (Paulo Netto, 2011; Ziegler, 2012).

Ao analisar as linhas que perpassam a fome, Freitas (2003) viu a importância de compreender tal problema sob uma nova perspectiva, que possa repensar todo o fenômeno, refletir sobre a complexa interação do campo antropológico com aspectos sociais, econômicos, clínicos e epidemiológicos. A erradicação da fome, que foi criada ao longo de séculos, gerou um problema multidisciplinar, cujo processo sentiu a necessidade de combinar implementação de políticas públicas como um direito humano, com ações para transformar a cultura da fome e melhorar as sociedades desiguais.

A permanência de milhões de sujeitos que não conseguem cumprir as três refeições diárias não pode ser considerada apenas como um desafio técnico quanto ao que, onde, quando e como fazer, mas sim como um desafio para a sociedade. A fome não

deve ser analisada apenas como um problema social, humanitário ou tecnológico, seja do ponto de vista agrônomo quanto médico, ou de qualquer área científica. Não é apenas um problema político ou culpa do sistema econômico, ou ainda do sistema de produção, distribuição e aquisição de alimentos; a invisibilidade da problemática é perigosa, e por essa constatação foi que a fome também se tornou uma prioridade política e social (CEHAP, 2006; Castro, 2013).

Castro (1984) demonstrou que a fome e a pobreza só podem ser enfrentados por meio da inclusão social e de políticas públicas de alimentação segura para todos os habitantes, o que se tornou uma exigência para a efetivação da reforma agrária e distribuição equitativa de renda. É importante salientar que a insegurança alimentar e a consequente fome crônica criam um círculo vicioso, que só pode ser interrompido se o consumo de alimentos for atendido adequadamente e possibilitado a todos os trabalhadores e a todas as famílias. Com a análise de Sen sobre a situação econômica caracterizada pela escassez dos alimentos por causa dos preços, demonstrou-se que, embora muitas famílias tenham acesso a alimentos, não têm dinheiro suficiente para comprar em quantidade, ou a mesma qualidade, porque seus recursos não aumentaram no ritmo dos preços dos alimentos.

Segundo Vivero e Almeida Filho (2010), a América do Sul apresentou os melhores resultados na meta de combate à fome na América Latina e no Caribe. Seu histórico de sucesso permitiu que essa meta reduzisse pela metade o número total de pessoas sofrendo com as consequências da fome. O combate à fome na agenda política da América Latina e do Caribe foi resultado de diferentes forças, coordenadas ou não, que trabalharam na mesma direção contando com a organização social. Existem cientistas, agências internacionais e organizações políticas que contribuem para manter a fome no centro da política social e até reforçam uma abordagem alternativa que leva em conta a soberania alimentar e a coesão social.

A associação da fome com o acesso ou falta deste aos alimentos tem produzido importantes mudanças na discussão sobre o impacto do sistema econômico, tornando-se necessário compreender a probabilidade específica de ter acesso à alimentação, ou seja, incluir-se a complexidade de obter um prato de comida na mesa. Essa relação estrutural da fome pode ser reconhecida em uma gama cada vez mais ampla de impactos interligados e bifurcados em doenças mais ou menos visíveis/óbvias, que levaram a diversos impactos na vida de pessoas que sofrem com o problema e seus efeitos sistêmicos.

2.3 POLÍTICAS DE COMBATE À FOME

Após a Segunda Guerra Mundial, emergiram de modo promissor ideias, movimentos e estatutos, que passaram a constar na pauta do ideário da sociedade civil e na agenda do poder público para o combate à fome. Da mesma forma, os conceitos, propósitos e princípios de lei explicaram a nobre pretensão entre os objetivos da política na preservação da vida, na busca de uma sociedade fraterna, no combate aos diversos graus de insegurança alimentar e na erradicação da fome da população (Batista Filho, 2003; Morgado, Hack, 2019).

Depois que as economias dos variados continentes entraram em colapso no início do século XX, o flagelo da fome passou a ser reconhecido como um problema global. Uma vez que a fome passou a afetar o funcionamento da economia e da sociedade como um todo, porque os alimentos nunca conseguiram ser compartilhados via sistemas automáticos de produção ou atividades agrícolas, nem distribuídos por meio de atos de caridade, tal crise levou à criação de políticas e programas de emergência para aliviar alguns dos problemas associados à fome (Graziano Da Silva; Takagi, 2004).

A realização da primeira pesquisa alimentar do Brasil revelou uma importante contribuição para a necessidade de promover políticas públicas, por conta das demandas em garantir um salário-mínimo adequado, permitir aos trabalhadores o acesso a uma alimentação saudável e proteger a segurança alimentar. Na época, foi proposto uma cesta básica, que sacrificava metade do salário do trabalhador médio, mas insuficiente para atender às necessidades alimentares em termos de calorias, proteínas, sais minerais e vitaminas essenciais da população (Batista Filho, 2003). Essa foi considerada uma das primeiras manifestações de intervenção governamental de combate à fome.

Os trabalhadores foram obrigados a passar fome devido ao desemprego, juntamente com a falta de uma rede de segurança que fornecia recursos financeiros (Sen, 2000). Para Graziano da Silva e Takagi (2004), a fome precisou ser reconhecida como uma manifestação extrema dos desequilíbrios estruturais de um país para surtir a compreensão que ela precisava efetivamente ser combatida. As causas da fome na condição estrutural desafiaram a articulação da ação governamental ao processo mais amplo de *advocacy* ao incluir estímulo ao desenvolvimento local através do aumento da produção familiar, incentivos à geração de emprego e renda, funcionamento da economia como um todo, à ação e tendências políticas e sociais que afetavam direta ou indiretamente o potencial alimentar, entre outros.

As políticas que envolveram a fome foram adotadas de forma prioritária para fornecer meios básicos de subsistência às famílias de agricultores, pescadores, população quilombola, ribeirinhos, imigrantes, povos indígenas e suas comunidades. Ao mesmo tempo, criaram mecanismos dinâmicos em outros setores da economia, como produção e distribuição de alimentos, investimentos em infraestrutura e pesquisa de segurança alimentar, vinculados à geração de emprego e renda, à igualdade de acesso a recursos financeiros e produtivos. Com a responsabilidade dos governos em assegurar políticas que promovam a paz, equidade de gênero, estabilidade social, econômica e justiça (Graziano Da Silva; Takagi, 2004; Hirai; Anjos, 2007).

As iniciativas que foram sendo incluídas nas políticas públicas de combate à fome não surgiram como uma ação única. Um plano foi elaborado ao levar em consideração as questões de saúde, saneamento, educação, além do papel das comunidades e do meio ambiente nos padrões econômicos e culturais de ação abrangente para abordar a segurança alimentar e incluir o bem-estar da família. Contudo, foram feitas considerações adicionais, que incluíram questões relacionadas aos cuidados básicos do lar, como amamentação, atenção, carinho e preparo dos alimentos, além de questões relacionadas à educação familiar, à informação e estimulação psicossocial, ao direito à vida, ao respeito à dignidade humana, ao acesso universal e igualitário à alimentação adequada, à segurança alimentar, ao respeito à diversidade local e regional, ao direito da sociedade à informação e ao controle social (Hirai; Anjos, 2007; Morgado; Hack, 2019).

A intervenção do governo pode criar mecanismos considerados emergenciais, e outros permanentes para a população em situação de vulnerabilidade, excluída do mercado de trabalho e/ou não possuidora de renda suficiente para incluírem-se no mercado de alimentos e garantir uma alimentação adequada para suas famílias. De tal forma que essa dinâmica estimulou o aumento da oferta de alimentos de baixo custo, mesmo em detrimento do autoconsumo e/ou produção de subsistência. A criação de políticas de combate à fome tornou-se um processo dinâmico e permanece em constante mudança, por ser afetado por muitas influências externas. Isso pode ser visto no clima político, bem como nas várias controvérsias em andamento das instituições governamentais (Graziano Da Silva; Takagi, 2004; Magalhães, 2014).

O combate à fome trouxe efeitos positivos para a construção da cidadania, pois os recursos que foram direcionados para a produção e comércio local de alimentos e vinculados a medidas estruturais tornou-se incentivo à produção local de alimentos por meio da incorporação de políticas de aquisição de alimentos e construção de canais de

distribuição. Muitas soluções de longo prazo para combater a fome incluíram a criação de sistemas alimentares mais eficientes, sustentáveis, resilientes e inclusivos. Além disso, esses sistemas passaram a incentivar condições dignas de trabalho para todos os agricultores e trabalhadores em toda a cadeia alimentar (Graziano Da Silva; Takagi, 2004).

As políticas governamentais coerentes com o problema passaram a funcionar a partir da organização ativa de partidos políticos, organizações não-governamentais e outras instituições, no intento de criar condições para o diálogo entre os atores sociais em torno dos mesmos objetivos. Por outro lado, tornou-se dever do Estado garantir o direito à alimentação de modo mais efetivo, com base na participação das diversas classes sociais, por meio da criação da política nacional de segurança alimentar de cada país. Os governantes de diversos países passaram a preocupar-se e enfrentarem juntos essa realidade a fim de combater a fome de seus povos (Sen, 2000).

De acordo com Nascimento (2009), os caminhos das políticas públicas de combate à fome agregaram os direitos humanos à segurança alimentar e nutricional, à soberania alimentar e ao acesso à alimentação adequada e saudável. A história dessa política pública perpassou referenciais, conceitos distintos, ou apropriações da realidade e da sociedade que nortearam e orientaram a discussão sobre o problema de intervir no sentido da ordem pública (governo).

2.3.1 As políticas de combate à fome e o paradigma das evidências

O desenvolvimento da pesquisa voltada a políticas de combate à fome disseminou-se de modo diferenciado entre os países, devido à implementação de tecnologias destinadas a aumentar a disponibilidade de alimentos por meio de métodos de produção intensivos do movimento da Revolução Verde. Apesar da possibilidade da criação de um excedente de alimentos dos grupos dos agroquímicos, produtos alimentícios, matérias-primas e tecnologia de produção, isso não foi uma ação suficiente para eliminar a fome no mundo (Ramos; Cuervo, 2012).

De acordo com Burity *et al.* (2010), a sociedade humana alcançou o século XXI imersa em uma grande contradição, porque nunca se chegou tão longe em termos de progresso e conquistas em todos os campos do conhecimento (científico, tecnológico, sociológico), mas, ao mesmo tempo, não se resolveram problemas tão antigos da civilização humana. A fome e suas consequências foram incluídos na lista de eventos que

ilustram essa contradição. Sem contestar tal inquietação, a fome tornou-se o maior pesadelo da humanidade em um mundo de prosperidade sem precedentes.

A contradição na natureza alimentar para os diferentes níveis de desenvolvimento econômico dos países ficou evidente no final da década de 1980, quando a oferta de alimentos não conseguiu resolver o problema da fome nos países pobres. Nesse contexto, a disponibilidade, acesso, uso e estabilidade dos alimentos foram incluídos em uma discussão que se limitou à produção e à oferta de alimentos (Burity *et al.*, 2010).

A pesquisa de Amartya Sen desafiou a noção de que a fome estava relacionada apenas à disponibilidade de alimentos, ao considerar questões pertinentes ao acesso e suas ligações com os processos políticos, sociais e econômicos. O reconhecimento da importância da segurança no contexto do abastecimento alimentar impulsionou o desenvolvimento de novas abordagens, que começaram a incorporar um elenco diferenciado de discussões, tais como as desigualdades de acesso aos alimentos, a concentração da comercialização em poucos locais, a industrialização dos sistemas alimentares, a sustentabilidade ambiental, o monopólio de sementes, a transgenia, questões de saúde, dentre outros (Boland, 2000; Carr, 2006; Kickbusch, 2011).

Em suma, torna-se importante enfatizar que o conceito de segurança alimentar se tonou mais amplo e englobou a garantia pela ingestão de alimentos. Passou-se a considerar tanto a qualidade e quantidade dos alimentos, quanto os serviços de saúde e as condições ambientais que garantem o estado nutricional adequado dos indivíduos. Tal conceito pode ser dividido em quatro categorias: (1) na condição de segurança alimentar, o indivíduo não sofre com problemas de acesso aos alimentos, em termos qualitativos ou quantitativos e não há preocupação de que os alimentos venham a faltar no futuro; (2) Na questão da insegurança alimentar leve, existe a preocupação com a falta de alimentos no futuro próximo; (3) a insegurança alimentar moderada manifesta-se numa situação de comprometimento da qualidade da alimentação na busca por manter a quantidade necessária e (4) a insegurança alimentar grave, que se mostra numa deficiência quantitativa de alimento, a qual pode levar o indivíduo à situação de fome.

Ainda, movimentos desenvolveram a ideia de soberania alimentar, entendida como o direito das pessoas a alimentos nutritivos, culturalmente adequados, acessíveis e produzidos de forma sustentável e ecológica, determinando seus próprios sistemas alimentares e de produção (Almeida Filho; Sholz, 2008; Burity *et al.*, 2010; Santiago; Almeida Filho, 2014).

Todavia, ambos os conceitos são frutos de disputas que se reproduzem em diferentes conjunturas, portanto apresentam definições dinâmicas. A razão está no próprio desenvolvimento social que vai apontando novas dimensões ou alterando a natureza de outras. Assim, existe notória diferença do problema nos países centrais e periféricos, visto que, enquanto os países centrais facilmente conseguem alimentos nutritivos por meio de produção ou importação, os países periféricos enfrentam insuficiência de renda e dificuldades de avançar para um sistema produtivo eficiente e autônomo (Almeida Filho; Tavares e Azevedo, 2019, p. 723-724).

Para Abramovay (1991), a fome representa um fenômeno quantitativo entendido como o ato de incapacidade de obter alimentos e ingerí-los. Ele também acredita que a fome se tornou uma doença social, porque prejudica não apenas os indivíduos que não se alimentam, mas também a sociedade. O autor cita o exemplo de uma criança que estuda em uma determinada escola em que crianças bem nutridas têm melhor desempenho do que crianças desnutridas, ou seja, as crianças com melhor desempenho são aquelas que são bem alimentadas. As pessoas que estão com fome terão mais dificuldade em manter o raciocínio lógico, porque a fome pode levar à falta de estímulo e ao prejuízo em sua capacidade de aprender. O aluno na escola com incapacidade de concentração e baixa capacidade de aprendizagem devido ao problema da fome será o trabalhador mal remunerado de amanhã por não ser qualificado, dinâmica que também está presente em áreas pobres e de desigualdade social.

Os dados da Organização das Nações Unidas (ONU) de junho de 2002 mostraram que 815 milhões de pessoas no mundo passavam fome, 25 mil morriam todos os dias em decorrência de desse problema e 1/6 da população mundial (principalmente mulheres e crianças) estava desnutrida. Tal pesquisa reflete o resultado que o maior progresso foi feito antes de 2008 e, desde então, os esforços para combater a fome diminuíram e estabilizaram-se no caminho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM's). A partir disso, a tendência da fome foi revertida, ao mesmo tempo que foi revivida, pois os dados nacionais e globais passaram a demonstrar que garantir um suprimento adequado de alimentos continuava a ser uma importante contribuição para acabar com a fome. No entanto, não era suficiente somente produzir mais alimentos na forma de grãos ou tubérculos, porque a boa nutrição e a eliminação da fome exigiam uma dieta alimentar adequada a todos (Webb *et al.*, 2018).

Em primeiro lugar, foi necessário levar em consideração determinadas situações, como aquelas em que os países foram, muitas vezes, estáveis em termos de políticas de crescimento equitativas, que não só aumentavam a riqueza de poucos, mas também reduziram a pobreza em geral. Em segundo lugar, esses países usavam sistemas de

segurança para os pobres e investiam em serviços acessíveis (educação, saneamento básico e saúde). Em terceiro, eles foram responsáveis por responder prontamente a choques (econômicos, ambientais ou de conflito) para aliviar o sofrimento humano (Webb *et al.*, 2018).

A partir disso, mostra-se que o problema da fome não resulta apenas da ausência de produção, e que todo arcabouço que envolve tal problemática tornou-se a prioridade nas políticas públicas. A ONU e a FAO reconheceram as complexidades da fome devido às diferenças e hierarquias entre os determinantes domiciliares locais, nacionais e globais. O perfil demográfico do domicílio, gênero, escolaridade, saúde, renda, estabilidade financeira, conhecimento sobre hábitos alimentares, disponibilidade de tempo para as mães, emprego e participação em programas sociais tornaram-se fatores determinantes de cada família. Além disso, também foram considerados vários fatores locais e regionais, como estabilidade política, disponibilidade de alimentos saudáveis e necessidades básicas, custos de produção, disponibilidade de alimentos e preço, preconceito, desigualdades étnicas e raciais, serviços de saúde e educação, custo das necessidades básicas, emprego, salários e estabilidade, cultura alimentar, saneamento básico, vigilância sanitária, rede socioassistencial, etc. (Almeida Filho; Tavares e Azevedo, 2019).

Ao identificar problemas em todo o sistema que interfere no combate à fome, uma abordagem mais ampla da política pública ajuda a redefinir as prioridades de intervenção, moldar novas estruturas políticas e arranjos institucionais. Nessa abordagem, aparecem questões relacionadas aos custos dos alimentos, à desigualdade social e econômica, bem como ao acesso a bens e serviços públicos, ao bem-estar social, à cultura, à sustentabilidade, ao meio ambiente e à saúde pública (Caraher; Coveney, 2004; Lang; Barling; Caraher, 2009).

As ações bem-sucedidas compreendem uma combinação de intervenções de combate à fome, o Quadro 1 fornece detalhes de políticas e programas baseados em evidências em uma variedade de setores, que passaram a ser conhecidos por reduzir a fome e lidar com desnutrição.

Quadro 1 - Exemplos de ações para combater a fome e a desnutrição em todos os setores

Setores de intervenção	Sensível à nutrição (lidando com causas subjacentes)	Específico para nutrição (lidando com sintomas específicos)
Agricultura	Promoção e apoio à produção hortícola dos pequenos agricultores; investimentos em pesquisa e extensão apoiando ganhos de produtividade em alimentos ricos em nutrientes; promover o desenvolvimento do mercado de alimentos para aumentar a renda dos pequenos agricultores e a acessibilidade dos preços a dietas ricas em nutrientes	Extensão agrícola aprimorada com mensagens sobre escolhas alimentares ideais; facilitar o acesso às finanças rurais para agricultores, processadores de alimentos e comerciantes (especialmente com foco no envolvimento das mulheres); intervenções que apoiam níveis ótimos de consumo de alimentos ricos em nutrientes (por exemplo, promoção/vacinação de aves, comercialização de ovos, comercialização de frutas/legumes na cadeia de frio).
Saúde	Estabelecimento de serviços de saúde de alta qualidade e alta cobertura, incluindo aconselhamento nutricional e saúde reprodutiva; redução efetiva da carga de doenças infecciosas; promoção de orientações dietéticas baseadas em evidências para a população	Promoção e facilitação do aleitamento materno exclusivo e desenvolvimento da primeira infância, suplementação alimentar direcionada para mães com baixo peso; transferências de renda para populações em risco; suplementação de micronutrientes; gestão de doenças (acesso a mosquiteiros impregnados, redução da poluição do ar doméstico através de fogões e combustível melhorados); desparasitação materna (que pode melhorar a anemia)
Educação	Matrícula universal e retenção de meninas nas escolas; uso de escolas para fornecer instrução sobre nutrição e saúde; promoção da sensibilização para uma alimentação saudável através da horta escolar; iniciativas curriculares aprimoradas sobre dieta e atividade física	Refeições/lanches saudáveis fornecidos nas escolas (e outras instituições), usando alimentos adquiridos localmente, conforme apropriado; desparasitação e vacinação na escola; programas de educação pós-escolar para meninas adolescentes, com foco em nutrição e saúde pré-natal
Água e saneamento	Programas nacionais e locais que eliminam a defecação a céu aberto; fornecimento universal de água potável; promoção de boas práticas de saneamento e higiene	Promoção das boas práticas de higiene e saneamento nos agregados familiares; uso de fontes de água melhoradas; facilitando o acesso a banheiros melhorados
Desenvolvimento de mercado	Fortificação de micronutrientes de alimentos amplamente acessíveis, incluindo iodização de sal; regulamento de qualidade e segurança alimentar	Desenvolvimento de estradas vicinais rurais e outras infraestruturas (facilitando a venda de produtos e o acesso a uma diversidade de produtos frescos nos mercados)
Construção de resiliência	Implementação de redes de segurança social eficazes que suavizam os fluxos de renda e o consumo de alimentos entre grupos vulneráveis	Preparação para o estabelecimento rápido de gestão/tratamento direcionado da desnutrição aguda; uso direcionado de produtos alimentares nutritivos especializados para indivíduos em risco em emergências

Fonte: Webb *et al.* (2018, p. 3).

A política de combate à fome começou a ser implementada nos países ao integrar política agrícola, sistemas de energia, controle de preços e distribuição de alimentos com as políticas sociais através da introdução de ações que evoluíram nas abordagens

educacionais tradicionais. As campanhas de importação de alimentos tornaram-se vinculadas a práticas educacionais, pois, nesse período, acreditava-se que a fome e a desnutrição eram decorrentes da falta de acesso à educação (Almeida Filho, Tavares e Azevedo, 2019).

No momento que as questões do combate à fome passaram a ser politizadas, uma análise comparativa da política alimentar em diferentes países conseguiu mostrar as fragilidades dessa combinação com outras políticas governamentais. A política de subsídios e proteção aos produtores nacionais tornou-se limitada e, desse modo, os agricultores embarcam na produção em grande escala e passam a exportar cada vez mais para se manterem no negócio. Como resultado, intensificaram-se a degradação ambiental, os problemas de saúde e reduziu-se a disponibilidade de produtos para alimentação dos indivíduos. Essas equações tornam-se difíceis de gerenciar sem considerar uma perspectiva intersetorial das políticas de combate à fome (Caraher; Coveney, 2004).

Para avaliar o estado alimentar e nutricional de populações não existe um único indicador. Por isso, cada avaliação realiza-se através de uma combinação de indicadores com diferentes aspectos, levando em consideração a saúde, economia, comportamento e percepção individual. Segundo a Organização Mundial da Saúde, o estado nutricional avaliado por medidas antropométricas já foi um indicador ideal para alguns estudos com objetivo de analisar as desigualdades em atenção à saúde e desenvolvimento econômico. Portanto, tornou-se um indicador clássico mais encontrado em pesquisas e avaliação de políticas públicas. Entretanto, devido ao aumento da prevalência de obesidade entre a população vulnerável, os indicadores tradicionais como as medidas antropométricas deixaram de atender à demanda do público e, dessa forma, para definir novos indicadores para medir a fome, foram lançados projetos conjuntos entre organizações não governamentais (ONGs), instituições acadêmicas e órgãos governamentais (Radimer *et al.*, 1992; Hamilton *et al.*, 1997).

Diante disso, foram assinados tratados internacionais no campo dos Direitos Humanos, que reconheceram os direitos dos povos de estarem protegidos da fome e de terem acesso a uma alimentação adequada (Magalhães, 2014). De acordo com Fragata e Zimmermann (2017), certos termos foram utilizados na formulação de políticas públicas e ações de combate à fome nos países latino-americanos. Nesse caso, soberania e/ou segurança alimentar, o combate à desnutrição e à insegurança alimentar advêm das ações de prevenção, por meio da alimentação saudável, do cuidado dedicado ao recém-nascido,

desenvolvimento rural e são termos comuns inclusos nas políticas e programas de combate à fome utilizados pelos governos da região.

2.3.2 As políticas de combate à fome na América Latina e no Caribe

O diagnóstico e a evolução das políticas de combate à fome na América Latina destacaram-se em três principais momentos. Até a década de 1930, o problema do abastecimento que envolvia a questão da oferta alimentar da população movia-se cada vez mais para as grandes áreas urbanas. Na dinâmica criada pela modernização da agricultura nas décadas de 1960 e 1970, as questões de produtividade intervêm-se com o crescimento da população, levando à escassez de alimentos. A partir desse período até o final da década de 1980, a fome passou a ser percebida como um problema de intermediação e de políticas voltadas para a regulação de preços, além de controle da oferta de alimentos (Belik; Graziano Da Silva; Takagi, 2001).

Desse ponto de vista, o problema da fome deveria ser resolvido pelo aumento da oferta de alimentos, embora essa referência tenha perdido força desde a década de 1980, por haver informações que confirmaram a existência de alimentos suficientes para atender à demanda, exceto em áreas específicas, como zonas de conflito ou de difícil acesso. Por fim, no início da década de 1990, os problemas de abastecimento começaram a ser enfrentados por meio da desregulamentação do mercado, na expectativa de que o crescimento econômico pudesse gerar renda para as famílias com extratos de renda mais baixos. Com a institucionalização de medidas e ferramentas neoliberais desde a década de 1990, a intensidade do problema da fome variou entre países, sendo que os sul-americanos continuaram a lutar contra a pobreza e a desigualdade social, mesmo após dois séculos de independência, através de acordos ou tratados comerciais e outros instrumentos normativos, medidas e diretrizes gerais (Fouilleux; Bricas; Alpha, 2011).

Outrossim, a fome foi um conceito mais limitado e específico, enquanto a insegurança alimentar tornou-se um conceito mais difundido com a problemática nos países da América Latina e Caribe. A Cúpula Mundial da Alimentação de 1996 preconizou a possibilidade da segurança alimentar com a garantia de disponibilidade de alimentos nutritivos em todos os momentos, e com a viabilidade de seu acesso pelos indivíduos de modo físico, suficiente e seguro, para atender às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares para uma vida ativa e saudável (Millán Smitmans, 2014).

Além disso, o conceito de segurança alimentar e nutricional (SAN) priorizado na América Latina desde os anos noventa destaca:

[...] se há segurança alimentar, não pode haver fome, mas o conceito de segurança alimentar é mais amplo do que a simples eliminação permanente da fome. Apesar disso, as análises e políticas a serem aplicadas são de certa forma semelhantes para ambos os conceitos. As ações públicas para acabar com a fome também aumentarão a segurança alimentar (Millán Smitmans, 2014, p. 111).

Tal demanda sintetizou um movimento cujas questões centrais distanciaram-se do foco pelo fim da fome e remontaram a pontos mais amplos, voltados à garantia do direito humano à alimentação adequada, ao incluir questões sobre o acesso à alimentos em quantidade e qualidade, elementos de cidadania e proteção ambiental relacionados à alimentação. Em síntese, o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) ganhou uma nova dimensão e foi integrado às políticas públicas de combate à fome de vários países. Em meados dos anos 2000, a fome e insegurança alimentar, embora conceitos relacionados, não se configuravam como o mesmo evento nos países latino-americanos (Chonchol, 1987; Almeida Filho; Gomes Junior, 2010; FAO, 2011).

Os estudiosos investigaram a quarta fase da pobreza numa avaliação no progresso feito após anos 2000, em que demonstraram significativo crescimento de economias ao longo desse tempo. Esta fase ficou marcada pela implantação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio na América Latina e no Caribe. Por isso, a pobreza no período pós-2000 registrou mudanças estruturais na condição dos pobres. O quadro político de combate à fome surgiu em diferentes graus e configurações na grande maioria dos países, e a crise alimentar de 2007-2008 reativou, expôs e fortaleceu a demanda por produção agrícola, o que forçou os governos a retomarem como objetivo de muitas políticas alimentares em cenários internacionais (Grisa *et al.*, 2021).

Dos 17 países da América Latina que participaram da Frente Parlamentar contra a Fome na América Latina e Caribe (FPH-ALC), realizada em 2015 em Lima/Peru, um número de 12 países contavam com leis de segurança e soberania alimentar. Segundo dados da *Política Nacional de Seguridad Alimentaria y Nutricional* (PSAN), pertencente à Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), dos dez países sul-americanos analisados, cinco possuíam leis específicas para segurança alimentar, sendo a Argentina em 2003, o primeiro país a adotar uma política nesse sentido; o Brasil, em 2006; Venezuela, em 2008; Equador, em 2009; e Bolívia, em 2013. Os países que assumiram o direito à alimentação de forma constitucional, direta e aplicável a toda a população foram Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guatemala, Guiana, Haiti,

Nicarágua, Panamá e Suriname. Os países que aceitaram o direito à alimentação de um determinado grupo específico foram Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, Guatemala, Honduras, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana e Uruguai. Os países que atenderam com políticas públicas tanto à população em geral, quanto a grupos específicos acreditavam que alguns grupos vulneráveis precisam de suas próprias políticas de proteção, além daquelas oferecidas à população em geral.

A América Latina se tornou uma das regiões mais avançadas em diversidade de intervenções de combate à fome. Embora essas políticas tenham sido promovidas em vários países da região latino-americana, alguns dados sugerem que a fome e a desnutrição ressurgiram em altas taxas de prevalência. Primeiro, com a crise econômica e política que levou a fortes aumentos de preços e que afetou tanto os países importadores quanto os exportadores de alimentos, mesmo os países mais ricos do continente encontraram-se numa posição muito difícil, ao que a FAO os considerou como de baixa segurança alimentar e nutricional. O ressurgimento da desnutrição do Brasil afetou mais de 5,2 milhões de pessoas em 2017, e, com impacto da epidemia, foi registrado o número de 19 milhões pessoas em situação de fome (insegurança alimentar grave) e outros 43,4 milhões não tinham nada para comer (insegurança alimentar moderada ou grave) no final de 2020 (Sabourin; Grisa, 2018; FAO, 2018; Grisa; Niederle, 2019; Rede PENSSAN, 2021).

Muitos países começaram a discutir o problema da fome pela primeira vez na história com a crise econômica. Além disso, as discussões políticas devem-se ao aumento de questões de saúde pública relacionadas à desnutrição, bem como discussões sobre soberania alimentar, direitos alimentares, patrimônio cultural, mudanças climáticas, sociobiodiversidade e saúde. A característica comum dessas políticas foram as intervenções com intuito de combater a fome e a desnutrição, por meio de mecanismos que permitiram aos grupos vulneráveis o acesso a alimentos mais baratos, por meio da oferta de produtos alimentícios acessíveis e de alta qualidade (Griza *et al.*, 2021).

Em uma região onde era abundante a comida, a fome foi considerada um escândalo ético e moral que afetou todos os sujeitos, trazendo altos custos econômicos e sociais para a sociedade, porque retardou o desenvolvimento econômico e social dos países. Como aconteceu com qualquer problema social sério e mal resolvido, as explicações e os argumentos apresentados foram questionáveis (Millán Smitmans, 2014).

A fome passou a não ser mais vista apenas como uma escassez global de alimentos, tornando-se uma questão de acesso limitado a alimentos para certas

populações. A política do governo concentrou-se em circuitos específicos de distribuição de alimentos controlados ou organizados pelo Estado, incluindo ferramentas como distribuição de alimentos, cesta básica, transferência de dinheiro para sua aquisição, cozinhas populares e comutárias e merenda escolar (Gurgel *et al.*, 2020; Griza *et al.*, 2021).

A principal diretriz para enfrentar a fome foi o suposto crescimento econômico e seu impacto na redução da pobreza. Nesse caso, a política pública tornou-se responsável pela regulação macroeconômica, o que permitiu que grandes corporações e redes de distribuição desempenhassem um papel de liderança no abastecimento global de alimentos (Herrera *et al.*, 1977; Jarosz, 2011).

Ortega *et al.* (2007) descreveu a evolução registrada pela FAO até a erradicação da fome ser incluída como um dos Objetivos do Milênio – talvez o tema de maior impacto político direto na região. Essa consequência reflete a ideia de que as sociedades modernas não podem (e nem devem) viver em condições de extrema fome e pobreza, portanto, devem buscar certas políticas para eliminá-las. A política antipobreza não está no papel político dos países capitalistas em geral, mas foi chamada de política supranacional, pelo representante da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e Programa Mundial de Alimentos (PAM) na Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento realizada em Monterrey, México, 2002. Desde então, foi apresentado em outras publicações da FAO, de outras organizações internacionais e tem sido tradicionalmente reconhecido como o caminho certo para combater a pobreza.

A FAO enfatizou a importância da agricultura e do desenvolvimento rural, pois estudos mostraram que 70 a 75% dos pobres do mundo viviam em áreas rurais. Para a instituição, o caminho deveria priorizar a necessidade de estimular o desenvolvimento rural, além de melhorar a produtividade e o acesso ao mercado para agricultores familiares e pequenos proprietários. Em geral, as ações sugerem que a política pública para erradicar a fome e a desnutrição devem ser baseadas em um caminho da ajuda alimentar e o caminho do desenvolvimento econômico (Millán; Smitmans, 2014).

Por outro lado, muito esforço tem sido feito para garantir que essas linhas de ação sejam tomadas a partir de uma perspectiva de direitos alimentares nos últimos anos. O primeiro grupo de programas foi pensado como um subconjunto de programas e políticas sociais conhecidos como intervenções de ajuda alimentar e/ou redes de segurança social. O segundo grupo de programas pode ser considerado da via estrutural, como um

subconjunto de programas de desenvolvimento produtivo ou no nível macroeconômico, como políticas que facilitam o desenvolvimento rural e conexão entre áreas rurais e urbanas (CEPAL, 2004).

Alguns países implementaram programas para combater a desnutrição infantil e aliviar a pobreza e, em alguns casos, até forneceram grandes subsídios alimentares, mas a redução da pobreza foi dissolvida na política social. Em muitos casos, a responsabilidade foi compartilhada entre vários ministérios e agências. Assim muitos dos programas públicos relacionados à fome e à segurança alimentar vão e vêm periodicamente, dependendo das mudanças e necessidades políticas de cada país (Millán Smitmans, 2014).

Na maioria dos casos, existiram programas eficazes que foram voltados para o objetivo final de erradicação da fome, como mostram os resultados de pesquisas, segundo os quais ocorre a persistência da fome em 40% dos domicílios pesquisados após implantação do Programa de *Comunidades Rurales del Milenio* na Guatemala. As conclusões sobre os efeitos dos programas de transferência condicional existentes em outros países da região mostram que eles têm um efeito positivo sobre o nível de consumo total de alimentos das famílias. Essas estimativas sugerem que as famílias gastaram mais dinheiro para comer alimentos melhores e mais nutritivos (Macours; Schady; Vakis, 2008; Angelucci; Attanasio, 2009; Millán; Smitmans, 2014; Arnés *et al.*, 2019).

Os programas e atividades específicos evoluíram ao longo do tempo e conforme a construção do conhecimento, os quais foram adaptados às realidades de cada país e às circunstâncias específicas. Outro dado desse estudo, que merece destaque, foi a incidência de insegurança alimentar grave (indicador de fome em adultos e crianças) tornar-se menor do que a insegurança alimentar leve ou moderada, possivelmente em decorrência de programas de distribuição de renda, como o Programa Bolsa Família, do Brasil. Desde 1980, a Argentina vem tendo uma longa história de desenvolvimento de programas alimentares, em que vários programas foram desenvolvidos em nível nacional para atender às diversas necessidades nutricionais da população. Durante a crise de 2001, era um país caracterizado pela superabundância de alimentos, e a questão da alimentação ganhou ainda mais importância na agenda das políticas públicas, quando as necessidades sociais se tornaram crescentes diante das enormes dificuldades em atender às necessidades alimentares da população desde 2015 (Millán Smitmans, 2014; Suzart *et al.*, 2017).

Como o caso apresentado por Walsh, Poy e Tuñón (2020), a melhoria da segurança alimentar foi um efeito colateral potencial da *Asignación Universal por Hijo* (AUH). Um mecanismo importante que se refletiu em remessas que aumentaram a renda familiar e elevaram o padrão do consumo. Attanasio *et al.* (2012), constataram que o *Familias em Acción* contribuiu tanto para a renda familiar, quanto para a participação dos gastos com alimentação em decorrência do repasse desse recurso. Angelucci *et al.* (2012) descobriram que Programa Oportunidades, implementado no México, também aumentou a ingestão de alimentos ao público beneficiado. Salvia, Tuñón e Poy (2015), que estudaram o AUH em 2010-2012, constataram que esse programa reduziu a insegurança alimentar.

Em resumo, os programas de alimentação escolar variaram em objetivos, mas sempre incluíram o controle da fome em curto prazo (Allen; Gillespie, 2001). Com a implementação do Programa Colación BKN do Chile, aumentou o consumo de frutas e verduras por alunos, por fornecerem frutas três vezes por semana, o que pode ser considerado uma contribuição de intervenção eficaz para o combate à fome (González *et al.*, 2014). Os resultados mostraram que o Programa de Aquisição de Alimentos foi eficaz nos municípios com maior probabilidade de implementá-lo em populações com condições de vulnerabilidade (Figueiredo Salgado *et al.*, 2017). Os resultados do estudo mostraram que a adesão efetiva à merenda escolar foi muito baixa nas escolas urbanas e nas escolas rurais, indicando que as metas e objetivos do programa não foram alcançados (Tiborski Cesar *et al.*, 2020). O Relatório de Avaliação da Pobreza do Banco Mundial (2006) mostrou que os programas de abastecimento de alimentos e desenvolvimento rural de Honduras foram direcionados de modo adequado para altos níveis de pobreza e considerados pró-pobres – por exemplo, os alunos pobres receberam mais benefícios do programa do que alunos que não viviam na pobreza (Boland; Brautigam, 2010).

Os restaurantes subsidiados pelo governo no Sul do Brasil tornaram-se componentes importantes da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e desempenham um papel fundamental na garantia da segurança alimentar e nutricional, bem como no direito à alimentação de populações vulneráveis (Oliveira *et al.*, 2020). O potencial de populações vulneráveis à fome em Estados com cozinhas comunitárias (CCs) não foi contestado, mas os Estados com os mais baixos Índices de Desenvolvimento Humano não implementaram as cozinhas em suas comunidades até o momento do estudo (Bandoni *et al.*, 2010). A iniciativa de desenvolvimento sustentável tornou-se uma

ferramenta importante para garantir que segmentos da população tivessem acesso a uma alimentação adequada e acessível (Branquinho *et al.*, 2015).

A nutrição adequada tornou-se essencial para atender ao direito à alimentação das populações, que continua sendo uma questão, a qual precisa ser abordada por meio de políticas públicas locais na perspectiva dos direitos humanos (Herrán; Patiño, 2015). A chegada de pessoas deslocadas afetou de modo adverso a situação alimentar da comunidade de destino; em consequência, a vulnerabilidade da comunidade alvo aumentou. O país dos migrantes pareceu ter uma maior dependência da ajuda alimentar e uma maior taxa de despesas com alimentos (Bohada, 2010). Os resultados de estudos sobre a *Red Solidaria* sugerem que a migração está associada à melhoria do estado nutricional infantil e à melhoria do estado nutricional das crianças durante períodos de alta dos preços dos alimentos (De Brauw; Peterman, 2011).

Enquanto os países da América Latina, como Brasil, Bolívia, Argentina, Uruguai e Equador aprovaram políticas públicas para proteger a soberania e a segurança alimentar, o Paraguai indiscutivelmente avançou pouco nesse tema. Para entender essa situação, o direito à alimentação costuma ser promovido por organizações internacionais; sendo assim, foi preciso analisar as contradições e desigualdades que surgiram no país em relação à política de Estado, cuja visão não mudou muito ao longo dos anos, independente da situação e reivindicações pela intervenção (Diaz; Benavidez, 2021). A qualidade de vida dos beneficiários do Programa de Subsídio Alimentar para Pobres na Colônia Indígena de La Promesa, no departamento de Presidente Hayes conseguiu melhorar o acesso às refeições diárias de idosos no Paraguai (Galeano Bate, 2019). A exemplo disso, Arciniegas e Peña (2017), chamam atenção para a situação nutricional na Colômbia caracterizada por um aumento significativo da subalimentação devido ao excesso de oferta de alimentos e a uma diminuição significativa da desnutrição em razão de deficiências nutricionais. Isso se reflete nas medidas antropométricas dos participantes do *Mejoramiento Alimentario y Nutricional de Antioquia* (MANA) incluídas no estudo de Hackett *et al.* (2010), que mostraram diferenças no consumo de suplementos alimentares dependendo do nível de segurança alimentar das famílias.

Nenhuma das intervenções no Equador teve um impacto significativo no consumo de alimentos. No entanto, há evidências de que os programas de *vouchers* tiveram um efeito positivo na diversidade alimentar (Ponce; Ramos-Martin, 2017). A agricultura da Nicarágua desempenhou um papel fundamental na economia e no abastecimento de alimentos, que estavam relacionados as políticas agrícolas e alimentares. Enquanto a

política agrícola, há muito tempo, incentiva as exportações agrícolas em detrimento da produção, no contexto de importações massivas de alimentos, a política alimentar tem-se limitado, por muitos anos, a ajustar aspectos sanitários da produção, comercialização, *marketing* e consumo de alimentos. Embora a atenção à autossuficiência alimentar tenha começado na década de 1980, foi somente em meados dos anos 2000 que a soberania alimentar se tornou uma agenda política, levando a mudanças nas instituições na América Latina e Caribe (Freguin-Gresh; Cortes, 2021).

O interesse do governo pelas necessidades alimentares do povo mexicano remonta ao início do século XX, no contexto dos primeiros governos a reconstruir o país após a revolução. Os planos e programas alimentares mexicanos foram desenvolvidos em momentos específicos (crises naturais, sociais, econômicas e políticas) e afetaram a segurança alimentar e nutricional para atender a necessidades específicas (bem-estar, merenda escolar), que tendem a promover a produção de alimentos básicos, como leite e carne. A princípio, isso se deve à rápida urbanização e ao crescimento gradual da população nas principais cidades do país (Barquera; Rivera; Casca-Garcia, 2001).

Esta tornou-se um dos principais fatos que orientaram a política alimentar do México; quanto mais a população concentrou-se nas cidades, mais necessidades e estratégias para atenderem às necessidades alimentares foram exigidas do Estado. Quanto maior o número de populações desfavorecidas, mais se eleva a desnutrição nas áreas rurais e urbanas, o que repercute em maior e mais ampla necessidade de políticas e programas sociais. O México enfrentou atrasos no fornecimento de alimentos saudáveis, suficientes para as populações rurais marginalizadas (Sanchez *et al.*, 2019).

No caso do Peru, a política de segurança alimentar concentrou-se no setor agrícola, enquanto os programas sociais de alimentação foram implementados pelos setores sociais como o Ministério de Desenvolvimento e Inclusão Social e o Ministério da Saúde. Esse tipo de sistema impediu que os problemas de segurança alimentar fossem totalmente resolvidos. Os formuladores de políticas focaram de modo deliberado e direto em ações que não abordaram a insegurança alimentar como um todo (Trivelli; Urrutia, 2021). Os resultados de estudos mostram que o PIN que compôs a estratégia de nutrição do governo peruano reduziu de modo efetivo a desnutrição (Beltrán; Seinfeld, 2011).

Além disso, forneceram dados para facilitar a implementação de políticas que afetaram os resultados de aprendizagem, ao reduzirem a pobreza e a desnutrição (Andersen *et al.*, 2015). O Projeto Estratégico de Segurança Alimentar da FAO implementado no México mantém-se ativo desde 2003, e tem contribuído para atividades

produtivas e projetos destinados a melhorarem a segurança alimentar doméstica em Regiões com alto índice de marginalizadas do país (Bolom Martinez *et al.*, 2015). Ao contrário dessa afirmação, existem estudos que mostraram a insegurança alimentar atingindo uma proporção significativa da população de Montevideú, Uruguai (Rossi *et al.*, 2017). Isso mostrou a baixa efetividade na promoção da segurança alimentar e uso ineficiente de recursos públicos (Cruz-Sanchez *et al.*, 2016).

Um conjunto adequado de políticas para a erradicação da fome esteve contido na chamada abordagem bilateral ou paralela. Por um lado, foi preciso criar condições para que os famintos aumentassem sua capacidade de ganhar o suficiente para comer. Ao mesmo tempo, existiu a necessidade urgente de atender a todos aqueles indivíduos que não tinham condições de suprir as necessidades básicas com alimentos adequados e nutritivos e passavam fome. Quando se forneceu apenas comida, ou apenas subsídios e transferências monetárias para comprar comida, os famintos resolveram temporariamente os seus problemas, mas tornaram-se dependentes do Estado e/ou de doadores, dessa forma não pôde ser resolvida a fome a longo prazo, do mesmo modo os indivíduos não recuperam sua dignidade e valor como seres humanos. Também houve a necessidade de serem criadas as condições adequadas para que os mais vulneráveis pudessem desenvolver suas habilidades e tivessem acesso aos alimentos de que necessitavam por meio de seus próprios esforços e atividades (Millán Smitmans, 2014).

Nas últimas duas décadas, a América Latina e o Caribe tornaram-se uma conexão global no campo da formulação e implementação de políticas públicas de combate à fome. A Região foi reconhecida pelo cumprimento da meta estabelecida no ODM's em 2000, em diminuir em 50% o índice da fome até o ano de 2015 (FAO, 2015a). Esta área foi pioneira no desenvolvimento da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) de Segurança Alimentar e Nutricional e erradicação da fome até 2025, com o apoio da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), da Comissão para América Latina e o Caribe (CEPAL) e a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) (Vasconcelos, 2021).

Sendo assim, Néron e Mateluna (2021), concordam com as indicações de políticas públicas de alimentação, nutrição e saúde desenvolvidas ao longo de vários anos, as quais foram iniciadas no início do século XX. Essas políticas têm enfoque nos problemas socioeconômicos e de saúde causados pela desnutrição e por altas taxas de mortalidade infantil, passando pela distribuição de alimentos e pelo controle da saúde nutricional de

diferentes grupos de acordo com suas sensibilidades existentes, além de atenderem a grupos com necessidades nutricionais especiais na América Latina e no Caribe.

2.4 POLÍTICA BASEADA EM EVIDÊNCIAS NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, as sucessivas crises no abastecimento de alimentos, o agravamento da fome e o aprofundamento da pobreza mundial, foi criada a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), a Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), que se tornaram as entidades em condições de contribuir com a avaliação de intervenções ligadas à fome na América Latina e Caribe. No século XX, Castro deu algumas contribuições para a análise da fome, como uma expressão da relação do homem com o meio ambiente, ao chamar a atenção para os limites da visão do desenvolvimento baseado exclusivamente no crescimento econômico (Castro, 1966a; Maluf, 2007).

Os pesquisadores reconheceram a importância crucial para o desenvolvimento da promoção de um diálogo efetivo entre os resultados da pesquisa e a formulação de políticas. A justificativa foi a crença crescente de que a política pública iria-se tornar mais relevante, confiável e sustentável se fosse promovida por métodos de verificação e monitoramento apropriados baseados em evidências (Carrizo, 2011).

As avaliações de políticas públicas realizadas nos países da América Latina e do Caribe buscaram contribuir para melhorar o desenho e a implementação de políticas públicas, com intuito de alcançar melhores resultados e impacto diante do enfrentamento de desfechos. Como parte desse processo, as políticas e programas seguiram e até intensificaram a discussão em torno da chamada abordagem baseada em evidências, cuja disseminação de informação científica tornou-se importante e quase única na região (Cardoso Brum, 2021).

Segundo Carrizo (2011), a maior parcela da literatura internacional que se dedicou a analisar essa questão provém dos países da região do Norte. As evidências constituíram-se em uma valiosa contribuição para a reflexão e elaboração de estratégias, para suplantar o distanciamento entre uma e outra dimensão do binômio pesquisa e política, ao considerar o avanço no debate sobre políticas públicas em um contexto aplicável regionalmente. A vasta literatura internacional sobre esse tema destacou a crescente necessidade de sustentar e apoiar os processos de formulação, tomada de decisão, implementação e avaliação de políticas públicas a serviço do desenvolvimento. Este se

tornou um fenômeno particularmente sensível na América Latina e no Caribe, tanto pelas condições de vida de sua população, quanto pela subjacente cultura política, social e científica.

Entretanto, as atitudes avaliativas críticas e construtivistas estiveram presentes nos governos latino-americanos e apareceram nos escritos acadêmicos através de trabalhos promovidos nas Ciências Sociais. Além desses trabalhos, houve relato de pesquisas sobre o papel da linguagem, argumento ou discurso de poder baseados em informações estatísticas selecionadas, que habituava mobilizar valores com o objetivo de persuadir outros estudos em um determinado contexto jurídico, institucional, econômico e social retomado nas políticas públicas (Cardoso Brum, 2021). A formulação de políticas baseadas em evidências no Caribe se ajustou para promover a boa governança e ajudar a melhorar a eficácia de políticas e programas (CEPAL, 2012).

Na sequência dessas experiências que abordavam o tema das evidências aumentou o número de palestras em congressos da EES e de artigos publicados no *Evidence & Policy Journal*. Em geral, as evidências se configuravam em questões como teste usado na avaliação de políticas (literatura de intervenção tradicional) e fatores que influenciaram nas pesquisas, entrevistas com informantes-chave, estudos de caso em setores como: saúde, energia, água potável, mudanças climáticas e outros. Vários artigos apontaram para a negligência da persuasão e negociação política por não se apoiar em evidências e recomendaram a análise do discurso, enquanto outros trabalhos sofreram influência de fatores pragmáticos alheios a dados científicos (Cardoso Brum, 2021).

A coleta e o uso de evidências de vários graus de maturidade foram institucionalizados numa junção de série de agências governamentais na América Latina e no Caribe, numa recomendação de não esgotar, mas de elencar, os pontos principais de todos os mecanismos para preparar tal estudo. A estrutura das diretrizes baseou-se na ferramenta *Supporting Policy Relevant Reviews and Trials* (SUPPORT), que consistiu em um conjunto de artigos para tomadores de decisão em programas e políticas de saúde. Outras diretrizes teóricas consultadas foram o *Guides for Preparing and Using Evidence-Based Policy Briefs* para a preparação e uso de documento de política baseada em evidências, bem como diretrizes emitidas por organizações como *Centers for Disease Control and Prevention* (CDC). Essa foi considerada a primeira publicação na América Latina e no Caribe a propor a incorporação em um documento de diversos conhecimentos científicos sobre a evolução da evidência política. Dessa forma, acredita-se que o Decit/SCTIE/MS contribuiu para a padronização, avaliação da qualidade e síntese de

dados para a política, que foi uma das etapas de transformação do conhecimento utilizado para subsidiar a tomada de decisões na área da saúde.

Existiu uma ampla concordância entre especialistas e elites políticas sobre a importância das evidências. Os estudos existentes na América Latina mostraram uma Região que compartilham muitas semelhanças entre os países, enquanto as distinções podem ser explicadas pelas constituições, investimentos, intervenções, não dependendo apenas de razões como o nível de desenvolvimento nacional, qualidade ou burocracia do Estado (Dargent *et al.*, 2018).

Os governos demonstraram um modelo de gestão aplicado ao considerar todas as alternativas de planejamento possíveis, como apontam as evidências apresentadas numa revisão realizada na América Latina. Na maioria dos casos, isso demonstrou que a evidência científica teve origem de dados e métodos examinados de estudos científicos, utilizados como insumos para tomada de decisão racionais e rigorosas, bem como se referiu aos diferentes aspectos que se relacionaram por meio de documentos, bancos de dados, estatísticas oficiais e outras informações coletadas sistematicamente, resultados de testes rigorosos ou relacionados a investigações objetivas na América Latina (Cardoso Brum, 2021).

O progresso em direção a um estilo de gestão eficiente e cientificamente sistemático foi identificado na América Latina e no Caribe. Num estudo do *Center for Learning on Assessment and Outcomes for Latin America and the Caribbean (CLEAR)* constatou que, em termos de resultados de avaliação, a evidência apresentou-se forte ou rigorosa em relação aos resultados ou produtos das revisões realizadas no Brasil, Chile e México; outros países como Colômbia, Peru, Equador e Argentina também compartilharam a insistência por evidências. As evidências nasceram no desenvolvimento de avaliações com avanços significativos na Colômbia, México e Chile (Cardoso Brum, 2021). Há que se dar destaque para o México, que apresentou maior avanço sobre esse assunto ao instaurar o artigo nº 134 em sua nova constituição, promulgada em 2004, segundo o qual as políticas públicas federais, estaduais e municipais passaram ser submetidas à avaliação constante de eficiência, eficácia e custo-efetividade (Magalhães, 2014; White, 2019).

No que diz respeito à avaliação de impacto envolvendo a evidência no México, esta foi desenvolvida pelo Conselho Nacional de Avaliação da Política de Desenvolvimento Social (Coneval) em nível federal e assumida sem maiores controvérsias pela maioria das agências estaduais e de avaliação especializada. Ao

resumir a avaliação à mensuração do lema da Coneval foi “o que se mede pode-se melhorar”, levantaram-se dados confiáveis e robustos, tratamento técnico rigoroso e medições de efeitos experimentais ou quase-experimentais em pesquisas (Cardoso Brum, 2021).

Várias pesquisas remetem aos estudos mexicanos que mencionaram as metodologias propostas pela abordagem baseada em evidência, como revisão sistemática, estudos de impacto experimentais ou quase experimentais e estatísticas de *Big Data*, ou grandes massas de dados sobre processos e produtos para monitoramento periódico (Davies, 2004; Flores-Crespo, 2013).

Após o processo de redemocratização do país na década de 1980, intensificou-se o debate sobre a avaliação de políticas e programas principalmente nas áreas sociais no Brasil, dada uma atenção especial para os resultados das intervenções estatais. De certa forma, essa perspectiva foi sustentada, como em vários países, pela chamada gestão baseada em resultados. Com exceção do setor saúde e no aspecto social, a geração e utilização de evidências em políticas públicas mostrou-se ainda em um estágio inicial de discussão em outras áreas de intervenção no Brasil. O país teve problemas de qualidade e acessibilidade de bases de dados, falta de pesquisadores e gestores públicos capacitados em avaliação e forte resistência corporativa (Magalhães, 2014; Beato; Silveira, 2014).

As evidências sobre o escopo das intervenções tornam-se a base para enriquecer os estudos de revisão na região. Dada a natureza complexa, interdisciplinar e colaborativa dos esforços, ajudam a ampliar as abordagens já adotadas nas ações de combate à fome ao analisar a *accountability* e o desempenho dos programas com base no enfoque experimental e análises de desempenho. As pesquisas enfatizaram a linha entre resultados e avaliação de processos, com foco em diferentes contextos locais de implementação, além de novas perspectivas e oportunidades para o tema na região (Magalhães, 2014).

Segundo Magalhães (2014) a avaliação de intervenções governamentais tem sido marcada pela busca de evidências de efetividade, eficiência e eficácia. Esses esforços têm contribuído para a sistematização de informações relevantes sobre o escopo das atividades na área de política alimentar e nutricional. Os estudos de avaliação dessa autora identificaram padrões clientelistas, de duplicação de clientela e de estratégias ineficientes de alocação de recursos. Esses estudos também mostraram o baixo impacto ou impacto negativo dos programas de distribuição de alimentos, que, apesar de seus altos custos, não atingiram as populações mais pobres.

Desse modo, os esforços destinados ao combate à fome foram cada vez mais envolvidos em parceria com organizações governamentais e da sociedade civil, setor privado, institutos de pesquisa, academia e comunidades com diferentes visões, práticas e recursos. As mudanças efetivas no perfil da segurança alimentar dos indivíduos estiveram relacionadas a fluxos interdependentes, mesmo que o foco se tenha concentrado no consumo ou na produção de produtos alimentícios. No que concerne às iniciativas para aprimorar programas de saúde, houve iniciativas que tencionaram concepções voltadas à causalidade, variáveis controladas, atribuição e linearidade das políticas de segurança alimentar e nutricional. Ao mesmo tempo, tornou-se difícil perceber efeitos ou produtos relacionados a uma única intervenção, porque tal linha de implementação costuma seguir uma natureza complexa, estratégia multifuncional, intersetorial e de operações interdisciplinares (Magalhães, 2014).

As iniciativas incluíram atuação em escolas, serviços de saúde, comunidades, meio ambiente, modelos econômicos e culturais. As intervenções governamentais contaram com resultados dependentes, influenciados por características relevantes, que podem ser traduzidas em conceitos, preocupações e escolhas dos atores locais. Além disso, a maior parte da experiência mostrou que os processos de tomada de decisão estiveram imersos em situações de conflito e negociação. Nesse caso não foi possível reconhecer como foi o processo que se deu na construção da intervenção, porque as interferências governamentais se desenvolveram de cima para baixo (*top-down*) ou de baixo para cima (*bottom-up*). Nesse cenário, as alternativas de avaliação levaram em consideração os resultados para a análise de processos (Magalhães, 2014). Por isso, o debate sobre a avaliação da política pública de combate à fome atraiu planejadores, pesquisadores e cientistas de vários campos e disciplinas na América Latina e no Caribe.

A próxima seção apresentará a abordagem e histórico baseada em evidências nas políticas públicas e suas dimensões na gestão pública.

3 CONCEITOS E DEBATES SOBRE A ABORDAGEM BASEADA EM EVIDÊNCIAS

Neste segundo capítulo, procura-se construir um pano de fundo para análise da política pública, com ênfase nos métodos que contribuem para análise de efeito das políticas de combate à fome. Ao abordar o tema por um viés teórico, foi possível contextualizar o objeto de estudo e compor um entendimento sobre a abordagem baseada em evidências, sua contribuição na avaliação de impacto de políticas públicas, levando em consideração os estudos científicos que apresentam resultados sobre os países da América Latina e do Caribe.

Primeiramente, foi feita uma apresentação sobre a interferência da abordagem baseada em evidências no processo de tomada de decisão dos representantes governamentais, esse assunto voltado ao que funciona ou não funciona para atingir os resultados das intervenções implementadas. Além disso, buscou-se pontuar os debates mais atuais, expondo conceitos, tais como política baseada em evidências, a evolução temática do termo abordagem baseada em evidências, bem como o contexto histórico que contribuiu para sua consolidação científica.

Em um segundo tópico, foram apresentados o paradigma metodológico causal, com um breve histórico da avaliação de impacto e sua contribuição para consolidação das políticas públicas, assim como explicação e uso do delineamento experimental e quase-experimental de pesquisa, que são fundamentais numa revisão integrativa. Ao mesmo tempo, foram expostos os principais problemas e entraves enfrentados pelo uso desses métodos e apresentados alguns estudos como exemplo de resultados da América Latina e Caribe.

3.1 O ESTADO DA ARTE SOBRE O CONTEXTO DAS EVIDÊNCIAS CIENTÍFICAS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Segundo Head (2008), há registros de existência de pelo menos três tipos de "saberes", ou seja, de "evidências", sendo elas: o conhecimento político, análise técnica e ciência rigorosa, numa proximidade e experiência prática no campo de especialização. O conhecimento político é construído por políticos, partidos e grupos organizados e envolve análise e julgamento de todos os atores políticos. Manifesta-se por meio da definição de prioridades, formação de agenda, ajuste de estratégia e tática, comunicação e ideologia.

A política, vista através das lentes do conhecimento político, pode ser considerada mais persuasiva e solidária do que uma “verdade objetiva”.

Ainda, Head (2008) fundamenta a segunda forma de evidência voltada ao conhecimento científico, construída por meio de análise técnica. Embora o autor não reconheça que se trata de resultados de revisões sistemáticas, ele ressalta a necessidade de garantir a qualidade e consistência dos dados no âmbito desse conhecimento. A terceira forma de evidência é aquela que surge no processo de percepção, ou o que ele também chama de ciência rigorosa.

Tal posição torna-se consistente com a tese de Majone (1997), que trata sobre como a conexão entre dados, informações e a conclusão da análise repercutiu como argumento para explicar que as políticas não passaram a existir de forma linear ou abrupta. Nesse sentido, muito menos os dados referentes a tais políticas surgiram de modo espontâneo, sejam eles estruturados (quantitativos) ou qualitativos.

O processo de comparar, de registrar diferenças ou contrastes torna-se a base da evidência científica de todos os processos diagnósticos de conhecimento. Qualquer ocorrência de conhecimento absoluto ou intrínseco sobre objetos isolados é considerada uma análise superficial. A evidência científica determina que os dados sejam inclusos pelo menos numa comparação, o que os torna úteis; em ambos os lados do processo, devem ser feitos com semelhante cuidado e precisão. À medida que os dados são transformados em informações e conhecimentos úteis, atendem-se aos princípios da abordagem baseada em evidências, que pretende preencher lacunas críticas na cadeia de valor. Essa abordagem enfatiza que é necessário ir além desses fatores para que os resultados da pesquisa científica sejam levados em consideração (Campbell; Stanley, 1963; Davies; Nutley; Smith, 2000; Petrosino *et al.*, 2001; Head, 2008).

De acordo com Nascimento e Dias (2022), as evidências a depender de como, por quem e para que é produzida – pode ser de natureza mais científica ou mais técnica. Além disso, surgem dentro e fora da estrutura estatal; no Estado, pode-se compilar evidências por meio de relatórios de monitoramento de desempenho financeiro e físico, avaliações de desempenho, cadastros, censos populacionais, registros administrativos, entre outras fontes. A evidência é outro elemento que pode ajudar a resolver problemas, mas que, por si só, não oferece respostas e nem soluções prontas para as ações governamentais, elas são passíveis de interpretação, abrindo muitas possibilidades de uso para subsidiar a ação governamental. Da mesma forma, os estudos focados no papel das atividades do Estado

alcançaram vieses importantes relacionados a quase axiomas do que "quanto mais evidências, melhor se torna a política", ou "o que funciona?" (*what works*).

Nesses casos, as evidências devem subsidiar as decisões que possam melhorar as condições de vida e o bem-estar de diferentes segmentos da população. O foco está no uso de evidências que possam fornecer informações que contribuam para a compreensão dos problemas coletivos existentes na sociedade e como subsídio para o desenho e implementação de políticas públicas, entendidas em seu sentido mais básico, como respostas estruturadas a problemas para alcançar metas realistas de mudança para os indivíduos (Bachelard, 2004; Nascimento; Dias, 2022).

Assim, ao considerar as evidências de políticas públicas, todos os dados e informações têm o potencial de melhorar a compreensão dos fenômenos de diferentes ordens – econômicas, sociais, culturais, políticas – e suas consequências (positivas ou negativas) em relação a diferentes objetos, regiões, contextos ou situações de vida. O mesmo movimento que permitiu uma compreensão mais ampla do que pode ser considerado uma fonte de conhecimento em políticas públicas também consentiu distinguir a evidência de outros argumentos mobilizados para justificar o trabalho da ação pública em uma direção e em detrimento de outras alternativas. Ao contrário das convicções e crenças pessoais, as evidências, sejam técnicas, científicas, profissionais ou locais, devem atender aos critérios do republicanismo e da isonomia (Nugroho; Carden; Antlov, 2018; Nascimento; Dias, 2022).

O influente psicólogo Donald Campbell foi responsável em escrever de modo persuasivo, sobre a necessidade de os governos fornecerem dados avaliativos aos tomadores de decisões sobre programas sociais. No entanto, os formuladores de políticas encontraram entraves na abordagem baseada em evidências, e Campbell até reconheceu essas limitações, no que diz respeito ao fato de que os funcionários do governo tenderiam a enfrentar uma série de dilemas políticos que implicariam o uso da pesquisa, por enfrentarem pressões políticas presentes na implementação de leis e diretrizes administrativas ou na definição de orçamentos, bem como relacionadas a problemas com dados de pesquisa (Petrosino *et al.*, 2001).

Nesse segmento, o uso deliberado de evidências de pesquisa, de procedimentos rigorosos e sistemáticos para coleta de dados ao traduzi-los em conhecimento formal e útil para a tomada de decisão tem contribuído na seleção entre diferentes alternativas de políticas públicas (Bracho, 2010). Davies e Boruch (2001) apontaram que dados científicos e de pesquisas sobre segurança alimentar e política agrícola apareceram com

destaque nas declarações do governo do Reino Unido. Uma delas fez referência à proibição francesa na compra da carne bovina britânica, quando o então Ministro da Agricultura, Nick Brown, frisou o fato de que as decisões de qualquer ministério do governo deveriam ser guiadas pela ciência. A grande maioria dos estudiosos argumenta que os formuladores devem estar cientes das pesquisas que afetam a política.

Weiss (1972) argumenta que o impacto das evidências de pesquisa na formulação de políticas expandiu-se como o caso do *Drug Resistance Education* (DARE). Nesse contexto, uma avaliação do antigo programa nacional de educação sobre drogas nas escolas concluiu que o programa não era eficaz. Tal programa foi cancelado em algumas escolas e foi revisto em outras. O artigo foi muito positivo ao reconhecer a falibilidade e as restrições de tempo da pesquisa em ciências sociais. O ponto final do artigo foi que houve muita retórica sobre a participação pública na tomada de decisões, mas não ficou claro como a participação pública afetou a formulação de políticas baseadas em evidências.

Na abordagem baseada em evidências defendida por United Kingdom (1999), são perseguidos alguns objetivos. Dentre eles, o primeiro desígnio visa à eficácia na política, porque uma base científica forte aumenta a capacidade de resolver problemas coletivos. Esse argumento torna-se coerente quando as políticas públicas se voltam para atender às necessidades e expectativas dos indivíduos e orientá-las. Essa abordagem também está associada à eficiência nos gastos, já que se trabalha com recursos públicos, que, por definição, costumam ser insuficientes, exigindo seu uso máximo, especialmente em tempos de crise. Há também o objetivo de responsabilização, porque a formulação e implementação de políticas tornam-se uma parte importante do processo democrático.

A abordagem baseada em evidências provou ser uma ferramenta importante de planejamento e política. As publicações de revisões de literatura acenderam à medida que a produção cresceu e aumentou a busca por conhecimento sistematizado. Uma consciência crescente de várias formas de evidência, objetivos e questões de pesquisa facilitou o desenvolvimento de vários métodos para sistematizar a literatura.

Segundo Chaves e Ramírez (2020), a perspectiva das Políticas Baseadas em Evidências (PBE) foi ganhando força devido ao interesse dos governos em substituir a formulação de políticas públicas puramente ideológicas por políticas públicas baseadas em pesquisas rigorosas. Em outras palavras, essa condição tem a ver com fazer a melhor pesquisa para determinar o que funciona e o que não funciona, ou ainda resolver ou reduzir um problema relevante, refletindo em governos mais racionais e estratégicos,

menos tendenciosos e populistas, independentemente de sua orientação política/ideológica subjacente.

Os primeiros proponentes do modelo racionalista falavam de Política Baseada em Evidência (PBE), como uma nova dinâmica na tomada de decisões de políticas públicas, por oporem-se ao que chamavam de "políticas públicas baseadas em opinião". Ao ser considerada uma velha dinâmica utilizada sem critérios rígidos, com dados/informações obtidos de pesquisas de qualidade incerta, baseados no uso seletivo de evidências (estudos individuais, independentemente da qualidade) ou opiniões não verificadas de especialistas, indivíduos ou grupos, muitas vezes inspirados por visões ideológicas ou preconceituosas, ou ainda por suposições especulativas. Essa foi a principal contribuição que permitiu distinguir os tipos de avaliações de políticas públicas de acordo com o nível e a qualidade do suporte empírico nelas baseado (Muir Gray, 1997a; Davies; Nutley; Smith, 2000; Davies, 2004; Chaves; Ramírez, 2020).

A principal característica da política baseada em evidências, para colocar o processo de formulação em uma ordem lógica, pode ser dividida em três fases: desenvolvimento de proposta de reforma, teste empírico do projeto e avaliação de política ou programa, que estão introduzidos no processo político tradicional, além de fazerem parte do algoritmo científico³, o qual não deve ser substituído em nenhuma circunstância. O principal objetivo de tal algoritmo é aprender a partir do contraste com a realidade, razão por que não substitui o sistema tradicional de decisão política, mas melhora a qualidade do processo de desenho institucional. Os reformadores acreditam que a razão deve prevalecer sobre a mera opinião na tomada de decisões, e que o maior símbolo dessa mudança consiste na evidência científica utilizada como base para a tomada de decisões e implementação de políticas públicas (Davies, 2004; Pinilla, Foncuberta, 2010).

A abordagem da política baseada em evidências tende a contribuir fornecendo as melhores evidências disponíveis em estudos científicos, ao converter os dados em conhecimento útil para melhorar a eficácia e ao ajudar sobre questões e nas decisões em políticas, programas e projetos. Os representantes políticos precisam de evidências que lhes permitam distribuir recursos e avaliar o progresso para alcançar os objetivos da organização e o eficaz gerenciamento. Por isso, tem sido uma área de crescimento no

³ Os algoritmos científicos têm sido considerados uma nova metaheurística inspirada no processo de pesquisa científica. Tal abordagem introduz a ideia de temas para encontrar espaço para resolver problemas difíceis. A expiração para tais algoritmos vem do ato de pesquisar, incluindo pensar, compartilhar conhecimento e descobrir novas ideias (Felipe, 2014).

campo da pesquisa, para qual ampliou-se a diversidade das ferramentas, métodos de análise e avaliação de políticas, bem como tem-se tornado um campo muito atraente para profissionais preocupados em criar bancos de dados com informações confiáveis e métodos aprimorados de avaliação e análise de políticas públicas (Head, 2010; Flores-Crespo, 2013).

A autora Bracho (2010), em seu artigo sobre política baseada em evidências, argumenta que as evidências não devem ser equiparadas a informações existentes, mas sim a dados gerados a partir de sistemas de informação da administração pública e dos próprios pesquisadores em suas atividades de avaliação, e que, ao usá-los, deve existir um argumento a ser feito. A evidência é uma informação ou dado disponível, compartilhado, e que fornece retroalimentação nas políticas públicas.

Para Davies (2004), a política baseada em evidências aplica-se a tudo “o que funciona”. Em particular, trata-se de ajudar as pessoas a tomar decisões informadas, colocando-as a par de melhores dados disponíveis no centro do desenvolvimento e implementação de políticas públicas. Bracho (2010) ainda complementa que essa contribuição está no fato de que a pesquisa pode fornecer as melhores evidências possíveis e está no centro do desenho e da implementação de políticas públicas.

A PBE pressupõe um certo grau de previsibilidade das políticas públicas e, portanto, a capacidade de planejar as ações governamentais. Embora nem sempre sigam o arcabouço conceitual da pura racionalidade, em que a política é definida a partir do centro com base no conhecimento abrangente das variáveis que afetam o processo produtivo, sua experiência internacional mostra que os esforços da PBE estão relacionados à racionalização do processo de políticas públicas. Como resultado, os mecanismos e atividades de coordenação e planejamento tornaram-se importantes nas burocracias estatais, em que a coleta e uso de evidências por especialistas tornou-se outro fator de retroalimentação para todo o sistema (Jaime; Ávila, 2022).

A política baseada em evidências não deve apenas aproveitar os resultados oferecidos da ciência social, mas pode ser considerada como uma ferramenta para o governo levantar questões sobre a relação entre governo e universidades, direitos de propriedade intelectual e liberdade acadêmica. A rápida popularidade da elaboração de políticas baseadas em evidências deve-se ao aumento do direcionamento, ao racionamento de serviços e à mudança para o financiamento baseado em resultados nos departamentos dos Estados Unidos. A formulação de políticas baseadas em evidências não pode ser dissociada de um contexto político mais amplo, em que a eficiência tornou-

se o valor político dominante, substituindo as preocupações sobre justiça e interesse por discussões sobre o possível e o prático, uma discussão que terminou em meios, não em métodos. No entanto, foi difícil argumentar que a eficiência não deve ser considerada importante e, ao mesmo tempo, tornou-se questionável, uma vez que esta pode ser mutuamente exclusiva ou incompatível com a viabilidade e a praticidade (MARSTON; WATT, 2003).

George Jones enfatizou que questões complexas requerem múltiplas fontes de evidências e que a formulação de políticas baseadas em evidências não se refere apenas a encomendar pesquisas ou usar informações privilegiadas. Ele também comentou que aprender fazendo torna-se melhor do que aprender com a teoria, o que a princípio pode parecer contradizer o ideal de Pawson de desenvolver uma teoria transferível. No entanto, torna-se de suma importância entender que Jones e Pawson estão-se referindo a diferentes partes e teorias do processo de tomada de decisão baseada em evidências. A própria formulação da teoria de Pawson tornou-se o que ele chama de teoria de nível médio, a qual se considera prescritiva, transferível, baseada em descobertas reais e não destinada a operar no vácuo. Jones referiu-se à teoria de grande alcance, a qual foi vista como acadêmica (Oliver; Pearce, 2017).

Lindblom (1990) apontou os limites éticos, políticos e operacionais da tecnocracia em um contexto democrático em seu livro publicado em 1980. O autor explica as tensões ainda fortes entre, de um lado, a razão tecnocrática e a análise científica e, de outro, a política e a democracia. Na realidade, esse debate parece estar longe de ser solucionado na teoria e na prática de grande parte da comunidade de gestores e técnicos das três esferas de governo. As ciências sociais não têm explicações infalíveis e plenamente consensuais para os fenômenos em estudo, muito menos para as questões complexas e multifacetadas que costumam ser tratadas nas políticas públicas.

Assim, Roberts (2005) faz referência ao movimento de políticas públicas baseado em evidências como a versão mais recente da busca por conhecimento útil e relevante para ajudar a solucionar problemas. Isso deve-se à ênfase moderna na solução racional de problemas, com ênfase no diagnóstico preciso e no conhecimento das relações de causa e efeito. Também adapta importantes questões políticas contemporâneas com análise de risco e as associa às respostas de mitigação. Em uma versão mais técnica da abordagem baseada em evidências, a ambição é obter o conhecimento necessário para refinar programas e criar instruções e "ferramentas" para resolver problemas. Então a famosa frase que define a maior parte do movimento está alocada em "o que funciona?".

3.2 A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA ABORDAGEM DE EVIDÊNCIAS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A ideia de evidências tem um início registrado na Grécia antiga, quando Aristóteles surgiu com o conceito de que diferentes tipos de conhecimento deveriam informar a criação de regras, por envolver uma combinação de conhecimento científico, prático e orientado por valores (Ehrenberg, 1999; Flyvbjerg, 2001).

Segundo Solesbury (2001), a utilização das evidências consolidou-se com o Iluminismo Europeu do século XVIII, quando a resolução dos problemas humanos buscava soluções esclarecidas baseadas na razão e na ciência, o que fortaleceu o chamado paradigma metodológico causal e passou a enfatizar o foco na análise das relações causais. Os princípios do Iluminismo nunca foram esquecidos na Europa e nos Estados Unidos, apesar dos altos e baixos, e as evidências assumiram inúmeras manifestações e aplicações em ações públicas.

No início do século XX, o positivismo lógico representa uma escola da filosofia da ciência que rejeitou especulações metafísicas, bem como o realismo representado por conexões de dados para prever fenômenos, e equacionou descrições de conhecimento de fenômenos experimentados. No entanto, muitos críticos usaram o termo positivismo para atacar os métodos quantitativos das ciências sociais em geral (Shadish; Cook; Campbell, 2002).

O pensamento sobre as relações com apoio de métodos quantitativos, qualitativos e intervenções experimentais marcaram o início da separação da ciência moderna da filosofia natural e da superação das explicações dos fenômenos naturais e sociais baseados em crenças mitológicas e místicas. Toda a estrutura conceitual e filosófica construída historicamente em torno do conceito de causa convergiu nessa direção ao mesmo tempo (Shadish, Cook, Campbell, 2002; Marino, 2012). Segundo Cano (2002), a causalidade nas ciências sociais fez parte, na maioria das vezes, do recorte probabilístico, e não determinístico; ou seja, a presença de uma causa aumenta, mas não garante a probabilidade de obtenção do efeito.

Essa forma de analisar e intervir sobre os fenômenos, teve em seus primórdios características unicasalistas para explicar a realidade natural e social, com a estruturação de teorias gerais que apontavam a existência do que seria a relação de causalidade fundamental, a qual seria suficiente para explicar o conjunto dos fenômenos, fosse com a utilização de métodos matemáticos ou com a utilização de métodos descritivos da realidade (Marino, 2012, p. 34).

Observe-se que os filósofos colocaram em dúvida a compreensão da relação causal. Entretanto, nesse caso, para os cientistas, não se questiona tal relação, pois ela foi posta pelo método científico. Para Durkheim, a relação causa-efeito não foi mais compreendida nos termos antropomórficos da tradição filosófica que precedeu J. S. Mills, mas na forma científica. Assim, essa relação supõe forças internas nos fenômenos naturais que produzem efeitos especiais em outros fenômenos. Essas forças podem ser inferidas de seus próprios efeitos, como é o caso da atribuição de "poder" de Durkheim aos fatos sociais. O conceito de causa de Durkheim esteve relacionado ao componente "unicausalista" (um certo efeito surge de apenas uma causa), da visão antropomórfica (de Aristóteles e Copérnico) em oposição à fórmula de Mill da pluricausalista, a qual se tornou difundida amplamente em pesquisas. Ao mesmo tempo, Durkheim (desta vez com Mill) também insistiu na natureza "determinista" do conceito de causa, como em sua análise do suicídio (1966). Para Cano (2006) essa questão desencadeou a suposição da causalidade como uma relação necessária e suficiente, ao contrário da maioria das observações sobre o assunto difundida atualmente.

Em 1948, Cochrane ingressou na unidade Médica do Conselho de Pesquisa em Pneumoconiose da *Cardiff University School of Medicine*, onde iniciou uma série de estudos pioneiros sobre o uso de ensaios clínicos randomizados (Cochrane Community Archives, 2017). No mesmo ano, teve um estudo conduzido pelo *Medical Research Council* (MRC) chamado de "Unidade de Tuberculose". O estudo da MRC apresentou como objetivo avaliar e estabelecer a legitimidade do efeito terapêutico da estreptomicina em pacientes com tuberculose pulmonar. Durante o teste, foram acumuladas algumas informações, em que se verificou a estreptomicina não era um medicamento adequado para o tratamento da tuberculose. Houve também um teste de velocidade, no qual as bactérias desenvolveram resistência aos medicamentos e à tenacidade de efeitos colaterais significativos do tratamento. No entanto, talvez o melhor resultado do artigo possibilitou uma atmosfera de grande respeito pelo modelo de investigação médica. Desde então, vários outros projetos semelhantes foram lançados, por se tornar um estudo importante em muitos aspectos, pois permitiu à Bradford Hill introduzir as técnicas dos *randomized clinical trials* (RCT – ensaios clínicos randomizados) no "mundo médico" e aproximar a abordagem experimental da investigação médica. Ele abriu um novo mundo de avaliação e controle que se tornou a chave para cuidados de saúde racionais (Cochrane, 1972).

Em 1965, Austin Bradford Hill publicou o documento, que ficou conhecido como o "Critério de Hill", o qual afirmava que uma relação causal (usando a relação entre uma

exposição e uma doença ou condição de saúde, medida pelo risco relativo) teria uma chance maior de "causalidade". Quanto mais critérios fossem atendidos, mais forte seria a associação entre eles. No raciocínio clínico, Hill argumentou que a "consistência" dos achados epidemiológicos devia ser acompanhada pelos resultados de outros estudos biológicos e clínicos, ou seja, a conhecida "plausibilidade biológica". Tais aspectos referiram-se às explicações plausíveis consistentes com o conhecimento atual de processos patológicos, que incluem conceitos como temporalidade, gradientes biológicos e evidências experimentais.

A análise crítica dos modelos de história natural da doença nas décadas de 1960 e 1970 foi particularmente rica e sugeriu uma abordagem mais ampla, que considera a relação entre saúde e problemas sociais. Uma vez que o indivíduo molda socialmente a sua vida em um período histórico, a intensidade e as manifestações de diversas doenças dependem das características de um determinado território, sejam elas sociais, culturais, econômicas, geográficas sejam, até mesmo, políticas (White; Williams; Greenberg, 1961).

O epidemiologista britânico Archie Cochrane escreveu um artigo em 1972, que se tornou referência mundial ao criticar a pouca atenção dada às evidências científicas na prática profissional e na tomada de decisões. Por isso, foi o pioneiro do movimento que defendeu o maior uso de evidências nas políticas públicas. No artigo, o autor atacou a complacência dos médicos que fazem pouco uso da pesquisa científica em sua prática diária. Como um sinal pessoal da ineficácia de Cochrane na prescrição de tratamento para pacientes com tuberculose nas décadas de 1940 e 1950, ele convocou uma revolução no sistema público de saúde, em que o uso de evidências se transformou em uma prática rotineira para profissionais e governos, eventualmente conduzindo a revolução das evidências em vários outros países.

Ao traçar o desenvolvimento histórico da prática baseada em evidências, tornou-se necessário prestar atenção aos Estados Unidos, onde, mesmo na década de 1980, houve uma "revolução" na Medicina Baseada em Evidências (MBE). Tal termo esclarece o processo de descoberta sistemática, a avaliação e o uso de resultados de pesquisas científicas como base para a tomada de decisões clínicas. Do ponto de vista histórico, a teve suas raízes no movimento de integração do sistema de saúde na Inglaterra e na introdução do *National Health System* (NHS). Uma das grandes conquistas da MBE foi o desenvolvimento de revisões sistemáticas e/ou metanálises. Ambas se tornaram métodos utilizados por pesquisadores para identificar diferentes estudos e analisar sobre

um tema criticamente, para fornecer o melhor resumo disponível das evidências (Mulrow; Cook; Davidoff, 1997).

Pela primeira vez na história no início dos anos 1980, com o advento da sociedade da informação torna-se possível, à medida que os sistemas de informática se mostraram mais poderosos e menos caros. Com o processamento dobrando de informações a cada 18 meses, tornou-se possível e prático compilar e armazenar grandes bancos de dados de qualquer assunto, que passaram dominar dados numéricos e alfanuméricos (ou dados de texto narrativo). Essa evolução tecnológica ficou oculta, até quando vários governos nacionais e organizações médicas começaram a usar suposições declaradas para informar seu trabalho (Marston; Watts, 2003; Cloete, 2009; Pinheiro, 2020).

Essa revolução na tecnologia da informação possibilitou um interesse renovado no seu uso, como base para a tomada de decisões em diversos campos, inclusive no campo das políticas públicas. Devido ao desenvolvimento de sistemas computacionais cada vez melhores, esse foi um salto na capacidade humana de produzir e usar informações. Considerável atenção deteve-se à prestação de serviços eficaz, com foco na construção de políticas e práticas com base nas melhores evidências disponíveis (Cloete, 2009; Pinheiro, 2020).

A explosão na oferta de informações também preparou o terreno para uma série de reformas modernas do setor público no Reino Unido, que se espalharam como ondas para o resto do mundo nos anos consecutivos (Pinheiro, 2020). Segundo Davies, Nutley e Smith (2000), havia uma ênfase crescente no governo central do Reino Unido, para garantir que a política e a prática com base em informações fossem mais rigorosas e desafiadoras por meio de evidências. A iniciativa dos 'três E' (economia, eficiência e eficácia) concentrou a atenção na prestação de serviços públicos e levou ao desenvolvimento de diretrizes detalhadas e manuais de boas práticas em muitas disciplinas. Esse contexto diz respeito tanto à adequação e eficácia dos métodos, que os profissionais passaram a utilizar para atingir os objetivos essenciais no trabalho cotidiano, bem como ao aperfeiçoamento da capacidade geral da instituição para prestar os serviços necessários.

Por isso, um amplo desenvolvimento da técnica de revisão de literatura pode ser observado na década de 1990, com base no campo da ciência médica e no campo da saúde, para desenvolver a abordagem baseada em evidências. Apesar de ser uma pesquisa comumente realizada na área de enfermagem, as iniciativas governamentais tornaram-se um indicador mais claro do impacto da política, devido ao pragmatismo crescente ou,

ainda, à responsabilidade do destino dado ao fundo público e às ações públicas (Petrosino *et al.*, 2001; Graziano da Silva; Del Grossi; De França, 2013).

A década de 1990 foi marcada por grande avanço no uso de evidências científicas nas políticas públicas, o que lançou formalmente o movimento conhecido como Política Pública Baseada em Evidências (PPBE). Tal debate teve origem na comunidade médica britânica, que defendia o uso da medicina baseada em evidências, que ganhou novo impulso sob o governo britânico de Tony Blair. Nesse contexto, as organizações de fomento à pesquisa e diversos órgãos profissionais demonstraram-se mais interessados em utilizar a informação e o conhecimento como parte do processo de tomada de decisão. Não foi por acaso que a disciplina de gestão do conhecimento tornou-se cada vez mais valorizada nas organizações públicas e privadas (Solesbury, 2001).

Essa afirmação ficou evidente em 1996 quando o presidente da *British Statistical Society*, Adrian Smith, em seu discurso de posse, criticou os modelos distintos e tendenciosos de tomada de decisão usados pelo governo. Smith enfatizou a necessidade de consolidar a sociedade com base em evidências cientificamente comprovadas (Kopittke, 2019).

Embora a filosofia moderna da administração pública (*New Public Management*) já estivesse presente desde o governo de Margaret Thatcher, ela revigorou-se sob o Gabinete Blair. O principal ponto de partida para esta nova fase da Revolução das Evidências foi a chegada do Governo Trabalhista Britânico em 1997, que tornou o uso de evidências como ponto central em sua agenda de governo. A elaboração de políticas baseadas em evidências (PBE) representou a emergência de um governo com missão de reforma e modernização, empenhado em acabar com a política ideológica e substituí-la por decisões racionais. Isso significava uma nova abordagem "pós-ideológica" da política pública, em que a evidência seria um passo central no processo de tomada de decisão. Ao assumir o cargo, Tony Blair decidiu criar 10 centros de estudos e portais baseados em evidências para desenvolver uma versão formal de "o que funciona", com base nos resultados de revisões sistemáticas e diretrizes desenvolvidas, para informar todo o governo nas melhores decisões possíveis sobre evidências científicas disponíveis para métodos eficazes. O governo central do Reino Unido tentou desenvolver uma abordagem mais rigorosa para a formulação de políticas, um elemento-chave no desenvolvimento de novos pensamentos e aumento da força política a pedido do governo reformista (Davies; Nutley; Smith, 2000, Kopittke, 2019).

Nesse espírito, Mulgan (2005) elucidou como o Reino Unido desenvolveu uma série de arranjos institucionais para promover, por um lado, uma maior colaboração entre o conhecimento científico em ciências econômicas e sociais e, por outro, com as decisões sobre políticas públicas. As iniciativas de colaboração que começaram na área da saúde e logo expandiram-se para as áreas de educação e assistência social. Nesse período, foram estabelecidos fundos e redes institucionais (*Cochrane Collaboration*, *Campbell Collaboration*, *Evidence Network*), além de importantes organizações de apoio à pesquisa, como o *National Educational Research Forum* e o *Economic and Social Research Council*, abrangendo diversas áreas de políticas públicas. Outro mecanismo notável foi a *Strategy Unit* (SU), que estava ligada ao Gabinete, cuja principal missão foi promover uma abordagem mais analítica das políticas públicas.

Essa abordagem foi institucionalizada por meio de novas unidades de serviço público e equipes interdepartamentais trabalhando em questões complexas. Também se refletiu em novas competências e iniciativas de formação, em que se deve ressaltar que o Conselho de Pesquisa Econômica e Social do Reino Unido comprometeu recursos significativos para extensos programas de pesquisa de longo prazo em políticas e práticas baseadas em evidências, vinculando, assim os campos de desenvolvimento de políticas, pesquisa de avaliação e desenvolvimento de assistência social e de saúde. As questões abordadas incluíram barreiras e incentivos para o uso de programas de pesquisa e capacitação em políticas baseadas em evidências. Os diversos resultados desses programas de pesquisa desempenharam um papel importante na legitimidade e institucionalização da abordagem da Política Baseada em Evidências (PBE) à pesquisa aplicada (Davies; Nutley; Smith, 2000; Bochel; Duncan, 2007; Nutley; Walter; Davies, 2007).

A Colaboração Campbell foi lançada na Filadélfia, em 2000, reunindo cerca de 150 profissionais pioneiros das ciências sociais. Esta parceria da *Cochrane Collaboration* propôs ajudar as pessoas a tomar decisões informadas sobre as consequências das intervenções sociais, comportamentais e educacionais. O impacto do MBE no movimento PBE na América do Norte foi tão grande que, quando a *US Evidence-Based Policy Coalition* foi formada em 2002, os Experimentos Aleatórios Controlados (EACs) foram fortemente recomendados pelo fato de que essa abordagem levaria a avanços extraordinários na saúde humana (Davies; Boruch, 2001; Sanderson, 2002; Marston; Watts, 2003).

3.2.1 O Modelo de Gestão baseado em evidências (centros de evidência, portais de evidência)

Os estudos de políticas públicas adotam diferentes abordagens, cuja base teórica pode ser a cognitiva, referência ou análise setorial ortodoxa francesa. Trata-se de uma abordagem sociológica que visa a examinar as políticas públicas sem um quadro metodológico padrão de análise, utilizando, entretanto, ambos os métodos quantitativo e qualitativo. Embora a abordagem cognitiva da análise de políticas públicas rejeite a abordagem padronizada, foram demonstradas várias maneiras de fazer pesquisas nessa área. Em tal instância, existem três formas de projetar objetos de pesquisa ou de construir questões para que se tornem objetos de pesquisa (Muller, 1999).

A segunda abordagem para delinear o público refere-se a entender o sistema de ações específicas, ou seja, trata-se de mapear as leis e instituições, por meio do qual a política é moldada e implementada pelo Estado. A questão é como, dependendo da estratégia, dos órgãos administrativos (ministérios, secretarias e órgãos estaduais em geral), bem como organizações da sociedade civil (ONGs) e outras redes sociais envolveram-se na política. O foco está no processo decisório que viabiliza as escolhas que compõem a política, bem como nas disciplinas de administração (Direito Administrativo e Gestão Pública), ciência política e sociologia (Nascimento; Dias, 2020).

A terceira fase da chamada revolução da evidência desenvolveu-se nas últimas duas décadas, a nível global. Nessa fase, a evidência converteu-se em elemento central na formulação de um conjunto de políticas públicas por explorar o espaço já ocupado pelo formalismo jurídico no modelo administrativo burocrático clássico construído desde o final do século XIX, baseado no modelo de gestão do exército prussiano, e devido aos resultados da adequação fiscal e modelos de gestão, ao incorporar técnicas de gestão em ambiente empresarial. Nesse movimento foram desenvolvidos programas como enfermagem, educação, justiça criminal, habitação, serviço social e outros, com base em evidências que realizaram intervenções comunitárias bem-sucedidas (Bresser Pereira, 1996; Briner; Denyer, 2012; White, 2019).

O desenvolvimento das práticas de avaliação do setor público coincide com a perda progressiva da legitimidade do Estado, sentida até mesmo em países desenvolvidos, onde o Estado intervencionista ou de bem-estar do século XX teve seus objetivos frustrados parcialmente, em função da realização parcial desses objetivos, apesar dos esforços realizados, cujos efeitos foram sentidos especialmente em suas políticas sociais. Para técnicas de gestão a serem

implementadas, de um lado, apresenta-se o enfoque tradicional, legitimado na ação pública fundamentada em regras e procedimentos jurídicos, e, de outro, a legitimação da ação pública baseada em resultados (Maia; Grando, 2016, p. 171).

Valla, Assis e Carvalho (1993), elucida a participação social ao incluí-la em muitas atividades realizadas por várias forças sociais para influenciar a formulação, implementação, teste e avaliação de políticas públicas e/ou serviços. Para isto, implica a participação cidadã no planejamento ou gestão das políticas, programas e atividades do setor público como forma de indicar caminhos a serem perseguidos pela gestão pública em busca de soluções mais efetivas e eficientes, não olhando apenas para parte dos elementos que compõem a complexa e intrincada arena de produção de políticas públicas.

De acordo com Mauro *et al.* (2003), as políticas universais de educação, saúde, emprego e bem-estar social foram-se fortalecendo ao aumentar sua acessibilidade e presença nas comunidades. Paralelamente, foram criados ou ampliados programas e atividades que promovem a inclusão social dos mais pobres e vulneráveis, como programas de redistribuição de renda, agricultura familiar, segurança familiar e alimentar. As políticas de convergência mais transversais, mais protetoras ou de promoção social com foco na igualdade de gênero, racial, direitos humanos e segmentos demográficos (crianças, adolescentes, jovens e idosos) foram sendo adicionadas a essas políticas sociais a partir dos anos 2000. Nesse período, expandiram-se os programas governamentais de infraestrutura urbana, mobilidade e saneamento, e isso refletiu ou definiu a ampliação do alcance das políticas públicas. Assim, o gasto público nas três áreas da Administração Pública no setor social aumentou o produto interno bruto no período do final do século XXI.

A gestão baseada em evidências pode ser definida como a tomada de decisões com uso claro e ponderado de fontes de informação: experiência profissional, evidências de contextos locais, avaliação crítica das melhores evidências científicas disponíveis e aqueles efeitos especiais, cujos pontos de vista serão levados em consideração e referem-se ao uso de informações científicas na tomada de decisões e na consecução dos objetivos organizacionais (Cortes; Oliveira; Lara, 2018).

A política pública estruturou-se como um complexo sistema de ações, que se articula entre domínios setoriais desenvolvido por agentes de diferentes níveis de governo, em contextos desiguais em termos de capacidade gerencial e condição socioeconômica dos públicos-alvo. Nesse cenário heterogêneo, o sucesso das políticas

públicas depende de fatores atrelados à qualidade do diagnóstico inicial e da adequação do desenho da intervenção. Por isso, os gestores e técnicos deparam-se com elementos importantes na implementação de tais políticas, desde a coordenação dos agentes até a garantia da qualidade dos serviços prestados na ponta (Lotta *et al.*, 2018; Jannuzzi, 2022).

Assim, os agentes envolvidos na implementação da política pública precisam ser intensivos no uso da informação para atender às necessidades do público, mitigar questões legítimas percebidas ou promover valores compartilhados coletivamente. Tal demanda requer estudos de diversas naturezas, como levantamentos diagnósticos, sistemas de indicadores para monitorar as ações, estudos para avaliar processos e resultados de programas, levantamentos de potenciais impactos e suas eventuais externalidades (Jannuzzi, 2022).

No entanto, nessa área de discussão, vários autores referem-se à viabilidade e ao progresso dos modelos de gestão baseados em evidências. O objetivo foca em fornecer novas versões de modelos de gestão que incluam a ciência como meio para mudar a realidade social na gestão de políticas públicas. A Administração Pública é composta por diversos órgãos instituídos pelo governo, que administram bens e interesses atribuíveis na sociedade em todas as áreas com o objetivo de prestar serviços públicos em benefício da sociedade. Esse processo acelerado na sociedade experimental, aliado à crescente aceitação do conhecimento científico nos processos da Administração Pública, tem sido chamado de revolução da evidência (Kopittike, 2019; White, 2019; Pinheiro, 2020).

A Ciência Ambiental foi pioneira no uso da análise de impacto como ferramenta de planejamento e gestão. Com o tempo, a necessidade de avaliar outros aspectos do impacto levou ao surgimento de outras formas e métodos analíticos relacionados aos mesmos princípios básicos que buscam por teoria. Um exemplo disso foi a Avaliação de Impacto na Saúde (AIS), que estava intimamente relacionada ao trabalho de avaliação de impacto ambiental e aos movimentos de saúde pública que defendiam a necessidade de abordar melhor os impactos das estratégias de desenvolvimento na saúde humana (Donnelly; Dalal-Clayton; Hughes, 1998; Harris-Roxas *et al.*, 2012).

Embora poucos estudos de revisão possam ser identificados no início dos anos 1980, dois artigos editados em *Reviews of Educational Research* emergiram na perspectiva de revisão como pesquisa. O primeiro trabalho revisou 36 artigos publicados nas principais revistas de ciências sociais e sua conclusão chamou atenção pela precária forma de conduzir revisões integrativas, propondo seis tarefas de revisão semelhantes, realizadas durante a investigação primária. Alguns anos depois, foi feita uma analogia

entre síntese de pesquisa e pesquisa primária, com isso apresentando um modelo de cinco etapas de síntese de pesquisa que inclui formulação de problemas, coleta de dados (a busca de estudos potencialmente elegíveis), avaliação de dados (avaliação da qualidade), análise e interpretação dos dados (metanálise quando apropriado) e apresentação pública. Este artigo também aplicou o conceito de ameaças à inferência de validade introduzido para realizar um estudo de síntese para avaliar o desenho de estudos primários (Campbell; Stanley, 1963; Cook; Campbell, 1979; Jackson, 1980; Cooper, 1982; Grant; Booth, 2009).

Em uma afirmação feita por Victora, Habicht e Bryce (2004), esses estudos forneceram resultados consistentes com o uso de estratégias que melhoram os resultados de políticas e programas. Tais estratégias incluíram o uso de um grupo de controle com características que podem influenciar o resultado, ao reduzir os efeitos de desordem e analisar os dados para efeitos de resposta. Embora os programas precisem demonstrar alguma influência em indicadores, as evidências de eficácia podem ser ferramentas para ajudar os gestores a acompanharem a evolução de indicadores específicos ao longo do tempo. Isso se deve ao fato de estudos científicos mostrarem a influência isolada dos programas sobre diversos indicadores. As evidências de estudos foram consideradas confiáveis e úteis para avaliar a eficácia de programas e políticas públicas, além de outros estudos que demonstrem sua adequação geral.

Segundo White (2019), a revolução de evidências ocorreu em ritmos diferentes em cada país e em distintas políticas nacionais, e o ciclo de implementação de políticas públicas baseadas em evidências amadureceu em quatro fases principais. Numa primeira onda, a Revolução da Evidência surgiu como parte da Nova Gestão Pública em países de língua inglesa e escandinavos na década de 1990. Nos marcos notáveis incluem-se a Lei de Desempenho e Resultados do Governo dos EUA de 1993 e o Livro Branco de Modernização do Governo do Reino Unido de 1999. A *New Public Management* responsabilizou as agências governamentais por seu desempenho, que se refletia em tendências de alto nível (resultados), como desemprego e pobreza. Essa mudança de foco nos resultados foi uma conquista importante, pois o desempenho anteriormente era medido apenas por insumos – por exemplo, a quantidade de investimento em dinheiro aplicado em ações do governo.

Isso repercutiu na segunda onda, por volta de 2003, em que houve o crescimento do RCT nos estudos sobre o programa social. Eles foram conduzidos principalmente nos Estados Unidos, pois, desde a década de 1930, havia condução de intervenções na ótica

social sem avaliação. Desde o início do século XXI houve uma clara tendência de aumento de RCTs e de outros projetos de avaliação de impacto publicados em todos os setores e no contexto mundial. Sendo que a terceira onda surgiu a partir de 2008, devido a necessidade de confiar em informações. Esse período marcou com a revolução das evidências, junto com o surgimento das revisões sistemáticas. Essa onda apareceu cedo no setor de saúde, lançando as bases para a medicina baseada em evidências fornecida pela Colaboração *Cochrane* e pela Organização Mundial da Saúde (OMS) (Oakley, 1998; White, 2019).

Havia poucas revisões sistemáticas publicadas no campo da política social antes de 2000. Cerca de 25 estudos por ano na década de 1990, e esse número aumentou para 230 publicações de 2010 até 2016, aumento que foi reflexo, em parte, do chamado *What Works*. Com a quarta onda, houve o fortalecimento da reconciliação do conhecimento, já que as atividades elencadas para quarta onda visavam a institucionalizar o uso de evidências nas políticas. Isso podia ser feito de duas maneiras, ao interagir diretamente ou ao construir produtos baseados em conhecimento, no que o autor chamou de modelo nórdico, como portais de evidências. Apesar de algumas dessas iniciativas terem sido apresentadas até esta década, neste período o *What Works* alcançou uma promoção para ser conhecido como movimento (White, 2019).

Algumas tendências foram encontradas nos setores da educação. Cerca de 10 *randomized clinical trials* foram publicados anualmente no início dos anos 2000; de 2003 até 2012, aumentaram para mais de 100 estudos por ano. Os números variaram de cerca de 10 RCTs por ano no início dos anos 2000 sobre o trabalho social, alcançando mais de 50 RCTs em 2012. Os resultados dessas avaliações de impacto provaram ser importantes para a realização de estudos, pois, em uma análise cuidadosa, torna-se viável o custo-benefício do investimento da implementação. Na avaliação realizada do programa Progresá do México, implementado em meados da década de 1990, as revisões mostraram forte impacto na educação, saúde, nutrição, pobreza e apoio político. Nesse caso, o programa para resistir às mudanças políticas contou com a avaliação; sem ela, haveria investimentos em programas com menos eficácia, pois os resultados da avaliação apontaram que mais 550.000 crianças estavam fazendo transição da escola secundária, na mesma condição mais 800.000 crianças de 12 a 36 meses superaram o retardo de crescimento entre os anos de 2000 e 2006. Com tantas pesquisas, torna-se difícil apropriar-se da literatura, sendo improvável que os formuladores de políticas leiam

artigos científicos. Eles podem, porém, ser influenciados por resultados de pesquisas de alto nível (Connolly; Keenan; Urbanska, 2018; White, 2019).

García Sánchez (2007), em sintonia com as tendências pragmáticas que dominaram os países ocidentais nas últimas décadas, propõe a PBE como uma abordagem com ferramentas de pesquisa. Nesse sentido, o autor vê o modelo de Administração Pública como um precursor que coloca em primeiro lugar a racionalidade política e a experiência pessoal.

Um ponto comum em todas as definições sobre evidência refere-se à sua condição de ser observada e verificada de modo independente e existência de um amplo consenso sobre a interpretação de seu conteúdo (Davies; Nutley; Smith, 2000). De acordo com Meldrum (2000) a maior parte das evidências de pesquisa é resultado de estudos mais formais e investigações sistemáticas por agências governamentais, institutos de pesquisa, universidades, instituições, organizações de consultoria, diferentes agências e centros intermediários.

3.2.1.1 Centros de evidências

Os centros de evidências referem-se às instituições públicas com autonomia científica, para uma resposta reformadora que difere do modelo proposto pela agência reguladora do *New Public Management* (NPM). Esses centros buscam qualificar modelos de políticas públicas implementadas por atores públicos ou privados, concentrando seus esforços em ações que demonstrem efetivamente seu impacto (Kopttike, 2019).

Na Dinamarca, Noruega e Suécia, existem centros de evidências em educação, saúde e bem-estar social, caracterizados como centros de pesquisa financiados pelo Estado. No modelo nórdico, os funcionários públicos realizam inspeções regulares para informar a tomada de decisões do governo. Eles não são pesquisadores acadêmicos, mas tornaram-se pesquisadores motivados por escrever revisões sistemáticas relevantes para políticas e práticas. As equipes de pesquisa reúnem-se regularmente com agências governamentais para identificar tópicos prioritários, discutir novas descobertas e como elas devem ser interpretadas para fins de política.

No entanto, existe uma lacuna entre o conhecimento científico produzido por universidades e centros de pesquisa. No caso das políticas públicas do Reino Unido, estas sofrem interferência da política arraigada à cultura organizacional de muitas instituições. Em particular, sua cultura organizacional recusa-se a aceitar os resultados da pesquisa –

pelo menos esse foi o diagnóstico de alguns defensores das reformas do Estado. Por exemplo, o ex-secretário de Educação e Emprego do Reino Unido, David Blunket, criticou a chamada resistência ao conhecimento racional na política britânica, ao descrevê-la como uma cultura anti-intelectual (Sanderson, 2002).

Também em outros países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a gestão das reformas da administração pública adotaram a forma promovida pelo governo britânico de Blair. Para legitimarem-se em bases mais sólidas, os governos desses países buscaram um novo paradigma de gestão baseado na intervenção orientada para resultados e na avaliação baseada em evidências. A abordagem PPBE na Austrália estava ligada a uma onda de reformas gerenciais na administração pública e à proliferação de certos modelos de pesquisa no campo. Em 1998, o Departamento de Saúde e Serviços Familiares da *Commonwealth* encorajou publicamente o uso do PPBE para fins de saúde. Desde 2003, o mesmo discurso e prática foram adotados pelo *National Health and Medical Research Council* (Sanderson, 2002; Marston, Watts, 2003).

A legislação que exige políticas baseadas em evidências foi aprovada no México, em 2004, e nos Estados Unidos, em dezembro de 2018, com a Lei de Desenvolvimento Social, que apoia a institucionalização ao exigir avaliação externa de todos os programas sociais financiados pelo governo. A legislação exige que as agências com financiamento público desenvolvam e usem avaliações rigorosas. Assim, existem duas formas de fazer isso: a interação direta, que ficou conhecida por modelo nórdico, e a criação de produtos de conhecimento como portais de evidências, os quais se tornaram o movimento *What Works*. Embora algumas dessas iniciativas sejam anteriores à década atual, foi nessa década que o *What Works* ganhou força e passou a ser conhecido como movimento.

3.2.1.2 Portais de evidências

A explosão de informações fornecidas pela revolução da informática após a década de 1980 também lançou as bases para uma série de reformas modernas do setor público do Reino Unido, que se espalharam pelo mundo nos anos seguintes. Por outro lado, a ampliação do acesso a esses dados incentivou a pesquisa de atores não governamentais e aumentou o uso dessas informações em instituições de pesquisa e no meio acadêmico, ampliando a compreensão do cadastro como potencial de dados estatisticamente válidos e consistentes. A estrutura de gestão reconheceu a necessidade

de sistematizar e organizar os sistemas existentes, garantindo continuidade, atualização, rotinas claras e documentadas e esforços para gerar insumos que viabilizem as etapas de criação e atualização de dados e informações.

As fontes de informações classificam-se em primárias quando os trabalhos publicados de forma integral ou resumida encontram-se no *MedLine*, *Lilacs*. No caso brasileiro, a maioria dos periódicos estão reunidos no portal *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). As fontes consideradas secundárias referem-se às informações originais reproduzidas, comentadas e avaliadas criticamente para as frequentes atividades, para as quais surgem novas informações todos os dias. Um exemplo ligado à saúde foram as revisões sistemáticas que se encontravam disponíveis em bases de dados denominadas secundárias ou pré-selecionadas, como a *Cochrane Database of Systematic Reviews*, a qual se constitui o início da busca da resposta (Bernardo; Nobre; Jatene, 2004).

As fontes primárias podem ser editadas em papel ou em versões informatizadas, e estas últimas têm-se constituído na principal fonte de busca de informação. As fontes primárias tornam-se mais úteis para localização de informações no desenvolvimento de trabalhos de pesquisa ou divulgação científica, enquanto as fontes secundárias servem para aplicação prática, economizando o tempo que seria gasto na seleção e avaliação crítica da qualidade das informações. Em outras situações, que apresentaram o ritmo de atualização mais lento, pode-se fazer a busca em bases secundárias que já apresentaram os resultados avaliados criticamente, prontos para serem aplicados (Bernardo; Nobre; Jatene, 2004).

Em outras palavras, as fontes primárias servem primordialmente às atividades de pesquisa, elaboração de diretrizes ou à necessidade de informação mais recente para aplicação, enquanto as fontes secundárias servem aos profissionais que exercem atividades e precisam de informação confiável. Há, ainda, fontes de informação que antecedem a publicação final de resultados de trabalhos científicos em andamento e poderiam ser classificadas como pré-primárias, cujo exemplo mais extenso foi o *Current Controlled Trials*, caracterizado por ser um metabuscador, que recupera ensaios clínicos randomizados em andamento por todo o mundo, atualizado constantemente e contendo aproximadamente mais de 15 mil registros de ensaios em andamento. Além do próprio registro, oferece mais de 250 conexões, ou links, pela rede da Internet, para outras páginas que registram ensaios em andamento (Bernardo; Nobre; Jatene, 2004).

No caso da saúde, existe a EPIVNet – uma compilação de evidências para políticas de saúde para promover o uso de evidências científicas na tomada de decisões em

colaboração com o Ministério da Saúde, a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), o Centro Latino-Americano e a Saúde do Caribe, o Centro de Informação Científica (BIREME), a Fundação Osvaldo Cruz, o Comitê Multidisciplinar de Ciência e Tecnologia da Comissão Nacional de Saúde e o Comitê do Secretário Nacional de Saúde (CONASS). A participação ativa e sistemática da ciência no desenvolvimento e implementação de políticas de saúde e programas por meio do intercâmbio entre gestores, pesquisadores e sociedade civil contribuiu para representantes da sociedade que aprovem a iniciativa de utilizar adequadamente as evidências científicas na formulação e implementação da política de saúde (Brasil, 2015).

Os bancos de dados e plataformas conectam os usuários a artigos de pesquisa originais ou resumos de pesquisa. Os três primeiros níveis como o portal de evidências, diretrizes e listas de verificação permitem que os tomadores de decisão adotem informações baseadas em evidências, independentemente do trabalho de pesquisa. Os três níveis diferem em termos de autoridade dada aos formuladores de políticas: os portais de evidências fornecem-nas para contribuir nas decisões dos formuladores de políticas; as diretrizes fornecem recomendações baseadas em evidências; as listas de verificação fornecem listas de "coisas a fazer" (Munro *et al.*, 2016).

O portal de evidências foi fornecido por vários centros *What Works* no Reino Unido e nos Estados Unidos. Como bons exemplos, foram encontrados *os IES What Works Clearing Houses (WWC)* e *os Learning Foundation Learning Kits*. Esses dois tornaram-se exemplos de boas práticas para facilitar o acesso e a compreensão dos resultados da síntese de evidências sobre a eficácia de diferentes métodos ou abordagens de ensino para a gestão escolar e de sala de aula. Outros exemplos são o portal de melhores práticas do Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência e o *Road Safety Evidence Cube*, financiado pela União Europeia. As diretrizes desenvolvidas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) foram implementadas no setor de saúde, no qual elas serviram como a base das diretrizes nacionais adotadas por muitos países ao redor do mundo. As diretrizes da OMS devem ser baseadas em revisões sistemáticas de alta qualidade, institucionalizando assim o uso de síntese rigorosa de evidências. No Reino Unido, o *National Institute for Clinical Excellence and Social Welfare (NICE)* passou a usar revisões sistemáticas para orientar e tomar decisões sobre gastos públicos elegíveis no Serviço Nacional de Saúde (Sharples; Albers; Fraser, 2018).

Nesse contingente o banco de dados contém estudos e análises relacionados a uma indústria e possivelmente a um projeto de pesquisa específico. A exemplo existe o banco

de dados ERIC do Instituto de Ciências da Educação (IES) destinado para pesquisa educacional, *Epistemonikos*⁴ para revisão de sistemas e avaliação de impacto na saúde, o banco de dados da polícia global para combater o crime, o banco de dados de avaliação desenvolvido internacionalmente 3ie e o *Active Learning Network for Accountability and Performance in Humanitarian Action* (ALNAP). As plataformas de evidências fornecem uma variedade de produtos baseados em evidências de maneira acessível, geralmente com resumos desses estudos. Os exemplos incluem *EvidenceAid* para ajuda humanitária, *Eldis* para desenvolvimento internacional geral, o *Homeless Center* e o *Institute for Excellence in Social Care*.

O uso de evidências científicas para apoiar a tomada de decisão na administração pública ainda se mostra limitado devido às barreiras de acesso vinculadas às dificuldades de compreensão de idiomas acadêmicos ou estrangeiros, bases de dados de pesquisa indisponíveis ou desconhecidas no Brasil (Brasil, 2016). O fornecimento de evidências científicas úteis para políticas públicas não é novidade no Brasil. Por meio das Universidades e institutos nacionais de pesquisa, realizam-se diversos estudos, investigações e avaliações sobre as questões sociais e as ações do próprio governo. O Governo Federal, por meio do próprio IPEA e de outros órgãos de pesquisa, gerou uma riqueza de dados e evidências sobre suas atividades. Os Governos Estaduais fazem isso por meio de organizações semelhantes. O que pode ter ganhado força nas últimas décadas foi uma ação deliberada para introduzir abordagens políticas baseadas em evidências e elementos-chave dessa prática nas diversas áreas de políticas públicas no Brasil.

3.3 POLÍTICAS PÚBLICAS BASEADAS EM EVIDÊNCIAS NO BRASIL

O Brasil vivenciou três diferentes modelos de gestão: patrimonialista, burocrática e gerencial, tendo cada um dos modelos características diretamente relacionadas à trajetória e ao contexto histórico. O primeiro modelo foi caracterizado pela influência dos estados autocráticos europeus na era do feudalismo e mercantilismo do século XV ao XVIII. A principal característica consistia na inexistência da distinção entre o público e o privado, porque não havia diferença entre os eventos governados pelo Estado e pelo detentor do poder. Além disso, o monarca controlava pessoalmente todos os bens, sem

⁴ Banco de dados com informações sobre cuidados de saúde baseado em evidências.

prestação de contas, sendo o emprego baseado nas relações pessoais e na distribuição de cargos e salários (Weber, 1994; Aragão, 1997).

Após o modelo patrimonial, a administração pública continuou a adotar um modelo burocrático caracterizado por uma significativa descentralização dos modelos organizacionais em toda a administração pública ao longo do século XX. O objetivo principal era interromper o modelo de um sistema herdado. A maior previsibilidade e precisão no trato dos problemas organizacionais desburocratizou o sistema público e introduziu uma hierarquia de cargos com ocupações específicas. Notoriamente, o modelo burocrático foi baseado no formalismo e na fiel existência de normas e procedimentos sistêmicos, que se tornou a chave fundamental para a legitimidade do poder político (Aragão, 1997; Clemente; Juliano, 2017).

Por fim, o Brasil adotou um novo modelo de gestão que se refere a administração pública gerencial, cuja origem está elencada aos intensos debates na América Latina nas décadas de 1980 e 1990 sobre a crise da governança pública e da credibilidade do Estado. No país, esse movimento consolidou-se na década de 1990 como um modelo normativo pós-burocrático de estruturação e gestão da administração pública baseado nos valores de eficiência, eficácia e competitividade. Esse modelo tentou flexibilizar o aparato estatal para responder às mudanças sociais, econômicas, políticas, culturais e intelectuais (De Paula, 2005; Secchi, 2009; Clemente; Juliano, 2017).

De Paula (2005) descreveu o modelo de gestão gerencial baseado nas conquistas das finanças e do capitalismo global, com foco nos resultados e nas metas de eficiência e eficácia, com ênfase nos mercados, no empreendedorismo, na participação social, na política e nos técnicos sob a orientação da gestão de políticas públicas. A eficácia e a eficiência dos modelos de gestão também estiveram relacionadas ao equilíbrio fiscal, que determinava as propostas orçamentárias submetidas ao cumprimento de metas de desempenho entre receitas e despesas por dirigentes públicos.

No Brasil, o interesse pela análise de políticas públicas pode ser considerado um movimento ocorrido após a chegada ao poder do presidente Getúlio Vargas, em 1930. Do ponto de vista acadêmico, a literatura específica brasileira sobre políticas públicas gerais começou a consolidar-se apenas nos anos 2000. Quanto a um método adequado para análise de políticas públicas, não havia livros publicados originalmente na área pelo menos até 2016 (Secchi, 2016).

Esse processo de formação do campo de análise de políticas públicas no Brasil não se deu de forma sistemática, nem avançou para a institucionalização de disciplinas

com formação acadêmica própria. Isso não significa que o país não realizou atividades de análise de políticas públicas. A participação em todos os níveis de comitês e instituições visa à elaboração de propostas para a implementação de projetos nacional-desenvolvimentistas. Com a Constituição Federal de 1988, o processo de formulação de políticas tornou-se menos centralizado, abrindo espaço para deliberações e dinâmicas decisórias mais horizontais de origem *bottom-up* (Vaitsman; Ribeiro; Lobato, 2013).

Da mesma forma, isso não significa que evidências não sejam usadas em abordagens acadêmicas de políticas públicas no Brasil, ou que pesquisadores brasileiros não estejam fazendo trabalhos nesse campo, mesmo em outros idiomas, mas ilustra o quão recente é essa abordagem. Uma das áreas mais avançadas de políticas públicas em termos de uso de evidências no Brasil e no mundo foi a saúde pública. Talvez seja porque o movimento baseado em evidências fez-se predominante na medicina ou porque, no contexto da própria saúde, a ciência subjacente na qual se baseia a tomada de decisão em evidências foi a epidemiologia, e a saúde pública está idealmente posicionada por liderar esforços na tomada de decisão baseada em evidências (Muir Gray, 2003).

No caso do Brasil, o uso do termo "evidência" gerou confusão em relação ao debate, uma vez que a palavra "*evidence-based*" foi traduzida literalmente do português para "baseado em evidência". A tradução enfrentou o problema do emprego de um falso cognato, porque a palavra inglesa *evidence* não significa algo que é evidente ou irrefutável, mas constitui uma prova, ou algo que se constrói a partir de indícios – alguns considerados mais fortes, outros mais fracos – passíveis de refutação. O que sustenta um argumento de política baseada em evidências não são os dados, mas o fato de que os dados foram obtidos por meio do método científico. Porém, não há método científico imune à refutação, pois, de outra forma, iria-se tornar um dogma (Kuhn, 1963; Solesbury, 2002).

Essa demanda por informações, evidências e pesquisas só aumentou nas últimas décadas devido às contribuições para políticas públicas dadas como universais na educação, na saúde, no trabalho e na assistência social. Ao mesmo tempo, foram desenvolvidos ou ampliados programas e atividades voltados para a promoção da inclusão das populações mais pobres e vulneráveis, como programas de transferência de renda, promoção da agricultura familiar e segurança alimentar. Nos anos 2000, essas políticas sociais juntaram-se a um conjunto mais horizontal de políticas mais protetoras ou socialmente capacitadoras, voltadas para a igualdade de gênero, igualdade racial, direitos humanos e segmentação demográfica (crianças, adolescentes, jovens e idosos).

Também foram ampliados, nesse período, os programas de infraestrutura, mobilidade e saneamento urbano (Castro, 2011; Mauro *et al.*, 2013).

No Brasil, o chamado Movimento por Políticas Públicas Baseadas em Evidências (MPPBE), representado pela geração e utilização de evidências em políticas públicas, por diversos aspectos históricos, características do Estado brasileiro relacionadas às suas origens, que se intensificaram nos regimes autoritários do século XX, criando um país desacostumado à transparência e avaliação. Isso, aliado à tradição acadêmica de pouco interesse por pesquisas quantitativas e avaliação de impacto, deixou poucos recursos disponíveis para pesquisas, levando a fragilidades da sociedade civil organizada voltada para a pressão e avaliação do poder público (Rolim, 2006; Cano, 2006; Sandim; Machado, 2020).

Em um levantamento com categorias analíticas mais amplas realizado por Faria e Sanches (2021) encontraram-se 10 dissertações/teses e 28 artigos que abordaram o uso de evidências ou a interação entre gestores públicos e produtores de conhecimento. Quase todas as teses e dissertações achadas tratavam do uso ou não uso de evidências em um tipo específico de política pública, geralmente a saúde. Entre trabalhos científicos foram quatro artigos que se destacaram de Silva; Fonseca, (2015); Carneiro; Rosa, (2018); Carneiro; Sandroni, (2018); Koga *et al.* (2020) coletaram dados dos decisores públicos sobre percepção no uso de evidências; outros quatro trabalhos de Tolosana, (2015); Carneiro; Rosa, (2018); Pinheiro, (2020); Koga *et al.* (2020) abordaram as formas de usar evidências científicas; vários outros trabalhos resumiram as facilidades e barreiras ao uso de evidências. Na literatura nacional, dois trabalhos destacam-se: Koga *et al.* (2020) – que conduziram um *survey* junto à burocracia federal para explorar o uso de diferentes tipos de evidências por funcionários do Governo Federal – e Hjort *et al.* (2019) efetuaram um experimento com prefeitos para medir a disposição do governante em investir para saber o resultado das avaliações de políticas e se as evidências de eficácia de uma política incentivarão sua adoção pelos gestores.

Por sua vez, o PLS 488/2017 trata de outra área interessante para o uso de evidência. No art. 17-A, o projeto estabeleceu que os projetos de lei que estabelecem a ordem pública devem ser acompanhados de uma avaliação prévia do impacto legislativo, de forma a garantir a economia, eficácia, eficiência e efetividade da ação pública. Assim, uma Análise de Impacto Legislativo (AIL) deve explicitar qual problema deve ser resolvido, quais são os objetivos da proposta legislativa, quais opções estão disponíveis para atingir esses objetivos, qual é o marco legal que importa para a questão e quais os

possíveis impactos econômicos e sociais que podem ser gerados caso a proposta seja sancionada (Meneguín, 2010).

O PLS 488/2017 abre um espaço significativo para o uso produtivo da ciência comportamental⁵ e para a produção de políticas públicas no Brasil. Essa abertura pode ser detectada em determinados momentos do projeto no artigo 17-B, inciso IV, que se refere aos projetos de lei para explicar o foco ou o alcance da política pública, ao levar em consideração as necessidades e os recursos disponíveis dos públicos-alvo (Brasil, 2018).

Durante as últimas décadas, os debates sobre o uso de evidências em políticas públicas tornaram-se centrais nos debates políticos e acadêmicos em vários países, inclusive no Brasil. Inicialmente, as evidências faziam parte de uma mudança para aumentar o foco no desempenho e nos resultados das políticas públicas e, portanto, para a adoção das melhores políticas (Cairney, 2016; Howlett; Craft, 2013). No entanto, nos últimos anos, as evidências passaram a ser incluídas no discurso de oposição a governos populistas e movimentos conservadores, e ganharam mais atenção no mundo e no Brasil, especialmente desde que a pandemia da Covid-19 começou, com a ascensão das correntes políticas pós-verdade, tornando-se estratégias de resistência para vários grupos sociais. Embora o uso de evidências seja essencial para a formulação de políticas, principalmente em momentos de luta na esfera pública, sua defesa está ligada à ideia de que o processo de tomada de decisão seja racional e linear, o que contraria grande parte da literatura política (Fischer; Gottweiss, 2012; Hansson; Hadorn, 2016).

Os programas e as atividades que fizeram parte da área de Política de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (PDSCF) foram baseados em extensas evidências e pesquisas regulares do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que acabaram influenciando o programa de trabalho da agência por meio da inclusão de perguntas em questionários de pesquisa, por criar inserções de assuntos em pesquisas já integradas, bem como por realizar novas pesquisas estatísticas. Ao ampliar o leque de dados estatísticos disponíveis com essas ferramentas, técnicos e gestores do então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) acabaram por

⁵ Embora a política pública deva ser baseada em diferentes evidências, que interferem no problema público a ser tratado, as evidências comportamentais, por sua vez, interessam a quase todos os formuladores de políticas públicas. A razão disso é que, no final das contas, um dos riscos de qualquer política é interferir de forma imprevista aspecto social, emocional e cognitivo do público-alvo. Além disso, cada tomador de decisão deve entender as razões de sua seleção de evidências relevantes e deve estar preparado para negociar, explicar e persuadir outros atores sobre a força, qualidade e abrangência das evidências utilizadas (Côrtes, 2018).

identificar lacunas na oferta ou nas oportunidades de avanço em intervenções que conduziriam a melhores políticas nacionais.

As condições percebidas configuraram certa convergência e uniformidade de interesses entre os membros das duas instituições (MDS e IBGE), o que aperfeiçoou de modo intencional agendas específicas de obtenção de informações estratégicas para melhorar os resultados das políticas públicas e o programa de legitimação institucional para a produção de estatísticas oficiais.

A Lei de Estrutura de Política Baseada em Evidências de 2018 (comumente chamada de Lei de Evidências) forneceu mudanças na maneira como o Governo Federal gerenciava e usava as informações que coletava, ao enfatizar uma forte coordenação interagências para o uso estratégico de dados. A Lei de Evidências passou a exigir que as agências desenvolvam um plano de coleta de evidências, como parte de seu plano estratégico de quatro anos, bem como um plano de avaliação juntamente com seu plano operacional anual. Ela codifica e expande os poderes existentes sob a Lei de Proteção de Informações Confidenciais e Eficácia Estatística (CIPSEA).

Conforme White (2019), na América Latina, o movimento em direção a um modelo de gestão mais eficiente, científico e sistemático tem sido mais lento. Apenas o México tem mostrado mais desenvolvimento, como em sua nova Constituição de acordo com o Decreto n. 134, aprovado em 2004, as políticas dos governos federal, estaduais e municipais devem ser constantemente avaliadas quanto à eficiência, eficácia e custo-efetividade.

Neste capítulo, se explorou os principais pontos relativos a abordagem baseada em evidências e a revolução das evidências na gestão de políticas públicas, além de fazer um panorama dessa temática no Brasil, por isso, no próximo capítulo serão abordadas os avanços na avaliação de impacto nas políticas públicas, o uso da sistematização e as características do paradigma causal.

4 O CRESCIMENTO DAS AVALIAÇÕES DE IMPACTO E AS REVISÕES SISTEMÁTICAS

Neste capítulo, foi descrito o paradigma metodológico causal, a partir dos experimentos e quase-experimentos aplicados em estudos científicos. O próximo capítulo apresentará o arcabouço metodológico utilizado para a revisão integrativa desta tese.

4.1 A AVALIAÇÃO DE IMPACTO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

Conforme Chalmers, Hedges e Cooper (2002), à medida que aumentou a importância dada à avaliação de impacto, cresceu o número de formuladores de políticas públicas defensoras do uso de evidências.

Conforme Monnier (1995), a avaliação cresceu nos países desenvolvidos, por conta da busca em atender à crescente demanda pública por eficiência, eficácia e transparência na gestão dos recursos públicos, onde houve metas sociais a serem alcançadas e o governo desenvolveu um conjunto de programas intensivos com uso de recursos. Na América Latina, a institucionalização da avaliação ocorreu apenas entre o final dos anos 1980 e o início dos anos 1990, quando passou a fornecer as ferramentas para o sucesso das reformas nacionais.

Um dos obstáculos na avaliação de impacto refere-se à superação das condições incertas nos termos mais comumente usados no campo da avaliação. Os termos “eficaz”, “eficiência”, “efetividade” e “impacto” costumam ser usados no contexto de avaliação de programas/políticas, às vezes de forma equivalente, porém sem consenso sobre suas definições exatas. A literatura de gestão pública usa a “eficácia” para descrever a capacidade de atingir objetivos sob situações controladas ou quase ideais. Os termos “efetividade” ou “impacto” costumam ser usados para delinear o efeito de uma intervenção em uma situação da vida real (Chalmers; Hedges; Cooper, 2002).

Por meio das evidências, estabeleceu-se uma pequena diferença entre o conceito de efetividade e o de impacto. O primeiro utiliza-se para expressar a força de uma ação em uma determinada população, enquanto o segundo é mais apropriado para enfatizar o efeito mais amplo de um sistema ou política sobre toda a população. Numa escala de tempo, a efetividade pode ser medida no curto prazo e o impacto pode ser medido a longo prazo. De todos os conceitos citados, eficiência foi o único que expressou maior concordância entre diferentes autores, pois define-se como a relação entre custos e

resultados alcançados ou entre encargos e resultados obtidos. As diferenças entre efeitos ocorrem tanto em relação ao assunto quanto o seu resultado ao longo do tempo. Em outras palavras, o impacto de um determinado serviço em um grupo populacional é acompanhado por sua eficácia e isso ocorre a longo prazo. Por outro lado, o efeito de sistema sobre a população exibe influência, em termos de tempo a curto prazo (De Geyndt, 1970; Rundall, 1992).

A avaliação permite que os governantes obtenham informação sobre os resultados de um determinado programa ou projeto, e essa informação possa ser usada para melhorar o desenho ou a implementação, apoiar a tomada de decisões e promover a responsabilização da ação pública. No nível acadêmico, as pesquisas nessa área vêm proliferando com ênfase aos processos de *agenda-setting* e *policy-making* em detrimento da implementação, avaliação e monitoramento das políticas públicas (Ramos; Schabbach, 2012).

A avaliação de políticas públicas reúne tipos diferentes de atividades, aspectos que variam do julgamento subjetivo no campo específico do desenvolvimento social, até a pesquisa avaliativa com o objetivo de responder a perguntas com o uso de métodos e técnicas com maior potencial de objetividade (Suchman, 1967; Weiss, 1972). Para Ramos e Schabbach (2012, p. 2012) “[...] que a avaliação é um instrumento importante para a melhoria da eficiência do gasto público, da qualidade da gestão, do controle social sobre a efetividade da ação do Estado, esse último instrumentalizado pela divulgação de resultados das ações de governo”.

Cano (2006) argumenta que a qualidade da avaliação do programa depende mais do desenho da pesquisa do que da natureza das medidas utilizadas.

A pesquisa avaliativa faz perguntas como 'A intervenção x tem um resultado melhor do que a intervenção y em termos de alcançar o resultado z?'. Mais especificamente, a pesquisa avaliativa busca evidências dos custos e efeitos relativos do uso da intervenção x em oposição à intervenção y. Consequentemente, a pesquisa avaliativa faz perguntas como 'A intervenção x é mais ou menos custo - efetiva do que a intervenção y para alcançar o resultado z?' Questões avaliativas como essas requerem tanto as restrições de estudos controlados, onde tudo, exceto as intervenções sob investigação, é mantido constante ou métodos que envolvem controle estatístico sofisticado. Tal pesquisa normalmente determina a eficácia relativa e eficiência das intervenções x e y medindo a diferença entre os resultados dessas duas intervenções e estabelecer se essa diferença é estatisticamente significativa (Davies, 2000, p. 295-96).

O autor Cano (2006) argumentou que aderir a questões de desenho de pesquisa para garantir comparabilidade de grupo, controle de variáveis de intervenção e superar

problemas de seleção diferencial torna-se essencial para poder avaliar intervenções sociais.

Avaliação de um programa social tem por finalidade determinar seu programa atingiu ou não os objetivos previstos. Em outras palavras, trata-se de comparar as dimensões relevantes em dois momentos do tempo antes e depois pela intervenção, para comprovar se esta provocou a mudança esperada (Cano, 2006, p. 13).

Por isso que a lógica da pesquisa avaliativa está ligada à lógica experimental, ao poder determinar o impacto (resultado pretendido) do programa/política em algum aspecto da vida econômica, social ou política, mesmo que a sua aplicação nas áreas sociais nem sempre seja feita de forma experimental (Ramos, 2009).

O filósofo britânico John Stuart Mill considerou três condições para falar sobre causalidade. A primeira refere-se à precedência temporal da causa sobre o efeito; a segunda mencionava a existência de uma relação entre os dois. Entretanto, a contribuição de Stuart Mill reside sobretudo na terceira condição: para concluir que um fenômeno foi resultado de uma causa definida, todas as outras causas possíveis desse efeito (no caso dos métodos modernos, todas as hipóteses alternativas) devem ser descartadas. Portanto, apenas mostrar que um fenômeno segue o outro regularmente, que existe uma relação entre os dois, não é suficiente para provar que o primeiro fenômeno foi a causa do segundo (Cano, 2006).

No entanto, mesmo que a mudança ocorra na direção prevista, não existiu garantia automática de que ela foi causada pelo programa. Isso porque as dimensões consideradas não são estáticas e podem ser influenciadas por diversos fatores, sendo, logo, importante determinar a causa da alteração. Por outro lado, se não houver alteração, também se torna necessário determinar os motivos dessa estabilidade, pois pode acontecer que o procedimento tenha um efeito positivo, mas que este seja anulado pela influência de outros fatores não relacionados ao procedimento (Cano, 2006).

A estimativa de resultados compreende a avaliação de impacto, na qual se verifica a existência de uma relação causal entre os resultados da implementação de um programa ou projeto e as mudanças nas condições sociais da população. É a dimensão *ex post* dos resultados, a qual está relacionada às metas gerais e ao alcance efetivo dos objetivos (RAMOS; SCHABBACH, 2012).

Nesse contexto, a avaliação de impacto foi sendo incorporada como um método de pesquisa de grande importância, por mensurar a relação causal entre uma intervenção

e seus resultados. Além disso, em alguns casos, determinaram indicadores da realidade, com isso surgindo a capacidade de reduzir a possibilidade de desfocar ou distorcer fatores de resultado para criar a ciência de mensuração de causa e efeito (Shadish; Cook; Campbell, 2002). Nesse contexto, a avaliação do impacto do programa torna-se de fundamental importância, pois, ao gerar resultados positivos, negativos ou inexistentes, permite-se verificar se foram alcançadas ou não as metas hipotéticas, e apontar possíveis mudanças na vida dos beneficiários das intervenções.

O impacto de uma intervenção raramente se torna unidimensional e, ao julgá-lo bom ou ruim, pode-se não ver o quadro completo do impacto da intervenção. As avaliações úteis precisam não apenas identificar benefícios potenciais, mas também efeitos adversos ou consequências disfuncionais de intervenções. A dificuldade da avaliação é separar todas as mudanças reais associadas à intervenção das mudanças visíveis, que são mais fáceis de explicar com elucidações concorrentes (Smith, 1995; Davies; Nutley; Tilly, 2000).

As avaliações de impacto são muitas vezes realizadas por meio de desenhos quase-experimentais, via métodos quantitativos, no processamento e na análise dos dados com uso de modelos estatísticos e econométricos. O principal desafio é demonstrar uma relação causal entre os achados e os produtos oferecidos pelo programa em evidência (Ramos; Schabbach, 2012).

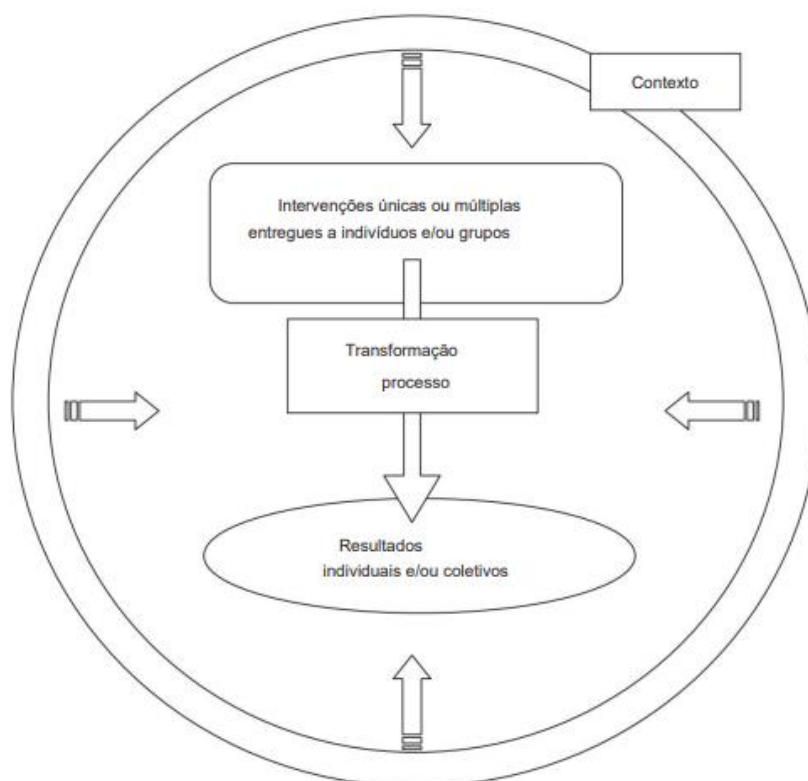
As principais características dos estudos de avaliação de impacto devem discutir a relação entre o desenho do estudo e os resultados do programa e, além disso, realizar recomendações para melhorar o *status* dos estudos. Num primeiro contraponto, a avaliação de impacto representa abordagens metodológicas rigorosas para avaliar a influência da variável independente na variável dependente. Em segundo lugar, busca-se desenvolver pesquisas com ensaios clínicos randomizados, que não têm uma longa história ao limitar-se às revisões sistemáticas. Para a maioria das intervenções, existe muito pouco a descrever sobre esse tipo de desenho de avaliação. Em terceiro, as revisões sistemáticas com base em experimentos randomizados de intervenções tornam-se limitadas em algumas áreas de pesquisa (Hope, 1995).

Nas últimas duas décadas, dentre os poucos elementos que influenciaram de modo significativo o campo da avaliação de políticas, destaca-se o uso de métodos de avaliação experimental, também conhecidos como métodos de avaliação de impacto randomizados (*Randomized Controlled Trials* – RCTs) (Leão; Eyal, 2022). O desenho experimental aplicado às ciências sociais aborda problemas de avaliação por meio do processo de

atribuição aleatória de quem receberá ou não uma intervenção (política). Alguns dos potenciais participantes são selecionados aleatoriamente para receber o tratamento – o grupo de tratamento – e outros para não receber o tratamento – o grupo de controle (Ramos; Silva, 2018).

Nem todas as intervenções do setor público são destinadas diretamente aos indivíduos. Muitas intervenções são de natureza programática, em que pacotes de medidas são aplicados a grupos ou comunidades na expectativa de influenciar nos resultados individuais e coletivos. Em ambos os casos (intervenção individual ou programática), os serviços prestados no contexto mais amplo têm maior potencial de gerar o impacto da intervenção (Davis; Nutley; Tilly, 2000). Como exemplifica a Figura 2:

Figura 2 - Identificação dos efeitos da intervenção.



Fonte: Davies; Nutley; Tilley, (2000, p. 255).

De acordo com Pinheiro (2020), no modelo racionalista existem certos mecanismos sociais que podem ser objetivamente conhecidos, e estes também se tornaram pré-requisitos para a ação política. Em que a tomada de decisão e a avaliação são processos realizados por atores racionais. Isso pressupõe que se possa descobrir o que funciona nas políticas públicas, para quem e em que circunstâncias.

Para Davies, Nutley e Tilley (2000) não apenas os processos sociais são considerados racionalmente disponíveis em seus mecanismos, mas o próprio ativismo político é visto como racional e/ou racionalizável. Nesse contexto, é importante que os objetivos e avaliações da política sejam claros. A política é vista como ação racional que visa a atingir objetivos comuns por meio do cálculo racional da escolha entre diferentes cursos de ação (racionalidade instrumental).

Além disso, o contexto sobre as evidências apresentada por Sanderson (2002), processadas por modelos estatísticos computacionais das ciências exatas (física, química e biologia) passaram a ser mais apreciadas pelos pesquisadores. Na avaliação da eficácia de políticas ou programas, o reconhecimento gradual da necessidade de comparações confiáveis e rigorosas levou ao domínio e, em última análise, à hegemonia do desenho experimental ao invés do método da observação.

Por meio da avaliação com base em evidências sobre temas comuns, podem-se utilizar informações confiáveis de estudos anteriores ou pesquisas originais, sobre a real efetividade das políticas para apoiar a tomada de decisão. Ao buscar pela evidência quando ela não existe ou não está disponível, ou, ainda, quando não se encontra detalhada o suficiente, esse tipo de investigação aplicada disponibiliza a informação a ação pública (Bracho, 2010).

A avaliação de políticas deve ser vista como uma ferramenta indispensável na ação das entidades públicas. Dentro dessa estrutura conceitual da política baseada em evidência, o papel principal da avaliação de políticas é fazer o que for possível para integrar um determinado algoritmo com o método científico no ciclo tradicional de políticas. Embora os procedimentos científicos possam melhorar, não devem substituir a qualidade do processo político. Nesse caso, o objetivo da política baseada em evidências é aprofundar o conhecimento, que pode ser extraído do processo de avaliação para melhorar a eficácia das instituições políticas em comum (Monnier, 1995; Pinilla; Foncuberta, 2010).

O tema da avaliação assumiu relevância por relacionar às necessidades de capacidade e intervenção para alterar o quadro da situação de fome. Por outro lado, ao considerar as dificuldades de percepção do impacto das políticas no público de beneficiários, percebeu-se a permanência das mesmas necessidades de prática para alterar indicadores de mortalidade, desnutrição e carências alimentares em muitos casos do problema (Suchman, 1967; Weiss, 1972).

A pesquisa de desempenho da intervenção foi uma considerável atividade realizada em áreas como educação, bem-estar social e justiça criminal ao longo de várias décadas. Entretanto, muitas vezes houve pouco consenso sobre a metodologia adequada para avaliação e sobre como usar os resultados da pesquisa para analisar novas políticas e práticas quando se trabalha em áreas como justiça criminal, educação e serviço social (McDonald, 1993; Davies; Nutley, 1999; Laycock, 2000; Davis; Nutley; Tilly, 2000).

As avaliações do impacto dos programas e políticas no estado alimentar e nutricional das famílias beneficiárias produziram resultados mistos. Visto que essa linha de resultados foi encontrada em apenas uma revisão de literatura, que expõe o impacto na segurança alimentar e nutricional, na qual o delineamento não se realizou de modo sistemático e tampouco com análise do nível de evidência dos resultados obtidos do estudo (Cotta; Machado, 2013).

O modelo adaptado de Campbell (1991) resume a relação de fatores de risco associados à segurança alimentar e nutricional e às deficiências de nutrientes e suas consequências. No modelo apresentado por ele, nota-se que as consequências fisiológicas apareceram como potenciais, mas consideradas inerentes à segurança alimentar, porque a insegurança alimentar e nutricional pode afetar a saúde por meio de problemas relacionados à exclusão social, perda da autoestima, estresse e sofrimento emocional, doenças mentais que implicam no próprio estado nutricional.

De maneira geral, Magalhães (2014) reitera os esforços voltados à avaliação contribuíram para a sistematização de informações essenciais sobre os eventos. Os estudos de avaliação na política alimentar e nutricional revelaram padrões de dependência, sobreposição de clientes e estratégias ineficientes para alocação de recursos. Tais estudos tiveram pouco impacto e resultados ineficazes; além disso, indicaram que, apesar dos custos muito elevados, os programas de distribuição de alimentos não atingiram os mais pobres. No Brasil, o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) atendeu somente à demanda do setor formal do mercado de trabalho e, com isso, criou graves desigualdades no acesso à segurança alimentar. Portanto, a contribuição das evidências sobre o escopo de programas e iniciativas tornou-se essencial para desenvolver pesquisas de avaliação nessa área. No entanto, dado o caráter complexo, interdisciplinar e participativo das atividades pautadas na perspectiva da segurança alimentar e nutricional no contexto contemporâneo, fez-se importante a análise de responsabilidade e os resultados dos programas com base em abordagens experimentais e avaliações.

4.2 A CIÊNCIA DA SISTEMATIZAÇÃO

As situações de pesquisa desenvolvidas no meio científico podem-se consagrar como um *locus* privilegiado para a produção e sistematização do conhecimento. Somente a partir do século XVI que a observação e a experimentação passaram a ser processos metodológicos preconizados para verificação do conhecimento científico. No momento anterior, a autoridade dos pensadores e o discurso religioso era o que garantia a aceitação das ideias propostas (Andery; Micheletto; Sério, 2007).

Dessa forma, a ciência da sistematização busca desenvolver métodos capazes de reduzir o viés na identificação e no processo de evidências, para construir o melhor conhecimento (Chalmers; Hedges; Cooper, 2002; Littell, 2013).

Para tanto, existem métodos específicos de avaliação crítica que amparam a sistematização do conhecimento. As revisões sistemáticas têm a vantagem de seguir métodos científicos rigorosos, que podem ser reproduzidos e criticados. A aplicação da técnica evita a duplicação de esforços, já que, uma vez pronta, as revisões sistemáticas poderão ser lidas, divulgadas e utilizadas mundialmente, além de atualizadas lembrando que temos os meios virtuais que possibilitam extrema agilidade na comunicação científica. [...] Entretanto, para que essas melhores evidências possam ser recuperadas, de forma rápida e segura, pesquisadores precisam se debruçar sobre a literatura publicada e indexada nas bases de dados nacionais e internacionais, selecionando as melhores práticas a partir da sistematização ali publicadas (Sampaio, 2013, p. 57)

A partir da visão de Donald Campbell de uma sociedade experimental, as escolhas de políticas sociais conseguiram tornar-se baseadas em evidências de pesquisa de alta qualidade, testadas por engenharia social parcial (Campbell, 1988).

De acordo com o crescimento da implementação de intervenções, também aumentou a necessidade de sistematizar evidências, para que os políticos possam obter respostas mais abrangentes e confiáveis sobre o que realmente funciona numa intervenção. Dessa forma, a abordagem científica da sistematização – a qual visa a reunir o máximo possível de estudos existentes sobre um tipo específico de assunto de forma estruturada, rigorosa e de maneira repetível – passou a ser utilizada em várias áreas de pesquisa (Lipsey, 2009; Kugley *et al.*, 2017; Weisburd; Farrington; Gill, 2017).

O movimento das Políticas Baseadas em Evidência permaneceu relevante não apenas por considerar o conhecimento técnico-científico sobre políticas públicas e nela gerado, mas também por enfatizar a incorporação de evidências científicas produzidas de forma rigorosa e sistemática na arena das políticas públicas. Nesse sentido, partindo de

explorar, sistematizar e disseminar evidências sobre o que funciona, é possível reduzir o espaço para a intuição na tomada de decisão e alcançar os melhores resultados de política, com base no conhecimento já gerado sobre o problema que está sendo questionado (Davies; Nutley; Smith, 2000).

Os diferentes analistas de políticas públicas podem fazer recomendações muito diferentes para a mesma questão pública. Nas democracias desenvolvidas, existem mecanismos que podem resolver divergências sobre como proceder ou corrigir decisões que, devido à pesada bagagem técnica, mostram-se inviáveis de implementar ou devastadoras em seus efeitos. As mesmas ferramentas podem legitimar escolhas políticas que podem não parecer mais razoáveis do ponto de vista técnico apoiado por burocratas, pesquisadores ou especialistas, mas que, para um grupo de técnicos adeptos de um paradigma de intervenção diferente, pode parecê-lo (Lindblom, 1990).

À medida que aumentou o número de estudos científicos, os pesquisadores começaram a perceber que não era seguro tirar conclusões de apenas um estudo, independentemente de seu tamanho e qualidade, porque cada trabalho científico pode ser influenciado por múltiplos fatores, o que, em consequência, pode afetar o resultado ou simplesmente a probabilidade de encontrar um resultado diferente. Portanto, sempre foi mais adequado basear as decisões na síntese do maior número de estudos disponíveis, não apenas em questões sobre a eficácia das intervenções, mas em qualquer tipo de questão que se queira abordar, desde que utilizando a produção quantitativa ou qualitativa na construção dessa síntese (Chalmers; Hedges; Cooper, 2002; Littell, 2013).

Partelow (2018) ao adotar protocolos que forneceram análise comparativa de trabalhos, com classificação e sistematização de análise científica fez uma revisão sistemática da literatura numa condição interpretativa e qualitativa. Outra possibilidade de revisão pode ser utilizar métodos quantitativos descritivos para analisar amostras de trabalhos, pois, nesse caso, é possível obter inferências bibliométricas, metodológicas e até substantivas, dependendo do desenho de pesquisa em questão.

A história da avaliação sistemática de intervenções sociais começou na Inglaterra e na França no século XVIII, quando novas tendências ideológicas e filosóficas se tornaram a espinha dorsal do pensamento científico moderno, o que levou à diversificação, ao aprimoramento dos métodos de pesquisa social, à emergência política/social e à implementação de mudanças econômicas e culturais. Assim, após a Grande Depressão nos Estados Unidos até a Segunda Guerra Mundial, a avaliação passou

a ser desenvolvida como uma prática e estratégia para os governos (Dubois; Champagne; Bilodeau, 2011).

As revisões sistemáticas possuem grande reputação como fonte ou método de obtenção de evidências de alta qualidade em várias áreas políticas. As revisões tornaram-se parte do diálogo semântico, com expressões como síntese de pesquisa, metanálise, revisão integrativa entre outras formas de revisão de literatura, que visam a resumir de forma sistemática e coletiva os resultados de pesquisas científicas sobre um determinado tema. Elas passaram a ser consideradas por muitos como uma das melhores maneiras de obter uma síntese útil, precisa e correta, desde que atendam a uma determinada especificação (Pinheiro, 2020).

Ao contrário da análise de impacto, a importância das revisões sistemáticas foi primeiro reconhecida pelo governo e, posteriormente, houve o reconhecimento necessário na academia onde, por muito tempo, foi considerada pesquisa de segunda linha (Chalmers; Hedges; Cooper, 2002). Na avaliação de Magalhães (2014), o foco no resultado do projeto informa aos tomadores de decisão e gestores como implementar as atividades, revisar as estratégias adotadas e prevenir problemas. A pesquisa empírica sistemática enfatiza a interação de dados quantitativos e qualitativos durante a implementação; com isso, pode-se captar a complexidade e promover mudanças efetivas nos programas.

Conforme a Colaboração Campbell por Davies e Boruch (2001), o objetivo de uma revisão sistemática detém-se em resumir a melhor pesquisa disponível sobre uma questão específica, a qual se realiza a partir do momento em que combina os resultados de vários estudos. As revisões sistemáticas usam procedimentos transparentes para encontrar, avaliar e sintetizar resultados de pesquisas relevantes. Esses procedimentos devem ser claros e predeterminados para garantir que o exercício seja transparente e repetível.

Segundo Nunes, Andrade e Moraes (2013), o objetivo de uma revisão sistemática da literatura define-se ao sintetizar evidências externas de múltiplos estudos identificados e analisados com base em critérios apropriados, procedimentos claros e transparentes para que os leitores possam determinar as verdadeiras características dos estudos revisados. Ao conduzir essa revisão, também é importante seguir a seleção das questões temáticas, o desenvolvimento dos critérios de seleção da amostra, a análise e interpretação dos resultados, bem como a apresentação da revisão em forma de resumo.

As revisões sistemáticas surgiram para gerar evidências científicas e fornecer soluções práticas e eficazes para diversas necessidades da sociedade. Essa ferramenta metodológica também é relevante devido ao crescimento acelerado dos índices científicos em diversas bases de dados científicas (De-La-Torreugarte-Guanilo; Takahashi; Bertolozzi, 2011).

Embora a experimentação já seja empregada desde a década de 1930, nos Estados Unidos, houve uma mudança nos últimos anos, em que se consolidou o movimento *What Works*, considerado uma revolução de evidências. A revolução das evidências nas áreas de desenvolvimento internacional, educação e bem-estar social seguiu, em grande parte, as quatro ondas descritas por White (2019). Com relação à necessidade de os formuladores usarem as evidências existentes nas políticas, Brian Howe comentou que as políticas devem ser baseadas em evidências suficientes para superar a sabedoria predominante ou convencional (Oliver; Pearce, 2017).

A muitas formas de compreender a relação humano alimentação. Apesar da imagem corriqueira da produção científica como resultado de descobertas espontâneas no interior de laboratórios pela genialidade individual, o conhecimento sistematizado é fruto de um processo de elaboração coletiva que transborda Fronteiras institucionais. A explicação científica sobre alimentação e nutrição nasceu de um problema concreto: a necessidade de se alimentar de se eliminar a fome. E um traço comum entre todas as concepções apresentadas, mesmo que divergentes na explicação do fenômeno e nos métodos de intervenções (Winnie, 2011, p. 36).

Dessa forma, a avaliação de políticas públicas na maioria das democracias modernas tem sido impulsionada pelo surgimento de novas demandas sociais e maior questionamento sobre o impacto da ação governamental. No Brasil, onde os debates sobre política social e avaliação de programas intensificaram-se após o processo de redemocratização do país na década de 1980, o foco costumava ser os resultados das intervenções estatais. Em certa medida, como em alguns países, essa visão foi sustentada pela chamada política baseada em evidências, que teve como foco a efetividade, eficiência e resultados no desenvolvimento de programas e políticas públicas. Em resumo, os objetivos de uma abordagem política baseada em evidências incluem o exame, a síntese e a disponibilidade de vários resultados de pesquisas e informações que podem apoiar a tomada de decisões.

Ao encarar o desafio de extrapolar resultados (validade externa) obtidos por meio de estudos experimentais ou quase-experimentais na área de ciências sociais, Campbell (1985) passou a incluir os estudos com uso do conhecimento das relações causais ou

construídos com outros métodos desenvolvidos nas ciências sociais, como: pesquisa etnográfica, observação participante, pesquisa de tópicos, entre outros que permitem estudar com riqueza máxima possível a realidade social, na qual os resultados do estudo devem expressar causa e efeito.

4.3 O PARADIGMA METODOLÓGICO CAUSAL

A compreensão moderna da função e do significado do conhecimento científico e técnico baseou-se em ideias do Iluminismo, típicas da Era moderna no Ocidente, sobre as condições cognitivas, capacidades/limitações da mente humana e o papel dos vários tipos de saberes (mitologia, cultural, locais) mobilizados ao longo do tempo por diferentes sociedades. Existe uma herança do ponto de vista prático e do ideal intelectual da ciência, que junto se transmitiu uma fé ingênua na natureza, fundamental dos acontecimentos, e a crença de que para ter algum valor, a vida humana deve não apenas se ajustar à bandeira e, a tempo, às suas exigências, mas também fazê-lo intelectualmente ao apreciar "as coisas como elas são". A verdade torna-se a medida do próprio valor do ser humano, sendo que ela é a base da vida, o fato do ser humano raciocinar leva à descoberta de uma verdade observável, que torna "realidade", compreende e reforça a atitude intelectual do homem moderno em seus aforismos metafísicos. O mundo está "dividido em fatos" porque é assim que se dividiu; contudo, o fato passou a ser garantia de verdade (Nascimento; Dias, 2022).

Desde então, os filósofos e cientistas têm evitado uma definição exata de causa e efeito, apesar de uma compreensão intuitiva dessa relação forneceu informações úteis dos três conceitos principais: causa, efeito e relação causal, que ajudam a explicar a prática científica da pesquisa causal, conceitos considerados como mais específicos e que elucidam funcionamento dos experimentos. Uma mesma variável pode ser tanto uma causa quanto um efeito, e pode haver uma relação recíproca entre as duas variáveis que desencadeiam uma à outra variável. De fato, as definições são parcialmente dependentes uma da outra e causalmente relacionadas aos termos como causa e efeito. Esta é uma razão pela qual as relações causais não são determinísticas, mas apenas aumentam a probabilidade de um efeito (Shadish; Cook; Campbell, 2002).

O filósofo John Locke comunga do conceito que dá origem a qualquer ideia simples ou complexa com o nome de causa, sendo que a maioria das causas se refere a condições de ideia, substância ou modo, e ao que é produzido com o nome de efeito. A

causa explica-se como aquilo que dá origem a outro elemento, seja apenas uma ideia, uma substância ou um método. E o efeito é algo que vem de outra condição. Muitas vezes, alguns fatores são necessários para que ele ocorra, mas raramente se conhece e se sabe como surge ou quão estão relacionados ao efeito (Shadish; Cook; Campbell, 2002).

Para entender melhor o que é o efeito, isso pode ser realizado com um modelo contrafactual que remonta pelo menos ao tempo do filósofo David Hume do século XVIII. Um modelo contrafactual é algo contrário ao fato, ou seja, em um experimento que se observa o que aconteceu quando as pessoas receberam o tratamento. No caso contrafactual seria reacionário saber o que aconteceria com as mesmas pessoas se não fossem tratadas ao mesmo tempo. O efeito torna-se a diferença entre o que aconteceu e o que deveria ter acontecido, assim essa inferência contrafactual, por ser causal, torna-se qualitativa, mesmo em caso experimental (Campbell, 1975; Shadish, 1995a; Shadish; Cook, 1999; Shadish; Cook; Campbell, 2002).

Assim, um modelo causal refere-se a um conjunto selecionado de fatores explicativos que influenciam um efeito, ou melhor, têm poder preditivo sobre o comportamento de uma variável dependente. Nessa etapa, os interesses particulares do pesquisador e as condições específicas do contexto analisado determinam a chamada especificação do modelo (seleção de variáveis). Isso está relacionado ao problema das variáveis espúrias e da “redundância causal” (causas individuais, ou não mutuamente exclusivas, podem indicar um grau de “redundância” alto ou “multilinearidade”, causando viés nos coeficientes do modelo) (Marino, 2012).

Também explica por que uma certa relação causal ocorrerá sob certas condições, mas nem sempre do mesmo modo, ao ser submetida ao longo do tempo, espaço, população humana ou tratamentos e resultados. Cada relação causal é sensível ao contexto em que está sendo analisada em vários graus, a qual pertence a variável dependente, então sempre vai haver a questão de generalizar os efeitos experimentais. Com o aprimoramento do chamado modelo de paradigma metodológico causal, foi dada ênfase aos modelos voltados para a análise das relações de causa e efeito, em que se utilizam métodos quantitativos, intervenções qualitativas e experimentais nessa relação, que marcou a separação da ciência moderna da filosofia natural, e começou a ir além das explicações baseadas em crenças dos fenômenos naturais e sociais, mitologia e misticismo (Shadish; Cook; Campbell, 2002; Marino, 2012).

Os temas conceituais e filosóficos foram historicamente construídos em torno do conceito de causa e convergiram na mesma direção deste. Como descreve Cano (2002) a

causalidade nas ciências sociais, na maioria das vezes, é considerada probabilística, e não determinista, ou seja, a presença da causa incrementa a probabilidade de obter-se o efeito, mas não o garante. Marino (2012) complementa com a premissa básica do modelo racional, numa análise social (pesquisa), que se pode revelar os mecanismos subjacentes ao funcionamento das políticas públicas e, assim, revelar quais intervenções são e quais não são eficazes. Com base nessa suposta visão factual, Plewis (2000) declara, em tom normativo, que as iniciativas políticas devem ser apoiadas por evidências de pesquisa previamente submetidas à avaliação com o máximo rigor.

Esse conceito de causalidade probabilística corresponde à ideia de Mill de multicausalidade (um mesmo efeito pode ser decorrência não só de uma, mas de várias causas). A multicausalidade probabilística encontrou a solução clássica ao incorporar a regressão múltipla na pesquisa social, com a possibilidade de obter a variância total explicada (na combinação de fatores) e realizar a análise na variável dependente. Uma parte dessa variância explicada segue cada um dos fatores ou variáveis explicativas. Dessa forma, a busca por causas finais ou necessárias assume que há um número infinito de combinações de fatores, que afetam os fenômenos de interesse e as condições que modificam os efeitos, influenciam-no interativamente (no sentido estatístico deste termo). No que diz respeito às questões de política pública trabalha-se com a ideia da causa eficiente (como entendida pela filosofia científica de Newton, na qual a causa é entendida como mecanismo de mudança de inércia) (Marino, 2012).

O conhecimento científico oriundo da pesquisa torna-se o resultado da análise sistemática, bem como da análise das relações de causa e efeito que explicam as condições e tendências passadas. No que diz respeito à revisão de políticas e avaliação de programas, existe uma ampla gama de conhecimentos especializados e transdisciplinares (Economia, Direito, Sociologia, Administração Pública, Avaliação, etc.), como contribuições úteis para a compreensão e melhoria de intervenções. Além disso, os cientistas sociais unem-se para aprimorar o raro consenso sobre a natureza dos problemas, as causas das tendências ou relacionamentos e a melhor abordagem para as soluções (Head, 2008).

O fundamento de Stoker (1999) está elencado no conjunto de ideias, conhecimento e dados de pesquisa para desempenhar e exercer um papel de interação no processo de consolidação política. Há muita literatura sobre a compreensão de possíveis relacionamentos e papéis dos provedores de dados de pesquisa, como um dos muitos participantes no processo de formulação de políticas públicas. Os dados de pesquisa desempenham um papel formativo e organizacional limitado, que facilita, mas não define

a tomada de decisões. Davies (2000) esclarece que dados qualitativos e quantitativos têm uma longa história de contribuições para as ciências sociais e pesquisas de políticas públicas. Ambos os tipos de pesquisa são necessários para identificar as questões que requerem evidência, o que é considerado evidência, os procedimentos metodológicos adequados para buscar e avaliar as melhores evidências disponíveis. Grande parte do trabalho desempenhado na área da política baseada em evidências é de natureza avaliativa, ou seja, visa a estabelecer evidências válidas, confiáveis e relevantes sobre as intervenções mais eficazes e eficientes em medicina, saúde, educação e outras áreas de políticas e práticas públicas.

Como o paradigma metodológico causal não guiou seu desenvolvimento por generalizações simbólicas, ele atingiu seus objetivos por meio de modelos procedimentais que fornecem evidências do tipo experimental ou derivam desse procedimento metodológico. A pesquisa experimental que pertence ao campo quantitativo direcionou-se por um modelo de pesquisa em que o pesquisador começa com um quadro o mais estruturado possível de referência conceitual, a partir do qual formula hipóteses sobre os fenômenos e situações que desejava estudar e, nisso, uma série de consequências decorrem de suas suposições. A coleta de dados baseia-se em números (ou informações que podem ser convertidas em números), o que possibilita verificar a ocorrência de resultados. Esses dados costumam ser analisados com o apoio de técnicas estatísticas (incluindo multivariadas) ou outras técnicas matemáticas (Popper, 1972; Richardson; Ganapathi, 1989).

Os primeiros experimentos viram a conveniência de controlar as influências exógenas, que poderiam limitar ou influenciar as observações. Mas quando os cientistas começaram a fazer experimentos em áreas como saúde pública ou educação, em que as influências externas eram mais difíceis de controlar, eles descobriram que os controles não funcionavam tão bem nessas novas aplicações, quanto aqueles usados nas ciências naturais no laboratório. Assim, eles desenvolveram novas formas de lidar com influências exógenas, como atribuição aleatória ou adição de grupos de controle não randomizados. À medida que a experiência teórica e observacional acumulada aumentou nesses cenários e assuntos, mais fontes de viés foram identificadas e mais métodos desenvolvidos para lidar com eles (Shadish; Cook; Campbell, 2002).

Segundo Richardson e Ganapathi (1989) muitos experimentos nas ciências sociais tornaram-se limitados pelas características dos sujeitos, pelos instrumentos de avaliação utilizados, pelo fator tempo, pela personalidade da equipe, pelas imprecisões grosseiras

em relação à tendência principal baseada na generalização de resultados experimentais. No entanto, o uso de métodos quantitativos nas ciências sociais deu origem a muitas críticas e debates. O proeminente sociólogo russo Pitirim Sorokin – que fundou o Departamento de Sociologia da Universidade de Harvard, em 1929 – chamou a atenção para a crescente mania quântica na década de 1950. Segundo o autor, essa mania buscava deslegitimar obras não quantitativas, acusando-as de serem cientificamente inválidas por serem muito subjetivas, carentes de objetividade e neutralidade para cientistas que calculam previsões estatísticas com mais precisão do que estatísticos humanos.

4.3.1 Experimentos

Segundo Marino (2012), Campbell propôs explicitamente o conceito de uma sociedade de experimentação na década de 1980. O delineamento experimental, em sua formulação básica, caracteriza-se pela formação de grupos equivalentes como experimental e de controle, e no grupo experimental é considerado o tratamento, ou seja, hipoteticamente causal. Nessa construção (reconhecida por Durkheim), Mill consolidou três requisitos básicos, a saber: covariância, sequência temporal e falta de hipóteses alternativas (outros fatores).

A principal característica comum de todos os estudos experimentais é que comungam da variação do fenômeno para descobrir o que está acontecendo com outro objeto ao longo do tempo, assim encontrando efeitos de causas presumidas. Somente quando os pesquisadores têm controle total sobre a alocação do grupo (assumindo a randomização para nova intervenção ou comparação) uma avaliação é considerada um experimento (Davies; Nutley; Tilley, 2000; Shadish; Cook; Campbell, 2002).

O termo síntese de pesquisa tem sido utilizado por cientistas sociais que lideraram o desenvolvimento da ciência e da prática com o uso desse tipo de pesquisa no período pós-guerra. À medida que as fundações privadas se envolveram na implementação de projetos sociais, a comunidade acadêmica da economia comportamental viu uma oportunidade de resgatar as ferramentas construídas nas décadas passadas e convertê-las no mais recente e poderoso método disponível para avaliar o que funciona/ o que não funciona em projetos de desenvolvimento (Davies; Boruch, 2001).

Os capitalistas filantrópicos, por meio de treinamento ou da necessidade de garantir procedimentos racionais, transparentes e neutros, passaram acreditar ou convenceram-se de que a avaliação experimental iria tornar-se o padrão apropriado para

avaliar projetos dignos de financiamento. Essa proposta passou a ser uma boa ilustração para sociologia ao contar com política baseada em evidências, e considerar como certos tipos de evidências obtidas na academia e com tecnocratas advieram a ser legitimados em detrimento da avaliação de políticas públicas (Jannuzzi, 2022). A pesquisa em ciências sociais e políticas públicas tem uma história particular de uso e desenvolvimento de métodos de pesquisa experimentais.

Entre as generalizações metodológicas encontrou-se o paradigma metodológico causal responsável por orientar o desenvolvimento da pesquisa, que atinge seu objetivo por meio de modelos procedimentais para fornecer evidências do tipo experimental. Quando os cientistas realizam algum experimento, ocorre o controle de um maior número possível de variáveis, para isolar qualquer relação entre um número pequeno de variáveis examinadas no estudo. Somente exercendo tal controle experimental, o cientista pode ter certeza de que todas as relações observadas são significativas e não causadas por fatores externos. Essa visão positivista do mundo está subjacente ao que é conhecido como o modelo de pesquisa da ciência natural (Davies; Nutley; Tilley, 2000; Marino, 2012). Mesmo ao seguirem uma abordagem positivista, a pesquisa desenvolvida em ciências sociais e políticas públicas tem um histórico distinto de uso e desenvolvimento de métodos experimentais de investigação, em termos de desenvolvimento e uso de medidas de resultados que são contextualmente válidas e relevantes.

Como ponto de partida, consideram-se as expressões correspondentes que divergem do campo de pesquisa, sendo o delineamento qualitativo, como tal caracterizado pela ausência de números como instrumentos e objeto significativos, uma ferramenta importante e o tópico do trabalho de estudos experimentais. E vice-versa, os caracteres quantitativos são caracterizados por essa discussão usando os números como ferramentas e os principais objetos de seu trabalho. A presença de uma mudança ou diferença pode ser vista como uma explicação usada para refinar o efeito, ou assim negar que qualquer efeito genuíno do tratamento tenha sido demonstrado no experimento. Esse tipo de falha é evitado em verdadeiros experimentos, através do uso de grupos randomizados e grupos de controle (Campbell, 1969; Oakley, 1998; Davies, 2000; Marino, 2012).

A randomização é a atribuição aleatória de indivíduos ou grupos, considera-se um teste ou intervenção de controle (geralmente de rotina). Essa estratégia tem várias vantagens importantes, primeiro ao possibilitar a escolha da alocação do grupo (tanto para uma intervenção nova ou antiga), reduz-se a probabilidade de infiltrar-se um viés devido

à alocação diferencial. Em segundo lugar, essa distribuição aleatória irá manter os grupos pesquisados equilibrados a longo prazo, observando-se que o equilíbrio não será relativo a todos os fatores conhecidos por afetar o resultado (adequado para a estratégia de não randomização), mas também para todos os fatores preditores desconhecidos (não pode corresponder a nenhuma estratégia de correspondência). Embora não seja garantido esse equilíbrio, essa consequência torna-se provável quanto maior forem os grupos randomizados. Finalmente, a randomização fornece uma base estatística a partir de inferências das quais se podem tirar conclusões sobre as diferenças observadas nos resultados, que se encontram dentro dos limites aceitáveis devido ao acaso. Esse julgamento final aplica-se apenas à população sob teste (validade interna), porque, para extrapolar a outros grupos (validade externa), requer-se alguma cautela (Davies; Nutley; Tilley, 2000).

O desenho do experimento randomizado é considerado o método mais conclusivo de avaliação de uma intervenção. A principal característica desse método são os grupos experimentais e de controle, os quais são pareados antes da intervenção experimental para todas as variáveis externas possíveis. Portanto, quaisquer diferenças subsequentes entre eles devem estar relacionadas à interferência. No entanto, um estudo randomizado torna-se o método de avaliação mais convincente se for realizado com total integridade. Quando há problemas de implementação (problemas de manutenção, atribuição aleatória, atrito diferencial, alternância entre condições controladas e experimentais), pode ser reduzida sua importância intrínseca (Welsh; Fingleton, 2001).

A unidade de randomização pode ser um indivíduo, família, bairro ou unidade administrativa. Tanto os experimentos randomizados quanto o controle não definem o delineamento de grupo. Apesar do potencial de vieses nos desenhos do grupo de controle não equivalente, “os pesquisadores aparecem ter sido tranquilizados pelas descobertas das primeiras metanálises que as estimativas do tamanho do efeito de experimentos randomizados não diferem daqueles de desenhos de grupos de controle não equivalentes” (Shadish; Ragsdale, 1996, p. 1290, tradução nossa). Por essa razão, desenhos de grupos de controle não equivalentes que fornecem estimativas de resultados de tratamento podem ser tendenciosos, e pode ser difícil identificar qualquer direção de viés.

No entanto, às vezes, a randomização não é viável, como no caso em que o local de tratamento não corresponde a tal iniciativa, e às vezes torna-se indesejável se houver razão ética para designar instalações não aleatórias. Nesses casos, é comum usar uma atribuição não aleatória de unidades a essas condições, muitas vezes referida como um

plano de grupo de controle não equivalente. Esse desenho assemelha-se a um estudo randomizado, em que pelo menos duas condições e medidas pós-teste são administradas aos participantes em cada estado. Isso difere do desenho aleatório em que as condições não são atribuídas aos participantes aleatoriamente (Shadish; Ragsdale, 1996).

Desde os primeiros trabalhos de Fisher (1926) no campo da agricultura, o experimento aleatório tem sido considerado o melhor método para estudar os resultados do tratamento. Nesse experimento, as unidades são atribuídas aleatoriamente às condições e observadas em um pós-teste. A característica mais desejável de tal experimento é que ele seja reconhecido por fornecer estimativas estatisticamente imparciais do efeito do tratamento quando implementado de modo correto. Uma maneira de distinguir fontes de efeitos diferentes é usar grupos de comparação ou controle. A lógica é que comparar os resultados (individual e coletivamente), em que um grupo recebe e o outro não recebe o tratamento no contexto de dois grupos, ajuda a explicar os benefícios específicos de uma intervenção (Campbell; Stanley, 1963; Shadish; Ragsdale, 1996; Davies; Nutley; Tilley, 2000).

Para fins estatísticos, as unidades aleatórias devem ser grandes, devido à validade externa, incluindo medidas de resposta, devendo ser selecionadas com base no acesso à unidade administrativa. No entanto, devido à validade externa, incluindo medidas de resposta, as unidades aleatórias devem ser selecionadas com base no acesso à unidade administrativa. Quando as políticas são implementadas para atender a nível individual, a randomização por pessoa muitas vezes pode ser alcançada de forma invisível, sem que o indivíduo perceba que estão sendo submetidas a um tratamento (pesquisa científica). A maioria das reformas sociais envolveu unidades administrativas maiores. Dessa forma, precisaram-se desenvolver posturas políticas e ideologias que permitissem a randomização em salas de aula, escolas, cidades, regiões ou Estados, entre outros níveis (Campbell, 1969).

Dada à ensaios clínicos randomizados, Meldrum (2000) enfatiza a *Cochrane* que surgiu entre os cientistas sociais referentes aos critérios que devem ser usados para julgar quando um estudo pode ser considerado suficientemente imparcial para ser incluído em uma síntese de pesquisa. O uso da randomização garante a comparação de grupos de testes e evita preconceitos introduzidos por sincronização pessoal, uso consciente ou inconsciente, ou falta de julgamento. O principal argumento de Fischer é que essa aleatoriedade permite ao testador determinar com precisão a probabilidade de erro com um *design* aleatório.

Exemplos disso são os Estados Unidos e outros países modernos que experimentaram novos programas projetados para tratar problemas sociais. Essa fase da implementação foi demonstrada pela inclusão de disposições específicas de avaliação do programa, os quais aprenderam se os programas eram ou não eficazes, além de imitar, alterar ou rejeitar a base do efeito óbvio, em muitos critérios imperfeitos, disponíveis. Com isso, na primeira onda da legislação, foi proposta pelo Congresso a criação de um índice social e um banco de dados relacionadas à sociedade (Campbell, 1969).

Na abordagem para políticas baseada em evidências existe um tipo de evidência aceita, que é o impacto do programa ou intervenção no grupo afetado. Para medir esse efeito, selecionam-se artigos ou estudos (publicados ou não) realizados em exercícios quase-experimentais e ensaios controlados randomizados para verificar se houve diferença estatística significativa entre o grupo controle e o grupo experimental (Flores-Crespo, 2013; Jaime; Àvila, 2022). A PBE deve gerar evidências confiáveis usando uma variedade de métodos, desde estudos experimentais ou quase-experimentais até processamento de dados.

4.3.2 Quase-Experimentos

Ao levar em consideração o tempo, o assunto de exposição e a possibilidade de randomizar os resultados, os pesquisadores podem incorporar um tipo de delineamento experimental ao planejamento dos procedimentos de coleta de dados em muitos ambientes sociais, mesmo que não tenham controle total para tal desenho. Em suma, tal situação pode ser vista como estudo quase-experimental (Campbell; Stanley, 1963).

Em uma abordagem sobre delineamento, Weiss (1972) classifica os desenhos de pesquisa como não experimentais e quase-experimentais. Os estudos não experimentais são considerados como uma comparação de apenas grupos pré e pós-intervenção, sem controle e ainda medem a situação do grupo pós-intervenção. Os estudos quase-experimentais referem-se ao grupo controle, que não é randomizado, ou ponderam-se os estudos que seguem séries temporais.

Por isso, um estudo de cunho quase-experimental torna-se possível quando o nível de controle é incompleto numa avaliação (implementação escalonada de intervenção). A estratégia defendida não é renunciar ao uso de dados devido à falta de controle, mas gerar o maior número possível de hipóteses concorrentes razoáveis, com críticas relevantes e bem informadas, ajustar-se a um cenário específico e, em seguida, conduzir pesquisas

adicionais. Sua utilização tornou-se a principal aplicação a casos em que não são possíveis projetos experimentais. Na pesquisa causal de avaliação, o quase-experimento caracteriza-se pela falta de um dos requisitos experimentais. Na forma mais apropriada segue esse tipo de desenho, o grupo de controle estruturado através de métodos de amostragem recém-desenvolvidos de pareamento para cada política ou programa específico (Campbell; Stanley, 1963; Campbell, 1969).

A abordagem quase-experimental pode assumir muitas formas, mas o principal motivo é que o avaliador não tem controle total sobre a alocação do grupo. Mesmo quando algum controle está disponível, seu escopo ou duração é limitado. O avaliador tenta selecionar grupos de comparação apropriados e tenta compensar a falta de controle experimental com ajustes estatísticos. Na falta de grupos de controle deve ser interpretado o resultado, considerando em detalhes a probabilidade dos fatores não controlados para explicar os resultados (Campbell; Stanley, 1963; Davies; Nutley; Tilley, 2000).

Em situações em que o grupo controle é impossível, existem alguns estudos quase-experimentais relacionados a grupos únicos, que podem ser usados com vantagens, lógica e interpretação experimental. Os grupos comparativos utilizados podem incluir estudo de *coorte* antes e depois da intervenção, estudos que receberam diferentes intervenções (controle histórico) ou as *coortes* atuais, cuja intervenção ocorreu por qualquer motivo, ao mesmo tempo que estudo do grupo controle não randomizado torna-se concomitante. Assim surge a importante questão da equivalência, para garantir que cada comparação seja igual, para que haja apenas uma diferença no uso da intervenção entre os dois grupos (Campbell; Stanley, 1963; Davies; Nutley; Tilley, 2000).

Em um estudo quase-experimental tem-se a vantagem de delinear grupos de comparação não tratados, mesmo que não possam ser designados aleatoriamente. Os modelos de séries temporais interrompidas estão disponíveis para condições em que não é possível o grupo de controle, e a unidade governamental recebeu tratamento experimental. O mais comum desses estudos é o grupo de controle pré e pós-ensaio de não equivalente, no qual são feitas medições pré-ensaio e pós-ensaio para cada um dos dois grupos, um dos quais recebe tratamento, passa por pré-teste e a medida é retomada nuns pós-teste (Campbell, 1969).

As ameaças de credibilidade forneceram uma base para discussões sobre vários projetos de pesquisa, relevantes para a avaliação de programas específicos de melhoria social. Estes são considerados projeto de série temporal interrompida, estudo de série de controle, intervalo de regressão e vários experimentos verdadeiros. A ordem é de estrutura

fraca, mas acessível aos mais fortes, que demandam maior gestão, previsão e determinação do impacto (CAMPBELL, 1969).

As ciências sociais devem estar no centro de pesquisas sobre a formulação de políticas, por isso precisa-se de uma revolução na relação entre governo e pesquisa social na sociedade, para ajudar a determinar o que funciona e por que, e quais iniciativas políticas podem ser mais eficazes controlada (Lindblom, 1990). A prevalência de tais alegações de evidência pode levar à sugestão de que se vive em uma era de sociedade científica.

Tendo em vista o desenvolvimento teórico da tese, para dar sequência do trabalho, no capítulo seguinte, apresento a revisão de literatura e a respeito dos métodos de pesquisa, dando ênfase a revisão integrativa, bem como discorro sobre o percurso e as etapas da metodologia para desenvolver a revisão integrativa.

5 METODOLOGIA DA TESE

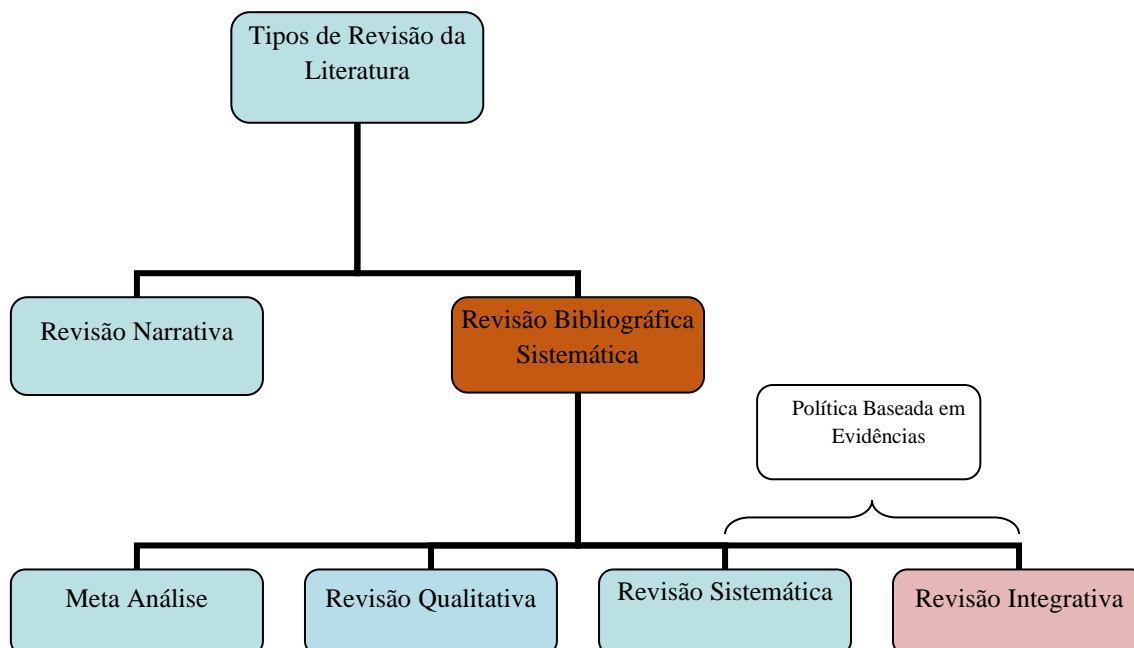
Nesta tese, foi feita uma revisão da literatura a partir do método bibliográfico com uso da técnica da revisão integrativa. Tais recursos, bem como as etapas usadas neste trabalho, são apresentados a seguir.

5.1 PESQUISA DE REVISÃO DA LITERATURA

O objetivo da revisão da literatura é fornecer aos leitores uma visão mais recente e um apoio para pesquisas futuras sobre um tópico, e estabelecer a base para outro objetivo nesse campo. As revisões da literatura devem ser bem escritas, com pouco ou nenhuma convenção pessoal, reunindo informações sobre um determinado assunto a partir de muitas fontes bibliográficas (Cronin; Ryan; Coughlan, 2008).

A revisão da literatura é o primeiro passo para a construção do conhecimento científico. Para que tal conhecimento possa ser amplamente compreendido, o processo de revisão requer a elaboração detalhada de informações abrangentes, pois surgem novas teorias, aparecem lacunas e oportunidades de pesquisa em contextos específicos baseados em diferentes assuntos (Botelho; Cunha; Macedo, 2011). Ingram *et al.* (2006) destaca que a revisão da literatura não é somente um resumo, porque envolve a organização e discute tópicos de pesquisa.

Os trabalhos científicos que apresentam revisão de literatura tornam-se uma forma de pesquisa, usando fontes de bibliografia ou informações eletrônicas para obter os resultados da pesquisa de outros autores, ou para determinar teoricamente um tópico. Existem dois tipos de revisão na literatura: narrativas e sistemáticas. Este último é subdividido em quatro outros métodos: metanálise, revisão sistemática, revisão qualitativa e revisão integrativa (Rother, 2007) (vide Figura 3). A revisão da literatura segue os métodos mostrados na figura abaixo:

Figura 3 - Tipos de Revisão da Literatura.

Fonte: Elaborado pelo autor, adaptado de Rother (2007); Botelho; Cunha e Macedo (2011).

Embora os trabalhos de caráter narrativo e sistemático sejam chamados de revisões, ambos têm características e objetivos diferentes. As revisões narrativas numa perspectiva teórica ou contextual são usadas para descrever o estado mais recente de um determinado tópico. Esse tipo de revisão não fornece um método de busca de referências, nem provê a fonte das informações utilizadas, nem oferece os critérios utilizados na avaliação e seleção dos trabalhos. Ela consiste basicamente na análise da literatura, explicação pessoal e análise crítica do pesquisador. A revisão narrativa pode adquirir e atualizar conhecimentos sobre um determinado assunto em um curto espaço de tempo, mas não torna os dados reproduzíveis e não fornece respostas quantitativas para determinadas questões (Bernardo; Nobre; Janete, 2004; Rother, 2007).

As evidências podem ser chamadas de "impulsionadora de mudanças de paradigmas" (*paradigms hifter*) (Petticrew; Roberts, 2006, p. 20). No movimento, tornou-se necessário um método de geração de revisão de literatura que permita a busca, avaliação crítica e síntese das evidências disponíveis sobre o assunto investigado (Whittemore; Knafl, 2005).

Greenhalgh (1997, p. 672) define a revisão sistemática "como uma síntese de estudos primários que contém objetivos, materiais e métodos claramente explicitados e que foi conduzida de acordo com uma metodologia clara e reprodutível". As revisões

bibliográficas sistemáticas são planejadas para responder a uma pergunta específica, usando métodos claros e sistemáticos para identificar, selecionar e avaliar criticamente as pesquisas, coletar e analisar os dados de estudos incluídos na revisão através de uma seleção.

Feldman (1971, p. 86) preconiza que revisar sistematicamente e integrar evidências de pesquisa “pode ser considerado um tipo de pesquisa em seu próprio direito - um que usa um conjunto característico de técnicas de pesquisa e métodos”. No mesmo ano, além dessas suposições, Light e Smith (1971) notaram que, aquém da análise das diferenças entre os estudos relacionados e de quais informações eficazes ou *insights* poderiam ser gerados, era impossível resolver algumas hipóteses, se as situações não fossem esperadas, e isso repercutiu nos métodos usuais e científicos de pesquisa.

Na revisão sistemática, conforme pode ser visto na Figura 4 (abaixo) são considerados apenas estudos de caráter experimental, por ser um método rigoroso usado para: identificar pesquisas sobre o assunto, aplicar métodos de pesquisa explícitos e sistemáticos; avaliar a qualidade e eficácia desses estudos. Sua aplicabilidade faz parte do contexto de implementação de mudanças, para selecionar evidências científicas e, através de seus resultados, fornecer informações abrangentes para facilitar a política baseada em evidências (Broome, 2000; Mendes; Silveira; Galvão, 2008; De-La-Torre-Ugarte-Guanilo; Takahashi; Bertolozzi, 2011).

Figura 4 - Esquema diferenciando Revisão Integrativa e Revisão Sistemática



Fonte: Elaboração do autor, adaptado de Broome (2000); Mendes; Silveira e Galvão (2008).

Na revisão integrativa torna-se possível incluir estudos experimentais e quase-experimentais difundidos, conforme Ramos (2014). Nesse caso, a pesquisa experimental visa a explicar (compreender) fenômenos e revelar causalidade. A característica do experimento é utilizar a quantificação, principalmente estatística, descritiva e inferencial, para encontrar a relação explicativa de um determinado fenômeno. Para tanto, deve haver ao menos dois grupos, um que recebe um tratamento (pode ser uma política pública) e outro que não recebe, ambos selecionados aleatoriamente (por sorteio).

A pesquisa quase-experimental também visa a explicar (compreender) fenômenos, porém ela não cria situações artificiais, apenas observa e compara situações dadas naturalmente, e não por sorteio, como na experimental. Esses são estudos *ex-post-facto*, e os pesquisadores não administraram tratamento por sorteio. Os estudos quase-experimentos também usam métodos quantitativos (estatísticos), especialmente estatísticas descritivas e inferenciais. Deve-se enfatizar que a lógica para guiar tanto a pesquisa experimental quanto a quase-experimental é uma tentativa de estabelecer uma relação causal.

As revisões integrativas têm sido relatadas como método de pesquisa na literatura desde 1980 (Roman; Friedlander, 1998). Segundo Botelho, Cunha e Macedo (2011, p. 127), “o termo ‘integrativa’ tem origem na integração de opiniões, conceitos ou ideias provenientes de pesquisas utilizadas neste método”. A partir da revisão de literatura de Whitemore e Knafl (2005), que designam a revisão integrativa como uma alternativa rigorosa da combinação de estudos com diferentes métodos (como desenho experimental/não experimental) e integração dos resultados do fenômeno que está sendo analisado. É possível promover pesquisas de revisão, em múltiplos campos do conhecimento e manter o rigor metodológico das revisões sistemáticas. Por produzir um grande número de amostras, aliado à multiplicidade de sugestões, constroem um panorama consistente e compreensível de conceitos, teorias ou questões complexas relevantes. Broome (2000) define revisão integrativa como aquela que investiga e organiza pesquisas realizadas sobre um tema específico, de forma que se possam tirar conclusões a partir da produção científica, para que o conhecimento existente possa ser analisado.

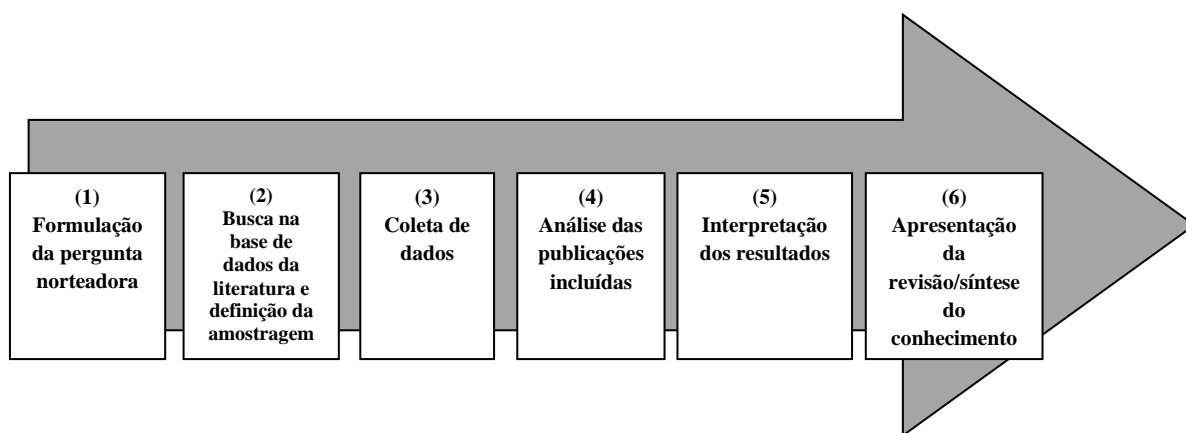
Tal revisão tem como objetivo combinar estudos empíricos ou teóricos para fornecer uma compreensão mais abrangente de fenômenos específicos. Esse tipo de pesquisa é conduzido por diferentes métodos, permitindo que os pesquisadores utilizem-

nos para definir conceitos, descobrir lacunas no campo da pesquisa, realizar revisões teóricas, analisar métodos de pesquisa e sintetizar resultados sem comprometer a conexão epistemológica dos estudos incluídos (Mendes; Silveira; Galvão, 2008; Soares *et al.*, 2014).

Ainda, Botelho, Cunha e Macedo (2011, p. 133), enfatizam que esse método pode ser “incorporado às pesquisas realizadas em outras áreas do saber, além das áreas da saúde e da educação”. Por melhorar a capacidade de sistematizar o conhecimento científico, de forma que o pesquisador fique mais próximo do problema que deseja apreciar, é possível acompanhar o panorama de realizações científicas para compreender a evolução do tema ao longo do tempo, assim visualizando possíveis oportunidades de pesquisa.

Para realizar uma revisão integrativa, todas as etapas devem ser claramente descritas e seguidas de modo rigoroso. Embora diferentes autores tenham adotado subdivisões distintas, em geral a revisão integrativa deve passar por seis etapas semelhantes ao desenvolvimento de uma pesquisa convencional (Mendes; Silveira; Galvão, 2008). Sendo etapas sucedidas conforme a Figura 5:

Figura 5 - Seis passos da revisão integrativa da literatura.



Fonte: Adaptado pelo autor, com base em Botelho; Cunha e Macedo (2011).

Os profissionais de diferentes áreas do conhecimento podem acessar rapidamente estudos relevantes, que fornecem conhecimento fundamental sobre temas específicos através de revisão integrativa (Mendes; Silveira; Galvão, 2008). O valor das revisões integrativas é fornecer um método transparente, abrangente e estruturado para pesquisar, selecionar e sintetizar a literatura (Bearman *et al.*, 2012).

Para evitar que o autor não selecione apenas a pesquisa com a que tenha afinidade ou que tenha financiadores interessados, existe um protocolo preliminar que estabelece os métodos de seleção e análise para revisão integrativa (Moher *et al.*, 2015). Conforme

foi proposto por Weisburd, Farrington e Gill (2017), o protocolo deve seguir um *checklist* de itens validados mundialmente para atender pelo menos às normas pertinentes. Ao começar por apresentar uma questão que se apresente clara e objetiva; demonstrar critérios de elegibilidade dos estudos e justificar cada caso que for excluído da revisão; traçar uma estratégia de busca de material bibliográfico, que tende a reduzir potenciais vieses; contemplar maior número possível de fontes de pesquisa e detalhar da melhor forma os passos e os dados do desenvolvimento da pesquisa.

O objetivo do protocolo é registrar todo o processo de revisão, explicar a estratégia e o local de busca dos trabalhos científicos, definir quais critérios serão usados para selecionar os estudos e a análise que será realizada na pesquisa.

No caso da revisão integrativa, a análise dos estudos incluídos no trabalho deve descrever o desenho do estudo, participantes, intervenções e resultados dos trabalhos selecionados para tal revisão. Segundo Higgins e Green (2011), a pergunta de pesquisa na revisão deve ser feita de forma estruturada para reduzir possíveis vieses no processo de busca do material bibliográfico. Uma das opções indicadas para construção da pergunta norteadora por Richardson *et al.* (1995) é utilizar o roteiro do acrônimo PICOS, sendo descritos da seguinte forma: “P” de População de Interesse, “I” de Intervenção a ser considerada, “C” de Controle utilizado, “O” de *Outcome* (desfecho) e “S” de *Study Design* (desenho da pesquisa) referente a:

- **População:** em que deve ser descrito o tipo de população a ser analisada;
- **Intervenção:** o tipo de intervenção analisado pelos estudos;
- **Controle:** o tipo de grupo controle empregado para atingir a comparação da intervenção;
- **Desfecho:** o tipo de desfecho (*outcome*) avaliado pelos estudos;
- **Desenho do estudo:** o tipo do desenho (*study design*) que se busca;

Ao longo de todo o processo de revisão integrativa, torna-se necessário considerar o estabelecimento de padrões objetivos para reduzir qualquer tipo de enviesamento causado pela opinião do autor, ao mesmo tempo permitir a replicação do trabalho por outros pesquisadores. Para este fim, utilizou-se como base metodológica os requisitos propostos pelo Manual da *Campbell Collaboration* (2019) e os passos propostos no protocolo Prisma-P (Moher *et al.*, 2015). A revisão integra informações selecionadas que constituem um resumo das características das evidências e informações relacionadas ao tema de pesquisa.

5.2 PERCURSO METODOLÓGICO DA TESE

Nesse subcapítulo, descreve-se a metodologia utilizada para o levantamento dos artigos científicos sobre os quais foram feitas as análises.

Para esta tese, optou-se por utilizar de um tipo de revisão da literatura chamado de Revisão Bibliográfica Sistemática e, dentro dela, optou-se por realizar uma Revisão Integrativa. Dessa forma, torna-se fundamental diferenciá-la das linhas de estudos existentes.

Trata-se de um estudo com coleta de dados realizado a partir de fontes secundárias, através de levantamento bibliográfico e baseado na experiência vivenciada por estudiosos. Tal recurso permite agregar, classificar, avaliar e sintetizar os resultados da pesquisa de um tema específico, o qual ajuda outros profissionais a utilizar esses dados em seu trabalho.

Especificamente, este estudo é uma revisão integrativa desenvolvida a partir da seleção metódica da literatura científica sobre intervenções de combate à fome. Conforme Mendes, Silveira e Galvão (2008), a revisão integrativa possibilitou um olhar aprofundado sobre o tema central, vindo da combinação de estudos anteriores e de suas reflexões, da análise de diferentes abordagens e da atualização dos resultados de pesquisas, a qual pode contribuir no processo de tomada de decisão no âmbito das políticas públicas, ou ainda para novas pesquisas e intervenções. A exemplo de Redeker (2000) a revisão integrativa constitui o sumário da literatura do conceito numa determinada área científica que se analisa, e as considerações transformam-se numa síntese.

Ao longo do processo da Revisão Integrativa houve a apreensão de estabelecer padrões objetivos, para reduzir a zero qualquer viés influenciado pela opinião do autor, ao mesmo tempo objetivando que outros pesquisadores possam replicar esses padrões. Para tanto, foram utilizados como base metodológica os requisitos do Manual de Revisão Bibliográfica Sistemática Integrativa: a pesquisa baseada em evidências (2014) e as etapas do protocolo Prisma-P (Moher *et al.*, 2015), que serão descritos posteriormente.

O processo de busca de estudos e de extração de dados foi considerado um momento decisivo na qualidade da revisão da literatura. Para a execução de cada etapa foram adotadas as diretrizes propostas por Botelho, Cunha e Macedo (2011) e pelo Manual de Revisão Bibliográfica Sistemática Integrativa: pesquisa baseada em evidências (2014), conforme as etapas descritas a seguir.

Quadro 2 - Etapas realizadas para a elaboração da Revisão Integrativa dessa pesquisa

	Etapa	Ação
1ª etapa	Identificação do tema e seleção da questão de pesquisa	Ação 1: Formulação de uma pergunta de pesquisa.
		Ação 2: Definição dos critérios de inclusão e exclusão dos artigos.
		Ação 3: Definição dos descritores.
		Ação 4: Definição da estratégia de busca.
		Ação 5: Definição das bases digitais para realizar a busca.
		Ação 6: Construção das estratégias de busca para cada base digital.
2ª etapa	Estabelecimento dos critérios de inclusão e exclusão	Ação 7: Uso das bases de dados;
		Ação 8: Busca dos estudos pela equipe com base nos critérios de inclusão e exclusão na ação 2
		Ação 9: Unificação dos resultados encontrados pelos três pesquisadores na ação 8 e exclusão dos estudos duplicados.
3ª etapa	Identificação dos estudos pré-selecionados e selecionados	Ação 10: Leitura do resumo dos estudos incluídos e seleção dos estudos através das palavras-chave e título que preencham os critérios de inclusão.
		Ação 11: Organização dos estudos pré-selecionados; selecionados.
		Ação 12: Unificação dos estudos selecionados pelos três pesquisadores e exclusão dos estudos duplicados.
4ª etapa	Categorização dos estudos selecionados	Ação 13: Elaboração e uso da Matriz de síntese.
		Ação 14: Leitura da íntegra de cada artigo incluído na ação 12 e avaliação segundo os critérios de inclusão (etapa realizada apenas pelo coordenador da pesquisa).
		Ação 15: Categorizar e analisar as informações.
		Ação 16: Formação de uma biblioteca individual.
		Ação 17: Análise crítica dos estudos selecionados realizada pelo coordenador da pesquisa.
5ª etapa	Análise e interpretação dos resultados	Ação 18: Análise dos resultados e produção das sínteses de evidências

Fonte: Elaborado pela autora, com base em Botelho; Cunha e Macedo (2011).

Diante disso, como parâmetros de pesquisa, foram identificados apenas estudos que utilizaram os métodos de delineamento experimental e quase-experimental, já explicados no capítulo 2 desta tese. Os estudos incluídos nessa revisão têm como objeto a insegurança alimentar, renda, consumo alimentar, desnutrição, inanição, mortalidade e nanismo, esses mesmos termos também transcritos nos idiomas em inglês e espanhol. Além disso, os trabalhos publicados precisavam abarcar intervenções implementadas em países da América Latina e Caribe, sem definir parâmetros quanto ao tipo de intervenção.

Embora não seja uma prática comum, é muito importante ressaltar que essa metodologia já foi aplicada por outros modelos de estudo na área. Como destaque, identificou-se um estudo que trouxe o tipo de resultado como parâmetro inicial da revisão e não o tipo de intervenção, o qual foi desenvolvido por Beckman *et al.* (2020), que

revisou a pesquisa avaliando a eficácia das intervenções como ponto de partida para avaliar o provável impacto das estratégias na insegurança alimentar, além de outra publicação desenvolvida por Aguiar e Nunes da Costa (2017), a qual revisou estudos avaliando o impacto das intervenções voltadas para a produção de alimentos.

A revisão integrativa envolve o desenvolvimento de cinco etapas, conforme descrito no Quadro 2, ao iniciar com identificação da questão, seleção da amostra, caracterização dos estudos, análise, discussão e apresentação dos resultados. Conquanto proporcione uma abordagem ampla de um assunto, a inclusão de estudos com delineamentos diferentes pode resultar em uma análise mais complexa, que pode acarretar um estudo mais aprofundado sobre o objeto.

5.2.1 Primeira e segunda etapas: formulação de uma pergunta de pesquisa/definição dos descritores e dos critérios de inclusão e exclusão dos artigos

No trabalho foram incluídos estudos que preencheram os critérios apresentados por Richardson *et al.* (1995), para a formulação da pergunta de pesquisa estruturada. Esta qual foi feita conforme o modelo proposto por Connor, Green e Higgins (2008), utilizando o anagrama PICOS, indicando os participantes, as intervenções, os controles dos estudos, os *outcomes* (desfechos) e o *study design* (metodologia dos estudos). Com a pergunta de pesquisa definida, o próximo passo deu-se segundo Broome (2000), ao definir os descritores ou palavras-chave para a estratégia de busca, quando todos os elementos foram apresentados no Quadro 3.

Todas essas etapas foram percorridas para elaboração deste estudo, que teve como eixo norteador a seguinte questão: quais estudos existem sobre avaliação de impacto e quais são os efeitos sobre políticas e programa voltados ao combate à fome desenvolvidos na América Latina e no Caribe no período de 2010 a 2020?

Quadro 3 - Estrutura da questão norteadora da Revisão Integrativa da Tese

Estrutura da questão norteadora	P	I	C	O	S
	População residente nos países da América Latina e no Caribe de qualquer faixa etária, de qualquer gênero,	Qualquer uma	Qualquer um	Combate à fome	Avaliação de efeito por meio de delineamento experimental; quase-experimental e grupo controle

	raça, cor ou etnia				
Descritores em português	Países da América Latina e no Caribe	Alimentação escolar Ajuda alimentar Bem-estar Educação Extensão Nutrição Reforma agrária SAN Saúde Social Transferência de renda		Insegurança alimentar; desnutrição; emaciação; nanismo; mortalidade; renda; consumo alimentar; mistos (consumo/renda)	Políticas públicas
Descritores em inglês	Países da América Latina e no Caribe	<i>schoolmeals</i> <i>food aid</i> <i>Welfare</i> <i>Education</i> <i>Extension</i> <i>Nutrition</i> Land reform SAN Health Social Income transfer		<i>Food insecurity;</i> <i>malnutrition;</i> <i>emaciation;</i> <i>dwarfism; mortality;</i> <i>income; food consumption; mixed</i> (consumption/income)	<i>publicpolicy;</i> <i>experimental design; quasi-experimental and control group</i>
Descritores em espanhol	Países da América Latina e no Caribe	comidas del colegio ayuda alimentaria Bienestar Educación Extensión Nutrición Reforma agraria SAN Salud Transferência de Renta Social		inseguridad alimentaria; desnutrición; adelgazamiento; enanismo; mortalidad; ingreso; Consumo de comida; mixto (consumo/ingreso)	políticas públicas; diseño experimental; grupo cuasi-experimental y de control

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

5.2.1.1 Critérios de inclusão dos trabalhos científicos

Como critérios de inclusão das publicações, tornaram-se elegíveis as referências classificadas como artigos científicos, sendo esses publicados com ou sem revisão por pares, no período de 10 anos compreendido entre os anos de 2010 a 2020, tendo em vista a última publicação atualizada sobre o tema, além de contar com o resumo disponível na base de dados e possuir aderência ao objetivo proposto por essa pesquisa. Em virtude do estudo, procuraram-se avaliações de efeito, decorrentes das intervenções já

implementadas na América Latina e no Caribe. O idioma atribuído às buscas pelas publicações foram o português e o espanhol, bem como o inglês. De acordo com Grégoire, Derderian e Lorier (1995), a maior parte dos trabalhos científicos sobre evidências a nível mundial são publicados em inglês, o qual agrega estudos com delineamento experimental, quase-experimento e estudos de caso/controle inclusive na área de estudos sobre o combate à fome.

Da mesma forma, incluíram-se os artigos publicados cuja metodologia adotada permitiu obter evidências, sendo estudos com delineamento experimental ou quase-experimental, ou ainda, ensaios controlados ou comparativos. Além disso, foram incluídos estudos que retratassem intervenções, procedimentos ou diretrizes condizentes com a atuação de combate à fome ou decorrente desta.

Em virtude das características específicas para acesso a cada base de dados selecionada, foram adaptadas diferentes estratégias para localizar os artigos, tendo como eixo norteador a pergunta e os critérios de inclusão e exclusão de artigos empregados na revisão integrativa, estabelecidos de modo prévio para manter a coerência na busca dos trabalhos e evitar possíveis vieses por parte dos pesquisadores.

Portanto, estudos que atenderam aos seguintes critérios foram incluídos na Revisão Integrativa:

- a) Participantes: estudos que avaliaram o efeito de intervenções aplicadas em qualquer tipo de público, desde que pertencentes a países da América Latina e do Caribe, independente de faixa etária, sexo, nacionalidade, raça, cor ou etnia ou qualquer outro critério diferenciador.
- b) Intervenção: pesquisas que avaliaram qualquer tipo de intervenção, seja estratégia, política, plano, projeto, programa ou iniciativa, desenvolvida por órgão público ou governamental ou organização privada de qualquer área. Foram incluídos estudos medindo o impacto ou que representaram algum efeito em relação à eficácia, efetividade e eficiência das intervenções, pois esses indicadores foram considerados resultados das intervenções sobre tema da tese.
- c) Controle: o estudo precisaria demonstrar que o grupo controle foi gerado por algum processo de pareamento, demonstrando a semelhança de suas trajetórias em relação aos indicadores de controle escolhidos.
- d) Desfecho: a pesquisa deveria usar indicadores oficiais para medir o efeito das intervenções seguindo as indicações pertencentes ao *Global Hunger Index* (GHI),

o Índice Global da Fome, e *International Food Safety Assessment (IFSA)*, a Avaliação Internacional de Segurança Alimentar.

Por razões conceituais, os índices que medem a fome diferem entre si, porque são construídos para diferentes propósitos políticos. Os índices de fome são calculados para países individuais, ou grandes regiões, ou para o mundo inteiro e são usados para a tomada de decisões no mais alto nível político.

As medidas de segurança alimentar concentram-se nas diferentes dimensões abarcadas pelo conceito enquadrado na utilização, disponibilidade, acesso e estabilidade de alimentos de extensões anteriores ao longo do tempo ou uma combinação dessas dimensões. As mensurações são elaboradas a partir de dados coletados a nível nacional, regional, domiciliar e/ou individual e podem variar em complexidade, desde indicadores simples produzidos com dados acessíveis de coletar e analisar, até indicadores que demandam a coleta com abundância de tempo, recursos, análises complexas de dados e informações (Jones *et al.*, 2013).

O *Global Hunger Index (GHI)* foi uma das fontes de informação para a análise da fome que leva em conta a composição do seu índice, a periodicidade de publicação dos relatórios gerados ao longo dos anos e a sua viabilidade global como fonte de informação sobre tópicos específicos neste trabalho. O GHI é projetado para monitorar as tendências globais, nacionais e regionais no aumento e diminuição da fome e costuma ser calculado anualmente desde 2006 pelo *International Food Policy Research Institute (IFPRI)*. Com base na natureza multidimensional da segurança alimentar, o GHI é composto por três indicadores igualmente ponderados: 1) o percentual de desnutrição; 2) a proporção de crianças abaixo do peso recomendado e 3) a taxa de mortalidade infantil. Os países recebem então um valor em uma escala de 0 a 100, em que há uma faixa categórica para classificá-los de acordo com a fome nos extremos da escala: "baixo" e "extremamente alarmante" (Von Grebmer, 2012). Conforme a Figura 5, a pontuação GHI de cada país é classificada por gravidade, de baixa a muito preocupante.

Figura 6 - A distribuição das pontuações do Global Hunger Index

Escala de gravidade GHI				
≤ 9,9 baixo	10,0-19,9 moderado	20,0-34,9 Sério	35,0-49,9 alarmante	≥ 50,0 Extremamente alarmante
0	10	20	35	50

Fonte: von Grebmer *et al.* (2021, p. 7).

O GHI foi construído para avaliar o estado da fome global, monitorar o progresso em direção aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM's) e explicar tendências em modelos causais (Wiesmann; Weingärtner; Schöninger, 2006). O índice capta explicitamente o fato de que a fome é um fenômeno multidimensional e é construído a partir de três indicadores disponíveis: a proporção da população sem acesso adequado à alimentação (dado pela FAO), a proporção de crianças menores de cinco anos com baixo peso e mortalidade de crianças de cinco anos (Masset, 2011).

O esquema de ponderação adotado é muito simples, por levar em consideração a soma dos percentuais de cada parâmetro. O índice não é sensível a mudanças na distribuição dos resultados, pois não há componentes para ele. Da mesma forma, esse indicador não é sensível a mudanças sazonais no estado nutricional e de saúde ou outros choques de curto prazo (Masset, 2011).

Ao contrário de outras estimativas que se baseiam apenas em dados de desnutrição como indicador de fome, o Índice Global de Pobreza desenvolveu um índice mais amplo na tentativa de obter números mais precisos baseado em três dimensões. A primeira é uma oferta inadequada de alimentos, com base em dados da *Food and Agriculture Organization* (FAO) sobre a porcentagem da população que consome menos do que a média mínima necessária de energia. A segunda é a desnutrição infantil, que é demonstrada por dois indicadores, sendo a emaciação infantil referente à proporção de crianças menores de cinco anos cujo peso para altura está abaixo do nível recomendado, refletindo desnutrição aguda; O nanismo infantil é a proporção de crianças com menos de cinco anos em que a relação altura-idade certa está abaixo para a idade, refletindo na desnutrição crônica – essas duas métricas estão relacionadas à qualidade dos alimentos, não apenas à quantidade. A terceira dimensão é a mortalidade infantil, que reflete o risco de morte por fome aguda e/ou crônica. Os indicadores foram normalizados e agregados a uma pontuação final variando de 0 para o caso de não fome a 50 para o campo extremamente preocupante. No entanto, esta avaliação final não fornece uma avaliação numérica do número de famintos, mas sim uma avaliação da situação do país como um todo (Von Grebmer *et al.*, 2021). Ainda, cabe ressaltar que as crianças são muito suscetíveis à fome e apresentam sintomas perceptíveis rapidamente.

Conforme Von Grebmer *et al.* (2021), o *Global Hunger Index* é uma ferramenta para medição abrangente e monitoramento de fome em nível global, regional e nacional. A avaliação é baseada nos valores dos quatro indicadores:

- a) Desnutrição – proporção da população com ingestão calórica insuficiente (dados da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação);
- b) Emaciação infantil – a proporção de crianças menores de cinco anos que possuem baixo peso para sua altura, refletindo desnutrição aguda;
- c) Nanismo infantil – a proporção de crianças menores de cinco anos que têm baixa estatura para a idade, refletindo desnutrição crônica;
- d) Mortalidade Infantil – a taxa de mortalidade de crianças menores de cinco anos, demonstrando, em parte, uma combinação fatal de nutrição inadequada e ambientes insalubres (dados do Grupo Interagências das Nações Unidas para Estimativa de Mortalidade Infantil).

O *Global Hunger Index* (GHI) é a publicação contemporânea mais complexa e influente sobre a pesquisa da fome. É um relatório anual publicado pelo *International Food Policy Research Institute* (IFPRI) e, desde 2007, o GHI fornece uma medida multidimensional da fome global. O conceito de fome aplicado é emprestado da FAO: a fome é geralmente entendida como sofrimento associado à falta de alimentos. A Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) define privação de alimentos ou desnutrição como o consumo de menos de 1.800 quilos de calorias por dia, que é o mínimo que a maioria das pessoas precisa para ter uma vida saudável e produtiva (Von Grebmer *et al.*, 2015).

Os resultados do GHI mostram tendências em segurança alimentar e nutrição em todos os países e regiões. O cálculo das pontuações do GHI é restrito a países em desenvolvimento e países em transição para os quais a medição da fome é considerada mais relevante. Os países desenvolvidos não estão incluídos, porque lá a fome já foi amplamente superada, e o consumo excessivo é considerado um problema muito maior do que a falta de alimentos. O Índice Global da Fome é calculado da seguinte forma:

$$GHI = \frac{PUN + CUW + CM}{3}$$

Quando:

GHI= Índice Global da Fome

PUN=proporção da população subnutrida (em porcentagem);

CUW= prevalência de baixo peso em crianças menores de cinco anos (em porcentagem)

CM= proporção de crianças que morrem antes dos cinco anos (em porcentagem).

Embora os resultados do GHI sejam influenciados pelo cumprimento dos direitos humanos básicos – especialmente os direitos econômicos, sociais e culturais (como o direito à alimentação, saúde, à segurança e proteção social, à igualdade de acesso aos serviços públicos, aos cuidados e apoio especiais relacionados com a maternidade e crianças, à educação e à igualdade de gênero) –, o conceito do índice não se baseia em direitos humanos explícitos. Tal abordagem tornaria necessária a inclusão de indicadores sobre liberdades políticas e civis, que também não estão incluídas no Índice de Desenvolvimento Humano da PNUD 2005. Tanto as democracias quanto as ditaduras demonstraram vontade de buscar estratégias de redução da pobreza e capacidade de implementar essas políticas de forma eficaz. Por isso, o GHI não deve ser mal interpretado como uma classificação de sistemas políticos (Wiesmann; Weingärtner; Schöninger, 2006).

A outra fonte de informação utilizada foi a *International Food Safety Assessment* (IFSA) do Serviço de Pesquisa Econômica do USDA, que projeta três indicadores de segurança alimentar: o número de pessoas com insegurança alimentar, a proporção de pessoas com insegurança alimentar e a lacuna alimentar (uma medida da profundidade da insegurança alimentar). As previsões costumam ser feitas para o ano corrente e para os próximos 10 anos, aplicando-se um modelo orientado pela demanda que inclui informações sobre preços domésticos, respostas do consumidor a mudanças nos preços e na renda (Thome *et al.*, 2018).

O modelo de *International Food Safety Assessment* (IFSA) orientado pela demanda da ERS projeta o consumo de alimentos⁶ (necessidades alimentares) e as lacunas alimentares em 76 países de baixa e média renda. A segurança alimentar em cada país foi avaliada pela estimativa da proporção da população que não atingiu a meta de 2.100 calorias *per capita* por dia. A intensidade da insegurança alimentar foi medida determinando a diferença entre o consumo alimentar projetado (necessidades alimentares) e as metas calóricas para indivíduos abaixo do limite. As necessidades alimentares foram expressas em grãos equivalentes com base no conteúdo calórico para agregação em quatro grupos de alimentos separados: principais cereais consumidos no país, outros cereais, raízes, tubérculos e todos os outros alimentos (Thome *et al.*, 2018).

⁶Os dados médios de consumo alimentar per capita são dos Balanços Alimentares da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e balanços de cereais da FAO. Os preços domésticos observados são do banco de dados do Global Information Early Warning System (GIEWS) da FAO. Os dados tarifários são da World Integrated Trade Solution (WITS) do Banco Mundial.

As previsões de demanda são baseadas em preços e renda, usando uma estrutura impulsionada pela demanda, que também captura a relação entre desigualdade de renda e consumo dentro de cada país.

A lacuna alimentar – a quantidade de alimentos necessária para permitir que todas as pessoas com insegurança alimentar atinjam suas metas calóricas, foi considerada um indicador da intensidade da insegurança alimentar. É expresso em calorias *per capita* por dia (lacuna alimentar *per capita*) ou em quantidades equivalentes de grãos como déficit anual nacional (lacuna alimentar total). Os termos comumente usados neste relatório incluem:

- a) Consumo de Alimentos – representa a semelhança de oferta ou demanda de alimentos.
- b) Acesso aos alimentos – depende do poder de compra do consumidor. O consumo de alimentos estima-se com base no nível de renda de cada país, o qual é modelado com base na relação renda-consumo.
- c) Insegurança Alimentar – ocorre quando o consumo alimentar *per capita* dos consumidores em um determinado nível de renda fica abaixo da meta calórica de 2.100 calorias por pessoa por dia.

5.2.1.2 Critérios de Exclusão de artigos para a revisão integrativa

A exclusão dos artigos seguiu critérios definidos para estudos, que não contemplaram os critérios de inclusão mencionados anteriormente e as publicações encontradas duplicadas, além disso foram excluídas teses, dissertações, monografias, textos incompletos e revisões de literatura.

Durante essa etapa, foram excluídos estudos sobre fatores de risco, determinantes da falta de produção alimentar que tenham mensurado o impacto de fatores econômicos (como preços dos alimentos ou inflação), sociais (como nível educacional e desigualdade) e demográficos, sobre os efeitos da pandemia da Covid-19 e estudos de demanda por alimentos ou custo-benefício. Também foram excluídos estudos que avaliaram o impacto de programas de combate à fome, mas que mensuraram seus resultados em desfechos que não foram insegurança alimentar, consumo alimentar, renda, desnutrição, emaciação, nanismo ou mortalidade, como estudos que verificaram seus resultados sobre comportamentos psicológicos, rendimento escolar, efeito de aprendizagem,

produtividade e saúde mental, e também sobre doenças crônicas degenerativas, todos temas de grande relevância que merecem revisões sistemáticas futuras.

5.2.2 Terceira etapa: Definição da estratégia de busca dos trabalhos científicos

A busca em bases digitais foi realizada a partir da lista de descritores pré-estabelecidos, elaborada por meio de palavras utilizadas pela linguagem natural e pelo vocabulário técnico da área de segurança e insegurança alimentar e de avaliações de impacto, segundo o quadro disposto acima.

5.2.2.1 Definição das bases digitais para realizar a busca dos trabalhos científicos

Foram buscadas publicações entre o ano de 2020 a 2021, seguindo a literatura nacional, internacional e os portais mais relevantes de publicação de materiais científicos da região, sendo assim selecionados os seguintes:

- a) Bases nacionais: 1) Portal de Periódicos da Capes; 2) Scielo; 3) Biblioteca Virtual sobre Violência e Saúde (BVS/VS) da Biblioteca Regional de Medicina (BIREME).
- b) Bases internacionais: 1) Redalyc - *Sistema de Informacion Cientifica Redalyc*; 2) ResearchGate; 3) *Scientific Electronic Library Online*.
- c) Portais de busca: *Google Scholar*.

5.2.2.2 Construção das estratégias de busca para cada base digital

As fontes de informação possuem características que requerem estratégias específicas e diferenciadas. Em suma, tornou-se importante o uso de operadores booleanos e elementos de truncamento, os quais facilitaram a localização de trabalho para uma amostra de pesquisa comum (Sampaio, 2013). Para esta pesquisa, os descritores foram ajustados individualmente para cada banco de dados após a realização de testes, de acordo com a organização interna do banco de dados e suas regras de uso de operadores booleanos e *truncation operators*, dispostos da seguinte forma:

Quadro 4 - Estratégias de busca nas bases digitais utilizadas nessa revisão integrativa

Portal	Estratégia de busca em português	Estratégia de busca em inglês	Estratégia de busca em espanhol
Biblioteca Virtual sobre Violência e Saúde (BVS/VS) da Biblioteca Regional de Medicina (BIREME) Literatura Latino Americana e do Caribe (LILACS)	(mj:(fome)) AND (desfecho); (mj:(fome)) AND (políticas públicas); (mj:(fome)) AND (nome das intervenções)		
Periódicos da Capes https://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php?	(Políticas Públicas) AND Desfechos* AND nome cada país Ou (Política pública) AND "Fome" AND nome de cada país Buscas adicionais: Soberania Alimentar		
Google scholar https://scholar.google.com/	"fome" AND "políticas públicas" AND nome do país		
Redalyc Sistema de Informacion Cientifica Redalyc https://www.redalyc.org/	fome AND Políticas públicas (n: 1711)	hungry AND Políticas públicas (n: 45); hunger AND Políticas públicas (n: 348);	hambre AND Políticas públicas (n: 1356); hambruna AND Políticas públicas (n:214)
ResearchGate https://www.researchgate.net/	política pública "fome"		política pública "hambre"
Scielo <i>Scientific Electronic Library Online</i> (https://www.scielo.org/)	Desfecho analisados AND Política Pública ou Desfecho analisado AND Política Pública AND Soberania Alimentar Buscas adicionais: Fome; Nome dos Países em que o portal não abrange		Buscas adicionais: Hambruna;

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Nota: *Insegurança alimentar; desnutrição; emaciação; nanismo; mortalidade; renda; consumo alimentar.

5.2.2.3 Uso das bases de dados nas buscas por trabalhos científicos

A estratégia de busca tornou-se um dos fatores que afetou diretamente a atividade de busca de obras nas bases de dados. Assim, diferentes estratégias de busca foram desenvolvidas durante a coleta de artigos, levando em consideração as características de cada fonte de informação, como o idioma principal e a presença ou ausência de vocabulário controlado.

5.2.2.4 Processo de Busca de publicações científicas pela equipe com base nos critérios de inclusão e exclusão

Um dos erros mais graves que contrafazem a revisão integrativa é a forma de busca e extração de dados, que aumenta drasticamente quando realizada por apenas uma pessoa (Buscemi *et al.*, 2005). Por esse motivo, conforme recomendado por Moher *et al.* (2015), seguiu-se as diretrizes internacionais descritas pelo Prisma, sendo as etapas da revisão realizadas por, além do autor do estudo, mais dois assistentes independentes deste.

A condução da pesquisa após as buscas das publicações começou com a seleção dos artigos, a qual seguiu o itinerário descrito por Rodrigues *et al.* (2012), com a leitura e análise do título, do resumo e do artigo completo. Em cada fase, eliminaram-se os artigos que não correspondiam à questão norteadora e aos critérios de inclusão da pesquisa.

5.2.2.5 Unificação das publicações encontradas pelos três pesquisadores na ação 8 e exclusão dos estudos duplicados

Com a recuperação na busca nas bases digitais, os trabalhos candidatos a inclusão na Revisão Integrativa selecionados pelos três pesquisadores foram agrupados, removendo-se os duplicados de modo manual. A triagem dos trabalhos teve início com a seleção pelo título, com objetivo, quando possível era eliminado as publicações que não continham as palavras-chave estabelecidos nessa pesquisa. Caso não houvesse consenso entre a equipe de pesquisa, os trabalhos seguiam marcados como aprovados para análise na próxima etapa. Quando havia dúvidas entre a equipe, o trabalho não era excluído, e sim era reservado para a etapa da leitura do resumo.

Nessa fase, as publicações aprovadas com base no título, bem como os trabalhos que não atingiram o consenso entre as pesquisadoras foram submetidos a uma nova avaliação com base nos critérios das palavras-chave e, quando possível, nos critérios de inclusão descritos no resumo. Cada pesquisador leu os resumos dos artigos selecionados

e fez uma nova seleção de acordo com os critérios de inclusão. Após, unificaram-se as informações dos três pesquisadores. Em caso de dúvida, os estudos foram encaminhados à próxima etapa, isto é, a análise do texto na íntegra. Só então o coordenador do estudo leu os artigos completos e chegou a um total de estudos elegíveis para análise de efeito. Assim, foi considerada a metodologia utilizada em cada estudo selecionado e foi feita uma seleção final dos artigos que atenderam aos critérios exigidos.

Contudo, também foi realizada a leitura das referências bibliográficas de cada artigo selecionado para identificar novos estudos, que foram revisados e selecionados pelo coordenador de pesquisa. Uma vez identificados os estudos incluídos, o coordenador do estudo revisou e selecionou as áreas com intervenções utilizadas em cada tópico deste, as quais se referem ao impacto de uma intervenção sobre diferentes resultados ou diferentes intervenções no mesmo desfecho.

5.2.3 Quarta etapa: Categorização dos estudos selecionados para desenvolver a pesquisa

Para os pesquisadores analisarem as informações reunidas dos artigos científicos, foi necessário criar categorias de análise para ordenar e sintetizar cada estudo para revisão integrativa. Essa classificação pode ser feita de forma descritiva, em que o pesquisador indicou os dados mais relevantes para o estudo (Broome, 2000).

Na sequência da seleção dos artigos completos, foi realizada uma leitura analítica para obter resultados de forma descritiva. A escolha deu-se junto à classificação por temática para análise e interpretação dos dados.

Com base em revisões integrativas anteriores e visões gerais feitas nesta área por Sherman *et al.* (1997) e Weisburd, Farrington e Gill (2017), as informações coletadas foram agrupadas em diferentes categorias analíticas de intervenção, cuja categorização baseou-se na incidência do conteúdo e nas características presentes nos estudos selecionados. Desse modo, sistematizou-se o conteúdo em temas principais e recorrentes, a saber:

- 1) Ajuda alimentar: intervenções direcionadas à ajuda humanitária ao garantir o consumo de alimentos seguros para populações afetadas antes, durante e depois de crises em contextos de emergência. Caso contrário, o consumo de comida seria insuficiente ou inapropriado para prevenir a fome de indivíduos.

- 2) Alimentação escolar: intervenções que se difundem sobre o impacto da desigualdade econômica, questões de segurança e direito à alimentação e política educacional que envolve alunos de escolas públicas. Para além desta política, existe uma política alimentar saudável, segura e de qualidade para fomentar hábitos saudáveis, cujo regime de oferta de refeições atenda às necessidades nutricionais dos alunos durante a sua permanência no ambiente escolar.
- 3) Bem-estar: intervenções com foco na garantia de uma vida saudável e no intuito de promover o bem-estar para todos os indivíduos, em todas as idades, com foco na assistência social baseada na erradicação da pobreza e na redução das desigualdades.
- 4) Educação: intervenções que contam com a contribuição do processo de transmissão de informações e como essas informações podem ser utilizadas para promover mudanças de comportamento e atitudes relacionadas a questões nutricionais como obesidade, desnutrição e fome endêmica. Ao integrar a educação alimentar e nutricional no processo de ensino ao longo do currículo escolar, abordando os temas alimentação e nutrição e o desenvolvimento de hábitos de vida saudáveis numa perspectiva de segurança alimentar e nutricional.
- 5) Extensão: é um termo frequentemente utilizado para se referir a ações de disseminação de conhecimento. Na área de intervenções, tende a atuar em busca do desenvolvimento, com destaque especial para a agricultura familiar, a necessidade da reforma agrária, do combate à fome e à pobreza, de seus impactos na produção e comercialização, em termos de diagnóstico, modelagem, planejamento e implementação de receitas para uma alimentação efetiva e de baixo risco, as cadeias de crescimento econômico, barreiras e potencialidades do setor da agricultura familiar. Otimiza-se, assim, a produção de matérias-primas e o abastecimento de alimentos para a população, promovendo o desenvolvimento de regiões com economia predominantemente rural.
- 6) Alimentação: intervenções que enfatizam o impacto do direito à alimentação nas populações, ou seja, ações de proteção pautada no direito humano à alimentação adequada. Uma medida que pode resultar na satisfação de um indivíduo ou grupo de pessoas de prover sua própria alimentação, além as operações de abastecimento serem consideradas como ações que distribuem alimentos a grupos vulneráveis.
- 7) Reforma agrária: intervenções voltadas à redistribuição fundiária, regularização de posses e reorganização agrária. Tende a proporcionar aos beneficiários da reforma e aos agricultores familiares os meios indispensáveis para o desenvolvimento racional

da terra, revitalização econômica e de subsistência. A disponibilização de alimentos é essencialmente uma estratégia de alocação e manutenção da terra voltada para a produção de alimentos e valorização dos pequenos agricultores e comunidades tradicionais. Eles são essenciais para a sobrevivência a longo prazo dos agricultores familiares rurais, a sobrevivência dos povos tradicionais e das culturas comunitárias e o cultivo de alimentos saudáveis e suficientes.

- 8) Segurança alimentar e nutricional: intervenções que estão diretamente relacionadas com a estrutura política, social, cultural e econômica dos países. Na secção alimentar, são considerados os meios de produção, abastecimento e acesso aos alimentos. Tendo como base as práticas alimentares promotoras de saúde baseadas no respeito à diversidade cultural e na sustentabilidade ambiental, cultural, econômica e social.
- 9) Saúde: intervenções pactuadas junto com a discussão da saúde, em que se estabelece como a promoção da nutrição necessária para manter ou restabelecer a saúde em todas as fases do curso da vida e nas diferentes populações, além da promoção das condições de saúde, higiene e vida saudável para melhorar e garantir o equilíbrio biológico adequado dos alimentos consumidos.
- 10) Social: intervenções criadas para facilitar a ajuda alimentar. Seu ímpeto é baseado nas manifestações de desigualdade na sociedade capitalista, com uma parcela da população em condições de pobreza, miséria e desemprego. A política social é o processo estatal de transferência e alocação de recursos que intervém na lacuna existente entre a acumulação e a satisfação das necessidades sociais básicas. A política social pode promover a justiça social, bem como erradicar a pobreza, como recurso para prover meios de subsistência aos mais pobres e ações redistributivas visando a níveis equitativos.
- 11) Transferência de renda: intervenções que garantem, por meio de transferência de renda ou de abastecimento direto de alimentos, que todas as pessoas tenham acesso regular e contínuo à alimentação suficiente e de qualidade, sem comprometer o acesso a outras necessidades básicas. Também inclui estratégias para corrigir deficiências nutricionais causadas pela falta de acesso a alimentos ricos em nutrientes.

Um dos instrumentos utilizados para coletar as informações das publicações selecionadas é conhecido por matriz de síntese. Conforme Lubbe, Klopper e Rugbeer (2007), a matriz de síntese ou matriz de análise tem sido utilizada como ferramenta de extração e organização de dados de revisão da literatura em várias disciplinas, devido à sua capacidade para resumir aspectos complexos do conhecimento.

No Quadro 5, é apresentado um exemplo da matriz de síntese utilizada nesta revisão integrativa.

Quadro 5 - Matriz de síntese da Revisão Integrativa dessa pesquisa

Categoria	Título da publicação 1	Título da publicação 2	Título da publicação 3	Título da publicação n
Ajuda alimentar				
Alimentação escolar				
Bem-estar				
Educação				
Extensão				
Alimentação				
Reforma agrária				
Segurança alimentar e nutricional				
Saúde				
Social				
Transferência de renda				

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

5.2.3.1 Extração dos dados para revisão integrativa da pesquisa

A organização dos dados coletados foi realizada por formulário próprio a fim de anotar as informações para atender aos objetivos desta pesquisa. As principais características foram extraídas de cada estudo incluído, as informações foram transcritas para uma "lista de trabalho de estudos incluídos" criada para esse fim, usando como referência os autores Ursi (2005) e Kopittke (2019).

Quadro 6 - Planilha de informações extraídas dos estudos incluídos na Revisão

A. Identificação
Título do artigo:
Título do periódico:
Autores Nome: Local de trabalho: Graduação:
Pais:
Idioma:
Ano de publicação:

<p>B. Instituição sede do estudo</p> <p><input type="checkbox"/> Hospital</p> <p><input type="checkbox"/> Universidade</p> <p><input type="checkbox"/> Centro de pesquisa</p> <p><input type="checkbox"/> Instituição única</p> <p><input type="checkbox"/> Pesquisa multicêntrica</p> <p><input type="checkbox"/> Outras instituições. Qual?</p> <p><input type="checkbox"/> Não identifica o local</p>
<p>C. Tipo de publicação</p> <p><input type="checkbox"/> Publicação de enfermagem</p> <p><input type="checkbox"/> Publicação médica</p> <p><input type="checkbox"/> Publicação de outra área. Qual?</p>
<p>D. Características metodológicas do estudo</p>
<p><u>1.1 Pesquisa</u></p> <p><input type="checkbox"/> Abordagem quantitativa</p> <p><input type="checkbox"/> Delineamento experimental</p> <p><input type="checkbox"/> Delineamento quase-experimental</p> <p><input type="checkbox"/> Delineamento não-experimental</p> <p><input type="checkbox"/> Abordagem qualitativa</p> <p><u>1.2 Não pesquisa</u></p> <p><input type="checkbox"/> Revisão de literatura</p> <p><input type="checkbox"/> Relato de experiência</p> <p><input type="checkbox"/> Outras.</p>
<p>2. Objetivo ou questão de investigação:</p>
<p><u>3. Amostra</u></p> <p>3.1 Seleção</p> <p><input type="checkbox"/> Randômica</p> <p><input type="checkbox"/> Conveniência</p> <p><input type="checkbox"/> Outra. Qual?</p> <p>3.2 Tamanho (n)</p> <p><input type="checkbox"/> Inicial</p> <p><input type="checkbox"/> Final</p> <p><input type="checkbox"/> não consta</p> <p>3.3 Características</p> <p>Idade:</p> <p>Sexo: M () F ()</p> <p>Raça:</p> <p>Não consta ()</p> <p>Nome da política ou programa:</p> <p>Tipo de política:</p> <p>3.4 Critérios de inclusão/exclusão dos sujeitos:</p> <p>Inclusão:</p> <p>Exclusão:</p>
<p>4. Tratamento dos dados:</p>
<p><u>5. Intervenções realizadas</u></p> <p>5.1 Variável independente:</p> <p>5.2 Variável dependente:</p> <p>5.3 Grupo controle: sim () não ()</p> <p>5.4 Instrumento de medida: sim () não ()</p> <p>5.5 Duração do estudo:</p>
<p><u>6. Métodos empregados para mensuração da intervenção:</u></p> <p>6.1 Nível de continuidade do programa</p> <p><input type="checkbox"/> Programa (extraordinário)/ ação permanente</p> <p><input type="checkbox"/> Atividade(rotineiro) programa piloto.</p> <p>6.2 Multiagência:</p> <p><input type="checkbox"/> sim.</p> <p><input type="checkbox"/> não</p> <p><input type="checkbox"/> não se encaixa.</p> <p>6.3 Desfecho:</p>

<input type="checkbox"/> Fome; <input type="checkbox"/> Segurança alimentar; <input type="checkbox"/> Insegurança alimentar; <input type="checkbox"/> misto (caso a variável dependente envolva mais de uma das categorias) 6.4 Escopo/Alvo da Intervenção: <input type="checkbox"/> indivíduos; <input type="checkbox"/> grupos; <input type="checkbox"/> microterritórios; <input type="checkbox"/> comunidades/bairro; <input type="checkbox"/> Área urbana; <input type="checkbox"/> Área rural; <input type="checkbox"/> Estado; <input type="checkbox"/> país. 6.5 Nível de foco: <input type="checkbox"/> genérico; <input type="checkbox"/> focado.
7. Resultados Qual o impacto produzido pela intervenção, considerado a um nível de significância de p <input type="checkbox"/> positivo (reduz/melhora); <input type="checkbox"/> negativo (piora); <input type="checkbox"/> não existe impacto.
8. Análise 8.1 Tratamento estatístico 8.2 Nível de significância
9. Implicações 9.1 As conclusões são justificadas com base nos resultados: 9.2 Quais são as recomendações dos autores:
10. Nível de evidência: <input type="checkbox"/> I Revisão sistemática ou metanálise <input type="checkbox"/> II Ensaio randomizado e controlado <input type="checkbox"/> III Ensaio controlado sem randomização <input type="checkbox"/> IV Caso Controle ou estudo de coorte <input type="checkbox"/> IV Revisão sistemática de estudos qualitativos ou descritivos <input type="checkbox"/> V Estudo qualitativo ou descritivo <input type="checkbox"/> VII Opinião ou consenso
E. Avaliação do rigor metodológico
Clareza na identificação da trajetória metodológica no texto (método empregado, sujeitos participantes, critérios de inclusão/exclusão, intervenção, resultados)
Identificação de limitações ou vieses

Fonte: Elaborado pela autora, com base em Ursi (2005); Kopittke (2019).

Para codificação e transcrição dos dados, optou-se por trabalhar de forma manual com um instrumento desenvolvido em Excel e denominado Planilha de Extração/Mapeamento. A escolha deu-se, em grande parte, pelo resultado obtido após uma avaliação da relação entre os benefícios obtidos com as ferramentas/programas de transcrição de dados. Assim, a amostra final decorrente das informações consideradas mais relevantes foi organizada respectivamente por ordem decrescente seguindo a ordem alfabética por país localizado na América Latina e no Caribe e do ano de publicação.

Essa planilha continha os seguintes campos: ano, autor, título, local, informações sobre o periódico, objetivo, tipo de método ou metodologia, região do país que usou o método, suas formas de aplicação, conteúdo temático, natureza do estudo e recomendação dos autores de cada publicação. Além de acrescentar alguns itens que esse tipo de

instrumento adotado deve contemplar, considerado como informação básica por Pompeo *et al.* (2009), como: identificação do estudo, introdução e objetivos (dados dos estudos e avaliação crítica), características metodológicas (análise do delineamento de pesquisa, amostra, técnica para coleta e análise de dados), resultados (descrição e análise crítica das informações coletadas) e conclusões (descrição e análise crítica e nível de evidência em que o estudo se encontra).

5.2.4 Quinta etapa: Análise e interpretação dos resultados encontrados na pesquisa

Em relação ao delineamento da pesquisa, a análise dos estudos selecionados baseou-se nos trabalhos de Lobiondo-Wood e Haber (2001) e Polit, Beck e Hungler, (2004). Enquanto a síntese dos dados extraídos dos artigos foi realizada de forma descritiva, fazendo observações, quantificando, descrevendo e desagregando dados com o objetivo de reunir conhecimentos gerados sobre os temas explorados na revisão.

No presente trabalho, foi realizada a denominada análise temática difundida por Attride-Stirling (2001). Sobre ela, Thomas e Harden (2008) defendem uma abordagem de três etapas que inclui: (a) codificação; (b) organização de códigos em temas descritivos e (c) a fusão de temas descritivos em temas analíticos. No seu trabalho, os mesmos autores usaram a síntese temática, para combinar os estudos dos pontos de vista das crianças e identificar temas-chave a serem explorados nos estudos de intervenção.

Outra análise comum dos dados de ser encontrada na Revisão Integrativa, e que também foi realizada neste estudo, é a síntese de evidências, que é considerada uma das principais motivações para a realização de tal revisão, pois apenas listar um conjunto de estudos não iria contribuir com o processo de tomada de decisão. Mediante o exposto, a Organização Mundial da Saúde (2014) costuma recomendar tal síntese nos casos em que as intervenções precisam mudar práticas ou em áreas que existem controvérsias de ações.

Quando se trata de determinar o nível de evidência de publicações científicas, um método importante de Revisão Integrativa foi descrito na pesquisa feita por Galvão, Sawada e Rossi, (2002), que apresentaram um modelo para identificar a força da evidência, conforme proposto por Muir Gray (1997a), incluindo cinco níveis de evidências:

- Nível 1) evidência considerada forte, em que ao menos consta uma avaliação sistemática de vários estudos bem delineados, controlados e randomizados;

- Nível 2) evidências convincentes de pelo menos um estudo randomizado, controlado, de projeto apropriado e tamanho adequado;
- Nível 3) evidência oriunda de estudos padrão sem grupos aleatórios e separados, antes e após coorte, séries temporais ou caso-controle pareado;
- Nível 4) evidência de estudos bem delineados não experimentais, sendo realizado em um ou em vários centros ou grupos de pesquisa;
- Nível 5) estudos que respeitam as opiniões autoridades com base em dados clínicos, descritivos ou relatórios de comitês especializados.

Para desenvolver esta pesquisa, optou-se pela proposta descrita por Stetler *et al.* (1998), em que se analisou o *design* da pesquisa para determinar a qualidade da evidência científica extraídas das publicações. A classificação da “força” da evidência levou em consideração o desenho do estudo, os dados de avaliação dos programas, sendo estes importantes para compilar a síntese das publicações na temática desse estudo. Os seis níveis de classificação de força de evidência propostos por Stetler *et al.* (1998) são os seguintes:

Quadro 7 - Classificação das forças de evidência para a avaliação de pesquisa

Nível	Força de Evidência
I	Evidência obtida do resultado da meta análise de estudos clínicos controlados randomizados.
II	Evidência obtida em um estudo de desenho experimental.
III	Evidência obtida no delineamento de estudo quase-experimental.
IV	Evidências que emergem de estudos não experimentais, descritivos ou com abordagem metodológica qualitativa ou estudo de caso.
V	Evidências que surgem de relatórios de casos ou dado obtido de forma sistemática, de qualidade verificável ou de dados de avaliação de programas.
VI	Evidências baseadas em opiniões de especialistas, baseadas nas experiências clínicas, ou comitê de especialistas, incluindo interpretações de informações não- baseadas em pesquisas, opiniões regulares ou legais.

Fonte: Stetler *et al.* (1998, tradução nossa).

A necessidade de sintetizar evidências mostra-se em áreas com poucas avaliações de impacto, como é o caso das intervenções de combate à fome, porque através da produção de conclusões sobre o efeito das intervenções, na condição de serem eficazes, ineficazes ou de piorarem a situação, oferece-se uma análise estruturada dos resultados obtidos em cada caso.

Por fim, as intervenções desta pesquisa foram classificadas seguindo os critérios estabelecidos pela Revisão de Evidência descritas no Quadro 8 realizada pela Engelhard e Hake (2020). Nesta etapa, chegou-se à síntese de evidências, que indicou as evidências apontadas nos estudos disponíveis sobre a efetividade de cada intervenção em relação a cada um dos desfechos analisados nessa pesquisa, sendo classificadas em:

Quadro 8 - Descrição dos níveis de evidência utilizados por Engelhard e Hake (2020)

Avaliação	Entradas de fundo	Detalhe Adicional
Comprovado	Vários estudos de alta qualidade demonstrando que a intervenção está causalmente relacionada a melhorias no resultado de interesse (por exemplo, segurança alimentar)	Intervenção é baseada em evidências e usada ativamente na prática, idealmente com coleta contínua de dados para monitoramento do desempenho; <ul style="list-style-type: none"> • Pesquisas rigorosas e abrangentes (por exemplo, RCTs, QEDs ou outras abordagens econométricas) demonstram impacto positivo no resultado de interesse. • Coletivamente, estudos relevantes indicam que a intervenção é generalizável em várias geografias e populações (amplamente, ou dentro da população de interesse); em casos raros, um estudo único e rigoroso que estude várias populações em várias geografias pode considerar uma intervenção comprovada.
Promissor	Um ou mais estudos persuasivos sugerindo que a intervenção está causalmente relacionada a melhorias no resultado de interesse	A intervenção é amplamente utilizada, mas não considerada generalizável porque não foi replicada ou validada tão extensivamente em todos os contextos como uma prática comprovada. <ul style="list-style-type: none"> • Evidência moderada de pesquisa com algumas limitações metodológicas (por exemplo, RCTs, QEDs, pré-pós estudos ou outras abordagens econométricas que são limitadas em escopo ou escala) indicam eficácia em impactar o resultado de interesse
Emergente	Um ou mais estudos sugerindo que a intervenção pode afetar o resultado de interesse, apoiada por opinião ou teoria de especialistas, ou dados descritivos de estudos de caso ou estudos de processo, ou dados pré-pós ou administrativos limitados	<ul style="list-style-type: none"> • A intervenção pode ser nova, em fase piloto e/ou uma abordagem inovadora sugerida pela opinião de especialistas como tendo um forte potencial de impacto. Evidência limitada (por exemplo, anedótica ou persuasiva evidência baseada em opinião de especialistas ou dados de prática) sugere efeitos positivos sobre o resultado de interesse, mas não é apoiado por pesquisas rigorosas
Ainda não Avaliado	Existem poucos estudos, se houver, que documentam os efeitos da intervenção no resultado de interesse, mas a opinião de especialistas, teoria e/ou dados preliminares da prática sugerem potencial de impacto	<ul style="list-style-type: none"> • A intervenção é nova ou considerada uma prática comumente aceita que não foi rigorosamente ou exaustivamente investigada

Fonte: Engelhard e Hake (2020, p. 13, *tradução nossa*).

As informações de cada estudo consideradas mais relevantes para a revisão foram apresentadas de forma descritiva, e os dados foram organizados de modo sucinto e individual para facilitar a análise crítica da amostra.

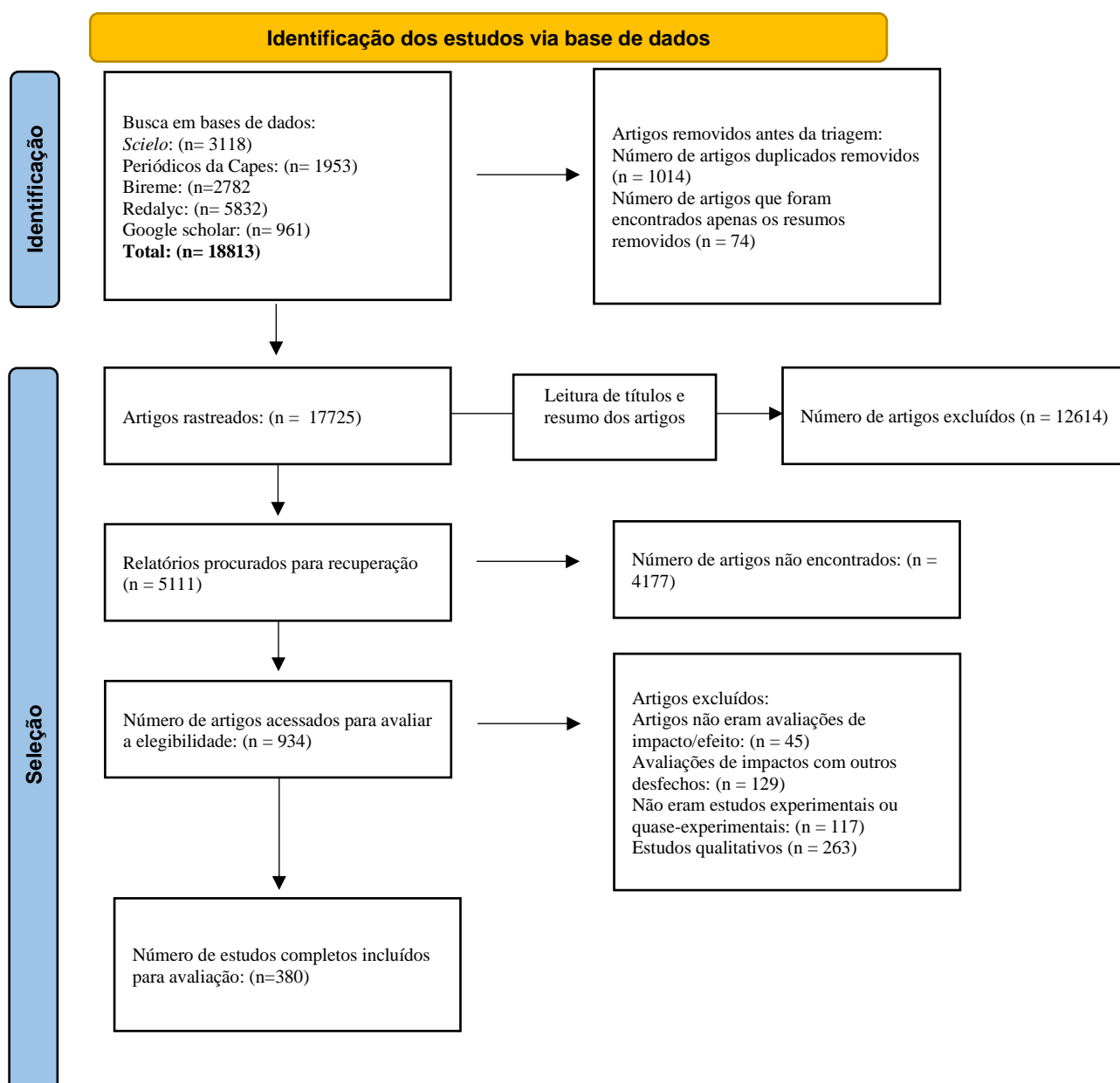
O próximo capítulo será apresentado e discutidos os resultados da revisão integrativa sobre os países da América Latina e do Caribe.

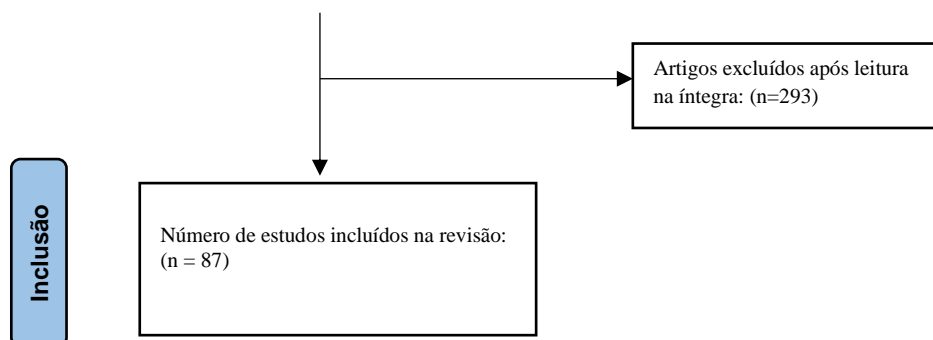
6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O presente capítulo apresenta os resultados de todas as etapas percorridas para desenvolver esta pesquisa, desde o levantamento da literatura, seguindo pela seleção dos trabalhos científicos até os dados e informações coletados. Nessa seção serão apresentados os resultados gerais da revisão integrativa, dada ênfase aos resultados dos artigos que tiveram a coleta de dados referente aos estudos publicados sobre as intervenções voltadas ao combate à fome na América Latina e no Caribe. Após as análises descritivas, foram apresentadas as intervenções em cada área de atuação em seus respectivos países.

A Figura 7 apresentada na sequência representa um fluxograma que mostra as etapas desenvolvidas, o número de trabalhos selecionados e eliminados em cada etapa de elegibilidade dos estudos para essa Revisão Integrativa.

Figura 7 - Fluxograma com Identificação das etapas da inclusão e exclusão dos estudos para revisão integrativa





Fonte: Elaborado pela autora adaptado de Stovold *et al.* (2014); Boers (2018); Mayo-Wilson *et al.* (2018).

6.1 DESCRIÇÃO DOS ESTUDOS ENCONTRADOS

Na presente revisão integrativa, foram incluídos 87 artigos, que atenderam aos critérios de inclusão previamente estabelecidos para desenvolver a pesquisa descritos na Figura 7. Os trabalhos que compõem a amostra se referem aos efeitos das políticas públicas voltadas ao combate à fome da população da América Latina e do Caribe. A Tabela 1 apresenta um panorama geral das publicações científicas incluídas nesse trabalho.

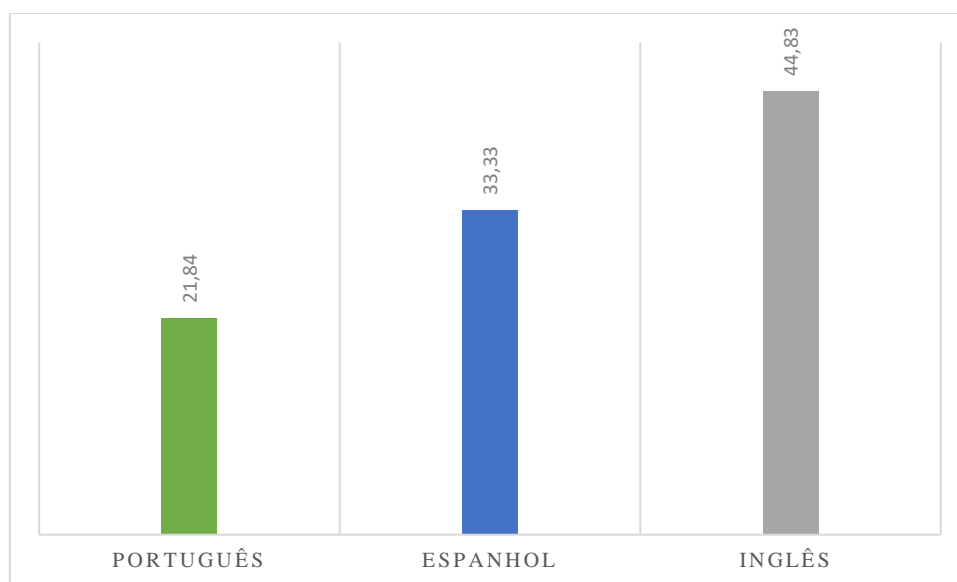
Nos artigos incluídos na revisão (Tabela 1 e Gráfico 1) verificou-se que 24,72% dos estudos foram publicados nos anos de 2010 e 2011, seguindo 20,22% entre o período de 2012-2013 e 2014-2015, diminuindo o número de publicações a partir de 2016. Esses achados apresentaram uma diferença pequena em quantidade de publicações sobre o tema, que pode ser em decorrência dos desfechos interligados à fome estarem em declínio, ou mesmos dos números ligados à fome terem passado a ser menores nesse período analisado.

Na revisão integrativa, identificou-se que 44,83% dos trabalhos foram publicados no idioma do inglês, cerca de 33,33% no idioma em espanhol e 21,84% em português. Pode-se considerar o uso da língua inglesa como predominante no campo científico, mas também o número de publicações no idioma em espanhol e português demonstrou que houve muitos pesquisadores na América Latina e no Caribe que se propuseram a compreender o fenômeno da fome na Região, e isso também foi possível de ser verificado pelas instituições que se dedicaram a estudar o fenômeno. Não foram encontradas publicações que satisfizessem os critérios de inclusão estabelecidos com a utilização dos

descritores de busca em francês, o que pode ser considerado como uma limitação deste estudo.

Como pode ser confirmado no Gráfico 1, a área científica dos periódicos em que foram publicados os trabalhos incluídos na revisão com 29,89% na área da saúde, seguida de 20,69% na área multidisciplinar; na sequência, 16,09% na nutrição e 11,49% nas ciências sociais. Esses dados evidenciam que as temáticas ligadas às políticas públicas de combate à fome foram-se constituindo como um movimento multidisciplinar. Ainda que a minoria das publicações seja de pesquisadores da área das Ciências Sociais, nessa informação percebe-se a limitação de pesquisas quantitativas, com dados e estatísticas avançadas. Os temas elencados na revisão possibilitaram encontrar trabalhos dessa natureza e poderiam compor grandes contribuições aos gestores e profissionais das políticas públicas. Ainda, Mueller (1999) justificou que o número elevado de publicações científicas em periódicos na área da saúde pode ser considerado uma característica dos profissionais dessa área de pesquisa, que tendem a comunicar seus resultados em periódicos, diferentemente das pesquisas nas áreas sociais e humanas, que procuram divulgar suas pesquisas em capítulos ou livros.

Gráfico 1 - Idioma das publicações incluídas na revisão integrativa



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Quanto ao desenho de pesquisa dos trabalhos, verificou-se que 79,01% dos estudos são de delineamento quase-experimental e 20,69% são de delineamento experimental. No que tange a esse segmento, foram considerados apenas os dados

quantitativos como resultados para essa revisão. A complexidade, as múltiplas nuances e facetas das políticas públicas de combate à fome na América Latina e Caribe acabaram por se refletir no processo de geração de evidências de efeito das intervenções.

Houve alguns movimentos para publicar estudos que adotaram um delineamento quase-experimental ou experimental, apesar dos avanços pontuais sobre as políticas públicas de combate à fome nas pesquisas apresentadas até o momento. Essa categoria de desenho metodológico permite avaliar qual ou quais variáveis refletem num determinado resultado de um estudo. As avaliações que focam no resultado de políticas públicas costumam informar aos tomadores de decisão e gestores como eles devem liderar as ações de implementação e revisar as estratégias adotadas e o processo de correção de problemas.

Nessa revisão, foram utilizados apenas quatro níveis para classificar as evidências encontradas nos estudos inclusos dessa pesquisa, conforme Quadro 9.

Quadro 9 - Classificação das forças de evidência para a avaliação de pesquisa.

Nível Força de Evidência
I. Evidência obtida do resultado de estudos clínicos controlados randomizados.
II. Evidência obtida em um estudo de desenho experimental.
III. Evidência obtida no delineamento de estudo quase-experimental.
IV. Evidências que emergem de estudos de caso.

Fonte: Stetler *et al.* 1998.

A aplicação da classificação de força de evidência resultou na recuperação de 54,02% dos trabalhos. Foi possível identificar o nível de evidência III, além de 34,48% com nível de evidência II, 6,90% dos estudos com nível I de evidência e 4,60% dos estudos classificados no nível IV de evidência (conforme a classificação descrita no Quadro 11).

Em relação ao número de publicações identificados por países da América Latina e do Caribe, constatou-se que 32,18% dos trabalhos pertenciam ao Brasil, seguido de 20,69% de artigos do México; 14,94% representaram artigos sobre a Colômbia, e o percentual restante de trabalhos foram distribuídos entre os outros 14 países, nos quais foram encontradas publicações sobre políticas públicas de combate à fome incluídas na revisão. Esse tipo de informação pode indicar a disponibilidade de dados divulgados por pesquisadores ou instituições de pesquisas, ou, ainda, a predominância de experiências vivenciada por diversos governos, o que impulsiona a produção de resultados sobre situações ou evoluções das intervenções de combate à fome.

As intervenções identificadas em cada país mostraram como resultado o que Rose (2008) demonstrou em sua pesquisa ao estudar as experiências ao combate à fome dos

países em todas as faixas de renda nacional. Assim, os países latino-americanos e caribenhos no meio dessa faixa podem-se beneficiar das experiências de intervenções dos países de ambas as extremidades do continente.

Os dados expostos na Tabela 1 dizem respeito aos estudos aprovados nos itens de inclusão na revisão integrativa dessa pesquisa.

Tabela 1 - Características dos estudos incluídos na Revisão Integrativa

Ano de publicação	N	%	Design	N	%
2010-2011	22	25,29	Delineamento experimental	18	20,69
2012-2013	17	19,54	Delineamento quase-experimental	69	79,31
2014-2015	17	19,54	Total	87	100
2016-2017	12	13,79			
2018-2019	14	16,09	Nível de evidência	N	%
2020	5	5,75	Nível I	6	6,90
Total	87	100	Nível II	30	34,48
			Nível III	47	54,02
Idioma	N	%	Nível IV	4	4,60
Espanhol	29	33,33	Total	87	100
Inglês	39	44,83			
Português	19	21,84	Trabalhos por país	N	%
Total	87	100	Argentina	4	4,60
			Brasil	28	32,18
Área dos estudos	N	%	Chile	1	1,15
Administração	4	4,60	Colômbia	13	14,94
Ciências agrárias	2	2,30	El Salvador	2	2,30
Ciências humanas	2	2,30	Equador	3	3,45
Ciências sociais	10	11,49	Guatemala	2	2,30
Economia	7	8,05	Haiti	3	3,45
Medicina	1	1,15	Honduras	1	1,15
Multidisciplinar	18	20,69	Jamaica	1	1,15
Nutrição	14	16,09	México	18	20,69
Políticas públicas	1	1,15	Nicarágua	2	2,30
Saúde	26	29,89	Panamá	1	1,15
Não identifica	2	2,30	Paraguai	1	1,15
Total	87	100	Peru	6	6,90
			Uruguai	1	1,15
			Total	87	100

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

O objetivo de identificar o número de publicações de cada país da América Latina e Caribe foi estabelecer a divulgação do debate sobre o combate à fome. Com isso, buscou-se enfatizar o número de temas que implicam o dinamismo entre as áreas científicas que tratam dos desfechos analisados nessa revisão.

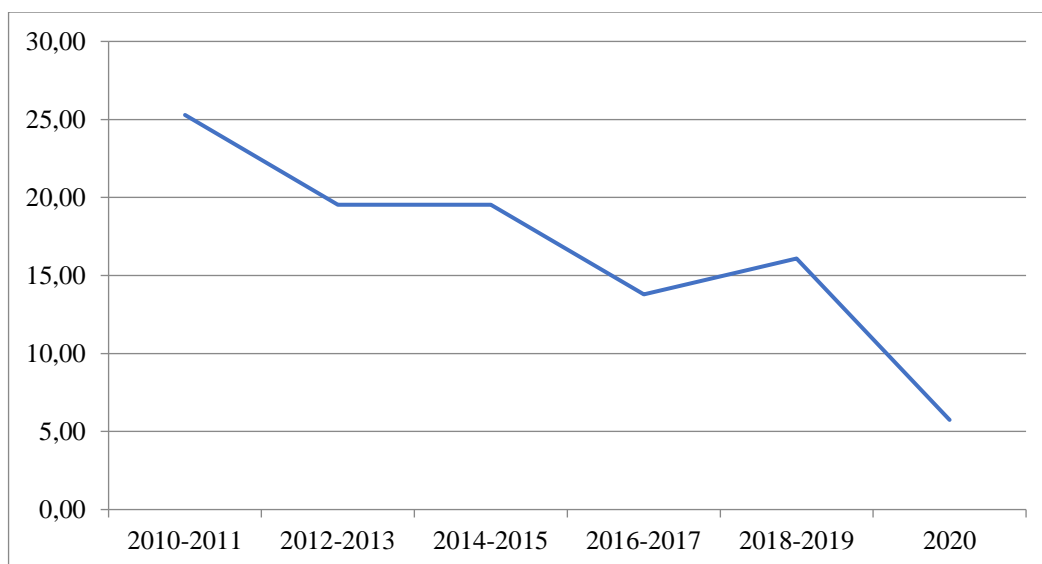
No Gráfico 1, destacam-se os resultados referentes ao período de 2010-2011, que teve significativamente mais trabalhos divulgados do que os outros anos, seguindo numa sucessão em decréscimo de artigos publicados até 2020. Isso pode ser influência de troca ou permanência dos governos nos países para dar continuidade às intervenções implementadas no período. Além disso, o período a partir de dez anos torna-se ideal para se

avaliar uma política pública, o que implicou na possibilidade de encontrar efeitos nos resultados da implementação destas na América Latina e no Caribe.

Contudo, as políticas públicas envolvidas ao combate à fome não geraram um grande volume de artigos publicados nos periódicos. Parte da carência de estudos dessa natureza pode ser explicada em função do lapso temporal entre a implantação do programa e o tempo necessário para que seja possível observar efeitos sobre indicadores populacionais. Dessa forma, torna-se válida a hipótese de que muitas pesquisas que estiveram em desenvolvimento no arcabouço quantitativo não tiveram condições de serem concluídas ou publicadas, e isso teve implicações nos resultados dessa revisão.

Na sequência, o Gráfico 2 ilustra os períodos de publicações localizados nos trabalhos científicos incluídos na revisão integrativa.

Gráfico 2 - Ano de publicação dos artigos incluídos na Revisão



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Nesse contexto, no âmbito do conhecimento técnico, as pesquisas desenvolveram processos e fórmulas para diversas variáveis, que surgiram a partir de diferentes domínios, dimensões e realidades, por focar na produção, no acesso, na permanência de alimentos, na busca pela transversalidade, na intersectorialidade, na participação social equitativa, no respeito à ética, nas relações de gênero, na diversidade alimentar e na valorização das culturas alimentares que contornam intervenções voltadas ao combate à fome (Maluf, 2007; Almeida Filho; Gomes Junior, 2010).

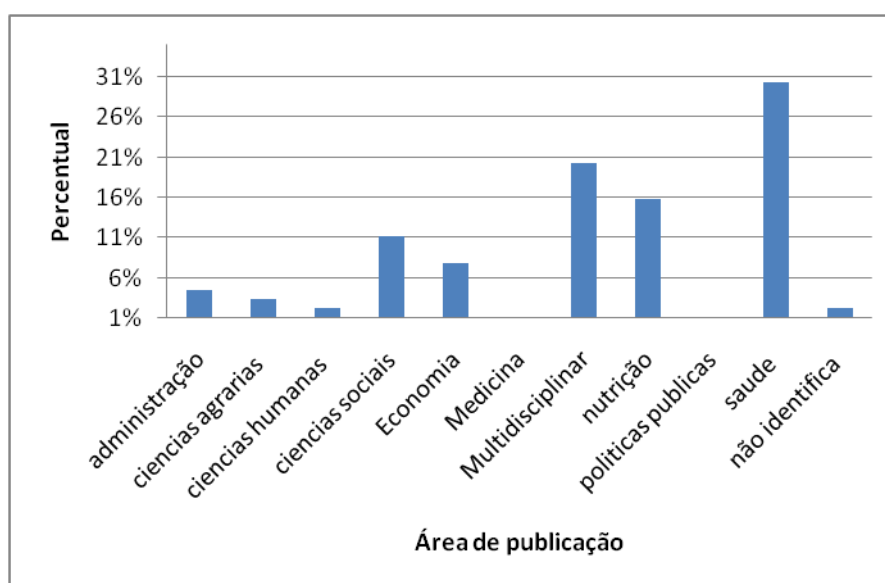
Os autores dos trabalhos revisados dialogaram através dos sistemas, informações empíricas, conceitos e princípios das políticas públicas de combate à fome de forma

multidimensional, tornando mais ampla esta temática. Todas essas buscas por resultados tiveram como objetivo reforçar a efetividade das intervenções para esse problema histórico e atual na escala local, nacional e regional da América Latina e do Caribe.

A maioria das intervenções analisadas nessa revisão integrativa foram implementadas nos países a partir dos anos 2000. Mesmo assim, não apresentaram resultados tanto em termos técnicos quanto em termos de impacto, e isso possibilita rastrear informações mais concisas e produzir trabalhos científicos de natureza quantitativa. De acordo com Ponce e Bedi (2010), as primeiras interfaces de combate à fome tiveram início no Brasil em 1995, com o primeiro programa considerado como transferência de renda na América Latina. Na sequência, houve outras experiências iniciais com programas que iniciaram no México em 1997, em Honduras em 1998 e na Nicarágua em 2000. Logo o restante dos países da região seguiu o mesmo exemplo.

O resultado apresentado no Gráfico 3 mostra que, embora haja uma grande variedade de áreas científicas com publicações incluídas nesta revisão, a área da saúde continua sendo a área mais comum de encontrar artigos de delineamento experimental e quase-experimental publicados pelos periódicos deste estudo. Ou seja, 30% dos trabalhos pertencem a área da saúde. Os resultados dessa revisão também demonstraram o quanto aquém as áreas sociais e humanas estão da aplicação de métodos quantitativos em suas pesquisas na região, o que repercute na lacuna na produção científica desse campo na linha do combate à fome.

Gráfico 3 - Áreas científicas das publicações incluídas nesta Revisão



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Freitas (2003) explica porque o combate à fome tem sido vastamente debatido na área acadêmica e na gestão de políticas públicas. Mas, somente de modo recente, passou a ser reconhecida como manifestação de insegurança alimentar e nutricional sofrida por uma população ou grupo de pessoas. Do mesmo modo, torna-se necessário salientar que a desnutrição e outras doenças crônicas não transmissíveis, tanto do ponto de vista socioantropológico quanto fisiológico, podem ser manifestações biológicas da fome, decorrentes da má alimentação ou, ainda, da má nutrição.

Neste sentido, podemos dizer que assim como as iniciativas no campo da promoção da saúde, os programas de segurança alimentar e nutricional tensionam as concepções tradicionais de causalidade, variáveis controladas, atribuição e linearidade. Ou seja, é difícil perceber efeitos ou impactos ligados exclusivamente a uma única intervenção exatamente porque as ações na área são por natureza complexas, multi estratégicas e intersetoriais. As iniciativas, em geral, envolvem mudanças em escolas, serviços de saúde, comunidades, meio ambiente e também em padrões econômicos e culturais. Com isso, políticas e programas são altamente dependentes do contexto de implementação interagindo fortemente com as singularidades dos respectivos contextos com destaque para as concepções, os interesses e as expectativas dos atores locais. Além disso, a maioria das experiências revelam processos decisórios mergulhados em situações de conflito e negociação. Geralmente não é possível reconhecer um passo a passo linear e etapas desenvolvidas sempre de cima para baixo – *top down* – ou de baixo para cima – *bottom up*. Neste cenário, as alternativas avaliativas capazes de favorecer a análise de processos, atores sociais e contextos podem contribuir para mudanças nas práticas, impactar as diferentes redes de profissionais, favorecer coalizões e parcerias e influenciar dinâmicas institucionais (Magalhães, 2014, p. 1343).

A informações apresentadas na Tabela 2 indicam que a principal unidade de análise desta pesquisa encontra-se nos domicílios (36,78%). Porém, observaram-se outras unidades de investigação incluídas na revisão, como serviços de saúde (unidades básicas de saúde = 2,30%), rede escolar (escolas públicas = 11,49%), equipamentos públicos de alimentação (cozinha = 1,15%, restaurantes = 3,45%), municípios (3,45%), famílias (28,74%), indígenas (3,45%), crianças (6,90%) e adultos – idosos/mulheres – (2,30%). Os artigos desta revisão mostraram que 39,08% das pesquisas subdividem-se em relatar informações ou dados de áreas rurais e urbanas, comumente pesquisadas para conhecer a situação dos desfechos da fome.

As populações rurais e os pequenos agricultores tornaram-se o público que mais sofreu com o impacto da fome nos países em desenvolvimento. Ao mesmo tempo, são elementos fundamentais para melhorar a garantia alimentar da população em geral (FAO, 2015b). Tudo o mais constante, a população rural mais pobre pode estar em melhor situação comparada à população urbana se forem autossuficientes ao cultivar, produzir e

coletar alimentos. No entanto, os pequenos agricultores da América Latina e do Caribe também se mostram mais vulneráveis a choques econômicos exógenos e relacionados com as mudanças climáticas – como secas e inundações. Os autores Minot e Pelijor (2010) constataram que a autossuficiência alimentar decorrente da produção domiciliar pode estar negativamente associada à segurança alimentar, porque, para as populações rurais, essa autossuficiência muitas vezes reflete-se no acesso precário ao mercado e possíveis artifícios da pobreza.

Para enfrentar a fome nas áreas rurais, são necessárias condições que são importantes determinantes no processo de desenvolvimento de um território, como maior acesso a bens como terra, educação e infraestrutura (Winters *et al.*, 2009). Identificamos que o público encontrado nos artigos pesquisados da revisão está localizado em ambientes urbanos e rurais (Tabela 2), e referem-se à população de idosos, mulheres, crianças, indígenas, assentados e migrantes – caracterizados como os grupos mais vulneráveis à fome e à violação de direitos humanos básicos como saúde, educação, trabalho, renda e moradia, o que pode impactar diretamente na condição de aquisição dos alimentos.

Tabela 2 - Cenários e unidades de análise encontrados nos artigos da revisão integrativa

Cenários	N	%	Unidade de análise	N	%
Urbano/rural	34	39,08	Adultos	2	2,30
Urbano	18	20,69	Cozinhas	1	1,15
Rural	26	29,89	Crianças	6	6,90
Não defini	9	10,34	Domicílios	32	36,78
Total	87	100	Escolas	10	11,49
			Indígenas	3	3,45
			Famílias	25	28,74
			Municípios	3	3,45
			Restaurante	3	3,45
			Unidades de saúde	2	2,30
			Total	87	100

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

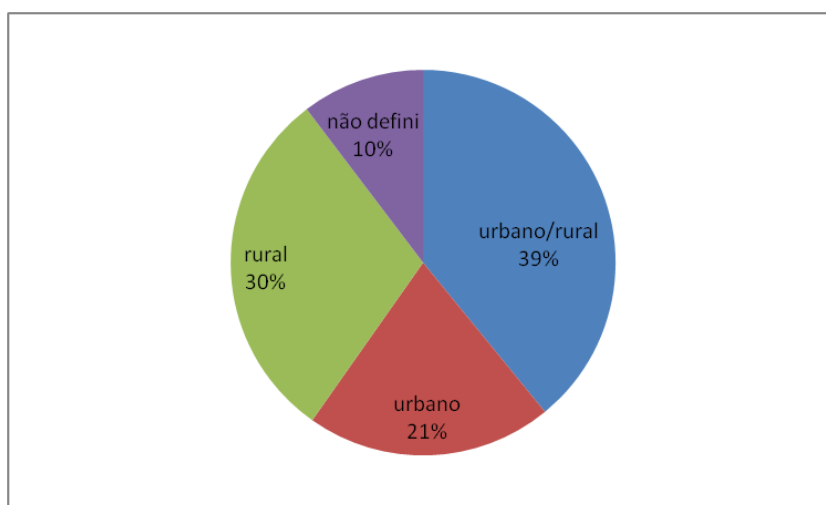
As diferenças entre intervenções alocadas no combate à fome na área rural e urbana vão além das fontes de renda. Para enfrentar os desfechos da fome em países em desenvolvimento, é necessária a geração de renda e o aumento da produtividade, pois os rendimentos provêm principalmente das indústrias e de serviços, garantindo a promoção ao capital humano e ativos, os quais permitem que os indivíduos tenham acesso à infraestrutura e aos mercados (SMITH; KASSA; WINTERS, 2017). Os artigos encontrados da pesquisa demonstraram diferentes modos de compra e acesso aos alimentos entre as famílias rurais e urbanas; além disso, os mesmos estudos indicaram que as políticas públicas de combate à fome, que levaram em conta essa diversidade,

conseguiram melhorar o acesso à nutrição, saúde, educação e tiveram maior probabilidade de melhorar as condições das populações-alvo.

Essa nova visão da insegurança alimentar (decorrente da fome) ganhou espaço no debate, como elucidaram os relatórios da Cepal (2011), da FAO (2014a; 2015; 2017a; 2018) e do World Bank (2020) sobre transferências de renda e emprego. A América Latina e o Caribe tornaram-se as regiões com maior concentração da população urbanizada do mundo, e o resultado desse processo foi um aumento da desigualdade, que existia e foi reconhecida antes do início dos projetos de desenvolvimento urbano e industrial. Mais de 80% da população passou a concentrar-se em áreas urbanas e na periferia das grandes cidades, enquanto as áreas rurais da região tornavam-se cada vez mais vazias (Cepal, 2016).

O foco da discussão das organizações internacionais voltou-se para a agricultura e alimentação, como uma forma de evitar a concentração da pobreza nas áreas periurbanas. Tendo em vista os resultados dos artigos incluídos na revisão integrativa, a preocupação das intervenções alocou-se no mantimento alimentar de mulheres, jovens e povos indígenas nas populações rurais (público com maior motivação para retirar-se do campo). Ao analisar as proporções de estudos que se referem à população rural e urbana, as políticas de combate à fome tiveram maior número de intervenções voltadas à população rural do que a população urbana – como observado na Figura 4 – mesmo havendo a predominância de estudos que se dedicaram a pesquisar tanto área urbana e rural num mesmo escopo.

Gráfico 4 - Distribuição da população em área urbana e rural, conforme os resultados dos artigos da Revisão.



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Em número de políticas públicas distribuídas nos estudos por país e incluído na revisão, sobressaiu-se o México com 19,57% das intervenções, seguindo pela Colômbia, com 17,39%, e por fim, pelo Brasil, com 13,04% identificadas no período de 2010 a 2020. Para Santos (2009), o fato de o México aparecer com mais intervenções analisadas com estudos quantitativos e divulgadas em periódicos do que o Brasil pode ser explicado pelos esforços que se tem feito para avaliar de modo sistemático as políticas públicas nos países. Em se tratando desse tipo de avaliação, no México, têm-se fontes de avaliação consolidadas; no Brasil, projetos incipientes e iniciantes. Conforme se apresenta na Tabela 3:

Tabela 3 - Quantidade de intervenções (Políticas Públicas) por país na América Latina e Caribe encontradas na Revisão Integrativa

País	N	%
Argentina	2	4,35
Brasil	6	13,04
Chile	1	2,17
Colômbia	8	17,39
El Salvador	2	4,35
Equador	2	4,35
Guatemala	2	4,35
Haiti	3	6,52
Honduras	1	2,17
Jamaica	1	2,17
México	9	19,57
Nicarágua	1	2,17
Panamá	1	2,17
Paraguai	1	2,17
Peru	5	10,87
Uruguai	1	2,17
Total	46	100

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

No trabalho intitulado “*Evolución histórica de las instituciones y las políticas públicas para la seguridad alimentaria sustentable en México. Continuidades y rupturas*” da *Red de Políticas Públicas y Desarrollo Rural en América Latina* publicado por Ávila-Sánchez (2021), foi dada uma ênfase à atenção do governo nas necessidades alimentares da população mexicana no contexto da reconstrução nacional pós-revolucionária, que remonta ao início do século XX.

A rápida urbanização, o número de populações marginais e o crescimento gradual da população nos principais municípios do México teve influência na concentração de moradores nas cidades, na demanda e estratégias para atender às necessidades de abastecimento, na lacuna nutricional tanto em áreas rurais quanto urbanas, na obrigação de ampliar os requisitos políticos e nos planos de cobertura social (Ávila-Sánchez, 2021).

Os programas e planos alimentares surgiram em momentos específicos (crises naturais, sociais, econômicas e políticas) e foram projetados para atender a necessidades específicas (assistência social, café da manhã escolar, promoção da produção de alimentos básicos, leite e carne) impactando na segurança alimentar e nutricional no país (Barquera; Rivera-Dommarco; Casca-Garcia, 2001).

A Colômbia viu algumas mudanças em diferentes aspectos ao longo de sua jornada de política ao combate à fome. O foco esteve no acesso da população a alimentos e micronutrientes melhorados; depois, evoluiu para as questões alimentares concentradas nos programas nacionais de desenvolvimento, que desencadeou um grande aumento da desnutrição devido à ampliação do acesso a alimentos não saudáveis e à falta de qualidade alimentar, repercutindo nos indicadores antropométricos dos colombianos. Esses fatores revelaram várias fragilidades no sistema alimentar, que permaneceram ao longo da história do país, junto com uma economia frágil que impediu que a população acessasse, a longo prazo, uma dieta equilibrada. Nessa crise, surgiu a oportunidade de reequipar a forma como foi concebido o Programa Nacional de Segurança Alimentar, em função do fato de que a alimentação levou em consideração um direito humano e, como política, forneceu elementos suficientes para salvaguardar esse direito (Arciniegas; Peña, 2017; Peñaloza; Henry; Rankin, 2021).

O Brasil foi considerado o país da América Latina que experimentou o bônus das políticas públicas de combate à fome, por ser visto como o território com mais alternativas de ações e distribuídas nas diversas esferas de governo (federal, estadual e municipal). Os primeiros anos do século XX ganharam destaque ao ampliar o conceito de segurança alimentar e, por isso, começou a apoiar uma pauta de políticas públicas destinadas a reduzir a fome entre os vulneráveis e fortalecer ações solidárias com as pessoas marginalizadas do país – incluindo populações indígenas, assentados, trabalhadores rurais, populações desprovidas de habitação, agricultores familiares entre outros públicos (Paulillo; Pessanha, 2002).

Para analisar qual o âmbito federativo sobressaiu-se na atuação das intervenções incluídas nessa revisão, elas foram categorizadas em âmbito federal, estadual, regional e municipal. Entretanto, deve-se esclarecer que essa divisão não se confunde com o fato da implementação da intervenção tenha sido realizada pelos governos executivos das três principais esferas. A partir dos 87 artigos incluídos nessa revisão, na Tabela 4 observa-se que houve menos intervenções no âmbito federal (14,9%), em comparação aos 28,7% do

âmbito estadual, 17,2% do âmbito municipal e com maior abrangência 39,1% no âmbito regional.

Tabela 4 - Os âmbitos da intervenção encontrados na revisão integrativa

Âmbito de intervenção	N	%
Federal	13	14,9
Estadual	25	28,7
Regional	34	39,1
Municipal	15	17,2
Total	87	100

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Muitas intervenções no combate à fome surgiram de demandas de grupos específicos ou de organizações não-governamentais. Tal abordagem parte de uma contribuição recente de Tirelli (2020), que considerou dois campos de pesquisa, sendo os estudos locais e as análises sobre a implementação das políticas públicas como uma aproximação teórica entre eles, a partir de abordagens relacionais a localização da atuação política de combate à fome.

A análise de políticas públicas tem dado uma importante contribuição para repensar a relação entre esfera governamental e implementação das políticas públicas, especialmente nos espaços de atuação. Levam-se em conta os diferentes resultados encontrados, dependendo das relações estabelecidas entre os atores, da posição que ocupam no domínio dessas relações e dos recursos que possuem para mudar ou fortalecer as políticas. Tal situação trata-se de fomentar o diálogo para entender como as esferas governamentais atuam como agência em nível local, de modo que os resultados sejam contingentes, por vezes, não se afastem dos objetivos propostos pelas políticas públicas (Reis, 2005; 2015; Favaretto *et al.*, 2015).

De acordo com Salcedo (2010), as intervenções abrangeram múltiplas dimensões da pobreza, dado que foi difícil desenvolver uma direção clara e objetiva para a política de combate à fome. Portanto, um grande desafio dessa linha de política torna-se sua administração e implementação no nível federal (ação interministerial), além da necessidade de incluir medidas nos três níveis do país (federal, estadual e municipal).

As atuações em nível federal de combate à fome com maior número de publicações incluídas na Revisão foram o Programa Bolsa Família (Brasil), o PROGRESA/Oportunidades (México) e o *Mejoramiento Alimentario y Nutricional de Antioquia* (MANA) (Colômbia). No âmbito estadual evidenciaram-se os trabalhos com resultados promissores do Programa Bolsa Família no Brasil e *Programa Estratégico para la Seguridad Alimentaria* implementado no México. No caso regional destaca-se a

atuação de programas como: Cozinhas Comunitárias (Brasil) e *Comedores Comunitarios* (México) e *World Food Programme* (Equador). Em nível municipal constataram-se, na pesquisa, intervenções com atuações promissoras como Programa Bolsa Família, no Brasil; o Programa Colombiano de Bem-Estar da Família, atuando nos municípios da Colômbia e a *Cruzada contra el Hambre*, no México.

6.2 QUALIDADE E ABRANGÊNCIA DOS ESTUDOS

Embora o número de intervenções distribuídas entre os estudos incluídos na revisão, os quais são mostradas na Tabela 5, tenham sido encontradas em apenas um artigo, existem algumas intervenções que já possuem um volume maior de estudos, o que ajuda a fortalecer a consistência das sínteses de evidência. Foi o caso do Programa Bolsa Família do Brasil (21,84% dos trabalhos), a *Cruzada contra el Hambre* (5,75%), a junção do *Food and Nutrition Security Program*/Programa de Segurança Alimentar e Nutricional distribuídos, o *World Food Programme*, *Mejoramiento Alimentario y Nutricional de Antioquia* (MANA) e os Programas de alimentação escolar, encontrados em 4,60% dos trabalhos, tendo o restante das intervenções variado entre 1,12% a 3,37% dos trabalhos. Nesse segmento, Kopittke (2019) ressalta que o número de políticas implementadas não se envolve o único requisito relevante para analisar a qualidade das evidências encontradas numa revisão, pois também se torna necessário observar a qualidade metodológica dos estudos e a abrangência das experiências analisadas.

Tabela 5 - Número de trabalhos por intervenção dos países da América Latina e do Caribe

Intervenção	N	%	Intervenção	N	%
Programa Bolsa Família	19	21,84	Política fundiária	1	1,15
<i>Food and Nutrition Security Program</i> /Programa de Segurança Alimentar e Nutricional	4	4,60	<i>Programa of Advancement through Health and Education</i> [PATH]	1	1,15
<i>World Food Programme</i> (WFP)	4	4,60	<i>70 y más</i>	1	1,15
Programas de alimentação escolar	4	4,60	<i>Colación BKN</i>	1	1,15
<i>Mejoramiento Alimentario y Nutricional de Antioquia</i> (MANA)	4	4,60	Programa de Pensão do Idoso em situação de pobreza	1	1,15
Plan de Atención Nacional a La Emergencia Social	1	1,15	Programa dos Direitos dos Nossos Idosos (REA)	1	1,15
<i>Familias en Acción</i>	3	3,45	Programa Integral de Nutrição (PIN)	1	1,15
Oportunidades	3	3,45	Programa Juntos	1	1,15
Comedores (Peru)/ Restaurante Populares (Brasil)	3	3,45	Programa Promoção da alimentação saudável	1	1,15
<i>Asignación Universal por Hijo</i> (AUH)	3	3,45	<i>Red Solidaria</i>	1	1,15
Programa de Aquisição de Alimentos	3	3,45	Projeto de restaurantes escolares	1	1,15
<i>Cruzada contra el Hambre</i>	5	5,75	<i>Cash and Food-for-Work Programs</i> (C/FfW)	1	1,15
<i>Proyecto Estratégico para la Seguridad Alimentaria</i> (PESA)	3	3,45	Programa Colombiano de Bem-Estar da Família	2	2,30
Programa Cozinhas Comunitárias	2	2,30	Progresa	1	1,15
Comedores Comunitários	2	2,30	Programa de distribuição de leite fortificado	1	1,15
<i>Bono de Desarrollo Humano</i>	2	2,30	<i>Proyecto para el Mejoramiento del Consumo y la Disponibilidad de Alimentos en Comunidades de la Provincia de Veraguas</i>	1	1,15
<i>Programa de Apoyo Alimentario</i>	1	1,15			
Programa Nutricional Articulado	2	2,30			

Continuação da Tabela 5			
<i>Red de Protección Social</i>	2	2,30	

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

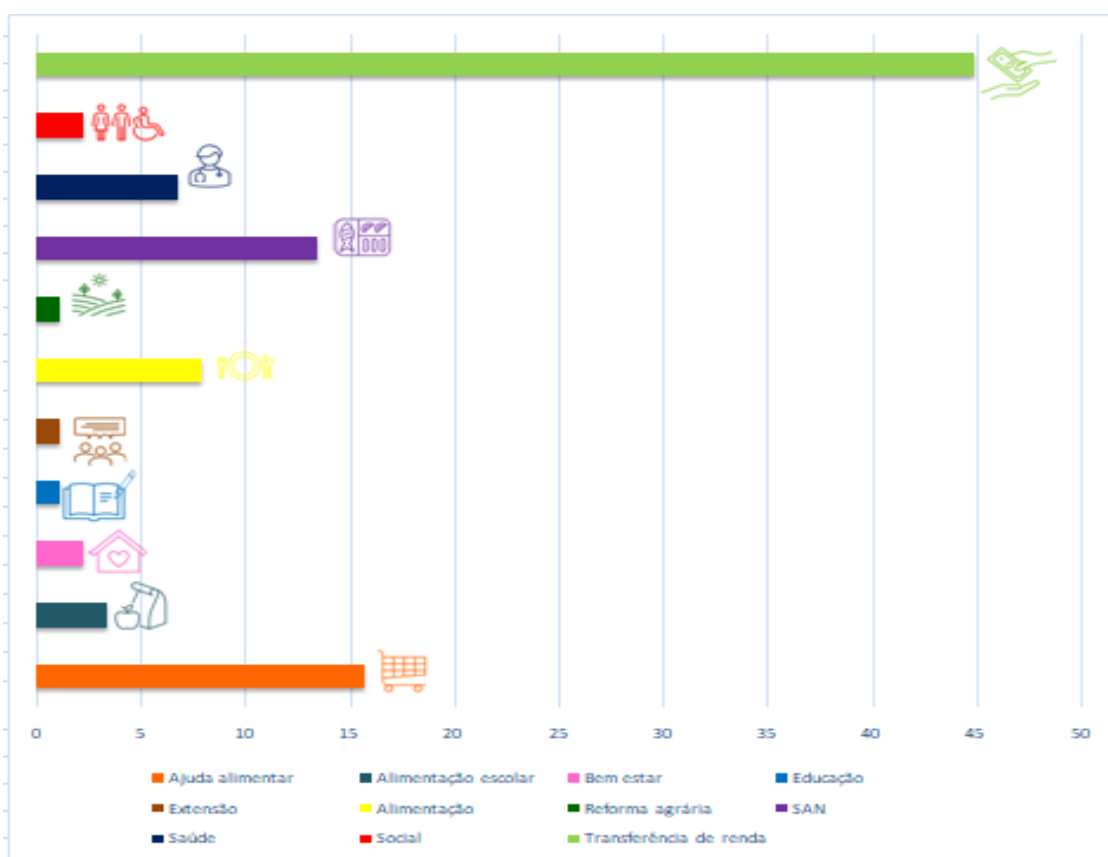
Numa perspectiva apresentada pelo Banco Mundial (2006), a linha de intervenções ligadas aos programas de transferência de renda garantiu o consumo de alimentos pela população mais vulnerável. Em alguns casos, tornou-se possível reduzir a pobreza dos beneficiários, especialmente quando se tratava de transferências de renda em condições generosas, bem direcionadas e estruturadas. A preocupação em todos os países da América Latina e do Caribe esteve em cumprir as condicionalidades de respeitar as matrículas escolares, as consultas médicas preventivas e de controle. Sobretudo porque esses avanços não mostraram mudanças significativas no aprendizado e num estado nutricional melhor dos beneficiários.

A Tabela 6 (p. 164) expõe a distribuição por tipo de intervenção dos 87 estudos, os quais revelaram significativamente que as intervenções pertenceram à transferência de renda em 44,94% dos estudos, a ajuda alimentar contemplou 15,73% dos trabalhos e 13,48% pertencem ao segmento da segurança alimentar e nutricional. As famílias desenvolvem diferentes estratégias nas situações de fome e escassez alimentar para sobreviver à situação e para ter acesso a alimentos básicos. Essas estratégias variam de acordo com a gravidade da situação, razão por que as intervenções de ajuda alimentar e de transferência de renda e foram as políticas públicas de assistência elencadas nas Políticas de Segurança Alimentar dos países que se mostraram contribuir na solução do problema da fome.

Conforme Cotta e Machado (2013), os programas de transferência de renda com condicionalidades possuem a vantagem de influenciar no bem-estar da população, por serem vinculados a outras ações ou intervenções e, ao mesmo tempo, considerar a necessidade da intersetorialidade para efetivação destes programas. Com ações como promoção de alimentação saudável, alimentação escolar, apoio à agricultura familiar, formalização do trabalho, entre outras, potencializam o efeito sobre a fome das famílias. Neste caso, os programas de transferência de renda voltados à população vivendo em condição de fome ou ameaçada por sua iminência, a premissa teórica básica refere-se a que o benefício monetário garanta maior acesso e consumo de alimentos.

No Gráfico 5, torna-se possível visualizar a distribuição das publicações incluídas na Revisão, ao mostrar todas as áreas de intervenção das políticas públicas de combate à fome.

Gráfico 5 - Distribuição de trabalhos por tipo de intervenção incluídos na Revisão



Fonte: Elaborada pela autora, 2022.

Uma melhor compreensão da natureza dinâmica do tipo de política pública que tem sido mais acessada pela população, tornou-se uma marca registrada do planejamento do combate à fome nos últimos 15 anos na América Latina e no Caribe. Os planejadores concentraram-se em três aspectos relevantes como: mudanças climáticas, conflitos e recessão econômica para o campo das políticas públicas em segurança alimentar e as principais razões para o recente aumento da fome (Rose, 2008; FAO, 2017b).

Conforme os resultados sobre os desfechos analisados nesta revisão e apresentados na Tabela 6, 40,23% dos estudos analisaram insegurança alimentar, 21,84% consideraram o consumo alimentar, 13,79% focaram sua pesquisa na desnutrição, 11,49% dedicaram-se à contribuição da renda, 8,05% trataram sobre nanismo, 3,45% falaram sobre emaciação e apenas 1,15% buscaram analisar a mortalidade da população nos países da América Latina e no Caribe.

Dentre os desfechos listados na Tabela 6, a insegurança alimentar na América Latina e no Caribe é o tema recorrente no meio científico incluído nesta revisão. Segundo FAO (2007), a insegurança alimentar é responsável por impedir o cumprimento do direito básico à alimentação ao dificultar o acesso aos alimentos e aos meios de produção.

Ademais, Maluf, Menezes e Valente (1996) reconheceram que a incapacidade de acesso é o principal fator determinante da insegurança alimentar nos países, o que reforça a importância do foco prioritário das políticas públicas de combate à fome e promoção à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) para o acesso aos alimentos das populações de baixa renda.

O principal problema para alcançar a segurança alimentar está nas possibilidades de acesso aos alimentos pela população. Tal questão se reforça por Vivero e Porras (2008), devido à existência de grupos populacionais que não possuem renda suficiente para acessar os alimentos disponíveis no mercado ou recursos para produzi-los em sistema de autoconsumo, o que configura a insegurança alimentar que, ao tornar-se um caso agravado, pode ser a causa da desnutrição e de seus sucessivos desencadeamentos na população da América Latina e no Caribe. Por isso, a insegurança alimentar não se configura na falta de capacidade para produzir alimentos suficientes. Em geral, a região apresenta grande superávit no comércio internacional de alimentos, com países que estão entre os maiores exportadores do mundo, embora alguns países ainda tenham problemas de produção (Haiti, República Dominicana e Guatemala).

Para Kopittke (2019), a literatura internacional de evidências sugere que novos projetos estão mais sujeitos à avaliação científica, à medida que cresceu a demanda por evidências, ao compará-los com as práticas de longo prazo enraizadas em instituições. As características consideradas “naturais” pelas instituições inseridas na política pública, como inovações em algum momento da história, em muitos casos podem demonstrar que as intervenções nunca foram avaliadas, e, muitas vezes, consomem mais recursos do que a inserção de novos programas.

Entre o nível de continuidade das intervenções incluídas na revisão descritas na Tabela 6, observa-se que 65,52% das intervenções são consideradas programas permanentes, enquanto 11,49% são intervenções de modo piloto, e em 22,99% não foi possível identificar o nível de continuidade dos programas/políticas através dos estudos.

Em termos de planejamento de políticas, a Região evoluiu no nível de continuidade das intervenções. Como Souza e Ozorio (2013) evidenciaram na sua pesquisa sobre intervenções de combate à fome, uma política voltada a fornecer uma cesta básica para famílias em situação de fome evoluiu para uma política planejada direcionada a atender aspectos a curto prazo (fome), médio prazo (produção e escoamento da produção por pequenos produtores) e longo prazo (aumento da produtividade e o escoamento da produção de alimentos). Dito isto, em termos de planejamento de políticas

(desenho), houve definitivamente um progresso considerável. No entanto permaneceu a lacuna da implementação, que não foi prerrogativa específica dessa linha de política, mas afetou várias políticas públicas na América Latina e no Caribe.

A integração de diferentes agências para implementar intervenções de combate à fome na América Latina e Caribe mostrou-se uma das características de programas exitosos (conforme Tabela 6), especialmente ao contar com interdisciplinaridade e com instituições não governamentais ou externas ao governo para a atuação das políticas públicas de combate à fome.

No tocante das informações delineadas na Tabela 6, pode-se identificar que 68,97% das intervenções pertenceram a multiagências; 27,59% fizeram parte de uma única agência, e 3,45% não se encaixaram nessas condições. Vasconcelos (2021) esclarece que, a partir da atuação de várias agências envolvidas no combate à fome, tal dinâmica de gestão se favorece ao impacto dos padrões internacionais na América Latina e no Caribe. A literatura que utiliza a transferência e proliferação de políticas públicas serve para entender a relevância das organizações multilaterais no processo de formulação e implementação de políticas públicas de combate à fome na Região.

Com relação aos resultados sobre a perenidade das intervenções incluídas na revisão expostas na Tabela 6, 86,21% dos trabalhos foram sobre programas; 6,90% dos artigos trataram de projetos; 3,45% dos estudos possuíam a ótica da estratégia; 2,30% das pesquisas focaram na política, e 1,15% configuraram-se na estrutura de plano⁷.

Nesse caso, saber o que funciona como intervenção depende de estudos que medem impacto, independente da influência de outros fatores explicativos potenciais para determinado problema. Embora haja uma grande necessidade de saber o que ou o que não funciona, as avaliações de impacto são consideradas raras fora da área médica e farmacológica, e a qualidade metodológica das avaliações realizadas mostra-se tão variável que mesmo os tomadores de decisão, sabendo da falta de informação, são deixados com poucas justificativas para intervir na implementação de ações de combate à fome (Souza; Ozorio, 2013).

⁷ Os programas são um conjunto de projetos cujos resultados permitem alcançar o objetivo maior de uma política pública. Enquanto, os projetos se referem a menor unidade do processo de planejamento. Trata-se de um instrumento técnico-administrativo de execução de empreendimentos específicos, direcionados para as mais variadas atividades interventivas e de pesquisa no espaço público e no espaço privado. A distinção básica entre programa e projeto está no nível de agregação de decisões e no detalhamento das operações de execução, ou seja, o programa tem maior nível de agregação de decisões a mais que do projeto. Por outro lado, o projeto tem maior detalhamento das operações a serem executadas que o programa (Lassance, 2021).

Os estudos que apresentaram o efeito positivo (teve impacto), negativo (regrediu a situação) ou que não houve impacto da intervenção sob cada desfecho já apresentado demonstraram que 48,28% das intervenções tiveram efeito positivo sobre os desfechos; 31,03% manifestaram efeito negativo e 20,69% não apresentam algum impacto sobre os desfechos, como pode ser visualizado na Tabela 6.

Tabela 6 - Características das intervenções incluídas no estudo

Área de intervenção	N	%	Nível de continuidade	N	%
Ajuda alimentar	14	16,09	Permanente	10	11,49
Alimentação escolar	3	3,45	Piloto	57	65,52
Bem-estar	2	2,30	Não identificado	20	22,99
Educação	1	1,15	Total	87	100
Nutrição	7	8,05			
Reforma agrária	1	1,15	Multiagência	N	%
SAN	11	12,64	Sim	24	27,59
Saúde	6	6,90	Não	60	68,97
Social	2	2,30	Não se encaixa	3	3,45
Transferência de renda	40	45,98	Total	87	100
Total	87	100			
			Perenidade	N	%
Desfecho	N	%	Estratégia	3	3,45
Desnutrição	12	13,79	Plano	1	1,15
Emaciação	3	3,45	Política	2	2,30
Nanismo	7	8,05	Programa	75	86,21
Mortalidade	1	1,15	Projeto	6	6,90
Insegurança alimentar	35	40,23	Total	87	100
Renda	10	11,49			
Consumo alimentar	19	21,84	Resultado	N	%
Total	87	100	Não tem impacto	18	20,69
			Negativo	27	31,03
			Positivo	42	48,28
			Total	87	100

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Tem-se em vista os resultados positivos apresentados na Tabela 6 sobre os desfechos encontrados na revisão integrativa. De acordo com Santos (2009), esse resultado vem em decorrência da combinação de investimento, vontade política e implementação de políticas públicas efetivas para intervir no estado nutricional da população.

O resultado encontrado na Tabela 7 mostra que 28 dos estudos avaliados demonstram que as intervenções tiveram resultados positivos, 21 dos artigos tiveram resultados negativos e em 11 estudos não houve impacto ao contar com a contribuição de diversas agências na implementação das intervenções. Nos casos de participação de apenas uma agência houve em 14 trabalhos que apresentou efeito positivo, 7 artigos com efeito negativo e 3 pesquisas sem efeito nas intervenções. O cruzamento entre a categoria

“participação de agências na intervenção”, e o “resultado da intervenção” gerou os seguintes resultados na tabela a seguir:

Tabela 7 - Interação agência e resultado da intervenção

Rótulos de Linha	Positivo	Negativo	Sem Impacto	Total
	N	N	N	
Uniagência	14	7	3	24
Multiagência	28	21	11	60
Não Se Encaixa	1	1	1	3
Total	43	29	15	87

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Tal implicação foi confirmada por Grisa *et al.* (2021), ao encontrar nos países a instabilidade institucional, a fragmentação e a departamentalização da administração pública como uma característica comum na América Latina e no Caribe. Ao segmentar para as políticas de combate à fome na região, essas referências encontram-se mais ou menos dispersas em certas instituições públicas responsáveis pela gestão das políticas (ministérios, secretarias, órgãos, empresas públicas etc.). Segundo Molina, García e Casado (2017), isso configurou os espaços governamentais como um campo de poder e controvérsias de diferentes coalizões, baseadas em diferentes entendimentos do sistema alimentar, os quais buscam mais ou menos espaço político e institucional para orientar suas demandas e disputar a construção de políticas públicas, refletindo suas diferenças de poder. Embora todas as referências apareçam na agenda do governo, elas não possuem os mesmos recursos e muitas vezes estão distribuídas pelos diversos órgãos governamentais. Além disso, um cenário muito comum descrito na Região da América Latina e do Caribe foi a contribuição das agências multilaterais na implementação do políticas públicas para erradicar a fome junto com as instâncias governamentais.

Os resultados apresentados na Tabela 8 indicaram que as intervenções consideradas programas tiveram sucesso em intervir no combate à fome em 40 dos trabalhos incluídos, enquanto plano, política e projeto tiveram sucesso em apenas um dos estudos analisados na revisão. Em 24 estudos os programas não tiveram êxito no combate a fome, sendo que em dois trabalhos cada que abordaram estratégia e projeto e um trabalho sobre política apresentaram efeitos negativos referente ao combate a fome. Em 11 artigos que referiram aos programas não tiveram impacto sobre os desfechos analisados, três estudos que abordaram projetos não apresentam impacto e um trabalho na condição de estratégia não teve impacto das intervenções sob os desfechos.

Tabela 8 - Interação sobre a perenidade e resultados das intervenções analisadas na revisão integrativa

Efetividade \ Perenidade	Positivo	Negativo	Não Teve Impacto	Total (N)
	N	N	N	
Estratégia	0	2	1	3
Plano	1	0	0	1
Política	1	1	0	2
Programa	40	24	11	75
Projeto	1	2	3	6
Total	43	29	15	87

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Segundo Almeida Filho e Gomes Junior (2010), os países da América Latina começaram a promulgar leis voltadas ao combate à fome entre 2003 e 2007. A Argentina foi a primeira, seguida pela Guatemala, pelo Equador e pelo programa Fome Zero do Brasil. Os países como Bolívia, Peru e Panamá promulgaram apenas decretos governamentais sobre segurança alimentar e nutricional. Os projetos do Paraguai, México, Panamá, Nicarágua e Haiti ainda estavam em andamento durante esse período. Mesmo que o direito à alimentação, à erradicação da fome e da miséria estivessem incorporados em suas legislações, as ferramentas que utilizaram e a forma de trabalhar essas questões podem variar de país para país, devido a seus diferentes contextos e situações específicas de cada região. Entretanto, Kopittke (2019) recomenda cautela com esses tipos de resultados e com a síntese de evidências produzidas pelos trabalhos publicados, especialmente em razão da ausência de estudos experimentais, o que faz com que os resultados positivos dos estudos sejam superestimados.

Tendo em vista os resultados da pesquisa representados na Tabela 9, os estudos apontaram que políticas de transferência de renda apresentaram maior efeito sobre os desfechos, sendo que 49,43% das publicações demonstram efeito positivo, ao mesmo tempo que 17,24% dos artigos mostraram que as políticas não tiveram impacto e 33,33% apresentaram efeito negativo sobre os desfechos. No caso positivo, as políticas de ajuda alimentar, saúde e nutrição foram os tipos de políticas que melhor contribuíram nos desfechos: desnutrição, nanismo, mortalidade, emaciação, consumo alimentar, renda, insegurança alimentar e resultados mistos (quando foram encontrados trabalhos que analisaram mais de um desfecho incluso nessa revisão).

Tabela 9 - Interação entre o tipo de política e o resultado da intervenção

Efetividade \ Tipo de política	Positivo		Não tem impacto		Negativo		Total (N)
	N	%	N	%	N	%	
Ajuda alimentar	4	9,30	3	20	7	24,14	14
Alimentação escolar	2	4,65	0	0	1	3,45	3
Bem-estar	0	0	0	0	2	6,90	2
Educação	1	2,33	0	0	0	0	1
Alimentação	3	6,98	0	0		13,79	7

Continuação da Tabela 9							
Reforma agrária	0	0	0	0	4	3,45	1
SAN	2	4,65	4	26,7	1	17,24	11
Saúde	4	9,30	1	6,7	5	3,45	6
Social	1	2,33	1	6,7	1	0	2
Transferência de renda	26	60,47	6	40	8	27,59	40
Total	43	100	15	100	29	100	87

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Almeida Filho e Ortega (2010) afirmam que há uma hierarquia entre as intervenções existentes dentro do aparelho do Estado e, com base nessa dinâmica, torna-se possível auferir o grau de importância dos objetivos e metas, as quais são ordenadas de acordo com os interesses vinculados às forças sociais. Sua classificação segue em primeira ordem as funções de regulação econômica; em segunda ordem, encontram-se as políticas de Estado; em terceira, as políticas de governo associadas às condições particulares de cada governo.

Ao adotarem políticas de combate à fome, os governos reconheceram que as políticas universais e setoriais (saúde, educação e segurança social) não se mostram suficientes para possibilitar que a população apresente coesão social e condições mínimas de sobrevivência. Os países da América Latina e do Caribe, por serem marcados por pobreza e modelos econômicos que reproduzem e acentuam a desigualdade, possuem uma trajetória caracterizada pelo papel de destaque atribuído à questão alimentar (Almeida Filho; Ortega, 2010).

Para Vivero e Almeida Filho (2010), o fato de a fome permanecer na agenda política da América Latina e do Caribe é resultado de diferentes forças; entre elas, a organização da sociedade civil, acadêmicos, agências internacionais e institutos políticos atuantes na causa. Dessa forma, essas pressões ajudam a manter a fome no centro de políticas públicas e fortalecem inclusive uma abordagem alternativa, que leva em conta a diversidade de intervenções atuantes no combate à fome.

6.3 TIPOS DE DESFECHO PRESENTES NOS ESTUDOS ENCONTRADOS

De acordo com o resultado das intervenções sobre o desfecho encontrado nas produções científicas, considera-se que a política pública teve os seguintes impactos para produção da síntese de evidência: positivo (1)* (melhora/reduz o problema), sem impacto (2)**, negativo (3)*** (piora). Neste trabalho, foram determinados os desfechos das políticas de combate à fome como a desnutrição, nanismo, mortalidade, emaciação, consumo alimentar, renda e insegurança alimentar. A queda nos indicadores de fome

representa o efeito positivo, o seu aumento representa o efeito negativo, e “sem impacto” refere-se à situação em que a intervenção não resultou em efeito da intervenção sobre o desfecho.

Para tal síntese, utilizaram-se os critérios da “*FOOD SECURITY EVIDENCE REVIEW: key drivers and what works to improve food security*”, de Engelhard e Hake (2019), para classificar a evidência disponível em comprovadas, promissoras, emergentes e não avaliadas sobre cada tipo de intervenção em relação a cada tipo de desfecho. Ao considerar a síntese de evidências mostrada na Tabela 10, a revisão demonstrou que a maioria das intervenções voltadas ao combate à fome dedicaram-se a atuar na insegurança alimentar (n = 34), seguida pela melhora no consumo alimentar (n = 20) e, por fim, pela desnutrição (n = 12).

A busca por implementar políticas públicas de combate à fome para mitigar a insegurança alimentar torna-se atribuída a vários outros fatores, como políticas inadequadas para lidar com os problemas da falta de oportunidades de trabalho, desigualdade, sofrimento e pobreza, falta de políticas compensatórias e de apoio aos setores de produção de alimentos essenciais, ocorrência de condições ambientais extremas (mudanças climáticas), estilos de vida, comportamentos, educação e escolhas humanas (Lopes; Paixão; Silva Santos, 2020).

Na síntese dos outros desfechos foi possível verificar que as intervenções incluídas na revisão tiveram um efeito positivo sobre a desnutrição (n = 5), caso em que se destacou o Programa de alimentação escolar da Argentina e de Honduras. Com relação à emaciação, as intervenções encontradas na revisão apresentaram efeitos negativos sobre o desfecho. Entre as intervenções analisadas que resultaram em efeitos positivos para o nanismo, destacam-se as políticas de transferência de renda (Programa Bolsa Família – Brasil, *Familias em Accion* – Colômbia e *Red Solidaria* – El Salvador). O Programa de *Mejoramiento Alimentario y Nutricional de Antioquia* (MANA), implementado na Colômbia, foi a única intervenção voltada para mortalidade, e que não apresentou resultados positivos (Tabela 10).

Ainda sobre os resultados apresentados na Tabela 10, as informações demonstraram que grande parte das intervenções encontradas na revisão tiveram efeito negativo sobre a insegurança alimentar (n = 15). Ainda, segundo os resultados encontrados na revisão integrativa, as ações implementadas não tiveram o efeito necessário para mitigar a insegurança alimentar, ou seja, não fizeram diferença para a

situação da América Latina e do Caribe, especialmente o *Apoyo Alimentario* (Peru) e *Mejoramiento Alimentario y Nutricional de Antioquia* (Colômbia).

Como o caso apresentado por Maxwell *et al.* (2000), ao abordar a situação de insegurança alimentar e da vulnerabilidade da população, devem ser atendidos dois pré-requisitos considerados na América Latina e no Caribe. Primeiro, os formuladores de políticas devem aceitar o fato de que o rápido crescimento urbano foi inevitável na região e, por isso, a simples resolução dos problemas rurais não resolveu os problemas urbanos. Em segundo lugar, os formuladores de políticas deveriam ter reconhecido a existência da pobreza urbana. A velha suposição de que, em média, os moradores urbanos eram mais ricos do que os moradores rurais podem estar corretos, mas a pobreza, a insegurança alimentar e a desnutrição cresceram rapidamente em áreas urbanas. As intervenções políticas devem abordar as realidades da dependência da população em recursos financeiros, em alimentos comprados e da necessidade da oferta de emprego.

As intervenções analisadas conforme os resultados encontrados nos estudos incluídos na revisão apontaram que o Programa Bolsa Família (Brasil) apresentou efeitos positivos na renda e no consumo alimentar, isto é, que as ações do PBF voltadas ao combate à fome representaram melhorias no padrão de consumo alimentar e na renda destinada à compra de alimentos. Segundo Regmi e Gehlhar (2005), o consumo de alimentos aumentou em função da disseminação de programas de transferência de renda e, por isso, os padrões de consumo passaram variar entre os países por nível de renda na Região da América Latina e no Caribe.

Em termos das informações apresentadas na Tabela 10, as intervenções foram distribuídas por categorias segundo os desfechos: insegurança alimentar, renda, consumo alimentar, desnutrição, mortalidade, nanismo ou emaciação. A descrição e análise dos dados realizada sobre o efeito das intervenções na condição positiva querem dizer que ela produziu uma queda nos indicadores de fome, a intervenção classificada como negativa, refere-se a um aumento nos indicadores de fome e as sem impacto, a nenhuma alteração nesses indicadores. Outro elemento utilizado na síntese da mesma tabela seguiu os parâmetros das autoras Engelhard e Hake (2019), em que as evidências extraídas a partir de cada estudo (através das informações/características da metodologia utilizada para desenvolver a pesquisa) transformaram-se em elementos que classificaram o efeito como comprovado, promissor, emergente e não avaliado de cada intervenção sobre o desfecho analisado na Revisão Integrativa. Essa classificação representou a qualidade e a quantidade de evidências disponíveis sobre a intervenção em cada estudo incluído na

revisão, o que resulta em informações para dizer se a intervenção foi eficaz para melhorar um ou mais resultados específicos.

Na Tabela 10, as evidências foram agrupadas conforme o seu resultado e o tipo de intervenção, separando-se os resultados entre os desfechos estabelecidos para esta revisão. A Tabela a seguir demonstra essa tríade, junto com a síntese de evidência.

Tabela 10 - Síntese de evidências dos estudos incluídos na Revisão

Intervenção/desfecho	Positivo*	Sem impacto **	Negativo ***	Total geral	Síntese de evidência⁸
Desnutrição	5	4	3	12	-----
Programa de alimentação escolar	2			2	Comprovada
Programa Bolsa Família			2	2	Emergente
<i>Cruzada contra el Hambre</i>		1	1	2	Emergente
<i>Comedor Comunitario</i>			1	1	Ainda não avaliado
Programa de distribuição de leite fortificado	1			1	Promissor
Programa Integral de Nutrição	1			1	Promissor
Programa Nutricional Articulado		1		1	Ainda não avaliado
Programa Juntos	1			1	Promissor
Programa Colombiano de Bem-Estar da Família			1	1	Ainda não avaliado
Emaciação	1	0	2	3	-----
Projeto de restaurantes escolares			1	1	Emergente
<i>Cruzada contra el Hambre</i>			1	1	Emergente
Programa Nutricional Articulado	1			1	Promissor
Nanismo	3	3	1	7	-----
Programa Bolsa Família (PBF)	1	1		2	Emergente
<i>Familias en Acción</i>	1		1	2	Promissor
<i>Red Solidaria</i>	1			1	Promissor
Oportunidades		1		1	Ainda não avaliado
Continuação da Tabela 10					
Programa de Segurança Alimentar e Nutricional		1		1	Ainda não avaliado
Mortalidade	0	0	1	1	-----
<i>Mejoramiento Alimentario y Nutricional de Antioquia</i>	0	0	1	1	Ainda não avaliado
Insegurança alimentar	14	5	16	35	-----
Asignación Universal por Hijo	3			3	Comprovada
Programa de alimentação escolar	1			1	Promissor
Restaurantes populares			1	1	Emergente
Programa Cozinhas Comunitárias		1		1	Ainda não avaliado
Programa Bolsa Família	3	1	3	7	Comprovada
Programa de Aquisição de Alimentos	1		1	2	Promissor
<i>World Food Programme</i>			2	2	Emergente
Programa Colombiano de Bem-Estar da Família		1		1	Ainda não avaliado
<i>Mejoramiento Alimentario y Nutricional de Antioquia</i>			3	3	Emergente
Programa de Segurança Alimentar e Nutricional	1	1		2	Promissor
Programa dos Direitos dos Nossos Idosos	1			1	Promissor
<i>Cash and Food-for-Work Programs</i>			1	1	Emergente
<i>Program of Advancement through Health and Education</i>	1			1	Promissor
<i>Programa de Apoyo Alimentario</i>			1	1	Emergente
<i>Cruzada contra el Hambre</i>			2	2	Emergente
Programa Estratégico para la Seguridad Alimentaria		1		1	Ainda não avaliado
<i>70 y más</i>	1			1	Promissor
Oportunidades			1	1	Emergente
Programa de Comedor Comunitario	1			1	Promissor
<i>Proyecto para el Mejoramiento del Consumo y la Disponibilidad de Alimentos en Comunidades de la Provincia de Veraguas</i>	1			1	Promissor
<i>Plan de Atención Nacional a La Emergencia Social</i>	1			1	Promissor
Renda	6	3	1	10	-----
Programa de Aquisição de Alimentos	1			1	Promissor
Programa Bolsa Família	3	1		4	Comprovada
Política fundiária			1	1	Emergente
Programa Nacional de Segurança Alimentar	1			1	Promissor
<i>Programa Estratégico para la Seguridad Alimentaria</i>		1		1	Ainda não avaliado

⁸ Com base no trabalho de Engelhard e Hake (2020).

Continuação da Tabela 10					
<i>Red de Protección Social</i>		1		1	Ainda não avaliado
Programa de Pensão do Idoso em situação de pobreza	1			1	Promissor
Consumo alimentar	13	3	3	19	-----
Programa Bolsa Família	4			4	Comprovada
Cozinha comunitária		1		1	Ainda não avaliado
Programa de alimentação escolar			1	1	Emergente
Restaurantes populares	1	1		2	Promissor
<i>Colación BKN</i>	1			1	Promissor
<i>World Food Programme</i>	1		1	2	Promissor
<i>Familias en Acción</i>	1			1	Promissor
Bono de Desarrollo Humano	1	1		2	Promissor
Programa Promoção da alimentação saudável	1			1	Promissor
Progresá	1			1	Promissor
Oportunidades	1			1	Promissor
Red de Protección Social	1			1	Promissor
Programa de Segurança Alimentar e Nutricional			1	1	Emergente

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Nota: *impacto positivo (melhora/reduz a problemática), **sem impacto, *** negativo (piora).

Nesse caso, os resultados dos estudos da revisão integrativa apresentados no Quadro 10 apontaram que o Programa de Alimentação Escolar (Argentina e Honduras), incluído na Política de Alimentação, comprovou efeito sobre o desfecho da desnutrição. O Programa Nutricional Articulado (Peru), incluso nas políticas de saúde, mostrou-se emergente sobre a emaciação, ou seja, são necessários mais estudos para comprovar o efeito do Programa sobre o desfecho. Nos programas de transferência de renda, identificou-se que os programas *Familias em Accion* (Colômbia) e *Red Solidaridad* (El Salvador) exibiram resultados relevantes (promissores) sobre o desfecho do nanismo. Além disso, os efeitos do *Mejoramiento Alimentario y Nutricional de Antióquia* (Colômbia) não haviam sido avaliados no que diz respeito à mortalidade. Das intervenções analisadas com efeito sobre a insegurança alimentar, os programas de transferência de renda: *Asignación Universal por Hijo*, da Argentina, e Programa Bolsa Família, do Brasil, apresentaram resultados comprovados. No mesmo segmento, os programas de transferência de renda, nesse caso apenas o Programa Bolsa Família (Brasil), tiveram efeito comprovado sobre a renda e o consumo alimentar dos beneficiários; além disso, o PBF mostrou-se emergente sobre o efeito das intervenções consideradas mistas sobre o combate à fome.

Esses dados configuram-se com as informações encontradas por Takagi (2006), que oferecem uma oportunidade para avaliar o progresso das políticas e programas existentes na América Latina e no Caribe voltados a atender o público mais vulnerável à fome. Neste ponto em particular, existem duas tendências principais que prevaleceram nos países da Região, não mutuamente exclusivos: países que buscaram avançar na implementação de políticas de segurança alimentar e ações de combate à fome, e os países que implementaram simultaneamente ou não os programas de transferência de renda para

os mais pobres. O Quadro 10 apresenta as intervenções de combate à fome segundo área de atuação, efeito de cada intervenção analisada sobre o desfecho estudado.

Quadro 10 - Síntese de evidências por categoria de intervenção/efeito do desfecho

Desnutrição				
	Comprovada	Promissor	Emergente	Ainda não avaliado
Ajuda alimentar			<i>Cruzada contra el Hambre</i> (México)	
Alimentação escolar	Programa de alimentação escolar (Honduras)			
Bem-estar				Programa Colombiano de Bem-Estar da Família (Colômbia)
Educação		Programa Integral de Nutrição (Peru)		
Alimentação	Programa de alimentação escolar (Argentina)			
Saúde			Programa Nutricional Articulado (Peru)	Programa de Comedor Comunitário (México)
Social		Programa de Distribuição de Leite Fortificado (México)		
Transferência de renda		Programa Juntos (Peru)	Programa Bolsa Família (Brasil)	
Emaciação				
	Comprovada	Promissor	Emergente	Ainda não avaliado
Alimentação			Projeto de restaurantes escolares (Colômbia)	
Ajuda alimentar			<i>Cruzada contra el Hambre</i> (México)	
Saúde		Programa Nutricional Articulado (Peru)		
Nanismo				
	Comprovada	Promissor	Emergente	Ainda não avaliado
Transferência de renda		<i>Familias en Acción</i> (Colômbia) <i>Red Solidaria</i> (El Salvador)	Programa Bolsa Família (Brasil)	Oportunidades (México)
SAN				Programa de Segurança Alimentar e Nutricional (Colômbia)
Mortalidade				
	Comprovada	Promissor	Emergente	Ainda não avaliado
SAN				<i>Mejoramiento Alimentario y Nutricional de Antioquia</i> (Colômbia)
Insegurança alimentar				
	Comprovada	Promissor	Emergente	Ainda não avaliado
Ajuda alimentar		<i>Plan de Atencion Nacional a La Emergencia Social</i> (Uruguai) Programa de Aquisição de Alimentos (Brasil)	Restaurantes populares (Brasil) <i>Programa de Apoyo Alimentario</i> (Peru)	Programa Cozinhas Comunitárias (Brasil)
Alimentação escolar		Programa de alimentação escolar (Brasil)		
Bem-estar				Programa Colombiano de Bem-Estar da Família (Colômbia)
Nutrição			<i>World Food Programme</i> (Colômbia/Haiti)	

Continuação do Quadro 10				
SAN			<i>Mejoramiento Alimentario y Nutricional de Antioquia</i> (Colômbia) Programa de Segurança Alimentar e Nutricional (Colômbia/Guatemala)	<i>Programa Estratégico para la Seguridad Alimentaria</i> (México)
Saúde		<i>Programa de Comedor Comunitario</i> (México) <i>Proyecto para el Mejoramiento del Consumo y la Disponibilidad de Alimentos en Comunidades de la Provincia de Veraguas</i> (Panama)		
Transferência de renda	<i>Asignación Universal por Hijo</i> (Argentina) Programa Bolsa Família (Brasil)	Programa dos Direitos dos Nossos Idosos (El Salvador) <i>70 y más</i> (México)	<i>Programa de Apoyo Alimentario</i> (México) <i>Cash and Food-for-Work Programs</i> (Haiti) Oportunidades (México)	
Renda				
	Comprovada	Promissor	Emergente	Ainda não avaliado
Ajuda alimentar		Programa de Aquisição de Alimentos (Brasil)		
Reforma agrária			Política fundiária (Guatemala)	
SAN		Programa Nacional de Segurança Alimentar (Haiti)		<i>Proyecto Estratégico para la Seguridad Alimentaria</i> (México)
Transferência de renda	Programa Bolsa Família (Brasil)	Programa de Pensão do Idoso em situação de pobreza (Paraguai)		<i>Red de Protección Social</i> (Nicaragua)
Consumo alimentar				
	Comprovada	Promissor	Emergente	Ainda não avaliado
Ajuda alimentar		Restaurantes populares (Brasil)		Cozinha comunitária (Brasil)
Alimentação escolar			Programa de alimentação escolar (Brasil)	
Nutrição		<i>World Food Programme</i> (Colômbia/Equador) Programa Promoção da alimentação saudável (México)		
SAN			<i>Proyecto Estratégico para la Seguridad Alimentaria</i> (México) Programa de Segurança Alimentar e Nutricional (El Salvador)	
Saúde		<i>Colación BKN</i> (Chile)		
Social		<i>Programa Comedores Populares</i> (Peru)		
Transferência de renda	Programa Bolsa Família (Brasil)	<i>Familias en Acción</i> (Colômbia) Progresía (México) Oportunidades (México) <i>Red de Protección Social</i> (Nicaragua) <i>Bono de Desarrollo Humano</i> (Equador)		

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Nos 87 trabalhos científicos incluídos na revisão integrativa, foram encontradas evidências sobre 36 tipos intervenções distribuídas entre os países da América Latina e do Caribe. Dentre as intervenções descritas no Quadro 11, a Política de Alimentação Escolar de Honduras e da Argentina demonstrou ser mais efetiva para reduzir a desnutrição, enquanto os programas de transferência de renda do Brasil e da Argentina tiveram maior efeito sobre a insegurança alimentar. Nesse caso, o Programa Bolsa Família do Brasil apresentou efeito positivo em contribuir com o consumo alimentar e renda do público beneficiado. Entre os resultados da pesquisa não foram encontradas intervenções que tivessem algum efeito comprovado relacionado à emaciação, ao nanismo e à mortalidade.

A fome como problema social decorre da falta de consumo alimentar necessário, sustentável e digno à população. O sujeito pode até alimentar-se todos os dias e suprir a necessidade fisiológica através da comida, mas, se precisar recorrer ao lixo, mendigar, ou comer menos do que o necessário para sua condição humana, isso significa permanecer com fome, sustentando a insegurança alimentar e uma situação nutricionalmente problemática. Em todos esses casos, o organismo com fome, desnutrição e insegurança alimentar perde seu potencial físico, intelectual e social (Cor Unum, 1996).

Nesse sentido, merece ênfase a conexão realizada nessa pesquisa dos estudos sobre o Plano Nacional de Alimentação e Nutrição (Muñoz Sánchez *et al.*, 2014), a Política de Segurança Alimentar e Nutricional (Galiano *et al.*, 2012) ambas as intervenções da Colômbia; Programa Nacional de Segurança Alimentar, do Haiti (Nchinda *et al.*, 2011); *Food and Nutrition Security Program* (FNSP), da Guatemala (Arnés *et al.*, 2018). Todas essas intervenções foram reunidas como “Programas de Segurança Alimentar e Nutricional”, e, em razão da intensa rede de envolvimento de elementos de combate à fome, os estudos apresentaram a existência de um processo de descentralização de entidades na atuação das intervenções, bem como a preocupação de promover o desenvolvimento humano, a sustentabilidade ambiental e contribuir para o desenvolvimento da região. A articulação que envolveu o combate à fome decorreu de outros projetos simultâneos, inviabilizando a identificação de maior ou menor influência nos desfechos indicados na pesquisa.

Outra situação nesse mesmo segmento foi a conexão dos Programas Cozinhas Comunitárias do Brasil (Bandoni *et al.*, 2010; Branquinho *et al.*, 2015), e do Programa Comedores Comunitários, do México (Garza *et al.*, 2018; Caro *et al.*, 2018). Foi possível identificar que foram intervenções com os mesmos objetivos implementados em países

diferentes, que possuem características semelhantes como: modelo de atuação, público envolvido e beneficiado, dando ênfase à oportunidade do público feminino em atuar numa política pública de combate à fome.

Para fundamentar mais especificamente, de forma clara e objetiva, a síntese de evidências extraídas dos estudos sobre as intervenções de combate à fome da América Latina e do Caribe, o Quadro 11 refere de modo sistematizado e em ordem de predominância os principais resultados da revisão integrativa:

Quadro 11 - Resumo das evidências por categoria de intervenção/efeito/autor e ano da publicação

	Desnutrição	Emaciação	Nanismo	Mortalidade
COMPROVADA	Programa de alimentação escolar (ADROGUÉ; ORLICKI, 2013; BOLAND; BRAUTIGAM, 2010).			
PROMISSOR	Programa de distribuição de leite fortificado (RIVERA; SHAMAH; VILLALPANDO; MONTEERRUBIO, 2010). Programa Juntos (ANDERSEN; REYNOLDS; BEHRMAN; CROOKSTON; DEARDEN; ESCOBAL; MANI; SANCHEZ; STEIN; FERNALD, 2015). Programa Integral de Nutrição (BELTRÁN; SEINFELD, 2011).		Familias en Acción (LOPEZ-ARANA; AVENDANO; FORDE; VAN LENTHE; BURDORF, 2016; LOPEZ-ARANA; AVENDANO; VAN LENTHE; BURDORF, 2016). Red Solidaria (de BRAUW; PETERMAN, 2011).	
EMERGENTE	Programa Bolsa Família (FORD; LOURENÇO; COBAYASHI; CARDOSO, 2020; SALDIVA; SILVA; SALDIVA, 2010). <i>Cruzada contra el Hambre</i> (QUEZADA-SÁNCHEZ; GARCÍA-GUERRA; GALINDO-GÓMEZ; GARCÍA-MORALES; MOLINA-VÉLEZ; PALACIO-MEJÍA, 2020; REYNOSO; SALAZAR; ESQUER, 2016). Programa Nutricional Articulado (ALCÁZAR; OCAMPO; HUAMÁN-ESPINO; APARCO, 2013).	Programa Nutricional Articulado (SOBRINO; GUTIÉRREZ; CUNHA; DÁVILA; ALARCÓN, 2014).	Programa Bolsa Família (OLIVEIRA; COTTA; QUEIROZ RIBEIRO; SANT'ANA; PRIORE; FRANCESCHINI, 2011. PACHECO; PEDROSO; GONÇALVES; CUERVO; ROSSONI, 2018).	
AINDA NÃO AVALIADO	Programa Comedor Comunitario (GARZA; SALVATIERRA-IZABA; LOMELÍ; DOSAL; MODESTO, 2018). Programa Colombiano de Bem-Estar da Família (FONSECA; PATIÑO; HERRÁN, 2013).	Projeto de restaurantes escolares (LONDOÑO; CEBALLOS, 2014). <i>Cruzada contra el Hambre</i> (ESTRADA; SANTIAGO CRUZ, 2017).	Oportunidades (GARCÍA-PARRA; OCHOA-DÍAZ-LÓPEZ; GARCÍA-MIRANDA; MORENO-ALTAMIRANO; SOLÍS-HERNÁNDEZ; MOLINA-SALAZAR, 2016). Programa de Segurança Alimentar e Nutricional (GALIANO; ABRIL; ERNERT; BAU, 2012).	Plano de Mejoramiento Alimentario y Nutricional de Antioquia [MANA] (CHAVEZ; CADAVID; TORRES, 2012).
	Consumo Alimentar	Insegurança Alimentar	Renda	
COMPROVADA	Programa Bolsa Família (DUARTE; SAMPAIO; SAMPAIO, 2010; MOURÃO; FERREIRA, MACEDO DE JESUS, 2012; PEREIRA SAMPAIO; PINHEIRO DE SOUSA, 2014; SPEANDIO; RODRIGUES; FRANCESCHINI; PRIORE, 2017).	Asignación Universal por Hijo (SALVIA; MUSANTE; JARAMILLO, 2013; SALVIA; TUÑÓN; POY, 2015; WALSH; POY; TUÑÓN, 2020). Programa Bolsa Família (PIPERATA; SPENCE; DA-GLORIA; HUBBE, 2011; NUNES DE SOUZA; MOURA E DIAS; ANSCHAU; MATSUO; SEGALL-CORRÊA, 2012). SPERANDIO; RODRIGUES; FRANCESCHI; PRIORE, 2017; SPERANDIO; PRIORE, 2015; SUZART; FERREIRA; BARROS DE OLIVEIRA; MEIRELES LEMOS; CORREA; BONFATTI, 2017; POBLACION; MARÍN-LEÓN; SEGALL-CORRÊA; SILVEIRA; TADDEI, 2015).	Programa Bolsa Família (PAES-SOUSA; SANTOS; MIAZAKIB, 2011; CABRAL; LOPES; LOPES; VIANNA, 2014; ROSANO PEÑA; PINHEIRO; ALBUQUERQUE; MOTA FERNANDES, 2015; CORREA; TREVISAN; MELLO, 2019).	

	Continuação do Quadro 11		
PROMISSOR	<p>Restaurantes populares (GOBATO; PANIGASSI; VILLALBA, 2010; BUTTORFF; TRUJILLO; DIEZ-CANSECO; BERNABE-ORTIZ; MIRANDA, 2015).</p> <p>World Food Programme (BOHADA, 2010; HIDROBO; HODDINOTT; PETERMAN; MARGOLIES; MOREIRA, 2012).</p> <p>Famílias en Acción (ATTANASIO; BATTISTIN; MESNARD, 2012).</p> <p>Progresá (KRONEBUSCHB; DAMON, 2019).</p> <p>Oportunidades (ANGELUCCI; ATTANASIO; DI MARO, 2011).</p> <p>Red de Protección Social (GITTEK; MANLEY; BARHAM, 2013).</p> <p>Colación BKN (GONZÁLEZ; ZACARÍAS; DOMPER; FONSECA; LERA; VIO DEL, 2014).</p> <p>Bono de Desarrollo Humano (PONCEA; BEDI, 2010; PONCE; RAMOS-MARTIN, 2017).</p>	<p><i>Plan de Atención Nacional a la Emergencia Social</i> (ROSSI; FERRE; CURUTCHET; GIMÉNEZ; ARES, 2017).</p> <p>Programa de Aquisição de Alimentos (FIGUEIREDO SALGADO; SILVA; FERREIRA; ALVIM CUNHA; FERREIRA DOS SANTOS, 2017; CAMARGO ALMEIDA; PUGLIESI; FERRANTE; CARDOZO; PAULILLO, 2018).</p> <p>Programa Bolsa Família (NEDER; ALVES FILHO; SOUZA, 2015)</p> <p>Programa de alimentação escolar (TRIVELLATO; PRIORE; FRANCESCHINI; SANTOS; COSTA, 2019).</p> <p>Programa Comedor Comunitario (CARO; HERNÁNDEZ; FAJARDO; VIVEROS; TORRES, 2018).</p> <p><i>Projeto para el Mejoramiento del Consumo y la Disponibilidad de Alimentos en Comunidades de la Provincia de Veraguas</i> (KRAUSE; SCOTT; SINISTERRA; KOSKI, 2018).</p> <p>Programa dos Direitos dos Nossos Idosos (MARTÍNEZ; PÉREZ; TEJERINA, 2015).</p> <p><i>70 y más</i> (VILAR-COMPTE; ORTIZ-BLAS, 2013).</p>	<p>Programa Nacional de Segurança Alimentar (NCHINDA; THIEME; ANKERS; CRESPI; ARISTE, 2011).</p> <p>Programa de Aquisição de Alimentos (OLIVEIRA; BATALHA; PETTAN, 2017).</p> <p>Programa de Pensão do Idoso em situação de pobreza (GALEANO BATE, 2018).</p>
EMERGENTE	<p>Programa Promoção da alimentação saudável (QUIZÁN PLATA; ANAYA BARRAGÁN; ESPARZA ROMERO; OROZCO GARCÍA; ESPINOZA LÓPEZ; BOLAÑOS VILLAR, 2013).</p> <p>Programa de alimentação escolar (TIBORSKI CESAR; TACONELI; OSÓRIO; SCHMIDT, 2020).</p> <p>Proyecto Estratégico para la Seguridad Alimentaria (CRUZ-SÁNCHEZ; MUÑOZ-RODRÍGUEZ; SANTOYO-CORTÉS; MARTÍNEZ-GONZÁLEZ; AGUILAR-GALLEGOS, 2016).</p>	<p>Restaurantes populares (BENTO; FILGUEIRAS; ABREU; PEREIRA; GAZZINELLI, 2016).</p> <p>World Food Programme (ÉCHEVIN, 2011; HERRÁN; PATIÑO, 2015).</p> <p>Plano de Mejoramiento Alimentario y Nutricional de Antioquia (HACKETT; MELGAR-QUIÑONEZ; TAYLOR; ALVAREZ URIBE, 2010; ÁLVAREZ-URIBE; ESTRADA-RESTREPO; FONSECA-CENTENO, 2010; ÁLVAREZ-URIBE; AGUIRRE-ACEVEDO, 2012).</p> <p>Programa de Segurança Alimentar e Nutricional (MUÑOZ SÁNCHEZ; GÓMEZ; LASPRILLA; ECHEVERRY; MARTÍNEZ; VALENCIA; FLÓREZ; CASTAÑO, 2014; ARNÉS; ASTIER; GONZÁLEZA; DÍAZ-AMBRONA, 2014).</p> <p><i>Program of Advancement through Health and Education</i> (MYRIE; ROBINSON, 2013).</p> <p>Programa de Apoyo Alimentario (VARGAS e PENNY, 2010)</p> <p>Cruzada contra el Hambre (MORALES RUÁN; BRAVO AGUILAR; CUEVAS NASU; GÓMEZ HUMARÁN; LEVY, 2018; AGUILAR-ESTRADA; CAAMAL-CAUICH; BARRIOS-PUENTE; ORTIZ-ROSALES, 2019).</p> <p><i>Cash and Food-for-Work Programs</i> (ECHEVIN; LAMANNA; OVIEDO, 2011).</p> <p>Oportunidades (TAMEZ-GONZÁLEZ; RUIZ-GARCÍA; AYALA-GUZMÁN; ORTIZ-HERNÁNDEZ, 2018).</p>	<p>Política Fundiária (BANDEIRA; SUMPSI, 2010).</p>
AINDA NÃO AVALIADO	<p>Programa Cozinhas Comunitárias (BRANQUINHO; OLIVEIRA; AKUTSU; FREITAS DA SILVA, 2015).</p>	<p>Programa Cozinhas Comunitárias (BANDONI; MARCHIONI; GERKEN BRASIL; FIGUEIREDO; SARTI, 2010).</p> <p>Programa Colombiano de Bem-Estar da Família (FONSECA; PACHÓN, 2012).</p> <p>Proyecto Estratégico para la Seguridad Alimentaria (BOLOM MARTÍNEZ; FIGUEROLA; BLANCO WELLS; AMTMANN MOYANO, 2015).</p>	<p>Proyecto Estratégico para la Seguridad Alimentaria (GARCÍA; GONZÁLEZ, 2019).</p> <p>Red de Protección Social (THOMAS, 2010).</p>

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Essa junção de intervenções voltadas para os diferentes desfechos permite uma avaliação da efetividade de uma revisão integrativa com objetivo de analisar intervenções de combate à fome na América Latina e no Caribe. Nesse caso, demonstram ser muito positivas, pois incentivam as diversas administrações públicas a implementarem o modelo de programa sem ter que “copiar” o de outra gestão política. Implementam uma experiência técnica com resultados notavelmente consistentes, ao mesmo tempo tornando o projeto, cada vez mais, uma prática permanente fora do ambiente político. Segundo Kopittke (2019), numa oportunidade futura, novas avaliações poderão contribuir de modo mais detalhado em resultados positivos ou negativos das intervenções, cuja iniciativa torna-se uma espiral de aprendizado.

O Quadro 12 traz uma representação descritiva das principais evidências que representam a revisão integrativa, tendo vista os autores e ano de publicação. Seguido com denominação de cada intervenção, a síntese de evidência com base nas informações analisadas em cada pesquisa incluída na revisão, na sequência o eixo de que caracteriza cada intervenção, apresentando o grupo analisado e o respectivo período de desenvolvimento da pesquisa, o método de estimação, indicador mensurado e fonte e os resultados finais de cada pesquisa dando ênfase aos desfechos incluídos nessa revisão.

Ao observarmos as informações do Quadro 12 se torna possível verificar que o método de estimação mais implementado foi o modelo de regressão nos artigos incluídos na revisão integrativa, isso significa que poucos estudos estabeleceram o grupo controle de suas amostras, o que justifica o grande contingente de trabalhos quase-experimentais encontrados sobre o tema e região.

Outro dado que chama atenção são a fonte dos dados para a realização de cada pesquisa publicada nos artigos, houve dados antropométricos, do consumo alimentar, inquéritos alimentares, taxas de desnutrição, índices e indicadores de segurança alimentar e dados com características gerais dos variados grupo de indivíduos selecionados para as pesquisas, que tem como fontes órgãos governamentais, intuições e universidades.

Dessa forma, em relação os estudos avaliados como podemos verificar as informações no Quadro 12, constituem uma sistematização da atuação das intervenções que compõem as políticas públicas de combate a fome ao longo do período 2010 a 2020, para mostrar de forma transparente e o mais simplificada possível, os resultados e impactos das intervenções implementadas na América Latina e no Caribe.

Quadro 12 – Sistematização dos estudos incluídos na Revisão Integrativa sobre a América e do Caribe no período de 2010 a 2020

Trabalho	Intervenção	Síntese de evidência	Eixo	Grupo intervenção, local e período analisado	Método de estimação implementado	Indicador mensurado e fonte	Resultado
1. Adrogué e Orlicki (2013)	Programa comedores escolares	Positivo	Alimentação	Grupo de escolares na Argentina, 1997-2000	Dados em painel e estimar modelos DID	Taxas de desnutrição com base <i>Operativos Nacionales de Evaluación Educativa</i> (ONEE)	Foi um bom começo que o serviço de refeições seja fornecido nas escolas onde as crianças mais pobres frequentam, mas, como se viu, isso não necessariamente melhora o desempenho acadêmico.
2. Bolan e Brautigam (2010)	<i>School Nutrition Program</i>	Positivo	Alimentação escolar	Pais, professores e alunos de Honduras, Maio de 2005 a julho de 2006	Modelo de regressão	Dados do consumo alimentar (referente a desnutrição) como método de recordatório alimentar	Os programas públicos de alimentação e de desenvolvimento rural de Honduras foram adequadamente direcionados à pobreza alta e considerados pró-pobres.
3. Rivera; Shamah; Villalpando; Monterrubio (2010)	Programa de distribuição de leite fortificado	Positivo	Social	Crianças de 12 a 30 meses de quatro Estados no centro e leste do México (Guanajuato, Hidalgo, Puebla e Querétaro), Maio de 2003 a julho de 2004	Modelo de regressão	Taxas de anemia e deficiência de ferro	O número de crianças medidas de PCR durante a linha de base e os 2 períodos de acompanhamento foi muito pequeno (n = 20 no grupo NMF); portanto, não foi possível ajustar para CRP.
4. Andersen; Reynolds; Behrman; Crookston; Dearden; Escobal; Mani; Sanchez; Stein; Fernald (2015)	Programa Juntos	Positivo	Transferência de renda	Crianças de sete a oito anos dos distritos do Peru, 2005-2007	Propensão de diferenças em	Dados antropométricos oriundos do <i>Young Lives Study</i>	O trabalho fornece evidências para informar a implementação de políticas que podem afetar os resultados linguísticos por meio da redução da pobreza e da desnutrição.
5. Beltrán e Seinfeld (2011)	Programa Integral de Nutrição	Positivo	Educação	Crianças menores de 12 meses do Peru, 2000-2010		Taxa de desnutrição distrito por meio do Inquérito Demográfico e de Saúde da Família (Endes)	Os resultados sugerem que o PIN, um dos programas que compõem a estratégia nutricional do governo peruano, é um meio eficaz de redução da desnutrição.
6. Ford; Lourenço; Kobayashi; Cardoso (2020)	Programa Bolsa Família	Negativo	Transferência de renda	Crianças de até 10 anos da zona urbana de Acrelândia/Acre 2007-2009	Modelo de regressão	Dados antropométricos com Inquérito alimentar	A ingestão de grupos alimentares semelhantes entre BFP e NP na linha de base, as famílias BFP tinham recursos suficientes para adquirir dietas comparáveis em termos de micronutrientes ao de NP ao longo do tempo. Dado que cerca de 87% das famílias BF relatam que seus fundos vão principalmente para alimentos.
7. Saldiva; Silva; Saldiva (2010)	Programa Bolsa Família	Negativo	Transferência de renda	Dezembro/2005 a fevereiro/2006	Modelo de regressão	Dados do consumo alimentar e antropométricos fornecidos pelo projeto Bandeira Científica.	As famílias do PBF gastam mais com alimentos ricos em gorduras e açúcares.
8. Quezada-Sánchez; García-Guerra; Galindo-Gómez; García-Morales; Molina-Vélez; Palacio-Mejía (2020)	<i>Cruzada contra el Hambre</i>	Negativo	Ajuda alimentar	2012	Método de Newton-Raphson ²⁷	Indicadores de desnutrição - Dados da Encuesta Nacional de Salud y Nutrición	Dada a alta prevalência de desnutrição no México, recomenda-se que as políticas e programas nacionais incluam intervenções voltadas para sua redução, a fim de reverter as consequências que a desnutrição tem no desenvolvimento das pessoas.
9. Reynoso; Salazar; Esquer (2016)	<i>Cruzada contra el Hambre</i>	Não tem impacto	Ajuda alimentar	2010-2012		Taxa de desnutrição - Dados da <i>Encuestas Nacionales de Ingreso y Gasto de los Hogares</i> (ENIGH)	Esta pesquisa mostra que a principal dificuldade para a estratégia dar frutos é a falta de cobertura total da população em situação potencial de fome.
10. Alcázar; Ocampo; Huamán-Espino; Aparco (2013)	Programa Nutricional Articulado	Não tem impacto	Saúde	2011	Modelo de regressão	Dados da prevalência de desnutrição da Pesquisa Demográfica de Saúde da Família, da Pesquisa Nacional de Domicílios, do Censo de População e Habitação e do orçamento público.	O impacto da desnutrição infantil representa uma parte significativa do PIB, pelo que é necessário continuar a investir de forma equitativa na sua prevenção com intervenções de eficácia comprovada.
11. Garza; Salvatierra-Izaba; Lomelí; Dosal; Modesto (2018)	Programa Comedor Comunitario	Negativo	Saúde	2014 a 2016	Modelo de regressão	Dados antropométricos - Encuesta Regional de Salud Reproductiva y Supervivencia Infantil	A desnutrição infantil na área estudada persiste e pode estar relacionada a uma fase de adocimento e ingestão alimentar inadequada. O PCC não apresentou evidências de seu impacto após dois anos de aplicação.
12. Fonseca; Patiño; Herrán (2013)	Programa Colombiano de Bem-Estar da Família	Negativo	Bem-estar	2009 a 2011	Modelo de regressão	Variáveis associadas ao estado nutricional (NE), desnutrição domiciliar e insegurança alimentar (INSA)	As aproximações baseadas em questões relacionadas ao sofrimento da fome e à cobertura dos programas assistenciais -incluídos na pesquisa aqui aplicada- definem quando o acesso à alimentação ou a cobertura dos programas infantis não é plenamente atendido.

Continuação do Quadro 12									
13.	Sobriño; Gutiérrez; Cunha; Dávila; Alarcón (2014)	Programa Nutricional Articulado	Positivo	Saúde	2000 a 2011	Modelo de regressão	Indicadores nutricionais da Encuesta Demográfica y de Salud Familiar (ENDE) del Instituto Nacional de Estadística e Informática (INEI)	O Peru conseguiu reduzir seus índices de desnutrição infantil (crônica e aguda) e anemia. No entanto, e sem esquecer o problema que a desnutrição aguda representa, as taxas atuais de desnutrição crônica e anemia ainda são muito altas, situação que coloca essas duas condições entre os desafios mais importantes que as políticas públicas devem enfrentar.	
14.	Londoño e Ceballos (2014)	Projeto de restaurantes escolares	Não teve impacto	Alimentação	2010	<i>Propensity Score Matching</i>	Variáveis de identificação do aluno contidas no sistema de inscrição on-line do Sisben.	Quanto ao cumprimento do objetivo, a estimativa do efeito do programa não apresenta resultados conclusivos da política.	
15.	Agrilar-Estrada e Santiago Cruz (2017)	<i>Cruzada contra el Hambre</i>	Negativo	Ajuda alimentar	2012	Análise de Componentes Principais (ACP)	Variáveis de interesse da dimensão do rendimento dos agregados familiares do Módulo de Condiciones Socioeconómicas de la Encuesta Nacional de Ingresos y Gastos en los Hogares	Na medida em que uma intervenção pública trata de um sintoma, e não aborda as raízes do problema que o gera, essa intervenção será insuficiente e ineficiente para erradicar a fome e a desnutrição.	
16.	Lopez-Arana; Avendano; Forde; Van Lenthe; Burdorf (2016)	<i>Familias en Acción</i>	Positivo	Transferência de renda	2002-2006	Abordagem de diferença nas diferenças (DID)	Dados antropométricos do <i>Institute of Fiscal Studies</i>	Nossos resultados sugerem que a participação na FA reduziu as chances de magreza, um resultado relativamente raro entre crianças na Colômbia.	
17.	Lopez-Arana; Avendano; Van Lenthe; Burdorf (2016)	<i>Familias en Acción</i>	Positivo	Transferência de renda	2002-2006	Abordagem de diferença em diferenças (DID)	Inquérito domiciliar do <i>Institute for Fiscal Studies</i> .	Os programas de CCT podem ser eficientes na melhoria da nutrição infantil.	
18.	De Brauw (2011)	<i>Red Solidaria</i>	Positivo	Transferência de renda	2007-2008	Análise de covariância	Dados antropométricos coletados pela FUSADES	No contexto de um período de rápido aumento dos preços dos alimentos, as crianças estavam em melhor situação em agregados familiares migrantes do que em agregados familiares não migrantes, de uma perspectiva nutricional.	
19.	Oliveira; Cotta; Queiroz Ribeiro; Sant'ana; Priore; Franceschini (2011)	Programa Bolsa Família	Positivo	Transferência de renda	2007	Modelo de regressão	Parâmetros antropométricos fornecidos pela Universidade Federal de Viçosa	A partir dos resultados verificou-se que, apesar da homogeneidade da pobreza, o grupo BF mostrou-se, de fato, mais vulnerável socioeconomicamente, evidenciando que o Programa Bolsa Família tem atingido os mais necessitados.	
20.	Pacheco; Pedroso; Gonçalves; Cuervo; Rossoni (2018)	Programa Bolsa Família	Não tem impacto	Transferências de renda	2012	Modelo de regressão	Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) a partir do Mapa de Acompanhamento do PBF	Os resultados mostram que essas famílias estão vulneráveis quanto à alimentação e nutrição, favorecendo o aparecimento de distúrbios nutricionais que vão desde a fome.	
21.	García-Parra; Ochoa-Díaz-López; García-Miranda; Moreno-Altamirano; Solís-Hernández; Molina-Salazar (2016)	Oportunidades	Não tem impacto	Transferência de renda	2003-2011	Modelo de regressão	Inquéritos alimentares do Ministério da Saúde	Apesar dos benefícios do programa Oportunidades, a população ainda corre o risco de continuar no círculo vicioso da desnutrição.	
22.	Galiano; Abril; Ernert; Bau (2012)	Plano Nacional de Alimentação e Nutrição	Não tem impacto	Segurança alimentar e nutricional	2010	Modelo de regressão	Escala de Segurança Alimentar e Medida antropométrica da Escala Colombiana de Seguridad Alimentaria en el Hogar	Em nossa amostra foi mais prevalente em famílias pobres e rurais, coincidindo com maiores índices de insegurança alimentar.	
23.	Chavez; Cadavid; Torres (2012)	Plano de <i>Mejoramiento Alimentario y Nutricional de Antioquia [MANA]</i>	Negativo	Segurança alimentar e nutricional	2006-2010	Modelo de regressão	Inquéritos alimentares aplicados pelo Abastecedor de Alimentos do município de Envigado	Neste estudo reconhecemos os esforços de organizações internacionais, nacionais e departamentais o risco para de fome cobrir da população vulnerável.	
24.	Duarte; Sampaio; Sampaio (2010)	Programa Bolsa Família	Positivo	Transferência de renda	2005	<i>Propensity Score Matching (PSM)</i>	Dados das famílias coletados pelo PADR-Ufrpe/Fadurpe	Existe um efeito positivo das transferências monetárias sobre o consumo alimentar das famílias beneficiárias.	
25.	Mourão, Ferreira, Macedo de Jesus (2012)	Programa Bolsa Família	Positivo	Transferência de renda		Modelo de regressão	Dados das famílias fornecidos pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	Os achados relativos à efetividade do programa, que é definida pela relação entre as metas e objetivos e os efeitos do programa, indicaram um efeito positivo na população alvo, com mudanças nas condições sociais das populações participantes do programa.	
26.	Pereira Sampaio e Pinheiro de Sousa (2014)	Programa Bolsa Família	Positivo	Transferência de renda	2012	Métodos de análise tabular e descritiva e o teste t de Student para dados pareados	Dados das famílias fornecidos pela Secretaria de Avaliação e Gestão de Informações	A transferência de renda recebida pelos beneficiários tem um efeito positivo sobre os gastos, visto que as famílias estão destinando o benefício para o alívio ou melhoramento da alimentação	

Continuação do Quadro 12								
27.	Sperandio; Rodrigues; Franceschini; Priore (2017)	Programa Bolsa Família	Positivo	Transferência de renda	2008-2009	<i>Propensity Score Matching</i> (PSM)	Informações referentes à ingestão alimentar - Pesquisa de Orçamento Familiar (POF)	Os beneficiários do Programa Bolsa Família apresentaram menor consumo de alimentos processados e ultraprocessados, em ambas as regiões, e maior consumo de alimentos in natura ou minimamente processados na região Nordeste.
28.	Gobato; Panigassi; Villalba (2010)	Restaurantes populares	Positivo	Ajuda alimentar	2008	Modelo de regressão	Indicadores de segurança alimentar - UNICAMP	Concluiu-se que o Restaurante Bom Prato é importante para a Segurança Alimentar e Nutricional de seus usuários.
29.	Buttorff; Trujillo; Diez-Caneco; Bernabe-Ortiz; Miranda (2015)	Comedores populares	Não teve impacto	Social	2012	Modelo de regressão	Dados demográficos	Introduzir alternativas políticas para aumentar a ingestão de comida tem se mostrado difícil.
30.	Bohada (2010)	<i>World Food Programme</i>	Negativo	Alimentação	2009	<i>Propensity Score Matching</i> (PSM)	Cadastro de atendimento em educação e saúde de vítimas de deslocamento realizado pela Unidade de Atenção e Orientação à População Deslocada	Dado que os agregados familiares tratados atribuem mais 2,4 pp da sua despesa à compra de alimentos, e parece haver uma maior dependência da ajuda alimentar e uma maior percentagem de despesa destinada à compra de alimentos.
31.	Hidrobo; Hoddinott; Peterman; Margolies; Moreira (2012)	<i>World Food Programme</i>	Positivo	Alimentação	2011	Modelo de regressão	Dados das famílias - Centro de Estudios de Población y Desarrollo Social (CEPAR)	Embora a ingestão calórica desempenhe um papel importante no atendimento das necessidades de segurança alimentar, uma dieta mais variada é importante para melhorar os resultados de saúde.
32.	Attanasio; Battistin; Mesnard (2012)	<i>Familias en Acción</i>	Positivo	Transferência de renda	2002	Abordagem de diferença em diferenças	Despesas totais destinadas à alimentação e consumo total do SISBEN	A introdução do programa levou a um aumento da despesa total de consumo de cerca de 13,3%. Nossas estimativas seriam implicam, portanto, uma diminuição da participação dos alimentos na despesa total em cerca de 0,013.
33.	Kronebusch e Damon (2019)	Progresa	Positivo	Transferência de renda	1998-1999	Modelo de regressão	Dados da Pesquisa de Avaliação de Famílias (ENCEL)	Nossas descobertas sugerem que o programa de transferência condicional de renda do Progresa tem um efeito complicado nos resultados nutricionais no México.
34.	Angelucci; Attanasio; Di Maro (2011)	Oportunidades	Positivo	Transferência de renda	2002-2004	Modelo de regressão	Dados sobre consumo da avaliação urbana ENCELURB	O principal efeito do programa sobre as famílias tratadas é o aumento do consumo de alimentos em 168 e 282 pesos em 2003 e 2004.
35.	Gütter; Manley; Barham (2013)	Red de Protección Social	Positivo	Transferência de renda	2000-2002	Abordagem de diferença em diferenças	Dados das famílias da Red de Protection Social da Nicarágua	Nosso reexame dos dados mostra que melhorias no consumo para domicílios com mais crianças em idade escolar foram menores.
36.	González; Zacarías; Domper; Fonseca; Lera; Vio Del (2014)	Colación BKN	Não teve impacto	Saúde	2013	Modelo de regressão	Dados antropométricos - Instituto de Nutrição e Tecnología de Alimentos (INTA)	Quanto aos resultados, no estado nutricional não há alterações significativas nas crianças intervencionadas ou nos controles no período de um ano letivo.
37.	Quizán Plata; Anaya Barragán; Esparza Romero; Orozco García; Espinoza López; Bolaños Villar (2013)	Programa Promoção da alimentação saudável	Positivo	Alimentação	Dezembro de 2010 a maio de 2011	Modelo de regressão	Índices de marginalização da Comissão Estadual de População (Coespo)	Os resultados da intervenção sugerem que a disponibilidade e promoção permanente de alimentos saudáveis dentro do campus escolar pode contribuir bom estado alimentar.
38.	Tiborski Cesar; Taconeli; Osório; Schmidt (2020)	Programa Nacional de alimentação escolar	Negativo	Alimentação escolar	2015	Modelo de regressão	Índice de adesão à alimentação escolar - UFPR	Os achados do presente estudo evidenciam que o índice efetivo de adesão à alimentação escolar é muito baixo nas escolas urbanas e baixo nas escolas rurais, o que leva a crer que os objetivos e as diretrizes do programa não estão sendo alcançados.
39.	Cruz-Sánchez; Muñoz-Rodríguez; Santoyo-Cortés; Martínez-González; Aguilar-Gallegos (2016)	<i>Proyecto Estratégico para la Seguridad Alimentaria</i>	Negativo	Segurança alimentar e nutricional	2010	Modelo de regressão	Dados dos agricultores - Agência de Desenvolvimento Rural (ADR)	Isso sinaliza um fraco desempenho em termos de contribuição para a conquista da segurança alimentar e um uso ineficiente dos recursos públicos
40.	Salvia; Musante; Jaramillo (2013)	<i>Asignación Universal por Hijo</i>	Positivo	Transferência de renda	2010-2012		Indicadores de insegurança alimentar - Observatório da Dívida Social Argentina	Como um dos elementos do objetivo, os autores não concluem com resultados referente a segurança alimentar do público estudado.
41.	Salvia; Tuñón; Poy (2015)	<i>Asignación Universal por Hijo</i>	Positivo	Transferência de renda	2010-2012	<i>Propensity Score Matching</i> (PSM)	Informações dos inquéritos das escolas correspondentes à Operação Nacional de Avaliação Educativa	A Argentina apresenta desnutrição, o programa de alimentação escolar é uma política relevante, pois proporciona uma importante intervenção nutricional durante um período de crescimento significativo, como é a infância.
42.	Walsh; Poy; Tuñón (2020)	<i>Asignación Universal por Hijo</i>	Positivo	Transferência de renda	2012-2017	<i>Propensity Score Matching</i> (PSM)	Índices de insegurança alimentar, dados registrados pela Encuesta Permanente de Hogares (EPH)	O AUH melhorou a taxa de segurança alimentar, entre 2 e 3 pp, e o risco de insegurança alimentar foi particularmente reduzido para populações vulneráveis.

Continuação do Quadro 12								
43.	Paes-Sousa; Santos; Miazaki (2011)	Programa Bolsa Família	Não teve impacto	Transferência de renda	2005-2006	Modelo de regressão	Dados da Escola Nacional de Saúde Pública e do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia.	Nossos achados apontam para a necessidade de garantir às famílias do PBF um maior acesso a bens e serviços que levem a uma melhor nutrição, o que, por sua vez, deve resultar em melhoria da saúde.
44.	Piperata; Spence; Da-Gloria; Hubbe (2011)	Programa Bolsa Família	Positivo	Transferência de renda	2002-2009	Modelo de regressão	Dados antropométricos da Pesquisa Populacional da Universidade Estadual de Ohio	Apesar das mudanças significativas nas estratégias econômicas e no estilo de vida, as mudanças no estado nutricional foram modestas, o que pode ser explicado pelo aumento da insegurança alimentar documentada durante esse estágio inicial de transição.
45.	Cabral; Lopes; Lopes; Vianna (2014)	Programa Bolsa Família	Positivo	Transferência de renda	Abril/novembro 2011	Modelo de regressão	Dados da Pesquisa da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	Com base nos critérios de inclusão no Programa Bolsa Família, percebeu-se aumento dos níveis de segurança alimentar/insegurança alimentar leve em detrimento dos outros níveis do desfecho.
46.	Rosano Peña; Pinheiro; Albuquerque; Mota Fernandes (2015)	Programa Bolsa Família	Positivo	Transferência de renda	1999-2009	Método de diferença em diferença	Dados do IBGE e PNAD	Após a implementação do Bolsa Família, observa-se um melhor índice de mobilidade social e uma tendência de convergência mais rápida para o melhor nível de renda real.
47.	Correa; Trevisan; Mello (2019)	Programa Bolsa Família	Positivo	Transferência de renda	2004-2013	Modelo de regressão	Dados de cada um dos municípios da União, obtidos no Cadastro Único do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e no Cadastro Central de Empresas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)	Efetiva contribuição a constatação de que o PBF está positivamente associado ao aumento dos rendimentos dos beneficiários.
48.	Nunes De Souza; Moura e Dias; Sperandio; Franceschini; Priore (2012)	Programa Bolsa Família	Negativo	Transferência de renda	Janeiro a junho/2011	Modelo de regressão	Indicadores de insegurança alimentar pesquisado pela Universidade Federal de Viçosa	A partir dos dados apresentados, evidenciou-se a dimensão da insegurança alimentar associada ao perfil socioeconômico da população estudada.
49.	Anschau; Matsuo; Segall-Corrêa (2012)	Programa Bolsa Família	Positivo	Transferência de renda	Setembro 2006 a fevereiro 2007	Modelo de regressão	Dados das famílias - Escala Brasileira de Insegurança Alimentar	Em Toledo, foram altas as proporções de insegurança alimentar moderada e grave em domicílios onde residem beneficiários de algum PTR, refletindo o grau de marginalização social e vulnerabilidade à fome a que muitas dessas famílias estão submetidas.
50.	Sperandio e Priore (2015)	Programa Bolsa Família	Não teve impacto	Transferência de renda	Janeiro a junho/2011	Modelo de regressão	Dados das famílias na Escala Brasileira de Insegurança Alimentar	Os resultados aqui encontrados evidenciam a magnitude da insegurança alimentar segundo os fatores socioeconômicos e demográficos da população estudada.
51.	Suzart; Ferreira; Barros de Oliveira; Meireles Lemos; Correa; Bonfatti (2017)	Programa Bolsa Família	Positivo	Transferência de renda	Setembro a dezembro/2015	<i>Propensity Score Matching</i> (PSM)	Informações Sociais, Econômicas e Ambientais dos beneficiários - Escala Brasileira de Insegurança Alimentar	A prevalência de IA severa (indicativo de fome entre adultos e crianças) é menor do que a leve ou moderada, podendo ser um efeito dos programas de transferência de renda, mais especificamente o PBF, que deixam as pessoas pobres um pouco menos pobres, em virtude da renda transferida, melhorando também a desigualdade social.
52.	Poblacion; Marín-León; Segall-Corrêa; Silveira; Taddei (2015)	Programa Bolsa Família	Negativa	Transferência de renda	2006	Modelo de regressão	Dados sobre a (in)segurança alimentar do PNDS	A prevalência de IA grave em domicílios brasileiros com crianças menores de cinco anos era cerca de um em cada 20 (5,2%), mostrando que moradores adultos e crianças de mais de seiscentos mil domicílios passavam fome no país.
53.	Rossi; Ferre; Curutchet; Giménez; Ares (2017)	<i>Plan de Atención Nacional a la Emergencia Social</i>	Negativo	Ajuda alimentar	Abril a setembro/2014	Modelo de regressão	Índices de segurança alimentar - Escala de Segurança Alimentar Familiar da América Latina e do Caribe (ELCSA)	O presente estudo mostrou que a insegurança alimentar afeta uma proporção considerável da população em Montevídeo, Uruguai.
54.	Oliveira; Batalha; Pettan (2017)	Programa de Aquisição de Alimentos	Positivo	Ajudar alimentar	Agosto e outubro/2014	Modelo de regressão	Dados fornecidos pelos gestores locais do programa.	Os valores de comercialização estejam abaixo dos limites estabelecidos, o programa tem aumentado a renda do produtor remunerando os produtos de AF como os mercados regionais (os preços do PAA são mais altos para todos os produtos).
55.	Figueiredo Salgado; Silva; Ferreira; Alvim Cunha; Ferreira Dos Santos (2017)	Programa de Aquisição de Alimentos	Positivo	Ajudar alimentar	2013	Modelo de regressão	Risco de Insegurança Alimentar da população local - PAA Data da Secretaria de Informação e Gestão do MDS do governo federal	Ainda que limitado pela baixa cobertura, dimensão do programa e pelo número de agricultores participantes, estudos apontam que o programa tem contribuído para a segurança alimentar e nutricional da população urbana e rural. este estudo mostra a importância de desenvolver, manter e focalizar políticas de combate à fome e a pobreza e de fortalecimento da agricultura familiar, a fim de contribuir com a sua eficácia e efetividade.

Continuação do Quadro 12								
56.	Camargo Almeida; Pugliesi; Ferrante; Cardozo; Paulillo (2018)	Programa de Aquisição de Alimentos	Negativo	Ajudar alimentar	2015	Modelo de regressão	Índice UFSCar de Segurança Alimentar para agricultores familiares	A pesquisa demonstrou que, apesar do avanço conquistado pelas políticas públicas para segurança alimentar e nutricional, a insegurança alimentar ainda está presente mesmo em uma região que se destaca economicamente, principalmente entre agricultores familiares, ainda que o predomínio da sua movimentação esteja no agronegócio.
57.	Neder; Alves Filho; Souza (2015)	Programa Bolsa Família	Negativo	Transferência de renda	2000-2012		Padrão de consumo de alimentos da POF	Conclui-se, apesar do destaque ao programa Bolsa Família políticas específicas como as essas são incapazes de garantir estruturalmente condição alimentar adequada e não apresentam potencial de superação do problema da fome.
58.	Trivellato; Priore; Franceschini; Santos; Costa (2019)	Programa de alimentação escolar	Positivo	Alimentação escolar	2011-2016	Modelo de regressão	Dados das famílias - Escala Brasileira de Insegurança Alimentar	Embora não haja evidências de associação entre as variáveis de oferta de alimentos do PNAE às variáveis de SAN nos fornecedores de alimentos do município de Viçosa.
59.	Caro; Hernández; Fajardo; Viveros; Torres (2018)	Programa Comedor Comunitario	Positivo	Saúde	2014	Modelo de regressão	Nível de segurança alimentar da Escala Latino-Americana e do Caribe de Segurança Alimentar	As famílias beneficiárias de um programa que visa ampliar o acesso à alimentação, porém, não há avaliação inicial de SA quando um domicílio adere ao programa de refeitório comunitário para determinar se há mudança no nível de SA.
60.	Krause; Scott; Sinisterra; Koski (2018)	<i>Proyecto para el Mejoramiento del Consumo y la Disponibilidad de Alimentos en Comunidades de la Provincia de Veraguas</i>	Positivo	Saúde	Fevereiro-outubro/2012	Modelo de regressão	Índice de segurança alimentar Questionário de Segurança Alimentar do Panamá (FSQ)	A incorporação de restrições não monetárias à produção agrícola em questionários de segurança alimentar fornece insights sobre a dinâmica da segurança alimentar local que são relevantes para políticas e programas públicos destinados a reduzir a insegurança alimentar em ambientes de agricultura de subsistência
61.	Martínez; Pérez; Tejerina (2015)	Programa dos Direitos dos Nossos Idosos	Positivo	Transferência de renda	2011	Modelo de regressão	Dados dos idosos - Ministério da Inclusão Social, Secretaria Técnica da Presidência, Fundo de Investimento Social para o Desenvolvimento Local, Ministério da Saúde, Ministério da Educação, Ministério da Cultura e Procuradoria Geral da República	A utilização de recursos adicionais ocorre principalmente na compra de alimentos, o que resulta na redução do índice de insegurança alimentar de 12% ou 6 pontos percentuais.
62.	Vilar-Compte e Ortiz-Blas (2013)	<i>70 y más</i>	Positivo	Transferência de renda	2008	Propensity Score Matching	Dados transversais da Pesquisa Nacional de Renda e Despesa	Tal medida de resultado potencialmente informa os impactos socioeconômicos e nutricionais das transferências financeiras para os idosos e seus impactos nas famílias.
63.	Échevin (2011)	World Food Programme	Negativo	Alimentação	Outubro a novembro/2007	Modelo de regressão	Pesquisa domiciliar do CNSA	Os agregados familiares que mais perderam devido ao sismo conseguiram recuperar mais rapidamente do choque, independentemente dos efeitos da assistência, e provavelmente mais de acordo com o enfrentamento estratégias específicas para as famílias.
64.	Herrán e Patiño (2015)	World Food Programme	Negativo	Alimentação	2010-2011	Modelo de regressão	Indicadores de Disponibilidade suficiente de alimentos Pesquisas Nacionais de Verificação	As aproximações baseadas em questões relacionadas ao sofrimento da fome e à cobertura dos programas assistenciais incluídos na pesquisa aqui aplicada- definem quando o acesso à alimentação ou a cobertura dos programas infantis não é plenamente atendido.
65.	Bento; Filgueiras; Abreu; Pereira; Gazzinelli (2016)	Restaurantes populares	Não teve impacto	Ajuda alimentar	2009-2011	Modelo de regressão	Informações sobre consumo Prevalência domiciliar de segurança/insegurança alimentar	Em todos os estabelecimentos verificou-se que os estágios mais prevalentes foram pré-contemplação e manutenção. Porém, observou-se diferenças quanto às frequências de usuários nos diferentes estágios entre os estabelecimentos (p = 0,003).
66.	Hackett; Melgar-Quinónez; Taylor; Alvarez Uribe (2010)	Plano de <i>Mejoramiento Alimentario y Nutricional de Antioquia</i>	Negativo	Segurança alimentar e nutricional	2006	Modelo de regressão	Medição da insegurança alimentar do Projeto de Identificação da Fome na Infância Comunitária	Este artigo apresenta uma descrição dos fatores associados à situação atual de segurança alimentar das famílias que participam de um programa de assistência alimentar na Colômbia, mostrando o complexo desafios socioeconômicos e demográficos a serem enfrentados ao abordar a insegurança alimentar em tais ambientes.

Continuação do Quadro 12								
67.	Álvarez-Uribe; Estrada-Restrepo; Fonseca-Centeno (2010)	Plano de <i>Mejoramiento Alimentario y Nutricional de Antioquia</i>	Negativo	Segurança alimentar e nutricional	2008	Modelo de regressão	Taxa da insegurança alimentar da Pesquisa de Qualidade de Vida (ECV)	Os domicílios colombianos que participaram do ECV de 2008 apresentam uma prevalência de insegurança alimentar (58,2%) maior do que os relatados para os domicílios colombianos pela ENSIN-2005.
68.	Álvarez-Uribe e Aguirre-Acevedo (2012)	Plano de <i>Mejoramiento Alimentario y Nutricional de Antioquia</i>	Negativo	Segurança alimentar e nutricional	2006	Modelo de regressão	Prevalência de insegurança alimentar da Pesquisa Nacional da Situação Nutricional na Colômbia-ENSIN	O modelo para definir os conglomerados de domicílios das crianças que participam do Programa de Complementação Alimentar, aliança MANA ICBF, mostra como entre os domicílios pobres existem situações que aprofundam a pobreza e a insegurança alimentar.
69.	Muñoz Sánchez; Gómez; Lasprilla; Echeverry; Martínez; Valencia; Flórez; Castaño (2014)	Plano Nacional de Alimentação e Nutrição	Positivo	Segurança alimentar e nutricional	2008	Modelo de regressão	Nível de segurança alimentar da escala Segurança Alimentar da América Latina e do Caribe – ELCSA	Os níveis de insegurança alimentar dessas famílias camponesas são altos.
70.	Arnés; Astier; González; Díaz-Ambroza (2018)	<i>Food and Nutrition Security Program</i>	Não teve impacto	Segurança alimentar e nutricional	2014	Modelo de regressão	Níveis de SAN - CEIGRAM	Nossos resultados mostram que a fome persiste em 40% dos domicílios pesquisados após a implementação do Programa da UPM.
71.	Nchinda; Thieme; Ankers; Crespi; Ariste (2011)	<i>Food and Nutrition Security Program</i>	Positivo	Segurança alimentar e nutricional	2009-2010	Modelo de regressão	Ministério da Agricultura, Recursos Naturais e Desenvolvimento Rural (MARNDR)	As intervenções do projeto permitiram aos participantes vender ou dar como presentes um número significativamente maior de aves do que aqueles que não tinham ainda se beneficiado do projeto.
72.	Myrie e Robinson (2013)	<i>Programme of Advancement through Health and Education</i>	Positivo	Transferência de renda	2007-2009	Modelo de regressão	Dados sobre os padrões de vida da Pesquisa de Condição de Vida da Jamaica	Isso sugere que a insegurança alimentar na Jamaica pode não piorar significativamente, apesar das dificuldades significativas em termos de aumento da pobreza.
73.	Vargas e Penny (2010)	Programa de Apoyo Alimentario	Negativo	Ajuda alimentar	2005	Modelo de regressão	Escala de insegurança alimentar e fome - Módulo de Insegurança Alimentar e Fome (FIHM) do Departamento de Agricultura dos EUA (USDA)	O estudo destacou a possibilidade de que a segurança alimentar na cidade seja igual, senão mais precária do que em outras regiões do país.
74.	Morales Ruán; Bravo Aguilar; Cuevas Nasu; Gómez Humarán; Levy (2018)	<i>Cruzada contra el Hambre;</i>	Negativo	Ajuda alimentar	2014	Modelo de regressão	Frequência alimentar - Escala de Segurança Alimentar da América Latina e do Caribe (ELC SA)	Nosso estudo documenta que, embora o esquema PAL SEM FOME está associado a menor probabilidade de IA leve e grave em relação ao NAF EFICAZ.
75.	Aguilar-Estrada; Caamal-Cauich; Barrios-Puente; Ortiz-Rosales (2019)	<i>Cruzada contra el Hambre;</i>	Negativo	Ajuda alimentar	2016	Modelo de regressão	Indicador de falta de acesso a alimentos - a Pesquisa Nacional de Renda e Despesas Domiciliares (ENIGH)	O nível de insegurança alimentar possa ser entendido como períodos recorrentes de fome dadas as condições dos domicílios de todas as dimensões analisadas.
76.	Echevin; Lamanna; Oviedo (2011)	<i>Cash and Food-for-Work Programs</i>	Negativo	Transferência de renda	2010	Modelo de regressão	Índice de ativos antes e depois do terremoto - Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários	Na perspectiva de direcionar melhor os programas de assistência e redes de segurança que respondem a grandes choques, os meios de subsistência das famílias e a vulnerabilidade no mercado de trabalho.
77.	Tamez-González; Ruiz-García; Ayala-Guzmán; Ortiz-Hernández (2018)	Oportunidades	Negativo	Transferência de renda	2014	Modelo de regressão	Indicadores de insegurança alimentar, informações sobre a diversidade da dieta - Pesquisa Nacional de Renda e Despesas Familiares	Os resultados deste estudo apoiam a ideia de que os TMFs não têm influência na qualidade de vida.
78.	Bandeira e Sumpsi (2010)	Política Fundiária	Negativo	Reforma agrária	2000	Modelo de regressão	Condições sociais e econômicas da população nacional da Pesquisa nacional de condições de vida	Os resultados deste estudo mostram que a razão para esta más estimativas de impacto de bem-estar do acesso a terras agrícolas.
79.	Branquinho; Oliveira; Akutsu; Freitas Da Silva (2015)	Programa Cozinhas Comunitárias	Não teve impacto	Ajuda alimentar	2008-2009	Modelo de regressão	Dados antropométricos - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e transferência de renda	É importante que os RC assumam seu verdadeiro papel de garantir a Segurança Alimentar e Nutricional, proporcionando não apenas acesso digno à alimentação, mas também oferta de refeições nutritivas e adequadas ao perfil da clientela.
80.	Bandoni; Marchioni; Gerken Brasil; Figueiredo; Sarti (2010)	Programa Cozinhas Comunitárias	Não teve impacto	Ajuda alimentar	2003/2005	Modelo de regressão	Dados das cozinhas comunitárias Ministério do Desenvolvimento Social (MDS)	A presente avaliação pode servir de subsídio ao aprimoramento do programa, caso seja empregada na correção dos pontos falhos da política pública.

Continuação do Quadro 12								
81.	Fonseca e Pachón (2012)	Programa Colombiano de Bem-Estar da Família	Negativo	Bem-estar	2010	Modelo de regressão	Níveis de insegurança alimentar - Instituto Colombiano de Bem-Estar Familiar	Os resultados deste estudo têm implicações para os programas governamentais assistência alimentar.
82.	Bolom Martínez; Figuerola; Blanco Wells; Amtmann Moyano (2015)	<i>Proyecto Estratégico para la Seguridad Alimentaria</i>	Não teve impacto	Segurança alimentar e nutricional		Modelo de regressão		A insegurança alimentar persiste entre as famílias Tzotzil da microrregião cafeeira de área de Altos de Chiapas, tanto em famílias que tem o PESA bem como os que não têm acesso ao projeto.
83.	García e González (2019)	<i>Proyecto Estratégico para la Seguridad Alimentaria</i>	Não teve impacto	Segurança alimentar e nutricional	2014	Modelo de regressão	Informações sobre a renda da população - ENCOVI	O que permite mostrar que a questão da segurança alimentar nas duas nações é um fenômeno que aflige uma parcela considerável da população, colocando este problema como um dos mais importantes dentro das agendas governamentais
84.	Ponce e Bedí (2010)	<i>Bono de Desarrollo Humano</i>	Não teve impacto	Transferência de renda	Setembro/novembro 2013	Modelo de regressão	Não consta	Não foi encontrado impacto significativo no consumo para nenhuma das intervenções. No entanto, houve evidências de que os sistemas de vouchers tiveram um impacto positivo na diversidade alimentar.
85.	Ponce e Ramos-Martin (2017)	<i>Bono de Desarrollo Humano</i>	Não tem impacto	Transferência de renda	Novembro 2014 a fevereiro 2015	Modelo de regressão	Dados da Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, FLACSO-Ecuador	BDH não tem um impacto positivo estatisticamente significativo nos resultados dos testes entre aqueles próximos do limiar de elegibilidade do programa.
86.	Galeano Bate (2018)	Programa de <i>Pensión Alimentaria</i> para Adultos	Positivo	Transferência de renda	2016	Modelo de regressão	Dados do Terceiro Censo Nacional de População e Habitação dos Povos Indígenas	Há uma melhora na qualidade de vida dos beneficiários do Programa de Pensão Alimentar para Idosos em situação de pobreza na Colônia Indígena La Promesa no Departamento de Presidente Hayes, em relação à possibilidade de acesso à alimentação diária.
87.	Thomas (2010)	<i>Red de Protección Social</i>	Não teve impacto	Transferência de renda	2001 a 2002	Modelo de regressão	Resultados relacionados à saúde com dados disponibilizados pelo International Food Policy Research Institute (IFPRI).	O modelo funciona bem na previsão da magnitude do impacto para os dois resultados relacionados à saúde.

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Ao trabalharmos com um marco temporal de 2010 a 2020, a sistematização apresentada no Quadro 12 pode configurar algumas informações de análise encontradas na revisão integrativa. Ressaltamos, também, que este Quadro é um copilado de pesquisas que pode oferecer um demonstrativo da estratégia de combate à fome desenvolvido em cada país, porque, muitas das informações nele contidas de forma sintética foram abordadas analiticamente em vários trabalhos científicos.

Na sequência serão explorados de modo descritivo os resultados encontrados na pesquisa para a revisão integrativa.

6.4 ANÁLISE DAS INTERVENÇÕES INCLUÍDAS NA REVISÃO INTEGRATIVA

Esta parte do capítulo dedica-se à discussão dos estudos incluídos na revisão integrativa relacionados às políticas públicas de combate à fome distribuídas nos países da América Latina e do Caribe. Nos tópicos, serão abordados os trabalhos publicados entre 2010-2020, os desfechos adotados, os grupos tratados e controle e características descritivas das intervenções implementadas na América Latina e no Caribe, com esse contexto distribuído num quadro referente aos desfechos definidos para a pesquisa, mostrando-se os fatores apontados como chave para a construção desta revisão integrativa.

6.4.1 Ajuda alimentar

Os programas classificados como ajuda alimentar são uma forma de combater a fome no mundo, por meio da transferência e/ou subsídios ligados à compra governamental de alimentos (López, 2005). Para Burlandy, Bocca e Mattos (2012), a Organização das Nações Unidas representada pela *Food and Agriculture Organization* (FAO) desempenhou um papel importante no desenvolvimento, consolidação, disseminação, estratégia política e propostas de intervenção do conceito de segurança alimentar a favor do combate à fome.

Com apoio dessas instâncias organizativas solidificou-se a abordagem para enfrentar a escassez de alimentos, bem como a expansão dos programas de ajuda alimentar (Maluf, 2007). Na concepção de Carr (2006), a questão da escassez foi vista como uma tensão entre capacidade produtiva e demanda de alimentos, favorecendo intervenções baseadas na ajuda alimentar, ou no desenvolvimento de tecnologias que visavam a aumentar a produtividade e a disponibilidade de alimentos por meio do comércio interno e externo.

Em termos de escassez nos limiares do subconsumo de alimentos, esta implica deficiências de nutrientes, que, com o tempo, levam à fome. Tal situação foi associada às áreas-chave deterioradas pela pobreza, danos ambientais que impediram a garantia de um certo nível de produção, juntamente com quedas repentinas nos suprimentos financeiros destinados à compra de alimentos. Nesses casos, a ajuda alimentar constitui um recurso importante para responder a situações de fome pontuais, mas não deveria ter-se tornado um recurso necessário para projetar programas de combate à fome de longo prazo (Cepal,

1988; Torres Torres, 2003). Dessa forma, a situação alimentar encontrada em países da América Latina e do Caribe manifestou-se com problemas de subprodução associados a deficiências, que afetaram o funcionamento geral do sistema alimentar, levando à deterioração nutricional e à fome localizada.

Nesse tópico, foi agregado um conjunto de iniciativas bastante diversas em suas dimensões dos países da América Latina e do Caribe, mas que possuem como elemento comum a implementação de intervenções de ajuda alimentar em seu centro. As intervenções de ajuda alimentar passaram a ser implementadas após a adesão ao Sistema de Segurança alimentar e Nutricional na região. Conforme mostra a Tabela 11 a seguir, evidencia-se o quantitativo de estudos incluídos por meio da revisão integrativa.

Na revisão, localizamos um total de 19 trabalhos publicados sobre intervenções consideradas como ajuda alimentar, sendo em relação a insegurança alimentar (9), desnutrição (2), emaciação (1), consumo alimentar (6) e renda (1).

Tabela 11 - Estudos encontrados sobre ajuda alimentar da América Latina e do Caribe incluídos na revisão integrativa

Intervenção	Autor (es)	Ano de publicação
<i>Cruzada contra el Hambre</i> (México):	Reynoso; Salazar; Esquer	2016
	Aguilar-Estrada e Santiago Cruz	2017
	Morales Ruán; Bravo Aguilar; Cuevas Nasu; Gómez Humarán; Levy	2018
	Aguilar-Estrada; Caamal-Cauich; Barrios-Puente; Ortiz-Rosales	2019
	Quezada-Sánchez; García-Guerra; Galindo-Gómez; García-Morales; Molina-Vélez; Palacio-Mejía	2020
Programa Cozinhas Comunitárias (Brasil)	Bandoni; Marchioni; Gerken Brasil; Figueiredo; Sarti	2010
	Branquinho; Oliveira; Akutsu; Freitas da Silva	2015
Programa de Aquisição de Alimentos (Brasil):	Oliveira; Batalha; Pettan	2017
	Figueiredo Salgado; Silva; Ferreira; Alvim Cunha; Ferreira Dos Santos	
	Camargo Almeida; Pugliesi; Ferrante; Cardozo; Paulillo	2018
Programa Restaurantes Populares (Brasil)	Gobato; Panigassi; Villalba	2010
	Bento; Filgueiras; Silva Abreu; Lisboa Pereira; Gazzinelli	2016
<i>Programa de Apoyo Alimentario</i> (Peru)	Vargas e Penny	2010
<i>Plan de Atención Nacional a La Emergencia Social</i> (Uruguai)	Rossi; Ferre; Curutchet; Giménez; Ares	2017
World Food Programe (Colômbia, Equador e Haiti)	Bohada	2010
	Hidrobo; Hoddinott; Peterman; Margolies; Moreira	2012
	Échevin	2011
	Herrán e Patiño	2015

Continuação da Tabela 11						
Programa (Peru)	Comedores Populares		Buttorff; Bernabe-Ortiz;	Trujillo; Miranda	Diez-Canseco;	2015

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Nesta revisão, 19 trabalhos incluídos avaliaram oito diferentes intervenções de ajuda alimentar distribuídos na América Latina e no Caribe, em que cinco estudos sobre a *Cruzada contra el Hambre* avaliaram três diferentes desfechos, sendo eles: Reynoso, Salazar e Esquer (2016) e Quezada-Sánchez *et al.* (2020). Demonstraram que não houve alteração no índice de desnutrição da população. O trabalho Aguilar-Estrada e Santiago Cruz (2017) não conseguiu avaliar a atuação da intervenção no caso da emaciação; já os resultados dos trabalhos de Morales Ruán *et al.* (2018) e Aguilar-Estrada *et al.* (2019) mostraram-se emergentes com relação à insegurança alimentar. As quatro pesquisas que avaliaram o efeito do *World Food Programme* sobre a fome encontraram resultados diferentes. Diante disso, dois trabalhos concluíram que o programa não produziu impacto sobre a insegurança alimentar, enquanto os outros dois trabalhos identificaram que o programa foi promissor no consumo alimentar dos beneficiários, ou seja, que tal intervenção mostrou-se emergente no combate à fome.

Os únicos trabalhos encontrados, respectivamente, sobre *Plan de Atención Nacional a La Emergencia Social* e outro sobre o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), apontaram a queda no índice de insegurança alimentar provocado pela atuação de tais intervenções. O único estudo encontrado nessa revisão sobre *Programa de Apoyo Alimentario*, desenvolvido no Peru, não alterou o índice de insegurança alimentar. O trabalho incluído na revisão demonstrou que os Comedores Populares no Peru apresentaram um efeito negativo sobre a insegurança alimentar. Apenas dois estudos foram incluídos nesta revisão (Bandoni *et al.*, 2010; Branquinho *et al.*, 2015), que avaliaram as unidades de Cozinhas Comunitárias no Brasil, os quais concluíram que a medida não provocou impacto no consumo alimentar. Em razão dos dois estudos disponíveis sobre Restaurantes Subsidiados pelo Governo no Brasil, o restaurante popular foi classificado como promissor para a contribuição do consumo alimentar da população. Os resultados encontrados no trabalho de Oliveira, Batalha e Pettan (2017) apontaram que a intervenção foi promissora para aumento da renda dos beneficiários da intervenção.

O governo mexicano implementou a Cruzada Nacional contra a Fome (CNcF) (tradução nossa de *Cruzada contra el Hambre*), com o intuito de salvaguardar a segurança alimentar e nutricional e estabelecer o direito à alimentação, como uma estratégia

nacional de inclusão e bem-estar social dos mexicanos. O compromisso de combater a pobreza alimentar abarcou metas que passaram a fazer parte de um projeto de ajuda alimentar ao incluir a erradicação da fome baseada na má alimentação, o fornecimento do acesso nutricional adequado às pessoas em extrema pobreza e sem acesso a alimentos, a mitigação da desnutrição aguda infantil – com melhorias nos indicadores de peso e altura das crianças –, o investimento na produção de alimentos e aumento da renda dos agricultores e pequenos produtores agrícolas, a minimização de todas as perdas na pós-colheita durante o armazenamento, transporte, distribuição e comercialização, além da promoção do engajamento comunitário para erradicação da fome (Sedesol, 2013).

Desde 2013, a CNcF ampliou sua cobertura de ajuda alimentar ao emitir cartões de apoio para um segmento da população em extrema pobreza e não beneficiário do Programa Oportunidades. Além disso, tornou-se mais uma ferramenta para combater a desnutrição infantil, bem como mostrou-se como um complemento necessário para aqueles indivíduos que viviam em áreas onde os serviços de educação, saúde e nutrição não tinham capacidade de atendimento. Tal estratégia incluiu descontos especiais nos preços de produtos da cesta básica, selecionadas pelo Instituto Nacional de Nutrição, cuja prática de consumo garantiu uma alimentação adequada aos beneficiários (Vázquez Pérez; Ayala Ortiz, 2014).

Segundo Yashine, Ochoa e Hernández (2016), o Programa CNcH foi uma estratégia cuja intervenção baseou-se na coordenação de planos ou ações entre diferentes órgãos governamentais, em torno de um determinado espaço territorial. A primeira questão a ser enfrentada pelo programa foi a insegurança alimentar e a desnutrição num grupo formado por membros familiares, cuja renda e características socioeconômicas não podiam ultrapassar o valor definido pela Linha do Bem-Estar Mínimo⁹ (LBM) a critério da Coneval. Nessa situação, encaixavam-se os domicílios que não tinham renda suficiente para adquirir uma cesta básica ou para realizar investimentos com o atendimento das necessidades básicas, embora não pudessem somar transferências de renda de outros programas governamentais.

O *World Food Programme* (2019) – WFP, Colômbia, Equador e Haiti – foi uma organização de ajuda humanitária do mundo comprometida em alcançar a fome zero até 2030. O WFP representou a primeira entidade a chegar em tempos de emergência, fornecer alimentos e outras assistências às vítimas de conflitos, secas, inundações,

⁹ Aquelas famílias que não possuem renda insuficiente para adquirir a cesta básica, sem acrescentar à renda as transferências de outros programas governamentais.

terremotos, furacões, quebras de safra e epidemias. O WFP administrou emergências complexas em que as comunidades estavam famintas, desabrigadas ou sem qualquer fonte de renda. As intervenções foram coordenadas conforme o alcance de grandes emergências em nome da comunidade de ajuda humanitária em geral. Parte do trabalho do *World Food Programme* ocorreu em países afetados por conflitos, onde as populações tiveram três vezes mais chances de serem desnutridas em comparação a qualquer outro país.

As Cozinhas Comunitárias constituem-se num projeto implementado no Brasil pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), e sua atuação costuma ser realizada por organizações comunitárias, que aderem a programas municipais de geração de emprego e renda (Brasil, 2006c). O Programa de Incentivo à Instalação de Cozinhas Comunitárias fez parte de uma série de ações governamentais que contemplavam a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, para impulsionar e apoiar a implantação de pequenas unidades de produção de refeições. O programa dispôs-se a construir redes de proteção alimentar para pessoas vulneráveis à fome, a partir de estratégias para ampliar a oferta de refeições nutricionalmente balanceadas e inclusão social produtiva para trabalhadores formais e informais de baixa renda, desempregados, estudantes e idosos (Hartz, 1997; Bandoni *et al.*, 2010).

A ideia central do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi promover a renda local e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), aliando produção e consumo de alimentos. O programa desempenhou um papel importante no surgimento e no fortalecimento do mercado institucional das compras governamentais de produtos da agricultura familiar no Brasil. Além disso, a diversificação da produção e aumento da produtividade, em consequência, ajudou auxiliar na comercialização de produtos da agricultura familiar, para atender às necessidades das famílias rurais por meio do acesso em quantidade, qualidade e regularidade de alimentos (Delgado; Conceição; Oliveira, 2006; Deves; Rambo, 2013).

Segundo Mielitz (2014), o programa contou com o Estado no setor de compras (comercialização), criou vínculos entre os agricultores familiares (produtores) e com aqueles que estavam em situação de vulnerabilidade nutricional (consumidores), em que a responsabilidade alimentar recaiu sobre o setor público. Conforme Campos e Bianchini (2014) cada modelo implementado de PAA teve objetivos traçados de modos diferentes, como o de construir reservas de alimentos para responder às emergências alimentares, apoiar a construção de estoques pelos próprios agricultores, reabastecer suprimentos da

extensa rede de equipamentos públicos de alimentação e nutrição, comprar sementes crioulas, entre outros.

A estratégia do PAA pode ser vista como uma iniciativa revolucionária na história do Brasil, que não existia nesses moldes em nenhum lugar do mundo, pois combinou atividades desenvolvidas na política agrícola com ações de segurança alimentar e nutricional direcionadas à população. As iniciativas existentes concentravam-se em projetos-piloto, desarticulados e sem escala. Devido à simplificação do acesso, facilitou-se a compra de alimentos da agricultura familiar para grupos vulneráveis. Antes do PAA, a única iniciativa isolada era a compra de produtos da agricultura familiar no contexto da alimentação escolar (Grisa, 2012; Campos; Bianchini, 2014).

No Brasil, os Restaurantes Subsidiados pelo Governo (RGS), ou restaurantes populares, foram criados na década de 1930 para apoiar os contribuintes da previdência social. Apenas em 2003, o RSG foi incluído no Programa Nacional Fome Zero (Padrão; Aguiar, 2018). A recomendação do Ministério era de promover o acesso adequado aos alimentos para as populações urbanas, com prioridade destinada aos grupos vulneráveis em situação de insegurança alimentar. De acordo com os requisitos estabelecidos, os restaurantes tinham capacidade de oferecer pelo menos mil refeições por dia (Brasil, 2017).

Desde 2006, com a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), alguns programas comunitários de alimentação e nutrição, como os restaurantes populares e bancos de alimentos, tornaram-se uma estratégia-chave de conformidade dos direitos humanos na alimentação adequada (DHAA). Assim, o RSG brasileiro não foi uma estratégia isolada; ao contrário, fez parte de uma complexa e abrangente política pública que integrou a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) (Brasil, 2015). O Restaurante Popular tinha como intuito aumentar a oferta de refeições saudáveis, a preços acessíveis para pessoas em situação de insegurança alimentar e com baixo poder aquisitivo, além de serem espaços polivalentes para atividades de desenvolvimento social, geração de trabalho e renda e emancipação da cidadania (Brasil, 2004).

De acordo com Padrão e Aguiar (2018), os restaurantes populares tornaram-se uma política pública social e universal, cuja intervenção não estigmatizava, discriminava ou classificava os beneficiários entre os mais ou menos pobres. A contribuição eficaz desses restaurantes esteve em mitigar a situação fome, porque atenderam a uma necessidade urgente e chegaram aos segmentos mais vulneráveis da população, que

necessitavam ser atendidos em tempo hábil, embora esse reconhecimento não tenha alterado a vulnerabilidade dos beneficiários.

O benefício fornecido pelo *Programa de Apoyo Alimentario* do Peru seguiu a dinâmica de fornecimento de dinheiro em períodos bimestrais, atendendo de modo individual às beneficiárias. Sua função era cumprir o propósito da alimentação, designando 310 pesos mensais por família para ajudar a melhorar a quantidade, qualidade e diversidade da sua dieta, procurando também elevar o estado nutricional. Nesse sentido, também havia o Refeição Viva Melhor, que concedia US\$ 130 pesos por mês por família e destinava-se a compensar as famílias beneficiárias pelo efeito do aumento internacional dos preços dos alimentos. Junto do programa Crianças Vivam Melhor, que atribuiu \$ 115 pesos por mês a cada criança na faixa etária do zero aos nove anos (PAL, 2014).

No Uruguai, as agências estiveram desenvolvendo políticas públicas voltadas à insegurança alimentar por intermédio *Ministerio del Desarrollo Social* e o *Ministerio del Trabajo y Seguridad Social*, ao qual esteve ligado o *Instituto Nacional de Alimentación* (INDA). Tais segmentos institucionais foram responsáveis pelo acesso à alimentação adequada e pela promoção da agricultura familiar. No entanto, torna-se importante salientar que, no período de 2005 a 2007, foi elaborado o *Plan de Atención Nacional a La Emergencia Social* (PANES) desenvolvido para pessoas e famílias que viviam em extrema pobreza, o qual foi responsável por combater as causas profundas da pobreza rural, desempenhando um papel nos serviços de assistência técnica, social e financeira (Alvarez, 2009).

Conforme Martinelli e Morilas (2013), o programa buscou atender às necessidades básicas dos setores mais vulneráveis da sociedade e construir caminhos para a população afastar-se da indigência. As principais áreas de intervenção do PANES foram alimentação, saúde, habitação, emprego e educação. Na intervenção a favor da segurança alimentar, o PANES englobou o Programa Alimentar Nacional (PAN) que ajudou os grupos familiares com a doação de alimentos não perecíveis e leite em pó. Também fez parceria com o Sistema Nacional de Refeições, que prestava assistência alimentar por meio do serviço de almoço diário e, por fim, esteve associado ao Centro de Atenção à Infância e à Família (CAIF), como uma iniciativa conjunta do Estado com organizações da sociedade civil e municípios para proteger e garantir direitos das crianças menores de três anos de idade.

Os programas de ajuda alimentar desempenham um papel duplo ao ajudar as pessoas de baixa renda a obter alimentos com menores preços ao mesmo tempo em que

tentam melhorar a qualidade nutricional com oferecimento de refeições. As mulheres em situação de vulnerabilidade criaram os comedores populares em 1978 para lidar com a crescente pobreza do país. Os comedores populares, no Peru (cozinhas comunitárias), passaram a fornecer refeições subsidiadas para pessoas de baixa renda, através do Programa de Nutrição e Desenvolvimento Econômico, o qual se tornou um dos principais fornecedores de alimentos para famílias vulneráveis (Benavides, 2005).

De acordo com Buttorff *et al.* (2015), os comedores recebiam alimentos básicos como arroz, trigo, feijão e óleo de fontes externas – o restante de ingredientes incluindo carne fresca, peixe e legumes, que eram adquiridos com fontes próprias das cozinhas. Os membros dos comedores revezavam-se no preparo das refeições de forma voluntária, por isso recebiam assistência técnica na forma de subsídios e treinamento, muitas vezes em áreas como nutrição, saúde infantil, saúde reprodutiva, artesanato, gestão e liderança feminina.

6.4.1.1 Impacto das intervenções de ajuda alimentar sobre a desnutrição

Os estudos de Reynoso, Salazar e Esquer (2016) e Quezada-Sánchez *et al.* (2020), incluídos nesta revisão, demonstraram que a *Cruzada contra el Hambre* adotada por municípios do México não alterou o índice de desnutrição da população, por isso foi classificada como uma intervenção limitada no combate à fome. O artigo de Reynoso, Salazar e Esquer (2016) teve como objetivo testar por meio de um estudo quase experimental a cobertura do *Programa Cruzada contra el Hambre* na alocação e incidência sobre a população pobre para lidar com a crise alimentar no México. A estimativa do total de domicílios em situação de pobreza alimentar foi feita com base nos anos de 2010 e 2012, considerando aqueles que possuem crianças até nove anos de idade, que receberam ou não o apoio do programa, consistindo, respectivamente, nos grupos de tratamento e de controle. As maiores e piores taxas da pobreza em ambos os grupos aumentaram em apenas dois anos nas famílias com crianças. Houve um efeito positivo, mas modesto, na altura dos pré-escolares, apenas para o grupo que recebeu o benefício. A alimentação do grupo tratado foi de 2.142,04 Kcal e do grupo controle de 1.932 Kcal, valores que representam, respectivamente, 97,4% e 87,8% da recomendação (2002 Kcal). Já a melhora nas condições de alimentação foi de 9,5% nas famílias beneficiárias, em nenhum dos grupos atingindo 100%. Essa mudança dramática na pobreza alimentar em sua maior intensidade deve-se em grande parte à inflação acima da média nos preços dos alimentos, aumento que superou o efeito positivo no valor da transferência dos incluídos

pela *Cruzada contra el Hambre*, para o ano de 2012. Os autores observaram que, em apenas dois anos, aumentou-se o fosso alimentar entre os agregados familiares beneficiários e os não beneficiários do programa. Essa pesquisa demonstrou que a principal dificuldade para a *Cruzada contra el Hambre* tornar-se eficiente foi a falta de cobertura total da população em situação de fome. Isso se deve, por um lado, à dispersão geográfica que o programa enfrentou e por outro, ao contexto de insuficiência alimentar no país, que se refletiu no aumento do preço dos alimentos básicos na crise de 2009.

Por meio do estudo de delineamento experimental, Quezada-Sánchez *et al.* (2020) estimaram a prevalência de desnutrição urbana em populações em idade pré-escolar (menores de cinco anos) no México, considerando o efeito da cobertura do programa *Cruzada contra el Hambre* (CHcH). No estudo, foi determinado o grupo controle – a população não beneficiada pelo programa – e o grupo tratado, formado pela população assistida pela *Cruzada contra el Hambre*. A pesquisa foi desenvolvida na Cidade do México, com um público de 9.441 crianças menores de cinco anos durante o período 2010-2012, com base nos dados da Pesquisa Nacional de Saúde e Nutrição (ENSANUT), de 2012. Nesse caso, os resultados da pesquisa chamaram atenção para discrepância entre os valores que representaram a baixa de estatura, ao variar de 7,8% (IC 95%: 5,9-8,9) a 64,2% (49,2-72,5); as crianças de baixo peso estiveram de 0,6% (0,005-1,7) a 22,2% (13,5-34,9) a nível municipal. Do total de 554 municípios com prevalência estimada de baixa estatura superior a 25%, 275 municípios (49,6%) eram cobertos pelo CNcH; dos 31 municípios com prevalência de baixo peso superior a 10%, 17 municípios (54,8%) eram cobertos pelo CNcH. Por outro lado, verificou-se que o CNcH abrangia 145 municípios (36,2%) dos 401 municípios com prevalência estimada de baixa estatura inferior a 12,5%, e 79 municípios (38,2%) dos 207 com prevalência estimada de baixo peso abaixo de 2%. Na pesquisa, foi constatado que cerca de metade dos municípios com maior prevalência de baixa estatura (> 25%) ou baixo peso (> 10%) (que representa a desnutrição) não eram cobertos pelo *Programa Cruzada contra el Hambre*. Além disso, verificou-se que cerca de um terço dos municípios com as menores prevalências estimadas de baixa estatura e peso eram cobertos pelo CNcH. Com as estimativas feitas, foram documentadas grandes diferenças na prevalência de desnutrição em nível municipal, dada a alta prevalência de desnutrição no México, que culminou na intervenção sem efeitos na desnutrição.

6.4.1.2 Impacto das intervenções de ajuda alimentar sobre a insegurança alimentar

Por meio da avaliação, foi constatado que o *Plan de Atención Nacional a la Emergencia Social* provocou uma redução significativa dos valores de insegurança alimentar, sendo a intervenção classificada como promissora para combate à fome. A pretensão do estudo desenvolvido por Rossi *et al.* (2017), foi avaliar a estrutura fatorial da escala e examinar o impacto com delineamento quase experimental do *Plan de Atención Nacional a la Emergencia Social* em cada dimensão identificada na insegurança alimentar (leve, moderada ou severa) em Montevideu, no Uruguai. A pesquisa contou com uma amostra de 742 domicílios, e comparou as famílias em insegurança alimentar que tinham crianças com o grupo que não tinha crianças menores de 18 anos. Esse tamanho de amostra permitiu que a proporção da população fosse estimada com uma precisão de +/- 3,5 no nível de confiança de 95%. A Escala de Segurança Alimentar Familiar da América Latina e do Caribe (ELCSA) indicou que 69,5% (64,5-74,2) das famílias sem filhos menores de 18 anos estavam em condições de segurança alimentar, e 49,9% (43,7-56,2) das famílias com crianças menores de 18 anos encontravam-se na mesma condição. Ao considerar esses resultados, a porcentagem de pessoas em situação de segurança alimentar em Montevideu pode ser estimada em 60,8% (56,8-64,7). Os itens relacionados a aspectos menos graves de insegurança alimentar e com a falta de alimentos apresentaram maior porcentagem que os itens associados à insegurança alimentar grave (por exemplo, uma criança de 18 anos sentiu fome, mas não conseguia comer). Os itens relacionados a crianças tenderam a ter uma porcentagem menor de respostas afirmativas do que itens relacionados a adultos com relação a fome. O item relacionado “a sentir fome mas não conseguir para comer” foi de 11,2 para adultos e 5,2 para menores de 18 anos. A insegurança alimentar desse público foi estimada em 39%, com seu correspondente intervalo de confiança de 95%, o que indica que a insegurança alimentar ainda permaneceu como um problema evidente na população do Uruguai, ou seja, a intervenção não apresentou efeito elevado sobre o desfecho.

Dos dois estudos incluídos na revisão, Figueiredo Salgado *et al.* (2017) e Camargo Almeida *et al.* (2018) entenderam que a ajuda alimentar oferecida pelo Programa de Aquisição de Alimentos contribuiu para a queda dos índices de insegurança alimentar e, por isso, a intervenção foi classificada como promissora para combater a fome. Figueiredo Salgado *et al.* (2017) buscaram avaliar a eficácia do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) utilizando um quase-experimento, para classificar os municípios brasileiros de acordo ao nível de propensão à execução da intervenção no combate à insegurança alimentar. Para tal objetivo, utilizou-se uma base comparativa com os

municípios que não tinham propensão (grupo controle), daqueles municípios brasileiros que tinham propensão (tratamento) a executar o programa. Para tanto, foram desenvolvidos dois indicadores, compostos por sete variáveis, que refletiam tanto a propensão da população local à insegurança alimentar, quanto a necessidade de acesso ao mercado pelos agricultores familiares locais, para depois estimar o nível de cobertura do programa nas Regiões do Brasil. Em 2013, foram analisados dados de 5.565 municípios brasileiros, aproximadamente 20% (1.089) participavam do programa, desses municípios verificou-se uma taxa de focalização de 58% (641 municípios), ou seja, a maioria dos agricultores familiares e da população em situação de insegurança alimentar beneficiados pelo PAA estavam em municípios que apresentavam demanda real de suas ações, classificados nos grupos de municípios demandantes e muito demandantes. Essas constatações foram obtidas através da comparação percentual entre os municípios que participaram do programa e o percentual não participante em cada agrupamento para todos os municípios do Brasil. Os municípios que foram classificados como pouco ou nada demandantes apresentaram expressiva taxa de cobertura, de em média 13,5%, evidenciando que parte considerável dos recursos do PAA estava sendo direcionada para municípios com menor propensão à execução do programa. Trata-se de um número bastante elevado, pois aproximadamente 40% dos municípios que executaram o programa em 2013 foram classificados nestes agrupamentos. O grupo com maior necessidade das atividades do programa foram os municípios com alta presença da agricultura familiar, baixos incentivos econômicos e altos riscos de segurança alimentar, principalmente nas áreas rurais, nas regiões Nordeste e Norte do Brasil.

O objetivo do trabalho de Camargo Almeida *et al.* (2018), foi desenvolver uma avaliação da efetividade do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na perspectiva da segurança alimentar e nutricional, numa pesquisa com delineamento experimental que teve como padrão de análise agricultores familiares na comunidade em Araraquara/São Paulo. O levantamento do estudo foi realizado em 2015 com 63 famílias distribuídas em três projetos de assentamentos rurais. O PAA teve grande influência tanto na produção quanto na comercialização destinada ao programa. Os produtores que diversificavam a produção através do programa concentraram-se principalmente no autoconsumo (91,3%), bem como nos mercados institucionais e tradicionais (50%). Entretanto, entre os agricultores que diversificavam sua produção, 45,65% apresentaram insegurança alimentar leve. Os resultados também mostraram que 27,3% dos participantes do PAA do município de Araraquara encontravam-se com insegurança alimentar leve a moderada,

e 22,7% do mesmo público estava com insegurança alimentar alta ou muito alta. Sendo assim, isso significou que 73% dos agricultores que acessaram regularmente o PAA demonstraram taxas moderadas ou altas de insegurança alimentar, e 93% daqueles sem acesso ao programa apresentaram taxas moderadas ou baixas de insegurança alimentar. Os resultados mostraram a influência do PAA na segurança alimentar dos agricultores familiares no município de Araraquara, e esses dados apontaram que os esforços institucionais contribuíram para segurança alimentar nesta área rural.

Em relação a insegurança alimentar, o estudo de Vargas e Penny (2010), encontrou como resultado uma intervenção com impacto emergente sobre o desfecho e, por isso, a intervenção foi classificada como limitada para reduzir os índices de fome. Com um estudo quase-experimental¹⁰, Vargas e Penny (2010) tiveram como objetivo medir e fornecer evidências sobre a relevância, eficiência, eficácia e sustentabilidade do *Programa Apoyo Alimentario* ao combate à fome entre famílias de cinco comunidades em três regiões do Peru – Lima (litoral), Ayacucho (planalto andino) e San Martín (bacia amazônica). A pesquisa foi realizada com dados de 300 domicílios beneficiários do programa que atenderam aos critérios de seleção (pobres ou não pobres com pelo menos uma criança menor de 12 anos beneficiários) em 2002. Mais de dois terços da amostra apresentaram dificuldades em fornecer comida em casa pelo menos uma vez nos últimos 12 meses, e as preocupações com a disponibilidade e acesso aos alimentos foram comuns nas três áreas de estudo, sendo que os fatores causais variavam entre os locais. Em cada 10 beneficiados inscritos no Programa *Apoyo Alimentario*, um apresentou insegurança alimentar em estado grave, ou ainda mais de um relataram que um adulto da casa passou fome pelo menos uma vez nos últimos 12 meses. A proporção de domicílios no grupo 'com segurança alimentar' foi semelhante nas três regiões do Peru. No entanto, mais famílias de Lima relataram 'insegurança alimentar com fome severa', em comparação com as de Ayacucho e San Martín no Peru. Sendo assim, os resultados do efeito do programa mostraram um padrão semelhante de gravidade da insegurança alimentar entre os grupos quando analisados por variáveis independentes como propriedade, tamanho da família e uso de cozinhas comunitárias selecionadas consideradas proxies de status socioeconômico e pobreza. Os domicílios de Lima tinham os piores padrões de acesso,

¹⁰ Item 1: Delineamento de série temporal descontínua, isto é, em cada caso, com um tratamento de caso único ou contínuo, a virtude dos delineamentos de série temporal é que você pode examinar a tendência dos dados antes do tratamento, no momento da intervenção e após o tratamento (Sellitz; Wrightsman; Cook, 1976).

disponibilidade e/ou consumo de alimentos. O estudo destacou a possibilidade de que a segurança alimentar na cidade foi a mais precária do que em outras regiões do país.

Em relação a ajuda alimentar oferecida pela *Cruzada contra el Hambre*, os resultados dos trabalhos de Morales Ruán *et al.* (2018) e Aguilar-Estrada *et al.* (2019) mostraram-se emergentes com relação à insegurança alimentar. Os dados apontados pelos trabalhos revelaram uma intervenção limitada para o combate à fome. Os autores Morales Ruán *et al.* (2018) buscaram comparar a diversidade alimentar de mulheres que se beneficiaram – e das que não se beneficiaram – do Programa de *Apoyo Alimentario*, designação da *Cruzada contra el Hambre*, e sua associação com a insegurança alimentar domiciliar em estudo de delineamento experimental em 14 Estados da República Mexicana, onde foi implementado o programa (Baja California, Baja California Sur, Chiapas, Chihuahua, Guanajuato, Guerrero, Jalisco, México, Michoacán, Oaxaca, Querétaro, Quintana Roo, Tamaulipas e Veracruz). Em 2014, uma amostra nacional com 520 pessoas foi distribuída em dois grupos, em que 243 mulheres pertenciam ao PAL *efectivo* através de transferências monetárias em cartão destinado exclusivamente à compra de alimentos, e 277 mulheres do PAL sem fome incluindo as famílias em situação de pobreza alimentar. Para a interpretação do modelo foram considerados significativos os termos denominados efeitos principais com significância de 5% ($p \leq 0,05$) e da interação com significância de 10% ($p \leq 0,10$). A diferença não foi significativa para os níveis mais elevados de insegurança alimentar e a maior taxa de insegurança alimentar aguda observados entre as mulheres da amostra. Não houve diferenças significativas entre os grupos de estudo em termos de nível socioeconômico, tipo de local, escola e índice de diversidade alimentar. Nesse sentido, mais de 55% da amostra nessa análise, independentemente da dieta PAL a que pertenceram, foram famílias que conviveram com insegurança alimentar moderada a grave, embora uma pequena proporção tenha sido baseada em mulheres que seguiram a dieta PAL efetivo.

Aguilar-Estrada *et al.* (2019), mediram a segurança alimentar de famílias participantes do Cruzada Contra *el Hambre* no México com dados disponíveis de 2016. O estudo de delineamento quase-experimental obteve resultados que mostraram 78% dos domicílios no México tiveram problemas com alguns dos indicadores analisados, mas a situação foi pior em 15% dos domicílios, nos quais foi encontrada uma medida comum dos critérios especificados no método. Em outras palavras, 7,4 milhões de domicílios no México (22%) viviam sem problemas aparentes de abastecimento de alimentos, renda, gastos, estabilidade e qualidade da dieta; 25,7 milhões (78%) tiveram problemas em uma

dessas áreas e 4,8 milhões (15%) estavam em situação grave de insegurança alimentar. Com relação aos resultados sobre insegurança alimentar, mostraram que 42% das famílias mexicanas estavam preocupadas com a escassez de alimentos. Esse indicador sobe para 60% em algumas entidades do México e onde deveriam ser priorizados os programas de combate à pobreza alimentar. De qualquer forma, o número nacional de quatro em cada dez famílias mexicanas preocupadas com a disponibilidade de alimentos passava ser um problema grave. Da mesma forma, mostrou-se que o nível de insegurança alimentar pode ser entendido como períodos recorrentes de fome dadas as condições dos domicílios de todas as dimensões analisadas, situação que só foi generalizada em entidades como Oaxaca, Chiapas ou Guerrero. Os autores concluíram que o país não viveu uma emergência em termos de fome, por isso não necessitava de políticas públicas generalizadas como a Cruzada Contra *el Hambre*.

A revisão incluiu dois estudos que avaliaram o impacto do *World Food Programme* sobre insegurança alimentar, sendo que o artigo de Echevin (2011) e Herrán e Patiño (2015) apontaram que o programa provocou uma limitada redução nos índices de insegurança alimentar e, por isso, a intervenção foi classificada como emergente para reduzir a fome. O trabalho publicado de Echevin (2011) examinou a dinâmica da pobreza que abrangeu os beneficiários do *World Food Programme*, numa pesquisa com delineamento quase-experimental¹¹ no Haiti. Uma pesquisa orientada para a segurança alimentar pós-terremoto foi realizada em junho de 2010 pelo CNSA com 1.901 domicílios, localizados nas áreas do desastre (acampamentos e não acampamentos), bem como em algumas áreas não diretamente afetadas. Em uma pesquisa de 2007, a Análise Abrangente de Segurança e Vulnerabilidade Alimentar foi realizada antes da alta da inflação em 2014 com 3.000 residentes rurais. Em 2007, 5,9% dos domicílios em áreas rurais experimentaram insegurança alimentar grave, em que 19,1% deles sofreram um menor grau de insegurança alimentar. No total, 25% dessas famílias estavam em insegurança alimentar em outubro de 2007, ou seja, antes da explosão de preços no Haiti. As estratégias do *World Food Programme* afetaram os pobres e os menos pobres de forma diferente, pois as estratégias de restrição alimentar afetaram 45% das famílias rurais pobres, que já diziam que costumavam reduzir os números alimentos ou refeições nos domicílios.

¹¹ Item 2: Desenho com grupo de controle não equivalente, ou seja, nos grupos em que não houve aleatorização, se torna fundamental buscar um grupo controle mais parecido possível com grupo experimental, sendo possível aplicar quando não ocorreu pré-teste do programa (Cano, 2006).

Os autores Herrán e Patiño (2015) analisaram através de um quase-experimento a situação de deslocamento forçado de pessoas incluídos ou não no *Registro Único de Población Desplazada* (RUDP) na região metropolitana de Bucaramanga, Santander, Colômbia. A amostra da pesquisa foi composta por 272 chefes de família ou responsáveis em situação de deslocamento forçado, sendo que 248 pessoas eram cadastradas no RUDP como beneficiários do *World Food Programme* (WFP). Das 272 famílias pesquisadas, 28,3% foram deslocadas antes de 1999, os 71,7% restantes entre 2000 e 2010, 66% dos deslocamentos ocorreram da zona rural e 21,0% das capitais municipais, 91,2% estavam cadastrados no RUDP no momento da pesquisa. Em diferentes situações alimentares 33,5% dos indivíduos haviam consumido menos alimentos do que gostariam, porque a comida não era suficiente para todos os membros da família. Por outro lado, 24,6% não consumiram pelo menos uma refeição diária por falta de dinheiro ou alimento. O percentual do não consumo das três refeições de algum agregado familiar aproximava da taxa da insegurança alimentar de 63,6%, sendo que 43,4% das famílias receberam auxílio. Como resultado, a insegurança alimentar da população deslocada aumentou de 2007 a 2010 em 9,5% para a população cadastrada no RUPD. A insegurança alimentar atingiu 95% das famílias mesmo após três anos vivendo em condições de deslocamento forçado na Região Metropolitana de Bucaramanga, sendo a alimentação de baixa qualidade e a baixa renda familiar suas principais causas. No que diz respeito ao direito à alimentação, numa amostra de 91,2% estarem inscritos na RUPD, essa condição não se traduz em vantagens relativas sobre os não inscritos na insegurança alimentar.

A intervenção estudada por Bento *et al.* (2016), foi classificada como emergente em relação à insegurança alimentar, portanto foi classificada como limitada para combater a fome. Os autores tiveram como objetivo avaliar os Restaurantes Subsidiados pelo Governo (RSG) com base em um estudo quase-experimental¹² em Belo Horizonte/MG. Os dados analisados foram do período de setembro de 2009 a fevereiro de 2011, com uma amostra de 1.656 indivíduos. Os estágios dos indivíduos mais prevalentes foram pré-contemplação e manutenção das refeições nos estabelecimentos da amostra, observando-se, porém, diferenças quanto às frequências de usuários nos diferentes estágios entre os estabelecimentos ($p = 0,003$). Ao comparar as referidas fases dos usuários, por estabelecimento, verificou-se que houve diferença estatisticamente significativa ($p = 0,001$). Nos restaurantes RPI e RPIII houve maior prevalência de

¹² *Idem* ao item 1.

usuários classificados na fase de pré-ação. Já nos restaurantes RPII, RPIV e refeitório RPV, houve maior prevalência de usuários classificados na fase de ação. Quanto às fases de mudança de comportamento do modelo transitório, observou-se que uma maior proporção de usuários dos restaurantes populares concentrava-se na fase de ação, sendo a maioria no estágio de manutenção. Assim, os restaurantes tornam-se fundamentais para a garantia de impacto nas ações de promoção a hábitos alimentares saudáveis.

O estudo de Bandoni *et al.* (2010) avaliou o impacto da implantação de Programa Cozinhas Comunitárias nos municípios brasileiros, como efeito emergente sobre insegurança alimentar; dessa forma, tal intervenção não foi avaliada para combate à fome. Por meio de um estudo de delineamento quase-experimental, os pesquisadores tiveram como objetivo comparar a atuação do Programa Cozinhas Comunitárias nos Estados brasileiros. O levantamento do estudo foi realizado em 327 cozinhas comunitárias; desse total, apenas 144 cozinhas estavam em funcionamento, sendo que as demais estavam em fase de implementação (n = 177), distribuídas nas regiões do Brasil entre 2003 a 2005. Para os autores não houve como negar a possibilidade de existirem populações vulneráveis à fome em estados com cozinhas comunitárias; entretanto, os Estados com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) não haviam implementado as cozinhas comunitárias em suas comunidades até o momento da realização da pesquisa. Das cozinhas em funcionamento, 77,5% dos estabelecimentos estavam oferecendo refeição regular (n = 86) e 22,5% das cozinhas não ofereciam refeição regular (n = 25). O valor nutricional das refeições mostrou que, em média, as refeições oferecidas pelas CC (grupo tratamento) supriam mais da metade das necessidades calóricas estipuladas para um indivíduo adulto (cerca de 2.000 Kcal). A oferta calórica média superior a 1.000 Kcal pode ser justificada pelo perfil dos usuários que o projeto procurou atender, de população mais pobre em situação de insegurança alimentar. No caso do grupo controle, nas cozinhas que não ofereciam refeições, mas apenas cursos, havia um número baixo de beneficiários por cozinha e dependia-se de projetos financiados por outras entidades, por isso permaneciam inoperantes, e as cozinhas estiveram fortemente concentradas nos Estados mais ricos do país.

6.4.1.3 Impacto das intervenções de ajuda alimentar sobre a emaciação

Aguilar-Estrada e Santiago Cruz (2017) observaram que a emaciação não apresentou queda em decorrência do impacto da *Cruzada contra el Hambre*. Dessa

maneira, pode ser classificado como não avaliada para combate à fome. Ao utilizar um estudo quase experimental, os autores analisaram a eficiência da *Cruzada contra el Hambre* para atender às necessidades destinadas a tratar a emaciação no México. Os dados foram retirados de módulo de condições socioeconômicas do Inquérito Nacional de Rendimentos e Despesas dos Agregados Familiares (MCS-ENIGH 2012), elaborado pelo Instituto Nacional de Estatística e Geografía (INEGI, 2014), realizado no período de 27 de agosto a 21 de novembro de 2012, e apresentou resultados em nível nacional, com cortes urbanos e rurais em cada Estado, fornecendo informações completas sobre 57.274 domicílios mexicanos. Os domicílios foram divididos em grupos sendo o grupo I tinha emprego na agricultura e os benefícios do programa, mas sofria com problemas de abastecimento de alimentos, enquanto o grupo II foram os domicílios em que não se contava com apoio do programa e que sofreram contratempos com acesso a alimentos. A principal diferença entre esses grupos foi que o primeiro grupo incluiu os mais marginalizados nas áreas rurais, onde as únicas possibilidades de renda eram o trabalho agrícola independente e o acesso a programas governamentais. Nesses municípios, tornou-se mais urgente enfrentar a prevalência da fome, e, neles, a CNcH enfatizou os objetivos de eliminar a emaciação, aumentar a renda dos camponeses e pequenos produtores agrícolas. No segundo grupo, em que o trabalho agrícola independente não assumia tanta importância, foi mais evidente a necessidade de aumentar a produção e disponibilidade de alimentos, bem como aproveitar a maior diversificação de rendimentos para promover a participação da comunidade. Com isso, os autores concluíram que a heterogeneidade do público impactou no efeito da *Cruzada contra el Hambre*, que visou especialmente à redução da pobreza a alimentar, não demonstrando efeito na emaciação.

6.4.1.4 Impacto das intervenções de ajuda alimentar sobre o consumo alimentar

O efeito dos Restaurantes Populares no Brasil e no Peru sobre os índices de fome demonstrou que a implantação dos programas propiciou um elevado aumento no consumo alimentar nas cidades em que foi implantado cada intervenção. Pelo fato de não ser possível diferenciar o impacto entre as duas intervenções, foram mantidas as duas intervenções conjuntas, classificando-as como promissoras para combater a fome. O propósito de Gobato, Panigassi e Villalba (2010) foi examinar a atuação do Programa

restaurante popular em um estudo de quase-experimental¹³ aplicado aos usuários antes e depois da implantação do Restaurante Bom Prato, do município de Campinas. O estudo foi composto por 129 comensais do restaurante, de agosto a setembro de 2008, na cidade de Campinas. Uma parte da amostra de 43,4% frequentava o restaurante Bom Prato duas a três vezes na semana, e 23,3% frequentam diariamente. Antes da implantação do restaurante, 19,4% consumiam prato feito, 41,9% almoçavam em casa, 23,3% comiam lanche rápido e 5,4% levavam marmita de casa. Para 84,5% dos beneficiários, essa não era a única refeição do dia e realizam o jantar no restaurante; já para 21,7% da amostra, a quantidade ingerida de alimentos durante o dia inteiro não era suficiente. Após a implantação do restaurante, obter uma refeição adequada para essa parte da população ficou mais fácil, tanto que 68,2% dos usuários almoçavam nesse estabelecimento pelo preço barato. Os autores do artigo concluíram que o Programa Restaurante Popular foi importante para a segurança alimentar e nutricional dos usuários, no caso do estabelecimento em questão, pois disponibilizava mais grupos de alimentos no almoço do que no jantar em casa, bem como do que no tipo de refeição realizada pelos usuários antes da abertura dos restaurantes.

Buttorff *et al.* (2015) avaliaram o efeito dos Comedores Populares (CP), subsidiados pelo governo, e que atenderam peruanos de baixa renda, em dois estabelecimentos em San Juan de Miraflores e dois locais em Cercado de Lima. Os dados coletados de 432 indivíduos foram aplicados em um estudo experimental em 2013, com a amostra distribuída em consumidores regulares dos comedores e moradores não usuários dos Comedores. A hipótese nula encontrada foi de que os grupos aderem aos CPs pelo comportamento saudável e por não ter os mesmos coeficientes foi rejeitada ($p \leq 0,0315$). Para os moradores nas proximidades, o nulo vale ($p \leq 0,811$) e, para os consumidores, o nulo foi rejeitado em ($p \leq 0,0003$). Um total de 50% da amostra utilizava os serviços oferecidos pelos comedores diariamente, com um número médio de 3,3% (DP: 1,8) porções consumidas pelos consumidores. Com base nos resultados da pesquisa, os comedores populares aumentaram sua utilidade, porque os consumidores valorizavam muito a comida, frequentavam quase todos os dias esses locais e costumavam comprar comida para outros membros da família. O preço foi o fator com maior importância relativa para a utilidade restaurante, em comparação entre os grupos estudados. Para os

¹³ Item 3: Delineamento de pré e pós-teste com grupo controle não equivalente: O delineamento pré e pós-teste com grupo controle não equivalente não inclui uma longa série de observações nem ao longo do tempo nem entre grupos (Selltiz; Wrightsman; Cook, 1976).

moradores que não realizam refeições nos comedores, a sua alimentação mostrou-se muito cara para os indivíduos de baixa renda, aumentando o potencial de impacto na nutrição e redução do consumo.

A Revisão localizou dois estudos Bohada, (2010) e Hidrobo *et al.* (2012), com pesquisa sobre o impacto da *World Food Programme* (WFP) em relação aos índices fome, os quais concluíram que o aumento do repasse para ajuda alimentar contribuiu para elevar o consumo alimentar. Por isso, essa intervenção foi classificada como promissora para combater a fome. Bohada (2010) avaliou, por meio de estudo experimental, o impacto do *World Food Programme* (WFP) na condição de vida de 600 pessoas – 307 para o grupo de tratamento e 293 para o grupo controle – em situação de deslocamento forçados das comunidades no ano de 2009 em Pasto e Nariño na Colômbia. O efeito do *World Food Programme* (WFP) não foi confirmado pelo *Propensity Score Matching* (PSM) e a análise foi complementada com indicadores de frequência de consumo e participação dos gastos com alimentação no custo total. Os agregados familiares do grupo tratamento apresentaram níveis de consumo mais elevados, devido ao fato de que a proporção de pessoas que tinham acesso a três ou mais porções alimentares por dia foi 7 pontos percentuais maior. Tais famílias atendidas recebiam transferências em dinheiro ou em espécie, que o governo destinava às áreas onde havia população deslocada. Para o segundo indicador, os agregados familiares com serviços gastavam uma proporção mais elevada das suas despesas na compra de alimentos. A despesa alimentar mediu a vulnerabilidade dos agregados familiares, uma vez que o aumento do consumo dependia em certa medida da ajuda alimentar, dessa forma parece haver evidências de que o impacto do *World Food Programme* (WFP) no estado nutricional das comunidades-alvo foi positivo.

Hidrobo *et al.* (2012) avaliaram com estudo de delineamento quase experimental, o impacto em relação ao custo-benefício de transferência de dinheiro direta, *vouchers* e transferências de alimentos fornecidos pelo *World Food Programme* (WFP) à população, em sete centros urbanos nas províncias de Carchi e Sucumbíos do Equador. A randomização foi realizada em duas etapas: primeiro, os bairros foram randomizados para o grupo de tratamento ou o grupo de controle; segundo, todo o tratamento *clusters* (unidades geográficas dentro de bairros) foi randomizado para dinheiro, vale-alimentação ou transferência de alimentos fornecidos pela intervenção. O *World Food Programme* acatou uma solicitação do governo do Equador, com isso ampliando sua assistência para atender às necessidades de segurança alimentar e nutricional dos refugiados colombianos

e apoiar sua integração nas comunidades equatorianas. Tal programa foi concebido como um estudo prospectivo de controle randomizado, que consistia em seis transferências mensais de dinheiro, entrega de *vouchers* ou transferências de alimentos para refugiados colombianos e famílias equatorianas pobres. Tanto Carchi quanto Sucumbíos localizam-se nas províncias fronteiriças do Norte, que receberam altos fluxos e tráfego transfronteiriço de refugiados colombianos. A avaliação do programa foi baseada em atribuição aleatória. Em particular, ser beneficiário do programa aumentava significativamente o valor do consumo alimentar familiar de US\$ 14,00 a US\$ 18,60, dependendo da opção de benefício de tratamento. O tamanho do impacto não foi significativamente diferente, e a alteração que ficou evidente foi o valor da transferência destinado ao consumo de alimentos entre os beneficiários do programa. Embora a quantidade de dinheiro gasto em alimentos tenha sido semelhante entre os benefícios de tratamento, os tipos de alimentos comprados podem diferir, particularmente quanto à quantidade de calorias consumidas conforme o resultado da transferência. Os resultados revelaram o impacto médio das transferências de alimentos, mas não forneceram nenhuma informação sobre como os diferentes braços de tratamento (benefícios oferecidos) tiveram impacto sobre as condições de consumo alimentar do público beneficiado do programa.

Apenas o estudo de Branquinho *et al.* (2015) analisou, e não encontrou, impacto da Cozinha Comunitária (CC) sobre o consumo alimentar; por isso, o seu impacto para combater a fome foi classificado como não avaliado. Os autores propuseram determinar o efeito da Cozinha Comunitária (CC) na clientela, através de um estudo quase-experimental¹⁴ em seis cozinhas localizadas em diferentes regiões administrativas (RAs) do Distrito Federal – Brasília. O tamanho mínimo da amostra obtido foi calculado em 246 comensais, ou seja, 41 indivíduos por unidade distribuídos em seis restaurantes no ano de 2009. Entre os participantes do estudo, o grupo de comensais foi dividido em “não eutrófico”, com 50,2% (n = 134) da população, e eutrófico, ou seja, abaixo do peso para idade, com 49,8% (n = 133). No total da amostra, 22% dos participantes não comeriam se não fossem aos restaurantes populares. Em ambos os grupos pesquisados, a maioria do público realizava em média quatro refeições diárias (DP = 1,1) e 77,5% almoçavam cinco

¹⁴ Item 4: Delineamento de série temporal múltipla: Este delineamento fornece informações idênticas sobre um segundo grupo ou sujeito, se tiver coincido com algum evento histórico e se os dois grupos foram presumivelmente expostos às mesmas condições históricas, o efeito deste incidente histórico deveria aparecer em ambas as séries (Campbell; Stanley, 1963).

ou seis vezes por semana no CCs. Foram observadas correlações positivas entre o IMC e os demais parâmetros da avaliação do estado nutricional, e uma correlação mais forte com a circunferência da cintura ($r = 0,896$; $p < 0,0001$). Conforme os resultados da pesquisa, 93,9% dos eutróficos apresentaram circunferência da cintura abaixo dos padrões saudáveis. Em relação à avaliação da gordura corporal, as duas formas de avaliação foram altamente correlacionadas ($r = 0,820$; $p < 0,0001$). A iniciativa do CR torna-se uma importante ferramenta para a implementação de uma política de Segurança Alimentar e Nutricional no DF para garantir que parte da população tenha acesso à alimentação adequada e de baixo custo. Esses achados ressaltaram que, pelo estudo aplicado, o restaurante não pode ser responsável pela condição nutricional de sua clientela, ao demonstrar que o acesso ao alimento se torna um fator fundamental no combate à fome.

6.4.1.5 Impacto das intervenções de ajuda alimentar sobre a renda

A revisão encontrou um estudo que avaliou o impacto do Programa de Aquisição de Alimentos sobre a fome: o trabalho de Oliveira, Batalha e Pettan (2017) preencheu os critérios de inclusão estabelecidos, sendo que, em nossa análise dos resultados encontrados pelo autor, foi identificado que tal intervenção produziu um aumento na renda dos agricultores. Pelo fato de a intervenção ter apenas uma avaliação de impacto, seus resultados foram classificados como promissores para o combate à fome. No trabalho com estudo de delineamento quase-experimental proposto por Oliveira, Batalha e Pettan (2017), foi possível avaliar e comparar os impactos socioeconômicos gerados pelo Programa de Aquisição de Alimentos entre os agricultores familiares de Ubá, em Minas Gerais. Os autores pesquisaram 109 produtores que faziam entrega de produtos para merenda escolar, 81 agricultores que aderiram ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), a coleta de dados ocorreu no período de agosto a outubro de 2014. Dessa amostra, 65,43% agricultores destinavam sua produção ao PAA (grupo tratamento), o restante da amostra – agricultores do sexo masculino, com média de idade de 48 anos – não era contemplado com tal intervenção (grupo controle). Do total de produtores, 77% dos produtores do PAA afirmaram que sua renda aumentou após o início da comercialização dentro da política estudada, sem diferença estatística entre as amostras. Nesse sentido, os resultados mostraram que 57% dos agricultores comercializam com o PAA aumentaram sua produção e 56% dos produtores do PAA diversificaram sua produção para atender à demanda de programas específicos. Os

autores encontraram resultados sobre o PAA como política pública que apresentou impactos interessantes na dinâmica da agricultura familiar e proporcionou benefícios socioeconômicos positivos aos agricultores de Ubá.

6.4.2 Alimentação escolar

A importância das ações de alimentação escolar vigorou como intervenções diferenciadas no contexto do combate à fome, devido ao seu impacto no setor educacional e no desenvolvimento local. Os programas de alimentação escolar criaram meios para desenvolver a produção nacional, ao sobreviver às crises da indústria e ao manter uma renda estável para a sociedade, ao mesmo tempo em que garantiram o abastecimento de alimentos nos espaços escolares (Belik; Souza, 2009).

As escolas passaram a atuar como ponto de encontro da comunidade, promovendo educação, boa alimentação e inclusão dos mais vulneráveis. Dessa forma, tratar a escola como um centro de referência em segurança alimentar, com programas de educação nutricional a nível municipal, estadual ou federal, pode abrir um novo horizonte para que as comunidades participem do desenho de políticas e programas de combate à fome (Gaventa, 2006).

Na América Latina, os programas de alimentação escolar existem há várias décadas. O Uruguai tem o mais antigo, datado do início do século XX, sendo o restante das décadas de 1950 e 1960. Apesar do pioneirismo desses programas, a desnutrição infantojuvenil permaneceu prevalente na região, como um problema mal resolvido na saúde pública. A possibilidade de reduzir a pobreza a curto prazo esteve associada a melhor nutrição e matrícula escola, mas, ao mesmo tempo, para que os programas fossem eficazes, eles passaram a exigir investimentos em infraestrutura como saneamento básico, energia elétrica, transporte e necessitar contar com uma coordenação institucional que pode vir da sociedade civil, governos ou até organizações internacionais (Cohen; Franco, 2007).

Para FAO (2007), um programa de alimentação escolar deve contribuir com ações contra as desigualdades econômicas e sociais. Por isso, ele deve fornecer alimentos seguros e sustentáveis, incentivar uma maior participação, influenciar na frequência e ajudar na redução do abandono escolar, contribuir nas dificuldades de aprendizagem das crianças em idade escolar. Além disso, o programa deve fornecer adequada porcentagem de calorias, proteínas e vitaminas às crianças, ajudar na integração na sociedade – o que

contribuiu para a formação do capital social –, envolvendo pais, professores e autoridades locais na distribuição, armazenamento, preparação e entrega de alimentos, proporcionar oportunidades de aprendizagem e inovação educacional por meio da participação de diversos atores no processo, contribuir para a mobilização de recursos locais através da compra de alimentos de pequenos agricultores e uso de recursos comunitários, promover a integração de crianças e povos indígenas nas escolas e na comunidade e incorporar abordagens neutras em termos de gênero. Por fim, quando se combinou os programas voltados ao combate à fome com atuação nos espaços educacionais, possibilitou-se aumentar a participação da comunidade em programas de alimentação e nutrição.

Os programas nacionais de alimentação escolar são políticas multissetoriais que podem contribuir para diferentes áreas estratégicas, incluindo educação, saúde, agricultura e desenvolvimento territorial. Além disso, são políticas transversais que buscam combater a pobreza e podem promover o desenvolvimento de crianças e adolescentes, melhorar hábitos alimentares, garantir o acesso à alimentação saudável, podendo promover um desenvolvimento mais inclusivo da economia local quando está vinculado à compra de alimentos da agricultura familiar (FAO; FIDA; OPAS; PMA; UNICEF, 2021).

Como mostra a Tabela 12, a revisão integrativa incluiu sete estudos sobre os programas voltados para alimentação escolar, em que se encontrou um artigo sobre insegurança alimentar, dois trabalhos sobre desnutrição, um foi referente a emaciação e três dedicaram-se a estudar sobre consumo alimentar:

Tabela 12 - Estudos desenvolvidos na América Latina e no Caribe sobre intervenções de alimentação escolar incluídas na revisão integrativa

Intervenção	Autor (es)	Ano de publicação
<i>School Nutrition Program</i> (Honduras)	Boland e Brautigam	2010
<i>Programa de comedores escolares</i> (Argentina)	Adrogué e Orlicki	2013
Programa Nacional de Alimentação Escolar (Brasil)	Trivellato; Priore; Franceschini; Santos; Costa	2019
	Tiborski Cesar; Taconeli; Osório; Schmidt	2020
<i>Colación BKN</i> (Chile)	González; Zacarías; Domper; Fonseca; Lera; Vio Del	2014
Projeto de Restaurantes Escolares Comunitários Integrals (Colômbia)	Londoño e Ceballos	2014
Programa Promoção da alimentação saudável (México)	Quizán Plata; Anaya Barragán; Esparza Romero; Orozco García; Espinoza López; Bolaños Villar	2013

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

A revisão integrativa localizou sete trabalhos que abordaram o efeito de quatro diferentes intervenções ligadas a alimentação escolar, englobando, nesse caso, situações do Brasil, Argentina, Honduras, Chile, Colômbia e México. Os estudos incluídos nesta revisão de Boland e Brautigam (2010) e Adrogué e Orlicki (2013) avaliaram que as intervenções no âmbito escolar comprovaram queda na desnutrição. Outra pesquisa de Trivellato *et al.* (2019) mostrou-se promissora nos índices de insegurança alimentar. Apenas um estudo analisou o impacto do Projeto de Restaurantes Escolares Comunitários Integrais (Colômbia) e concluiu que não foi possível avaliar o efeito da intervenção sobre a emaciação. Com relação ao consumo alimentar, o trabalho de González *et al.* (2014) encontrou uma intervenção que foi promissora, enquanto o artigo desenvolvido por Tiborski *et al.* (2020) e outro por Quizán *et al.* (2013) demonstraram resultados limitados quanto ao desfecho. Pelo fato de a grande maioria dos estudos encontrarem resultados na mesma direção, a intervenção foi classificada como promissora para combater a fome.

O Programa Refeitório Escolar Comunitário Integral (RECI) foi implementado pela Secretaria de Assistência Social da Cidade de Medellín, Colômbia. O principal objetivo do programa RECI foi melhorar o estado nutricional de crianças de 6 a 18 anos dos estratos socioeconômicos mais baixos, por meio do estabelecimento de processos comunitários de autogestão, educação e promoção social. Do ponto de vista da educação e do progresso social, o programa procurou contribuir para melhorar a eficiência operacional da escola e a renda familiar dos beneficiários (Cohen; Franco, 2007).

O objetivo da Convenção Nacional sobre Alimentação e Saúde do Programa Promoção da alimentação saudável desenvolvido em Hermosillo, Sonora, no México, foi promover um estilo de vida saudável, além de estimular a prática de atividade física, reduzir o consumo de açúcar e gordura, aumentar o consumo de frutas e hortaliças e controlar a ingestão de sódio e o tamanho das porções de alimentos. O acordo demandava que estudantes, governo e sociedade civil trabalhassem juntos em uma variedade de estratégias, para conter a crescente prevalência da insegurança alimentar entre crianças em idade escolar (Coneval, 2015).

Entre os objetivos do programa Quizán Plata *et al.* (2013) destacaram-se a promoção da atividade física comunitária na escola, trabalho e recreação em parceria com órgãos públicos, privados e sociais, a promoção da disponibilidade, da acessibilidade e do consumo de água potável, frutas, verduras, legumes, grãos integrais e fibras na dieta, redução do consumo e da ingestão diária de sódio, açúcar, outros adoçantes calóricos e de gordura nas bebidas e nos alimentos, melhoria da capacidade das pessoas de tomar

decisões com base informações nutricionais encontradas nos rótulos úteis e fáceis de entender e promoção do conhecimento sobre nutrição e saúde, proteção ao aleitamento materno exclusivo até os seis meses de idade e promoção da alimentação complementar adequada a partir dos seis meses de idade, redução da ingestão diária de gorduras saturadas na dieta e de gorduras trans de origem industrial, conscientização da população sobre o controle de porções recomendado no preparo de alimentos prontos para consumo de fácil acesso em casa, e até mesmo em restaurantes e estabelecimentos de alimentação, em tamanhos pequenos, além do aumento da disponibilidade e acessibilidade de alimentos com baixo teor de sódio e sem sódio.

O programa “5 a Day” incentivou o consumo de cinco ou mais porções de vegetais e frutas por dia, para ajudar a prevenir o câncer e outras doenças crônicas relacionadas à dieta alimentar. Esse programa foi iniciado pelo Instituto Nacional do Câncer dos Estados Unidos no início da década de 1990, posteriormente institucionalizado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e expandido para mais de 40 países ao redor do mundo. O consumo em quantidade suficiente (mais de 400 gramas por dia) das frutas e verduras mostrou efeitos positivos na saúde, conforme recomendação da FAO/OMS. O projeto de entrega de frutas nas escolas denominado “*Colación BKN*” foi desenvolvido para combater a diminuição do consumo de frutas e hortaliças, colaborar para o desenvolvimento de estilos de vida saudáveis e para contribuir para a segurança alimentar entre estudantes de comunidades rurais com alto grau de vulnerabilidade social (González *et al.* 2014).

Conforme González *et al.* (2014), a escola foi considerada como fator de proteção à saúde por aumentar o consumo de frutas e hortaliças. O projeto *Colación BKN* foi implementado no Chile, com a ideia de transformar o consumo de frutas em um lanche “pecã”, numa refeição atraente e succulenta para todos. Isso foi alcançado por meio de uma série de atividades, incluindo a distribuição gratuita de frutas para crianças, comunidade escolar, professores, comerciantes e outros, com um total de 129.600 unidades de frutas durante a vigência do projeto. As frutas eram entregues três vezes por semana e o desafio de consumir todas as frutas foi superado graças à promoção de atividades extras, à boa qualidade e variedade de oferta dos produtos.

6.4.2.1 Impacto das intervenções de alimentação escolar sobre a insegurança alimentar

Embora a insegurança alimentar tenha tido uma ínfima queda na América Latina e no Caribe no período analisado, Trivellato *et al.* (2019) encontraram na sua pesquisa elementos do Programa Nacional de Alimentação Escolar no Brasil, que provocaram de modo promissor uma redução na insegurança alimentar, bem como, mostrou-se eficiente no combate à fome. O estudo de Trivellato *et al.* (2019) procurou medir o nível do estado de (in)segurança alimentar e nutricional em famílias agrícolas que participavam do Programa Nacional de Alimentação Escolar no Brasil (PNAE). Em um estudo de delineamento quase-experimental¹⁵ foram avaliadas 27 famílias (n = 91 indivíduos) de agricultores familiares, divididos em dois grupos classificados em segurança alimentar e insegurança alimentar. Nessa população, a proporção de adultos foi de 61,4% (n = 56); na mesma amostra 20,0% (n = 18) eram menores de 18 anos e 18,6% (n = 17) eram idosos. A insegurança alimentar e nutricional manifestou-se pelo estado nutricional inadequado, pois a pesquisa encontrou indivíduos com excesso de peso presentes em 78% (n = 21) das famílias, enquanto indivíduos com baixo peso presentes em 11% (n = 3) das famílias, também teve pessoas de baixa estatura representado por 41% (n = 11), esse percentual ocorreu em adultos e idosos, indicando que estes foram desnutridos durante a fase de crescimento. No total, 89% (n = 24) das famílias tinham pelo menos um morador com distrofia. O programa de alimentação escolar conseguiu promover a segurança alimentar a partir do desenvolvimento da economia local com a agricultura familiar e o fornecimento de alimentos naturais produzidos localmente. No estudo, foi observado que a renda familiar oriunda do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Brasil) pode contribuir para melhorar níveis mais baixos de insegurança alimentar dos domicílios rurais. Além disso, como se tornaram produtores de alimentos, também produzem para consumo próprio, o que pode melhorar as perspectivas de (in)segurança alimentar.

6.4.2.2 Impacto das intervenções de alimentação escolar sobre a desnutrição

Os resultados do estudo estimaram que a cobertura completa do fornecimento da alimentação escolar de um município comprovou uma redução nos índices de desnutrição, sendo considerada uma intervenção que funciona para combater a fome. Por meio de testes padronizados, a pesquisa de Adrogué e Orlicki (2013) estimou o efeito do *programa de comedores escolares* no desempenho estudantil através de quase-

¹⁵ *Idem* ao Item 4.

experimento¹⁶ desenvolvido na Argentina durante o final dos anos noventa. A amostra foi composta por 1.732 escolares que tinham entre seis e doze anos, matriculados em escolas beneficiárias do programa. A coleta de dados foi distribuída em três momentos no ano de 1997, 1999 e 2000, e as descobertas dos autores da pesquisa sugerem que o programa teve como alvo as escolas mais desfavorecidas. No entanto, apenas uma melhora parcial no desempenho escolar foi encontrada nas instituições que estavam matriculados os alunos de menor nível socioeconômico e nos estabelecimentos de menor desempenho acadêmico. A proporção de escolas públicas onde mais da metade dos alunos recebeu um serviço de refeição compensatória aumentou de 30% em 1997 para 65% em três anos. As pontuações dos testes de linguagem foram as únicas variáveis a mostrar uma melhora estatisticamente significativa, sem efeitos perceptíveis relatados nas pontuações de matemática. O que os autores encontraram foram resultados consistentes com as características do programa de alimentação escolar na Argentina, que não compensou o *déficit* nutricional que as crianças traziam de casa.

As evidências encontradas por Boland e Brautigam (2010) sugerem que, no período analisado, a intervenção *School Nutrition Program* comprovou uma diminuição na prevalência de desnutrição em Honduras e que essa redução mostrou que a intervenção funcionou para o combate à fome. Os autores buscaram analisar as dietas fornecidas pelo *School Nutrition Program* em quatro tipos de instituições em Honduras, com dados oriundos de um quase-experimento¹⁷ do programa implementado pela divisão *Land O' Lakes International Agriculture* por meio da Agência dos EUA. Tal dinâmica desenvolveu-se com crianças, pais e professores, dentre quais foram coletados dados de 241 sujeitos no período de maio a julho de 2005. As escolas foram categorizadas em quatro classificações com base nas recomendações do coordenador do *Land O' Lakes* pelo *School Nutrition Program* (SNP) em Rurais Altamente Empobrecidos, Urbanos Altamente Empobrecidos, Rurais Empobrecidos e Urbanos Empobrecidos, nesse caso sobre o *World Food Programme* e *School Nutrition Program* do país nos departamentos de Copan, Santa Bárbara, Atlantida, Colon, Yoro, Olancho, Comayagua, Francisco Morazon e Cortes (oeste, norte e centro de Honduras). O impacto do programa de alimentação escolar na desnutrição foi maior para crianças na categoria de 6 a 11 anos que estavam

¹⁶ Item 5: Desenho de séries temporais: Essa forma de pesquisa se caracteriza por coletar medições repetidas, em momentos diversos, ao invés de única coleta de dados (Cano, 2006).

¹⁷ Item 6: Neste caso um quase experimento de Desenho com variáveis não equivalentes que se refere a existência de diversas variáveis dependentes, por haver em cada uma delas uma predição distinta sobre como será afetada pela intervenção. Dessa forma, ela é aplicável quando existe um único grupo, ou seja, não se dispõe de grupo de controle, cada uma dessas variáveis funciona como um critério para comparação com a variável final (Cano, 2006).

matriculadas na escola e menor para crianças menores de 6 anos que não estavam matriculadas. A dieta viável com percentual foi atendida através dos programas nas escolas classificadas como rural empobrecida. A análise dos dados mostra que os alunos passaram a ser mais nutridos das escolas com o programa comparados aos alunos das escolas sem *School Nutrition Program*.

6.4.2.3 Impacto das intervenções de alimentação escolar sobre a emaciação

O estudo de Londoño e Ceballos (2014) concluiu que o programa Refeitório Escolar Comunitário Integral implementado na Colômbia produziu uma pequena queda nos índices de emaciação, de forma que tal intervenção pode ser classificada como uma ação emergente (limitada) ao combater a fome. Tais autores propuseram avaliar o efeito do Refeitório Escolar Comunitário Integral (RECI) com uso de quase experimento com alunos das Instituições Educacionais Públicas de Medellín na Colômbia. As informações foram coletadas de 2.159 alunos em 2010, que apresentou o teste SABRE. A variável que identificou o grupo tratamento foi definida como uma variável dicotômica, que assumiria o valor 1 se o aluno fosse beneficiário de pelo menos uma das modalidades de restaurante escolar e zero caso contrário. Os resultados mostraram que não houve diferenças estatisticamente significativas entre as pontuações obtidas pelos alunos e aqueles que não foram beneficiários do programa. Os dados coletados referem-se ao complemento nutricional oferecido no restaurante para a alimentação diária do beneficiário, ou para aliviar a emaciação (desnutrição aguda) em casos graves. Quanto ao cumprimento de seu objetivo, a estimativa do efeito do projeto não apresentou resultados conclusivos sobre a prevalência de emaciação, o que pode ser efeito dos programas de nutrição. No entanto, continua a ser um problema em grupos populacionais vulneráveis, principalmente em áreas rurais e não beneficiários do programa.

6.4.2.4 Impacto das intervenções de alimentação escolar sobre o consumo alimentar

Pelo fato dos resultados positivos para consumo alimentar do estudo de Quizán Plata *et al.* (2013) sobre Programa Promoção da alimentação saudável terem sido encontrados apenas nas escolas de Hermosillo, Sonora, no México, conforme as regras estabelecidas na metodologia, a intervenção foi classificada como emergente para o combate à fome. Os autores Quizán Plata *et al.* (2013) realizaram um estudo de

delineamento experimental e mediram o impacto de um Programa de Promoção da alimentação saudável em escolas da localidade. A pesquisa foi desenvolvida com 129 crianças de seis a oito anos, que contou com a participação de alunos na avaliação inicial, divididos em três escolas de intervenção (n = 62) e três escolas de não intervenção (n = 64) de dezembro de 2010 a maio de 2011. De acordo com os resultados da pesquisa, o consumo de alimentos saudáveis durante os períodos de intervalo mudou no final da intervenção, cujo resultado repercutiu em maior consumo de frutas e legumes. As crianças das escolas que não implementaram o programa permaneceram em risco de má alimentação durante o recreio (OR = 95%, IC, 3,7, 1,7-7,8, p-0,001). O estudo sobre Programa Promoção da alimentação saudável com base estratégias (educação, publicidade audiovisual, disponibilidade de alimentos saudáveis nas cantinas escolares) entre um grupo de alunos da cidade de Hermosillo, foi uma intervenção que teve um impacto positivo na mudança e frequência do consumo alimentar ao comparar a um grupo de crianças da escola com intervenção daquelas que frequentavam a escola sem intervenção.

Segundo Tiborski Cesar *et al.* (2020), os resultados da avaliação de impacto indicaram que o acesso à alimentação escolar pelos adolescentes contribuiu de modo emergente para aumento de consumo de alimentos, o que repercutiu que a intervenção foi limitada para o combate à fome. Esses autores analisaram com estudo experimental a taxa e fatores relacionados de adesão à alimentação escolar entre adolescentes de ambos os sexos de 10 e 19 anos, matriculados em escolas públicas do município da Lapa, Paraná, Brasil. Na seleção aleatória, foram distribuídos a busca de informação em dois grupos somente para os que consumiam a alimentação escolar fornecida pelo Programa Nacional de Alimentar Escolar (PNAE), ou somente para quem costumava comprar ou trazer lanches para consumir na escola (alimentos competitivos). Quando analisada por região geográfica, a taxa de matrícula na zona rural (82,2%) foi maior do que na zona urbana (66,2%). No total, 492 adolescentes participaram deste estudo, a taxa foi de 70,9% de adesão à alimentação escolar no município da Lapa, independente da frequência de consumo. A taxa de adesão de consumo de lanche escolar em quatro a cinco vezes por semana foi maior entre os adolescentes que frequentam a escola na zona rural (30,1%). A taxa de adesão à alimentação escolar apresentou relação significativa com a área geográfica da escola (p = 0,002), alimentação saudável na escola (p = 0,005) e frequência de ingestão de alimentos não saudáveis na escola (p = 0,000). Os achados do presente estudo evidenciam que o índice efetivo de adesão à alimentação escolar era muito

reduzido nas escolas urbanas e baixo nas escolas rurais, o que leva a crer que não foram alcançados os objetivos e as diretrizes do programa.

A Revisão localizou um estudo sobre o impacto da entrega de frutas nas escolas denominado "*Colación BKN*", por parte da escola em relação à intervenção de combate à fome desenvolvido por González *et al.* (2014), o qual concluiu que o aumento no número consumo de frutas e verduras elevou o consumo de alimentos. Por isso, tal intervenção foi classificada como funciona para reduzir a fome. O artigo de González *et al.* (2014), objetivou avaliar por meio de um estudo de delineamento experimental a distribuição de frutas ao medir seu efeito sobre consumo alimentar e estado nutricional de crianças das escolas rurais da Região Metropolitana, Chile. O programa "5 por dia" incentivava o consumo de cinco ou mais porções de vegetais e frutas por dia. As 976 crianças que participaram do estudo estavam matriculadas do jardim de infância ao 8º ano, distribuídas em cinco escolas do município de María Pinto, com uma escola tutelada em Curacavi. Foram divididas da seguinte forma: 784 crianças no grupo tratado e 192 crianças no grupo controle. Os resultados referentes a alimentação saudável da pré-escola à segunda série nas escolas de intervenção mostraram um aumento significativo para todas as questões; em contrapartida, o grupo controle não teve alteração no conhecimento ($p > 0,1$). Em relação aos resultados de conhecimento sobre o assunto, não houve melhora significativa no projeto entre os alunos do 3º ao 8º ano do grupo intervenção e do grupo controle devido ao alto nível de conhecimento sobre alimentação apontado nessa faixa etária. Com relação ao consumo de peixes e laticínios, observou-se aumento de conhecimento sobre alimentação saudável de 93,6 a 99,3% e 79 a 92,4%. Os sujeitos com menor conhecimento prévio foram observados no grupo intervenção, em que houve melhoria significativa ($p > 0,0001$) em decorrência da atuação do projeto.

6.4.3 Acesso à alimentação

A direito ao acesso à alimentação não é um fenômeno recente na América Latina, talvez um pouco mais atual no Caribe. Entretanto ao longo do século XX, o acesso aos alimentos foi visto como uma das questões públicas mais importantes da região, inclusive sendo a causa de uma mudança de paradigma nos padrões de desenvolvimento em direção da ação estatal. A fome foi um tema comum ao longo da história latino-americana e voltou à pauta por conta da crise. Além disso, houve discussões que vincularam a prática da alimentação com Direito, saúde, soberania alimentar, patrimônio cultural, biodiversidade

social e mudanças climáticas (Barquera; Rivera-Dommarco; Gasca-Garcia, 2001; Molina; García; Casado, 2017; Swinburn *et al.*, 2019).

A ação de melhorar o acesso físico aos alimentos para promover uma nutrição adequada requer a implementação de políticas e incentivos que estimulem a produção agrícola sensível à nutrição. Os investimentos que apoiam a produção de alimentos diversificados e nutritivos tornaram-se essenciais para aumentar o acesso à alimentação adequada em ambientes rurais pobres. A produção de alimentos diversos também deve ser promovida em ambientes periurbanos e urbanos. A rápida urbanização e a pobreza urbana requerem estratégias para garantir sistemas adequados de abastecimento e distribuição de alimentos para lidar com as taxas de insegurança alimentar urbana e os impactos adversos nas dietas e nutrição da população (FAO, FIDA, OPAS, PMA e UNICEF. 2021).

Para atender às necessidades específicas de vida das pessoas em áreas remotas, tanto urbanas quanto rurais, foi necessário ampliar a cobertura e o acesso aos sistemas de proteção social. Para abordar todas as formas de má alimentação e nutrição, foi necessário elaborar programas sensíveis à nutrição, que proporcionaram melhor acesso a alimentos nutritivos para consumidores de baixa renda e aumentaram o acesso a alimentos saudáveis para essa população. Além disso, foi necessário combinar a proteção social com a integração econômica e as estratégias produtivas, para criar sinergias entre setores que permitiram às famílias protegerem os rendimentos e a segurança alimentar nas zonas rurais e urbanas, e tais sistemas deveriam garantir o bem-estar básico das pessoas em tempos de crise (OPAS, 2020).

A história dos governos mostrou que houve pelo menos dois vínculos entre as questões de alimentação e equidade social, com políticas, ações voltadas para a produção, obtenção de alimentos, combate à má alimentação, à pobreza e à desigualdade social. Ao acompanhar as estratégias de desenvolvimento dos países, o primeiro e mais importante vínculo esteve relacionado à disponibilidade de alimentos em quantidade suficiente e a preços razoáveis, o que se traduz em benefícios diretos em termos de acesso a alimentos, e benefícios indiretos por meio da emancipação do poder aquisitivo, salários e outros rendimentos do trabalho, favorecendo assim o acesso da faixa de renda mais baixa a bens e outros serviços essenciais às necessidades básicas humanas (Maluf; Alexandre, 2016).

A alimentação é essencial para a integração da maioria da população no mercado de consumo, bem como um indicador-chave nas sociedades capitalistas, nas quais a capacidade de consumir regularmente torna-se a expressão econômica da justiça social.

Ao mesmo tempo, a ligação entre alimentação e estratégias de desenvolvimento incluiu importantes *insights* sobre os padrões de consumo através dos quais os alimentos foram acessados e melhoraram os padrões de produção (Maluf; Alexandre, 2016).

No período pesquisado, encontraram-se seis estudos que abordaram intervenções de acesso alimentar, em que três artigos se dedicaram a estudar a insegurança alimentar, dois artigos abordaram a desnutrição e um artigo aprofundou o estudo sobre o nanismo. Conforme a Tabela 13:

Tabela 13 - Estudos desenvolvidos na América Latina e no Caribe sobre intervenções de acesso alimentar incluídas na revisão integrativa

Intervenção	Autor (es)	Ano de publicação
Programa Colombiano de Bem-Estar da Família	Fonseca e Pachón	2012
	Fonseca; Patiño; Herrán	2013
Plano Nacional de Alimentação e Nutrição (Colômbia)	Galiano; Abril; Ernert; Bau	2012
	Muñoz Sánchez; Gómez; Lasprilla; Echeverry; Martínez; Valencia; Flórez; Castaño	2014
Programa de Comedor Comunitário (PCC) [México]	Garza; Salvatierra-Izaba; Lomelí; Dosal; Modesto	2018
	Caro; Hernández; Fajardo; Viveros; Torres	

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Esta revisão localizou seis estudos que avaliaram o impacto do acesso alimentar de três intervenções na América Latina e no Caribe. Um estudo identificou que o Programa Comedor Comunitario produziu uma redução nos índices de insegurança alimentar nos municípios onde foram implantadas, sendo que Caro *et al.* (2018) indicaram que esse impacto foi promissor para o desfecho. Entretanto Muñoz Sánchez *et al.* (2014) apresentaram resultados sobre o Programa de Segurança Alimentar e Nutricional, que mostraram ser emergentes quanto à insegurança alimentar, assim como Fonseca e Pachón (2012) verificaram em sua pesquisa que Programa Colombiano de Bem-Estar da Família não apresentou impacto sobre a insegurança alimentar, ou seja, não foi possível de avaliar tal resultado. Entre os estudos que avaliaram o impacto do acesso aos alimentos sobre a desnutrição, Fonseca, Patiño e Herrán, (2013) observaram que o Programa Colombiano de Bem-Estar da Família e os autores Garza *et al.* (2018), que estudaram o Programa Comedor Comunitário, não provocou impacto, não sendo, por isso, possível verificar o efeito das intervenções na desnutrição na Colômbia e no México através desses dois estudos. Galiano *et al.* (2012) concluíram que o Programa de Segurança Alimentar e Nutricional implementado na Colômbia também não apresentou impacto sobre a

emaciação no país. Portanto, as intervenções de acesso alimentar podem ser classificadas como não avaliadas nesse contexto de intervenção no combate à fome.

O Programa Colombiano de Bem-Estar da Família (Colômbia) pertence ao Sistema Nacional de Bem-Estar Familiar da Colômbia (SNBF), que atende às famílias colombianas com desnutrição, desintegração e instabilidade familiar, perda de valores e crianças abandonadas. O Instituto Colombiano de Bem-Estar Familiar (ICBF) foi criado em 1968, vinculado ao Ministério de Proteção Social, tendo uma sede em cada capital setorial, por meio de seus escritórios regionais e setoriais, com centros regionais que foram pontos de atendimento de prestação de serviço à população de todos os municípios do país. Dessa forma, com o programa, tornou-se possível proporcionar um atendimento mais próximo e participativo a meninos e meninas, jovens, adultos e famílias das populações urbana, rural, indígena, afro-colombiana, raizal¹⁸ e cigana da Colômbia (Antioquia, 2010).

O Programa Comedor Comunitario (PCC), promovido pelo Sedesol no México, adotou os objetivos propostos pela *Cruzada contra el Hambre*, buscando melhorar a situação alimentar do público vulnerável, reforçar a inclusão social e fornecer aconselhamento nutricional para apoiar o cultivo de alimentos. Pauta-se pelos seguintes princípios gerais: garantir o acesso aos alimentos convertendo hábitos em vida saudável, fornecer alimentos à base de ingredientes tradicionais e naturais da região e inserir conceito de organizações comunitárias e procedimentos de coesão social (Coneval, 2015). Para Garza *et al.* (2018), tal prática contribuiu para o desenvolvimento de competências e habilidades na produção de alimentos básicos e derivados, ao levar em consideração os saberes tradicionais e a recomposição dos saberes sociais.

A Política de Segurança Alimentar e Nutricional da Colômbia buscou garantir acesso e consumo regular de alimentos, em quantidade, variedade, qualidade e segurança suficientes a todos os colombianos. Vários fatores influenciaram a situação rural da Colômbia e apresentaram-se como um grande desafio: a extensão do conflito armado, acesso limitado a bens e serviços – como sistemas de água potável, tratamento de águas residuais e soluções de saneamento, energia, saúde e segurança alimentar (COLOMBIA ..., 2013).

¹⁸ O povo raizal foram afetados pela sentença da Corte Internacional de Justiça caso Nicarágua vs. Colômbia, que de maneira direta restringe seus direitos ancestrais de pesca o que põe em risco para eles o acesso, a disponibilidade e permanência do recurso pesqueiro.

6.4.3.1 Impacto das intervenções de acesso à alimentação sobre a desnutrição

Dos estudos incluídos sobre o *Programa Comedor Comunitario* (PCC), promovido pelo Sedesol no México, uma pesquisa entendeu que o aumento da instalação de cozinhas comunitárias não produziu impacto sobre os índices de desnutrição. Por esse motivo, a intervenção não teve impacto no combate à fome. Garza et al. (2018), através de um estudo quase-experimental¹⁹, propuseram a análise do impacto sobre a desnutrição em crianças em idade escolar – do *ejido* rural indígena na Região Cafeeira de Tapachula, Chiapas, México –, do Programa *Comedor Comunitario* (PCC), dois anos após sua implementação. O estado nutricional de 31 crianças menores de cinco anos foi avaliado em 2014 e depois em 2016. Entre os anos de 2014 e 2016, o indicador peso por altura medido em os z-scores passou de 0,22 para -0,72, com diferença estatisticamente significativa ($t = -4,037$, $p < 0,001$). Após dois anos do PCC, ainda existia o risco de desnutrição infantil, devido à alimentação de má qualidade. O indicador estatura para idade foi o único que apresentou melhora, pois foi observado um ligeiro ganho de tamanho para a idade ao passar de -1,73 para -1,42 do desvio padrão. Após um período de *déficit* de peso, meninos e meninas começaram a recuperar-se da insuficiência alimentar. Segundo os autores, após dois anos de implementação, o programa de cozinha comunitária não apresentou evidências estatísticas e epidemiológicas suficientes de seu impacto no *ejido*, o que provavelmente foi associado ao processo de adaptação do organismo às mudanças nos padrões alimentares, à falta de monitoramento do programa e formação do pessoal, ou ao efeito de fatores externos não incluídos neste estudo e que poderiam ser abordados em estudos posteriores.

Em razão dos estudos disponíveis sobre Programa Colombiano de Bem-Estar da Família, realizado em Bogotá, Bucaramanga, Tenjo e Sibaté, na Colômbia, não foi possível avaliar o impacto da intervenção sobre a desnutrição. Os resultados do trabalho de Fonseca, Patiño e Herrán, (2013), examinaram, por meio de estudo quase-experimental, o efeito do suporte alimentar oferecido pelo Programa Colombiano de Bem-Estar da Família sobre o estado nutricional e desnutrição na Colômbia. Para analisar a desnutrição, a amostra de beneficiários foi dividida em estratos socioeconômicos 1 e 2, os mais baixos na escala de renda e desenvolvimento. O estudo abrangeu 1.488 pessoas, cuja idade variou de 10 dias a 88,6 anos, distribuídas em 432 domicílios de quatro

¹⁹ *Idem* ao item 3.

municípios colombianos entre 2009 e 2011. A média de idade para os homens foi de 30,6 anos (IC 95%: 29,0 a 32,2) e para mulheres foi de 31,7 anos (IC 95%: 30,3 a 33,1), $p = 0,280$. A prevalência de baixo peso foi de 1,7%, para *déficit* de peso (não houve tendência dada a faixa etária $p = 0,238$). Os 217 indivíduos (14,6%) que receberam suporte alimentar consumiram em média 100 calorias a menos do que aqueles que não recebiam suporte alimentar $p = 0,013$. Os sujeitos que receberam suporte alimentar tiveram um *déficit* de peso de 2,2%; os que não receberam suporte alimentar tiveram um *déficit* de 3,0% $p = 0,540$. Os indivíduos estudados consumiam em média 2.036 calorias (IC 95%: 2007 a 2065), sendo que precisavam em média de 2.124 calorias (IC 95%: 2095 a 2194). Enquanto os planos de dieta garantiam uma alimentação adequada durante a semana, nos finais de semana, quando a criança ou o adulto não eram atendidos pelos programas, o *déficit* de alimentação era favorecido no domicílio. Sendo assim, 57,1% dos sujeitos apresentavam desnutrição por necessidade e consumo habitual de calorias, o que demonstrou a interferência dos finais de semana na dieta alimentar dos beneficiários do Programa de alimentação.

6.4.3.2 Impacto das intervenções de acesso à alimentação sobre a insegurança alimentar

Em relação à insegurança alimentar, um estudo sobre o Programa Comedor Comunitario (PCC) identificou que o aumento da instalação de cozinhas produziu ínfima queda nos índices de insegurança alimentar e, por isso, mesmo assim, a intervenção foi classificada como promissora para combate à fome. Para Caro et al. (2018), o objetivo da pesquisa de delineamento experimental foi estimar os níveis de segurança alimentar dos beneficiários com hortas comunitárias oferecidas do Programa *Comedor* Comunitario ou sem horta em 2014. O estudo foi realizado em 30 domicílios (com 90 indivíduos), pertencentes a três cozinhas comunitárias do Concelho de Xalapa – uma cozinha com e duas cozinhas sem horta comunitária. Os autores encontraram 50% dos beneficiários num estado de insegurança alimentar leve no grupo que pertencia à cozinha com horta. Todavia, tanto o grupo com horta (16,67%) quanto grupo sem horta (10%) apresentaram níveis de segurança alimentar. Nas famílias sem filhos menores de 18 anos do grupo da cozinha com horta, a segurança alimentar estava presente em 18,75% da amostra, e a insegurança alimentar grave estava estimada em 12,50% da amostra. Por falta de dinheiro ou outros recursos, um adulto teve fome e não dispôs de algum item para sanar esse problema. Os autores concluíram que, embora não tenham encontrado diferenças na

segurança alimentar entre os dois grupos analisados nomeados “com horta” e “sem horta” comunitária, acredita-se que a Programa Comedores Comunitários contribuiu para o aumento do consumo de frutas e hortaliças, melhorando a qualidade da dieta das famílias. Portanto, contribuiu para a redução dos custos de alimentação, permitindo que as famílias tivessem acesso a outros alimentos que não poderiam ser cultivados na propriedade no México.

Muñoz Sánchez et al. (2014) verificaram que o plano de segurança alimentar reduziu a taxa de insegurança alimentar de modo emergente, e o seu efeito incidiu de modo limitado no combate à fome. Os autores avaliaram o nível de segurança alimentar num estudo quase-experimental de famílias beneficiárias do Plano Nacional de Alimentação e Nutrição em cinco municípios do Departamento de Risaralda (Colômbia). O estudo foi desenvolvido com 161 famílias camponesas com crianças frequentadoras, ou não, da escola camponesa. O resultado da pesquisa demonstrou que as famílias com maior nível de insegurança alimentar foram aquelas com crianças, não havendo diferença significativa ($p = 0,327$). Em uma alta porcentagem dessas famílias camponesas, houve algum nível de insegurança alimentar (70,8%), sendo que Santa Rosa de Cabal e Apia apresentaram os mesmos e maiores percentuais de insegurança alimentar, com 14,3% da amostra com insegurança alimentar grave. O fato de pertencer às *Escuelas Campesinas* (as entidades que recebiam os benefícios do programa alimentação escola) não melhorou a condição de segurança alimentar das crianças ($p:0,96$) e em adultos ($p:0,91$), ao comparar com o grupo que não frequentava as *escuelas*.

Não foi possível evidenciar o efeito do Programa Colombiano de Bem-Estar da Família sobre insegurança alimentar, assim não emergiu o seu efeito para o combate à fome. Os autores Fonseca e Pachón (2012) buscaram avaliar a segurança alimentar em estudo quase-experimental de crianças escolares e menores de 18 anos num município rural majoritariamente indígena no Departamento de Cauca, Colômbia. No estudo, foram examinados 314 escolares de origem indígena distribuídos em 12 instituições de ensino, sendo 40,07% da amostra inscrita ao Sistema de Identificação de Potenciais Beneficiários de Programas Sociais (SISBEN), e o restante da amostra não sendo contemplado por alguma intervenção governamental. A pesquisa foi realizada em 2010, na área rural no Sudoeste da Colômbia, onde morava pelo menos um menor de idade no domicílio, com 44,37% das famílias encontrando-se em situação de segurança alimentar e 55,63% das famílias em estado de insegurança alimentar, sendo 41,39% com insegurança leve, 12,25% com insegurança moderada e 1,99% com insegurança severa. Devido à

permanência da insegurança alimentar entre as crianças, percebeu-se que a intervenção não teve efeito no público analisado, tendo em vista a diminuição do número de refeições ou diminuição na compra de alimentos essenciais para crianças contempladas pelo Programa Colombiano de Bem-Estar da Família.

6.4.3.3 Impacto das intervenções de acesso à alimentação sobre o nanismo

O estudo de Galiano *et al.* (2012) constatou que o Programa de Segurança Alimentar e Nutricional no município de Tonga/Colômbia não alterou os índices de nanismo. Por esse motivo, a intervenção foi classificada como não avaliada para o combate à fome. Galiano *et al.* (2012) realizaram essa pesquisa quase-experimental para avaliações da intervenção do Programa de Segurança Alimentar e Nutricional no município de Tonga/Colômbia. O estudo foi conduzido entre outubro e novembro de 2010 com 1.168 escolares do 1º para 10º ano escolar selecionadas das 13 escolas públicas (grupo que contemplava o programa) e 63 estabelecimentos privados existentes no município, incluindo escolas de ensino fundamental e médio, com probabilidade proporcional ao seu porte. A prevalência de baixo peso e magreza não diferiu significativamente pelo caráter da escola frequentada e nível de pobreza. Nas escolas particulares, apenas 4,5% das crianças eram consideradas atrofiadas; em escolas públicas, os valores foram semelhantes de 14,1% para o nanismo. As crianças que frequentavam escolas públicas tinham duas vezes mais risco de ter atraso no crescimento do que crianças de escolas privadas. Desde 2004, o plano ofereceu alimentação complementar nas escolas do departamento para melhorar o estado nutricional dos escolares, mas, mesmo assim, a desnutrição crônica continuou a ser um problema nas escolas públicas.

6.4.4 Distribuição de alimentos ou complementos alimentares

Os governos, ao adotarem intervenções voltadas à segurança alimentar e nutricional (SAN), reconheceram que as políticas universais e setoriais – saúde, educação e proteção social – não foram suficientes para que as populações apresentassem coesão social e condições mínimas de subsistência. As condições encontradas na América Latina, bem como nos países do Caribe, foram caracterizadas pela pobreza e por padrões econômicos que reproduzem e exacerbam as desigualdades, trajetórias marcadas pelo protagonismo das questões alimentares (Almeida Filho; Ortega, 2010). Segundo Maluf (1998), essa centralidade decorreu do entendimento do governo de que a alimentação teve

um *status* fundamental/básico de direitos humanos, o que, por sua vez, colocou as questões alimentares no centro das ações de políticas públicas de combate à fome.

Existem países latino-americanos e caribenhos que têm discutido a formulação de políticas de segurança alimentar com foco no abastecimento de alimentos e na proteção dos agricultores como ponto de partida. De acordo com Saubourin e Niederle (2016), as políticas públicas para combater a fome tornam-se fruto da ação contra a pobreza desde o início dos anos 2000. Após o impacto da crise alimentar de 2008, tais intervenções fortaleceram-se e tornaram-se mais representativas em aspectos de ações ligadas à criação de restaurantes populares, campanhas na área da saúde incentivando alimentação saudável, favorecimento de compras públicas de agricultores familiares, bancos de semente, entre outras intervenções.

A Tabela 14 apresenta os oito trabalhos publicados que constam as intervenções ligadas à distribuição de alimentos e complementos, os desfechos distribuídos em insegurança alimentar (8); consumo alimentar (1); mortalidade (1); renda (2) da América Latina e do Caribe.

Tabela 14 - Estudos desenvolvidos na América Latina e no Caribe sobre intervenções de distribuição de alimentos ou complementos alimentares incluídos na revisão integrativa

Intervenção	Autor (es)	Ano de publicação
Plano de <i>Mejoramiento Alimentario y Nutricional de Antioquia</i> [MANA] (Colômbia)	Álvarez-Uribe; Estrada-Restrepo; Fonseca-Centeno	2010
	Hackett; Melgar-Quiñonez; Taylor; Álvarez-Uribe	
	Chavez; Cadavid; Torres	2012
Programa Integral de Nutrição (Peru)	Álvarez-Uribe e Aguirre-Acevedo	2011
Programa de distribuição de leite subsidiado (México)	Beltrán e Seinfeld	2010
Programa Nutricional Articulado (Peru)	Rivera; Shamah; Villalpando; Monterrubio	2010
	Alcázar; Ocampo; Huamán-Espino; Aparco	2013
	Sobrino; Gutiérrez; Cunha; Dávila; Alarcón	2014

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

A Revisão Sistemática localizou oito estudos de avaliação de impacto sobre a experiência de distribuição de alimentos e complementos alimentares nos países da América Latina e Caribe. Sendo que três artigos sobre o Plano de *Mejoramiento Alimentario y Nutricional de Antioquia/Colômbia* (MANA) mostraram resultados emergentes da intervenção sobre insegurança alimentar, tendo, portanto, a intervenção mostrado-se limitada ao combate à fome. Os estudos incluídos encontraram que o Programa Integral de Nutrição adotado por municípios do Peru e o Programa de distribuição de leite subsidiado, fundado em 1944 no México, produziram uma queda na

desnutrição; com isso, as intervenções mostraram-se promissoras para reduzir a fome. Apenas um estudo analisou o impacto Programa Nutricional Articulado no Peru sobre emaciação e outro estudo pesquisou a mortalidade, sendo que a revisão encontrou que essa intervenção provocou um impacto emergente sobre a emaciação e não provocou impacto sobre mortalidade e, por isso, o seu impacto das intervenções de distribuição de alimentos e complementos alimentares mostraram-se limitadas no combate à fome.

O Plano de *Mejoramiento Alimentario y Nutricional de Antioquia/Colômbia* (MANA) foi uma estratégica política que surgiu no Departamento da Antioquia, numa abordagem em nível regional na Colômbia, em 2001, para enfrentar as emergências envolvendo a segurança alimentar e nutricional. A proposta de MANA foi melhorar o estado alimentar e nutricional da população de Antioquia, especialmente das crianças menores de 14 anos (Antioquia, 2003). O Estado da Colômbia, através do Instituto Colombiano de Bem-Estar Familiar (ICBF), realizava a distribuição de um suplemento alimentar, constituído por uma distribuição mensal equivalente a uma porção de leite em pó (embalagem de 25 gramas), uma porção de 30 gramas de bolachas embaladas individualmente, fortificadas com ferro e três colheres (33 gramas) de sopa. A quantidade do suplemento equivalia a 20% da ingestão nutricional diária que um menino ou uma menina necessitava para seu pleno desenvolvimento físico e mental (Chaves; Cadavid; Torres, 2012). Embora a segurança alimentar e nutricional não tenha tido destaque na agenda do governo até o advento do MANA, o plano ganhou destaque por ser responsável em formalizar a política pública de segurança alimentar e nutricional em nível ministerial na Colômbia, ao longo dos anos 2000, ganhando reconhecimento nacional e internacional diante das instituições políticas (Nussio; Pernet, 2013).

O Programa Integral de Nutrição (PIN) foi de abrangência nacional no Peru, e seu principal objetivo foi contribuir para a prevenção e redução da desnutrição crônica e da anemia em crianças até 12 anos, com prioridade destinada às crianças menores de três anos em ambientes desnutridos, gestantes e lactantes. A abordagem do PIN sugeriu um trabalho mais coerente com as instituições, agências de saúde e de educação dos governos regionais, bem como com o governo local. A dinâmica de atuação do programa envolveu a aquisição, distribuição e divisão de produtos alimentícios, de acordo com o público-alvo, para ajudar a fornecer os nutrientes necessários para uma dieta completa dos seus beneficiários (Defensoría Del Pueblo, 2012). Segundo *Defensoría del Pueblo*, (2012) o componente educacional preocupou-se com a formação das famílias e comunidades, a partir da cooperação entre os grupos de trabalho da região do Pronaa e os atores locais –

governos regionais, autoridades locais, agências de desenvolvimento comunitário, famílias, igrejas, entre outros –, em disseminar uma formação com conteúdo temáticos sobre Práticas de Segurança Alimentar e Proteção Infantil (SAPI).

O programa de distribuição de leite subsidiado foi implementado em 1944 no México e operado por uma agência governamental (Liconsa). Conforme Rivera (2005), o programa distribuía leite integral subsidiado em centros de distribuição em todo o país para crianças de 1 a 11 anos e para famílias em situação de vulnerabilidade. As crianças das famílias participantes recebiam 400 ml de leite por dia em estado seco ou líquido. A partir de 2002, decidiu-se usar leite fortificado como ferramenta para reduzir a incidência de anemia ferropriva e outros tipos de anemia.

O Programa Nutricional Articulado no Peru concentrou-se em atividades para reduzir a taxa de bebês com baixo peso ao nascer, melhorar a dieta e nutrição de crianças menores de 36 meses e reduzir a incidência de infecções respiratórias e diarreia aguda em crianças menores de 24 meses. Seu objetivo era alcançar resultados relacionados à redução da desnutrição crônica em crianças menores de cinco anos. A responsabilidade pela gestão desse programa estratégico foi do Ministério da Saúde. Por conta da melhor capacidade operacional (mão-de-obra, suprimentos, medicamentos e equipamentos) para lidar com diarreia e infecções respiratórias em crianças (Peru, 2003).

De acordo com Sobrino et al. (2014), o programa incluiu uma série de intervenções coordenadas entre o Ministério da Saúde, o Ministério da Mulher e Desenvolvimento Social, a Presidência do Conselho de Ministros, o Seguro de Saúde Integral e os governos regionais e locais. Entre as intervenções, houve a doação para cobrir os benefícios de uma criança sem seguro; implementação de serviços de educação, informação e comunicação (prevenção e promoção) dirigidos às famílias, escolas e comunidades; melhoria das práticas de higiene na preparação dos alimentos; capacitação para mães (consultas, sessões de orientação e educativas) sobre aleitamento materno exclusivo, amamentação, cuidados com recém-nascidos e crianças doentes, por meio do Crescimento e Desenvolvimento Controlado (CRED); monitoramento e garantia da qualidade da água potável (clorada) e da gestão segura dos resíduos sólidos; desenvolvimento de projetos básicos de abastecimento de água e saneamento para áreas rurais; promoção a construção de fogões melhorados por meio de programas e recursos educacionais para reduzir a poluição interna; fornecimento de suplementos nutricionais, especialmente micronutrientes (sulfato de ferro e vitamina A).

6.4.4.1 Impacto das intervenções de distribuição de alimentos ou complementos alimentares sobre a desnutrição

A revisão localizou a existência de uma avaliação sobre o impacto do Programa de distribuição de leite subsidiado (Rivera, 2010), a qual identificou que a distribuição de leite refletiu na queda de desnutrição de crianças no México. Pelo fato de termos apenas um estudo disponível, a intervenção foi classificada como promissora para combater a fome. Para Rivera et al. (2010), o objetivo da pesquisa de delineamento experimental foi avaliar o efeito da ampla distribuição de leite fortificado com ferro sobre anemia e deficiência de ferro em crianças de 12 a 30 meses no México. A amostra contou com um total de 542 *clusters* de distribuição de leite (MDC's) em quatro Estados no centro e leste do México (Guanajuato, Hidalgo, Puebla e Querétaro), sendo que cada MDC atendia 5.000 pessoas. A maioria das características foram semelhantes das crianças dos grupos consumidores de leite fortificado com ferro (FM) e leite não fortificado com ferro (NFM). Os escores antropométricos e indicadores socioeconômicos não foram estatisticamente diferentes entre os grupos, por isso não foram observadas diferenças na ingestão média diária de leite durante o experimento entre os dois grupos. Entre as comparações entre crianças incluídas e não incluídas no modelo de anemia, foram encontradas diferenças significativas ($P = 0,05$) no escore z para peso, para altura e para concentração de hemoglobina e na amostra de FM. Os autores concluíram que esse estudo experimental demonstrou o efeito positivo do programa de leite enriquecido com ferro em larga escala na prevalência de anemia em crianças de 12 a 30 meses de idade no México.

Em relação à desnutrição, um estudo de Beltrán e Seinfeld (2011) sobre o Programa Integral de Nutrição no Peru identificou que o aumento de distribuição de rações alimentares produziu queda nas taxas de desnutrição. Por isso, a intervenção foi classificada como promissora no combate à fome. Beltrán e Seinfeld (2011) procuraram fornecer evidências com um quase-experimento²⁰ para explicar o efeito da implementação do Programa Integral de Nutrição nas taxas de desnutrição no Peru. O público de 3.831 observações estudado pertencia à faixa-etária de menores de 12 meses e beneficiários do programa, considerado a variável dependente de um indicador de desnutrição crônica, que foi obtida ao comparar a relação entre altura para idade, medida de baixa estatura infantil e um padrão para uma criança saudável da mesma idade, que assume valor 0 se a criança não for desnutrida e 1 se sofrer de desnutrição crônica. Entre

²⁰ *Idem* ao item 6.

todas as crianças com desnutrição crônica, 19% enfrentavam um nível de desnutrição grave. Com aumento de 10% nas rações *per capita*, reduziu-se em 6% a probabilidade de desnutrição. A variedade no consumo de alimentos mostrou uma alta elasticidade, com um aumento em 10% na variedade prevista implicando uma diminuição de 4,6 pontos na probabilidade de desnutrição. As rações alimentares fornecidas pelo PIN tiveram um impacto positivo no bom estado nutricional das crianças, com os resultados da pesquisa demonstrando que a distribuição de rações pelo programa no distrito refletiu numa redução da desnutrição infantil. Isso indica que o programa teve capacidade para contribuir para o controle do problema nutricional no país.

O Programa Nutricional Articulado não teve impacto sobre a desnutrição no estudo incluído nesta revisão. Assim, o programa pode ser classificado como não avaliado no combate à fome. Alcázar *et al.* (2013) buscou estimar o impacto na desnutrição crônica, aguda e global (na região metropolitana Lima, litoral, montanhas e floresta) e a área (urbana e rurais), por meio de um quase-experimento do Programa Nutricional Articulado no Peru. Os autores combinaram as informações da Pesquisa Demográfica de Saúde Domiciliar, Censo Nacional de Domicílios e Censo Populacional e Habitacional em 2007, informações que foram adotadas em perspectivas temporais numa conjuntura incidental retrospectiva, o que permitiu estimar a desnutrição infantil para população total do Peru (entre 0 e 59 meses) em 2011. A desnutrição no Peru afetou 19,5% da população de crianças menores de cinco anos em 2011 e 18,6% desse público em 2012. Os altos índices de desnutrição foram registrados nos Andes e nas regiões da selva, onde não foi possível observar investimentos do Programa Nutricional Articulado sobre as crianças com o pacote completo de vacinação, controle de crescimento, apoio alimentar, suplementação de micronutrientes (para as gestantes se destinava o ácido fólico, ferro e suporte nutricional além disso a intervenção assegurava o abastecimento e a qualidade da água nas zonas rurais). Os autores chamaram a atenção para o impacto econômico que a desnutrição infantil representou em uma grande parte do Produto Interno Bruto (PIB) do Peru; por isso, torna-se necessário continuar investindo de forma justa em mais intervenções eficazes e comprovadas, que não foram encontradas pelos autores ao analisarem Programa Nutricional Articulado.

6.4.4.2 Impacto das intervenções de distribuição de alimentos ou complementos alimentares sobre a insegurança alimentar

Os três estudos incluídos nesta revisão integrativa que avaliaram o impacto do Plano de *Mejoramiento Alimentario y Nutricional de Antioquia/Colômbia* (MANA) sobre a fome identificaram que o plano produziu, de modo negativo, aumento nos índices de insegurança alimentar a população, sendo que, com isso, a intervenção não funcionou no combate à fome.

Este estudo de Álvarez-Uribe, Estrada-Restrepo e Fonseca-Centeno (2010), teve como objetivo estimar através de quase-experimento a situação de insegurança alimentar das famílias colombianas beneficiárias do *Mejoramiento Alimentario y Nutricional de Antioquia* (MANA), através da Pesquisa de Qualidade de Vida (ECV) da Colômbia, realizada pelo Departamento Nacional de Estatística (DANE). A subamostra incluiu 13.602 domicílios na Colômbia em 2008, sendo que 58,2% dos domicílios colombianos apresentavam insegurança alimentar – 37,9% deles leve, 11,6% moderada e 8,7% grave. Os domicílios localizados na zona rural, comparados aos domicílios na zona urbana, demonstraram um percentual maior de insegurança alimentar, pois tal situação apareceu em todos os escores da insegurança alimentar ($p = 0,000$). Além disso, foram registrados domicílios onde um dos membros não realizavam nenhuma das três refeições por falta de recursos, e tal situação aumentou a probabilidade de insegurança alimentar em 18,4 vezes ($p = 0,00000$). Também apresentaram maior probabilidade de insegurança alimentar, pois a casa apresentava superlotação de pessoas. Os domicílios colombianos que participaram do ECV 2008 apresentaram taxas de insegurança alimentar mais altas (58,2%), do que os domicílios colombianos informados pelo ENSIN-2005 (IC 40,6%: 38,7-42,4%). O impacto da exacerbação da pobreza e o aumento dos preços dos alimentos na Colômbia, entre 2005 e 2008, representou um aumento no número de moradores indigentes de 15,7% para 17,8% (15). De 2005 a 2008, a inflação dos preços dos alimentos para o quinto inferior da renda foi maior. Já entre 2007 e 2008, os preços do arroz, trigo e milho – alimentos da cesta básica – aumentaram entre 80% e 90%. Para Álvarez-Uribe, Estrada-Restrepo e Fonseca-Centeno (2010), diminuiu a prevalência de insegurança alimentar à medida que os domicílios participantes do Plano de *Mejoramiento Alimentario y Nutricional de Antioquia* (MANA/ICBF) aumentaram seu nível socioeconômico na Colômbia. Aqueles classificados como estrato baixo de renda relataram taxas muito altas de insegurança alimentar moderada e grave, o que significa que alguns membros da família passaram fome, causando estresse psicológico e transtorno social nas famílias afetadas pelo desfecho.

Num estudo de delineamento quase-experimental²¹, Hackett et al. (2010) tiveram como objetivo examinar a segurança alimentar domiciliar de 2.784 famílias de baixa renda com crianças em idade pré-escolar, que receberam suplementos alimentares como leite em pó enriquecido e fortificado, bolachas fortificadas com farinha enriquecida de base vegetal (chamada de *Bienestarina*) do Plano Colombiano de Mejoramiento Alimentario y Nutricional de Antióquia (MANA) no Departamento de Antióquia, Colômbia. Nos resultados apresentados na pesquisa, verificou-se que não houve diferença significativa na segurança alimentar entre meninos e meninas ($p = 0,83$). As famílias com insegurança alimentar estavam mais concentradas nas áreas rurais. A renda e o gasto com alimentação foram significativamente menores em indivíduos com insegurança alimentar grave. As famílias com segurança alimentar gastavam mais dinheiro em alimentos do que as famílias com insegurança alimentar, e a proporção da renda gasta com alimentação foi menor na alimentação no grupo com segurança alimentar. O tempo que a criança participou do MANA não diferiu pelo status de segurança alimentar, mas o consumo do suplemento infantil demonstrou a interferência do programa na condição alimentar do beneficiário. A maioria dos domicílios foi enquadrada em uma condição de segurança alimentar (48,2%, $n = 1343$) ou insegurança alimentar leve (37,9%, $n = 1056$), sendo que uma em cada dez famílias ($n = 280$) da amostra foi classificada com insegurança alimentar moderada e 3,8% ($n = 105$) encontrava-se em estado de insegurança alimentar severa. A conclusão do trabalho demonstrou que os participantes do Plano de *Mejoramiento Alimentario y Nutricional de Antióquia* (MANA/ICBF) expuseram taxas de insegurança alimentar aproximadamente 10% mais altas do que amostras nacionalmente representativas de famílias colombianas. Esse achado foi esperado, porque os participantes da ajuda alimentar voluntária tendem a apresentarem níveis mais elevados de insegurança alimentar do que os não participantes da intervenção.

A pesquisa aplicada por Álvarez Uribe e Aguirre-Acevedo (2012) utilizou a análise de estratificação da população beneficiária do Plano de *Mejoramiento Alimentario y Nutricional de Antioquia* (MANA) num estudo de quase-experimento²². Com a pesquisa realizada em 2006, a população foi composta por 200.000 crianças que participaram do Plano *Mejoramiento Alimentario y Nutricional de Antioquia* (MANA)/ aliança com ICBF. Os domicílios classificados nos estratos 1 e 2 apresentavam gastos com alimentação abaixo de US\$ 280 mil, serviços públicos completos, condições adequadas

²¹ *Idem* ao item 4.

²² *Idem* ao item 4.

de saneamento, e foram classificados como domicílios com segurança alimentar. O conglomerado dos estratos 3 e 4 foi composto por domicílios abaixo da linha de indigência, com gasto alimentar inferior a US\$ 280 mil, com serviços públicos completos, condições de saúde adequadas, com problemas de saneamento básico e domicílios em insegurança alimentar. Os conglomerados diferiram significativamente em todos os indicadores socioeconômicos por procedência, região, escolaridade, ocupação dos pais, percentual de anemia, perda de peso, níveis de energia e ingestão de nutrientes. Os domicílios localizados nos conglomerados 3 e 4 apresentam maior prevalência de insegurança alimentar, situação que pode ser explicada pela pobreza em que viviam as famílias, o que repercutia no baixo gasto com alimentação, com o agravante de que essa despesa representava uma alta proporção de sua renda. Mas os resultados encontrados fomentaram a falta de acesso oferecido pelo programa à quantidade e qualidade de alimentos necessários para garantir a segurança alimentar das famílias.

6.4.4.3 Impacto da intervenção de distribuição de alimentos ou complementos alimentares sobre a emaciação

O Programa Nutricional Articulado apresentou uma intervenção promissora para emaciação. Assim, o programa pode ser classificado como efetivo no combate à fome. Sobrino *et al.* (2014) procuraram analisar, através de um estudo quase-experimental²³, as tendências de desnutrição e anemia entre crianças peruanas menores de cinco anos beneficiárias do Programa Nutricional Articulado durante o período 2000, 2005 e 2008, com dados do Inquérito Demográfico e de Saúde da Família (ENDES), de 2011, do Instituto Nacional de Estatística e Informática (INEI), que comprovaram a prevalência de desnutrição no Peru, embora esta tenha diminuído significativamente de 2008 (28,9%) a 2011 (19,3%). Durante 2000-2011, com a vigência do programa, o Peru conseguiu reduzir a incidência de desnutrição crônica (DC) e desnutrição aguda (DA)/emaciação e anemia. No período estudado, a tendência da DA revelou uma redução para quase um terço (1,1% versus 0,4%), enquanto a DC passou de 31,6% para 19,6%, e a anemia de 50,4% para 30,7%. No caso da DC, apresentou maior decréscimo nas meninas, registrando menor prevalência. O DA relatou uma tendência semelhante, embora os resultados tenham revelado uma incidência inferior a 50% em meninas para 2011. O combate à pobreza e à desnutrição aguda infantil, desde 2006, tornou-se política de Estado no Peru, uma vez que

²³ *Idem* ao item 1.

a ferramenta de distribuição de alimentos passou a ser um meio diferente dos determinantes sociais por meio da estratégia do país do Programa Nutricional Articulado. A prevalência da desnutrição aguda caiu para quase um terço e continuou sendo um número geral muito baixo, afetando a maioria das regiões e grupos locais do país.

6.4.4.4 Impacto da intervenção de distribuição de alimentos ou complementos alimentares sobre a mortalidade

Na análise realizada por Chavez, Cadavid e Torres (2012) sobre o impacto do Plano de *Mejoramiento Alimentario y Nutricional de Antioquia* (MANA) evidenciou-se que a suplementação não produziu impacto sobre a mortalidade, com isso não sendo possível avaliá-lo como intervenção de combate à fome. Os autores buscaram verificar num estudo quase-experimental as diferenças significativas na classificação entre crianças menores de quatro e cinco anos expostas e não expostas ao Plano de *Mejoramiento Alimentario y Nutricional de Antioquia* (MANA) de Antioquia no município de Envigado na Colômbia, nos anos de 2006 e 2010. Os resultados da pesquisa mostraram que 12,1% das crianças de quatro anos encontravam-se num padrão normal, enquanto 67,2% da amostra precisava melhorar e 20,7% estava com atraso no desenvolvimento. As meninas e meninos não expostos ao plano de suplementação pontuaram mais nos escores tardios de crescimento (61,6% das crianças com quatro anos; 40,5% das crianças com cinco anos), sendo que 25,6% tiveram a necessidade de melhorar e 12,8% encontravam-se com escores normais. Os meninos e meninas de cinco anos (78%) expostos à suplementação tiveram um desempenho normal, 12,2% precisavam melhorar o desempenho e 9,8% das crianças apresentavam atraso no desempenho escolar. Dessa forma, o estudo encontrou diferenças significativas entre sujeitos expostos e não expostos na categorização e formação de conceitos. Entretanto, ambos os grupos apresentavam deficiências no desenvolvimento das variáveis estudadas, embora o grupo exposto tenha apresentado desempenho super. É possível afirmar que houve a recuperação nutricional das meninas e meninos expostos ao *Mejoramiento Alimentario y Nutricional de Antioquia* por quatro anos (2006-2011).

6.4.5 Assistência Social

As intervenções inseridas nas redes de assistência social incluíram uma série de intervenções compensatórias focadas na pobreza e extrema pobreza. Em meados da

década de 1990, essas políticas proliferaram-se em muitos países em desenvolvimento da América Latina e do Caribe (Fiszbein; Schady, 2009).

De acordo com Guadarrama (2000), os programas e projetos de apoio social foram criados para proteger a população afetada por desastres naturais. Com passar do tempo, também se concentraram em atender o abastecimento alimentar da população afetada pela guerra, pobreza, desigualdade e população imigrante. Os países foram sendo incluídos em programas de fornecimento de alimentação para realocação de refugiados, cujo apoio alimentar tornou-se uma contribuição muito específica utilizada em momentos de crise.

As situações como pobreza e desigualdade persistentes nos países latino-americanos e no caribe tornaram permanentes os programas de assistência social. Assim, trata-se um elemento integrante dos planos de desenvolvimento dos países pobres. Os programas e atividades criados ou ampliados nessa linha promoveram a inclusão social dos grupos mais pobres e vulneráveis, ao contar com programas de redistribuição de renda, apoio à agricultura familiar e garantia de segurança alimentar. A par dessas políticas sociais, em 2000, surgiu uma política mais transversal, mais protetora ou promotora da sociedade, orientada para a igualdade de gênero, igualdade racial, direitos humanos e segmentação demográfica (crianças, jovens, jovens e velhos), em que foram incluídos os programas governamentais de infraestrutura urbana, mobilidade e saneamento (Mauro *et al.* 2013).

Nesse sentido, a política de assistência social posicionou-se como uma estratégia de rede de segurança no combate à pobreza, além de buscar sanar injustiças e prevenir situações de vulnerabilidade e risco social. Contribuiu para a melhoria das condições de vida e cidadania da população vulnerável por meio de três procedimentos: a) a provisão pública de benefícios essenciais e à prestação de serviços dirigidos para todos; b) integração na circulação de bens, serviços e direitos das classes sociais à margem do desenvolvimento; c) manutenção da inclusão e promoção do acesso para melhores padrões de vida e cidadania por meio de políticas públicas inclusivas (Mauriel, 2010).

Devido ao reconhecimento político da estreita relação entre pobreza e fome na América Latina e no Caribe, os programas de alimentação, divididos em quatro grupos, foram sendo criados e implementados como parte dos programas de combate à pobreza. O primeiro diz respeito aos fundos de investimento social, programas visaram a construir de forma independente infraestrutura social básica, habitação e a fortalecer instituições públicas. O segundo incluiu programas voltados para grupos específicos, como crianças, jovens, famílias chefiadas por mulheres, pessoas com deficiência, idosos e setores

industriais afetados por crises. O terceiro correspondeu à gestão do risco e vulnerabilidade social, centrando-se nos subsídios de desemprego, emprego de emergência, proteção social e de crise, assistência social direta e assistência de emergência à sociedade. O quarto incluiu programas efetivos de emprego com foco na implementação de programas públicos de emprego, qualificação da mão de obra, projetos de eficiência, acesso ao crédito e microcrédito e/ou promoção do autoemprego. Os esquemas de transferência social enquadraram-se na quinta categoria e foram realizados por meio de transferências diretas incondicionais ou condicionadas de renda ou categorias que incluem alimentos (Pardo, 2003; Villatoro, 2004).

Para isso, a maior parte dos programas de transferência de renda ou monetária da América Latina e do Caribe passaram a fornecer proteção social para os primeiros ciclos de vida e, em alguns países, também incluíram idosos, pessoas com deficiência e trabalhadores pobres. Ao mesmo tempo que prestaram serviços de saúde, integraram crianças e jovens no sistema escolar, com uma variedade de ações adicionais que certos programas realizaram consideradas benefícios não monetários (Silva, 2014).

A supremacia de intervenções de transferência de renda/monetária voltados ao combate à fome mostrou-se proeminente nos resultados da revisão integrativa, o que pode ser justificado pelo número de estudos localizados nas bases de buscas. Na Tabela 15, constam as informações dos 40 estudos sobre intervenções voltados à assistência social na América Latina e Caribe incluídos na revisão integrativa, a qual encontrou 3 artigos sobre desnutrição, 6 artigos que contemplou o nanismo, 10 artigos que exploraram a temática do consumo alimentar, 15 artigos com ênfase a insegurança alimentar e outros 6 artigos tratando de renda:

Tabela 15 - Estudos desenvolvidos na América Latina e no Caribe que abordaram sobre intervenções voltadas à assistência social incluídas na revisão integrativa

Intervenção	Autor (es)	Ano de publicação
Asignación Universal por Hijo (AUH) [Argentina]	Salvia; Musante; Jaramillo	2013
	Salvia; Tuñón; Poy	2015
	Walsh; Poy; Tuñón	2020
Programa Bolsa Família (Brasil)	Duarte; Sampaio; Sampaio	2010
	Saldiva; Silva; Saldiva	
	Oliveira; Cotta; Queiroz Ribeiro; Sant'ana; Priore; Franceschini	2011
	Piperata; Spence; Da-Gloria; Hubbe	
	Paes-Sousa; Santos; Miazaki	
	Anschau; Matsuo; Segall-Corrêa	2012
	Mourão; Ferreira; Macedo De Jesus	
	Nunes De Souza; Moura E Dias; Sperandio; Franceschini; Priore	

	Continuação da tabela 15	
	Pereira Sampaio; Pinheiro De Sousa	2014
	Cabral; Lopes; Lopes; Vianna	
	Rosano Peña; Pinheiro; Albuquerque; Mota Fernandes	2015
	Sperandio e Priore	
	Neder; Alves Filho; Souza	
	Poblacion; Marín-León; Segall-Corrêa; Silveira; Taddei	
	Sperandio; Rodrigues; Franceschini; Priore	2017
	Suzart; Ferreira; Barros De Oliveira; Meireles Lemos; Correa; Bonfatti	
	Pacheco; Pedroso; Gonçalves; Cuervo; Rossoni	2018
	Correa; Trevisan; Mello	2019
	Ford; Lourenço; Cobayashi; Cardoso	2020
<i>Familias en Acción</i> (Colômbia)	Attanasio; Battistin; Mesnard	2012
	Lopez-Arana; Avendano; Forde; Van Lenthe; Burdorf	2016
	Lopez-Arana; Avendano; Van Lenthe; Burdorf	
<i>Red Solidaria/Comunidades Solidarias Rurales</i> (El Salvador)	de Brauw e Peterman	2011
Programa dos Direitos dos Nossos Idosos (REA) [El Salvador]	Martínez; Pérez; Tejerina	2015
<i>Bono de Desarrollo Humano</i> (Equador)	Ponce e Bedi	2010
	Ponce; Ramos-Martin	2017
<i>Cash and Food-for-Work Programs</i> (C/FfW, Haiti)	Echevin; Lamanna; Oviedo	2011
<i>Programme of Advancement through Health and Education</i> (PATH) [Jamaica]	Myrie e Robinson	2013
PROGRESA (México)	Kronebusch e Damon	2019
Oportunidades (México)	Angelucci; Attanasio; Di Maro	2011
	García-Parra; Ochoa-Díaz-López; García-Miranda; Moreno-Altamirano; Solís-Hernández; Molina-Salazar	2016
	Tamez-González; Ruiz-García; Ayala-Guzmán; Ortiz-Hernández	2018
<i>70 y Más</i> (México)	Vilar-Compte e Ortiz-Blas	2013
Red de Protección Social (Nicaragua)	Thomas	2010
	Gitter; Manley; Barham	2013
Programa de <i>Pensión Alimentaria</i> para Adultos (Paraguai)	Galeano Bate	2018
Programa Juntos (Peru)	Andersen; Reynolds; Behrman; Crookston; Dearden; Escobal; Mani; Sanchez; Stein; Fernald	2015

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

A Revisão encontrou 40 estudos com avaliações de impacto de 14 intervenções ligadas à assistência social implementadas nos países da América Latina e Caribe. As intervenções incluídas nessa revisão integrativa que comprovaram reduções significativas nos níveis de insegurança alimentar foram “*Asignación Universal por Hijo*” na Argentina

e “Programa Bolsa Família” no Brasil que contemplam os trabalhos de Piperata *et al.* (2011); Nunes de Souza; Moura e Dias e Segall-Corrêa (2012); Sperandio *et al.* (2017); Anschau; Matsuo e Segall-Corrêa, (2012); Suzart *et al.* (2017); Poblacion *et al.* (2015). Em outro estudo desenvolvido por Neder, Alvez Filho e Souza (2015), o Programa Bolsa Família (PBF) mostrou-se promissor para o combate à insegurança alimentar, enquanto outros dois estudos sobre o PBF indicaram evidências sobre a limitada efetividade da intervenção em relação à desnutrição e outros dois trabalhos mostraram esse mesmo resultado para nanismo. Com o aumento da transferência de renda oferecido pelo Programa Bolsa Família, ficou constatado pelos estudos incluídos nessa revisão que houve aumento nos índices de consumo alimentar e de renda dos beneficiários.

O Programa Juntos, implementado no Peru, teve impacto comprovado sobre a desnutrição. O estudo de De Brauw e Peterman (2011) identificou que a *Red Solidaria* teve efeito promissor sobre os indicadores de nanismo, a exemplo do Programa Oportunidades, fazendo a evidência também ser classificada como não avaliada. A análise do subsídio *70 y más* e do Programa dos Direitos dos Nossos Idosos demonstrou redução nos índices de insegurança alimentar, e, por esse motivo, mostraram-se promissores como intervenção na insegurança alimentar. Os estudos do Programa *Famílias en Acción* encontraram resultados que mostraram uma expressiva redução nos índices de nanismo. Assim, Attanasio *et al.* (2012), com seu trabalho sobre *Famílias en Acción*; Kronebusch e Damon (2019), que pesquisaram sobre Progesa; Angelucci *et al.* (2011) com Oportunidades; Gitter *et al.* (2013), numa pesquisa sobre Red de Protección Social; Poncea e Bedi (2010); Ponce e Ramos-Martin (2017), com sua pesquisa sobre *Bono de Desarrollo Humano*, identificaram que o aumento do orçamento do público beneficiário provocou impacto promissor sobre consumo alimentar, enquanto Galeano Bate (2018) constatou que o Programa de Pensão do Idoso em situação de pobreza provocou um promissor aumento na renda dos idosos beneficiários.

O Programa *Asignación Universal por Hijo*, implementado na Argentina, incluiu um abono para família, que combinou transferências monetárias e condições para melhorar o fornecimento de materiais, saúde e educação a crianças e jovens em situação de vulnerabilidade na comunidade (Walsh; Poy; Tuñón, 2020). Os pais de crianças elegíveis para receber o benefício precisavam estar desempregados, trabalhando na economia informal ou no serviço doméstico, autônomos ou empregados temporários. No caso de trabalho informal, os salários deveriam ser inferiores ao salário-mínimo,

especialmente se o pai ou a mãe não estivesse incluído no banco de dados de filiados da Previdência Social (Perczyk, 2014).

De acordo com Salvia, Musante e Jaramillo (2013), outra condicionalidade específica do programa destinou-se a beneficiar apenas cinco crianças dependentes por adulto, as quais deviam atender aos requisitos de saúde e educação, como estar com o calendário de vacinação em dia e realizar exames médicos adequados à idade. Além disso, as crianças de seis anos ou menos deveriam estar matriculadas em um programa estadual de saúde, e as crianças de cinco a 17 anos precisavam frequentar a escola.

Conforme referência Walsh, Poy e Tuñón (2020), a conformidade do beneficiário deveria ser certificada anualmente quando submetida à Administração Nacional do Seguro Social (ANSES), com um documento assinado pelas autoridades do centro médico ou escola. A falha em certificar a conformidade resultava na suspensão do programa, a qual não apenas impedia os pais de receber os pagamentos mensais, mas também resultava na perda da transferência anual cumulativa, que era paga quando a criança atendia aos requisitos de elegibilidade.

O Programa Bolsa Família (PBF) foi criado a partir da unificação dos programas como o Bolsa Escola e o Bolsa Alimentação, que existiram brevemente entre 2001 e 2003. O PBF foi considerado o carro-chefe da política social brasileira desde 2003, instituído e regulamentado pelo Decreto nº 5.209/2004, posteriormente incorporado ao Programa Brasil Sem Miséria e ganhou posição definidora na política social no debate polarizador sobre sua constituição com renda garantida, inclusão produtiva e acesso aos serviços públicos de saúde, educação e assistência social (Araújo *et al.*, 2014).

Em geral, O PBF possuía três eixos básicos: transferências de renda, condicionalidades e ações e programas complementares, ficando conhecido, por isso, como bolsa por necessidade, pois se destinava às famílias em situação de exclusão econômica, às quais se recomendava o atendimento das suas condições para estimular o desenvolvimento do capital humano. Isso era feito com o objetivo de combater a fome e a miséria, promover a emancipação das famílias, reduzir a pobreza e as desigualdades existentes por meio da transferência direta de recursos monetários para famílias no país (GUERRA *et al.*, 2012).

Sá e Silva (2012) destacaram que, ao repassar o valor em dinheiro, o programa Bolsa Família foi importante para ampliar outros programas, como os de alfabetização, formação profissional, apoio à agricultura familiar, ocupação e geração de renda,

microcrédito, acesso à educação, prestação de serviços de saúde para crianças e famílias beneficiárias.

No setor da educação, todas as crianças e jovens entre os seis aos 15 anos deveriam estar matriculados e ter 85% de frequência mensal mínima, e os alunos entre os 16 e os 17 anos necessitavam manter 75% da frequência regular na escola (Brasil, 2003). Segundo Rasella *et al.* (2013), tais especificidades permitiram reduzir significativamente a taxa de mortalidade infantil, pois, por causa da cobrança das condicionalidades focadas em aspectos no setor saúde, as famílias beneficiárias eram obrigadas a realizar acompanhamento da carteira de vacinação e do crescimento e desenvolvimento de crianças menores de sete anos. Ainda, eram monitorados, nas mulheres entre 14 e 44 anos, grávidas ou lactantes, os cuidados pré-natais e a saúde do recém-nascido.

Em 2002, o governo colombiano lançou o programa de transferência monetária condicionada nominado *Famílias en Acción* (FA), para famílias pobres com crianças de 0 a 17 anos. O programa FA foi uma intervenção em grande escala destinada a fornecer valor monetário a mães de famílias pobres. Tal estratégia de proteção social do governo colombiano promoveu a acumulação de capital humano em municípios com menos de 100.000 habitantes e grande parte da população rural (Attanasio *et al.*, 2004; Attanasio; Mesnard, 2006; Forde *et al.*, 2012).

Segundo Attanasio e Gomez (2004), o Programa *Famílias en Acción* (FA) consistia em três componentes: nutrição, saúde e educação. O componente nutricional incluía um subsídio em dinheiro pago às famílias beneficiárias (núcleo familiar) com crianças de zero a seis anos, sendo a alternativa as casas comunitárias do *Instituto Colombiano de Bienestar Familia* (ICBF) – as crianças não podiam participar de ambos os programas ao mesmo tempo. No entanto, as famílias com crianças menores de sete anos podiam decidir enviar o filho mais novo para uma casa de grupo e juntar-se à *Famílias en Acción* com o filho mais velho. O componente saúde obrigava as crianças menores de sete anos a participarem de programas regulares de imunização, bem como de exames de crescimento e desenvolvimento, e os pais a participarem de oficinas com temáticas relacionadas à prevenção em saúde. O componente educação exigia a frequência escolar regularmente de crianças entre os sete aos 17 anos.

A implementação do programa *Famílias en Acción* incluiu unidades que operavam a nível nacional, provincial e municipal. O programa foi gerido e implementado pela Unidade de Coordenação Nacional, mas as Unidades de Coordenação Regional assumiram o cronograma de implantação a partir de outubro de 2011, em parceria com

estado e município. O monitoramento do programa tornou-se uma responsabilidade conjunta dos governos, o que incluiu um sistema de monitoramento abrangente que acompanhava as famílias nas várias etapas da implementação do programa, como (1) registro e *status* de beneficiário, (2) cumprimento dos termos do programa, (3) pagamentos de transferência e (4) reclamações e gestão de casos. Os escritórios a nível municipal verificavam atendimento aos requisitos de elegibilidade das mães, e caso estas não cumprissem as condicionalidades três vezes seguidas, elas poderiam ser destituídas do programa (Paes-Sousa; Regalia; Stampini, 2013).

No final de 2005, foi implementado o programa *Red Solidaria/Comunidades Solidarias Rurales* em El Salvador, que abrangeu 100 municípios e beneficiou mais de 100.000 famílias mais pobres do país até 2010 (Beneke de Sanfeliú; Angel; Shi, 2016). As condicionalidades ligadas à saúde incluíram triagem pré-natal e pós-natal, monitoramento do crescimento e imunizações para crianças menores de cinco anos. As condições educacionais exigiam que crianças de cinco a 15 anos frequentassem escolas regulares até o sexto ano (De Brauw; Peterman, 2011).

O valor desse programa de transferência em El Salvador não mudava com o tamanho, mas variava com a composição da família do beneficiário. Era considerado componente de saúde para famílias com cônjuge ou filhos menores de cinco anos e componente educacional para famílias com filhos entre cinco e 15 anos. As famílias que se qualificavam para apenas um dos componentes recebiam US\$ 15 por mês; as famílias qualificadas para ambos, US\$ 20 (Beneke de Sanfeliú, Angel; Shi, 2015). No entanto, esse número aumentou para um terço daqueles que se encontravam nas duas faixas de renda mais pobres da distribuição de renda (IFPRI; FUSADES, 2010).

Segundo Sanchez Chico et al. (2018), o programa foi implementado pela Fundação de Investimento Social para o Desenvolvimento Local (FISDL), que contratou organizações não governamentais para monitoramento e implementação em nível local. O programa fez outros investimentos em municípios, que melhoraram os serviços existentes de saúde, educação, serviços básicos de água, saneamento, eletricidade e estradas rurais. Esses outros investimentos foram direcionados a toda a comunidade, para que possam beneficiar não apenas as famílias da área do programa.

Em 2009 El Salvador foi o terceiro país com as pensões mais baixas para os sistemas contributivo e não contributivo de idosos. De acordo com Cordova (2013), o governo lançou o Programa Direitos dos Nossos Idosos (REA), como parte do Plano Quinquenal de Desenvolvimento 2009-2014. Visava a atender especificamente ao

público da terceira idade, uma iniciativa para melhorar as condições de vida e implementar seus direitos, oferecendo uma pensão básica não contributiva, conhecida como Benefício Básico Universal de US\$ 50 mensais para pessoas com 70 anos ou mais. O programa começou em 2010, em 32 dos municípios mais pobres do país, de acordo com o Mapa Nacional da Pobreza de 2005 (pobreza extrema), expandiu-se para outros municípios pobres ao longo do tempo (2011), alcançando um total de 21 municípios, e um total de 15.300 participantes, chegando mesmo a atingir cerca de 29.000 idosos em 75 municípios em 2013.

Como Ponce e Bedi (2010) descreveram em seu trabalho em 2003, o *Bono de Desarrollo Humano* foi reorganizado e passou a ser um programa de transferência monetária condicionada. O seu principal objetivo foi melhorar a formação de capital humano em famílias pobres no Equador, tendo como seus dois componentes principais a educação e a saúde. A condicionalidade educação tinha como exigência que as crianças entre os seis e 15 anos estivessem matriculadas na escola e frequentassem pelo menos 90% dos dias letivos por mês. O componente de saúde exigia a visita de crianças com menos de seis anos aos centros de saúde para uma consulta quinzenal, em que fossem monitorados o seu crescimento/desenvolvimento para receberem suplementos nutricionais e vacinas.

Os *Cash and Food-for-Work Programmes* (C/FfW) forneceram assistência financeira imediata ao público desempregado no Haiti. Em geral, C/FfW tornaram-se intervenções de curto prazo (tipicamente dois a três meses) para fornecer emprego temporário em projetos públicos (reparos de estradas, limpeza de canais de irrigação ou reconstrução de infraestrutura, entre outros pequenos serviços). Após os desastres causados por terremotos, os participantes expressavam preferência por atividades nas quais suas habilidades poderiam ser usadas. Os *Cash and Food-for-Work Programs* (C/FfW) favoreceram oportunidades às pessoas que viviam em as áreas afetadas pelo terremoto, com uma chance de contribuir com renda alimentar (Echevin; Lamanna; Oviedo, 2011).

A dinâmica do programa que usava métodos de trabalho intensivo para construir ou reformar a infraestrutura do país combinava dois objetivos: (1) fornecer uma rede de segurança para famílias pobres e com insegurança alimentar em que os membros dessas famílias forneciam sua mão-de-obra, podiam trabalhar em atividades de construção e beneficiar-se diretamente da distribuição de alimentos; (2) melhorar as condições de vida através da criação ou melhoria de infraestruturas que beneficiavam diretamente as

comunidades pobres (estradas, redes de esgotos, pontos de água potável etc.). As diretrizes acordadas entre a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o *World Food Programme* afirmavam que os programas voluntários eram usados para melhorar ou criar ativos que beneficiavam diretamente a sociedade (por exemplo, infraestrutura comunitária) ou para ajuda de emergência durante uma seca ou crise econômica (Esch, 1997).

O *Programme of Advancement through Health and Education* (PATH) foi um programa de transferência monetária condicionada administrado pelo Departamento de Trabalho e Seguridade Social da Jamaica, que visava fornecer benefícios por meio de financiamento em dinheiro para atender aos grupos mais necessitados e vulneráveis da sociedade. Segundo Myrie e Robinson (2013), o PATH foi introduzido no país em 2002, com base em esquemas de conversão existentes para eliminar a duplicação de cadastros, reduzir custos administrativos, fomentar o uso racional de recursos e aumentar a eficiência da implementação de programas de assistência à população. Como parte das reformas, o PATH foi introduzido como um programa de transferência condicional voltado para famílias vulneráveis na comunidade. Os objetivos do programa detinham-se em (1) elevar o nível de educação, melhorar os resultados de saúde para os pobres e quebrar o ciclo intergeracional da pobreza; (2) reduzir a pobreza através do valor da transferência de renda para a população em vulnerabilidade; (3) diminuir o trabalho infantil ao exigir que as crianças frequentassem a escola; (4) servir como rede de segurança, por evitar que as famílias se tornassem mais vulneráveis em caso de choque adverso. O programa tornou-se a principal intervenção de assistência social da Jamaica.

No México, vários programas sociais destinados a combater a pobreza foram implementados em quatro décadas. Em 1997, o México lançou um programa de incentivo à redução da pobreza, inicialmente denominado Progresas, alterado em 2006 para Oportunidades e, desde 2014, renomeado como Prospera. O programa Oportunidades concentrou-se na melhoria do capital humano das pessoas que se encontravam em extrema pobreza (Chávez *et al.*, 1996; Levy, 2006). Segundo o Banco Mundial (2012), foi o principal programa por meio da transferência de renda de combate à pobreza do governo federal mexicano, visando a quebrar o ciclo de pobreza intergeracional. As famílias mais pobres tinham condições regulares de frequentar a escola e visitar a clínicas de saúde da família. Além disso, as famílias com crianças pequenas recebiam suplementos alimentares nutritivos (Nutrisano) e as mulheres grávidas e lactantes recebiam suplementos alimentares nutritivos (Nutrívida).

Como explicam Araújo e Buitrón (2013), o Programa Oportunidade foi uma intervenção que ofereceu transferências diretas condicionadas à execução de medidas específicas de incentivo ao investimento em capital humano de renda para famílias vulneráveis. A proposta do Oportunidades defendia dois componentes principais para garantir uma renda mínima a essas famílias (programa de redistribuição) ao mesmo tempo, uma vez que incentivava determinados comportamentos (como frequentar a escola). O programa destinou apoio à educação, saúde e nutrição, sendo fornecido apoio educacional para atender a responsabilidade geral de matrícula e frequência escolar. Por outro lado, o apoio nutricional e o de saúde estavam vinculados aos exames de saúde e às oficinas.

O Programa ProgresA foi implementado pela primeira vez em 1998, para um grupo seleto da população em áreas rurais, e somente em 2002 foi expandido para incluir áreas rurais e urbanas. Os dados do censo foram usados para identificar locais elegíveis com base no *status* socioeconômico, escolhendo-se, assim, 506 comunidades para participar do programa. As restrições financeiras impediram a implementação imediata do programa completo e, por isso, o governo mexicano concordou em executar o programa aleatoriamente em 320 comunidades em 1998 e, dois anos depois, em 2000, nas 185 comunidades restantes (Todd, 2007).

O programa de transferência monetária oferecia às famílias em vulnerabilidade um abono mensal em dinheiro, com base no número de filhos no domicílio, desde que esses filhos fossem mantidos em escolas do ensino fundamental e médio. Concomitantemente, os familiares deveriam frequentar oficinas de cuidados preventivos de saúde. As famílias chefiadas por mulheres também precisavam participar de conferências de saúde e nutrição, que abordavam tópicos como cuidados pré-natais, práticas de amamentação e cuidados com doenças comuns (Hoddinott *et al.*, 2000; Fernald *et al.*, 2008a, b).

O PROGRESA manteve o fornecimento de alimentos fortificados para mulheres grávidas e lactantes, crianças de quatro meses a dois anos e crianças de dois a cinco anos com baixo peso ao nascer (Hoddinott *et al.*, 2000). Os suplementos alimentares continham 20% da necessidade calórica diária e 100% da necessidade diária de micronutrientes e foram adaptados às necessidades individuais de saúde e idade (Bassett, 2008). Os suplementos eram obtidos quando um membro da família visitava a clínica que prestava serviços de saúde preventiva para a criança.

Em 2007 foi criado, no México, o programa federal de transferência de renda e recursos “70 y más”, destinado à população com mais de 70 anos. Tinha como objetivo atender às necessidades básicas da população mexicana em processo de envelhecimento. Além disso, o 70 y más foi concebido como um programa que ajudava um grupo significativamente vulnerável, já que a maioria dos idosos no México não tinham acesso à aposentadoria ou previdência social. Isso foi especialmente preocupante, dada a ligação entre a falta de recursos financeiros e a insegurança alimentar dos idosos. Em resposta a essa situação, o governo federal mexicano criou o programa, que oferecia uma transferência mensal, com o objetivo de melhorar a saúde e a nutrição dos idosos (CONEVAL, 2011).

De acordo com Vilar-Compte e Ortiz-Blas (2013), as pessoas com mais de 70 anos residentes em uma região com população inferior a 10.000 habitantes e não beneficiárias de transferências em dinheiro do Programa de Oportunidades eram elegíveis para 70 y más. Também incluíram serviços como cuidados de saúde, desenvolvimento pessoal para melhorar a alimentação e o estado de saúde dos idosos (ou seja, através da inscrição ao seguro público de saúde, Seguro Popular).

A *Red de Protección Social* (RPS), implementada na Nicarágua, foi considerada um programa de transferência condicional de dinheiro, que complementou a renda dos beneficiários por até três anos para aumentar os recursos destinados com alimentação da família, reduzir as taxas de evasão escolar no ensino fundamental e melhorar a saúde e a nutrição das crianças menores de cinco anos (Maluccio; Flores, 2005).

O Programa de *Pensión Alimentaria para Adultos* foi uma intervenção implementada pela Lei nº 3728/2009, que, em 2010, abrangeu 909 beneficiários e, em dezembro de 2017, atingiu 184.179 beneficiários ativos no Paraguai. Segundo Bruno (2018), o programa conferiu o direito à pensão a todas as pessoas com 65 anos ou mais em situação de pobreza, que preencheram os requisitos administrativos e legais. Essa pensão econômica tinha por objetivo reduzir a desigualdade social enfrentada por essa população. O benefício incluiu uma transferência mensal equivalente a três quartos do salário-mínimo, que era administrado pelo Ministério da Fazenda (MS), no âmbito da Administração Geral de Pensões Não Contributivas (DPNC).

Segundo Cabrera (2011), o Programa Juntos do Peru foi considerado a primeira iniciativa do país de promover a transferência de renda com objetivo de mitigar a desnutrição infantil e a pobreza, o qual se sustentou em funcionamento síncrono entre as áreas da saúde e educação. Na fase piloto, a primeira etapa do programa foi executada em

áreas afetadas pela guerra civil, em locais onde não havia política, por parte do Estado, relacionada a reparar danos às vítimas de violência. Para os gestores responsáveis, foi uma das principais ações voltadas às políticas sociais do país, por ser um programa de maior escala e orçamento. O objetivo do programa era incrementar as capacidades dos mais vulneráveis para criar condições, enfrentar e recuperar de situações adversas e, por fim, contribuir na redução da desigualdade e vulnerabilidade.

O programa foi criado pela Presidência de Conselho dos Ministros, em 2005, por meio de um repasse financeiro às famílias de destino incerto e à população que vivia à margem da pobreza. A partir da sua implementação, buscou-se cumprir os compromissos de participação e complementariedade nas áreas de educação, saúde, nutrição e cadastramento dos beneficiários (Cabrera, 2011).

Cabrera (2011) afirmou que a distribuição do programa se deu entre os distritos peruanos, por meio de atenção de variáveis definidas pelo Ministério de Economia e Finanças. Foi destinado aos distritos à mercê da violência, pobreza por necessidades básicas não atendidas, pobreza extrema e desnutrição infantil crônica. Os administradores levaram em consideração, como uma iniciativa do governo que buscava promover respeito aos direitos fundamentais, promover oportunidades e capacidades econômicas da população necessitada.

6.4.5.1 Impacto das intervenções de assistência social sobre a desnutrição

O estudo de Andersen *et al.* (2015) apontou que o Programa Juntos do Peru provocou redução na desnutrição. Dessa maneira, essa intervenção foi categorizada como promissora para desfecho. Os autores realizaram um estudo para estimar resultados sobre a participação de crianças de sete a oito anos do Programa “Juntos” no Peru, no qual os distritos foram classificados de acordo com o índice e algumas exceções, sendo que os 638 distritos mais pobres do país foram inscritos entre 2005 e 2007. Na análise do estudo quase-experimental, foram usados dados da rodada 1 (antes da inscrição no Juntos) e da rodada 3 (inscrição pós-Juntos) para medir as associações do Juntos com resultados antropométricos e dados da rodada 2 (pré-intervenção para domicílios não inscritos no Juntos) e da rodada 3 (pós-intervenção) para medir as associações do Juntos com os resultados do desenvolvimento das crianças. Nas rodadas 1 e 3, a média do HAZ dos beneficiários do Juntos foi menor do que não beneficiários. O escore z de altura para idade (HAZ) médio aumentou entre os ciclos 1 e 3, havendo diferenças significativas entre beneficiários e não beneficiários do programa para a maioria das covariáveis do ciclo 1,

indicando algum grau de vulnerabilidade e pobreza entre os participantes do Juntos. Em toda a amostra, a participação no Juntos não foi associada a alterações na ZTA, independentemente da duração da participação. No entanto, quando a amostra foi estratificada por sexo, as crianças que foram inscritas no programa por dois anos apresentaram melhora no HAZ (ATT²⁴: 0,43; IC 95%: 0,09, 0,77; P = 0,01). Da mesma forma, as crianças que receberam auxílio do Programa Juntos por dois anos (ATT: 0,52; IC 95%: 0,23, 0,80; P < 0,01) tiveram uma tendência não significativa de redução do atraso no crescimento com tratamento de dois anos ou mais na amostra geral (ATT: 218,3 pontos percentuais (pp); IC 95%: 238,3, 1,6 pp; P = 0,07). Os achados dos autores mostraram que o Programa “Juntos” do Peru pode ser de interesse para pesquisadores e formuladores de políticas para reduzir o duplo fardo da desnutrição nos países em desenvolvimento. Ao mesmo tempo, o programa promoveu o desenvolvimento da linguagem e o desempenho acadêmico das crianças.

Os dois estudos encontrados que analisaram o impacto do Programa Bolsa Família sobre a desnutrição indicaram resultados promissores para os brasileiros. Os autores encontraram como efeito o aumento da transferência de renda produzindo uma pequena redução na desnutrição, dessa forma podendo ser considerada uma intervenção promissora para o combate à fome. Os autores Ford *et al.* (2020) examinaram com quase-experimento os indicadores do estado nutricional de crianças de até 10 anos beneficiárias e não beneficiárias do Programa Bolsa Família residentes na zona urbana de Acrelândia/Acre. Das 1.063 crianças menores de 10 anos incluídas na pesquisa de base de 2007 entre participantes (n = 325/grupo tratado) e não participantes (n = 738/grupo controle) do Bolsa Família. Os procedimentos e equipamentos de pesquisa foram realizados em 2007 e repetidos em 2009, quando tais famílias encontravam-se em situação de extrema pobreza ou eram classificadas como pobres. Os valores dos escores z de altura para idade (HAZ) foram significativamente maiores para o grupo não beneficiário do programa (NP) em relação ao beneficiado pelo programa em ambos os testes. Não foi encontrada diferença na prevalência de alterações positivas nos escores de HAZ de 2007 a 2009 entre aqueles que receberam benefício e aqueles que não foram beneficiados com Bolsa Família. As taxas de crianças com baixa estatura também foram semelhantes entre os dois grupos em ambos os pontos (4,3% NP vs. 4,4% beneficiado em 2007, p = 0,961; 3,6% NP vs. 6,4% beneficiado em 2009, p = 0,076). A frequência média

²⁴ *Average Treatment Effect on the Treated.*

de mudanças positivas no HAZ foi de 0,81 (IC 95%: 0,70–0,95) no beneficiado em relação ao NP, o que significou que a prevalência de mudanças positivas no HAZ foi menos acentuada no grupo beneficiado com o programa. No contexto de Acrelândia, o efeito do Programa Bolsa Família demonstrou poucas mudanças positivas no BAZ, pois as diferenças antropométricas permaneceram entre os grupos e provavelmente não foram suficientes para afetar os níveis de desnutrição durante um período de acompanhamento de dois anos.

A proposta do estudo de Saldiva, Silva e Saldiva (2010) era avaliar o estado nutricional de 164 crianças menores de cinco anos beneficiárias e não beneficiárias do Programa Bolsa Família, com estudo de delineamento quase-experimental para verificar a qualidade do consumo alimentar do município de João Câmara no Rio Grande do Norte, realizada em 2005 e, num segundo momento, em 2006. Dentre elas, 51,8% pertenciam a famílias beneficiárias (grupo tratamento) e 48,2% não eram beneficiários (grupo controle) do Programa Bolsa Família. Não foram encontradas diferenças estatísticas entre o estado nutricional de crianças beneficiárias e não beneficiárias do Programa Bolsa Família. O consumo de frutas, verduras e legumes foi baixo e semelhante para ambos os grupos estudados. A associação entre consumo dos principais grupos de alimentos como frutas, legumes, verduras, feijão, carne e guloseimas com as crianças beneficiárias do PBF mostrou que o maior consumo de guloseimas estava associado positivamente com as beneficiárias do PBF ($\chi^2 = 9,1$ e $p = 0,002$). O estudo mostrou-se estatisticamente significativo ($p = 0,06$) com relação ao efeito do Programa Bolsa Família (PBF) na desnutrição. Os resultados da pesquisa encontraram alta prevalência de obesidade em relação ao índice peso/idade das crianças que não eram beneficiárias do PBF (11,4%), em comparação com aquelas inscritas pelo PBF (2,4%). Nesse caso, encontrou-se prevalência de desnutrição de 9,9% (baixa duração na idade), como indicador de desnutrição crônica no Brasil.

6.4.5.2 Impacto das intervenções de assistência social sobre a insegurança alimentar

Os três trabalhos incluídos na integrativa, que avaliaram o impacto da *Asignación Universal por Hijo* – Salvia, Musante e Jaramillo (2013); Salvia, Tuñón e Poy (2015); Walsh, Poy e Tuñón (2020) –, concluíram que esta intervenção comprovou uma redução da taxa de insegurança alimentar na população da Argentina. O artigo publicado por Salvia, Musante e Jaramillo (2013) buscou avaliar, por meio da pesquisa de delineamento

quase-experimental²⁵, a atuação do *Asignación Universal por Hijo* na redução da insegurança alimentar de famílias e de crianças de zero a 17 anos durante o período 2010-2012 para a população na Argentina. Os resultados mostraram que, em 16% dos domicílios urbanos do país, o nível de insegurança alimentar passou de 17,6% para 15,9% em 2012. Mais especificamente, observou-se que a gravidade diminuiu 1,2 ponto percentual em 2011, passando de 9,7% para 8,5%, atingindo 8,7% dos domicílios no último ano da análise como um todo, embora a taxa de déficit tenha diminuído constantemente: 7,9% em 2010, 7,4% em 2011 e 7,3% em 2012. Em comparação com o número de crianças, a insegurança alimentar foi de 20,9% em 2010, 18,6% em 2011 e 20,2% em 2012. Da mesma forma, houve uma diferença significativa entre os indivíduos que sofreram com a insegurança alimentar nos últimos anos de acordo com o nível socioeconômico. De fato, 61,6% das famílias que vivenciaram esse problema em 2010 pertenciam à classe muito baixa; 26,7%, à classe baixa (88,3% do total); e apenas 10,8% à média. No último ano da análise, a taxa de domicílios com insegurança alimentar de anos anteriores ainda se manteve em 88,7% nos estratos muito baixos (56,8%) e estratos baixos (31,9%). A proporção de domicílios que se encontravam em situação de insegurança alimentar diminuiu para os participantes do *Asignación Universal por Hijo* (1,1 pp no período) na Argentina.

Salvia, Tuñon e Poy (2015), numa pesquisa quase-experimental, buscaram estimar o impacto do *Asignación Universal por Hijo* (AUH) na segurança alimentar da população da Argentina. Apesar dos efeitos positivos da AUH na renda familiar *per capita* das crianças, os autores observaram o efeito na insegurança alimentar aguda comparável ao efeito observado na taxa de pobreza. A prevalência de insegurança alimentar grave no grupo experimental (beneficiário do programa) foi de 10,7% e 13,2% no grupo controle (não beneficiário do programa), o que representa um efeito positivo em termos absolutos do AUH de 2,6 pp e 19%. Os resultados foram consistentes em mostrar que a participação no regime de AUH teve resultado numa redução efetiva, ainda que não absoluta ou completa do risco de insegurança alimentar grave, em detrimento do bem-estar, desenvolvimento humano e social da população infantil. O efeito na redução da insegurança nutricional grave de crianças com pais desempregados ou não trabalhadores (diferenças de 4 pp a favor do grupo experimental) ou subempregados (numa diferença de 2,8 pp), comparado com aqueles que viviam em famílias cujos membros possuíam

²⁵ *Idem* ao item 5.

emprego regular (2,1 pp a favor do grupo experimental). Os desníveis das diferenças foram estatisticamente significativos no caso de adultos referências, que não contavam com empregos, desempregados ou inativos, que tiveram maior efeito no grupo de tratamento. Em conclusão ao estudo, Salvia, Tuñon e Poy (2015), relataram o impacto positivo do *Asignación Universal por Hijo* (AUH) na renda *per capita*, também destacando os resultados positivos na redução do risco de pobreza extrema e de insegurança alimentar aguda dos domicílios das crianças e jovens beneficiados na Argentina com o programa no período 2010-2012.

A pesquisa de Walsh, Poy e Tuñón (2020), foi desenvolvida para analisar através de um quase-experimento o impacto direto do programa *Asignación Universal por Hijo* nos efeitos generalizados na saúde infantil. Esse artigo utilizou dados da Pesquisa da Dívida Social Argentina (EDSA), realizada anualmente pelo Observatório da Dívida Social Argentina (ODSA), do período de 2012-2017. A amostra conteve 12.507 conjuntos de respostas sobre crianças de 3 a 17 anos. O resultado sobre segurança alimentar atestou o impacto positivo no grupo tratado (beneficiários do programa). O *Average Treatment Effect on the Treated* (ATET), ou seja, o efeito médio do tratamento nos grupos de 2,26 pp até 2,52 pp, com base no algoritmo de correspondência usado, foi significativo no nível de 5%. Na comparação criada com a linha de base, 73% do grupo controle (não beneficiários do programa) detinham a segurança alimentar, enquanto o processo de pareamento criou uma coorte hipotética, com apenas 67% dos não beneficiários desfrutando da segurança alimentar. Para os resultados achados por Walsh, Poy e Tuñón (2020), o AUH melhorou o índice de segurança alimentar entre 2 e 3 pp e, além disso, reduziu o risco de insegurança alimentar para crianças pequenas e filhos de mães com baixa escolaridade em populações vulneráveis na Argentina.

Esta revisão identificou sete estudos de avaliação de impacto do Programa Bolsa Família voltado à insegurança alimentar. Desse total, seis estudos apresentaram resultados representativamente positivos, que comprovaram o efeito da intervenção sobre o desfecho, apenas um estudo desenvolvido por Neder, Alves Filho e Souza (2015), mostrou resultados promissores da intervenção sobre a insegurança alimentar. Os autores Piperata *et al.* (2011) examinaram, por meio do estudo quase-experimental²⁶, o impacto do Programa Bolsa Família no estado nutricional da população ribeirinha localizada na

²⁶ Item 7: Desenho de pré teste e pós teste com amostras separadas: Também é comum o pesquisador não poder fazer duas medições na mesma população, seja pela reatividade das medidas, seja por limitações logísticas ou institucionais (Cano, 2006, p. 69).

Amazônia rural do Brasil. Os ribeirinhos moravam em sete comunidades rurais de terra firme, localizadas no interior e ao redor da Floresta Nacional de Caxiuanã, nos municípios de Portel e Melgaço, no Estado do Pará. O estudo foi desenvolvido em dois momentos, o primeiro aplicado em 2002, que contou com um total de 469 pessoas; o segundo ocorreu em 2009, com um total de 429 pessoas entre 0 a 77 anos de idade. Desta amostra de 204 indivíduos, foram obtidos dados antropométricos em ambas as ocasiões. Embora os níveis tenham permanecido altos, vários resultados desse estudo forneceram evidências de moderação modesta de pobreza na condição ao longo do tempo. As taxas de pobreza caíram na maioria dos grupos de idade/gênero, mas o das mulheres jovens em 2009 foi significativamente mais alto do que em 2002. Na amostra longitudinal se encontrou melhorias significativas no indicador do estado nutricional de longo prazo (ZTA) entre homens, mulheres, crianças e adolescentes beneficiários do Programa Bolsa Família. Os autores concluíram que certas intervenções como a ênfase do programa Bolsa Família, não foram tecnicamente capazes de garantir condições de aquisição alimentar adequada e não foram únicas capazes de superar o problema da fome.

Nunes de Souza *et al.* (2012) buscaram examinar, a partir de um estudo de delineamento quase-experimental²⁷, a associação entre indicadores de (in)segurança alimentar nas famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família residentes na zona urbana do município de Viçosa, Minas Gerais, localizado na Zona da Mata Mineira. A pesquisa foi realizada no período de janeiro a junho de 2011 e avaliou as famílias com crianças na faixa etária de dois a seis anos. A amostra correspondeu a 243 famílias, em que 27,2% encontravam-se em segurança alimentar e 72,8% apresentavam insegurança alimentar (IA) distribuídas em 14,8% grave, 10,7% moderada e 47,3% leve. A prevalência de insegurança alimentar foi mais elevada nos domicílios com menor nível socioeconômico, maior número de moradores, disponibilidade de água tratada por filtração e baixa escolaridade materna. As famílias com membros menores de 18 anos de idade apresentaram maior prevalência de insegurança alimentar, e acredita-se que esta foi uma das possíveis explicações para a discrepância encontrada entre os níveis de insegurança alimentar. Tendo em vista a relação existente entre situação de insegurança alimentar e características socioeconômicas, os autores destacaram a necessidade de ações de responsabilidade social e políticas públicas, como o próprio Programa Bolsa Família, que visem à garantia da segurança alimentar.

²⁷ *Idem* ao item 6.

Sperandio *et al.* (2017) desenvolveram um estudo quase-experimental para avaliar o impacto do Programa Bolsa Família (PBF) no consumo alimentar nas regiões Nordeste e Sudeste do Brasil. A base de dados utilizada foi da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) entre 19 de maio de 2008 e 18 de maio de 2009. A amostra para estimação de impacto do PBF sobre o consumo de alimentos totalizou 4.260 indivíduos e, destes, 17,30% eram beneficiários do programa na região Nordeste. Entre 1.715 indivíduos da região Sudeste, 7,55% eram beneficiários do programa. Para a Região Sudeste, o consumo médio diário de energia dos beneficiários foi de 1.467 kcal e dos não beneficiários 1.636 kcal. Este estudo foi realizado com dados de duas regiões brasileiras e utilização do *propensity score* para formação de grupos intervenção e controle semelhantes, constatando-se que os beneficiários do PBF apresentaram menor consumo de alimentos processados e ultraprocessados, em ambas as regiões, e maior consumo de alimentos *in natura* ou minimamente processados na região Nordeste. Os resultados ratificam a importância da adoção de políticas intersetoriais, em paralelo ao programa, para o fortalecimento de práticas alimentares saudáveis.

Anschau, Matsuo e Segall-Corrêa (2012) analisaram os fatores relacionados à insegurança alimentar entre pessoas beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, cuja amostra do estudo quase-experimental²⁸ incluiu 421 famílias beneficiárias residentes no município de Toledo, Paraná, onde foram coletados os dados entre setembro de 2006 a fevereiro de 2007. A amostra total foi dividida em 74,6%, registrando a presença de insegurança alimentar (em qualquer grau), e 25,4%, com segurança alimentar. Os domicílios contemplados com programa de transferência de renda na cidade de Toledo (PR) com insegurança alimentar estavam distribuídos em 44,9% grau leve, 23,8% grau moderado e 5,9% nível grave. Algumas das variáveis analisadas (menores de 18 anos e sexo do chefe da família), não revelaram um alto índice de complicações de insegurança alimentar moderada ou grave nas famílias. Entre os beneficiários do programa de transferência de renda em Toledo repercutiu menor índice de insegurança alimentar, o que se reflete na qualidade dos alimentos. Por outro lado, cerca de um terço dos domicílios pesquisados estavam expostos à insegurança alimentar moderada ou grave (29,7%), com insegurança e instabilidade alimentar, tanto em termos de qualidade quanto de classificação.

²⁸ *Idem* ao item 4.

Suzart *et al.* (2017) propuseram-se avaliar num estudo com delineamento quase-experimental²⁹, os efeitos do Programa Bolsa Família na (in)segurança alimentar e nutricional de beneficiários do programa do município de Vitória da Conquista (BA). Os dados analisados pertencem a 230 beneficiários do programa de 2015, em que 75,2% (n = 173) residiam na zona urbana (USF Nossa Senhora Aparecida, USF Conveima, USF Nelson Barros, USF Patagônia e USF Recanto das Águas) e 24,8% (n = 57) na zona rural (USF Lagoa das Flores, USF Pradoso, USF Bate Pé, USF Limeira e USF José Gonçalves). A prevalência de insegurança alimentar (IA), na junção da área urbana e rural, foi de 73,4% (n = 169), distribuída entre leve em 40,8% (n = 94), moderada em 26,9% (n = 62) ou severa em 5,7% (n = 13) do total da amostra, e a segurança alimentar ficou em evidência numa amostra de 26,6%. Como resultado do estudo, pode-se constatar que a IA leve foi a mais comum nas duas das quatro categorias de distribuição de renda individual, mas não houve correlação significativa ($p > 0,05$) entre níveis de (in)segurança alimentar e renda familiar individual. Entre os resultados destacados, conforme se reduz a renda *per capita*, ficou evidente que as chances de a família apresentar IA moderada ou severa aumentavam progressivamente. A classificação econômica não mostrou associação significativa com a IA, porém, ao comparar-se as classes “D” ou “E” com a “C”, ficou evidente que a razão de chances para IA moderada ou severa foi maior entre as famílias de classificação econômica mais baixa (OR = 1,53 - IC 0,78-2,98), isso indicou que essas famílias estavam mais propensas à experiência da fome, entre adultos ou moradores menores de 18 anos. Dados desse estudo mostraram maior prevalência de IA moderada ou severa se comparado com a segurança alimentar, mas o fato dessa última condição também ser observada, em especial quando se analisou a relação entre IA e renda *per capita*, mostrou que algumas famílias, mesmo em extrema pobreza, conseguiram manter-se em segurança alimentar, podendo este ser um efeito dos programas de transferência de renda, mais especificamente o PBF.

Poblacion *et al.* (2015) examinaram com um instrumento de delineamento quase-experimental a insegurança alimentar e a fome em famílias brasileiras beneficiadas pelo Programa Bolsa Família (PBF) com crianças menores de cinco anos. Esse estudo foi baseado em dados publicamente disponíveis da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher (PNDS, 2006), que consistiu com a fase 5 do programa *Measure DHS* coordenado pelo Centro Brasileiro de Planejamento Analítico (CEBRAP).

²⁹ *Idem* ao item 4.

A (in)segurança alimentar foi validada pela Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), em que, no estudo, a variável dependente foi a classificação da segurança alimentar, e as variáveis independentes foram macrorregião administrativa, situação do domicílio, classificação econômica e programa de transferência de renda. Para pesquisa, houve 27.477 crianças elegíveis para a PNDS 2006, em que foram selecionadas aquelas que tinham menos de cinco anos na data da entrevista, viviam com a mãe e tinham a EBIA preenchida corretamente, o que gerou uma amostra de 4.800 crianças no total. As informações mostraram tanto a alta prevalência de insegurança alimentar leve, moderada e grave em domicílios com crianças menores de cinco anos no país, quanto grandes disparidades macrorregionais e urbano-rurais.

Os autores Neder, Alves Filho e Souza (2015) analisaram, num quase-experimento³⁰, os efeitos do Programa Bolsa Família na segurança alimentar no Brasil a partir do final dos anos 2000. No estudo, foram inclusos itens que fizeram referência aos custos com alimentação, seja dentro ou fora de casa, a partir dos dados constantes da tabela da Caderneta de Aquisição Coletiva (POF3) e Questionário de Despesas Individuais (POF4). A amostra foi composta por famílias beneficiárias do programa, as quais foram classificadas em dois grupos: o grupo da extrema pobreza e o grupo da pobreza. Os autores identificaram potenciais beneficiários do Bolsa Família, porque não tinham nem condições de comprar uma cesta básica, em que o preço de compra variava entre 23% e 35% da renda para pessoas extremamente pobres e entre 47% e 70% dos que viviam na pobreza. Essa situação levou a outra constatação importante, que pode ser vista em pessoas muito pobres e empobrecidas: apresentavam um declínio significativo na capacidade de comprar uma cesta básica. Principalmente no período entre 2008 e 2010, que foi caracterizado como crise alimentar, essa capacidade permaneceu em níveis muito baixos em comparação com períodos anteriores da oferta do Programa Bolsa Família.

A revisão encontrou a existência de uma avaliação sobre o impacto *70 y más* de Vilar-Compte e Ortiz-Blas (2013), a qual identificou que a distribuição de renda ampliou a queda da insegurança alimentar entre idosos no México. Em razão de termos apenas um estudo disponível, a intervenção foi classificada como promissora para o combate à fome. A pesquisa dos autores seguiu a tendência de analisar o efeito das pensões e benefícios oferecidos pelo *70 y Más* para idosos, num estudo quase-experimental sobre a predisposição da insegurança alimentar familiar no México. Para o desenvolvimento do

³⁰ *Idem* ao item 4.

estudo, foram compilados dados da Pesquisa Nacional de Renda e Despesa (ENIGH) de 2008, em que se selecionou uma subamostra de 6.046 domicílios com pelo menos um idoso (65 anos ou mais) entre domicílios que recebiam pensão ou subsídio (grupos expostos) e domicílios com idosos sem essas transferências (grupos não expostos). Os autores constataram que quase metade dos domicílios localizados em municípios com administração central apresentaram uma taxa de pobreza muito baixa, enquanto um terço vivia em áreas com taxa de pobreza muito baixa, alta ou moderada. Cerca de metade dos agregados familiares sofriam com algum grau de insegurança alimentar, o que remete às diferenças no estado de segurança alimentar entre os domicílios com pessoas de 70 anos ou mais com ou sem benefícios do *70 y Más*. Através das informações repassadas pelos beneficiários de subsídios, constatou-se (em média), a porcentagem de domicílios com insegurança alimentar leve foi muito menor (2% a 4%) e que a porcentagem de domicílios com insegurança alimentar baixa (cerca de 4%). Esse resultado foi reportado tanto em que uma pessoa com 70 anos ou mais era o chefe do domicílio, quanto pelo menos um idoso, mas não necessariamente o chefe do domicílio. Nas análises de sensibilidade, o efeito do benefício foi encontrado em domicílios que habitavam pessoas com 65 anos ou mais (chefe de família).

O estudo desenvolvido por Myrie e Robinson (2013) com o *Programe of Advancement through Health and Education* encontrou resultados que comprovaram a redução da taxa de insegurança alimentar na Jamaica. Os autores compararam o impacto do programa sobre o consumo alimentar entre os dois períodos, sendo utilizado estudo de delineamento quase-experimental³¹ das famílias jamaicanas antes (2007) e durante a recessão (2009). O estudo utilizou dados do *Jamaican Living Status Survey*, de 2007 e 2009, publicado em conjunto com Instituto de Planejamento da Jamaica (PIOJ) e o Instituto Estatístico da Jamaica (STATIN) em 2008 e 2010. Os tamanhos da amostra das famílias beneficiárias do PATH foi de 1.994 pesquisados em 2007 e 1.797 em 2009. A evidência sugeriu que a recessão levou a um declínio de quase 10% nas despesas de consumo real agregado entre 2007 e 2009 na Jamaica. Pode-se concluir que a recessão não ampliou a distribuição nos gastos de consumo entre as famílias ricas e pobres. Isso provavelmente foi resultado da influência da ampliação de programas de proteção social como o PATH. As evidências levantadas pelos autores sugerem que a demanda e o recebimento de benefícios do *Programe of Advancement through Health and Education*

³¹ *Idem* ao item 7.

(PATH) estão inversamente relacionados ao *status* socioeconômico e ao consumo das famílias da Jamaica. Por isso, aumentou a número de famílias participantes do PATH, e o percentual de domicílios do grupo 1 que receberam subsídios passou de 47,5% em 2007 para 61,1% em 2009. Da mesma forma, os beneficiários do grupo 2 aumentaram de 36% em 2007 para 58,3% em 2009.

O estudo desenvolvido por Echevin, Lamanna e Oviedo (2011) identificou que os *Cash and Food-for-Work Programmes* apresentaram um efeito negativo sobre a insegurança alimentar. Pelo fato de se tratar de uma pesquisa única, os resultados da intervenção não funcionaram para intervir no combate à fome. Os autores procuraram avaliar o desempenho e eficácia do *Cash and Food for Work Programs* no Haiti. O CNSA realizou uma pesquisa delineamento experimental sobre segurança alimentar pós-terremoto em junho de 2010 na qual método de amostragem resultou no estudo de 1.901 domicílios, localizados em áreas afetadas (acampamentos e não acampamentos), bem como em algumas áreas que não foram diretamente afetadas. O escore de consumo alimentar foi calculado com base no número de diferentes grupos alimentares consumidos por cada família, para mostrar a variedade e o número de dias consumidos comparados à semana anterior da entrevista. Esse resultado foi então transformado em três grupos usando limiares-padrão (ingestão alimentar baixa, limitada e aceitável), e esses grupos foram usados como modelos de *status* de segurança alimentar. Em fevereiro, havia 31% dos domicílios que viviam em áreas que experimentavam insegurança alimentar grave (22% e 9% consumo alimentar limítrofe ou pobre), que significou quase o dobro da taxa de insegurança alimentar observada antes do terremoto. De acordo com a pesquisa realizada nas áreas diretamente afetadas pelo terremoto, a insegurança alimentar (medida em pontos de consumo de alimentos) diminuiu de 31% no mês de fevereiro a 27% em junho. Os resultados encontrados no estudo demonstraram que o programa C/FfW após o terremoto não foi bem direcionado para beneficiar as famílias mais pobres; além disso, tal programa não beneficiou as famílias que mais foram prejudicadas por causa do terremoto.

A comparação realizada sobre o efeito do Programa Oportunidades com as famílias pobres e não pobres do México desenvolvida por Tamez-González *et al.* (2018), evidenciou que o efeito da intervenção foi limitado para reduzir os índices de insegurança alimentar. No artigo, foi avaliado o impacto do Oportunidades direcionado à assistência alimentar, diante de estudo experimental entre famílias pobres e não pobres do México.

Os dados utilizados tiveram como base os domicílios que residiam crianças menores de 18 anos ($n = 9.581$), conforme a Pesquisa Nacional de Renda e Despesas Domésticas (ENIGH) realizada em 2014 pelo Instituto Nacional de Estatística e Geografia. Naquelas famílias em que existia pobreza, foram maiores as frequências de insegurança alimentar (chegando a 80%), bem como a participação em programas de assistência alimentar. Aquelas localizadas na região Sul-Sudeste do país e viviam em localidades rurais. Nas famílias pobres, manteve-se frequente o chefe da família de origem indígena ou com baixa escolaridade. Nesse estudo, a cobertura do programa em questão apresentou graves problemas que questionavam as estratégias de identificação e seleção dos domicílios-alvo, uma vez que 48,80% dos domicílios pobres não receberam nenhum tipo de apoio, em contraste com os 20% dos agregados familiares não pobres beneficiados com a transferência de renda. Sendo assim, as pessoas de famílias pobres tinham menos variedade na dieta e maiores prevalências de insegurança alimentar moderada e grave, em comparação com domicílios não pobres.

O estudo incluído na revisão sobre o Programa Direitos dos Nossos Idosos implementado em El Salvador entendeu que a transferência de renda aos idosos produziu redução na insegurança alimentar e, por isso, a intervenção foi classificada como promissora para o combate à fome. Os autores Martínez, Pérez e Tejerina (2015) avaliaram, por meio de experimento, os efeitos do Programa dos Direitos dos Nossos Idosos (REA) nos padrões de vida das famílias com idosos beneficiários de 32 municípios mais pobres do país de El Salvador. Tal pesquisa utilizou uma amostra específica de 2.255 domicílios, com idosos entre 66 e 74 anos incluídos no Inquérito ao Idoso (EAM2013), realizado durante o segundo semestre de 2013. A regra de elegibilidade baseou-se em agregados familiares elegíveis/tratamento e não inelegíveis/comparação. Quando os autores aplicaram o índice de insegurança alimentar, foi possível perceber que o REA reduziu a incerteza da insegurança alimentar em 8 pontos percentuais, ou seja, os adultos entre 66 e 69 anos que não receberam a pensão oferecida pelo programa encontravam-se num estado de insegurança alimentar. Já em 47% dos itens que fizeram parte do índice aplicado no estudo, aqueles idosos que se encontravam na faixa etária entre 71 e 74 anos e que participaram do programa, apresentaram um índice de 39% de insegurança alimentar. Dessa forma, Martínez, Pérez e Tejerina (2015) concluíram que a utilização de recursos adicionais do Programa dos Direitos dos Nossos Idosos destinou-se à compra de alimentos, o que resultou em redução do índice de 12 pontos percentuais para 6 pontos percentuais de insegurança alimentar em El Salvador.

6.4.5.3 Impacto das intervenções de assistência social sobre o nanismo

Esta revisão encontrou dois estudos de Lopez-Arana *et al.* (2016 a;b) que avaliaram o impacto do *Familias en Acción* sobre os índices de nanismo. Os estudos identificaram que a intervenção apresentou efeito sobre a redução dos índices de nanismo e, por esse fato, os resultados da intervenção foram classificados como promissores para combate à fome. Para Lopez-Arana *et al.* (2016a), o objetivo do estudo foi examinar o impacto do *Familias en Acción* (FA) implementado na Colômbia, sobre a desnutrição entre crianças em idade pré-escolar e escolar. Os dados do quase-experimento foram obtidos a partir da avaliação do programa de FA em 2006, durante o acompanhamento de 1.290 crianças de 31 municípios como grupo tratamento comparados com 1.584 crianças de 62 municípios como controle pareados. Na linha de base, a prevalência de desnutrição crônica foi de 30,3% para crianças em municípios do grupo tratamento e 27,9% para crianças em municípios do grupo controle. A prevalência de magreza foi relativamente baixa em ambos os grupos (1,9% tratamento) e (0,9% controle). Os escores de Índice de Massa Corpórea (IMC) foram maiores para o grupo controle (0,25) do que para o grupo tratamento (0,20), o mesmo padrão foi observado para a ZTA, mas não houve diferenças significativas entre os dois grupos. Os resultados sugeriram que a participação na FA não teve impacto na HAZ entre crianças na Colômbia com relação ao nanismo. Os resultados mostraram que a participação no programa FA foi associada a uma redução nas chances de magreza. A maioria das crianças participantes do *Familias en Acción* aumentou a ingestão de vegetais, leite e fontes proteicas de alto valor nutricional. O controle das doenças também pode estar vinculado a um melhor acesso e uso dos serviços de saúde, possibilitando a redução da frequência e gravidade das doenças infecciosas. Essa hipótese é corroborada por relatos iniciais do programa, sugerindo que as crianças do grupo de tratamento relataram menos sintomas de diarreia do que o grupo controle. Em contrapartida, a prevalência de desnutrição crônica (30,3%) foi muito alta entre a amostra, pois acredita-se que o atraso ou não do crescimento foi determinado nos primeiros 1.000 dias de vida. No estudo desenvolvido por Lopez-Arana *et al.* (2016), o programa *Familias en Acción* da Colômbia apresentou efeito sobre a desnutrição entre crianças em idade pré-escolar e escolar na Colômbia. Nesse caso, as transferências de renda oriundas do programa *Familias en Acción* influenciaram no crescimento linear das crianças e conseguiram interferir no nanismo.

Os autores López-Arana *et al.* (2016b), procuraram examinar, com um estudo experimental, o impacto do programa *Familias en Acción* sobre consumo e variedade de alimentos de família pobres em municípios na Colômbia. A avaliação do programa foi realizada pelo *Institute for Fiscal Studies*, um instituto de pesquisa independente em Londres, no Reino Unido, com avaliações de acompanhamento em 2003 e 2005-2006. Houve aumento no consumo da maioria dos alimentos no grupo tratado entre 2002 e 2006. Em contrapartida, não houve alteração ou menor aumento no consumo de laticínios, carnes, verduras, ovos e leguminosas para o grupo controle. O consumo de frutas diminuiu nos grupos tratamento e controle, e esses resultados foram confirmados pelo grau de diversidade alimentar, em que não se representou diferença entre os grupos controle e tratamento. No entanto, em 2003 e 2006, houve um aumento na diversidade alimentar, resultando em quase metade das crianças do grupo de tratamento com altos escores nutricionais. Em contraste, mais de 40% das crianças da zona rural monitoradas ainda apresentavam escores baixos de diversidade alimentar. O Programa *Familias en Acción* foi associado à diversidade alimentar em crianças rurais (*odds ratio* - OR = 2,13, intervalo de confiança - IC de 95%: 1,25, 3,65). Nas áreas urbanas, as crianças dos distritos tratados ingeriam mais peixe, ovos e vegetais do que as crianças dos distritos de controle. No entanto, não foram encontradas diferenças na diversidade alimentar entre os grupos de controle e tratamento (OR = 1,42, IC 95%: 0,85, 2,37). Os autores descobriram que o programa aumentou a diversidade alimentar das crianças nas áreas rurais e, além disso, constataram que o programa aumentou o consumo de alguns alimentos saudáveis, o que pode se traduzir em melhoria na qualidade da dieta. No entanto, encontrou-se uma diminuição no consumo de frutas, indicando que o consumo de alimentos deve-se principalmente a um efeito direto na renda, e não a uma melhora nos conhecimentos e atitudes nutricionais.

A revisão localizou um estudo sobre o efeito da *Red Solidaria* em El Salvador, o qual concluiu que a intervenção reduziu as taxas de nanismo no país e, por isso, essa intervenção foi classificada como promissora para reduzir o problema. De Brauw e Peterman (2011), analisaram, por meio de um estudo de delineamento experimental, a influência dos preços dos alimentos nas estatísticas antropométricas de crianças menores de três anos de famílias imigrantes ou não, com ou sem acesso ao Programa *Red Solidaria* em El Salvador. As pontuações HAZ estavam disponíveis para um total de 3.062 crianças, entre as duas pesquisas 2007 e 2008, e duas medidas – uma em cada pesquisa – foram obtidas para 859 crianças. A estimativa de pontuação da linha de base foi de 0,294 desvio

padrão, o que se refere às crianças de famílias de imigrantes que tiveram uma pontuação HAZ maior do que as crianças de famílias não imigrantes, controlado por idade e sexo da criança. A criança de uma família imigrante teve uma pontuação média de HAZ de 0,791 na linha de base, e nos lares não imigrantes a média foi de 0,979. No entanto, a pontuação média da HAZ não diminuiu muito nas famílias de imigrantes, apenas diminuiu para 0,86, ou por 0,07 desvio padrão. Esta descoberta sugere que as crianças em famílias de imigrantes estavam em condições nutricionais melhores do que as crianças em geral. Os dados transversais repetidos e os dados de painel individual demonstraram que crianças em domicílios com acesso ao Programa *Red Solidaria* e imigrantes tiveram declínios muito menores em suas pontuações HAZ.

A revisão incluiu dois estudos, Oliveira *et al.* (2011) e Pacheco *et al.* (2018), que avaliaram o impacto do Programa Bolsa Família (PBF) sobre o nanismo. Os dois estudos apontaram que o programa provocou uma singela queda nos números do nanismo e, por isso, a intervenção foi classificada como promissora para contribuir no combate à fome. Oliveira *et al.* (2011) propuseram um estudo de delineamento quase experimental para avaliar o estado nutricional de crianças inscritas no Programa Bolsa Família (PBF) no município de Paula Cândido, localizado na Zona da Mata de Minas Gerais, durante os meses de setembro a novembro de 2007. Nesse estudo, foram triadas 446 crianças inscritas no PBF (69,1% do total), com idade entre seis e 84 meses, que foram divididas em dois grupos distintos: um grupo formado por beneficiários (grupo BF com $n = 262$, o grupo considerado tratamento) e outro grupo formado por crianças inscritas no programa, (o grupo considerado controle), que ainda não haviam recebido o valor monetário do programa (grupo NBF com $n = 184$, sendo que três crianças não permitiram a realização de um exame antropométrico completo). Na amostra das 443 crianças que foram testadas quanto ao estado nutricional, 2,0% apresentavam baixa distribuição de peso; 1,0%, baixo ganho de peso; 6,3%, baixa estatura; 0,5%, baixo IMC. Não houve diferença significativa entre a prevalência de nanismo nos grupos beneficiários e não beneficiários do Bolsa Família, resultado que se verificou na análise dos métodos e medianas dos scores Z. A alta prevalência na faixa etária de 12 a 48 meses foi significativa, com diferença entre 8,9% e 11,7%. Em relação ao estado nutricional, não houve diferença estatística entre os grupos BF e NBF, e o déficit de estatura foi o agravo mais prevalente (6,3%). Os fatores de risco do nanismo foram “idade inferior a 48 meses” e “consumir água sem tratamento”, sendo este último fator de risco para nanismo em ambos os grupos, embora o risco fosse de maior magnitude no grupo NBF.

O Programa Bolsa Família (PBF) foi a política estudada através do quase-experimento³² de Pacheco *et al.* (2018), para mensurar o estado nutricional de crianças menores de cinco anos e o nível de (in)segurança alimentar familiar, em três Unidades de Saúde da Família (USF) de Porto Alegre, RS, Brasil. Em 2012, foi realizado um estudo com 101 famílias cadastradas no PBF, cuja amostra foram 110 crianças menores de cinco anos. O valor médio recebido pelas famílias era de 146 reais ($\pm 42,70$) e a duração média do recebimento foi de 35 meses (± 32). Tanto retardo de crescimento quanto sobrepeso/obesidade foram encontrados entre as crianças examinadas. O estado nutricional das crianças – segundo os índices E/I e IMC/I – na Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) foi de que 10,9% das famílias (n = 11) apresentavam estado de segurança alimentar; 47,5% (n = 48), de insegurança alimentar leve; 27,7% (n = 28), insegurança moderada; 13,9% (n=14), insegurança alimentar grave. Os resultados demonstraram as preocupações e quais estratégias foram sendo desenvolvidas para lidar com a escassez de alimentos e a limitada diversidade alimentar na infância. Nessa situação, ressalta-se que quatro crianças (4,9%) ficaram vários dias sem comer e 14 crianças (13,7%) sentiram fome em algum momento, manifestando ambas as situações em condições nutricionais, alimentação mais grave e higiene alimentar insegura. Também foi observado que a taxa de insegurança alimentar aguda foi maior em famílias numerosas, que viviam em moradias precárias e com menor renda *per capita*. Os resultados indicaram que aproximadamente 90% dos domicílios beneficiários do PBF estavam em situação de insegurança alimentar, ou seja, a intervenção não foi eficiente para reduzir o nanismo.

Por meio da intervenção pesquisada por García-Parra *et al.* (2016), ela foi classificada como não avaliada em relação ao nanismo. De acordo com os mesmos autores, sua pesquisa avaliou por meio de quase-experimento a evolução nutricional das crianças diagnosticadas com desnutrição crônica beneficiárias ou não beneficiárias do Programa Oportunidades no Estado mexicano de Chiapas, localizado na região Sudeste do país. O estudo foi desenvolvido em quatro comunidades rurais: La Competencia, Ramos Cubilete, Rivera Domínguez e El Jardín, começando com uma primeira avaliação (linha de base) realizada em 2002-2003, de 407 crianças menores de cinco anos residentes nas quatro comunidades, das quais 379 crianças do total eram de famílias beneficiárias e as outras 28 eram crianças não beneficiárias do Oportunidades. Para a segunda avaliação

³² *Idem* ao item 4.

(2004-2005), visando a cumprir os objetivos do estudo, foram incluídas no seguimento apenas as crianças menores de cinco anos que ainda estavam recebendo os benefícios do Oportunidades, como alimentação complementar (Nutrisano). Assim, um total de 237 crianças preencheram esses critérios e foram submetidas à avaliação antropométrica durante a segunda avaliação; as outras 142 crianças medidas na primeira avaliação não preencheram os critérios da segunda seleção. Durante a terceira avaliação (2010-2011), foram perdidas 15 crianças dessas 237 (6,3%), obtendo-se uma amostra final total de 222 crianças que participaram das três avaliações. Dentro do grupo inicial de crianças diagnosticadas como atrofiadas ($n = 104$), 76% das crianças ainda estavam na segunda avaliação e 69,6% das crianças ainda estavam na mesma categoria nutricional na terceira avaliação. Da mesma forma, 110 crianças foram diagnosticadas como normais na primeira avaliação e, na segunda avaliação, apenas 88,7% continuaram sendo diagnosticadas como tal. Do grupo de crianças diagnosticadas como normais na segunda avaliação ($n = 71$), apenas 88,7% continuaram sendo diagnosticadas como normais na terceira avaliação. Os resultados mostraram que o problema do nanismo persistiu entre os beneficiários do Oportunidades após nove anos da primeira avaliação.

6.4.5.4 Impacto das intervenções de assistência social sobre o consumo alimentar

Esta revisão incluiu quatro estudos que preencheram os requisitos da pesquisa, sendo Duarte, Sampaio e Sampaio, (2010); Mourão, Ferreira e Macedo de Jesus (2012); Pereira, Sampaio e Pinheiro de Sousa (2014); e Speandio *et al.* (2017), que demonstraram que o Programa Bolsa Família produziu impacto substancial no aumento do consumo alimentar dos beneficiários, e, sendo assim, o programa comprovou que funciona para combater a fome. Duarte, Sampaio e Sampaio (2010), avaliaram o impacto da transferência de renda do Programa Bolsa Família num quase-experimento sobre os custos de alimentação das famílias rurais dos municípios da Paraíba (Cariri), Ceará (Sertão Central), Rio Grande do Norte (Apodi) e Sergipe (Sertão). Os dados utilizados no estudo foram baseados em um estudo de campo realizado pela PADR-UFRPE/FADURPE, com 838 famílias de agricultores familiares, no ano de 2005. O valor médio das despesas anuais da família beneficiária na época era de R\$ 246,00, mostrando-se superior ao gasto total das famílias não participantes, com a renda mensal por pessoa calculada em R\$ 100,00. Sendo a renda média anual dessas famílias de R\$ 278,00, pode-se supor que 88% desse valor era gasto no consumo de alimentos. Para os autores, o

sistema de transferência do Bolsa Família teve um impacto positivo no consumo alimentar das famílias rurais beneficiárias localizadas no Nordeste brasileiro selecionadas na pesquisa.

Mourão, Ferreira e Macedo de Jesus (2012) tiveram como objetivo testar o sistema brasileiro de geração de renda (Programa Bolsa Família) usando quase-experimento em favelas da região metropolitana do Rio de Janeiro. O levantamento da pesquisa foi realizado com 530 moradores de favelas, na região metropolitana do Rio de Janeiro, nos municípios de Niterói, Magé, São Gonçalo e Rio de Janeiro. A quantidade de alimentos disponível por dia no domicílio foi baixa para os beneficiários do programa (mesmo considerando a quantidade do mês recebida), com média de 2,7 refeições por dia para as famílias beneficiárias (DP = 0,8) e 3,0 refeições por dia para as famílias não beneficiárias (DP = 0,9). O teste t mostrou que essa diferença foi estatisticamente significativa ($t_{(521)} = 2,33$; $p < 0,02$). A diferença na quantidade de alimentos de antes de receber os benefícios para depois disso mostrou-se ainda maior em cada família. De fato, quando questionadas sobre o que mudou em suas vidas depois que começaram a participar do programa, 42% das famílias beneficiárias responderam sobre a melhoria da alimentação. Os resultados do presente estudo mostraram que o valor alimentar das famílias beneficiárias foi superior ao valor alimentar das famílias não beneficiárias que viviam nas mesmas favelas. Esses achados destacam a importância desses benefícios na redução da pobreza nas famílias participantes.

A publicação feita por Pereira Sampaio e Pinheiro de Sousa, (2014) avaliou, com base em um estudo de delineamento quase experimental, os efeitos do Programa Bolsa Família (PBF) sobre os gastos das famílias beneficiárias no município cearense de Mauriti. A pesquisa foi desenvolvida em 2012, com 104 beneficiários do programa, referente a antes e depois do benefício oriundo do Programa e, para mais da metade dos pesquisados (56,73%) a principal fonte de investimento do PBF destinava-se à compra de alimentos. Os dados da pesquisa de campo mostraram que parcela majoritária (86,5%) dos beneficiários recebia esse benefício havia mais de um ano. Entre os 104 beneficiários, 95 indivíduos utilizavam o recurso para comprar diversos itens, sendo que o grupo de alimentos pareceu ser comum em todas as combinações de refeições. O valor empregado ao consumo médio mensal de cada produto alimentício projetado tornou-se maior após o recebimento do benefício do PBF, em comparação com a quantidade média consumida antes do recebimento de tal benefício. Entre os alimentos analisados, iogurte, frutas, verduras, peixes e carnes apresentaram aumento no consumo entre beneficiários, já que

os benefícios do PBF permitiram maior diversidade e demanda por itens alimentares. Em média, no nível de significância de 1%, o consumo médio mensal de alimentos aumentou desde a implantação desse programa de transferência de renda.

Os autores Sperandio *et al.* (2017) tiveram como objetivo medir, por meio de um quase-experimento³³, a prevalência e fatores relacionados à Insegurança Alimentar (IA) nas famílias beneficiárias com pré-escolares do Programa Bolsa Família em Viçosa/MG, Brasil. Trata-se de um estudo desenvolvido no período de janeiro a junho de 2011, que avaliou 243 famílias beneficiárias do PBF, com crianças na idade de 2 a 6 anos, residentes no perímetro urbano do município. A amostra total foi dividida em 72,8% pertencente à insegurança alimentar em qualquer grau e 27,2% com segurança alimentar. A maior prevalência de insegurança alimentar foi encontrada nos domicílios divididos nas categorias econômicas “D” e “E”, bem como nos domicílios com mais de cinco moradores. A prevalência de insegurança alimentar nas famílias da categoria “E” foi três vezes maior do que nas famílias da “B”, enquanto o grau de escolaridade materna isolada (RP 1,86; IC 95% 1,52; 2,83; $p = 0,02$) esteve sempre associado à insegurança alimentar. O presente estudo identificou elevada prevalência de insegurança alimentar entre as famílias com pré-escolares beneficiárias do Programa Bolsa Família, resultado que ratifica a situação de vulnerabilidade social dessas famílias e o risco de possíveis prejuízos para o crescimento e desenvolvimento de suas crianças, em função do não acesso a uma alimentação adequada. O desenho do estudo não permitiu estabelecer uma relação impacto-causal entre as variáveis investigadas e a insegurança alimentar. No entanto, com base nos achados da pesquisa, percebeu-se a importância da intervenção estatal para garantir o acesso aos direitos sociais constitucionais como educação e saúde.

A revisão integrativa identificou que a implantação do Programa *Familias en Acción* aumentou o consumo de alimentos onde foi implantado, por isso pode ser classificado como promissor para combater a fome. O trabalho desenvolvido por Attanasio *et al.* (2012) examinou os padrões de gastos entre as famílias pobres na zona rural participantes do *Familias en Acción* da Colômbia por meio de um estudo quase-experimental na amostra. A amostra final foi composta por cerca de 11.500 domicílios residentes em 122 municípios, dos quais 57 foram tratados e 65 usados como controle. O impacto do programa no consumo total foi estimado em 13,3%, enquanto no consumo alimentar foi estimado em 15,9%, sendo que ambos os efeitos foram estatisticamente

³³ *Idem* ao item 4.

diferentes de 0. Para essas famílias muito pobres, a necessidade básica foi constituída pelos gastos com moradia (aluguel, serviços públicos) e para atender o consumo de alimentos. As estimativas implicavam uma diminuição da participação dos alimentos na despesa total em cerca de 0,013. As estimativas quase-experimentais implicaram um aumento de 0,010 de um nível bastante grande de 0,72. Os resultados apontaram que não houve tendências diferenciais em consumo entre as aldeias do grupo controle e do grupo tratamento.

Dos estudos incluídos na revisão integrativa, Kronebuschb e Damon, (2019) demonstraram que o aumento da transferência de renda oferecido pela PROGRESA provocou acréscimo no consumo alimentar. O estudo dos autores teve como objetivo examinar o impacto do programa Progresna na redução da pobreza, na melhoria da educação e saúde dos beneficiários do programa México. Nesse estudo quase-experimental³⁴ foram utilizados dados da Pesquisa de Avaliação de Famílias (ENCEL), incluídos em quatro conjuntos de dados: uma pesquisa de linha de base (março de 1998) e três pesquisas de acompanhamento: outubro de 1998, março e novembro de 1999. A primeira pesquisa de acompanhamento pós-tratamento incluiu 21.974 domicílios (Rodada 1), já o ciclo dois da pesquisa abrangeu 20.522 domicílios (Rodada 2) e a terceira rodada conteve 20.469 famílias (Rodada 3). O aumento da ingestão calórica mostrou-se heterogêneo entre os macronutrientes. Após 18 meses de tratamento, as famílias que receberam transferência de renda do PROGRESA, em comparação com as famílias de controle na Rodada 1, aumentaram sua ingestão de proteína em 6,8%, sua gordura total em 3%, gordura saturada em 4,7%, fibra em 5,2%, carboidratos em 7,1%, de gordura monoinsaturada em 4% e poli-insaturada em 5,2%. O coeficiente associado com a interação entre o tratamento e a Rodada 2 e 3 indicaram que os resultados de um aumento de macronutrientes foram bastante estáveis durante este período. Os estudos de nutrição no México mostraram que uma proporção significativa da população não teve a necessidade média estimada para muitos dos resultados nutricionais examinados no artigo. Os autores encontraram evidências de que o Progressa aumentou muito os valores dos macros e micronutrientes que faltavam nas dietas de muitos mexicanos. No caso dos macronutrientes, houve aumento de calorias de modo positivo como: proteína, fibra e ambas as gorduras mono e poli-insaturadas para famílias com insegurança alimentar.

³⁴ *Idem* ao item 2.

Além disso, o estudo de Angelucci *et al.* (2011), entendeu que o aumento da distribuição de renda oferecido pelo programa Oportunidades produziu aumento no consumo alimentar e, por isso, a intervenção foi classificada como promissora para o combate à fome. A intenção da pesquisa foi estimar o efeito do programa mexicano de transferência condicional de renda, por meio de um estudo quase-experimental sobre consumo para famílias beneficiadas do programa Oportunidades. A disponibilidade de uma pesquisa de base, coletada antes do início do programa (2002) foi crucial para controlar as diferenças sistemáticas pré-existentes nos resultados de interesse entre as amostras de tratamento e controle. A segunda coleta de dados foi realizada em 2003, um ano após o início do programa em áreas urbanas, já a terceira coleta foi realizada em 2004, dois anos após o início do programa. Segundo os dados administrativos em 2003 e 2004, o estudo detectou como principal efeito o aumento do consumo de alimentos do programa sobre as famílias atendidas em 168 e 282 pesos, em 2003 e 2004. O efeito do programa em não participantes do grupo de tratamento foi menor do que seu efeito nos participantes. Os autores encontraram um aumento de 10% no consumo das famílias não participantes em aldeias rurais tratadas, e acredita-se que esses efeitos foram improváveis em áreas urbanas por duas razões: primeiro, as áreas tratadas na zona rural do México foram aldeias muito pequenas, com um tamanho médio de cerca de 50 famílias, a maioria das famílias participantes do grupo tratado. Ao contrário, as áreas urbanas foram maiores e a proporção de domicílios tratados foi muito mais baixa. Assim, tanto a probabilidade de os agregados familiares tratados que puderam partilhar as suas transferências com não participantes quanto o valor médio compartilhado foi muito menor.

A revisão encontrou um estudo que avaliou o efeito da *Red de Protección Social* (RPS) na Nicarágua, o qual preencheu os critérios estabelecidos pela inclusão. Na análise dos resultados encontrados foi identificado que tal intervenção produziu uma queda no consumo de alimentos pelos beneficiários do programa. Devido à avaliação de impacto de apenas uma pesquisa referente à intervenção, seus resultados foram classificados como promissores para combater a fome. Os autores Gitter, Manley e Barham (2013) analisaram com quase-experimento o efeito do *Red de Protección Social* nos escores z de altura para idade HAZ de irmãos em 42 comunidades da Nicarágua. Esse estudo foi desenvolvido com informações antes do início do programa, em 2000, e no segundo ano de benefícios do programa em 2002. As famílias com mais crianças em idade escolar dobraram o consumo alimentar total *per capita* (501 vs. 1012), o que pode ser explicado pela menor distribuição de alimentos *per capita* para famílias numerosas. Em relação ao

escore HAZ, famílias pequenas tratadas aumentaram 0,3 em relação ao grupo controle, enquanto famílias tratadas com mais filhos diminuíram 0,13 em relação ao mesmo grupo controle. Esse resultado deve-se em parte ao aumento nos escores HAZ do grupo controle para famílias maiores. As famílias randomizadas apresentaram a melhor média, e conforme o tempo de interação com o programa, como esperado, essas famílias estavam em uma posição muito melhor após o início do programa, sendo a ação de aumentar os gastos de consumo das famílias foi importante para o programa. Os resultados no termo de interação tripla (programa de transferência de renda condicionada *cinco membros* 8-13 anos), foram consistentes com a segunda expectativa de que cada criança em idade escolar tivesse um impacto menor no consumo individual. O efeito marginal de transferência foi estatisticamente significativo ao nível de 10% do consumo per capita das famílias com crianças em idade escolar. Esta informação indicou que cada criança em idade escolar reduziu os efeitos do programa de transferência de renda condicionada em aproximadamente um sexto. Os resultados combinados mostraram uma ligeira diminuição na altura por idade entre 2000 e 2002, em populações beneficiárias em comparação com não beneficiários do programa de transferência de renda, mas esses efeitos não foram estatisticamente significativos.

O estudo sobre o Programa de *Pensión Alimentaria* para Adultos identificou que melhorou o consumo alimentar dos idosos no Paraguai, caso em que a intervenção foi classificada como promissora para reduzir a fome. Galeano Bate (2018) avaliou o efeito do Programa de Pensão Alimentar para Idosos em situação de pobreza no assentamento indígena *La Promesa*, através do estudo de delineamento quase-experimental no Paraguai. A população de idosos do Bairro *La Promesa* era composta por 17 pessoas no total, por ser uma população pequena incluiu também a população controle (cinco idosos), que foi composta por idosos não beneficiários do Programa. Os resultados apontaram uma melhora na qualidade de vida dos beneficiários do Programa de Pensão em situação de pobreza na Colônia Indígena *La Promesa*, no Departamento de Presidente Hayes. A possibilidade de acesso à alimentação diária permitiu determinar uma melhora na qualidade de vida, em comparação com a população controle, que não conseguia manter a compra de alimentos em casa com frequência durante o mês.

6.4.5.5 Impacto das intervenções de assistência social sobre a renda

Por meio da avaliação das unidades de análise, foi constatado que o *Bono de Desarrollo Humano* provocou um aumento na renda dos beneficiários no Equador, portanto a intervenção foi classificada como promissora para o combate à fome. Ponce e Bedi (2010) procuraram avaliar o impacto do programa *Bono de Desarrollo Humano* (BDH) conduzido por quase-experimento na alimentação dos alunos na escola das áreas rurais no Equador. Os dados utilizados neste artigo foram coletados pela *Facultad Latinoamericana* no seu Departamento de Ciências Sociais (FLACSO), em novembro de 2004 e fevereiro de 2005, aproximadamente um ano e meio após o lançamento do programa BDH. A amostra incluiu 2.588 alunos da segunda série (1.469 crianças no grupo de tratamento e 1.119 crianças no grupo controle). Houve evidência de que programas como o BDH foram bem-sucedidos em aumentar a matrícula, a frequência escolar, e em alguns casos, reduzir o trabalho infantil. Os autores relatam que o *Bono Solidario* teve um efeito positivo estatisticamente significativo, mas pequeno, sobre o estado nutricional das crianças, quando se explorou o design do programa e o uso de uma estratégia empírica nos resultados entre aqueles próximos do limiar de elegibilidade do programa.

Outro trabalho publicado por Ponce e Ramos Martín (2017), buscou testar por meio de um estudo de desenho experimental o efeito de cupons de alimentação, oficinas sobre saúde e nutrição no consumo e diversidade de alimentos oferecidos pelo *Bono de Desarrollo Humano* (BDH) no Equador. Na pesquisa, foram distribuídos em três grupos de aproximadamente 200 domicílios de três províncias do Equador, duas da região da Serra (Carchi e Chimborazo) e uma da região costeira (Santa Elena). Não foi encontrado efeito significativo quando o logaritmo do consumo de energia *per capita* foi utilizado como variável dependente. No entanto, se considerarmos o logaritmo do consumo total do agregado familiar em termos de energia, a variável dependente sofreu efeito significativo em decorrência da oferta do voucher e participação na oficina. Nenhum outro efeito significativo foi encontrado para o resto dos braços de tratamento. Em conclusão, após os autores avaliarem o efeito separado da oferta de cupons e vouchers, bem como oficinas sobre diversidade e consumo alimentar em diferentes partes do Equador, os seguintes achados foram: apenas a diversidade alimentar foi afetada pelo programa de vouchers de alimentação, bem como em decorrência da participação em oficina.

A Revisão encontrou quatro avaliações – nos estudos de Paes-Sousa, Santos e Miazaki (2011); Cabral *et al.* (2014); Rosano Peña *et al.* (2015) e Correa; Trevisan e Mello (2019) – de impacto do Programa Bolsa Família, o que comprovou um expressivo

acréscimo na renda dos beneficiários, sendo essa intervenção categorizada como efetiva para contribuir no combate à fome. O objetivo do estudo de Paes-Sousa, Santos e Miazaki (2011), foi examinar a associação entre o Programa Bolsa Família (PBF) no quase-experimento com indicadores antropométricos do estado nutricional em crianças distribuídas em 23 Estados brasileiros. Durante o desenvolvimento da pesquisa realizada em 2005-2006, usou-se conjuntos de dados de quatro pesquisas separadas do Dia da Saúde e Nutrição, que incluíram 22.927 crianças de 419 municípios. Uma criança com menos de cinco anos inscrita (grupo tratamento) no PBF tinha 26% mais chances de ter altura e peso adequados à idade do que a criança não beneficiária (grupo controle). Nenhuma correlação foi encontrada entre a inscrição PBF e peso altura. O peso normal ao nascer e ausência de certidão de nascimento estiveram associados a todos os indicadores antropométricos testados independentemente da participação ao PBF. Em ambos os grupos, as crianças com peso normal ao nascer tiveram 2,2 a 4,5 vezes mais chances de ter indicações antropométricas adequadas. As crianças de 12 a 35 meses e de 36 a 59 meses inscritas no PBF apresentaram 19% e 41% mais chances de ter estatura adequada em relação à idade do que as crianças não inscritas ao PBF. A análise de declínios e ajustes para flutuações sociais e econômicas mostraram baixos níveis de desequilíbrios de estatura e peso no grupo PBF identificado. A correlação entre exposição ao PBF e ganho de peso foi inesperada, no entanto a perda de peso – como previsto – esteve relacionada ao menor peso ao nascer. Mais estudos mostram-se necessários para entender completamente a questão, porque o PBF pareceu não ter efeito em crianças menores de um ano de idade, ao que os autores concluíram que, nessa faixa etária, os procedimentos adequados de amamentação têm um impacto maior do que as transferências de dinheiro.

O propósito de Cabral *et al.* (2014) foi avaliar o impacto do Programa Bolsa Família através de um quase-experimento³⁵ na superação da insegurança alimentar, em um estudo de grupo com 609 domicílios, localizados nos municípios da Paraíba, Brasil, no ano de 2005 e 2011. As variáveis analisadas foram distribuídas em 284 famílias beneficiadas no Município de São José dos Ramos (103 urbanos e 181 rurais) e 325 em Nova Floresta (294 urbanos e 31 rurais). Os aumentos significativos nas taxas de segurança alimentar/insegurança alimentar foram encontrados no valor da insegurança alimentar moderada/grave ($p = 0,008$) nas famílias pesquisadas. Em 2005, esse percentual

³⁵ Idem ao item 4.

era de 65,8% (n = 264), passando para 73,1% (n = 293) em 2011. Os fatores que contribuíram para a melhoria do diagnóstico dos níveis de segurança e insegurança alimentar foram vinculados às mudanças nos níveis de renda. Houve melhoria significativa na situação de segurança/insegurança alimentar apenas nas famílias que conseguiram sair da linha da pobreza identificada em 2005 ($p = 0,029$). Em relação às famílias que permaneceram na mesma categoria nos dois momentos, bem como nas que migraram para a situação de pobreza, não foram observadas alterações estatisticamente significativas. De acordo com os dados analisados, houve redução significativa do número de pobres entre os anos estudados com base aos critérios de inclusão no Programa Bolsa Família. Além disso, percebeu-se aumento dos níveis de segurança alimentar/insegurança alimentar leve em detrimento dos níveis moderado/grave. Observou-se uma relação de causalidade entre o incremento da renda pelo Programa Bolsa Família e a segurança familiar e nutricional.

Os autores Rosano Peña *et al.* (2015) buscaram analisar com o delineamento quase experimental a tendência na distribuição da renda com implementação da política pública, a fim de testar a eficácia do Programa Bolsa Família da população das unidades da federação do Brasil. Para seguir a distribuição da renda familiar *per capita* das 27 unidades federativas, foi realizado um acompanhamento de quatro anos (1999, 2003, 2005 e 2009) em 10 níveis correspondentes a dois períodos: antes e depois do Programa Bolsa Família. Esses dados foram originalmente calculados pelo Ipea com informações baseadas em dados da PNAD/IBGE. A matriz apresentada pelos autores mostrou que não existiram estados absorventes, ou seja, não houve certeza, em nenhuma das classes de renda de permanência no estado inicial de renda no período seguinte ($p \neq 1$) comparado como beneficiário do Bolsa Família. A maior probabilidade foi dada pelo elemento $p_{JJ} = 92,86\%$, que indicou a chance daquele extrato de 10% da população que estava na classe j permanecer nesse estado, com apenas 7,14% de probabilidade de melhorar a situação da renda no período seguinte. Esse foi o pior caso que representou a classe de extrema pobreza. Diferentemente da matriz anterior como beneficiário do programa, ela mostrou que existiu um estado absorvente: a classe A com uma probabilidade de 100% de permanência no estado de maior nível de renda média. Além disso, as probabilidades de permanência nas classes mais pobres foram menores e ofereceram chances maiores de melhoria na renda, evidenciando que a tendência das classes empobrecidas de permanecerem “aprisionadas” na chamada armadilha da pobreza foi mais fraca do que no período anterior ao Programa Bolsa Família.

Correa, Trevisan e Mello (2019) construíram um estudo com característica de quase-experimental³⁶, com base no impacto do Programa Bolsa Família (PBF) nas condições acesso a alimentos em 14.086 famílias brasileiras. A escolha do recorte do intervalo da observação empírica deu-se num primeiro momento de 2002 e 2003, quando o PBF estava ou em fase de implantação; num segundo momento em 2004, quando os efeitos perenes se mostravam refletidos; e num terceiro momento em 2013, quando o programa já havia um período ideal de avaliação. O valor médio do benefício cresceu em média 23,2% ao ano (a.a.) no período de 2004 a 2013. Com esse resultado, observou-se que o número de famílias beneficiadas pelo PBF cresceu em média 8,8% a.a. no período, que houve pequeno decréscimo no número de famílias beneficiadas em 2008. Os resultados indicaram a associação positiva para as hipóteses testadas (H1: PBF associada de modo positivo ao pessoal ocupado assalariado; H2: PBF associado de maneira positiva com total de salários e outras remunerações), as quais sugerem que as transferências de renda provenientes do PBF podem causar aumento de renda e um novo equilíbrio de mercado nos municípios, o que significou maior poder de compra em alimentos pelos beneficiários.

Em relação à renda oriunda de intervenções, Thomas (2010) identificou que *Red de Protección Social* (RPS) não produziu alteração na renda dos seus beneficiários, razão por que a intervenção foi considerada não avaliada para o combate à fome. O autor aplicou um modelo semiparamétrico de índice único para prever o impacto *a priori* da *Red de Protección Social* (RPS) na Nicarágua. No teste de delineamento quase-experimental, os dados foram coletados ao longo de quatro ciclos. O primeiro foi um censo em locais selecionados em maio/junho de 2000, seguido de censos de acompanhamento em outubro de 2001 e outubro de 2002. A amostra estimada foi composta por 576 domicílios com crianças de zero a três anos elegíveis para receber o benefício, e o grupo controle foi a população não beneficiada pelo programa e o grupo tratamento foi a amostra beneficiada pela *Red de Protección Social*. As transferências em dinheiro destinadas às despesas escolares e garantias alimentares/saúde foram reduzidas para 75% do valor original. O programa RPS também foi concebido como uma combinação de três fatores – uma transferência de matrícula escolar, uma transferência de segurança alimentar e uma série de condicionalidades relacionadas à saúde infantil. O modelo *ex ante* do experimento com o resultado dos exames de saúde nos últimos seis meses para crianças abaixo de 3 anos,

³⁶ *Idem* ao item 1.

com um ano de transferências de dinheiro resultando em um aumento de 0,22 em comparação com um aumento de 0,24 na avaliação quase experimental. O programa, ao melhorar a renda familiar, incentivou a investir na saúde infantil. A ideia do repasse de alimentos, além do repasse escolar, era melhorar a nutrição e eliminar barreiras financeiras ao acesso aos cuidados de saúde. Nos primeiros oito meses do programa RPS, os serviços de saúde não foram prestados e nem quaisquer condicionalidades impostas relativas à transferência de saúde/segurança alimentar. Os impactos do primeiro ano de implementação do programa foram, em grande parte, o impacto da transferência de renda na melhoria da utilização dos serviços de saúde sem as condicionalidades.

6.4.6 Desenvolvimento Rural

Conforme Valadares *et al.* (2020), a dimensão dos programas e políticas públicas de desenvolvimento rural englobam desde a garantia de acesso à alimentação adequada, considerada um direito humano, até o estabelecimento de sistemas de compras públicas da produção familiar, fornecendo crédito subsidiado para a produção agrícola e incentivos para práticas agrícolas sustentáveis.

A insegurança alimentar e nutricional mostra-se multifacetada, revelando os processos que espelham a fome e a pobreza. O desenvolvimento rural tornou-se uma ferramenta para reduzir o índice de insegurança alimentar, por implementar melhorias no campo e os incentivos governamentais, dar suporte técnico e criar mercados para comercialização e produção, pois as dimensões envolvidas não estão apenas relacionadas à renda, mas também a outras variáveis como como habitação, estado de saúde e educação familiar (Fritz; Waquil; Fritz Filho, 2014).

O fortalecimento de políticas de crédito, de compra pública da produção agrícola familiar, a ampliação da assistência técnica com foco no pequeno produtor, além de grandes avanços nas políticas de reforma agrária com linhas de incentivo criaram um quadro favorável para que a agricultura familiar desenvolvesse a produção de alimentos. A reestruturação produtiva desencadeada por esses programas beneficiou as próprias famílias rurais e contribuiu para a melhoria dos indicadores de segurança alimentar rural, ao mesmo tempo em que passou pelos canais públicos de distribuição, não apenas pela merenda escolar, mas também pelos canais destinados ao abastecimento de hospitais, presídios e outras instituições ou restaurantes populares. A forma da prestação de serviços encontrados na agricultura familiar facilitou a distribuição de alimentos a grupos

vulneráveis e fornecimento de cestas básicas. Além disso, o excedente de alimentos produzidos pela agricultura familiar ajudou a garantir canais de distribuição de alimentos mais curtos nos vários países (Valadares *et al.*, 2020).

Nesse caso, o conceito de desenvolvimento opõe-se à insegurança alimentar e à fome. Portanto, para obter-se dimensões específicas de desenvolvimento em determinado território, tornou-se preciso focar no acesso e na distribuição de alimentos naquele país (Maluf; Menezes; Valente, 1996; Belik, 2012). Na seção a seguir, apresentam-se os resultados das intervenções de desenvolvimento rural incluídas na Revisão Integrativa.

Como mostra a Tabela 16, a revisão integrativa encontrou sete estudos sobre programas voltados para desenvolvimento rural distribuídos em quatro (4) artigos sobre insegurança alimentar, dois (1) trabalhos sobre consumo alimentar e o outros dois (2) para renda:

Tabela 16 - Estudos desenvolvidos na América Latina e no Caribe que abordaram sobre intervenções voltadas ao desenvolvimento rural incluídas na revisão integrativa

Intervenção	Autor (es)	Ano de publicação
<i>Food and Nutrition Security Program</i> (Guatemala e Haiti)	Nchinda; Thieme; Ankers; Crespi; Ariste	2011
	Arnés; Astier; González; Díaz-Ambrona,	2018
<i>Proyecto Estratégico para la Seguridad Alimentaria</i> (PESA) [México]	Bolom Martínez; Figuerola; Blanco Wells; Amtmann Moyano	2015
	Cruz-Sánchez; Muñoz-Rodríguez; Santoyo-Cortés; Martínez-González; Aguilar-Gallegos	2016
	García e González	2019
<i>Proyecto de Mejora del Consumo y Disponibilidad de Alimentos en Comunidades de la Provincia de Veraguas</i> [Panama]	Krause; Scott; Sinisterra; Koski	2018
Política fundiaria	Bandeira e Sumpsi	2010

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

A revisão integrativa localizou sete avaliações de impacto que abrangeram cinco intervenções ligadas ao desenvolvimento rural dos países da América Latina e do Caribe. Por meio da avaliação de domicílios pertencentes às províncias de Caazas, Las Palmas e São Francisco – no Panamá –, foi constatado que o *Proyecto de Mejora del Consumo y Disponibilidad de Alimentos en Comunidades de la Provincia de Veraguas* provocou uma redução estatisticamente significativa dos índices de insegurança alimentar, sendo a intervenção classificada como promissora para tal desfecho. Em relação aos resultados apresentados pelo trabalho de Arnés *et al.* (2018), estes encontraram um impacto limitado da intervenção para reduzir a insegurança alimentar, enquanto o estudo de Bolom Martinez *et al.* (2015) identificou uma intervenção que não produziu impacto e, por isso,

a intervenção foi classificada como não avaliada para reduzir a insegurança alimentar. Em ambas as intervenções, a revisão verificou um impacto limitado para melhorar o consumo alimentar. Pelo fato de ter apenas um estudo incluído, a intervenção *National Food Security Program* foi classificada como promissora na contribuição da renda da população. Entretanto, o desenvolvimento da Política Fundiária na Guatemala conseguiu atribuir um efeito limitado na renda dos agricultores e, ainda, em outro estudo sobre o PESA desenvolvido por García e González (2019) não foi possível avaliar o efeito da intervenção sobre a renda.

O *Food and Nutrition Security Program* (FNSP) foi implementado de 2007 a 2013 pela Universidade Politécnica de Madrid (UPM) em cooperação com a “*Vecinos Mundiales*” – uma ONG local. Este programa baseou-se numa metodologia camponesa-camponesa (do agricultor para o agricultor), que estimulou a aquisição de conhecimento compartilhado e experiência na propriedade rural entre os formuladores técnicos, sendo implementado em 23 aldeias e 233 domicílios apoiados por quatro municípios pertencentes à comunidade Copán-Ch'orti' na Guatemala (Boyer, 2007; Holt-Gimenez, 2008).

Segundo Arnés *et al.* (2018), o objetivo do *Food and Nutrition Security Program*, implementado no Haiti, foi mitigar os efeitos da fome que ocorreu em 2001 e 2009 em todo o Corredor Seco. Teve como estrutura as práticas de manejo agroecológico, nos quais foram desenvolvidos projetos voltados para a produção avícola no intuito de aumentar a diversificação biológica e financeira, otimizar os rendimentos das lavouras e métodos pós-colheita, reduzir o uso de insumos externos e aumentar o consumo de proteínas das famílias e dos níveis de renda.

O *Programa Estratégico para la Seguridad Alimentaria* no México fez parte da lista de programas federais ofertados pelo Ministério da Agricultura, Educação e Desenvolvimento Rural (SAGARPA), alterado para Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (SADER), o qual atendia uma parte importante da população que vivia em extrema pobreza. O objetivo foi contribuir para o desenvolvimento das competências das pessoas e da agricultura familiar em comunidades rurais com taxas altas ou muito altas de marginalizados, aumentar a produção agrícola, inovar os sistemas de produção, desenvolver os mercados, potencializar o uso dos alimentos e gerar empregos para aumentar a renda e a segurança alimentar (Governo do México, 2010).

A metodologia do PESA preconizava o planejamento e a promoção participativa, com o objetivo de identificar, desenvolver, gerenciar, implementar e monitorar projetos

familiares que contribuam para a melhoria da saúde das famílias por meio da instalação de fogões à lenha, galpões (captação de água da chuva), produção de alimentos de origem agrícola para autoconsumo e geração de renda (CRUZ SANCHES, 2016).

Conforme Garcia e González (2019), existiu ampla gama de programas federais destinados a promover o fortalecimento do relacionamento e do emprego no meio rural do México. Segundo FAO (2015), o PESA não apenas interferiu nesse processo, mas também significou um complexo de organizações locais, nacionais e internacionais. Ao seguir essa dinâmica, a formação do programa exigiu promoção de projetos produtivos e de melhoria na qualidade de vida das famílias rurais, bem como a possibilidade de que organizações e pessoas alcançassem segurança alimentar abundante, sustentável e nutritiva.

Na revolução da área rural na Guatemala, triunfaram os grandes produtores sobre os empobrecidos habitantes rurais, o que, na prática, significou o apoio dos interesses dos índios contra os ladinos em uma luta contra os latifúndios da Guatemala "feudal". A revolução também antecipou a diminuição das distinções raciais vigentes e mostrou-se uma vigorosa proposta de cultura na tentativa de difundir a cultura nacional (Wittma; Saldivar Tanaka; Xacult, 2007).

Os mesmos autores consideram que a política fundiária na Guatemala beneficiou os camponeses e, de certa forma, a administração pública dedicou-se a essa tarefa, a qual levou à expansão das relações capitalistas de produção no campo. A revolução visava a fortalecer a comunidade ou acabar com a dominação do governo municipal exercida pela elite ladina e com ataques a esses recursos pelos fazendeiros. Muitas instituições comunitárias contestavam tal situação, pois os reformadores imaginavam ampliar o alcance do Estado ou de alguns municípios por patrocinar ou atacar os recursos das comunidades, que, de alguma forma, eram iguais ou iniciadas pelas administrações liberais por muitos anos.

Segundo Krause *et al.* (2018), o *Proyecto de Mejora del Consumo y Disponibilidad de Alimentos en Comunidades de la Provincia de Veraguas* teve como intento melhorar o consumo e a disponibilidade de alimentos para famílias em comunidades nos condados de Caazas, Las Palmas e São Francisco do Panamá. Desde 2005, começaram as negociações entre o Ministério da Saúde do Panamá e a *Japan International Cooperation Agency* (JICA), para desenvolver o projeto de Segurança Alimentar Nutricional (SAN) em comunidades rurais da província de Veraguas. As províncias foram selecionadas através dos indicadores de pobreza em 2006, no ano que

foram realizadas reuniões consultivas em nível nacional, regional e local, as quais contaram com a participação de representantes do Ministério da Saúde (MINS), Desenvolvimento Agropecuário (MIDA) e Educação (MEDUCA), bem como ONGs e governos locais.

De acordo com Krause *et al.* (2018), nessas reuniões, foram definidos os resultados esperados e os indicadores para cada etapa de atuação do projeto. Cada distrito em reunião com representantes de três ministérios e organizações locais, selecionou quatro comunidades com base nos seguintes critérios: número de famílias, número de crianças, prevalência de desnutrição e proximidade das escolas. A proposta foi aprovada e um acordo assinado pela JICA, com entidades que atuavam no Ministério da Saúde, Educação e Desenvolvimento Agropecuário.

6.4.6.1 Impacto das intervenções de desenvolvimento rural sobre a insegurança alimentar

Por meio da avaliação, foi constatado que o *Proyecto de Mejora del Consumo y Disponibilidad de Alimentos en Comunidades de la Provincia de Veraguas* provocou uma redução significativa na insegurança alimentar, e tal intervenção foi classificada como promissora para combate à fome. Krause *et al.* (2018) desenvolveram uma pesquisa quase-experimental³⁷ para avaliar a ação do *Proyecto para el Mejoramiento del Consumo y la Disponibilidad de Alimentos* nas restrições alimentares durante o plantio, crescimento e colheita da produção agrícola em sociedades de subsistência no Panamá. O estudo foi realizado com 237 famílias de fevereiro a outubro de 2012. Os resultados apontaram que 80% das famílias ficavam sem dinheiro para comprar alimentos e, algumas vezes, adquiriam alimentos menos importantes para as crianças durante os momentos de safra, além de que 50% dos adultos e das crianças ingeriram menos alimentos do que o recomendado para faixa etária, devido a menos refeições ou menos disponibilidade de comida nas refeições por falta de dinheiro para adquirir alimentos. Os itens menos presentes na pesquisa foram aqueles referentes a adultos e crianças que passavam fome ou dormiam com fome por falta de alimento. Cerca de 33% dos agregados familiares sofreram com a escassez de alimentos, devido a cheias ou secas ou falta de recursos para cultivar alimentos (isso pelo menos ocasionalmente). A *Food Insecurity Score* (FIS) por família cobriu toda a faixa de valores (0-42) em cada período agrícola. Além disso, a

³⁷ *Idem* ao item 1.

frequência de insegurança alimentar moderada a grave foi semelhante entre os estágios (11,9, 12,3 e 8,7%) e a média do FIS foi semelhante entre os períodos: 7,9 (SE 0,6) durante o preparo da terra, 7,2 (SE 0,5) durante os meses de crescimento e 6,6 (SE 0,5) durante a colheita $\chi^2 = 2342$ ($P = 0,31$). Como desencadeamento do *Proyeto* durante o preparo da terra, os resultados do estudo de Krause et al. (2018), apontaram que houve uma pequena venda de produtos durante os meses de cultivo, com aumentos de renda durante a época de colheita. Assim, os autores mostraram que diferentes culturas, atividades pecuárias e indicadores de riqueza contribuíram para a segurança alimentar em diferentes fases do ciclo agrícola do Panamá.

Para Arnés *et al.* (2018), o Programa de Segurança Alimentar e Nutricional demonstrou um efeito emergente para insegurança alimentar, o qual representou uma intervenção limitada para combater a fome. Tal estudo avaliou, através de delineamento experimental, a eficácia do UPM - Programa de Segurança Alimentar e Nutricional, por meio de um conjunto de sete indicadores nas aldeias. A fase sistemática desenvolvida consistiu em 64 pesquisas domiciliares realizadas em 2014. A análise geral não mostrou uma associação significativa entre os dois principais pontos de contato e os dados de SAN. Pode-se então concluir que havia famílias bem alimentadas, mas que cresceram em condições difíceis, como encostas ociosas ou pequenas casas. Os resultados mostraram que, em 40% dos domicílios pesquisados, após a implementação do programa UPM, ainda havia pessoas que se encontravam com fome. Também notou-se que o programa de segurança alimentar e nutricional preocupou-se com a sustentabilidade, no que diz respeito aos atributos comuns de autossuficiência e equidade alimentar.

Na pesquisa de Bolom Martínez *et al.* (2015) sobre o *Proyecto Estratégico para la Seguridad Alimentaria* (PESA), entendeu-se que o aumento da abrangência do projeto não produziu impacto sobre índices de insegurança alimentar, pelo que não foi possível avaliar o efeito da intervenção para o combate à fome. Os pesquisadores realizaram um estudo com delineamento quase-experimental para analisar a situação de segurança alimentar das famílias do ponto de vista da disponibilidade, acessibilidade e consumo de alimentos, bem como a relevância cultural por meio de uma intervenção do *Proyecto Estratégico para la Seguridad Alimentaria* (PESA) no subdistrito cafeeiro dos Altos de Chiapas. As informações de linha de base foram coletadas entre março e maio de 2011, num total de 134 domicílios divididos em beneficiários ou não do projeto. As ações relevantes no domínio da intervenção demonstraram que insegurança alimentar persistiu entre as famílias Tzotzil no subdistrito cafeeiro da região de Altos de Chiapas, com e sem

PESA, embora o programa tenha proporcionado condições de água e infraestrutura agrícola para as famílias beneficiárias.

6.4.6.2 Impacto das intervenções de desenvolvimento rural sobre o consumo alimentar

Os autores verificaram um impacto emergente do *Proyecto Estratégico para la Seguridad Alimentaria* no México no consumo alimentar. De forma geral, os estudos confirmaram que a coordenação das ações representava um verdadeiro desafio, pois sua dinâmica abrangeu uma ampla área de atuação com diversas atividades diferenciadas e, com isso, ações reativas e desintegradas não funcionaram no combate à fome. Cruz-Sánchez *et al.* (2016) examinaram o potencial e as limitações em uma pesquisa quase-experimental do apoio à avicultura promovida pelo *Proyecto Estratégico para la Seguridad Alimentaria* (PESA) em áreas altamente marginalizadas de Guerrero, México. Os autores mostraram que as populações apoiadas pelo PESA tinham maior produção, vendas e consumo médio de ovos do que as famílias não apoiadas pelo programa e que o efeito positivo mais consistente do PESA era a dieta derivada do consumo de carne. O que essas avaliações ignoraram foi que as famílias apoiadas pelo PESA pudessem ter retornos e rendas mais altas do que as famílias não beneficiárias, situação que ocorreu em apenas um terço dos domicílios, porque, nas outras famílias, as aves desapareceram completamente ou diminuíram drasticamente em 48 meses após a intervenção. Da mesma forma, como as avaliações anteriores foram feitas em um momento em que as famílias ainda estavam no primeiro ou no segundo ano de apoio, a partir do terceiro ano em análise, as famílias foram incentivadas a continuar com os serviços dos projetos, e mesmo que não o fizessem eram considerados sustentáveis. No caso do México, o *Proyecto Estratégico para la Seguridad Alimentaria* (PESA) foi um grande suporte para a produção de aves caipiras, mas os resultados obtidos neste estudo sugerem que somente países com padrão desejável podem produzir este tipo de alimento de forma sustentável para agricultores familiares. Isso indica um fraco desempenho em termos de contribuição para a segurança alimentar dos beneficiários e uso ineficiente dos recursos públicos.

6.4.6.3 Impacto das intervenções de desenvolvimento rural sobre a renda

A revisão integrativa incluiu uma pesquisa de impacto, de Bandeira e Sumpsi (2010), sobre o efeito da Política Fundiária sobre a renda da população, a qual identificou

que a implantação do Programa não contribuiu para aumento na renda nas cidades em que foi implantado, pelo fato de não ser possível diferenciar o impacto negativo do desfecho, classificando-as como limitado para reduzir a fome. Os pesquisadores realizaram um teste empírico com delineamento quase-experimental e avaliaram a redução da pobreza a curto e longo prazo a partir do acesso à terra (Política Fundiária) de domicílios seccionais da Guatemala. O primeiro aspecto que se destacou foi o valor do autoconsumo com relação ao alto nível de pobreza encontrado nas áreas rurais, em que 43% da população rural vivia em extrema pobreza e 77% pertenciam às famílias pobres. Em comparação às famílias rurais mais pobres, tinham níveis de escolaridade mais baixos, eram compostas por número alto de membros, mais dependentes (crianças e idosos) e estavam mais condicionadas ao trabalho à terra. No entanto, a renda em dinheiro decorrente da produção agrícola era muito baixa, e sua sobrevivência e autoconsumo dependiam, em grande parte, da produção agrícola e de seus salários. Sendo assim, da população rural da Guatemala, 32% de sua renda (incluindo o valor do autoconsumo) era proveniente dessas atividades, e apenas os agregados familiares com mais de dois hectares de terra agrícola foram, em média, menos pobres do que as famílias rurais sem terra. A conclusão desses resultados referiu-se às distribuições extensas de terras como uma solução para melhorar a renda rural em países onde a renda não agrícola estava-se tornando cada vez mais importante para sustentar os meios de subsistência das famílias rurais. Apenas famílias rurais pobres com pouca ou nenhuma terra que não enfrentavam nenhuma oportunidade real fora da fazenda é que a intervenção fundiária teve efeito positivo na renda.

A revisão integrativa localizou uma avaliação de impacto realizada por Nchinda *et al.* (2011) do efeito do *National Food Security Program* sobre os índices da fome, que identificou que a intervenção propiciou um aumento na renda da população nas cidades em que foi implantada, sendo tal intervenção classificada como promissora para reduzir a fome. A pesquisa dos autores apoiou a avaliação da segurança alimentar através de um estudo experimental das intervenções destinadas na produção de aves (frango) nas províncias de Artibonite e Sud d'Haiti. Os dados coletados contemplam 132 beneficiários de 2007, durante a segunda fase de um programa semelhante de assistência domiciliar a aves disponibilizado por meio do *National Food Security Program* (NFSP). Os participantes do projeto recém-recrutados (grupo de controle) foram agricultores que ainda não se beneficiavam do apoio do projeto. Os agricultores “velhos” foram aqueles que participaram das etapas anteriores do programa de apoio à avicultura, entre dois e

oito anos atrás da implantação do programa. Como resultado, foram encontradas diferenças significativas entre os respondentes do Artibonite e do Sud d'Haiti em termos de economia mensal e gastos com alimentação. De fato, a análise mostrou que a margem de lucro líquido dos participantes do projeto era duas vezes maior do que a margem de lucro dos agricultores recém-selecionados do programa. Os retornos líquidos dos participantes foram de 7,3%, 3,2% e 2,2%, respectivamente, para itens não alimentícios, alimentação e gastos totais mensais das famílias, que foram bem superiores aos novos participantes do programa. Isso indicou que o Programa de Segurança Alimentar e Nutricional no Haiti teve um efeito positivo na renda dos participantes do projeto. A análise mostrou uma receita líquida positiva para atividades avícolas familiares, que se mostraram independentes do sistema e particularmente melhor para os participantes do projeto.

Apenas um estudo analisou que o *Proyecto Estratégico para la Seguridad Alimentaria* não provocou impacto sobre a renda, concluindo que, desta maneira, tal intervenção não contribuiu no combate sobre a fome. Na pesquisa de García e González (2019), o objetivo foi pesquisar através de delineamento quase-experimental a população indígena e não indígena rural beneficiária do *Proyecto Estratégico para la Seguridad Alimentaria* (PESA), implementado na Guatemala. O principal problema que afligiu essa população foi a insegurança alimentar, desnutrição infantil, bem como o acesso a serviços de saúde e educação. Diante disso, pode-se concluir que a atuação do PESA na Guatemala avançou muito no trabalho institucional para alcançar as comunidades. Um fator importante a ser recuperado foi de o país apresentar uma alta proporção de populações rurais com características indígenas, que enriquecem as culturas nacionais, mas que se mostravam grupos em condições econômicas precárias, vivendo numa economia subdesenvolvida, cujo principal problema era a falta de riqueza material e a escassez de fontes de alimentos. As condições geográficas, tradições ultrapassadas – particularmente relativas à desigualdade, como o desrespeito aos direitos das mulheres – e indiferença por parte dos governos foram alguns dos fatores estruturais que contribuíram para a pobreza dessas comunidades. Considerando o exposto, Garcia e González (2019) concluem, da premissa hipotética descrita no início do artigo, que a implementação do Programa Estratégico para *la Seguridad Alimentaria* (PESA) tornou-se válida como resposta à persistência da extrema pobreza, que afeta a população indígena em áreas rurais no México.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No desenvolvimento desse trabalho, evidenciamos, por meio das pesquisas com delineamento quase-experimental e experimental, a contribuição de estudos de cunho científico na construção do arcabouço teórico sobre políticas públicas desenvolvidas na América Latina e no Caribe e, para tanto, foi possível enfatizar o efeito das políticas públicas no combate à fome. Ao longo desta tese, aprimoraram-se os conhecimentos teóricos na área de políticas públicas com a abordagem baseada em evidências, que influencia a gestão pública.

Com objetivo de divulgar as evidências encontradas nos trabalhos científicos, realizou-se de modo inédito esta Revisão Integrativa sobre as políticas de combate à fome implementadas nos países da América Latina e no Caribe, conforme os desfechos encontrados pelo *Global Hunger Index* e *International Food Safety Assessment*. Tal revisão procurou sintetizar resultados com um maior número possível de pesquisas, que apresentaram efeitos referentes à atuação ou tenham medido o impacto das intervenções de combate à fome. Com isso, foi possível realizar uma avaliação a partir do conteúdo produzido por evidências ao longo de dez anos de atuação das políticas de combate à fome nos países da América Latina e no Caribe.

Durante a construção deste trabalho, registraram-se aspectos conclusivos relativos a cada um dos capítulos e do trabalho completo. Ao começarmos pela análise histórica das evidências, gestão pública e conceitos atrelados à análise de políticas públicas, foi possível percorrer no advento da sociedade da informação e da revolução da Medicina Baseada em Evidências (MBE). A partir desses momentos marcados na história, ficou evidente que a aplicabilidade da abordagem baseada em evidências na gestão pública conseguiu adentrar as diferentes áreas de conhecimento e, ao mesmo tempo, começou a ganhar espaços entre as entidades e instituições públicas que passaram a influenciar os tomadores de decisão nas políticas públicas.

De acordo com Petrosino et al. (2001), o desenvolvimento da técnica de revisão de literatura surgiu da prática médica e, em decorrência, as evidências passaram a subsidiar as decisões que melhoraram as condições de vida e o bem-estar de diferentes segmentos da população. Segundo Pinheiro (2020), com a evolução dos sistemas de informática, houve um salto na capacidade humana de produzir informações, o que repercutiu no uso das evidências para atividade profissional.

A chamada revolução das evidências influenciou na implementação da nova gestão pública, que passou a contar com mais uma ferramenta para obter informações sobre o que funciona ou não funciona diante das implementações de ações governamentais. Na segunda visão de White (2019), a revolução das evidências ocorreu entre diferentes níveis de velocidade e, distintamente, nas políticas públicas em cada país, o que repercutiu no amadurecimento do ciclo de implementação das políticas públicas baseadas em evidências.

Com a atenção voltada às reações e à busca de explicações técnicas, o desenvolvimento de pesquisas ajudou a dar sentido científico às ações políticas. Finalmente, o início da sistematização de resultados completou os contornos da nova disciplina e, em paralelo, desencadeou um diálogo entre as pesquisas e teorias sobre estudos experimentais e quase-experimentais para avaliação de impacto de políticas públicas. Além disso, desenvolveu um breve debate sobre os desafios de encontrar as evidências nos países da América Latina e no Caribe.

A discussão da tese foi encaminhada para a exposição do paradigma metodológico causal, apreendendo estudos experimentais e quase-experimentais disponíveis na literatura. O conhecimento científico oriundo desta pesquisa é o resultado da análise das relações de causa e efeito das condições e tendências das intervenções encontradas nos artigos publicados. Com os estudos experimentais, foi possível explorar os efeitos das causas presumidas entre a exposição e desfecho. Enquanto isso, no quase-experimento, o grupo de controle foi estruturado por meio de métodos de amostragem que não possuem distribuição aleatória para cada política ou programa específico. A avaliação de impacto foi sendo incorporada como um método de pesquisa de grande importância, a qual visa a buscar evidências para identificar se uma iniciativa tem alcançado transformações nos desfechos definidos, e, por mensurarmos esse impacto, conseguimos ponderar o seu efeito ou se as iniciativas governamentais têm apresentado algum benefício para a população.

No segundo tópico, foram abordados os temas, conceitos e motivos da inserção e consolidação da fome na agenda política nos países da América Latina e Caribe. Por isso, começamos falando dos vários conceitos que envolvem o termo nas áreas clínicas e sociais, chegando a ser entendido numa dinâmica cultural e histórica. A implementação de políticas e programas deu vez ao enfrentamento da fome na área municipal, regional, estadual e federal dos países da América Latina e no Caribe, ao começar a atuar no problema de abastecimento de alimentos, seguindo para crise da produtividade, para a preocupação de regular preço e oferta de produtos; devido à abrangência da fome nos

países, cada um optou de modo diferente em resolver tal problemática. No caso dessa revisão integrativa, levaram-se em consideração as intervenções e seus efeitos na insegurança alimentar, na mortalidade, na desnutrição, na emaciação, no nanismo e na melhora das condições de renda e consumo alimentar da população.

O combate à fome apresentou diversos desafios para os pesquisadores no diálogo efetivo entre os resultados da pesquisa e a elaboração de políticas: os de ordem prática, em que uma parcela da população ainda desconhece sobre o problema da fome e da insegurança alimentar; e os de ordem teórica, já que vários termos que moldam o conceito de fome ainda não foram consolidados no âmbito acadêmico e de acordo com cada área científica. Nesse sentido, analisar as políticas públicas de combate à fome sob a abordagem baseada em evidências pode ser considerado mais um exercício do que a proposição de novos caminhos para desenvolver pesquisas.

A pergunta de pesquisa indagou sobre os estudos que avaliaram o impacto e sobre quais foram os efeitos das políticas e dos programas voltados ao combate à fome desenvolvidos na América Latina e no Caribe no período de 2010 a 2020. Com isso, concluímos que no decorrer desse período, a Região da América Latina e do Caribe consolidaram intervenções que constituíram respostas para a problemática, o que se tornou importante por conta da permanência do foco de atuação na área, no público, no tipo de política e no local. Além disso, as intervenções analisadas nesta revisão configuraram-se como políticas públicas, que tiveram efeito positivo para a maioria dos desfechos de combate à fome analisados, num período de transição de intervenções implementadas voltadas à fome, a qual afetava uma grande parcela da população.

Ao aplicar a metodologia descrita nos manuais e trabalhos científicos publicados na área, foi possível recuperar 18.813 registros, numa busca estruturada em sete bases de busca de artigos (inter)nacionais. No processo de seleção dos trabalhos, foi necessário excluir 1.014 estudos repetidos e, assim, ao final do processo restaram 17.725 registros para a avaliação pelo título. Ao aplicar os critérios de exclusão nos títulos dos trabalhos, eliminaram-se 12.614 registros, restando 5.111 estudos para a avaliação pelos resumos. Essa etapa possibilitou a exclusão de 4.177 trabalhos, sendo reservados 380 para avaliação pelo texto completo. Não foi possível fazer a leitura de 291 estudos, visto que vários destes não puderam ser recuperados pelos sistemas de computação, e outros não tiveram o texto completo disponível nos idiomas definidos para a revisão. Após a leitura dos textos completos, os 87 artigos selecionados foram incluídos na revisão integrativa.

Embora essa síntese de evidências tenha como base um número muito pequeno de estudos sobre cada intervenção, é relevante destacar as informações relacionadas ao desenvolvimento e enfrentamento que integra o contingente de políticas públicas de combate à fome na América Latina e Caribe. O exame da gestão pública em relação ao enfrentamento à fome nos países da região revelou um conjunto distinto de prioridades. O acúmulo de conhecimento produzido a nível internacional sobre o impacto de intervenções forneceu evidências de sua eficácia a longo prazo, formando a base para esforços bem-sucedidos de alívio da fome. Embora considerando as características únicas de cada país incluído neste estudo, é importante reconhecer o papel dessas intervenções na obtenção de uma ação pública eficaz. Os resultados desta análise contribuem para a estrutura científica sobre o combate à fome nos países, elencando princípios valiosos dos países da América Latina e do Caribe.

Com o objetivo de identificar as características que mais impactaram na efetividade das intervenções de combate a fome na América Latina e no Caribe, para tal feito se adaptou a metodologia de análise desenvolvida por Kopittke, (2019). Nessa dinâmica, categorizou-se o conjunto de informações incluídas entre políticas e programas de caráter piloto/permanente, uniagências/multiagências e perenidade das intervenções. A análise da associação entre as características e o nível de efetividade indicou que 65,17% dos estudos analisados apresentaram intervenções que seguiram suas ações de modo permanente. As pesquisas de 69,66% dos artigos demonstraram que as intervenções de multiagências foram mais exitosas do que as intervenções que contavam com a atuação de uma única agência. Quanto às intervenções consideradas como programas, 86,52% dos trabalhos científicos apontaram estas sobressaíram-se ao ser comparadas com as outras intervenções.

Dentre os 33 países que abrangem a América Latina e o Caribe, um dos principais achados dessa revisão foi encontrar algum estudo sobre as ações de combate à fome em apenas 17 deles. Outro ponto foi-se ter obtido poucos estudos em países como o Haiti, Jamaica, Paraguai e não se encontrar estudos que divulgaram as políticas ou programas de Cuba ou da maioria dos países da América Central, tendo em vista a proeminência da insegurança alimentar nesses lugares. Os conflitos internos, a violência, a instabilidade política, a extrema limitação da educação e serviços de saúde são fatores que repercutem na insuficiente disponibilidade nacional de alimentos e tornam-se uma das principais causas subjacentes da fome. A avaliação das ações de combate à fome nos países a nível

nacional e subnacional é necessária para aperfeiçoar o conhecimento científico, diminuir a desnutrição e os níveis de insegurança alimentar.

O segmento de resultados demonstrou que os princípios de combate à fome nos países latino-americanos e caribenhos mostraram-se promissores na prática das pesquisas acadêmicas e das instituições universitárias. A interação com pesquisas de especialistas de diferentes aspectos da questão buscou definir ou validar premissas e métodos, assim como discutir resultados, o que consagrou a premissa de que a fome possui diversas ramificações econômicas, políticas, sociais e até mesmo culturais. Desse modo, a abordagem baseada em evidências no tocante ao combate à fome conseguiu um avanço importante no contexto acadêmico, no campo das áreas sociais e multidisciplinares, sendo essas as áreas que mais produziram trabalhos científicos sobre o tema na América Latina e no Caribe, mas em que a perspectiva experimental ainda é praticamente ignorada. Sobretudo, um número maior de estudos de cunho experimental é destacado pela literatura como estudos com maior capacidade para reduzir o enviesamento das avaliações de impactos e são responsáveis de produzir grande impacto para a mudança de paradigma em razão do conflito de interesse. Nesta revisão, na maioria os estudos foram quase-experimentais, em razão de a área de intervenções voltadas ao combate à fome mostrar-se muito sensível para ser tratada por experimentos, e ainda por ser uma área que apresenta poucos estudos nessa linha de desenho estudo.

Conforme os resultados encontrados nessa revisão integrativa, mais de 30% dos trabalhos científicos sobre o combate à fome na América Latina e no Caribe foram produzidos por pesquisadores na área das ciências da saúde, o que representa uma lacuna existente na região e na produção de pesquisas de avaliação de efetividade de intervenções entre pesquisadores das ciências humanas e sociais dedicados ao tema de combate à fome. Um número maior de estudos de cunho experimental destacados pela literatura possui maior capacidade para reduzir o enviesamento das avaliações de impactos, sendo responsáveis de produzir grande impacto para a mudança de paradigma em razão do conflito de interesse. Nesta revisão, na maioria os estudos foram quase-experimentais, devido à área de intervenções voltadas ao combate à fome mostrar-se muito sensível para ser tratada por experimentos e, ainda, por ser uma área que apresenta poucos estudos nessa linha.

A análise das intervenções de combate à fome em vigência no período de 2010 a 2020 na América Latina e no Caribe permitiu a formulação de diversas perguntas, bem como possibilitou algumas constatações. A primeira verificação é que as intervenções de

combate à fome que estiveram em vigência já trazem consigo muitos contornos de ações e estratégias já desenvolvidas ao longo período. No entanto, existe uma permanência diferente da problemática em cada país. Muitas dessas problemáticas, incluindo a fome, são consideradas fatores limitantes ao incremento em países em desenvolvimento. Apesar dos avanços observa-se que a fome ainda é imprecisa quantitativamente, o que tem implicações no resultado das pesquisas de evidência, nos seus números e na soma desse fato permanecer como tema muitas vezes oculto nos debates políticos. Isso repercute na invisibilidade do fenômeno da fome, o que se tornou um problema maior, relacionado tanto ao perfil e número de famintos, como à própria terminologia utilizada de insegurança alimentar, o que, por vezes, suaviza e oculta a verdadeira face da fome.

No mesmo sentido antes apontado, as políticas de combate à fome na América Latina e no Caribe foram profundamente influenciadas pelo conceito de insegurança alimentar. Essa noção já está bastante consolidada no Brasil e fortaleceu-se cada vez mais diante do fenômeno da fome em outros países. Nesse sentido, observa-se, nesta revisão, a diversidade de programas promissores nas suas ações que estiveram em vigência entre 2010-2020. Contudo, o viés imediatista de resolver o problema da fome com acesso aos alimentos permaneceu mais expressivo e consolidado entre os países, destacando-se as intervenções de transferência de renda ou de transferência monetária. Esses aspectos demonstraram a fragilidade do tema da fome enquanto política pública estratégica de governo.

Os países como Brasil, México e Colômbia destacaram-se por possuir uma maior quantidade de intervenções e uma maior diversidade delas implementadas durante o período analisado neste estudo. Em vários estudos examina-se o impacto de programas ou políticas nacionais de Segurança Alimentar implementadas pelos países e executadas de forma multidisciplinar no setor público. Essas intervenções envolvem a colaboração de diversas entidades, incluindo o Estado, organizações não governamentais, movimentos sociais e sociedade em geral, a fim de desenvolver políticas públicas que abordem questões cruciais como pobreza, saúde, educação, emprego, desenvolvimento rural, tecnologia, pesquisa e assistência direta a populações vulneráveis que sofrem com a fome.

Os resultados do conjunto de estudos já realizados mensuraram o aumento de intervenções implementadas na região. As ações voltadas a atuar na insegurança alimentar resumiram-se no repasse de renda para as famílias, entre quais apresentaram evidências científicas que comprovaram impacto ou funcionaram para reduzir a fome. Esse fato deve-se ao tempo em que há muita preocupação com a produção de alimentos,

temendo as terríveis consequências de sua escassez. No entanto, os avanços tecnológicos revelaram um problema subjacente mais sério: a fome global é causada por recursos financeiros insuficientes para adquirir alimentos. Esse problema pode ser atribuído às políticas das nações desenvolvidas no comércio internacional, à falta de solidariedade e à ausência de intervenção governamental para negociar acordos equitativos com os principais grupos econômicos.

A constatação da fome passou por governantes que mal reconheceram a sua existência – apesar de sua prevalência como um problema por muitos anos –, para uma preocupação fundamental para os formuladores de políticas em todo o mundo nas últimas décadas. Os esforços para combater a fome centravam-se no fornecimento de cestas básicas e na oferta mensal de ajuda financeira aos necessitados. Com o passar do tempo, a conversa sobre a fome mudou para o objetivo mais amplo como políticas públicas da segurança alimentar e nutricional.

As evidências mais consistentes em relação ao efeito positivo sobre o combate à fome encontradas por essa revisão dizem respeito a intervenções de transferência de renda, tendo como carro chefe o Programa Bolsa Família implementado no Brasil. A transferência de renda amenizou o problema da escassez alimentar vivenciada pelas famílias, contudo pouco estimulou forma justas e dignas de acesso aos alimentos, a não ser pelo meio monetário, que se tornou um modo temporário para prover alimentação de todos os membros da unidade doméstica em quantidade e qualidade adequadas. As pesquisas empíricas têm comprovado que quanto mais industrializado e maior a renda per capita dos países, maiores são os investimentos em políticas sociais e programas de transferência de renda, e por conseguinte, menores os índices de desigualdade e pobreza.

Na sequência, destacamos o efeito das intervenções de programas ou de políticas nacionais de Segurança Alimentar adotadas pelos países e implementadas de modo multidisciplinar nos setores públicos identificados em vários estudos. Para tal intento foram necessários múltiplos fatores, dependendo de instituições como Estado, organizações não-governamentais, movimentos sociais e sociedade em geral para buscar políticas públicas que intervenham em temas como pobreza, saúde, educação, trabalho e geração de empregos, desenvolvimento rural, tecnologia, pesquisa, suporte direto em estado de vulnerabilidade e fome.

A disseminação da fome entre a população nas áreas rurais foi outro elemento identificado na revisão, o que evidencia a ausência de metas nacionais para desenvolver atividades agrícolas planejadas, ao invés de ações aleatórias, dependentes de

monoculturas, vinculadas a preços estabelecidos pelo governo, inconsistentes e inviáveis a população vulnerável e o meio rural. Esse público ficou à mercê da destruição ambiental decorrente da ambição humana e de suas consequências – situação que influenciou na sua falta de recursos para consumir produtos de qualidade e onerou o sistema médico –, acabou sendo discriminado pelo governo, pela sociedade e viveu sem ter seu direito humano à assistência respeitado. Além disso, ao analisar as intervenções de combate à fome, evidencia-se um desequilíbrio entre as políticas e programas dos países que compõem a América Latina e Caribe.

Mesmo assim, os resultados das ações contra a fome ao longo dos anos não foram suficientes para erradicar o fenômeno, mas implementaram estratégias que conseguiram reduzir os índices alarmantes da insegurança alimentar, desnutrição, mortalidade e nanismo em alguns países da América Latina e do Caribe, sendo necessária a investigação das razões apontadas pelas pesquisas acadêmicas para sucesso ou insucesso das intervenções. Embora, o tema seja objeto de estudo de diversas entidades profissionais e pesquisadores de diversas áreas científicas, a presente revisão integrativa mostra-se relevante não só pela importância do tema em si, mas também pela necessidade de entender com uma região desenvolveu com sucesso algumas intervenções no combate à fome.

A categoria das intervenções de transferência de renda entre o período de 2010 a 2020 foram articuladas em ações estruturantes voltadas às causas da fome, que se tornaram políticas consideradas eficazes no campo da segurança alimentar e nutricional ao proporcionarem um novo impulso à disseminação do conhecimento científico. Nesse caso, os resultados encontrados na revisão integrativa demonstraram que as intervenções *Asignación Universal por Hijo* (Argentina) e o Programa Bolsa Família (Brasil) tiveram um efeito positivo comprovado sobre a insegurança alimentar. A exemplo do autor Albuquerque (2009), ao assumir que a política funciona como uma ponte entre os problemas e/ou as soluções concretas para necessidades públicas, as pesquisas acadêmicas evidenciaram articulações que tiveram implicações importantes para políticas públicas. As avaliações da situação de segurança alimentar de grupos populacionais ou de ações governamentais para enfrentar a fome no Brasil e na Argentina buscaram em resposta atender aos padrões de consumo de alimentos (fontes de acesso aos alimentos) e padrões nutricionais.

Entre os estudos analisados na revisão, observou-se que as intervenções de ajuda alimentar, alimentação escolar, saúde e transferência de renda, como: *Programe of*

Advancement through Health and Education (Jamaica), *70 y más* (México), Programa de Aquisição de Alimentos (Brasil), *Plan de Atención Nacional a la Emergencia Social* (Uruguai), Programa Nacional de Alimentação Escolar (Brasil), *Programa de Comedor Comunitario* (México), *Proyecto para el Mejoramiento del Consumo y la Disponibilidad de Alimentos en Comunidades de la Provincia de Veraguas* (Panama), Programa dos Direitos dos Nossos Idosos (El Salvador) demonstraram uma dinâmica de melhorias (promissora) com relação à insegurança alimentar. Devido à vulnerabilidade e à insegurança alimentar nos países da América Latina e Caribe, existem outros fatores que podem impactar a divulgação e a produção de intervenções de segurança alimentar. Dessas, destacam-se as intervenções existentes resultantes de ações governamentais, o que pode explicar o maior volume de informações sobre iniciativas públicas de segurança alimentar em países em desenvolvimento. O México é um dos países com o maior número de iniciativas para enfrentar a insegurança alimentar e um dos países que dispõe de mais recursos em nível público. Em geral, algumas políticas públicas são desenvolvidas ou implementadas pelos governos nacionais em cooperação com as agências da Nações Unidas e os exemplos mais importantes são os programas nacionais de segurança alimentar, desenvolvidos pelos governos locais com o apoio da FAO. Assim, os resultados demonstram uma correlação significativa entre os planos globais de segurança alimentar e nutricional comuns.

Os resultados evidenciaram que a atuação do Programa Restaurante Popular (Brasil), Cozinhas Comunitárias (Brasil), *World Food Programme* (Colômbia, Haiti), *Mejoramiento Alimentario y Nutricional de Antioquia*, (MANA/Colômbia), Programa de *Apoyo Alimentario* (Peru), *Cash and Food-for-Work Programmes* (Haiti), Plano Nacional de Alimentação e Nutrição (Colômbia) e Oportunidades (México) apresentaram efeito limitado com relação à insegurança alimentar. Do ponto de vista da pesquisa empírica, ao propor-se demonstrar a atenção limitada às questões de evidências sobre o quê e para que a intervenção foi implementada, e a experiência na América Latina e no Caribe mostrou que os estudos foram apenas parcialmente apoiados por evidências e que, ao fazê-lo, eles alcançaram resultados limitados sobre a insegurança alimentar. A capacidade de análise da fome, da escassez de alimentos e das políticas públicas de erradicação da fome têm escopo limitado para o atendimento dos indivíduos que vivem essa realidade.

A revisão integrativa encontrou estudos sobre insegurança alimentar em que os resultados demonstraram que as intervenções, analisadas a partir de 2010, não foram avaliadas quanto ao seu efeito na população. Assim, quando houve pouca confiança na

estimativa de efeito do Programa Cozinhas Comunitárias (Brasil), Programa Colombiano de Bem-Estar da Família (Colômbia) e *Programa Estratégico para la Seguridad Alimentaria* (México).

A gestão dessas políticas tem enfrentado críticas devido aos processos decisórios dos gestores, que muitas vezes se baseiam em fatores não divulgados ou sensíveis, o que prejudica a efetividade da política pública e pode até inviabilizá-la durante sua implementação (Santos *et al.*, 2015). Conforme Nunes de Souza *et al.* (2012), vale ressaltar que os beneficiários de programas de transferência de renda já se enquadram na categoria de famílias de baixa renda e sob maior vulnerabilidade a privações alimentares, e, portanto, as suas condições os colocam em risco de insegurança alimentar.

A revisão encontrou apenas um trabalho que tratou sobre a temática mortalidade, num estudo que foi desenvolvido sobre o *Plano de Mejoramiento Alimentario y Nutricional de Antioquia* (Colômbia), cujo resultados não conseguiram avaliar o efeito da intervenção sobre o desfecho. A mortalidade infantil tornou-se um sintoma de um problema fundamental, que, por sua vez, evidenciou o uso desigual das ações do vasto território que se estende pela América Latina e Caribe. Por isso, falar do contexto da "subalternidade alimentar" de uma população é também falar da supressão das condições mínimas de sua expressão social. Segundo Belik (2006), a fome não apenas se confunde com a pobreza, mas tornou-se a pior manifestação da pobreza, levando a graves problemas de desnutrição, com impacto na mortalidade infantil, expectativa de vida e causando doenças crônicas em parte da população.

As intervenções tiveram um efeito positivo sobre desnutrição em cinco estudos incluídos na revisão, caso em que se destacou o *Programa Comedores Escolares* da Argentina e *School Nutrition Program* de Honduras, com atuações comprovadas sobre a redução de tal desfecho. Embora a desnutrição tenha sido um problema comum em Honduras, foi observado ser mais habitual nas áreas rurais do que nas áreas urbanas. A interferência da atuação positiva em tal desfecho foi um fenômeno decorrente da inserção social, acesso a cuidados de saúde, habitação e renda adequadas em ambos os países. No entendimento de Valente (2003), a sua efemeridade ocorre devido ao estado de inclusão social soberana em meio à questão nutricional nos países da América Latina e Caribe. Contudo, a pouca ênfase dada ao combate à desnutrição crônica que permaneceu em Honduras e na Argentina acabou influenciando nos bons resultados obtidos no combate à desnutrição mais leve devido a sua abordagem intersetorial das intervenções de combate à fome.

Esses quatro estudos: Programa de distribuição de leite fortificado (México), Programa Bolsa Família (Brasil), Programa Integral de Nutrição (Peru) e Programa Juntos (Peru), foram incluídos na pesquisa porque mostraram resultados relevantes (promissores) sobre a desnutrição. No contexto da saúde pública, as variáveis nutricionais fornecidas pelo Programa Integral de Nutrição (PIN) foram importantes para romper a prevalência de desnutrição infantil no Peru. No estudo realizado por Beltrán e Seinfeld (2011) concluíram com seus resultados que Programa Integral de Nutrição compõem a estratégia de nutrição do governo foi uma forma eficaz de reduzir a desnutrição. Além dessa experiência, uma alternativa já reconhecida por organismos internacionais, e que tem sido apontada como promissora no Brasil, vem justificar a existência de uma realidade rica de conhecimentos, práticas e biodiversidade a serem acionados para a busca da segurança alimentar de parcela significativa da população brasileira.

Os dois estudos incluídos que avaliavam o efeito do *Programa Cruzada contra el Hambre* (México) evidenciaram que o programa apresentou evidências limitadas (emergente) com relação a desnutrição, e o mesmo ocorreu com o Programa Bolsa Família (Brasil). A este respeito, é de suma relevância ressaltar que as evidências sobre a ação governamental voltada às intervenções de transferência de renda foram paulatinamente desmontadas nesse campo, de tal modo que não houve uma intervenção que tenha conseguido suprir esse *déficit* na desnutrição de modo efetivo ao considerar a atuação no combate à fome ao longo do tempo na América Latina e no Caribe. As políticas existentes foram consideradas insuficientes, fragmentadas e localizadas, devido ao fato de centrarem-se basicamente na transferência de valores monetários de montante escasso para alterar o quadro de miséria envolvendo a desnutrição das famílias beneficiárias.

As evidências encontradas nos estudos apontaram que não foi possível avaliar o efeito do *Programa de Comedor Comunitario* (México), *Programa Colombiano de Bem-Estar da Família* (Colômbia) e *Programa Nutricional Articulado* (Peru) na desnutrição. Conforme Freitas (2003), a natureza da fome sucumbiu ao determinismo social, o qual foi ignorado no discurso médico hegemônico e posteriormente minimizado no termo desnutrição. O foco biológico primário foi distanciando gradativamente as questões sociais daquelas relacionadas ao corpo, fazendo desaparecer a condição humana ou excluir o organismo para manter supostos objetivos científicos.

As intervenções como *Familias em Acción*, da Colômbia, e programa *Red Solidaria*, de El Salvador, incluídas nessa categoria, tiveram resultados relevantes

(classificação “promissor”) sobre o efeito das intervenções no nanismo. As crianças de domicílios em situação de fome costumavam apresentar desnutrição, baixa frequência alimentar e baixo escore de diversidade alimentar. A baixa frequência foi associada ao nanismo devido ao baixo peso e magreza definido para idade da criança. Os estudos referentes ao nanismo apresentaram características sobre o problema associadas à baixa frequência de alimentação, referente às condições de renda, baixa escolaridade materna e da cuidadora, insegurança alimentar/nutricional e infecções respiratórias agudas.

No entanto, até hoje, isso ainda ocorre de forma bastante intensa e é imprescindível que medidas de proteção contra a fome sejam tomadas e, principalmente, monitoradas constantemente para certificar-se de sua efetividade. Portanto, a pesquisa incluída na revisão afirma que os governos têm proposto e fortalecido várias intervenções para beneficiar o acesso aos alimentos e reduzir o nanismo populacional, mas o principal desafio político é garantir os direitos sociais fundamentais de todos os cidadãos, reconhecendo-os como direitos humanos, e não como atos de caridade. Quanto mais populações e/ou indivíduos forem avaliados do ponto de vista nutricional, e quanto mais sequenciais forem essas avaliações, mais precocemente poderão ser iniciadas intervenções, o que certamente melhorará a qualidade de vida da população em geral. Segundo Mello (2002), a desnutrição não será reduzida caso não passe por um diagnóstico adequado.

Entre as avaliações de impacto localizadas pela revisão integrativa, a pesquisa desenvolvida sobre o Programa Bolsa Família (Brasil) apresentou evidências limitadas na sua atuação no nanismo. Os estudos referentes ao nanismo apresentaram características associadas à baixa frequência de alimentação, às condições de renda, à baixa escolaridade materna e da cuidadora, à insegurança alimentar/nutricional e a infecções respiratórias agudas. Em situações que foi possível perceber a interferência da pobreza e a insuficiência de recursos como motivos determinantes para a permanência da fome e da desnutrição, a limitação do alcance de políticas e programas de segurança alimentar tem papel fundamental na promoção de mecanismos com a finalidade de suprir estas carências, seja através de transferência de renda seja de alimentos.

O estudo sobre o Programa de Segurança Alimentar e Nutricional (Colômbia) e a pesquisa referente ao Oportunidades (México) demonstrou que seus resultados não encontraram efeito da intervenção no nanismo. Porque a avaliação do crescimento e do estado nutricional tem preferencialmente despertado o interesse de pesquisadores, sempre referidos aos grupos escolares como um dos grupos de maior vulnerabilidade às carências

nutricionais e a seus efeitos deletérios, contando com os menores de cinco anos como alvo de inúmeras investigações que, ao mesmo tempo, são o grupo considerado sobreviventes da fase, e que enfrentarão alterações no crescimento tornando-se adultos com baixa estatura em decorrência da desnutrição. Portanto, compreender a natureza, tipo, gravidade, grupos mais afetados, distribuição espacial e estratos socioeconômicos dos problemas alimentares e nutricionais de um país é um elemento essencial de qualquer estratégia eficaz para combatê-los.

Em relação à emaciação observou-se que apenas o artigo sobre o Programa Nutricional Articulado implementado no Peru mostrou-se promissor sobre a efeito desse desfecho. A partir da revisão integrativa, ficou mais evidente quais foram as intervenções que se tornaram mais eficazes para enfrentar a emaciação. Da mesma forma, sabemos quais foram as intervenções que alcançaram boas possibilidades de funcionar para reduzir em cada um dos desfechos ligados à fome. Com os resultados da revisão, aprendemos que é importante trabalhar com os governos e pesquisadores para preencher as lacunas de conhecimento que estão restando as ações públicas de combate à fome.

O limitado conhecimento apresentado pela pesquisa sobre o Refeitório Escolar Comunitário Integral (Colômbia) referente aos fatores subjacentes da emaciação obstrui a capacidade dos resultados de demonstrar o efeito da intervenção para mobilizar recursos de fora do setor da saúde para preveni-los. Alguns países conseguem superar as barreiras para a implantação de programas voltados à emaciação e obter uma taxa mais alta de cobertura por parte destes, enquanto outros não o conseguem ajudar a superar os gargalos. Através das pesquisas científicas, tornou-se possível identificar maneiras novas e mais baratas de usar os dados existentes, assim como coletar novos dados quando for necessário para assegurar que a população ainda precisa de intervenções de combate à fome.

A *Cruzada contra el hambre* (México) não teve resultado sobre a emaciação. Nesse contexto, a emaciação infantil referiu-se à porcentagem de crianças menores de cinco anos que pesam menos ao comparar a sua altura para a idade, refletindo desnutrição grave (Von Grebmer *et al.*, 2020). Nos países que contemplaram essa revisão integrativa, foi possível deparar-se com resultados mencionando saneamento inadequado, fonte de água de baixa qualidade e baixa renda familiar associados à emaciação infantil, embora não sistematicamente. Uma vez que a redução da pobreza não significa necessariamente que as famílias tenham acesso adequado a água e saneamento melhorados, as políticas de redução da pobreza podem não ser suficientes para reduzir a emaciação infantil

As evidências de 13 estudos realizados nos países da América Latina e Caribe indicaram que a estratégia de facilitar o acesso ao alimento tornou-se o eixo central para melhorar o consumo alimentar através das transferências de renda para combate à fome. Esta tem sido disseminada de forma cada vez mais evidente nos últimos anos, entre as diversas faixas etárias e condições das famílias, por isso que as ações ao combate à fome representaram melhorias no padrão de consumo alimentar e na renda destinada à compra de alimentos.

Os programas de transferência de renda foram implantados para capacitar as famílias no enfrentamento da fome, da escassez de alimentos e da pobreza. Os estudos sobre o Programa Bolsa Família do Brasil apontaram evidências que comprovaram seus efeitos positivos sobre o consumo alimentar dos seus beneficiários e, com isso, houve forte confiança de que o efeito verdadeiro se aproxime do efeito estimado. Nos resultados das pesquisas ficou evidente que houve um aumento considerável no consumo alimentar dos beneficiários, principalmente porque parte desse resultado deve-se a uma variada dieta de alimentos e ao acesso a produtos ricos em proteínas.

Em relação aos trabalhos com resultados, estes indicaram que a atuação do *World Food Programme* (Colômbia), *Colación BKN* (Chile), *Familias en Acción* (Colômbia), *Bono de Desarrollo Humano* (Equador), *Progressa* (México), *Oportunidades* (México), *Red de Protección Social* (Nicaragua), *Restaurantes Populares* (Brasil), *Programa de Pensión Alimentaria para Adultos* (Paraguai) e *Comedores Populares* (Peru) apontaram intervenções com resultados relevantes (promissores) no consumo alimentar. Essas intervenções demonstram um impacto positivo nas famílias beneficiárias em relação àquelas que não recebiam tais benefícios. De fato, nos dados coletados, é perceptível a falta de indicadores nos rendimentos do grupo beneficiário; entretanto, eles mostraram uma redução acentuada das famílias fora da intervenção, algo que pode ser atribuído às condições enfrentadas no período de fome no início dos anos 2000, o que se tornou um indicativo de que essas intervenções tiveram efeito de impedir que as consequências da fome permanecessem por mais tempo nessas famílias.

Nesse processo, as evidências demonstraram a necessidade da intervenção do Estado para assistir àqueles excluídos do mercado de trabalho ou cuja renda era insuficiente para prover uma alimentação digna para suas famílias. Belik, Graziano da Silva e Takagi (2001), chamaram atenção para o desenvolvimento de mecanismos urgentes e/ou permanentes a serem implementados para baixar o preço ou facilitar o acesso aos alimentos para as populações de baixa renda em risco de fome, para incentivar

ou aumentar a oferta de alimentos baratos por meio da produção subsistência ou estabilidade e, por meio de aumento de renda, incluir as famílias na garantia de direitos de expansão social e concessão à alimentação. Portanto, o fenômeno da fome está diretamente relacionado à acessibilidade (relativa à renda) em termos de carência alimentar, dependendo da diferença de renda registrada pela família ou pelo indivíduo, que varia da renda básica disponível para determinado alimento.

O Programa Promoção da alimentação saudável (México), *Proyecto Estratégico para la Seguridad Alimentaria* (México) e o Programa Nacional de Alimentar Escolar (Brasil) apresentaram um efeito limitado no consumo alimentar do público-alvo. Nesse caso, as evidências mostram-se úteis para compreender os determinantes no consumo alimentar. Entretanto, nos estudos incluídos na revisão, foram observadas as carências na construção de alguns modelos de demanda de alimentos, especialmente no planejamento de políticas públicas. Além disso, projetos de pesquisa comunitária revelaram limitações importantes na generalização e aplicabilidade dos resultados de políticas públicas.

O Programa Cozinha Comunitária (Brasil) não trouxe nenhuma mudança no padrão de consumo de seus beneficiários. Isso devido à incoerência política em mitigar o impacto da crise econômica brasileira sobre as populações mais pobres por meio do funcionamento de um sistema robusto de programa de segurança alimentar, como prevalece desde a crise financeira internacional de 2008. Esse período foi marcado por mudanças na agenda de políticas públicas, pautadas na flexibilização e desvalorização de consagrados direitos sociais. O período de 2010 a 2020 privilegiava programas de caráter assistencial e compensatório para combater a fome e a pobreza destinadas à população em situação de exclusão social ou aos chamados de grupos de risco na América Latina e Caribe. A crise política também afetou a agenda voltada à atuação da alimentação ao enfraquecer as estruturas institucionais e as principais políticas e programas que promoviam a agricultura familiar, bem como o baixo investimento no Programa Cozinha Comunitária.

Na revisão integrativa, os artigos sobre Programa Bolsa Família (Brasil) apresentaram resultados que comprovaram efeitos nos países latino-americanos e caribenhos sobre a renda dos beneficiados para contribuir com o combate à fome. Diante dos resultados encontrados na revisão, pode-se dizer que as famílias beneficiárias de programas de transferência de renda estiveram em melhores condições econômicas e sociais comparadas às que não eram beneficiadas nessa linha de intervenção. Os programas de transferência de renda tornaram-se importantes por remover o que impedia

o indivíduo de desempenhar suas capacidades, tendo em vista que essa capacidade deve contemplar o poder de auferir renda, sendo que uma ajuda, direta ou indiretamente, contribuiu para tornar as privações mais raras e menos crônicas.

Nessas condições, evidenciadas nas políticas de transferência de renda, em que quanto mais pobre a família, maior a participação dos gastos com alimentação na renda total, o acesso a outros bens e serviços essenciais fica ameaçado. As questões da fome no cenário da desigualdade social, o principal determinante dos altos níveis de pobreza é seu próprio padrão de desigualdade de renda e oportunidades de inclusão social, de modo que a pobreza está relacionada à alocação e não à escassez de recursos (Silva; Grossi; França, 2010).

A revisão incluiu três estudos que avaliaram melhorias (promissor) na renda de beneficiários como efeito dos Programas *National Food Security Program* do Haiti; Programa de Aquisição de Alimentos do Brasil e Nutricional e Programa de Pensão do Idoso em situação de Pobreza do Paraguai. Embora apresentem diferenças quanto ao público-alvo, demonstraram efeito promissor com relação à renda de beneficiários das intervenções. Na intenção de impedir a propagação das carências alimentares, o Estado implementou intervenções nas áreas de educação e saúde, com intuito de obter melhorias permanentes e remover barreiras que impeçam a população beneficiária ter condições de alimentar-se.

Nesses estudos, a quantificação da fome foi representada por situações em que uma pessoa com fome não consome uma quantidade mínima de calorias por dia ou quando não atinge os pontos de corte para índice de massa corporal ou de peso e altura para idade ou, ainda, quando sua média mensal de renda está abaixo de certos números, sendo que todas essas situações muitas vezes dificultam uma compreensão mais profunda da fome.

Na Política Fundiária (Guatemala), no *Proyecto Estratégico para la Seguridad Alimentaria*, no México e *Red de Protección Social*, na Nicarágua, apresentou de modo limitado (emergente) o efeito sobre a renda de beneficiários. É preciso repensar os espaços das políticas públicas de combate à fome, por haver grandes oscilações nos preços dos alimentos básicos, afetando imediata e significativamente a segurança alimentar dos mais pobres. As informações encontradas nos estudos incluídos na revisão evidenciaram a importância de garantir condições para a produção de alimentos a preços acessíveis, e que não há evidências de que as exportações resultem em oferta insuficiente de alimentos domesticamente ou mesmo que causem preços irrazoáveis. Para Sen (1981),

o acesso limitado não é pela falta de alimentos, mas sim pela falta de renda para comprar, ou seja, pela falta de recursos para garantir o direito à alimentação. Portanto, a fome pode ocorrer mesmo quando se encontra comida disponível, as cadeias de abastecimento adequadas e os mercados nacionais ativos.

Os elementos incluídos na tese não tiveram a pretensão de apresentar uma solução simples para um problema complexo. Da mesma forma, os resultados da revisão integrativa não desconsideraram o caminho percorrido graças ao esforço de cientistas e pesquisadores do assunto, atores da sociedade civil e gestores públicos.

Com relação as lacunas do trabalho, o levantamento de dados foi uma etapa conturbada na pesquisa da tese, ao começar pela pequena quantidade encontrada de trabalhos que identificam em sua metodologia o delineamento dos estudos, o número reduzido de pesquisas nessa mesma dimensão na área sociais e humanas, em consequência as divergências de estudos entre os diferentes países. A divergência de termos utilizados nos países incluídos na revisão dificultaram a análise dos desfechos da implementação das intervenções de combate à fome.

Em função da indisponibilidade de informações, alguns dados ficaram sem análise em função da padronização entre os países da América Latina e Caribe, por isso recomenda-se para trabalhos futuros a incorporação de análise estatísticas, para dar respaldo aos achados nos trabalhos científicos. Com os efeitos do Covid 19 como um agravante da fome e suas repercussões, avançar a pesquisa incluído artigos científicos com dados publicados desse período.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **O que é fome?** São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.
- AGUIAR, D. R. D.; NUNES DA COSTA, G. The impacts of the food-feed-fuel competition on brazilian food supply. **Revista de Economia e Agronegócio**, v. 15, n. 2, p. 164-182, 2017.
- AHMED, A. T.; MOHAMMED, S. A.; WILLIAMS, D. R. Racial discrimination & health: pathways & evidence. **Indian Journal of Medical Research**, v. 126, n. 4, p. 318-27, Oct. 2007.
- ALBUQUERQUE, M. F. M. A segurança alimentar e nutricional e o uso da abordagem de direitos humanos no desenho das políticas públicas para combater a fome e a pobreza. **Revista de Nutrição**, v. 22, n. 6, p. 895-903, nov./dez., 2009.
- ALLEN, L.; GUILLESPIE, S. **What Works?** A review of the efficacy and effectiveness of nutrition interventions. Manila: Asian Development Bank, ONU, 2001.
- ALMEIDA FILHO, N.; GOMES JUNIOR, N. N. Segurança Alimentar e Nutricional como princípio ético social de orientação de políticas públicas nacionais. *In*: RAMOS, P. **Segurança alimentar: produção agrícola e desenvolvimento territorial**. Campinas: Alínea, 2010.
- ALMEIDA FILHO, N.; ORTEGA, J. Políticas de Segurança Alimentar Recentes na América Latina. *IN*: ALMEIDA FILHO, N.; RAMOS, P. (Orgs.) **Segurança Alimentar, produção agrícola e desenvolvimento territorial**. Campinas: Editora Alínea, 2010. p. 55-80.
- ALMEIDA FILHO, N.; SCHOLZ, V. Soberanía alimentaria y seguridad alimentaria: ¿Conceptos complementarios? *In*: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL (SOBER), 46., 2008, Rio Branco, 2008. **Anais eletrônicos [...]**. Rio Branco: 2008. Disponível em: <https://ideas.repec.org/p/ags/sbrfsr/109996.html>. Acesso em: 30 jul. 2021.
- ALMEIDA FILHO, N.; TAVARES E AZEVEDO, L. L. Segurança alimentar e nutricional na América do Sul e BRICS: avanços e “nuvens” no horizonte. **Economia e Sociedade**, v. 28, n. 3 (67), p. 717-739, set.-dez., 2019.
- ALVAREZ, V. **Del plan de atención nacional a la emergencia social al plan de equidad: ¿algo más que un pasaje temporal?** Un análisis desde la orientación de las políticas Sociales. 2009. Tesis (Doutorado en Trabajo Social) - Universidad de la República, Montevideo, 2009.
- ANDERMANN, A.; PANG, T.; NEWTON, J. N.; DAVIS, A.; PANISSET, U. Evidence for Health II: Overcoming barriers to using evidence in policy and practice. **Health research policy and systems**, v. 14, n. 17, p. 1-7, 2016.
- ANDERSEN, C. T.; REYNOLDS, S. A.; BEHRMAN, J. R.; CROOKSTON, B. T.; DEARDEN, K. A.; ESCOBAL, J.; MANI, S.; SÁNCHEZ, A.; STEIN, A. D.; FERNALD, L. C. Participation in the Juntos conditional cash transfer program in Peru is

associated with changes in child anthropometric status but not language development or school achievement. **Journal of Nutrition**, v.145, n.10, p. 2396-405, Oct. 2015.

ANDERY, M. A.; MICHELETTO, N.; SÉRIO, T. M. **Comportamento e causalidade**. São Paulo: PUC, 2007.

ANGELUCCI, M.; ATTANASIO, O. Oportunidades: program effects on consumption, low participation, and methodological issues. **Economic Development and Cultural Change**, v. 57, n. 3, p. 479-506, 2009.

ANGELUCCI, M.; ATTANASIO, O.; DI MARO, V. The Impact of Oportunidades on Consumption, Savings and Transfers. **Fiscal Studies**, v. 33, n. 3, p. 305-334, set. 2012.

ARAGÃO, C. V. Burocracia, eficiência e modelos de gestão pública: um ensaio. **Revista do Serviço Público**, v. 48, n. 3, p. 104-132, 1997.

ARAÚJO, F. R.; ARAÚJO, M. A. D.; SOUZA, F. J. V.; SANTOS, D. F.; SANTANA, M. B. Uma avaliação do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família. **Revista de Administração Pública**, v. 49, n. 2, p. 367-393, mar./abr. 2015.

ARCINIEGAS, L.; PEÑA, J. **La transición alimentaria y nutricional en el modelo alimentario de los hogares caleños**. Cali, Colombia: Informe de estudio del CIAT y Universidad del Valle, 2017.

ARNÉS, E.; ASTIER, M.; GONZÁLEZ, O. M.; DÍAZ-AMBRONA, C. G. H. Participatory evaluation of food and nutritional security through sustainability indicators in a highland peasant system in Guatemala. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, v. 43, n. 5, p. 482-513, 2019.

ATTANASIO, O. P.; BATTISTIN, E.; MESNARD, A. Food and cash transfers: evidence from Colombia. **The Economic Journal**, n. 7326, p. 1-46, mar., 2012.

ATTANASIO, O. P.; BENAVIDES, C.; BORDA, C. **Relatório de Base sobre a Avaliação de Famílias em Ação**. Londres: Institute for Fiscal Studies, 2004.

ATTANASIO, O. P.; GÓMEZ, L. C. **Evaluación del impacto del Programa Familias en Acción - Subsidios condicionados de la Red de Apoyo Social**. Bogotá DC: Informe final, 2006.

ATTANASIO, O. P.; MESNARD, A. The Impact of a Conditional Cash Transfer Programme on Consumption in Colombia. **Fiscal Studies**, v. 27, n. 4, p. 421-442, 2006.

ATTRIDE-STIRLING, J. Redes temáticas: uma ferramenta analítica para pesquisas qualitativas. **Pesquisa Qualitativa**, n. 1, p. 385-405, 2001.

AVILA, A. C. **Hambre, desnutricion y sociedad: la investigación epidemiológica de la ciudad de México**. Gaudalajara: Colección Fin de Milenio, 1990.

ÁVILA-SÁNCHEZ, H. Evolución histórica de las instituciones y las políticas públicas para la seguridad alimentaria sustentable en México. Continuidades y rupturas. *In*: LE COQ, J. F.; GRISA, C.; GUÉNEAU, S.; NIEDERLE, P. (orgs.). **Políticas públicas y sistemas alimentarios en América Latina**. Rio de Janeiro: E-papers, 2021, p. 185-214.

BACHELARD, G. **Ensaio sobre o conhecimento aproximado**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 2007: o Desenvolvimento e a Próxima Geração; Visão Geral**. Washington, DC: Banco Mundial: 2006.

BANCO MUNDIAL. **The State of Food Insecurity in the World 2012**. Economic Growth is Necessary but not Sufficient to Accelerate Reduction of Hunger and Malnutrition. Roma: FAO, FAO, WFP y IFAD, 2012.

BANDONI, D. H.; MARCHIONI, D. M. L.; BRASIL, B. G.; FIGUEIREDO, I. C.; SARTI, F. M. O programa de incentivo à instalação de cozinhas comunitárias: avaliação de uma política pública brasileira. **Nutrire - Revista da Sociedade Brasileira de Alimentação e Nutrição**, v. 35, n. 1, p. 15-27, abr. 2010.

BARQUERA, S.; RIVERA-DOMMARCO, J.; CASCA-GARCIA, A. Políticas y programas de alimentación y nutrición en México. **Salud pública de México**, v. 43, n. 5, p. 464-477, 2001.

BASSETT, L. **Can conditional cash transfer programs play a greater role in reducing child undernutrition**. Washington: The World Bank, 2008.

BATISTA FILHO, M. Da fome à segurança alimentar: retrospecto e visão prospectiva. **Caderno de Saúde Pública**, v. 19, n. 4, p. 872-3, 2003.

BEARMAN, M.; SMITH, C. D.; CARBONE, A.; SLADE, S.; BAIK, C.; HUGHESWARRINGTON, M.; NEUMANN, D. L. Systematic review methodology in higher education. **Higher education research & development**, v. 31, n. 5, p. 625-640, 2012.

BEATO, C. F.; SILVEIRA, A. M. Efetividade e avaliação em programas de prevenção ao crime em Minas Gerais. **Artigo Estratégico**, p. 30-51, ago. 2014. Disponível em: <https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2014/07/artigo-8-p3.pdf>. Acesso em: 23 set. de 2021.

BECKMAN, J.; IVANIC, M.; JELLIFFE, J. L.; BAQUEDANO, F. G.; SCOTT, S. G. **Impactos econômicos e de segurança alimentar decorrentes da redução de insumos agrícolas definida pelas estratégias de biodiversidade e “do campo à mesa” estabelecidas pelo Acordo Verde da União Europeia**. Estados Unidos: USDA, 2020.

BEHRMAN, J. R.; ALDERMAN, H. Y.; HODDINOTT, J. Hunger and malnutrition. *In*: LOMBORG, J. (org.). **Global Crises, Global Solutions**. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press, 2004. p. 363-442.

BELIK, W. A política brasileira de segurança alimentar e nutricional: concepção e resultados. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 19, n. 2, p. 94-110, 2012.

BELIK, W. As várias dimensões da Fome. **Jornal da Unicamp**, s/n., p. 2, jun. 2006.

BELIK, W.; GRAZIANO DA SILVA, J.; TAKAGI, M. Políticas de Combate Fome. **Perspectiva**, v. 15, n. 4, p. 119-129, 2001.

BELIK, W.; SOUZA, L. R. Algumas reflexões sobre os programas de alimentação escolar na América Latina. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**, n. 33, p. 103-122, jul./dez. 2009.

BELTRÁN, A.; SEINFELD, J. Identificando estratégias efectivas para combatir la desnutrición infantil em el Perú. **Apuntes: Revista De Ciencias Sociales**, v. 38, n. 69, p. 7-54, 2011.

BENAVIDES, B. The best buy project in Peru: nutrition recommendations within the context of local urban market realities. *In*: FREIRE, W. B. (org.). **Nutrition and an Active Life**. Washington (DC): Pan American Health Organization, 2005, p. 131-140.

BENEKE DE SANFELIÚ, M.; ANGEL, M. A.; SHI, M. A. Estudios de caso por países: experiencias emergentes – El Salvador. *In: MALDONADO; MORENO-SANCHEZ; GOMEZ; JURADO (orgs). **Proteccion, produccion, promocion: Explorando Sinergias entre Políticas de Proteccion Social y Desarrollo Rural en Latinoamerica.*** Bogota: Universidad de los Andes, Facultad de Economia, cede, Ediciones Uniandes, 2016. p. 1-37.

BERNARDO, W. M.; NOBRE, M. R. C; JANETE, F. B. A prática clínica baseada em evidências. Parte II: buscando as evidências em fontes de informação. **Revista da Associação Médica Brasileira**, v. 50, n. 1, p. 1-9, 2004.

BOCHEL, H.; DUNCAN, S. **Making policy in theory and practice.** Bristol: Policy Press, 2007.

BOERS, M. Graphics and statistics for cardiology: designing effective tables for presentation and publication. **Heart**, v. 104, p. 192-200, 2018.

BOHADA, M. P. Desplazamiento forzado y condiciones de vida de las comunidades de destino: el caso de Pasto, Nariño. **Revista de Economía Institucional**, v. 12, n. 23, p. 259-298, 2010.

BOLAND, A. Feeding fears: competing discourses of interdependency, sovereignty, and China's food security. **Political Geography**, v. 19, n. 1, p.55-76, 2000.

BOLAND, M.; BRAUTIGAM, A. Economic analysis of options for food aid policy in Honduras. **International Food and Agribusiness Management Review**, v. 13, n. 2, p. 51-68, 2010.

BOLOM MARTÍNEZ, S.; FIGUEROLA, F. E.; BLANCO WELLS, G.; AMTMANN MOYANO, C. Evaluación del proyecto estratégico de seguridad alimentaria en la microrregión cafetalera zona altos de Chiapas. **Agroalimentaria**, v. 21, n. 41, p. 37-52, jul./dic., 2015.

BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C. A.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e Sociedade**, v. 5, n. 11, p. 121-136, mai./ago. 2011.

BOYER, J. C. Campesino a Campesino: Vozes do movimento de agricultor para agricultor da América Latina pela agricultura sustentável. **Ecologia Humana**, v. 35, n. 6, p. 779-81, 2007.

BRACHO, T. Políticas públicas basadas em la evidencia. La política pública como acción informada y objeto de investigación. *In: MERINO, M.; CEJUDO, G. (orgs.). **Problemas, decisiones, soluciones. Enfoques de política pública.*** Ciudad de México: FCE/CIDE, 2010. s/p.

BRANDÃO, S. M. O. A fome como uma expressão da questão social: indicações para o debate. *In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS*, 2., 2005, São Luís. **Anais [...]** São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2005.

BRANQUINHO, S. A.; OLIVEIRA, K. E. S.; AKUTSU, R. C.; SILVA, E. F. Socio demographic and health profile of clientes of community restaurants of brazilian social programs. **Revista Chilena de Nutrición**, v. 42, n. 1, p.14-22, 2015.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Regimento Interno da Câmara dos Deputados: aprovado pela **Resolução no 17, de 1989**, e alterado até a Resolução no 17, de 2016. Brasília: Edições Câmara, 2016.

BRASIL. Casa Civil da Presidência da República. **Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise *ex ante***. Brasília: Ipea, 2018.

BRASIL. Decreto nº 5.209 de 17 de setembro de 2004. Regulamenta a Lei no 10.836, de 9 de janeiro de 2004, **que cria o Programa Bolsa Família**, e dá outras providências.

BRASIL. **Decreto s/n, de 25 de outubro de 2006**. Constitui Grupo de Trabalho Interministerial – GTI, com a finalidade de elaborar estudos e apresentar propostas de políticas públicas para a inclusão social da população em situação de rua, conforme disposto na Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, n.206, p.4, 26 out. 2006. Seção 1.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Brasil). **Manual Programa Restaurante Popular**. Brasília: Ministério; 2004 Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/projeto_logico_restaurante_popular>. Acesso em 20 abr. 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Rede de equipamentos públicos de alimentação e nutrição. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2017.

BRASIL. **Síntese de Evidências para Políticas de Saúde: estimulando o uso de evidências científicas na tomada de decisão**. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/sintese_evidencias_politicas_saude_1ed.pdf Acesso em: 23 set. 2021.

BRESSER PEREIRA, L. C. Da Administração Pública Burocrática à Gerencial. **Revista do Serviço Público**, v. 47, n. 1, p. 7-40, 1996.

BRINER, R.B.; DENYER, D. Systematic Review and Evidence Synthesis as a Practice and Scholarship Tool. *In*: ROUSSEAU, D.M., (org.). **Handbook of Evidence-Based Management: Companies, Classrooms and Research**. Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 112-129.

BROOME, M. E. Integrative literature reviews for the development os concepts. *In*: RODGERS, B. L.; KNAFL, K. A. (orgs.). **Concept development in nursing: foundations, tecniques and applications**. Philadelphia: W. B. Saunders Company, 2000. p. 231-249.

BRUNO, S. Impacto Redistributivo De La Pensión Alimentaria Para Adultos Mayores En Situación De Pobreza (Paraguay). **Revista MERCOSUR de políticas sociales**, v. 2, p. 265-286, 2018.

BURITY, V.; FRANCESCHINI, T.; VALENTE, F.; RECINE, E.; LEÃO, M.; CARVALHO, M. F. **Direito Humano à Alimentação Adequada no Contexto da Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília: ABRANDH, 2010.

BURLANDY, L.; BOCCA, C.; MATTOS, R. Mediações entre conceitos, conhecimento e políticas de alimentação, nutrição e segurança alimentar e nutricional. **Revista de Nutrição**, n. 25, p. 9-20, 2012.

BUSCEMI, N.; VANDERMEER, B.; HOOTON, N.; PANDYA, R.; TJOSVOLD, L.; HARTLING, L.; BAKER, G.; KLASSEN, T. P.; VOHRA, S. The efficacy and safety of exogenous melatonin for primary sleep disorders. A meta-analysis. **Journal of General Internal Medicine**, v. 20, n. 12, p.1151-8, Dec. 2005.

- BUTTORFF, C.; TRUJILLO, A. J.; DIEZ-CANSECO, F.; BERNABE-ORTIZ, A.; MIRANDA, J. J. Evaluating consumer preferences for healthy eating from Community Kitchens in low-income urban areas: A discrete choice experiment of Comedores Populares in Peru. **Social Science & Medicine**, v. 140, p. 1-8, Sep. 2015.
- CAIRNEY, P. **The politics of evidence-based policy making**. Stirling: University of Stirling, 2016.
- CAMPBELL, C. C. Food insecurity: a nutritional outcome or a predictorvariable? **Journal of Nutrition**, v. 121, p. 408- 415, 1991.
- CAMPBELL, D. T. Degrees of Freedom and the Case Study. **Comparative Political Studies**, v. 8, n. 2, p. 178–193, 1975.
- CAMPBELL, D. T. Reforms as experiments. **American Psychologist**, v. 24, n. 4, p. 409-429, 1969.
- CAMPBELL, D. T.; STANLEY, J. C. Experimental and quasi-experimental designs for research on teaching. *In*: GAGE, N. L. (org.). **Handbook of research on teaching**. Chicago: Rand McNally, 1963. p. 171–246.
- CAMPBELL, J. An introduction. **Policy Studies Journal**, v. 13, p. 471-475, 1985.
- CAMPBELL, J. **Joseph campbell and the power of myth**. Interviews by Bill Moyers. New York: Doubleday & Co., 1988.
- CAMPOS, A.; BIANCHINI, V. A agricultura familiar passa a ser uma prioridade de Estado. *In*: BRASIL: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (org.). **PAA: 10 anos de Aquisição de Alimentos**. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014. p.10-25.
- CANO, I. **Introdução à Avaliação de Programas Sociais**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- CANO, I. Las Políticas de seguridad y los derechos humanos después del 11 de septiembre. **Informe Derechos Humanos En Argentina**, p. 520- 527, 2002.
- CAPARRÓS, M. **A fome**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.
- CARAHER, M.; COVENEY, J. Public Health nutritionand food policy. **Public Health Nutrition**, v. 7, n. 5, p. 591-8, 2004.
- CARDOZO BRUM, M. I. Evidencia: conceptos y usos em la evaluación de políticas y programas públicos Iztapalapa. **Revista de Ciencias Sociales y Humanidades**, v. 90, n. 42, p. 205-232, ene.-jun. 2021.
- CARNEIRO, M. J. T.; SANDRONI, L. T. Ciência e política pública na perspectiva dos gestores: clivagens e confluências. **Sociedade e Estado**, v. 33, n. 1, p. 39-59, abr. 2018.
- CARNEIRO, M. J.; ROSA, T. S. A ciência e seus usos na política: uma reflexão sobre a política baseada em evidências. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 26, n. 2, p. 331-352, jun. 2018.
- CARO, F. B.; HERNÁNDEZ, E. Y. R.; FAJARDO, K. D. G.; VIVEROS, S. S.; TORRES, R. M. Nivel de Seguridad Alimentaria en beneficiarios de Comedores Comunitarios del programa Cruzada Nacional contra el Hambre (México). **Revista Española de Nutricion Comunitaria**, v. 24, n. 3, p.117-124, 2018.
- CARR, E. R. Post modern conceptualizations, modernist applications: Rethinking the role of society in food security. **Food Policy**, v. 31, n. 1, p. 14-29, 2006.

- CARRIZO, L. El enlace investigación-políticas. De la investigación aplicada a la investigación implicada. Una perspectiva desde la complejidad y la transdisciplinariedad. In: VALDÉS PAZ, J.; ESPINA, M. (orgs.). **América Latina y el Caribe: La política social em el nuevo contexto - Enfoques y experiencias**. Mercosul: UNESCO, 2011. p. 223-266.
- CARTER, M.; BARRETT, C. The economics of poverty traps and persistent poverty: An asset-based approach. **The Journal of Development Studies**, v. 42, n. 2, p. 178-199, 2006.
- CASTRO, J. A. Política social no Brasil: marco conceitual e análise da ampliação do escopo, escala e gasto público. **Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação**, n. 1, p. 66-95, 2011.
- CASTRO, J. **Fome, um tema proibido**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CASTRO, J. **Geografia da fome - o dilema brasileiro: pão ou aço**. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.
- CASTRO, J. **Geopolítica da fome: ensaio sobre os problemas de alimentação e de população do mundo**. São Paulo: Brasiliense, 1965.
- CASTRO, J. **Homens e caranguejos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966a.
- CASTRO, J. **O livro negro da fome**. São Paulo: Brasiliense, 1966b.
- CASTRO, L. M. A. **Os determinantes da violência policial: uma análise dos homicídios causados por policiais no Brasil**. 2013. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Administração) – Fundação Getúlio Vargas, Piracicaba, 2013.
- CÁTEDRA DE ESTUDIOS SOBRE HAMBRE Y POBREZA - CEHAP. **Seguridad Alimentaria y Políticas de lucha Contra el Hambre**. Córdoba, España: Cátedra de Estudios sobre Hambre y Pobreza de la Universidad de Córdoba y Diputación, 2006.
- CHALMERS, I.; HEDGES, L. V.; COOPER, H. A Brief History of Research Synthesis. **Evaluation & the Health Professions**, v. 25, n. 1, p. 12-37, 2002.
- CHAVES, L.; CADAVID, M. A.; TORRES, S. Conceituação e categorização em menores expostos ao Programa de Complementação Alimentar. **Revista Latino-Americana de Ciências Sociais, Infância e Juventude**, v. 10, n. 2, p. 1003-1019, 2012.
- CHAVES, P. C.; RAMÍREZ, A. A. Políticas Públicas Basadas en Evidencia: una revisión del concepto y sus características. **Revista ABRA**, v. 40, n.60, p. 49-76, jan-jun., 2020.
- CHÁVEZ, A.; DE CHÁVEZ, M.; ROLDÁN, A.; BERMEJO, S.; AVILA, A.; MADRIGAL, H. **The food and nutrition situation in Mexico: a food consumption, nutritional status and applied programs tendencies report from 1960 to 1990**. México: Editorial Pax México, 1996.
- CHONCHOL, J. A soberania alimentar. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 55, p. 17, Sept./Dec. 2005.
- CHONCHOL, J. **El desafío de la comida: el hambre em el mundo**. São Paulo: Marco Zero, 1987.
- CLEMENTE, A. J.; JULIANO, M. C. **Do Estado moderno ao contemporâneo: reflexões teóricas de sua trajetória**. Curitiba: Editora Intersaberes, 2017.

CLOETE, F. Evidence-based policy analysis in South Africa: critical assessment of the emerging government-wide monitoring and evaluation system. **Journal of Public Administration**, v. 44, n. 2, p. 293-311, Jun. 2009.

COCHRANE, A. L. **Effectiveness and efficiency: Random reflections on health services**. London: Royal Society of Medicine Press, 1972.

COHEN, E., FRANCO, R. **Gestão social: como obter eficiência e impacto nas políticas sociais**. Brasília: ENAP, 2007.

COLÔMBIA. Ministerio de Salud y Protección Social. **Documento técnico de la situación en seguridad alimentaria y nutricional**. Bogotá: Observatorio de Seguridad Alimentaria y Nutricional (OSAN); 2013. Disponível em: http://www.osacolombia.gov.co/doc/Documento_tecnico_situacion133220313.pdf.

Acesso em 10 mai. 2022.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE - CEPAL. **Anuário estadístico de América Latina y el Caribe 2011**. Santiago: CEPAL, 2011.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE - CEPAL. **Desarrollo productivo em economias abertas**. Puerto Rico: CEPAL, 2004.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE - CEPAL. **Horizontes 2030: a igualdade no centro do desenvolvimento sustentável**. Santiago: CEPAL, 2016.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE - CEPAL. **Panorama social da América latina 2012: documento informativo**. Santiago: CEPAL 2012.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE - CEPAL. **Sistemas alimentarios: estructura, evolución y lineamientos de una política de seguridad alimentaria**. Santiago de Chile: CEPAL, 1988.

CONNOLLY, P.; KEENAN, C.; URBANSKA, K. The trial of evidence-based practice in education: a systematic review of randomised controlled trials in education research 1980–2016. **Educational Research Review**, v. 60, n. 3, p. 276-291, 2018.

CONNOR, D. O.; GREEN, S.; HIGGINS, J. P. T. Defining the Review Question and Developing Criteria for Including Studies. In: HIGGINS, J. P. T.; GREEN, S. (orgs.). **Cochrane Handbook for Systematic Reviews of Interventions: Cochrane Book Series**. United Kingdom: John Wiley & Sons, 2008. p. 81-94.

CONSEJO NACIONAL DE EVALUACIÓN DE LA POLÍTICA DE DESARROLLO - CONEVAL. **La medición multidimensional de la pobreza en México**. Cidade de México: Sedesol, 2011.

CONSEJO NACIONAL DE EVALUACIÓN DE LA POLÍTICA DE DESARROLLO SOCIAL – CONEVAL. **Resultados de pobreza en México 2012 a nivel nacional y por entidades federativas**. México: Consejo Nacional de Evaluación de la Política de Desarrollo Social, 2015.

COOK, T. D.; CAMBELL, D. T. **Quasi-experimentation: Design and analysis issues for field settings**. Chicago: Rand Mc Nally College Publishing Company, 1979.

COOPER, H. M. Scientific principles for conducting integrative research reviews. **Review of Educational Research**, v. 52, p. 291-302, 1982.

- CORDOVA, R. El Salvador. *In*: ROFMAN, R., I., APELLA, E. VEZZA (ORGS). **Más allá de las pensiones contributivas: Catorce Experiencias en América Latina**. World Bank, 2013. p. 287-312.
- CÔRTEZ, P. R.; OLIVEIRA, A. M. A.; LARA, F. T. R. **Políticas públicas baseadas em evidências comportamentais: reflexões a partir do Projeto de Lei 488/2017 do Senado**. Brasília: UNICELB, 2018.
- COTTA, R. M. M.; MACHADO, J. C. Programa Bolsa Família e segurança alimentar e nutricional no Brasil: revisão crítica da literatura. **Revista Panamericana Salud Publica**, v. 33, n.1, p. 54-60, 2013.
- CRESPO, A. P. A.; GUROVITZ, E. A pobreza como um fenômeno multidimensional. **Administração Pública-RAE eletrônica**, v. 1, n. 2, p. 1-12, Dez. 2002.
- CRONIN, P.; RYAN, F.; COUGHLAN, M. Undertaking a literature review: a step-by-step approach. **British Journal of Nursing**, v. 17, n. 1, p. 38-43, 2008.
- CRUZ-SÁNCHEZ, B.; MUÑOZ-RODRÍGUEZ, M.; SANTOYO-CORTÉS, V. H.; MARTÍNEZ-GONZÁLEZ, E. G.; AGUILAR-GALLEGOS, N. Potencial y restricciones de la avicultura de traspatio sobre la seguridad alimentaria en Guerrero, México. **Agricultura, Sociedad y Desarrollo**, v. 13, n. 2, p. 257-275, abr./jun., 2016.
- DARGENT, E.; LOTTA, G.; MEJÍA, J. A.; MONCADA, G. **A quem importa saber?: A economia política da capacidade estatística na América Latina**. New York: Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2018.
- DAVIES, H. T. O.; NUTLEY, S. M. The Rise and Rise of Evidence in Health Care. **Public Money & Management**, v. 19, n. 1, p. 9-16, 1999.
- DAVIES, H. T. O.; NUTLEY, S. M.; SMITH, P. C. Learning from the past, prospects for the future. *In*: DAVIES, H. T. O.; NUTLEY, S. M.; SMITH, P. C. (orgs.). **What works? Evidence-based policy and practice in public services**. Bristol: University of Bristol, 2000. p. 351-366.
- DAVIES, H. T. O.; NUTLEY, S. M.; TILLEY, N. Debates on the role of experimentation. *In*: DAVIES, H. T. O.; NUTLEY, S. M.; SMITH, P. C. (orgs.). **What works? Evidence-based policy and practice in public services**. Bristol: University of Bristol, 2000. p. 251-275.
- DAVIES, P. Is evidence-based government possible? *In*: Jerry Lee, **Lectures to be presented at The 4th Annual Campbell Collaboration Colloquium**, Washington. 2004. Disponível em <http://www.policyhub.gov.uk/home/JerryLeeLecture1202041.pdf>. Acesso em 24 out 2021.
- DAVIES, P. T. Y.; BORUCH, R. The campbell collaboration. **British Medical Journal**, n. 323, p. 294-295, 2001.
- DAVIES, P. The relevance of systematic reviews to educational policy and practice. **Oxford Review of Education**, v. 26, n. 3 y 4, p. 365-378, 2000.
- DE BRAUW, A.; PETERMAN, A. **Can conditional cash transfers improve maternal health and birth outcomes? Evidence from El Salvador's Comunidades Solidarias Rurales**. Washington, DC, United States: International Food Policy Research Institute, 2011.
- DE GEYNDT, W. Five approaches for assessing the quality of care. **Hospital Administration**, v. 15, p. 21-42, 1970.

DE PAULA, A. P. P. Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social. **Revista administração de empresa**, v. 45, n. 1, p. 36-49, 2005.

DE WAAL, A. **Famine crimes**. Politics and the disasterrelief industry in Africa. Oxford: James Currey, 1997.

DEFENSORÍA DEL PUEBLO. **Decimo sexto informe anual de la defensoría del pueblo**. Peru: Defensoría del Pueblo, 2012.

DE-LA-TORREUGARTE-GUANILO, M. C.; TAKAHASHI, R. F.; BERTOLOZZI, M. R. Revisão sistemática: noções gerais. **Revista da Escola de Enfermagem USP**, v. 45, n. 5, p. 1260 - 1266, out. 2011.

DELGADO, G. C.; CONCEIÇÃO, J. C.; OLIVEIRA, J. J. **Relatório de avaliação do programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar (PAA)**. Brasília: Texto para discussão nº1145, IPEA, dez/2005.

DEVES, O. D.; RAMBO, A. G. Mercados institucionais e a comercialização de alimentos na agricultura familiar: o programa de aquisição de alimentos no município de São Pedro do Butiá – RS - Brasil. **Redes**, v. 18, n. 1, p. 147-166, 2013.

DIAZ, D. C. R.; BENAVIDEZ, M. C. Seguridad y soberanía alimentaria en Paraguay: ¿para quienes son las políticas públicas? *In*: LE COQ, J. F.; GRISA, C.; GUÉNEAU, S.; NIEDERLE, P. (orgs.). **Políticas públicas y sistemas alimentarios en América Latina**. Rio de Janeiro: E-papers, 2021, p. 185-274.

DONELLY, A.; DALAL-CLAYTON, B.; HUGHES, R. **A directory of impact assessment guidelines**. Nottingham: Russell Press, 1998.

DUBOIS, C. A.; CHAMPAGNE, F.; BILODEAU, H. Histórico da Avaliação. *In*: BROUSSELLE, A.; CHAMPAGNE, F.; CONTANDRIOPOULOS, A. P.; HARTZ, Z. (Orgs.) **Avaliação: Conceitos e métodos**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011. p. 19-40.

EHRENBERG, J. **Civil society: the critical history of an idea**. New York and London: New York University Press, 1999.

ENGELHARD, E.; HAKE, M. **Food Security Evidence Review: key drivers and what works to improve food security**. Chicago: Available from Feeding America, 2020.

FAO, FIDA, OPAS, PMA e UNICEF. **Versão resumida de Panorama da segurança alimentar e nutricional na América Latina e no Caribe 2020** – Segurança alimentar e nutricional para os territórios mais atrasados. Santiago: FAO, FIDA, OPAS, PMA e UNICEF, 2021.

FARIA, C. A. P. de; SANCHES, A. E. Mapeamento e caracterização do movimento das políticas públicas baseadas em evidências no Brasil. *In*: KOGA, N. M.; PALOTTI, P. L. M.; MELLO, J.; PINHEIRO, M. M. S. (orgs.). **Políticas públicas e usos de evidências no Brasil: conceitos, métodos, contextos e práticas**. Brasília: IPEA, 2022, p. 107-146.

FAVARETTO, A.; KLEEB, S.; GALVANESE, C.; MAGALHÃES, C.; MORALES, R.; SEIFER, P.; BUZATO, H.; CARDOSO, R. Territórios importam – bases conceituais para uma abordagem relacional do desenvolvimento das regiões rurais ou interioranas no Brasil. **Revista em Gestão, Inovação e Sustentabilidades**, v. 1, n. 1, p. 14-46, 2015.

FELDMAN, K. A. Using the work of others: Some observations on review ingandintegrating. **Sociology of Education**, 44, p. 86-102, 1971.

- FELIPE, D. **Algoritmos científicos**. Dissertação (Mestrado em Sistemas de Informação) 2014. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.
- FERNALD, L. C. H.; GERTLER, P. J.; HOU, X. Cash component of conditional cash transfer program is associated with higher body mass index and blood pressure in adults. **Journal of Nutrition**, v. 138, n. 11, p. 2250-2257, 2008.
- FERNALD, L. C. H.; GERTLER, P. J.; NEUFELD, L. M. Role of cash in conditional cash transfer programmes for child health, growth, and development: an analysis of Mexico's oportunidades. **Lancet**, v. 371, n. 9615, p. 828-837, 2008.
- FISCHER, F.; GOTTWEIS, H. **The argumentative turn revisited: public policy as communicative practice**. Durham: Duke University Press, 2012.
- FISZBEIN, A.; SCHADY, N. **Conditional Cash Transfers: Reducing Present and Future Poverty**. Washington, D.C: World Bank, 2009.
- FLORES-CRESPO, P. El enfoque de la política basado en la evidencia: Análisis de su utilidad para la educación de México. **Revista mexicana de investigación educativa**, v. 18, n. 56, p. 265-290, 2013.
- FLYVBJERG, B. **Making social science matter: why social inquiry fails and how it can succeed again**, Cambridge, UK: University Press, 2001.
- FOOD AND AGRICULTURAL ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS - FAO. **O direito humano à alimentação adequada no marco estratégico global para a segurança alimentar e nutricional: consenso global**. Roma: FAO, 2014a.
- FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS – FAO. **Hambre y Cohesión Social – Cómo revertir la relación entre inequidad y desnutrición en América Latina y Caribe**. Santiago: Chile, 2007.
- FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS – FAO. **Strategic work of FAO to help eliminate hunger and malnutrition**. Roma: FAO, 2017a.
- FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS – FAO. **FAO framework for the Urban Food Agenda: Leveraging sub-national and local government action to ensure sustainable food systems and improved nutrition**. Roma: FAO, 2019.
- FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS – FAO. **FAO Hunger Map 2015**. Rome: FAO, 2015a.
- FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS - FAO. **Impacts of Foreign Agricultural Investment on Developing Countries: Evidence from Case Studies**. Rome: FAO, 2014b.
- FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS – FAO. **Panorama de la seguridad alimentaria y nutricional en América Latina y el Caribe 2010**. Santiago: FAO, 2011.
- FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS – FAO. **Saving Livelihoods Saves Lives**. Rome: FAO. 2018.
- FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS – FAO. **The Future of Food and Agriculture: Trends and Challenges**. Rome: FAO. 2017b.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS – FAO. **The State of Food Insecurity in the World**. Meeting the 2015 international hunger targets: taking stock of uneven progress. Rome: FAO, 2015b.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS – FAO. **Versão resumida de Panorama da segurança alimentar e nutricional na América Latina e no Caribe 2020** – Segurança alimentar e nutricional para os territórios mais atrasados. Santiago: FAO, 2021.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS – FAO. **World Food Summit**. Rome: FAO. 1996.

FORDE, I.; CHANDOLA, T.; GARCIA, S. The impact of cash transfers to poor women in Colombia on BMI and obesity: prospective cohort study. **International Journal of Obesity**, v. 36, p. 1209–1214, 2012.

FOUILLEUX, E.; BRICAS, N.; ALPHA, A. Feeding 9 billion people: global food security debates and the production is trap. **Journal of European. Public Policy**, v. 24, n. 11, p. 1658-1677, 2011.

FRAGATA, D. S.; ZIMMERMANN, S. A. Ações e políticas públicas voltadas à soberania e segurança alimentar na América Latina e Caribe. In: ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E ENCONTRO ANUAL DE INICIAÇÃO AO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO, 6., 2., 2017, Ponta Grossa. **Anais [...]** Ponta Grossa: UEPG, 2017.

FREGUIN-GRESH, S.; CORTES, G. Socio historia y cambio institucional en las políticas agropecuarias y alimentarias de Nicaragua. In: LE COQ, J. F.; GRISA, C.; GUÉNEAU, S.; NIEDERLE, P. (orgs.). **Políticas públicas y sistemas alimentarios en América Latina**. Rio de Janeiro: E-papers, 2021. p. 143-166.

FREITAS, M. C. S. **Agonia da fome**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; Salvador: EDUFBA, 2003.

FRITZ, K. B. B.; WAQUIL, P. D.; FRITZ FILHO, L. F. A Insegurança Alimentar no Rural do Rio Grande do Sul: análise da privação de uma capacitação básica. **Desenvolvimento Em Questão**, v.12, n. 26, p. 41–78, 2014.

GALEANO BATE, S. L. Mejoramiento de la Calidad de vida de los beneficiários del Programa de Pensión Alimentaria para Adultos Mayores en situación de pobreza en la Colonia Indígena La Promesa en el Departamento de Presidente Hayes. **Población y Desarrollo**, v. 25, n. 48, p. 20-27, 2019.

GALIANO, L. P.; MANRIQUE ABRIL, F.; ERNERT, A.; BAU, A. M. The double burden of malnutrition and its risk factors in school children in Tunja. **Archivos Latinoamericanos de Nutrición**, v. 62, n. 2, p. 119-126, 2012.

GALVÃO, C. M.; SAWADA, N. O.; ROSSI, L. A. A prática baseada em evidências: considerações teóricas para sua implementação na enfermagem perioperatória. **Revista Latino-Americana De Enfermagem**, v. 10, n. 5, p. 690-695, 2002.

GARCÍA SÁNCHEZ, I. M. La nueva gestión pública: evolución y tendencias. **Presupuesto y Gasto Público**, v. 47, p. 37-64, 2007.

GARZA, N. P.; SALVATIERRA-IZABA, B.; LOMELÍ, C. B. Z.; DOSAL, A. T.; MODESTO, A. M. Impacto del Programa Comedores Comunitarios SINHAMBRE sobre la desnutrición en Chiapas rural mediante el enfoque de Seguridad Alimentaria. **Población y Salud en Mesoamérica**, v. 16, n. 1, p. 44-76, Jul./Dic., 2018.

GAVENTA, J. Finding the Spaces for Change: A Power Analysis. **IDS Bulletin**, v. 37, n.6, p. 23, 2006.

GOBERNACIÓN DE ANTIOQUIA. **Plan de Mejoramiento Alimentario y Nutricional de Antioquia – Mana**, 2010. Disponível em <<http://www.antioquia.gov.co/programas/mana/planmana.html>>. acesso em: 6 out. 2021.

GONZÁLEZ, G. C. G.; ZACARÍAS, H. I.; DOMPER, R. A.; FONSECA, M. L.; LERA, M. L.; VIO DEL, R. F. Evaluación de un programa de entrega de frutas con educación nutricional em escuelas públicas rurales de la Región Metropolitana, Chile. **Revista Chilena de Nutrición**, v. 41, n. 3, p. 228-235, 2014.

GRANT, M. J.; BOOTH, A. A typology of reviews: an analysis of 14 review types and associated methodologies. **Health Information and Libraries Journal**, v. 26, n. 2, p. 91-108, 2009.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Do Fome Zero ao Zero Hunger: Uma perspectiva global**. Roma: FAO, 2019.

GRAZIANO DA SILVA, J. O combate à fome no Brasil. *In*: NOLETO, M. J.; WERTHEIN, J. (orgs.). **Pobreza e desigualdade no Brasil: traçando caminho para a inclusão social**. Brasília: UNESCO, 2003.

GRAZIANO DA SILVA, J., DEL GROSSI, M., DE FRANÇA, C.G. **The Fome Zero (Zero Hunger Program): the Brazilian Experience**. Brasília: 2013.

GRAZIANO DA SILVA, J.; ORTEGA, J.; FAIGUENBAUM, S. **Estrategias de desarrollo, políticas públicas y seguridad alimentaria en América Latina y el Caribe**. Santiago: Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural, 2008.

GRAZIANO DA SILVA, J.; TAKAGI, M. Fome Zero: política pública e cidadania. *In*: ROCHA, M. (org.). **Segurança Alimentar: um desafio para acabar com a fome no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004, p. 41-61.

GREENHALGH, T. Papers that summarise other papers (systematic review and meta-analyses). **British Medical Journal**, v. 315, n. 7109, p. 672-675, Sep. 1997.

GRÉGOIRE, G.; DERDERIAN, F.; LORIER, J. L. Selecting the language of the publications included in a meta-analysis: is there a Tower of Babel bias? **Journal of Clinical Epidemiology**, v. 48, n. 1, p. 159-63, 1995.

GRISA, C. **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias**. 2012. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2012.

GRISA, C.; NIEDERLE, P. Transferência, convergência e tradução de políticas públicas: a experiência da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do Mercosul. **Dados**, v. 62, p. 1-37, 2019.

GRISA, C.; NIEDERLE, P.; GUÉNEAU, S.; LE COQ, J. F.; CRAVIOTTI, C.; BORRÁS, G.; RUIZ DIAZ, D. C.; ÁVILA-SÁNCHEZ, H.; FREGUIN-GRESH, S.; SCHEUER, J. M.; ALBARRACIN, J. Las políticas alimentarias y la politización de la alimentación: la experiencia latino-americana. *In*: LE COQ, J. F.; GRISA, C.; GUÉNEAU, S.; NIEDERLE, P. (orgs.). **Políticas públicas y sistemas alimentarios en América Latina**. Rio de Janeiro: E-papers, 2021. p. 29-70.

GUADARRAMA, G. **Perspectivas para el desarrollo institucional de la asistencia social en los municipios**. México; 2000 [citado febrero 2009]. Disponible en: <http://www.cmq.edu.mx>.

GUERRA, A. C.; FARIA, E. R.; CUNHA TOLEDO, D. A.; SANTOS, L. M. Programa Bolsa Família: uma análise sob o ponto de vista dos usuários. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 36., 2012, Rio de Janeiro. **Anais [...]** Rio de Janeiro: Anpad, 2012. Disponível em: www.anpad.org.br/evento.php?acao=trabalho&cod_edicao_subsecao=848&cod_evento_edicao=63&cod_edicao_trabalho=14415. Acesso em: 22 maio 2023.

GURGEL, A. D. M.; SANTOS, C. C. S. D.; ALVES, K. P. D. S.; ARAUJO, J. M. D.; LEAL, V. S. Estratégias governamentais para a garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável no enfrentamento à pandemia de Covid-19 no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, n. 25, p. 4945- 4956, 2020.

HACKETT, M.; MELGAR-QUIÑONEZ, H.; TAYLOR, C. A.; ALVAREZ URIBE, M. C. Factors associated with household food security of participants of the MANA food supplement program in Colombia. **Archivos Latino americanos de Nutricion**, v. 60, n. 1, p. 42-47, 2010.

HAMILTON, W. L.; COOK, J. T.; THOMPSON, W. W.; BURON, L. F.; FRONGILLO, E. A.; OLSON, C. M.; WEHLER, C. A. **Household food security in the United States in 1995**: executive summary. Washington: US Department of Agriculture, Food and Consumer Service, 1997.

HANSSON, S. O.; HADORN, G. H. **The argumentative turn in policy analysis: reasoning about uncertainty**. Berlim: Springer, 2016.

HARRIS-ROXAS, B.; VILIANI, F.; BOND, A.; CAVE, B.; DIVALL, M.; FURU, P.; HARRIS, P.; SOEBERG, M.; WERNHAM, A.; WINKLER, M. Health impact assessment: the state of the art. **Impact Assessment and Project Appraisal**, v. 30, n. 1, p. 43-52, 2012.

HARTZ, Z. A. **Avaliação em saúde**: dos modelos conceituais à prática na análise da implantação de programas. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1997.

HEAD, B. W. Evidence-based policy: principles and requirements. In: AUSTRALIAN GOVERNMENT PRODUCTIVITY COMMISSION (org.). **Productivity Commission: Strengthening evidence-based policy in the Australian Federation**, Canberra, Australia: Roundtable Proceedings, Productivity Commission, 2010b. p. 13-26.

HEAD, B. W. Reconsidering evidence-based policy: key issues and challenges. **Policy and Society**, v. 29, n. 2, p. 77-94, 2010a.

HEAD, B. W. Three lenses of evidence-based policy. **The Australian Journal of Public Administration**, v. 67, n. 1, p. 1-11, 2008.

HERRÁN, O. F.; PATIÑO, G. A. Derecho a la alimentación en población en situación de desplazamiento forzado en Bucaramanga, Colombia. **Revista Universidad y Salud**, v. 17, n. 2, p. 192-200, 2015.

HERRERA, A. O.; SCOLNIK, H. D.; CHICHILNISKY, G.; GALLOPÍN, G. C.; HARDOY, J. E. **Catástrofe o nueva sociedad**: modelo mundial latino-americano. Ottawa: CIID, ON, CA., 1977.

HIGGINS, J.; GREEN, S. **Cochrane Handbook for Systematic Reviews of Interventions**. Reino Unido: The Cochrane Collaboration, 2011.

HIRAI, W. G.; ANJOS, F. S. Estado e segurança alimentar: alcances e limitações de políticas públicas no Brasil. **Revista Textos & Contextos**, v. 6, n. 2, p. 335-353, jul./dez. 2007.

HJORT, J.; MOREIRA, D.; RAO, G.; SANTINI, J. F. **How research affects policy: experimental evidence from 2,150 Brazilian municipalities**. NBER, July 2019.

HODDINOTT, J.; SKOUFIAS, E.; WASHBURN, R. **The impact of PROGRESA on consumption: a final report**. Washington, DC: International Food Policy Research Institute, 2000.

HOLT-GIMENEZ, E. **Campesino a Campesino**. Manágua, Nicarágua: SIMAS, 2008.

HOPE, T. **Quality Adjusted Life Years: notes for a course on rationing of health care**, Oxford practice skills project. Oxford: Institute of Health Sciences, 1995.

HOWLETT, M.; CRAFT, J. Policy advisory systems and evidence-based policy: the location and content of evidentiary policy advice. *In*: YOUNG, S. P. (org.). **Evidence-based policy-making in Canada**. Don Mills: Oxford University Press, 2013.

INGRAM, L.; HUSSEY, J.; TIGANI, M.; HEMMELGARN, M. Writing a literature review and using a synthesis matrix. NC State University Writing and Speaking Tutorial Service Tutors during Fall, 2006.

INTERNATIONAL FOOD POLICY RESEARCH INSTITUTE - IFPRI; FUNDACIÓN SALVADOREÑA PARA EL DESARROLLO ECONÓMICO Y SOCIAL - FUSADES. **Evaluación de impacto externa de la Red Solidaria: Informe de sostenibilidad del programa**. San Salvador: INTERNATIONAL FOOD POLICY RESEARCH INSTITUTE, 2010.

JACKSON, G. B. Methods for integrative reviews. **Review of Educational Research**, v. 50, p. 438-460, 1980.

JAIME, F.; AVILA, P. V. Las políticas basadas en evidencia como plataformas para la innovación de políticas públicas. **Estado abierto**, v. 2, n. 1, p. 51-76, 2022.

JANNUZZI, P. M. Estatísticas públicas e o combate à fome e à pobreza: afinidades eletivas que fizeram diferença nos resultados da ação governamental. *In*: KOGA, N. M.; PALOTTI, P. L. M.; MELLO, J.; PINHEIRO, M. M. S. (orgs.). **Políticas públicas e usos de evidências no Brasil: conceitos, métodos, contextos e práticas**. Brasília: IPEA, 2022. p. 495-520.

JAROSZ, L. Defining world hunger: scale and neoliberal ideology in international food security policy discourse. **Food, Culture & Society**, v. 14, n. 1, p. 117-139, 2011.

JONES, A. D.; NGURE, F. M.; PELTO, G.; YOUNG, A. L. What Are We Assessing When We Measure Food Security? A Compendium and Review of Current Metrics. **Advances in Nutrition**, v. 4, p. 481-505, 2013.

KICKBUSCH, L. **The food system a prism of present and future challenges for and sustainable development**. Zurich: Health Promotion Switzerland, 2011.

KLOPPER, R.; LUBBE, S.; RUGBEER, H. The matrix method of literature review: the problem with passwords, **Alternation**, n. 14, v. 1, 262-276, 2007.

KOGA, N. M.; PALOTTI, P. L. M.; COUTO, B. G. N.; DOS LINS, M. I. B.; SILVA, R. **O que informa as políticas públicas: survey** sobre o uso e o não uso de evidências pela burocracia federal brasileira. Brasília: Rio de Janeiro, Ipea, 2020.

KOPITTKE, A.; L.; W. **Segurança pública baseada em evidências: a revolução das evidências na prevenção à violência no Brasil e no mundo**. 2029. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

KUGLEY, S.; WADE, A.; THOMAS, J.; MAHOOD, Q.; JORGENSEN, A. M. K.; HAMMERSTROM, K.; SATHE, N. Searching for studies: a guide to information retrieval for Campbell systematic reviews. **Campbell Systematic Reviews**, n. 13, p. 1-73, 2017.

KUHN, T. S. The function of dogma in scientific research. *In*: CROMBIE, A. C. (org.). **Scientific change: historical studies in the intellectual, social and technical conditions for scientific discovery and technical invention, from antiquity to the present**. London: Basic Books and Heineman, 1963. p. 347-369.

LANG, T.; BARLING, D.; CARAHER, M. **Food Policy: integrating health, environment & society**. Oxford: Oxford University Press, 2009.

LASSANCE, A. **O Que é uma Política e o Que é um Programa: uma pergunta simples e até hoje sem resposta clara**. Brasília: IPEA, 2021.

LAYCOCK, G. From Central Research to Local Practice: Identifying and Addressing Repe at Victimization. **Public Money & Management**, v. 19, n. 1, p. 17-22, 2000.

LEÃO, L. S.; EYAL, G. Em busca do padrão-ouro? O percurso histórico do uso de experimentos na avaliação de políticas sociais. *In*: KOGA, N. M.; PALOTTI, P. L. M.; MELLO, J.; PINHEIRO, M. M. S. (orgs.). **Políticas públicas e usos de evidências no Brasil: conceitos, métodos, contextos e práticas**. Brasília: IPEA, 2022. p. 285-310.

LEVY, S. **Progress against poverty: sustaining Mexico's Progresa-Oportunidades Program**. Washington D.C.: Brookings Institution press, 2006.

LIGHT, R. J.; SMITH, P. V. Accumulating evidence: Procedures for resolving contradictions among research studies. **Harvard Educational Review**, 41, p. 429-471, 1971.

LINDBLOM, C.E. **Inquiry and change: The trouble datttempt to understand and shape Society**. New Haven: Yale University Press, 1990.

LIPSEY, M. W. The primary factors that characterize effective interventions with juvenile offenders: a meta-analytic overview. **Victims & Offenders**, v. 4, n. 2, p. 124-147, 2009.

LITTELL, J. H. Guest Editor's Introduction to Special Issue: The Science and Practice of Research Synthesis. **Journal of the Society for Social Work and Research**, v. 4, n. 4, p. 292-9, 2013.

LOBIONDO-WOOD, G.; HABER, J. **Pesquisa em enfermagem: métodos, avaliação crítica e utilização**. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2001.

LOPES, S. O.; PAIXÃO, M. Q.; SANTOS, R. H. S. A (in) sustentabilidade produtiva e a (in) Segurança Alimentar e Nutricional. *In*: MORAIS, D. C.; SPERANDIO, N.; PRIORE, S. E. **Atualizações e debates sobre Segurança Alimentar e Nutricional**. Viçosa: UFV, 2020. p. 279-291.

- LÓPEZ-ALMANSA, E. B. **La acción internacional contra el hambre y la ayuda alimentaria al desarrollo de la Unión Europea**. Valencia: Departamento de Derecho Internacional, 2005.
- LOTTA, G. S.; NUNES, A. C.; CAVALCANTI, S.; FERREIRA, D. D.; BONAT, J. Por uma agenda brasileira de estudos sobre implementação de políticas públicas. **Revista do Serviço Público**, v. 69, n. 4, p. 779-810, out.-dez. 2018.
- MACOURS, K.; SCHADY, N.; VAKIS, R. Cash transfers, behavioral changes, and cognitive development in early childhood: evidence from a randomized experiment. **Policy Research Working Paper 4759**, The World Bank, 2008.
- MAGALHÃES, R. Avaliação de políticas e iniciativas públicas de segurança alimentar e nutricional: dilemas e perspectivas metodológicas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, n. 5, p. 1339-1346, 2014.
- MAIA, C. M.; GRANDO, J. L. Metodologia para definição de tipologias de políticas públicas, para entender a elaboração, implementação e avaliação. **Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 13, n. 2, p. 159-178, jul./dez. 2016.
- MAJONE, G. Los usos del análisis de políticas. In: AGUILAR, L. F. (org.). **La hechura de las Políticas**. México: M. A. Porrúa, 1997. p. 341-365.
- MALETTA, H. E. **From Hunger to Food Security: A Conceptual History**. Lima: Universidad del Pacífico, 2014.
- MALUCCIO, J. A.; FLORES, R. **Impact evaluation of a conditional cash transfer program**. The nicaraguan red de proteccion social. Research reports 141, International Food Policy Research Institute (IFPRI), 2005.
- MALUF, R. S. Economic development and the food question in Latin America. **Food Policy**, v. 23, p. 155-172, 1998.
- MALUF, R. S. J. **Segurança alimentar e nutricional**. Petrópolis: Vozes, 2007.
- MALUF, R. S.; ALEXANDRE, V. P. Social engagement in food and nutrition sovereignty and security: Brazilian cooperation in Africa. **Policy in Focus**, v. 13, p. 40-42, 2016.
- MALUF, R. S.; MENEZES, F.; VALENTE, F. L. Contribuição ao Tema da Segurança Alimentar no Brasil. **Revista Cadernos de Debate**, v. 4, p.66-88, 1996.
- MARINO, J. M. F. Fundamentos do ‘Paradigma Metodológico Causal’ nas Ciências Sociais, ImproPRIAMENTE denominado ‘Métodos Quantitativos’. **Sociologias**, v. 14, n. 31, p. 20-50, 2012.
- MARSTON, G.; WATTS, R. Tampering with evidence: a critical appraisal of evidence-based policy-making. *The Drawing Board: na Australian Review of Public Affairs*, v. 3, n.3, p. 143-163, 2003.
- MARTINELLI, F. N.; MORILAS, L. R. Políticas públicas de alimentos nos países do Mercosul. In: ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE, 16., 2013, São Paulo. **Anais [...]** São Paulo: FEA/USP, 2013.
- MASSET, E. A review of hunger índices and methods to monitor country commitment to fighting hunger. **Food Policy**, v. 36, n. 1, p.102-108, 2011.
- MAURIEL, Ana Paula Ornellas. Pobreza, seguridade e assistência social: desafios da política social brasileira. **Revista Katálisis**, v. 13, n. 2, p. 173-180, 2010.

- MAURO, P.; ROMEU, R.; BINDER, A. J.; ZAMAN, A. **A modern history of fiscal prudence and profligacy**. United States: IMF, 2013.
- MAXWELL, D. G.; LEVIN, C.; ARMAR-KLEMESU, M.; RUEL, M. T.; MORRIS, S. S.; AHIADKEKE, C. **Urban livelihoods and food and nutrition security in Greater Accra, Ghana**. Washington: International Food Policy Research Institute, 2000.
- MAYO-WILSON, E.; LI, T.; FUSCO, N.; DICKERSIN, K.; MUDS investigators. Practical guidance for using multiple data sources in systematic reviews and meta-analyses (with examples from the MUDS study). **Research Synthesis Methods**, v. 9, n. 1, p. 2-12, mar. 2018.
- MCDONALD, L. **The early origins of the social sciences**. Montreal & Kingston: McGill-Queen's University Press, 1993.
- MELDRUM, M. A brief history of the randomized controlled trial. **Hematology/Oncology Clinics of North America**, v. 14, n. 4, p. 745-760, ago. 2000.
- MENDES, K.; SILVEIRA, R.; GALVÃO, C. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto Contexto Enfermagem**, v. 17, n. 4, p. 758-764, 2008.
- MENEGUIN, F. B. **Avaliação de impacto legislativo no Brasil**. Brasília: Senado Federal, Consultoria Legislativa, 2010.
- MÉXICO. Decreto por el que se establece el Sistema Nacional para la Cruzada contra el Hambre (SINHAMBRE) (2013). **Diario Oficial de la Federación**, 22 de enero de 2013. Disponível em http://dof.gob.mx/nota_detalle.php?codigo=5285363&fecha=22/01/2013. Acesso em 18 fev. de 2022.
- MIELITZ, C. Dez Anos de PAA e a Constituição de Uma Estratégia Nacional de Segurança Alimentar. In: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **PAA: 10 anos de Aquisição de Alimentos**. Brasília: MDS, Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014. p. 58-73.
- MILLÁN SMITMANS, P. **Terminar com el hambre: seis políticas públicas claves**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Educa, 2014.
- MINOT, N.; PELIJOR, N. **Food Security and Food Self Sufficiency in Bhutan**. Washington: International Food Policy Research Institute, (IFPRI) and Ministry of Agriculture and Forests (MoAF), 2010.
- MOHER, D.; SHAMSEER, L.; CLARKE, M.; GHERSI, D.; LIBERATI, A.; PETTICREW, M.; SHEKELLE, P.; STEWART, L.; A. and PRISMA-P Group. Preferred reporting items for systematic review and meta-analysis protocols (PRISMA-P) 2015 statement. **Systematic Reviews**, 4, n.1, p.1-9, 2015.
- MOLINA, M. G.; GARCÍA, D. L.; CASADO, G. G. Politizando el consumo alimentario: estrategias para avanzar en la transición agroecológica. **Redes**, v. 22, n. 2, p. 31-57, mai.-ago., 2017.
- MONNIER, E. **Evaluacion de la accion de los poderes públicos**. Madrid: Instituto de Estudios Fiscales, 1995.
- MONTEIRO, C. A. A dimensão da pobreza, da fome e da desnutrição no Brasil. **Estudos Avançados**, v. 9, n. 24, p. 195-207, 1995.

MORGADO, C.; HACK, F. M. A oferta de granulado à população vulnerável e o direito humano à alimentação adequada: uma análise da legislação que institui a política de erradicação da fome e de promoção da função social dos alimentos. *In: CORRÊA, L. (org.). Diálogos sobre o Direito Humano à Alimentação Adequada*. Juiz de Fora, MG: Faculdade de Direito da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2019. p. 243-281.

MUELLER, S. P. M. O círculo vicioso que prende os periódicos nacionais. **Revista de Ciência da Informação**, n. 0, p.1-8, dez. 1999.

MUIR GRAY, J. A. Evidence-based public health – what level of competence is required? **Journal of Public Health**, v. 19, n. 1, p. 65-68, Mar. 1997a.

MUIR GRAY, J. A. Evidence-Based Public Health. *In: TRINDER, L.; REYNOLDS, S. (Orgs.). Evidence-based practice: A critical appraisal*. Oxford: Blackwell, 2003, p. 105.

MUIR GRAY, J. A. M. **Evidence-Based Healthcare: How to Make Health Policy and Management Decisions**. New York, Edinburgh, London, Churchill Living stone, 1997b.

MULGAN, G. Government, knowledge and the business of policy making: the potential and limits of evidence-based policy. **Evidence & Policy**, v. 1, n. 2, p. 215-26, 2005.

MULROW, C.; COOK, D.; DAVIDOFF, F. Systematic reviews: critical links in the great chain of evidence [Editorial]. **Annals of Internal Medicine**, v. 126, p. 389-391, 1997.

MUNRO, E.; CARTWRIGHT, N.; HARDIE, J.; MONTUSCHI, E. **Improving Child Safety: deliberation, judgement and empirical research**. Durham: Centre for Humanities Engaging Science and Society (CHESS), Durham University, 2016.

MYRIE, S.; ROBINSON, O. Effects of World Financial Crisis on Food Consumption Spending Among Households in Jamaica. **Developing Country Studies**, v. 3, p. 12-23, 2013.

NARAYAN, D.; CHAMBERS, R.; SHAH, M. K.; PETESCH, P. **Voices of the Poor: Crying Out for Change**. New York: Oxford University Press for the World Bank, 2000.

NASCIMENTO, M. I. B.; DIAS, J. P. Estatativismo institucional e os episódios em torno das causas da magistratura de primeira instância brasileira. *In: KOGA, N. M.; PALOTTI, P. L. M.; MELLO, J.; PINHEIRO, M. M. S. (orgs.). Políticas públicas e usos de evidências no Brasil: conceitos, métodos, contextos e práticas*. Brasília: IPEA, 2022. p. 427-456.

NASCIMENTO, R.C. A fome como uma questão social nas políticas públicas brasileiras. **Revista IDeAS**, v. 3, n. 2, p. 197-225, jul./dez. 2009.

NÉRON, M. L.; MATELUNA, P. V. Políticas públicas y sistema alimentario en Chile. *In: LE COQ, J. F.; GRISA, C.; GUÉNEAU, S.; NIEDERLE, P. (orgs.). Políticas públicas y sistemas alimentarios en América Latina*. Rio de Janeiro: E-papers, 2021. p. 241-273.

NUGROHO, K.; CARDEN, F.; ANTLOV, H. Forms of knowledge and policy influence. *In: NUGROHO, K.; CARDEN, F.; ANTLOV, H. Local knowledge matters: power, contexto and policy making in Indonesia*. Bristol University Press; Policy Press, 2018.

NUNES, M. C. A.; ANDRADE, A. G. S.; MORAIS, N. A. Adolescentes em conflito com a lei e família: um estudo de revisão sistemática da literatura. **Contextos Clínicos**, v. 6, n. 2, p. 144-156, jul./ dez. 2013.

- NUSSIO, E.; PERNET, C. The securitization of food security in Colombia, 1970-2010. **Journal of Latin American Studies**, v. 45, n. 4, p. 641-668, 2013.
- NUTLEY, S.; WALTER, I.; DAVIES, H. **Using evidence: how research can inform public services**. Bristol: Policy Press, 2007.
- OAKLEY, A. Experimentation and social interventions: a forgotten but important history. **BMJ**, v. 317, n. 7167, p. 1239-1242, 1998.
- OLIVEIRA, J. T. C.; GABRIEL, C. G.; VASCONCELOS, F. A. G.; MACHADO, M. L.; SOAR, C.; FAGUNDES, A. Government-subsidized restaurants in Brazil: na evaluation within the framework of food and nutrition security. **Revista de Nutrição**, v. 33, p. 1-12, 2020.
- OLIVER, K.; PEARCE, W. Three lessons from evidencebased medicine and policy: increase transparency, balance inputs and understand power. **Palgrave Commun**, v. 3, n. 1, p. 43, 2017.
- ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE – OPAS. **Medidas não farmacológicas de saúde pública para mitigação do risco e impacto de epidemias e pandemias de influenza**. Brasília: OPAS, 2020.
- ORTEGA, A. C. **Territórios Deprimidos**. Os desafios das políticas de desenvolvimento rural. Campinas Uberlândia: Alínea-EDUFU, 2008.
- ORTEGA, A.C.; VIAN, C.E.F.; COUTRO, E.P.; ALMEIDA FILHO, N.; BELIK, W. Segurança Alimentar: evolução conceitual e ação de políticas públicas na América Latina. *In*: ORTEGA, A. (org.). **Território, Políticas Públicas e Estratégias de Desenvolvimento**. Campinas: Alínea, 2007.
- PADRÃO, S. M.; AGUIAR, O. B. Restaurante popular: a política social em questão. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 28, n. 3, p. 280-319, 2018.
- PAES-SOUSA, R.; REGALIA, F.; STAMPINI, M. **Conditions for Success in Implementing CCT Programs: Lessons for Asia from Latin America and the Caribbean**. Washington, DC: Inter-American Development Bank, 2013.
- PALACIOS, G. A. Perguntas autoritárias: a questão do método, as monografias e o filosofar. **Educação e Filosofia**, v. 22, n. 44, p. 101-114, 2009.
- PARDO, M. **Estudios estadísticos y prospectivos**. Reseña de programas sociales para la superación de la pobreza en América Latina. Santiago de Chile: CEPAL, 2003.
- PARTELOW, S. A review of the social-ecological systems framework. **Ecology and Society**, v. 23, n. 4, p. 36-61, 2018.
- PAULILLO, L. F.; PESSANHA, L. Segurança alimentar, políticas públicas e regionalização. *In*: PAULILLO, L. F.; ALVES, F. (orgs.). **Reestruturação agroindustrial, políticas públicas e segurança alimentar regional**. São Carlos: Edufscar, 2002.
- PAULO NETTO, J. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- PEÑALOZA, R. E. C.; HENRY, G.; RANKIN, S. Construcción de una política alimentaria urbana: el caso de Cali, Colombia. *In*: LE COQ, J. F.; GRISA, C.; GUÉNEAU, S.; NIEDERLE, P. (orgs.). **Políticas públicas y sistemas alimentarios en América Latina**. Rio de Janeiro: E-papers, 2021, p. 377-398.

- PERCZYK, J. La Asignación Universal por Hijo en Argentina. *In*: FEIJOÓ, M. D. C.; POGGI, M. (orgs.). **Educación y políticas sociales**. Sinergias para la inclusión. Buenos Aires: UNESCO-IIPE, 2014, p. 205-216.
- PETROSINO, A.; BORUCH, R. F.; SOYDAN, H.; DUGGAN, L.; SANCHEZ-MECA, J. Meeting the Challenges of Evidence-Based Policy: The Campbell Collaboration. **The Annals of the American Academy of Political and Social Science**, v. 578, p. 14-34, 2001.
- PETTICREW, M.; ROBERTS, H. **Systematic reviews in the social science: A practical guide**. Malden, MA: Blackwell Publishing, 2006.
- PINHEIRO, A. R. O. **Análise histórica do processo de formulação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (2003-2006): atores, ideias, interesses e instituições na construção de consenso político**. 2009. Tese (Doutorado em Política Social) - Universidade de Brasília, Brasília: 2009.
- PINHEIRO, M. M. S. **Políticas públicas baseadas em evidências (PPBES): delimitando o problema conceitual**. Rio de Janeiro: Ipea, 2020.
- PINILLA, R.; FONCUBERTA, X. Evaluación de políticas públicas e innovación social. Un marco para la política basada en la evidencia. **Encuentros multidisciplinares**, v. 12, n. 35, p. 21-30, 2010.
- PINTO, J. **Direito à alimentação e segurança alimentar nos países da CPLP: Diagnóstico Base**. Roma: Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação, 2011.
- PLEWIS, I. Educational inequalities and education action zones. *In*: PANTAZIS, C.; GORDON, D. (org.). **Tackling inequalities: where are we now and what can be done**. Bristol: Policy Press, 2000. s/p.
- POLIT, D. F.; BECK, C. T.; HUNGLER, B. P. **Fundamentos de pesquisa em enfermagem: métodos, avaliação e utilização**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2004.
- POMPEO, D. A.; ROSSI, L. A.; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: etapa inicial do processo de validação de diagnóstico de enfermagem. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 22, n. 4, p. 434-8, 2009.
- PONCE, J.; BEDI, A. S. The impact of a cash transfer program on cognitive achievement: The Bono de Desarrollo Humano of Ecuador. **Economics of Education Review**, v. 29, n. 1, p. 116-125, 2010.
- COR UNUM. **A fome no mundo, um desafio para todos: o desenvolvimento solidário**. Vaticano: PONTIFÍCIO CONSELHO COR UNUM, 1996.
- POPPER, K. R. **Conhecimento Objetivo: uma abordagem evolutiva**. Oxford: Oxford University Press, 1972.
- RABELO, M. M.; RUCKERT, N. A construção da política de segurança alimentar e nutricional: o caso de Porto Alegre. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 41, n. 3, p. 85-100, 2014.
- RADIMER, K. L.; OLSON, C. M.; GREENE, J. C.; CAMPBELL, C. C.; HABICHT, J-P. Under standing hunger and developing indicators to assess it in women and children. **Journal Nutrition Education**, v. 24, Suppl., p. 36-45, 1992.
- RAMOS, C.I.; CUERVO, M.R.M. Programa Bolsa Família: a interface entre a atuação profissional e o direito humano a alimentação adequada. **Revista Ciência Saúde Coletiva**, v.17, n.8, p. 2159-2168, 2012.

- RAMOS, M. C.; SILVA, E. N. da. Como usar a política informada por evidência na saúde pública. **Saúde em Debate**, v. 42, n. 116, p. 296-306, jan.-mar. 2018.
- RAMOS, M. P. Avaliação de Políticas e Programas Sociais: aspectos conceituais e metodológicos. **Planejamento e Políticas Públicas**, v. 32, n. 1, p. 94-114, jan. 2009.
- RAMOS, M. P. **Pesquisa Social: abordagem quantitativa com uso do SPSS**. Porto Alegre: Escritos, 2014.
- RAMOS, M. P.; SCHABBACH, L. M. O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 46, n. 5, p. 1271-1294, out. 2012.
- RASELLA, D. **Impacto do Programa Bolsa Família e seu efeito conjunto com a Estratégia Saúde da Família sobre a mortalidade no Brasil**. 2013. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.
- REDE PENSSAN. **Inquérito nacional sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil**. Rio de Janeiro: Rede Penssan, 2021.
- REDEKER, N. S. Sleep in acute care settings: an integrative review. **Journal Citation reports**, v. 32, n. 1, p. 31-38, mar. 2000.
- REGMI, A.; GEHLHAR, M. New Directions in Global Food Markets United States Department of Agriculture. In: REGMI, A.; GEHLHAR, M. (editors) **Report from the Economic Research Service Agriculture Information Bulletin**. USDA: New Directions in Global Food Markets, 2005.
- REIS, J. Territórios e políticas do território a interpretação e a ação. **Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia**, n. 100, p. 107-122, 2015.
- REIS, J. Uma epistemologia do território. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 13, p. 51-74, 2005.
- RICHARDSON, S.; GANAPATHI, M. Interprocedural optimization: Experimental results. **Software: Practice and Experience**, v. 19, n. 2, p. 149-169, feb. 1989.
- RICHARDSON, W. S.; WILSON, M. C.; NISHIKAWA, J.; HAYWARD, R. S. The well-built clinical question: a key evidence-based decision. **ACP Journal Club**, v. 123, n. 3, p. A12-A13, 1995.
- RIVERA, J. A. Improving nutrition in Mexico: the use of research for decision-making in nutrition policies and programs. In: FREIRE, W. B. (org). **Nutrition and an active life from knowledge to action**. Washington, DC: Pan American Health Organization, 2005. p. 183-204.
- ROBERTS, H. What works? Social Policy. **Journal of New Zealand**, n. 24, p. 34-54, 2005.
- RODRIGUES, R. T. F.; LACERDA, R. A.; LEITE, R. B.; GRAZIANO, K. U.; PADILHA, K. G. Enfermagem transoperatória nas cirurgias de redução de peso: revisão integrativa da literatura. **Revista da Escola de Enfermagem USP**, v. 46 (Esp), p. 138-47, 2012.
- ROLIM, M. **A Síndrome da Rainha Vermelha: policiamento e Segurança Pública no Século XXI**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.
- ROMAN, A. R.; FRIEDLANDER, M. R. Revisão integrativa de pesquisa aplicada à enfermagem. **Cogitare Enfermagem**, v. 3, n. 2, p. 109-12, Jul-Dez./1998.

ROSANELI, C. F.; RIBEIRO, A. L. C.; ASSIS, L.; SILVA, T. M.; SIQUEIRA, J. E. A fragilidade humana diante da pobreza e da fome. **Revista Bioética**, v. 23, n. 1, p. 89-97, 2015.

ROSE, D. D. Interventions to reduce household food insecurity: a synthesis of current concepts and approaches for Latin America. **Revista de Nutrição**, v. 21, Suplemento, p. 159s-173s, jul./ago., 2008.

ROTHER, E. T. Revisão sistemática x revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 20, n. 2, p. 5-6, jun. 2007.

RUNDALL, T. G. Health planning and evaluation. *In*: LAST, J. M.; WALLACE, R. B. (orgs.). **Public Health & Preventive Medicine**. Connecticut: Appleton & Lange (Maxcy-Rosenau-Last), 1992. p. 1079-1094.

SÁ, M. O. L.; SILVA, L. B. Uma análise da aplicação do Programa Bolsa Família (PBF) no Município de São Bentinho - PB. *In*: ENCONTRO DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA/APB DA ANPAD, 5., 2012, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: Anpad, 2012. Disponível em: <www.anpad.org.br/evento.php?acao=trabalho&cod_edicao_subsecao=866&cod_evento_edicao=65&cod_edicao_trabalho=15396>. Acesso em: 3 jun. 2023.

SABOURIN, E.; GRISA, C. **A difusão de políticas brasileiras para a agricultura familiar na América Latina e Caribe**. Porto Alegre: Escritos, 2018.

SADEQUE, S. **Food Insecurity Concerns for Latin America and the Caribbean**. Roma: Inter Press Service, 2020. Disponível em <<http://www.ipsnews.net/2020/06/food-insecurity-concerns-for-latin-america-and-the-caribbean/>>. Acesso em: 18 jan 2023.

SALCEDO, B. S. El Marco Teorico de la Seguridad Alimentaria. *In*: org. **Políticas de Seguridad Alimentaria en los países de la comunidad andina**. Santiago, Chile: FAO, 2010, p. 1- 8.

SALVIA, A.; MUSANTE, B.; MENDOZA JARAMILLO, A. **Análisis de impacto de la Asignación Universal por Hijo en materia de inseguridad alimentaria y déficit educativo**. Buenos Aires: Observatorio de la Deuda Social Argentina, 2013.

SAMPAIO, R. C. Democracia digital no Brasil: uma prospecção das iniciativas relevantes. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, v. 4, n. 1-2, p. 55-79, dec. 2013.

SAMPAIO, R. F.; MANCINI, M. C. Systematic review studies: a guide for careful synthesis of the scientific evidence. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, v.11, n.1, p. 77-82, jan./fev. 2007.

SANCHES, A.; BEDUSCHI, L. C.; SARAMAGO, A.; RAPALLO, R. O Fome Zero do Brasil e a Iniciativa América Latina e Caribe Sem Fome 2025. *In*: GRAZIANO DA SILVA, J. (org.). **Do Fome Zero ao Zero Hunger: Uma perspectiva global**. Roma: FAO, 2019. p. 44-57.

SANCHEZ CHICO, A.; MACOURS, K.; MALUCCIO, J. A.; STAMPINI, M. **Six years of Comunidades Solidarias Rurales: impacts on school entry of an ongoing conditional cash transfer program in El Salvador**. El Salvador: Inter-American Development Bank, 2018.

SANDERSON, I. Evaluation, policy learning and evidence-based policy making. **Public Administration**, v. 80, n. 1, p. 1-22, 2002.

SANDIM, T. L.; MACHADO, D. A. O paradigma das políticas públicas baseadas em evidências na gestão pública Brasileira: uma análise das publicações acadêmicas. **Boletim de Análise Político-Institucional**, n. 24, p. 41-47, Nov. 2020.

SANTIAGO, A. S.; ALMEIDA FILHO, N. A soberania alimentar em questão: análises a partir do referencial da teoria marxista da dependência latino-americana. In: ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DA UFU, 4., 2014, Uberlândia. **Anais [...]** Uberlândia: UFU, 2014.

SANTOS, C. S. **Introdução à gestão pública**. São Paulo: Saraiva, 2014.

SANTOS, I. S. Avaliação do impacto de programas nutricionais. **Revista de Nutrição**, v. 22, n. 1, p. 141-150, jan./fev. 2009.

SARMENTO, F. **Condicionantes históricas da construção da segurança alimentar no Atlântico: o caso de Angola e São Tomé e Príncipe**. 2008. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2008.

SAUBOURIN, E.; NIEDERLE, P. Agricultura familiar na América latina: das políticas agrícolas diferenciadas aos instrumentos de promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional e da agroecologia. In: MALUF, R. S.; FLEXOR, G. (orgs.). **Questões agrárias, agrícolas e rurais, conjunturas e políticas públicas**. Rio de Janeiro: E-papers, 2017. p. 270-286.

SECCHI, L. Modelos organizacionais e reformas da administração pública. **Revista de Administração Pública**, v. 43, n. 2, p. 347-69, 2009.

SECCHI, L. Policy analysis in Brazil: a comparison of rationalist and argumentative approaches. **Journal of Comparative Policy Analysis: research and practice**, v. 18, n. 1, p. 89, 2016.

SECRETARÍA DE DESARROLLO SOCIAL - SEDESOL. **Cruzada Nacional contra el Hambre: aspectos conceptuales y prácticos**. México: Sedesol, 2013.

SELLTIZ, C.; WRIGHTSMAN, L. S.; COOK, S. W. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. Volume 1. Delineamentos de pesquisa. São Paulo. E.P.U, 1976.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEN, A. K. Hunger: Old torments and new blunders. *The little Magazine*. 2001.

SEN, A. K. **Poverty and famines: na essay on entitlement and deprivation**. Reino Unido: Oxford University Press, 1981.

SHADISH, W. R. Philosophy of Science and the quantitative-qualitative debates: Thirteen common errors. **Evaluation and Program Planning**, v. 18, n. 1, p. 63-75, 1995.

SHADISH, W. R.; COOK, T. D. Comment Design rules: More Steps toward a complete theory of quasi-experimentation. **Statistical Science**, v. 14, n. 3, p. 294-300, 1999.

SHADISH, W. R.; COOK, T. D.; CAMPBELL, D. T. **Experimental and quase experimental designs for generalized causal inference**. Boston: Houghton Mifflin, 2002.

SHADISH, W. R.; RAGSDALE, K. Random versus nonrandom assignment in controlled experiments: Do you get the same answer? **Journal of Consulting and Clinical Psychology**, v. 64, p. 1290-1305, 1996.

- SHARPLES, J.; ALBERS, J.; FRASER, S. **Putting evidence to work: A school's guide to implementation guidance report**. London: Education Endowment Foundation (EEF), 2018. Disponível em: <<https://educationendowmentfoundation.org.uk/tools/guidance-reports/a-schools-guide-toimplementation/>>. Acesso em 23 jan. 2021.
- SHERMAN, L. W.; GOTTFREDSON, D.; MACKENZIE, D.; ECK, J.; REUTER, P.; BUSHWAY, S. **Preventing Crime: What Works, What Doesn't, What's Promising**. A Report to the United States Congress. Washington: National Institute of Justice, 1997.
- SILVA, D. A. V. S.; FONSECA, M. V. A. Monitoramento para avaliação do desempenho regulatório do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia. **Revista de Administração Pública**, v. 49, n. 2, p. 447-472, mar./abr. 2015.
- SILVA, S. P. **A trajetória histórica da Segurança Alimentar e Nutricional na agenda política nacional: projetos, descontinuidades e consolidação**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2014.
- SMITH, M. D.; KASSA, W.; WINTERS, P. Assessing food insecurity in Latin America and the Caribbean using FAO's Food Insecurity Experience Scale. **Food Policy**, v. 71, p. 48-61, 2017.
- SMITH, P. On the unintended consequences of publishing performance data in the public sector. **International Journal of Public Administration**, v. 18, p. 277-310, 1995.
- SOARES, C. B.; HOGA, L. A. K.; PEDUZZI, M.; SANGALETI, C.; YONEKURA, T.; SILVA, D. R. A. D. Revisão integrativa: conceitos e métodos utilizados na enfermagem. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, n. 48, v. 2, p. 335-345, 2014.
- SOBRINO, M.; GUTIÉRREZ, C.; CUNHA, A. J.; DÁVILA, M.; ALARCÓN, J. Desnutrición infantil en menores de cinco años en Perú: tendencias y factores determinantes. **Rev Panam Salud Publica**, v. 35, n. 2, p. 104-112, 2014.
- SOLESBURY, W. The ascendancy of evidence. **Planning Theory & Practice**, v. 3, n. 1, p. 90-96, 2002.
- SOUZA, P. H. G. F.; OSORIO, R. G. Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. In: CAMPELLO, T.; CÔRTEZ NERI, M. **O Perfil da pobreza no Brasil e suas mudanças entre 2003 e 2011**. Brasília: Ipea, 2013. p. 139-155.
- STEDILE, J. P.; CARVALHO, H. M. Soberania alimentar: uma necessidade dos povos. **Documento Campanha em defesa das sementes da Via Campesina "Sementes, patrimônio dos povos a serviço da humanidade"**. Via Campesina, 2010. Disponível em: <https://mst.org.br/download/soberania-alimentar-uma-necessidade-dos-povos/>. Acesso em: 30 mai 2020.
- STETLER, C. B.; BRUNELL, M.; GIULIANO, K. K.; MORSI, D.; PRINCE, L.; NEWELL-STOKES, V. Evidence-based practice and role of nursing leadership. **Journal Advanced Nursing**, v. 28, n. 7-8, p. 45-53, July/Aug, 1998.
- STOKER, G. Notes on Key note address. In: ARCISS Conference, 27., 1999, London. **Anais [...]** London: Movimento Internacional da Cruz Vermelha, 1999. s/p.
- STOVOLD, E.; BEECHER, D.; FOXLEE, R.; NOEL-STORR, A. Study flow diagrams in Cochrane systematic review updates: an adapted PRISMA flow diagram. **Systematic Reviews**, n. 3, p. 54, 2014.
- SUCHMAN, E. A. **Evaluative Research: Principles and Practice in Public Service and Social Action Programs**. New York: Russel Sage Foundation, 1967.

SUZART, A. S.; FERREIRA, A. P.; LEMOS, G. C. S. M.; CORREA, G. T. B.; BONFATTI, R. J.; OLIVEIRA, M. H. B. Repercussões do Programa Bolsa Família na segurança alimentar e nutricional: um estudo de caso. **Revista Baiana de Saúde Pública**, v. 41, n. 3, p. 699-715, jul./set. 2017.

SWINBURN, B. A.; KRAAK, V. I.; ALLENDER, S.; ATKINS, V. J.; BAKER, P. I.; BOGARD, J. R.; BRINSDEN, H.; CALVILLO, A.; DE SCHUTTER, O.; DEVARAJAN, R.; EZZATI, M.; FRIEL, S.; GOENKA, S.; HAMMOND, R. A.; HASTINGS, G.; HAWKES, C.; HERRERO, M.; HOVMAND, P. S.; HOWDEN, M.; JAACKS, L. M.; KAPETANAKI, A. B.; KASMAN, M.; KUHNLEIN, H. V.; KUMANYIKA, S. K.; LARIJANI, B.; LOBSTEIN, T.; LONG, M. W.; MATSUDO, V. K. R.; MILLS, S. D. H.; MORGAN, G.; MORSHED, A.; NECE, P. M.; PAN, A.; PATTERSON, D. W.; SACKS, G.; SHEKAR, M.; SIMMONS, G. L.; SMIT, W.; TOOTEE, A.; VANDEVIJVERE, S.; WATERLANDER, W. E.; WOLFENDEN, L.; DIETZ, W. H. The Global Syndemic of Obesity, Undernutrition, and Climate Change. The Lancet Commission report. **Lancet**, v. 23, n. 393, p. 791-846, Feb. 2019.

TAKAGI, M. A. **Implantação da Política de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: seus limites e desafios**. 2006. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

THOMAS, J.; HARDEN, A. Methods for the thematic synthesis of qualitative research in systematic reviews. **BMC Medical Research Methodology**, v. 8, p. 45, 2008.

THOME, K.; MEADE, B.; DAUGHERTY, K.; CHRISTENSEN, C. **International Food Security Assessment, 2018-2028, GFA-29**. U.S.: Department of Agriculture, Economic Research Service, 2018.

TIRELLI, C. Conectando políticas públicas e território: a contribuição da perspectiva relacional. *In*: LIMA, L. L.; SCHABBACH, L. (Orgs.). **Políticas públicas: questões teórico-metodológicas emergentes**. Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2020, p.242-265.

TODD, J. E. **Three Essays on the Indirect Impacts of Conditional Cash Transfer Programs in Mexico and Nicaragua**. Tese (Doutorado em Filosofia) American University, Washington, 2007.

TOLOSANA, E. S. Reducing health inequalities: the use of health impact assessment on rural areas. **Saúde e Sociedade**, v. 24, n. 2, p. 515-526, abr.-jun. 2015.

TORRACO, R. J. Writing Integrative Reviews of the Literature: Methods and Purposes. *International Journal of Adult Vocational Education and Technology*, v. 7, n. 3, p. 62-70, Jul.-Sep. 2016.

TORRES TORRES, F. **Seguridad alimentaria: seguridad nacional**. México: Universidad Nacional Autónoma de México. Instituto de Investigaciones Económicas, 2003.

TRIVELLI, C.; URRUTIA, C. E. Evolución de los programas alimentarios y cambios em el patrón de consumo em el Perú del 2004 al 2018. *In*: LE COQ, J. F.; GRISA, C.; GUÉNEAU, S.; NIEDERLE, P. (orgs.). **Políticas públicas y sistemas alimentarios en América Latina**. Rio de Janeiro: E-papers, 2021, p. 299-326.

TUBINO, J. A contribuição da FAO para combater à fome. *In*: NOLETO, M. J.; WERTHEIN, J. (org.). **Pobreza e desigualdade no Brasil: traçando caminho para a inclusão social**. Brasília: UNESCO, 2003. p. 233-240.

UNITED KINGDOM. **Cabinet Office**. Modernising government White paper. London: Centre for Management and Policy Studies, 1999. Disponível em: <http://www.archive.official-documents.co.uk/document/cm43/4310/4310.htm>. Acesso em: 27 jun. 2022.

URSI, E. S. **Prevenção de lesões de pele no perioperatório**: revisão integrativa da literatura. 2005. Dissertação (Mestrado em Enfermagem Fundamental). Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2005.

VAITSMAN, J.; RIBEIRO, J.; LOBATO, L. Policy Analysis in Brazil: The State of the Art. *In*: VAITSMAN, J.; RIBEIRO, J.; LOBATO, L. (orgs.). **Policy Analysis in Brazil**. Chicago: Chicago University Press, 2013. p.1-10.

VALADARES, A. Desenvolvimento Rural. *In*: IPEA (Org.) **Políticas Sociais: acompanhamento e análise**. Brasília: IPEA, 2020. p. 237-270.

VALENTE, F. L. S. Fome, desnutrição e cidadania: inclusão social e direitos humanos. **Saúde e sociedade**, v. 12, n. 1, p. 51-60, jan./jun., 2003.

VALLA, V. V.; ASSIS, M.; CARVALHO, M. **Participação popular e os serviços de saúde**: o controle social como exercício da cidadania. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública/Fiocruz, 1993.

VASCONCELLOS, F. C. F. As organizações internacionais e a evolução dos referenciais de segurança alimentar na América Latina e no Caribe. *In*: LE COQ, J. F.; GRISA, C.; GUÉNEAU, S.; NIEDERLE, P. (orgs.). **Políticas públicas y sistemas alimentarios en América Latina**. Rio de Janeiro: E-papers, 2021, p. 115-140.

VASCONCELOS, F. A. G. Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula. **Revista de Nutrição**, v. 18, n. 4, p. 439-57, 2005.

VÁZQUEZ PÉREZ, B. P.; AYALA ORTIZ, D. A. El programa de abasto rural y la seguridad alimentaria en la Región Sierra de Chiapas. **Economía y Sociedad**, v. 18, n. 31, p. 37-51, jul-dic. 2014.

VICTORA, C. G.; ADAIR, L.; FALL, C.; HALLAL, P. C.; MARTORELL, R.; RICHTER, L. Y.; SINGH SACHDEV, H. Maternal and child under nutrition: Consequences for adult health and human capital. **The Lancet**, v. 371, p. 340-357, 2008.

VICTORA, C. G.; HABICHT, J-P.; BRYCE, J. Evidence-based public health: Moving beyond randomized trials. **American Journal of Public Health**, v. 94, p. 400-405, 2004.

VIEIRA, G. O.; D'ORNELLAS, M. C. G. S. Direitos Humanos e Comércio Internacional: A Necessidade da Construção de Pontes por Meio da Segurança Alimentar e os Novos Desafios da OMC. **Nomos: Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFC**, v. 32, n. 2, p. 179-203, 2012.

VILAR-COMPTE, M.; ORTIZ-BLAS, L. A. Households with Elderly Members in Mexico: Can Pensions or a Demogrant Help Facing Food Insecurity? **The International Journal of Aging and Society**, v. 2, n. 4, p.1-15, Jan. 2013.

VILLATORO, P. **Programas de reducción de la pobreza en América Latina**. Un análisis de cinco experiencias. Santiago de Chile: CEPAL, 2004.

VIVERO, J. L.; ALMEIDA FILHO, N. A consolidação do combate à fome e do direito à alimentação nas agendas políticas da América Latina. *In*: RAMOS, P.; FILHO, N. A. (orgs.). **Segurança alimentar**: produção agrícola e desenvolvimento territorial. Campinas: Editora Alínea, 2010. p. 29-54.

VIVERO, J. L.; PORRAS, C. Erradicar el hambre como primer paso hacia la cohesión social en América Latina. *In: GRANDA, J. (org.). Pobreza, exclusión y desigualdad.* Ecuador, Quito: FLACSO, 2008. p. 99-119.

Von GREBMER, K.; BERNSTEIN, J.; DE WAAL, A.; PRASAI, N.; YIN, S.; YOHANNES, Y. **Global Hunger Index: armed conflict and the challenge of hunger.** Bonn, Washington, DC, and Dublin: Welthungerhilfe: International Food Policy Research Institute, and Concern Worldwide. 2015.

Von GREBMER, K.; BERNSTEIN, J.; WIEMERS, M.; SCHIFFER, T.; TOWEY, O.; CHÉILLECHAIR, R. N.; FOLEY, C.; GITTER, S.; FRITSCHER, H. **Global hunger index hunger and food systems in conflict settings.** Bonn/Dublin: IFPRI - International Food Policy Research Institute, 2021.

Von GREBMER, K.; RINGLER, C.; ROSEGRANT, M. W.; OLOFINBIYI, T.; WIESMANN, D.; FRITSCHER, H.; BADIANE, O.; TORERO, M.; YOHANNES, Y. **Global Hunger Index The Challenge of Hunger: ensuring sustainable food security under land, water, and energy stresses.** Bonn: IFPRI, 2012.

WALSH, M.; POY, S.; TUÑÓN, I. The impact of health conditionalities in conditional cash transfer programmes: the case of the AUH in Argentina. **Desarrollo y sociedad**, n. 85, p. 157-192, Aug. 2020.

WEBB, P.; STORDALEN, G. A.; SINGH, S.; WIJESINHA-BETTONI, R.; SHETTY, P.; LARTEY, A. Hunger and malnutrition in the 21st century. **BMJ**, v. 13, n. 361, p. 2238, Jun. 2018.

WEBER, M. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva.** Brasília: UnB, 1994.

WEISBURD, D. L.; FARRINGTON, D. P.; GILL, C. **What Works in Crime Prevention and Rehabilitation.** Lessons from Systematic Reviews. New York: Springer Series on Evidence-Based Crime Policy, 2017.

WEISS, C. H. **Evaluation research methods for assessing program effectiveness.** New York: Prentice-Hall Inc./Engle wood Cliffs, 1972.

WELSH, B. C.; FARRINGTON, D. P. Toward an Evidence-Based Approach to Preventing Crime. **The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science**, v. 578, n. 1, p. 158-173, 2001.

WHITE, H. The twenty-first century experimenting society: the four waves of the evidence revolution. **Palgrave Communications**, v. 5, n. 47, p. 1-7, 2019.

WHITE, K. L. **Healing the schism: epidemiology, medicine, and the public's health.** New York: Springer-Verlag, 1991.

WHITE, K. L.; WILLIAMS, F. T.; GREENBERG, B. G. The ecology of medical care. **Bulletin of the New York Academy of Medicine**, v.73, n.1, p. 187-205, 1961.

WHITTEMORE, R.; KNAFL, K. The integrative review: updated methodology. **Journal of Advanced Nursing**, v. 52, n. 5, p. 546-53, Dec. 2005.

WIESMANN, D.; WEINGÄRTNER, L.; SCHÖNINGER, I. **The Challenge of Hunger: Global Hunger Index: Facts, Determinants, and Trends.** Bonn and Washington, DC: Welthungerhilfe and International Food Policy Research Institute, 2006.

WINNIE, L. W. Y. **O campo científico da sociologia segurança alimentar e nutricional no Brasil: grupos e linhas de pesquisa 2000 a 2006.** 2011. Dissertação

(Mestrado em Ciências) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba, 2011.

WINTERS, P.; DAVIS, B.; CARLETTO, G.; COVARRUBIAS, K.; QUIÑONES, E. J.; ZEZZA, A.; STAMOULIS, K. Assets, activities and rural income generation: evidence from a multicountry analysis. **World Development**, v. 37, n. 9, p. 1435–1452, 2009.

WITTMAN, H.; SALDIVAR TANAKA, L.; XACULT, J. A indústria dos agrocombustíveis na Guatemala. **Diálogos, propuestas, historias para una ciudadanía mundial**, s/n, s/p. 2007. Disponível em: <<https://base.d-p-h.info/pt/fiches/dph/fiche-dph-7814.html>>. Acesso em: 19 dez. 2021.

WORLD BANK. **Data: Indicators**. 2020. Disponível em <<https://data.worldbank.org/indicator>>. Acessado em 20 set. 2022.

WORLD FOOD PROGRAMME - WFP. **World Food Program Policy Report**. Rome: WFP, 2009.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **World Health Statistics 2014**. Geneva: WHO, 2014.

YASCHINE, A. I.; OCHOA, L. S. M.; HERNÁNDEZ, J. C. Cruzada Nacional contra el Hambre: Análisis de su diseño desde un enfoque de seguridad alimentaria. *In*: LOMELÍ, E. V.; BARBA, G. O. (orgs). **Nueva ronda de reformas estructurales en México** ¿Nuevas políticas sociales? Tijuana: El Colegio de la Frontera Norte, 2016. p. 299-328.

ZIEGLER, J. **Destrucción masiva**. Geopolítica del hambre. Barcelona: Ediciones Península, 2012.

ANEXO 1

REFERÊNCIAS INCLUIDAS NA REVISÃO INTEGRATIVA

Argentina
WALSH, M.; POY, S.; TUÑÓN, I. The impact of health conditionalities in conditional cash transfer programmes: the case of the AUH in Argentina. Desarrollo y sociedad , n. 85, p. 157-192, Aug. 2020.
SALVIA, A.; TUÑÓN, I.; POY, S. Asignación Universal por Hijo para Protección Social : impacto sobre el bienestar económico y el desarrollo humano de la infancia Población & Sociedad , v. 22, . 2, p. 101-134, 2015.
ADROGUÉ, C.; ORLICKI, M. E. In-school feeding programs have an impact on academic performance? The case of public schools in Argentina Education Policy Analysis Archives/Archivos Analíticos de Políticas Educativas , v. 21, n. 50, p. 1-20, enero, 2013.
SALVIA, A.; MUSANTE, B.; MENDOZA JARAMILLO, A. Análisis de impacto de la Asignación Universal por Hijo en materia de inseguridad alimentaria y déficit educativo. Observatorio de la Deuda Social Argentina , 2013.
Brasil
TRIVELLATO, P. T.; PRIORE, S. E.; FRANCESCHINI, S. C. C.; SANTOS, R. H. S.; COSTA, B. A. L. Food and nutrition (in)security in families of farmers who supply the National School Feeding Program. Revista de Nutrição , v. 32, p.1-10, 2019.
PACHECO, P. M.; PEDROSO, M. R. O.; GONÇALVES, S. C.; CUERVO, M. R. M.; ROOSONI, E. Food and nutritional security of families assisted by the Bolsa Família cash transfer program in primary health care. O Mundo da Saúde , v. 42, n. 2, p. 459-477, 2018.
OLIVEIRA, J. T. C.; GABRIEL, C. G.; VASCONCELOS, F. A. G.; MACHADO, M. L.; SOAR, C.; FAGUNDES, A. Government-subsidized restaurants in Brazil: an evaluation within the framework of food and nutrition security. Revista de Nutrição , v. 33, p. 1-12, 2020.
BANDONI, D. H.; MARCHIONI, D. M. L.; BRASIL, B. G.; FIGUEIREDO, I. C.; SARTI, F. M. O programa de incentivo à instalação de cozinhas comunitárias: avaliação de uma política pública brasileira. Nutrire: rev. Soc. Bras. Alim. Nutr.= J. Brazilian Soc. Food Nutr. , v. 35, n. 1, p. 15-27, abr. 2010.
SUZART, A. S.; FERREIRA, A. P.; LEMOS, G. C. S. M.; CORREA, G. T. B.; BONFATTI, R. J.; OLIVEIRA, M. H. B. Repercussões do Programa Bolsa Família na segurança alimentar e nutricional: um estudo de caso. Revista Baiana de Saúde Pública , v. 41, n. 3, p. 699-715, jul./set. 2017.
SPERANDIO, N.; RODRIGUES, C. T.; FRANCESCHINI, S. C. C.; PRIORE, S. E. Impacto do Programa Bolsa Família no consumo de alimentos: estudo comparativo das regiões Sudeste e Nordeste do Brasil . Ciência & Saúde Coletiva , v. 22, n. 6, p. 1771-1780, jun. 2017.
OLIVEIRA, L. G.; BATALHA, M. O.; PETTAN, K. B. Comparative assessment of the food purchase program and the national school feeding program's impact in Ubá, Minas Gerais, Brazil. Ciência Rural , v. 47, n. 1, p. 1-6, 2017.
FIGUEIREDO SALGADO, R. J. S.; SILVA, E. A.; FERREIRA, M. A. M.; CUNHA, W. A.; SANTOS, L. F. Revista de Economia e Sociologia Rural , v. 55, n. 4, p. 661-678, 2017.

CAMARGO ALMEIDA, L. M. M.; PUGLIESI, L.; FERRANTE, V. L. S. B.; CARDOZO, D. R.; PAULILLO, L. F. O. Índice “UFSCar” de efetividades do Programa de Aquisição de Alimentos para a segurança alimentar e nutricional de agricultores familiares do interior paulista. Gestão e Produção , v. 25, n. 3, p. 500-512, 2018.
ROSANO PEÑA, C.; PINHEIRO, D. S.; ALBUQUERQUE, P. H. M.; MOTA FERNANDES, L. A eficácia das transferências de renda: as tendências da desigualdade antes e depois do Programa Bolsa Família. Revista de Administração Pública - RAP , v. 49, n. 4, p. 889-913, jul./ago., 2015.
PEREIRA SAMPAIO, MARIA AUMELIANA; PINHEIRO DE SOUSA, ELIANE. Efeitos do Programa Bolsa Família sobre os gastos das famílias beneficiárias em Mauriti, Ceará. Gestão & Regionalidade , v. 30, n. 90, p. 18-31, sep-dic, 2014.
CORREA, C. B.; TREVISAN, L. N.; MELLO, C. H. P. Impactos do Programa Bolsa Família no mercado de trabalho dos municípios brasileiros. Revista de Administração Pública , v. 53, n. 5, p. 838-858, set-out, 2019.
BRANQUINHO, S. A.; OLIVEIRA, K. E. S.; AKUTSU, R. C.; SILVA, E. F. Sociodemographic and health profile of clients of community restaurants of brazilian social programs. Rev. chil. Nutr , v. 42, n. 1, p.14-22, 2015.
NEDER, H.; ALVES FILHO, N.; SOUZA, S. Acesso à Renda e Inflação de Preços de Alimentos no Brasil: análise dos efeitos do programa Bolsa Família. Revista de Economia e Sociologia Rural , v. 53, n. 01, p. 051-070, Jan/Mar 2015.
FORD, K. J.; LOURENÇO, B. H.; COBAYASHI, F.; CARDOSO, M. A. Health outcomes of the Bolsa Familia program among Brazilian Amazonian children. Revista Saúde Pública , v. 54, n. 2, p. 1-9, 2020.
DUARTE, G. B.; SAMPAIO, B.; SAMPAIO, Y. Programa Bolsa Família: impacto das transferências sobre os gastos com alimentos em famílias rurais. Revista de Economia e Sociologia Rural , v. 47, n. 04, p. 903-918, out/dez 2009.
POBLACION, A. P.; MARÍN-LEÓN, L.; SEGALL-CORRÊA, A. M.; SILVEIRA, J. A.; TADDEI, J. A. A. C. Insegurança alimentar em domicílios brasileiros com crianças menores de cinco anos. Caderno de Saúde Pública , v. 30, n. 5, p. 1067-1078, mai./2014.
SALDIVA, S. R. D. M.; SILVA, L. F. F.; SALDIVA, P. H. N. Avaliação antropométrica e consumo alimentar em crianças menores de cinco anos residentes em um município da região do semiárido nordestino com cobertura parcial do programa bolsa família. Revista de Nutrição , v. 23, n. 2, p. 221-229, mar./abr., 2010.
MOURÃO, L., FERREIRA, M. C.; JESUS, A. M. Evaluation of the Brazilian Family Grant Program: A Quasi-Experimental Study in the State of Rio de Janeiro. Psicologia: Reflexão e Crítica , v. 25, n. 4, p. 719-729, 2012.
ANSCHAU, F. R.; MATSUO, T.; SEGALL-CORRÊA, A. M. Insegurança alimentar entre beneficiários de programas de transferência de renda. Revista de Nutrição , v. 25, n. 2, p. 177-189, mar./abr., 2012.
TIBORSKI CESAR, J.; TACONELI, C. A.; OSÓRIO, M. M.; SCHMIDT, S. T. Adesão à alimentação escolar e fatores associados em adolescentes de escolas públicas na região Sul do Brasil. Ciência & Saúde Coletiva , v. 25, n. 3, p. 977-988, 2020.
CABRAL, C. S.; LOPES, A. G.; LOPES, J. M.; VIANNA, R. P. T. Segurança alimentar, renda e Programa Bolsa Família: estudo de coorte em municípios do interior da Paraíba, Brasil, 2005-2011. Caderno de Saúde Pública , v. 30, n. 2, p. 393-402, fev. 2014.

SPERANDIO, N.; PRIORE, S. E. Prevalência de insegurança alimentar domiciliar e fatores associados em famílias com pré-escolares, beneficiárias do Programa Bolsa Família em Viçosa, Minas Gerais, Brasil. Epidemiologia e Serviços de Saúde , v. 24, n. 4, p. 739-748, out-dez 2015.
GOBATO, R. C.; PANIGASSI, G.; VILLALBA, J. P. Identificação do perfil de usuários de um Restaurante Popular do Município de Campinas. Segurança Alimentar e Nutricional , v.17, n. 2, p. 14-25, 2010.
OLIVEIRA, F. C. C.; COTTA, R. M. M.; RIBEIRO, A. Q.; SANT'ANA, L. F. R.; PRIORE, S. E.; FRANCESCHINI, S. C. C. Estado nutricional e fatores determinantes do déficit estatural em crianças cadastradas no Programa Bolsa Família. Epidemiologia e Serviços de Saúde , v. 20, n. 1, p. 7-18, 2011.
SOUZA, N. N.; DIAS, M. M.; SPERANDIO, N.; FRANCESCHINI, S. C. C.; PRIORE, S. E. Perfil socioeconômico e insegurança alimentar e nutricional de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família no município de Viçosa, Estado de Minas Gerais, Brasil, em 2011: um estudo epidemiológico transversal. Epidemiologia e Serviços de Saúde , v. 21, n. 4, p. 655-662, dez. 2012.
PAES-SOUSA, R.; SANTOS, L. M.; MIAZAKI, É. S. Effects of a conditional cash transfer programme on child nutrition in Brazil. Bull World Health Organ , v. 89, n. 7, p. 496-503, Jul. 2011.
PIPERATA, B. A.; SPENCE, J. E.; DA-GLORIA, P.; HUBBE, M. The nutrition transition in Amazonia: rapid economic change and its impact on growth and development in Ribeirinhos. American Journal of Physical Anthropology , v. 146, p. 1-13, 2011.
Chile
GONZÁLEZ, G. C. G.; ZACARÍAS, H. I.; DOMPER, R. A.; FONSECA, M. L.; LERA, M. L.; VIO DEL, R. F. Evaluación de un programa de entrega de frutas con educación nutricional en escuelas públicas rurales de la Región Metropolitana, Chile. Revista Chilena de Nutrición , v. 41, n. 3, p. 228-235, 2014.
Colombia
ALVAREZ-URIBE, M. C.; ESTRADA-RESTREPO, A.; FONSECA-CENTENO, Z. Y. Caracterización de los hogares colombianos en inseguridad alimentaria según calidad de vida. Revista de Salud Pública , v. 12, n. 6, p. 877-888, dez. 2010
CHAVES, L.; CADAVID, M. A.; TORRES, S. Conceptualización y categorización en personas menores expuestas al Programa de Complementación Alimentaria. Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud , v. 10, n. 2, p. 1003-1019, 2012.
HERRÁN, O. F.; PATIÑO, G. A. Derecho a la alimentación en población en situación de desplazamiento forzado en Bucaramanga, Colombia. Univ. Salud , v. 17, n. 2, p. 192-200, 2015.
BOHADA, M. P. Desplazamiento forzado y condiciones de vida de las comunidades de destino: el caso de Pasto, Nariño. Revista de Economía Institucional , v. 12, n. 23, p. 259-298, 2010.
FONSECA, S. M. P.; PACHÓN, H. Factores asociados con la seguridad alimentaria en un Municipio Rural del norte del Cauca. Archivos Latinoamericanos de Nutrición , v. 62, n. 3, p. 227-233, 2012.
HACKETT, M.; MELGAR-QUINONEZ, H.; TAYLOR, C. A.; ALVAREZ URIBE, M. C. Factors associated with household food security of participants of the MANA food supplement program in Colombia. Archivos Latinoamericanos de Nutricion , v. 60, n. 1, p. 42-47, 2010.

FONSECA, C. Z. Y.; PATINO, B. G. A.; HERRAN, F. O. F. Desnutrição e segurança alimentar: um estudo multinível. Rev. criança. nutr , v. 40, n. 3, p. 206-215, set. 2013.
MUÑOZ SÁNCHEZ, L. P.; VANEGAS GÓMEZ, D.; MOLINA LASPRILLA, K.; LONDOÑO ECHEVERRY, Á. M.; MARTÍNEZ, J. W.; MUÑOZ VALENCIA, J.; FLÓREZ, H. A.; CASTAÑO, M. I. Nivel de seguridad alimentaria en algunas familias campesinas de Risaralda (Colombia). Investigaciones Andina , v. 16, n. 29, p. 1016-1028, sep. 2014.
ÁLVAREZ-URIBE, M. C.; AGUIRRE-ACEVEDO, D. C. Perfil de la pobreza en hogares que participan en un programa de complementación alimentaria. Revista de Salud Pública , v. 14, n. 3, p. 365-376, 2012.
GALIANO, L. P.; MANRIQUE ABRIL, F.; ERNERT, A.; BAU, A. M. The double burden of malnutrition and its risk factors in school children in Tunja. Archivos Latinoamericanos de Nutrición , v. 62, n. 2, p. 119-126, 2012.
LOPEZ-ARANA, S.; AVENDANO, M.; FORDE, I.; VAN LENTHE, F. J.; BURDORF, A. Conditional cash transfers and the double burden of malnutrition among children in Colombia: a quasi-experimental study. British Journal of Nutrition , v. 115, p. 1780-1789, 2016.
LONDOÑO, M. P. O.; CEBALLOS, J. D. G. Evaluación del impacto del Proyecto Restaurantes Escolares del municipio de Medellín en el rendimiento académico de los estudiantes. Estudios , p.1-39, 2014
ATTANASIO, O.; BATTISTIN, E.; MESNARD, A. Food and cash transfers: evidence from Colombia. The Economic Journal , n. 7326, p. 1-46, march, 2012.
LOPEZ-ARANA, S.; AVENDANO, M.; VAN LENTHE, F.; BURDORF, A. O impacto de um programa de transferência condicionada de renda sobre os determinantes da saúde infantil: evidências da Colômbia. Nutrição em Saúde Pública , v. 19, n. 14, p. 2629-2642, 2016.
El Salvador
De BRAUW, A. Migration and child development during the food price crisis in El Salvador. Food Policy , v. 36, p. 28-40, 2011.
MARTÍNEZ, S.; PÉREZ, M.; TEJERINA, L. Pensions for the Poor: The Effects of NonContributory Pensions in El Salvador. IDB Technical , n. 883, s/p, October, 2015.
Ecuador
PONCE, J.; RAMOS-MARTIN, J. Impacto de duas intervenções políticas sobre a diversidade alimentar no Equador. Nutricionista de Saúde Pública , v. 20, n. 8, p. 1473-1480, jun. 2017.
PONCE, J.; BEDI, A. S. The impact of a cash transfer program on cognitive achievement: The Bono de Desarrollo Humano of Ecuador. Economics of Education Review , v. 29, n. 1, p. 116-125, 2010.
HIDROBO, M.; HODDINOTT, J.; PETERMAN, A.; MARGOLIES, A.; MOREIRA, V. Cash, food, or vouchers? Evidence from a randomized experiment in Northern Ecuador. IFPRI Discussion Paper , v. 01234, p. 1-31, December, 2012.
Guatemala
ARNÉS, E.; ASTIER, M.; GONZÁLEZ, O. M.; DÍAZ-AMBRONA, C. G. H. Participatory evaluation of food and nutritional security through sustainability indicators in a highland peasant system in Guatemala. Agroecology and Sustainable Food Systems , v. 43, n. 5, p. 482-513, 2019.
BANDEIRA, P.; SUMPSI, J. M. Access to land and rural poverty in developing countries: theory and evidence from Guatemala. MPRA Paper , n. 13365, p. 1-30, Feb. 2009.

Haiti
NCHINDA, V. P.; THIEME, O.; ANKERS, P.; CRESPI, V.; ARISTE, S. Food security and economic importance of family poultry (chicken) husbandry program in Artibonite and South departments of Haiti. Livestock Research for Rural Development , v. 23, n. 9, s/p, 2011.
ECHEVIN, D. <u>Vulnerability and livelihoods before and after the Haiti earthquake</u> . Policy Research Working Paper Series , n. 5850, p. 1-47, 2011.
ECHEVIN, D.; LAMANNA, F.; OVIEDO, A. M. <i>Who Benefit from Cash and Food-for-Work Programs in Post-Earthquake Haiti?</i> MPRA Paper , n. 35661, p. 1-35, December, 2011.
Honduras
BOLAND, M.; BRAUTIGAM, A. Economic analysis of options for food aid policy in Honduras. International Food and Agribusiness Management Review , v. 13, n. 2, p. 51-68, 2010.
Jamaica
MYRIE, S.; ROBINSON, O. Effects of World Financial Crisis on Food Consumption Spending Among Households in Jamaica. Developing Country Studies , v. 3, p. 12-23, 2013.
México
REYNOSO, L. H.; SALAZAR, R. L.; ESQUER, M. R. P. El Programa de Apoyo Alimentario y la política social integral en la Cruzada contra el Hambre en México. Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales , año LXI, n. 227, p. 379-408, may./ago., 2016.
AGUILAR ESTRADA, A. E.; CRUZ, M. J. S. Heterogeneidad del ingreso en los municipios de la Cruzada Nacional contra el hambre. Estudios Políticos , n. 42, p. 145-170, sep./dic., 2017.
LÓPEZ GARCÍA, A. C.; DÍAZ GONZÁLEZ, H. H. Implementación del Programa Especial de Seguridad Alimentaria en México y Guatemala. Revista CIMEXUS , v. 14, n.1, p. 34-57, 2019.
QUEZADA-SÁNCHEZ, A. D.; GARCÍA-GUERRA, A.; GALINDO-GÓMEZ, C.; GARCÍA-MORALES, C.; MOLINA-VÉLEZ, D.; PALACIO-MEJÍA, L. S. Mala nutrición a nivel municipal en población preescolar mexicana y cobertura del Programa Nacional México Sin Hambre. Salud Publica Mexico , v. 62, p. 279-287, 2020.
AGUILAR-ESTRADA, ALMA ESTHER; CAAMAL-CAUICH, IGNACIO; BARRIOS-PUENTE, GERÓNIMO; ORTIZ-ROSALES, MIGUEL ÁNGEL ¿Hambre en México? Una alternativa metodológica para medir seguridad alimentaria Estudios sociales. Revista de alimentación contemporánea y desarrollo regional , v. 29, n. 53, s/p, 2019.
BOLOM MARTÍNEZ, S.; FIGUEROLA, F. E.; BLANCO WELLS, G.; AMTMANN MOYANO, C. Evaluación del proyecto estratégico de seguridad alimentaria en la microrregión cafetalera zona altos de Chiapas. Agroalimentaria , v. 21, n. 41, p. 37-52, jul./dic., 2015.
QUIZÁN PLATA, T.; ANAYA BARRAGÁN, C.; ESPARZA ROMERO, J.; OROZCO GARCÍA, M. E.; ESPINOZA LÓPEZ, A.; BOLAÑOS VILLAR, A. V. Efectividad del programa Promoción de alimentación saludable en estudiantes de escuelas públicas del estado de Sonora Estudios Sociales , v. 21, n. 42, p. 175-203, jul./dic., 2013.
GARZA, N. P.; SALVATIERRA-IZABA, B.; LOMELÍ, C. B. Z.; DOSAL, A. T.; MODESTO, A. M. Impacto del Programa Comedores Comunitarios SINHAMBRE

sobre la desnutrición en Chiapas rural mediante el enfoque de Seguridad Alimentaria. Población y Salud en Mesoamérica , v. 16, n. 1, p. 44-76, Jul./Dic., 2018.
KRONEBUSCHB, N.; DAMON, A. The impact of conditional cash transfers on nutrition outcomes: Experimental evidence from Mexico. Economics and Human Biology , v. 33, p. 169-180, 2019.
MORALES RUÁN, M. C.; VALENZUELA BRAVO, D. G.; JIMÉNEZ AGUILAR, A.; CUEVAS NASU, L.; MÉNDEZ, G. I.; SHAMAH, L. T. Diversidad de la dieta en mujeres que habitan en inseguridad alimentaria en México, beneficiarias de un programa de ayuda alimentaria. Nutr Hosp , v. 35, p. 408-415, 2018.
CRUZ-SÁNCHEZ, B.; MUÑOZ-RODRÍGUEZ, M.; SANTOYO-CORTÉS, V. H.; MARTÍNEZ-GONZÁLEZ, E. G.; AGUILAR-GALLEGOS, N. Potencial y restricciones de la avicultura de traspatio sobre la seguridad alimentaria en Guerrero, México. Agricultura, Sociedad y Desarrollo , v. 13, n. 2, p. 257-275, abr./jun., 2016.
GARCÍA-PARRA, E.; OCHOA-DÍAZ-LÓPEZ, H.; GARCÍA-MIRANDA, R.; MORENO-ALTAMIRANO, L.; SOLÍS-HERNÁNDEZ, R.; MOLINA-SALAZAR, R. Are there changes in the nutritional status of children of Oportunidades families in rural Chiapas, Mexico? A cohort prospective study. J Health Popul Nutr , v. 35, n.1, p. 1-8, jan. 2016.
ANGELUCCI, M.; ATTANASIO, O.; DIMARO, V. The Impact of Oportunidades on Consumption, Savings and Transfers. Fiscal Studies , v.33, n. 3, p. 305-334, set. 2012.
RIVERA, J. A.; SHAMAH, T.; VILLALPANDO, S.; MONTEERRUBIO, E. Effectiveness of a large-scale iron-fortified milk distribution program on anemia and iron deficiency in low-income young children in Mexico. American Journal of clinical nutrition , v. 91, n. 2, p. 431-9, Feb. 2010.
VILAR-COMPTE, M.; ORTIZ-BLAS, L. A. Households with Elderly Members in Mexico: Can Pensions or a Demogrant Help Facing Food Insecurity? The International Journal of Aging and Society , v. 2, n. 4, p.1-15, Jan. 2013.
TAMEZ-GONZALEZ, S.; RUIZ-GARCIA, A. H.; AYALA-GUZMAN, C. I.; ORTIZ-HERNANDEZ, L. Programas de asistencia alimentaria e inseguridad alimentaria en los hogares mexicanos pobres con menores de edad. Estud. soc. Rev. aliment. contemp. desarro. reg. , v.29, n.53, p. 1-25, 2019.
CARO, F. B.; HERNÁNDEZ, E. Y. R.; FAJARDO, K. D. G.; VIVEROS, S. S.; TORRES, R. M. Nivel de Seguridad Alimentaria en beneficiarios de Comedores Comunitarios del programa Cruzada Nacional contra el Hambre (México). Rev Esp Nutr Comunitaria , v. 24, n. 3, p.117-124, 2018.
Nicaragua
GITTER, S. R.; BARHAM, J. M. B. L. Early-Childhood Nutrition and Educational Conditional Cash Transfer Programmes. The Journal of Development Studies , v. 49, n. 10, p. 1397-1411, 2013.
THOMAS, R. Conditional cash transfers to improve education and health: an ex ante evaluation of Red de Protección Social, Nicaragua. Health Econ , v. 21, n. 10, p. 1136-54, Oct. 2012.
Panama
KRAUSE, R. J.; SCOTT, M. E.; SINISTERRA, O.; KOSKI, K. G. Household food insecurity in Panamanian subsistence farming communities is associated with indicators of household wealth and constraints on food production. Public Health Nutr , v. 22, n.13, p. 2398-2407, Sep. 2019.
Paraguay

GALEANO BATE, S. L. Mejoramiento de la Calidad de vida de los beneficiarios del Programa de Pensión Alimentaria para Adultos Mayores en situación de pobreza en la Colonia Indígena La Promesa en el Departamento de Presidente Hayes. Población y Desarrollo , v. 25, n. 48, p. 20-27, 2019.
Peru
SOBRINO, M.; GUTIÉRREZ, C.; CUNHA, A. J.; DÁVILA, M.; ALARCÓN, J. Desnutrición infantil en menores de cinco años en Perú: tendencias y factores determinantes. Rev Panam Salud Publica , v. 35, n. 2, p. 104–12, 2014.
BELTRÁN, A.; SEINFELD, J. Identificando estrategias efectivas para combatir la desnutrición infantil en el Perú. Apuntes: Revista De Ciencias Sociales , v. 38, n. 69, p. 7-54, 2011.
ALCÁZAR, L.; OCAMPO, D.; HUAMÁN-ESPINO, L.; APARCO, J. P. Impacto económico de la desnutrición crónica, aguda y global en el Perú. Rev Peru Med Exp Salud Publica , v. 30, n. 4, p. 569-74, 2013.
VARGAS, S.; PENNY, M. E. Measuring food insecurity and hunger in Peru: a qualitative and quantitative analysis of an adapted version of the USDA's Food Insecurity and Hunger Module. Public Health Nutr , v.13, n.10, p.1488- 97, Oct. 2010.
ANDERSEN, C. T.; REYNOLDS, S. A.; BEHRMAN, J. R.; CROOKSTON, B. T.; DEARDEN, K. A.; ESCOBAL, J.; MANI, S.; SÁNCHEZ, A., STEIN, A. D.; FERNALD, L. C. Participation in the Juntos Conditional Cash Transfer Program in Peru Is Associated with Changes in Child Anthropometric Status but Not Language Development or School Achievement. J Nutr , v.145, n.10, p. 2396-405, Oct. 2015.
BUTTORFF, C.; TRUJILLO, A. J.; DIEZ-CANSECO, F.; BERNABE-ORTIZ, A.; MIRANDA, J. J. Evaluating consumer preferences for healthy eating from Community Kitchens in low-income urban areas: A discrete choice experiment of Comedores Populares in Peru. Soc Sci Med , v. 140, p. 1-8, Sep. 2015.
Trinidad e Tobago
GANPAT, W. G.; ROBERTS, T. G.; NARINE, L.; HEINERT, S. B.; RODRIGUEZ, M. T. Trinidad Food Producers' Training Needs for Food Security and Implications for Extension. Journal of International Agricultural and Extension Education , v. 22, n. 1, p. 7-20, mar. 2015.
Uruguay
ROSSI, M.; FERRE, Z.; CURUTCHET, M. R.; GIMÉNEZ, A.; ARES, G. Influence of socio-demographic characteristics on different dimensions of household food insecurity in Montevideo, Uruguay. GLO Discussion Paper , n. 113, p. 1-21, 2017.